

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE GEOGRAFIA HUMANA

MARCEL DI ANGELIS SOUZA SANDES

## O CIFRÃO E A \$AFRA

AS TRANSFORMAÇÕES NO TERRITÓRIO DO PARANÁ A PARTIR  
DAS LAVOURAS DE SOJA (1970 – 2020)



São Paulo, 2022.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE GEOGRAFIA HUMANA

MARCEL DI ANGELIS SOUZA SANDES

## O CIFRÃO E A \$AFRA

AS TRANSFORMAÇÕES NO TERRITÓRIO DO PARANÁ A PARTIR  
DAS LAVOURAS DE SOJA (1970 – 2020)

Orientador: Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto (USP)

Tese de doutoramento desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP) sob orientação do Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, para obtenção do título de Doutor em Geografia na USP.

São Paulo, 2022.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meioconvencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S214c      Sandes, Marcel Di Angelis Souza  
            O cifrão e a safra: as transformações no  
            território do Paraná a partir das lavouras de soja  
            (1970-2020) / Marcel Di Angelis Souza Sandes;  
            orientador Manoel Fernandes de Sousa Neto - São  
            Paulo, 2022.  
            379 f.

            Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e  
            Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.  
            Departamento de Geografia. Área de concentração:  
            Geografia Humana.

            1. acumulação do capital. 2. agricultura. 3. soja.  
            4. capital a juros. 5. capital fictício. I. Sousa  
            Neto, Manoel Fernandes de, orient. II. Título.

SANDES, M. A S. **O cifrão e a Safra: as transformações no território do Paraná a partir das lavouras de soja (1970-2020)**. 2022. 379 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_.  
Julgamento: \_\_\_\_\_.  
Instituição: \_\_\_\_\_.  
Assinatura: \_\_\_\_\_.

Prof. Dr. \_\_\_\_\_.  
Julgamento: \_\_\_\_\_.  
Instituição: \_\_\_\_\_.  
Assinatura: \_\_\_\_\_.

Prof. Dr. \_\_\_\_\_.  
Julgamento: \_\_\_\_\_.  
Instituição: \_\_\_\_\_.  
Assinatura: \_\_\_\_\_.

Prof. Dr. \_\_\_\_\_.  
Julgamento: \_\_\_\_\_.  
Instituição: \_\_\_\_\_.  
Assinatura: \_\_\_\_\_.



## DEDICATÓRIA

Não é sem razão que as partes principais de um trabalho acadêmico como este sejam escritas por derradeiro, mas apareçam por primeiro. Porque é nelas onde finalmente podemos trazer do mundo real as pessoas que devem pra sempre ser lembradas.

Aos meus avós, Gonçalo e Carmelina, trabalhadores da terra e da casa, minhas grandes referências.

Aos meus tios, Celeste e Osvaldo, pelo cuidado, pelo apoio e pelo incentivo.

À minha mãe, Rosana, pela vida e por nunca me deixar duvidar.

Às tantas donas Lias e Natalis e aos tantos alunos, trabalhadores e filhos de expropriados, que este trabalho seja um passo na superação desse estado de coisas.

(São Paulo, 17 de junho de 2022)

## AGRADECIMENTOS

Ao professor Manoel Fernandes de Sousa Neto, orientador, que nos meandros desta construção também se fez amigo. Pela liberdade de poder escolher os caminhos, pela compreensão das possibilidades e limites da nossa personalidade e pela inspiração que as nossas conversas deram pra compreender o mundo muito além da ciência, de forma profundamente humana.

À professora e amiga Alexandrina Luz Conceição, que acendeu a fagulha inicial dessa construção, quando o mundo ainda era uma grande miragem aos meus olhos.

A Karine, companheira das horas boas e ruins e que foi muito responsável pelo meu crescimento como pessoa e como pesquisador à medida que amadurecíamos juntos na convivência cotidiana.

Aos meus irmãos, Bruno e Patrícia, por compartilharem e divertirem os bons e maus momentos desta caminhada.

Aos amigos que construí em torno no Grupo de Estudos do Capital (GECA), mas que já não posso mais identificar a um lugar específico: Denys, Gilmar, Sócrates, Roger, Jucier, Ana, Paulo Godoy, Rerisson, Erivaldo, Danilo, Carlos, Rildo, Ubiratane, Michael e a Eurípedes, *macho véi*, incentivador dos caminhos que tomei, verdadeiros irmãos de caminhada, por todo o companheirismo, discussões, cafés e cachaças. Sem vocês não teria acontecido camaradas!

A João Vitor Fagundes, amigo irmão de todas as horas que abriu as portas de casa pra mim, pelas resenhas, pelos perrengues, pelas brejas e pelos churrascos de domingo sob o comando e o carinho de seu Ivo e dona Sandra.

A dona Lia, a Natali e a Fabiana, que me abraçaram como família nos bons e maus momentos desta caminhada.

A todos os amigos da Sala 3 que tornaram o trabalho no IFPR agradável e a vida em Ivaiporã possível, Zé, Fausto, Neto, Anacre, Paulo, Dersen, Juliano, Rizzo, Queiroz, Avner, Douglas, Cláudio, Handa (*in memorian*) e Carnicelli.

Aos amigos do Captivité Café & Cultura, nossa querida república, que deram uma grande força nesta reta final: Postali, Mairus e Marcelo.

Aos amigos de Aracaju com quem compartilho momentos e memórias muito importantes para a minha história. Mesmo às vezes distante sou lembrado constantemente por vocês de como a vida é boa no lugar onde nasci. E é por isso que eu sempre volto, feliz.

Ao professor Elpídio Serra e à Professora Eliana Tomiasi por serem vozes dissonantes na construção intelectual do Paraná e por terem me recebido com toda disponibilidade e generosidade, compartilhando os achados de décadas de trabalho.

Aos funcionários da Embrapa Soja e da Emater-PR pela gentileza de me receberem e compartilharem do seu conhecimento e me ajudarem a entender a formação de parte importante do território brasileiro.

À professora Marta Inês Medeiros Marques e ao professor Élvio Rodrigues Martins que me receberam como orientando no início do curso de doutorado.

Ao Instituto Federal do Paraná (IFPR), não por permitir que eu cumprisse a minha carga horária de pesquisa fora do Campus Ivaiporã durante parte do curso de doutorado, mas pela prestatividade com que, na figura dos seus trabalhadores do setor administrativo, especialmente a Priscila, logrou os encaminhamentos institucionais. À Débora, em nome de quem agradeço a todos os outros profissionais que já ocuparam os cargos de direção de ensino, coordenação dos eixos técnicos e de ensino e que foram compreensivos nos momentos de necessidades para a elaboração desta pesquisa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de estudos.

À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, FFLCH – USP, e às pessoas que a constroem cotidianamente, por manterem vivo esse lugar de possibilidades; da crítica, do trabalho intelectual e de uma prazerosa convivência humana. Feliz o momento em que eu me decidi, ainda adolescente, a conhecer esse lugar fantástico.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (USP), na figura dos seus coordenadores e em especial aos seus secretários, especialmente a Rosângela, sempre muito prestativa às nossas demandas.

“A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias”.

Marx, “O Capital”

## RESUMO

Esta tese tem como objetivo investigar as transformações recentes ocorridas no território do Paraná tomando como recorte os anos 1970 e tendo como referência o avanço das modernas lavouras de soja. Os anos 1970 foram marcados por profundas transformações na agricultura, atividade econômica escolhida para fazer o ajuste das contas externas brasileiras e bancar a modernização da estrutura produtiva nacional por meio da geração de saldos comerciais positivos, configurando assim uma inserção na divisão internacional do trabalho baseada na exportação de commodities agrícolas, agora em bases modernas. No plano internacional, o “milagre econômico” brasileiro foi contemporâneo do estabelecimento da hegemonia do capital a juros e do capital fictício na determinação dos processos de acumulação em escala global. A tese é que a modernização da agricultura no Paraná representou a completa subordinação do seu território a configurações econômicas ditadas pelos interesses do capital a juros e do capital fictício nacional e internacional, com a devida mediação do Estado brasileiro e do Estado paranaense, especialmente por meio das políticas de crédito subsidiado e do estabelecimento de cooperativas agroindustriais como forma desenvolvida de organização da produção e da circulação das mercadorias agrícolas no mercado mundial, as *commodities* agrícolas. Como resultado da necessidade de fazer frente à dívida crescente sob a qual se sustentou a modernização brasileira, como fruto da concorrência entre os capitais e como resultado do nivelamento das produtividades graças ao crédito subsidiado, a tendência verificada foi a de homogeneização do uso do território paranaense representado na expansão da propriedade rural produtora de soja que, embora ainda apresente dimensões significativamente inferiores às de outros estados da federação onde a soja também é cultivada com fins comerciais, apresenta os maiores níveis mundiais de produtividade. Na busca por essas respostas ainda nos deparamos com uma historiografia regional que leu e ainda hoje reproduz a noção de um território historicamente cindido por divisões regionais que no limite apresentam interesses/identidades antagônicos. Argumentamos que por uma série de processos que estiveram na base da privatização da terra nesse estado a formação do território paranaense teve muito mais elementos de semelhança do que de diferenciação, semelhança que tem sido reforçada, sob novas determinações, com o desenvolvimento das lavouras de soja. Entender tais processos de privatização da terra foi importante ainda para a compreensão da acumulação dos capitais em geral, da dinâmica de circulação do capital fixo em sua relação com os diferenciais de fertilidade do solo, resultando em um território onde as terras agrícolas mecanizáveis atingem os maiores preços do país, exercendo intensa pressão concentradora, separando os agricultores dos seus meios de produção, mobilizando o trabalho para as cidades, num processo simultâneo de metropolização e dizimação das pequenas cidades interioranas, cidades fantasmas à imagem e semelhança das fantasmagorias do capital, uma paisagem muito distante da imagem de prosperidade e riqueza propalada pelos arautos da modernização.

**Palavras-chave:** acumulação do capital, agricultura, soja, capital a juros, capital fictício.

## ABSTRACT

This thesis aims to investigate the recent transformations that have taken place in the territory of Paraná, taking the 1970s as a focus and having as a reference the advance of modern soybean crops. The 1970s were marked by profound changes in agriculture, an economic activity chosen to adjust the Brazilian external accounts and finance the modernization of the national productive structure through the generation of positive trade balances, thus configuring an insertion in the international division of labor based on the export of agricultural commodities, now on a modern basis. At the international level, the Brazilian “economic miracle” was contemporary with the establishment of the hegemony of interest-bearing capital and fictitious capital in determining the processes of accumulation on a global scale. The thesis is that the modernization of agriculture in Paraná represented the complete subordination of its territory to economic configurations dictated by the interests of interest-bearing capital and national and international fictitious capital, with the due mediation of the Brazilian State and the State of Paraná, especially through of subsidized credit policies and the establishment of agro-industrial cooperatives as a developed way of organizing the production and circulation of agricultural goods on the world market, agricultural commodities. As a result of the need to face the growing debt on which Brazilian modernization was sustained, as a result of competition between capitals and as a result of the leveling of productivity thanks to subsidized credit, the trend observed was the homogenization of the use of Paraná's territory. represented in the expansion of the rural property producing soy which, although it still has dimensions significantly smaller than those of other states of the federation where soy is also cultivated for commercial purposes, has the highest levels of productivity in the world. In the search for these answers, we are still faced with a regional historiography that has read and still reproduces the notion of a territory historically divided by regional divisions that, at the limit, present antagonistic interests/identities. We argue that through a series of processes that were the basis for the privatization of land in that state, the formation of the territory of Paraná had many more elements of similarity than of differentiation, a similarity that has been reinforced, under new determinations, with the development of soybean crops. . Understanding such land privatization processes was also important for understanding capital accumulation in general, the dynamics of fixed capital circulation in its relationship with soil fertility differentials, resulting in a territory where mechanized agricultural lands reach the highest levels. prices in the country, exerting intense concentrating pressure, separating farmers from their means of production, mobilizing work for the cities, in a simultaneous process of metropolization and decimation of small inland towns, ghost towns in the image and likeness of the phantasmagoria of capital, a landscape very far from the image of prosperity and wealth promoted by the heralds of modernization.

**Keywords:** capital accumulation, agriculture, soybean, interest-bearing capital, fictitious capital.

## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO (18)

**CAPÍTULO 1 – A ODISSEIA DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E O ALVORECER DO PROTAGONISMO DA SOJA NO PARANÁ** (26)

1.1 A BANDEIRANTE DO SÉCULO XX ALCANÇA O PARANÁ (50)

**CAPÍTULO 2 – A FORMAÇÃO DE UMA HISTORIOGRAFIA REGIONAL PARANAENSE E A FORMAÇÃO DE UM NORTE CAFEIEIRO: NARRATIVAS, IMAGENS E AS TRANSFORMAÇÕES DO TERRITÓRIO PARANAENSE A PARTIR DO SÉCULO XIX** (56)

2.1 ASPECTOS DA FORMAÇÃO DE UMA “REGIÃO” A NORTE DO PARANÁ PELAS LENTES DOS SEUS NARRADORES (62)

**CAPÍTULO 3 – A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO PARANA A PARTIR DOS ANOS 1970** (98)

3.1 ESTRUTURA FUNDIÁRIA E CONDIÇÃO LEGAL DO PRODUTOR EM RELAÇÃO À TERRA (100)

3.2 A LAVOURA DE SOJA E A SELETIVIDADE NOS USOS DO SOLO (115)

3.3 “NORTE” DO PARANÁ: 100 ANOS DE EXPROPRIAÇÃO (131)

**CAPÍTULO 4 – DETERMINANTES DO PREÇO DA TERRA AGRÍCOLA E AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO PARANÁ** (137)

4.1 LIMPANDO A TERRA: UMA CRÍTICA ÀS “LIMITAÇÕES” DAS EXPLICAÇÕES CLÁSSICAS SOBRE O PREÇO DA TERRA AGRÍCOLA (137)

4.2 NOVAS EXPLICAÇÕES PARA O PREÇO DA TERRA AGRÍCOLA E SUA APLICAÇÃO AO CASO DO PARANÁ (144)

4.2.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA A ANÁLISE DOS DETERMINANTES DO PREÇO DA TERRA AGRÍCOLA EM REYDON (144)

4.2.1.1 A ECONOMIA CAPITALISTA COMO ECONOMIA MONETÁRIA (144)

4.2.1.2 O INVESTIMENTO EM ATIVOS E OS SEUS RENDIMENTOS (145)

4.2.1.3 A DETERMINAÇÃO DO PREÇO DOS ATIVOS (149)

4.2.1.4 O “ATIVO” TERRA AGRÍCOLA: SUAS CARACTERÍSTICAS, SEU MERCADO E FORMAÇÃO DE PREÇOS (153)

4.2.1.5 A APLICAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS PÓS-KEYNESIANOS AO CASO DO PARANÁ: O ESTUDO DE REGINA MALASSISE	(160)
4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PREÇO DA TERRA AGRÍCOLA A PARTIR DE MARX E HARVEY	(164)
4.3.1 ACUMULAÇÃO DO CAPITAL, PROPRIEDADE CAPITALISTA DA TERRA E AGRICULTURA	(164)
4.3.2 A TEORIA DA RENDA CAPITALISTA DA TERRA	(169)
4.3.2.1 AS RENDAS DIFERENCIAIS	(171)
4.3.2.2 O MERCADO FUNDIÁRIO E O CAPITAL FICTÍCIO	(176)
4.4 DETERMINANTES DO PREÇO DA TERRA AGRÍCOLA E AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO PARANÁ	(183)
4.4.1 AS LAVOURAS CAFEEIRAS E A “VALORIZAÇÃO” DAS TERRAS NORTE DO PARANÁ	(183)
4.4.2 A MODERNA LAVOURA DE SOJA E A “VALORIZAÇÃO” DAS TERRAS NO PARANÁ	(199)
4.4.3 OUTROS ASPECTOS DA “VALORIZAÇÃO” DAS TERRAS NO PARANÁ	(203)
<b>CAPÍTULO 5 – CAPITAL FICTÍCIO E O MERCADO DE FUTUROS AGRÍCOLAS</b>	<b>(230)</b>
5.1 O SURGIMENTO DO MERCADO DE FUTUROS AGRÍCOLAS, SUA DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	(230)
5.2 SOBRE O CAPITAL FICTÍCIO e SOBRE A FORMA DERIVATIVO	(239)
5.3 A NEGOCIAÇÃO DE DERIVATIVOS NO AMBIENTE DA BOLSA	(252)
5.4 A OPACIDADE DOS MERCADOS DE DERIVATIVOS	(264)
5.5 BUSCANDO UMA MEDIDA APROXIMADA DO MONSTRO	(269)
5.6 A CRIAÇÃO DE UM HUB DE GRÃOS NO PARANÁ E A SUA LIGAÇÃO AO MERCADO FUTURO DE COMMODITIES	(276)
5.7 POLÍTICA ECONÔMICA E A EXUBERÂNCIA DO CAPITAL FICTÍCIO	(303)
5.8 MERCADOS FUTUROS E CAPITAL FICTÍCIO	(312)
5.9 A ASCENSÃO DO DINHEIRO ALÉM DOS CÉUS	(320)
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>(327)</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>(338)</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>(345)</b>



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01:</b> Evolução da produção de soja por país produtor (1935-2007).....	28
<b>Figura 02:</b> Paraná, Grandes Regiões ocupadas com o deslocamento das Frentes Pioneiras.....	61
<b>Figura 03:</b> Mapa geológico e geomorfológico do Paraná.....	69
<b>Figura 04:</b> Mapa de solos do Brasil (recorte do território paranaense).....	70
<b>Figura 05:</b> Estado do Paraná, 1930. Localização dos 20 maiores grilos de terras.....	72
<b>Figura 06:</b> Concessões e “Grilos” de terras anteriores a 1930 no Paraná.....	73
<b>Figura 07:</b> Glebas adquiridas pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, cursos dos principais rios e infraestrutura rodoviária e ferroviária.....	75
<b>Figura 08:</b> Regionalização interna do “Norte paranaense”.....	79
<b>Figura 09:</b> O Paraná Cafeeiro em Micro-Regiões.....	83
<b>Figura 10:</b> Terras da Sociedade Territorial Ubá entre os rios Ivaí e Corumbataí.....	87
<b>Figura 11:</b> Evolução do número de estabelecimentos agropecuários de 2006 a 2017..	104
<b>Figura 12:</b> Evolução do Número de Estabelecimentos Agropecuários de 2006 a 2017 (PR) .....	105
<b>Figura 13:</b> Distribuição dos estabelecimentos agropecuários com área menor do que 50 hectares no Paraná em 2017.....	111
<b>Figura 14:</b> Distribuição dos estabelecimentos agropecuários com área acima de 200 hectares no Paraná em 2017.....	112
<b>Figura 14A:</b> Expansão da soja no Brasil entre 1970 e 2003.....	116
<b>Figura 15:</b> Quantidade de soja produzida/municípios do Paraná em 1988 e 2018.....	117
<b>Figura 16:</b> Quantidade de milho produzido/municípios do Paraná em 1988 e 2018.....	119
<b>Figura 17:</b> Quantidade de café produzido/municípios do Paraná em 1988 e 2018....	121
<b>Figura 18:</b> Preço das terras agrícolas no Paraná.....	127
<b>Figura 19:</b> Preço das terras agrícolas propícias à exploração agrícola intensiva no Paraná... ..	128
<b>Figura 20:</b> Linha Ourinhos-Cianorte em 1935.....	185
<b>Figura 21:</b> Glebas adquiridas pela Cia. Melhoramentos Norte do Paraná e traçado da estrada de ferro São Paulo – Paraná.....	186
<b>Figura 22:</b> Rodovias federais e estaduais com pedágios no Paraná, 2020.....	348
<b>Figura 23:</b> Ferrovias no Paraná em 1910.....	349
<b>Figura 24:</b> Ferrovias no Paraná em 1964.....	350
<b>Figura 25:</b> Ferrovias no Paraná em 2007....	351
<b>Figura 26:</b> Projeto de Expansão da Ferroeste.....	352
<b>Figura 27:</b> Número de tratores por município no Paraná em 2017.....	356
<b>Figura 28:</b> Número de colheitadeiras por município no Paraná em 2017.....	357
<b>Figura 29:</b> Evolução da CBOT, hoje CME GROUP.....	236
<b>Figura 30:</b> Cotação dos Contratos Futuros de Soja negociados na B3 em 20/04/2021.....	251
<b>Figura 31:</b> Significado dos Códigos dos Contratos Futuros de Soja.....	252
<b>Figura 32:</b> Especificações técnicas do contrato “cheio” de Soja CME Group (ZS) .....	256
<b>Figura 33:</b> Contratos em aberto por participante e por tipo de commodities, B3, 2012.....	260

<b>Figura 34:</b> Evolução do recebimento de soja, trigo e milho nos anos de 1979, 1988 e 1997, em toneladas.....	282
<b>Figura 35:</b> Municípios visitados durante a pesquisa de campo....	346

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01:</b> Evolução dos preços de terras para lavouras de 1977 a 2013 – reais de dezembro de 2015.....	30
<b>Gráfico 02:</b> Evolução da área colhida por tipo de produto no Brasil, 1950 a 2006.....	34
<b>Gráfico 03:</b> Evolução do Crédito Rural, 1969 – 2016 (Valores constantes para dezembro de 2016) .....	37
<b>Gráfico 04:</b> Saldo em Transações Reais e em Rendas (em bilhões de dólares, acumulados em doze meses).....	44
<b>Gráfico 05:</b> Cotação do Dólar (US\$) em Real (R\$), de 1999 a 2011.....	45
<b>Gráfico 06:</b> Número de estabelecimentos agropecuários por área, Paraná, 1970 – 2006.....	102
<b>Gráfico 07:</b> Número de estabelecimentos agropecuários por área, Brasil, 1920 – 2006..	103
<b>Gráfico 08:</b> Área colhida por tipo de produto, 1950 – 2006.....	123
<b>Gráfico 09:</b> Percentual de Crescimento ou Redução de População de 2017 a 2040, Região de Ivaiporã... ..	132
<b>Gráfico 10:</b> Participação percentual das mesorregiões geográficas na população estadual, Paraná, 2010-2040.....	135
<b>Gráfico 11:</b> Evolução do preço médio da terra agrícola do Estado do Paraná em R\$ por ha (1998-2011) ... ..	138
<b>Gráfico 12:</b> Evolução do preço médio da terra agrícola no município de Londrina (PR)	139
<b>Gráfico 13:</b> Exportação brasileira de café: volume e valor 1930-1967.....	193
<b>Gráfico 14:</b> Exportação brasileira de café: volume e valor 1930-1967.....	194
<b>Gráfico 15:</b> Percentual do crédito rural destinado para as diferentes regiões brasileiras (1969 – 2015) ....	203
<b>Gráfico 16:</b> Valor Bruto da Produção dos Grãos em bilhões de reais: 2011 a 2020.....	205
<b>Gráfico 17:</b> Valor Bruto da Produção das Outras Grandes Culturas em bilhões de reais: 2011 a 2020....	206
<b>Gráfico 18:</b> Evolução dos preços de terras agrícolas no Sul, em 2002-2014, por tipo de exploração – reais de dezembro de 2015.....	224
<b>Gráfico 19:</b> Subsídios explícitos permanentes da União ao setor agropecuário.....	226
<b>Gráfico 20:</b> Tamanho do mercado de derivativos: balcão e bolsa (1998-2015).....	270
<b>Gráfico 21:</b> Valor bruto de mercado: derivativos de balcão (1998-2015) .....	271
<b>Gráfico 22:</b> Grau de alavancagem no mercado de derivativos de balcão (1998-2015) ....	271
<b>Gráfico 23:</b> Série Histórica dos Contratos de Soja em Aberto, CBOT, 1960-2021...274	274
<b>Gráfico 24:</b> Receitas da COAMO em percentual por tipo de negócio (2000-2011) .....	282
<b>Gráfico 25:</b> Evolução do número de associados da COAMO.....	285
<b>Gráficos 26, 27 e 28:</b> Composição do Patrimônio Líquido da Credicoamo e sua evolução nos período 1994 a 2018.....	289-290
<b>Gráfico 29:</b> Cotação dos preços futuros da soja em Chicago, 1970-2021.....	305

<b>Gráfico 30:</b> Cotação do S&P 500, 1872-2021.....	306
<b>Gráfico 31:</b> Taxas de juros de 3 meses do Federal Reserve, em percentual, no Mercado Secundário, 1935-2021... ..	308
<b>Gráfico 32:</b> Base Monetária norte-americana, em Bilhões de Dólares, 1975-2021.....	309
<b>Gráfico 33:</b> Quantidade produzida e área plantada com soja no Brasil, 1974-2019; Preço da soja na Bolsa de Chicago, 1968-2021... ..	317
<b>Gráfico 34:</b> Cotação das ações da Boa Safra Sementes, B3, abril de 2021.....	321
<b>Gráfico 35:</b> Cotação das ações da Brasil Agro, B3, maio de 2019 a abril de 2021.....	322
<b>Gráfico 36:</b> Cotação das ações da SLC Agrícola, B3, maio de 2019 a abril de 2021.....	322
<b>Gráfico 37:</b> Cotação das ações da Terra Santa Agro, B3, maio de 2019 a abril de 2021.....	323

#### LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01:</b> Variações médias anuais em diferentes períodos nos indicadores macroeconômicos e no preço da terra (1965-2007).....	29
<b>Tabela 02:</b> Confronto dos resultados dos dados estruturais dos Censos Agropecuários, Brasil, 1975-2017.....	42
<b>Tabela 03:</b> Evolução e composição das transações externas correntes na década de 2000 (em bilhões de dólares) ....	47
<b>Tabela 04:</b> Produção de soja em toneladas, Brasil e estados selecionados.....	51
<b>Tabela 05:</b> Confronto dos resultados dos dados estruturais dos Censos Agropecuários - 1975/2017 - Brasil - 2017.....	100
<b>Tabela 06:</b> Confronto dos resultados dos dados estruturais dos Censos Agropecuários - 1975/2017 - Paraná – 2017.....	101
<b>Tabela 07:</b> Condição legal das terras, segundo as modalidades – Brasil – 2006/217.....	107
<b>Tabela 08:</b> Área colhida, quantidade produzida e rendimento médio das lavouras de soja (em grão) no Brasil em anos selecionados.....	207
<b>Tabela 09:</b> Área colhida, quantidade produzida e rendimento médio das lavouras de soja (em grão) no Paraná em anos selecionados.....	207
<b>Tabela 10:</b> Média de tratores por estabelecimentos e área média trabalhada por tratores, segundo grupos de área total, no Paraná – 1970-1980.....	211
<b>Tabela 11:</b> As quatro dimensões do capitalismo.....	244

#### LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 01:</b> Mapa Fitogeográfico do estado do Paraná, 1944.....	82
<b>Mapa 02:</b> Participação estadual total e crédito rural por atividade (2016)...	204
<b>Mapa 03:</b> Valor bruto da produção agropecuária em 2020 por município paranaense.....	373
<b>Mapa 04:</b> Valor bruto da produção de milho em 2020 por município paranaense.....	374
<b>Mapa 05:</b> Valor bruto da produção de soja em 2020 por município paranaense.....	375
<b>Mapa 06:</b> Valor bruto da produção de trigo em 2020 por município paranaense.....	376
<b>Mapa 07:</b> Área de atuação e espacialização geográfica dos entrepostos da Cooperativa Agroindustrial COAMO ao longo das décadas....	278
<b>Mapa 08:</b> Solos do Estado do Paraná.....	345

## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 01:</b> Capa. Lavoura de milho no Paraná, Rodovia PR 317.....	01
<b>Foto 02:</b> Paisagem das lavouras mecanizadas no estado do Paraná...	126
<b>Foto 03:</b> Vagões da Rumo Logística fazendo o transporte de grãos de milho na cidade de Maringá – PR, 2019.....	353
<b>Foto 04:</b> Rodovia PR-317, trecho entre os municípios de Floresta e Ivaílândia.....	355
<b>Foto 05:</b> Campos de Teste na Fazenda Experimental da COAMO.....	212
<b>Foto 06:</b> Campos de Teste na Fazenda Experimental da COAMO.....	213
<b>Fotos 07, 08 e 09:</b> Anúncios de aluguel e venda de terrenos nas saídas norte e sul de Maringá.....	365
<b>Foto 10:</b> Central de Vendas do Loteamento Nova Floresta, Floresta-PR.....	368
<b>Foto 11:</b> vista da entrada do Loteamento Nova Floresta no Município de Floresta, PR.....	369
<b>Fotos 12 e 13:</b> Anúncios de venda de lotes no Condomínio Golden Forest Residence, PR-317, Floresta-PR.....	370
<b>Fotos 14, 15, 16 e 17:</b> Anúncios de venda de casas em loteamento não identificado, em frente à Rio Ivaí Empreendimentos Imobiliários (Desenvolvedora de Imóveis), PR-317, Floresta-PR.....	371
<b>Foto 18.</b> Cerimônia de início das negociações do contrato de soja sul americana na CBOT, Chicago, 2005.....	292

## LISTA IMAGENS

<b>Imagem 01:</b> Empresas de Pesquisa Biotecnológica e Química e Cooperativas Agroindustriais situadas na PR-317 entre os municípios de Maringá e Engenheiro Beltrão.....	353
<b>Imagem 02:</b> Imagem aérea da Fazenda Experimental da COAMO em Campo Mourão.....	213
<b>Imagem 03:</b> Aspectos do parcelamento da terra e do relevo na saída sul do Município de Maringá, ao longo da rodovia PR-317.....	357
<b>Imagem 04:</b> Aspectos do parcelamento da terra e do relevo na saída sul do Município de Floresta, ao longo da rodovia PR-317 e às margens do rio Ivaí.....	358
<b>Imagem 05:</b> Aspectos do parcelamento da terra e do relevo na saída norte do Município de Maringá, ao longo das rodovias PR-317 e PR-454, em direção a Astorga e Iguaçu.....	359
<b>Imagem 06:</b> Aspectos do parcelamento da terra e do relevo na saída norte do Município de Maringá, ao longo das rodovias PR-317 e PR-454, em direção a Astorga e Iguaçu.....	360
<b>Imagem 07:</b> Aspectos do parcelamento da terra e do relevo no município de Campo Mourão, ao longo do rio Mourão.....	361
<b>Imagem 08:</b> Aspectos do parcelamento da terra e do relevo na saída norte do município de Londrina, em direção a Bela Vista do Paraíso, Sertanópolis e Primeiro de Maio no Paraná.....	362
<b>Imagem 09:</b> Aspectos do parcelamento da terra e do relevo nos municípios de Bela Vista do Paraíso, Sertanópolis e Primeiro de Maio no Paraná.....	363
<b>Imagem 10:</b> Aspectos do parcelamento da terra e do relevo nos municípios de Primeiro de Maio e Sertaneja no Paraná..	364

<b>Imagens 11e 12:</b> Imagem aérea do Loteamento Nova Floresta no Município de Floresta, PR...	366
<b>Imagem 13:</b> Imagem aérea do Loteamento Nova Floresta no Município de Floresta, PR.....	367
<b>Imagens 14 e 15:</b> Imagens aéreas do Condomínio de alto padrão Ivaí Residence, PR-317, às margens do Rio Ivaí. Google Maps, 2020.....	372
<b>Imagem 16:</b> Campanha publicitária da CBOT com o presidente da COAMO, Sr. José Aroldo Galassini, 2005.....	293

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01:</b> Características técnicas do mini contrato “Futuro de Soja com Liquidação Financeira” (SFI) .....	230
<b>Quadro 02:</b> Metodologia da soja ESALQ/BM&FBovespa – Paranaguá.....	256
<b>Quadro 03:</b> Contratos futuros de Soja CME Group em aberto, por tipo de participante e por posição, abril de 2021.....	260

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de doutorado se iniciou a partir de um deslumbramento com a aparente riqueza e pujança de algumas cidades do Paraná, como Londrina, Maringá e Ivaiporã. Na ocasião, tomávamos posse no cargo de Professor EBTT no Instituto Federal do Paraná, Campus Ivaiporã. E como toda produção intelectual carrega em si um conteúdo pessoal, cabe explicitar um pouco dessa caminhada.

A pesquisa passou por uma série de momentos que de um lado ilustram o processo de aprofundamento das questões levantadas pelo autor ao longo da sua trajetória acadêmica e pessoal e por outro revelam o aprofundamento de tendências econômicas de nível global com profundos impactos no território brasileiro. A forma de exposição e o desnível ou mesmo as insuficiências teóricas ao longo deste texto revelam as dificuldades na construção da pesquisa e do texto final pela necessidade de conciliar as atividades do doutorado na cidade de São Paulo e as atividades laborais na cidade de Ivaiporã (PR), tudo isso tendo em meio à Pandemia da Covid-19. Ainda assim, acreditamos ter construído uma agenda de pesquisa que continuará levantando questões importantes para entender a realidade paranaense, brasileira e global por muitos anos, um verdadeiro projeto de vida.

Nos idos de 2016 ingressamos no Curso de Doutorado do PPGH-USP com um projeto de pesquisa cujo título – *A abordagem territorial do desenvolvimento no Brasil: verdade chinesa ou miragem asiática?* – revelava dois questionamentos: um de natureza teórica, acerca da pertinência de uma abordagem de planejamento estatal territorial que se apresentava como capaz de solucionar os profundos problemas das desigualdades econômicas e sociais no território brasileiro, e outro de natureza econômica, que questionava os limites da capacidade de crescimento da economia brasileira no anos 2010 após a exaustão do ciclo de ascensão dos preços das commodities e de vultosos investimentos estatais, puxados a reboque do crescimento chinês, sustentado em estímulos estatais e produção e exportação em massa de mercadorias industrializadas.

Por volta do ano de 2018, quando estávamos próximos do exame de qualificação, o contato com a abordagem de Robert Kurz sobre a imanência de uma crise do capital baseada na redução da taxa de valor incorporada ao capital a partir da revolução científica e da automação industrial **nos fez transportar as preocupações com a crise brasileira para um nível mais amplo, o da crise do capital em geral,**

**tendo agora como recorte empírico o campo paranaense, e não mais o Brasil como um todo.** Nessa busca, deparamo-nos com as pesquisas da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos no Brasil, relacionadas à expansão atual do agronegócio no campo brasileiro e seu vínculo com a financeirização da economia brasileira e mundial. Particularmente, a tese de doutorado de Fábio Teixeira Pitta – intitulada “*As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008*” – nos trouxe algumas provocações importantes.

A pesquisa de Pitta tratava da condição de reprodução crítica das usinas de açúcar no estado de São Paulo graças a um ciclo de alavancagem exacerbado no contexto do chamado superciclo de commodities que ocorreu nos anos 2000. Mostrava o autor que a continuidade da expansão das lavouras de cana de açúcar por terras de menor fertilidade se dava pela necessidade de honrar contratos firmados antes da crise, e não por um processo sustentado de valorização do valor mediante a produção daquela mercadoria agrícola. Dentre as consequências da crise financeira de 2008 o autor destacava aquelas relacionadas às relações de trabalho no campo e o seu impacto na terra como ativo financeiro.

Às novas questões trazidas pelo contato com essa nova perspectiva teórica somaram-se questionamentos ainda não equacionados sobre a projeção do Brasil em termos de produção de commodities agrícolas e minerais que haviam sido levantados desde que cursamos a disciplina Agricultura e Capitalismo no Brasil, ministrada pelo Professor Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira na Universidade de São Paulo no segundo semestre de 2016, primeiro semestre do nosso curso de Doutorado. Embora as perspectivas teóricas e as preocupações centrais das duas abordagens fossem diferentes, os processos descritos e os nomes das grandes corporações atuantes na produção de commodities agrícolas eram os mesmos se tratando do estado de São Paulo. Na realidade paranaense, onde viveu o autor durante a elaboração desta tese, saltava aos olhos a pujança das cooperativas agroindustriais, sobretudo o gigantismo da Coamo Agroindustrial, e das grandes tradings globais de commodities agrícolas (ADM, Bunge, Cargill e Loius Dreyfuss).

Tentador foi enxergar no processo de expansão da Coamo e nos fabulosos investimentos em capital fixo, além dos movimentos de investimento e desinvestimento das grandes tradings, algo que sugerisse uma tendência de queda nas taxas de lucro e um iminente colapso do capital espelhado no setor mais pujante da economia brasileira, o seu “agronegócio”. Não precisa ir muito longe pra dizer que o fracasso se sucedeu de

forma rápida: primeiro pela dificuldade de encontrar informações contábeis confiáveis e em formato conceitual apropriado sobre a vida opaca desses grandes conglomerados financeiros, comerciais e agroindustriais para comprovar tal tendência, e em segundo lugar, porque a lei (a lei de tendência da queda da taxa de lucro) apenas foi esboçada como tal – não sem inúmeras contra tendências capazes de anulá-la em determinadas conjunturas, sendo um processo que, assim como os demais, deve ter o seu significado encontrado na totalidade das relações e desenvolvimentos da sociedade capitalista produtora de mercadorias, o que aumenta a complexidade de qualquer julgamento que se faça a respeito. Esse debate pressuporia discutir as diferentes perspectivas que se contrapõem em relação a uma teoria da crise, o que não foi o foco da pesquisa atual.

Embora a empreitada tenha sido mal sucedida, não se pode dizer que tenhamos abandonado totalmente o questionamento da capacidade do sistema capitalista em manter o seu processo de acumulação sem incorrer em novas e maiores crises. Passamos, na verdade, a entender que o desenvolvimento da crise não pode ser dado a priori e que os seus desdobramentos precisam ser encontrados e explicados no próprio desenvolvimento contraditório em curso, e que a riqueza de uma possível crise é tecida nas mais diversas texturas e nuances. Trocando em miúdos, não seria a miríade de dados ou qualquer analista que nos daria uma resposta acabada.

A desilusão com as limitações da contabilidade e da estatística quase nos levou a abandonar por completo qualquer perspectiva macroeconômica para a construção de uma pesquisa e de uma explicação sobre o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo no campo paranaense e as suas modificações. Precisávamos buscar outro fundamento e um caminho que se mostrou plausível foi o recurso à história.

Parte da indicação dos limites conceituais e práticos das estatísticas e da importância da história para a compreensão do processo de transformação que queríamos descrever e explicar veio por meio de duras críticas quando da apresentação do texto de qualificação, ainda em 2018, numa banca formada pelos professores Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto (Orientador), Dr. Carlos de Almeida Toledo (Membro) e Dr. Fábio Teixeira Pitta (Membro). Fomos alertados da dificuldade que teríamos em enfrentar vasta bibliografia sobre a história de um lugar significativamente desconhecido por nós dado o tempo exíguo para a construção da pesquisa e redação da tese. Mas é preciso que se diga também que o recurso à história só passou a ressoar profundamente na nossa compreensão à medida que decidimos conversar com agricultores paranaenses produtores de commodities agrícolas para entender o que eles



faziam e porque o faziam daquela forma e não de outra. À medida que as visitas às terras cobertas de soja e milho se sucediam, sentimo-nos instigados a discutir as transformações daqueles agricultores. Tão mais instigados nos sentíamos quanto mais as histórias particulares giravam em torno de algumas regularidades.

Uma questão aparentemente marginal – porque preenchida de forte ingrediente de história pessoal e familiar – e que ainda não estava equacionada era entender o porque de, apesar do trabalho e da sucessão familiares estarem presentes ao longo de gerações tanto nas famílias paranaenses (nas famílias sulistas “em geral”) quanto nas famílias nordestinas que vivem da terra, as primeiras haviam alcançado um padrão de vida material exponencialmente maior do que as demais. É claro que aqui falamos das famílias que sobreviveram ao processo de concentração de terras.

O que de início parecia uma questão secundária transformou-se numa questão central porque envolvia o preço da terra no mercado de terras brasileiro e tudo o que ele implica. Ficava claro que o trabalho familiar não poderia explicar por si aquela **fabulosa equivalência monetária** da propriedade da terra nem tampouco um investimento de capital em máquinas que ultrapassam com folga a cifra de um milhão de reais. Outros elementos deveriam estar em jogo e a resposta poderia estar nos ciclos valorização do capital e do espaço, na modernização da agricultura brasileira, no processo de urbanização e na divisão territorial do trabalho, processos embebidos na dinâmica macroeconômica em um contexto histórico de superabundância das formas fictícias do capital e de integração dos circuitos financeiros em nível global.

Em 2019, durante as sessões de orientação coletiva do Grupo de Estudos do Capital (GECA) da Universidade de São Paulo, coordenado pelo Professor Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto, foi sugerido o debate da abordagem do capital a juros e do capital fictício apresentada na obra “Os Limites do Capital”, de David Harvey, que desenvolve questões apontadas por Marx no Livro III de *O Capital*. Foi daí que tiramos novos elementos para uma compreensão mais ampla da relevância da propriedade da terra para a reprodução do modo de produção capitalista, especialmente no tocante à forma de circulação do capital fixo e à transformação da terra em equivalente de capital fictício. A compreensão desses processos, ainda que inicial, permitiu finalmente equacionar com mais clareza as questões referentes ao preço das terras paranaenses e compreender as suas razões e as suas implicações nas transformações territoriais pelas quais passou e ainda passa o campo paranaense. A série de questões levantadas e as

frentes de trabalho abertas ao longo dessa tortuosa caminhada enfim se reconciliavam em um todo mais coerente e agora permitiam um aprofundamento da compreensão.

Com o maturar das questões, começamos a enxergar com mais clareza as modificações históricas do posicionamento do território que hoje corresponde ao estado do Paraná na produção de produtos primários para o mercado mundial, num entrecruzamento entre o desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista e a sua efetiva espacialização, mediada por decisões políticas e adoção de estratégias por parte do Estado brasileiro. As nuances das histórias familiares dos agricultores encontrados nessa caminhada aqui se mostravam como uma verdadeira dança da força de trabalho ao sabor da mobilidade do capital, configurando papéis específicos para essas famílias na divisão territorial e social do trabalho, num processo repleto de conflitos pela terra.

Foi assim que depois de quatro anos de caminhada no Curso de Doutorado nos deparávamos com questões que nos foram apresentadas ainda nos bancos da faculdade, nos anos do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, mas às quais não demos a devida atenção. O debate sobre a questão agrária brasileira e a militância política de alguns movimentos sociais organizados com forte presença na instituição, os estudos de *O Capital* realizados pelo GPECT, coordenado pela professora Alexandrina Luz Conceição e, já no Curso de Mestrado na Universidade de São Paulo, a partir de 2013, as leituras de *O Capital* nos encontros do GECA, nas sextas-feiras à tarde.

Muitos anos haviam passado, mas voltávamos às mesmas questões. E se foi assim, havia boas razões para sê-lo. Primeiro porque as questões eram não só pertinentes, mas centrais para a compreensão da história contemporânea; segundo porque as implicações e os desafios desse fardo histórico ressoam nas nossas vidas como um violão. O que apresentamos a seguir é fruto dessa trajetória. Os avanços que conseguimos, fizemo-los com a ajuda das muitas pessoas que tivemos a sorte de encontrar nessa caminhada e às quais somos imensamente gratos. As falhas são exclusivamente o resultado das nossas limitações pessoais perante o nosso tempo histórico.

\*\*\*

Colocadas essas questões iniciais, cremos poder agora indicar como desenvolveremos o trabalho.

O CAPÍTULO 1 contextualiza a expansão da produção e da exportação de soja no Brasil em meio às condições macroeconômicas brasileiras como meio privilegiado pelo Estado para o equilíbrio do balanço de pagamentos, permitindo compreender a expansão acelerada do “agronegócio” da soja não apenas como fruto da ação de capitais individuais em concorrência sob o condão de uma política econômica favorável, e sim como uma conjunção de interesses econômicos e políticos que passam também pela circulação de capitais ociosos em nível internacional em busca de valorização na esfera da produção e na esfera da circulação e pelo interesse do Estado brasileiro em viabilizar a rolagem das suas dívidas interna e externa. Nesse sentido, o capítulo a dupla função de demonstrar a condição brasileira de recorrente inserção econômica internacional por meio da exportação de produtos primários e pagamento de juros elevados sobre uma dívida crescente, além de apresentar o contexto em que o estado do Paraná passará pelo processo de modernização da agricultura tendo na soja o seu carro chefe.

O CAPÍTULO 2 discute o processo de formação do território paranaense – após a consolidação das suas fronteiras políticas – a partir de construções intelectuais datadas do século XX, especificamente a historiografia regional paranaense inaugurada pelo *Esboço* de Brasil Pinheiro Machado (1951) e outras narrativas construídas a partir do estado de São Paulo tomando como referência a expansão da produção cafeeira neste estado. O contato com essa discussão permitiu distinguir processos que estiveram presentes sistematicamente na formação de todo o território paranaense, sobretudo em relação à apropriação das terras e aos conflitos decorrentes, e o que de fato se constituiu em um processo de particularização das formas econômicas e sociais, constituindo assim uma “diferenciação” em termos territoriais a norte do estado. O contraponto entre as narrativas e os processos sociais que efetivamente se desenrolaram no território paranaense permitiu ainda problematizar o fundamento de tais narrativas e os seus fins políticos e ideológicos.

O CAPÍTULO 3 apresenta uma série de estatísticas, algumas em formato espacial, que ilustram a velocidade e a profundidade das transformações territoriais que aconteceram no Paraná a partir dos anos 1970 com a chamada modernização da agricultura, destacando a alteração da estrutura fundiária, da condição dos produtores em relação às terras, a intensificação da seletividade no uso do solo, além da tendência de mobilização da força de trabalho do campo para as cidades, que apontam para um

profundo esvaziamento das pequenas cidades do interior do Paraná. Tais transformações nos levam a concluir que há uma tendência à homogeneização dos usos do território paranaense e das suas paisagens ainda em curso, decorrente principalmente da expansão das lavouras mecanizadas de grãos (não despida de contradições e conflitos), que faz das narrativas da historiografia regional paranaense ainda em voga no século XXI construções completamente anacrônicas. Conclui-se que hoje o território do Paraná integra de fato o grande território sojicultor brasileiro, particularizando-se no aspecto de ainda ser reduto de propriedades rurais de menor dimensão em relação a outros estados brasileiros, mas que, por uma série de fatores, apresentam os maiores índices globais de produtividade na lavoura da soja.

O CAPÍTULO 4 parte da discussão em torno dos determinantes do preço da terra agrícola para problematizar o fenômeno do preço das terras agrícolas mecanizáveis no Paraná, que alcançam os maiores patamares no Brasil, e as possíveis razões para os descolamentos entre o preço dos produtos cultivados na terra e o preço das próprias terras e dos seus arrendamentos. Possíveis respostas são encontradas no volume de crédito agrícola destinado aos produtores do estado do Paraná, no estoque de capital fixo em efetiva operação no território paranaense que na sua relação com a fertilidade natural dos solos permite ganhos de produtividade do trabalho e das safras, permitindo a extração ampliada de mais valia e de renda diferencial, e na complexa especulação imobiliária que ocorre nesse estado dada a disputa dessas terras por arrendatários, imobiliárias rurais e urbanas e possivelmente fundos imobiliários em busca de renda e de valorização fictícia. Tais desenvolvimentos têm determinado a expansão da soja sobre solos menos propícios ao seu cultivo, dando novas feições ao território paranaense.

O CAPÍTULO 5 apresenta brevemente a estrutura de funcionamento dos mercados de futuros agrícolas apontando o seu surgimento como consequência e como condição do mercado mundial de *commodities*, acelerando a circulação dessas mercadorias e abrindo, na sua forma financeirizada datada dos anos 1970, esses mercados à sanha especulativa de imensas somas de capital morto acumulado ao redor do mundo em busca das cada vez mais restritas formas de valorização fictícia, criando-as onde elas ainda não existam. Conclui que as articulações entre as formas do capital a juros, do capital fictício e as políticas econômicas dos bancos centrais ao redor do mundo têm ampliado exponencialmente a força de determinação que as somas de capitais fictícios têm sobre a produção de mercadorias ao redor do mundo, condenando-

a a formas específicas, implicando em formas também específicas de apropriação e uso das terras paranaenses.

Este é o encaminhamento que escolhemos dar ao trabalho por julgá-lo o melhor à luz do que dispomos até aqui. Esperamos que ele seja analisado e criticado por todos aqueles que buscam entender as transformações recentes pelas quais passou e passa o território do Paraná.

## CAPÍTULO I - A ODISSEIA DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E O ALVORECER DO PROTAGONISMO DA SOJA NO PARANÁ.

Nas rodovias pedagiadas do Paraná não há quem se atreva a duvidar do sucesso das suas lavouras de grãos. A monotonia das paisagens só é quebrada pela irregularidade dos planaltos, vales de rios e pelo alternar das estações do ano.

Quer se esteja indo de Jacarezinho a Foz do Iguaçu, passando por Londrina, Maringá e Cascavel, quer se esteja indo de Ponta Grossa a Guarapuava, assistimos a uma mesma cena: sobre os mares de morros onde outrora deitava a mata atlântica, hoje repousam lavouras ajardinadas e cilindros de metal. Soja, milho e trigo; ainda que o leito carroçável se chame “Rodovia do Café”.

Embora a melhor técnica recomende que a paisagem seja diversificada em ciclos que vão de 5 a 8 anos, o interesse dos agricultores em não deixar a oportunidade escapar faz com que com certa frequência a paisagem se repita. No Paraná dos tempos atuais, a velocidade das oportunidades é ditada pelo *rally* diário dos portos chineses<sup>1</sup> e da Bolsa de Commodities de Chicago. Como se simulasse as exposições universais oitocentistas e novecentistas, em 2005 a COAMO levou a Chicago a sua mercadoria, o grão de soja sul americano. Ironicamente, em 2019, a cidade de Ivaiporã ganhou a sua réplica da Torre Eiffel.

A oleaginosa se tornou a rainha do “agronegócio”<sup>2</sup> brasileiro na última quadra século XX por uma conjunção de fatores que envolveu os interesses de parte dos

---

<sup>1</sup> <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2018/11/14/exportacao-recorde-de-soja-do-brasil-a-china-pode-ser-ainda-maior-diz-secretario.ghtml>

<sup>2</sup> Quando utilizarmos a expressão “agronegócio” ao longo deste trabalho será para nos referirmos de forma genérica a atividades agrícolas, industriais e de serviços organizadas em torno do cultivo de gêneros agrícola comerciais, sem nenhuma pretensão à teoria, conforme definido por DELGADO (2012, p. 89-90): “Agribusiness é uma noção puramente descritiva das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas e processamento industrial, realizadas antes, durante e depois da produção agropecuária, cuja soma econômica constituiria uma espécie de novo setor de atividade econômica... As noções de complexos agroindustriais, complexo rural, cadeia produtiva e *filière* são análogas. Estas noções são empregadas em textos de Administração, Marketing, Sociologia, Economia e Ciência Política como informações técnicas, inseridas em algum enfoque teórico dessas disciplinas científicas, porque as noções técnicas contêm fatos e informações, mas não constituem propriamente um conceito seminal, teoricamente explicativo de relações econômicas e sociais determinadas. Como mera descrição de fenômeno, o produto medido por transações monetárias, sem dupla contagem, que se gera neste setor de agronegócios está aquém de um conceito teórico. É pura descrição do fenômeno empírico, cujo recorte taxonômico somente terá sentido na acepção de *theoria* se, ao recorte assim denominado, atribuirmos algum significado, alguma relação real estável entre fenômenos, que de alguma maneira caracterize um sentido de determinação à constituição ou funcionamento desse setor de atividade”. (2012, p. 89-90): “Agribusiness é uma noção puramente descritiva das operações de produção e distribuição de

agricultores americanos e seu modelo de produção em larga escala, organizados em torno da poderosa American Soybean Association (ASA), o interesse do Estado Norte Americano em fazer prevalecer seus produtos agrícolas e derivados no mercado internacional, o interesse das fundações e empresas patrocinadoras da pesquisa genética e produtoras de máquinas e insumos para as lavouras mecanizadas (tecnologias físicas, químicas e biológicas), o interesse dos agricultores e empresários do Sul do país, interessados no feijão verde do qual falavam-se grandes virtudes e as pretensões do Estado brasileiro de utilizar o setor primário exportador como fonte de saldos comerciais externos. (BERTRAND Et al, 1987; HASSE, 2011). Enlaçando todas essas particularidades da modernização da agricultura brasileira havia ainda uma forte deliberação dos países ricos em emprestar vultosos recursos aos países pobres por meio dos bancos multilaterais de fomento e por meio de instituições financeiras privadas, de modo a obter altas taxas de retorno sobre o seu capital, fator que mais adiante iria implicar na completa insolvência das principais economias do segundo mundo, ironicamente chamadas de “emergentes”.

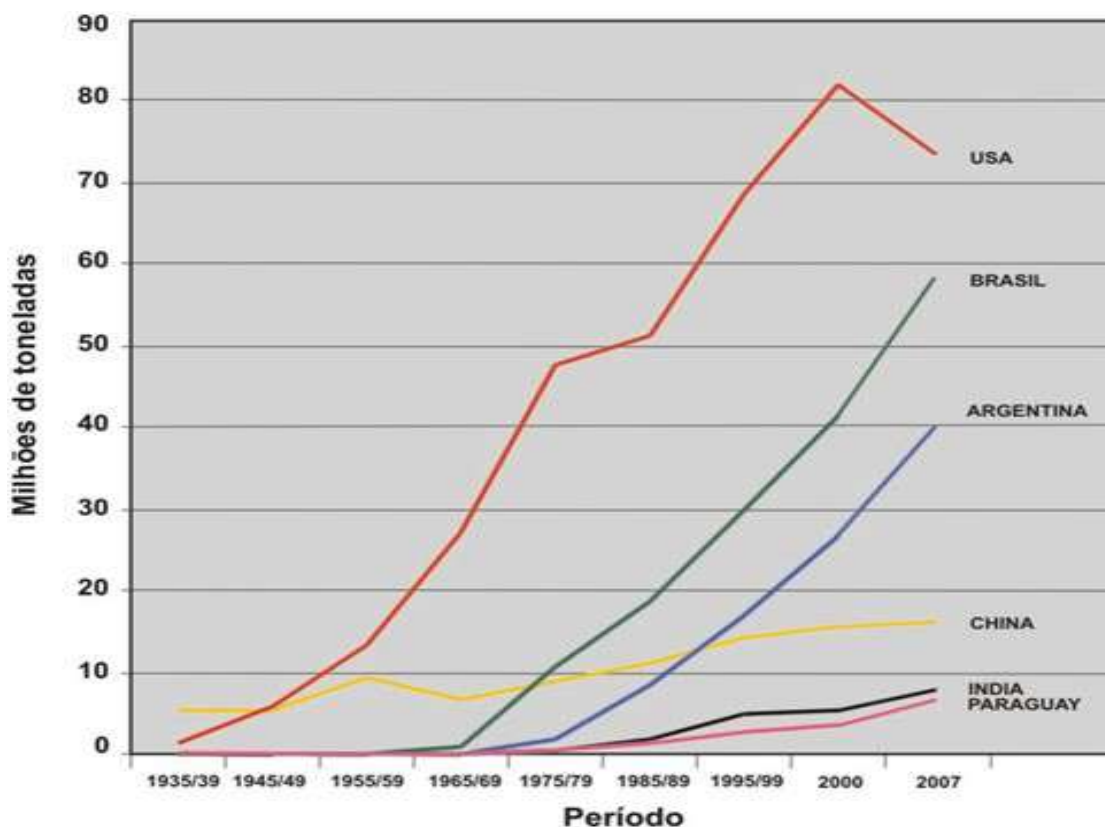
Por um lado, as modificações genéticas feitas na planta lhe proporcionaram grande adaptação climática e melhoraram o seu perfil protéico e lipídico, tornando-o uma fonte de proteínas e gorduras de origem vegetal com alta competitividade em termos de custo de produção. Por outro, a intervenção geopolítica norte-americana criou uma forte demanda internacional pelo grão de soja e seus derivados ao redor do mundo favorecendo os produtores dos EUA, que já haviam se tornado os maiores produtores mundiais do grão na década de 1940. Por obra dos interessados em torno da soja nos EUA a planta se consagrou como a melhor opção em termos de custo de produção/preços de mercado não só para os agricultores, mas também para pecuaristas, dependentes da soja para alimentar os seus rebanhos, e para os consumidores em geral, que foram ensinados por meio de campanhas de marketing a consumirem o óleo de soja

---

suprimentos agrícolas e processamento industrial, realizadas antes, durante e depois da produção agropecuária, cuja soma econômica constituiria uma espécie de novo setor de atividade econômica... As noções de complexos agroindustriais, complexo rural, cadeia produtiva e *filière* são análogas. Estas noções são empregadas em textos de Administração, Marketing, Sociologia, Economia e Ciência Política como informações técnicas, inseridas em algum enfoque teórico dessas disciplinas científicas, porque as noções técnicas contêm fatos e informações, mas não constituem propriamente um conceito seminal, teoricamente explicativo de relações econômicas e sociais determinadas. Como mera descrição de fenômeno, o produto medido por transações monetárias, sem dupla contagem, que se gera neste setor de agronegócios está aquém de um conceito teórico. É pura descrição do fenômeno empírico, cujo recorte taxonômico somente terá sentido na acepção de *theoria* se, ao recorte assim denominado, atribuirmos algum significado, alguma relação real estável entre fenômenos, que de alguma maneira caracterize um sentido de determinação à constituição ou funcionamento desse setor de atividade”.

como alternativa saudável à banha de porco e como alternativa econômica aos óleos concorrentes como os de algodão, canola ou girassol.

**Figura 01:** Evolução da produção de soja por país produtor (1935-2007).



Fonte: EMBRAPA<sup>3</sup>.

No Brasil, a soja irá se valer do esforço de modernização que já se fazia no Rio Grande do Sul e em São Paulo por volta dos anos 1950. No caso específico do Paraná, a perda de importância relativa da lavoura de café por problemas da própria lavoura ou por desincentivo estatal abriria espaço para novas culturas e, por intervenção do Governo Federal e do Governo do Estado, formou-se uma estrutura para organização dos produtores e modernização da produção, representada pelas cooperativas e pelos investimentos nas indústrias de óleos vegetais, que apontava claramente na direção da produção de grãos como substituta da lavoura cafeeira. Presente também esteve o

<sup>3</sup> [https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/soja/arvore/CONTAG01\\_10\\_271020069131.html](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/soja/arvore/CONTAG01_10_271020069131.html)



investimento privado nacional e internacional, com a instalação de plantas para processamento e armazenagem da soja a partir dos anos 1970. Porém, a viabilidade de um crescimento tão acelerado tinha na sua base a oferta de crédito acelerado pelo estado brasileiro por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SCNR), criado a partir de 1965 e que foi bastante seletivo de início na distribuição dos créditos aos produtores. A alta de preços de 1973 foi um evento icônico do que se tornara a soja, praticamente uma profecia auto-realizável. A alta foi decorrente do desabastecimento no mercado internacional provocado por uma série de fatores, como a quebra de safra nos EUA no ano anterior, a redução da produção da farinha de anchoveta no Peru e queda na produção da China e da União Soviética. Para agravar o quadro, no final de 1972 as compras realizadas pela União Soviética dispararam uma corrida aos estoques, levando o presidente Richard Nixon a embargar parte das vendas para os soviéticos em 1973. Nesse ano a tonelada do grão chegou a estar cotada em U\$S 600, quando nos dois anos anteriores o seu preço oscilou entre U\$S 112 e U\$S 150 (HASSE, 2011). A expansão pelo Brasil foi rápida, e após tomar o Paraná em 1970, último estado da região Sul, a marcha da soja adentrou o centro oeste e os cerrados do nordeste nas décadas de 1980. Nos anos 1990 alcançou também as franjas da floresta amazônica e adentrou pelos anos 2000 já anunciando a liderança brasileira na produção mundial de soja, com um novo ciclo de *commodities* se iniciando nos anos 2000, puxado pela agora rainha do agronegócio brasileiro, a soja.

A soja emprestou sua força ao milagre brasileiro. Mesmo após 1982, quando a moratória do México aos credores internacionais aceleraria a escassez de crédito internacional e poria um ponto de inflexão no ciclo de financiamento da modernização produtiva brasileira lastreada em endividamento internacional<sup>4</sup>, a soja continuou a sua franca caminhada expansionista. Se a década de 1980 foi a década perdida para o Brasil, para a soja não se pode dizer o mesmo, pois ao longo da década de 1980 a soja continuou a se expandir, tanto em quantidade produzida quanto em área plantada.

No quadro interno do país, segundo GOLDFARB (2013, p. 70):

“Caem, nesse momento [a partir de 1979], em especial o crédito para investimento e para comercialização. O crédito custeio cai apenas a partir de 1983, o que, somado às boas condições climáticas e à política de preços

---

<sup>4</sup> O Segundo choque do petróleo de 1979 agravou o problema dos países que buscavam no mercado internacional de capitais o financiamento da própria industrialização, uma vez que o aumento dos juros levou a um aumento significativo das dívidas contraídas.

mínimos, fez com que a produção agrícola para o mercado interno tivesse bom desempenho na primeira metade da década...

Durante a primeira metade da década de 1980, o governo teve uma atuação decisiva na determinação do comportamento do investimento na produção agrícola. Isso muda, em especial a partir de 1988, quando o governo opta por uma menor intervenção estatal, tanto junto ao produtor quanto junto ao consumidor, basicamente para reduzir o impacto da política de abastecimento e de preços mínimos sobre o déficit público. Mas como isso coincidiu com a elevação dos preços internacionais das *commodities* e com a queda dos preços dos insumos e dos transportes (dada a queda nos preços do petróleo), manteve-se o dinamismo das safras de 1987/88 e 1988/89”.

Parte do comportamento expansivo que a soja apresentou ao longo da década de 1980 se explica pelos estímulos que o governo militar deu ao setor primário exportador após a crise de 1982. Sob a coordenação do Ministro da Fazenda Delfim Neto, o governo lançou uma estratégia de geração de saldos comerciais expressivos. Como dentre os setores econômicos os produtos básicos e os agroprocessados apresentavam melhor relação entre despesas com importações e saldos com exportações eles foram os “escolhidos” para “enviar ‘renda líquida ao exterior’, requerida pelos credores internacionais” (DELGADO, 2012, p.80).

A redução de estímulos ao setor só começaria a ser feita de forma significativa a partir de 1988 alcançando o seu ápice a partir de 1994, quando a fatura de liquidez internacional levou o governo a abandonar a política de promoção de exportações, sob a crença de que “a abertura comercial e financeira da economia brasileira resolveria pelos mercados o problema crônico da dependência de recursos externos” (idem, p. 79). Em outras palavras, a ideia do governo era a de que, com a abertura, um significativo fluxo de capitais aportaria no Brasil trazendo divisas tanto o quanto ou mais até do que as exportações do agronegócio traziam. Partindo dessa premissa, a partir de 1994 a política de comércio exterior passa a se basear no tripé: câmbio sobrevalorizado (com o Plano Real), tarifas reduzidas (redução tarifária iniciada a partir de 1990) e desregulamentação nas políticas de fomento agrícola e industrial. Sem reverter o crescimento de setores da agricultura de exportação no Brasil, esse período registra uma redução significativa nos seus ritmos de crescimento, que só voltaria a se acelerar novamente a partir dos 2000.

O impacto de tal conjunto de políticas transformou o Brasil de país superavitário no comércio exterior em país deficitário, ampliando o déficit em conta corrente e

levando o país ao acúmulo de passivos externos<sup>5</sup>. No conjunto, a nova política de comércio exterior prejudicou o setor agroexportador, impactando negativamente na renda fundiária. Some-se a esses fatores a redução generalizada no preço das *commodities* nos anos 1990 e o resultado foi a queda da renda fundiária e do preço das terras agrícolas entre 1994 e 1999 como se poderá ver a seguir.

**Tabela 01.** Variações médias anuais em diferentes períodos nos indicadores macroeconômicos e no preço da terra (1965-2007).

Períodos	Taxa média de incremento % PIB Geral	Taxa média de incremento % PIB Agrícola	Proporção do saldo comercial no PIB Geral %	Proporção da Renda Líquida enviada ao exterior no PIB %	Incremento real no preço da terra (lavoura) %
1965/80	(+) 8,10	(+) 4,60	0,38	1,34	* (+) 35,3
1983/93	2,27	2,35	4,13	3,95	(+) 1,9
<b>1994/99</b>	<b>2,82</b>	<b>3,56</b>	<b>(-) 0,19</b>	<b>2,1</b>	<b>(-) 9,1</b>
2000/2007	3,6	6,16	(+) 3,10	3,21	** (+) 10,16

Notas: \* O Índice de Preços da Terra com a variação real aqui referida em termos de média anual é para o período de 1970 e 1976, calculado com base nos dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (Resende, 1981).

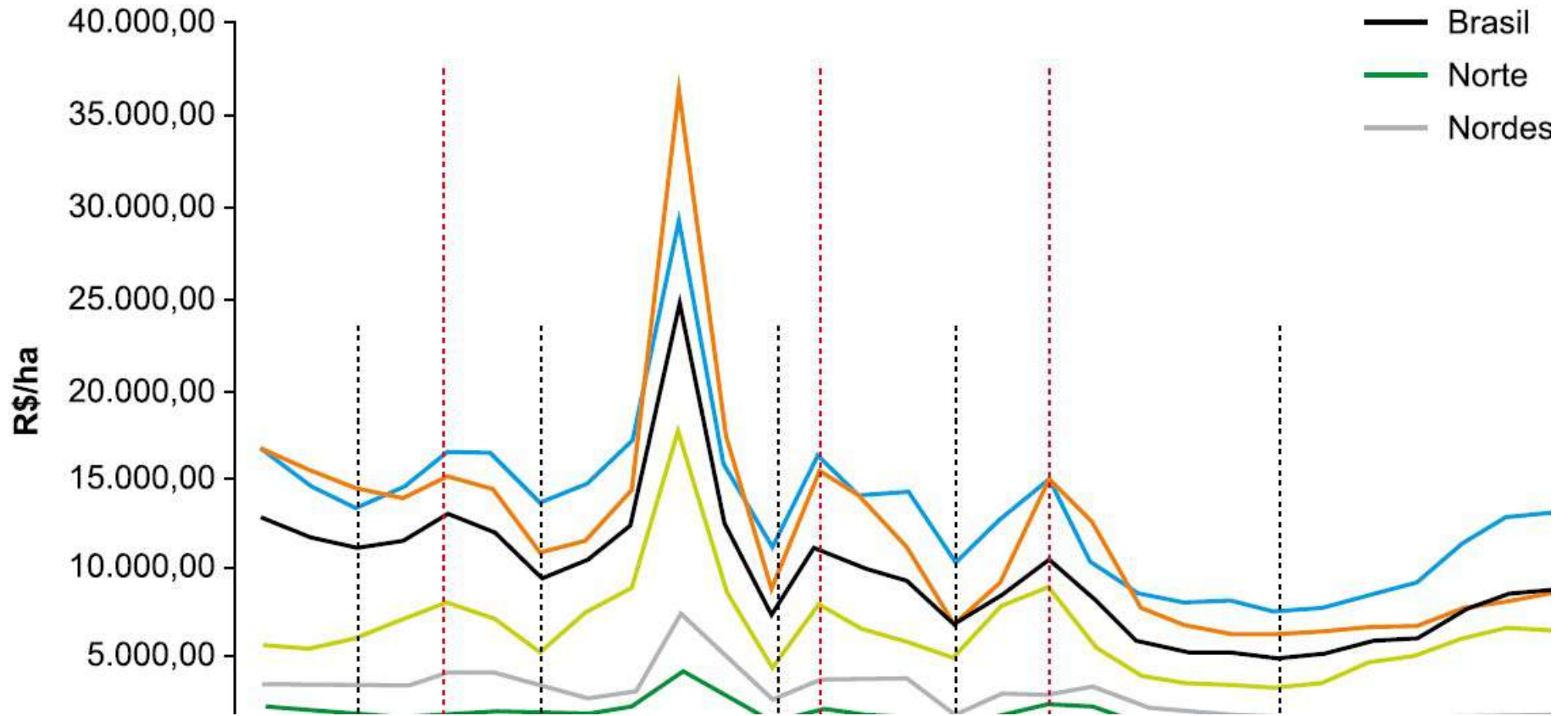
\*\* Média 2000-2006, citada na tabela 5.2.

**Fonte:** DELGADO 2012, p. 80

DELGADO (2012) e GASQUES ET AL. (2008, p.3) nos dão uma visão abrangente do comportamento do preço da terra no Brasil durante esse período. GASQUES ET AL. (2008, p.3), que analisou o período de 1977 a 2006, afirma que a tendência geral dos preços reais da terra no Brasil foi de decréscimo entre 1977 e 1998. A partir de 1999 os preços começam a mostrar uma recuperação, como se pode ver no gráfico a seguir.

<sup>5</sup> Segundo Delgado 2012 (p. 81) esses passivos foram da ordem de 3,5% do PIB ao ano, totalizando cerca de US\$ 180 bilhões em oito anos.

Gráfico 01. Evolução dos preços de terras para lavouras de 1977 a 2013 – reais de dezembro de 2015.



Fonte: CAETANO BACHA, STEGE, HARBS (2017).

Conforme o autor:

“O preço de venda de terra de pastagem no Brasil caiu a uma taxa de 3,12% ao ano, e o de venda de terra de lavouras caiu 2,58% ao ano no período 1977 a 2006. Nesse longo período, a tendência de queda do preço da terra é persistente até 1998. Esse período quase coincide com o período dos Censos Agropecuários de 1975 e 1995 (IBGE, 2007) onde a área de lavouras, como foi visto permaneceu estagnada [**com a substituição de lavouras permanentes por lavouras temporárias**]<sup>6</sup>, e a de pastagens sofreu alguma expansão. Mas é um período onde não se notou a pressão sobre a terra e que por consequência os preços tiveram uma tendência declinante”.

O que as informações sobre o preço da terra apresentadas na tabela e no gráfico anteriores nos mostram é uma série de desdobramentos de tendências macroeconômicas globais e de mudanças na política agrícola brasileira. Observando a tabela acima, vemos que o período que vai de 1965 até o fim dos anos 1970 foi marcado por um forte incremento dos preços da terra, movido pela privatização das terras brasileiras pelas lavouras mecanizadas financiadas com juro subsidiado. Some-se a isto a disparada dos preços de algumas commodities nos anos 1970, da soja ao petróleo. A transição dos anos 1970 para os anos 1980, marcada pelo segundo choque do petróleo, pela elevação dos juros internacionais e pela moratória mexicana, representou uma aguda crise de liquidez global e de financiamento dos países pobres endividados, marcando o início do declínio do preço das terras no Brasil. A insolvência dos países pobres que financiaram o seu “milagre econômico” às custas de financiamentos internacionais, como foi o caso do Brasil, impactou negativamente a atividade econômica em geral deixando aos anos 1980 o rótulo de “década perdida”. O desmonte da política econômica que sustentou o forte crescimento da agricultura e a redução dos preços internacionais das commodities levou o preço médio da terra no Brasil a cair de forma consistente até 1999, significando a alteração da posição da agricultura de exportação na balança comercial brasileira. A alteração do regime de câmbio em 1999 daria o ponto de virada para o preço das terras no Brasil.

Dois fatores chamam a atenção na Gráfico 01, e eles permitem levantar questões importantes para a argumentação que irá se desenvolver ao longo deste texto: o patamar de preços das terras por região brasileira e o seu nível de volatilidade. Onde a fronteira agrícola estava mais consolidada e as infraestruturas produtivas mais desenvolvidas,

---

<sup>6</sup> Comentário nosso.

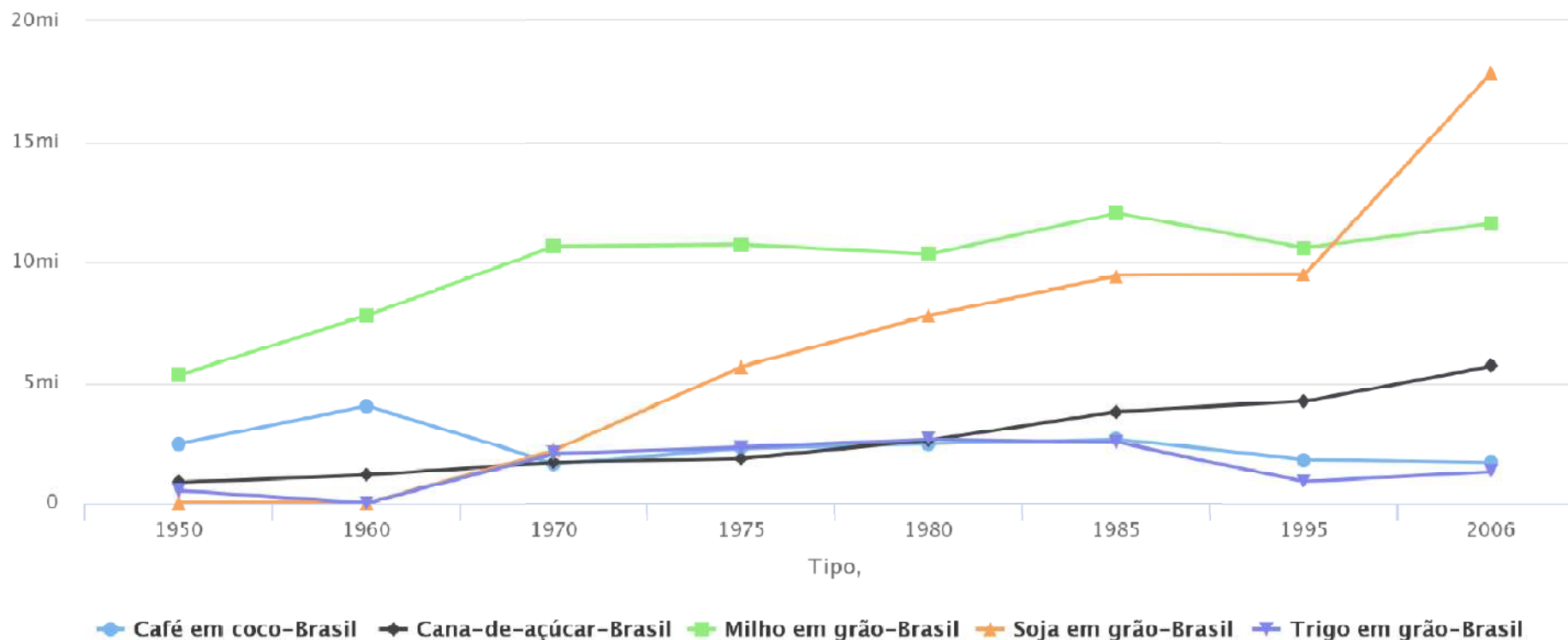
onde o mercado de terras estava mais aquecido e onde houve a quase totalidade da captação os recursos do SCNR (a exemplo do Sul e do Sudeste do país) os preços alcançavam patamares maiores e também maiores volatilidades, enquanto as regiões Norte e Nordeste apresentaram preços quase estáveis ao longo do período em questão. O que se viu nos anos 1994 a 1999 foi a convergência dos preços das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste aos preços das terras das demais regiões (guardadas as diferenças intransponíveis de capital investido nas primeiras regiões naquele contexto histórico), tornando a se descolar de forma significativa a partir do início dos anos 2000. As regiões Norte e Nordeste só embarcariam no rally de preços na segunda metade da década de 2000, quando o superciclo global de commodities mostrou uma força avassaladora com aumento de preços em uma vasta gama de matérias-primas agrícolas, com destaque para a soja, que na virada dos anos 1990 para os anos 2000 assumiu a posição de líder da pauta brasileira de exportações, numa ascensão consistente e vertiginosa, passando quase ilesa às dificuldades dos anos 1980 e 1990 (Gráfico 02).

Os anos 2000 marcaram um novo ciclo de impulso à inserção brasileira como país produtor de **commodities** agrominerais na **divisão territorial internacional do trabalho**. No caso específico da soja, o crescimento acelerado da demanda chinesa a partir dos anos 2000, em função do intenso processo de urbanização desse país e da mudança dos hábitos alimentares da sua população, com o incremento do consumo de industrializados, derivados da soja e proteína animal, foi o principal responsável pelo avanço da soja pelas terras brasileiras com todas as suas implicações negativas. Como nota Delgado (2012), esse período será marcado pela intensificação da exploração do trabalho e dos recursos naturais. Associada à ferrenha **manutenção da propriedade da terra no Brasil, a política de equilíbrio das contas externas brasileiras via produção de commodities e extração de renda leva a uma situação onde os preços da terra no Brasil apresentam a tendência histórica estrutural de alta**.

Em *O Capital*, Marx deixa revelar uma das características das formas fictícias de manifestação do capital: sua intensa volatilidade de preços nos mercados, não importa o quão intacta esteja a economia nacional. É justamente por assentar um dos seus pés sobre uma base instável – as expectativas sobre os ganhos futuros – que os preços dos títulos de terra e outros “ativos” podem apresentar tamanha volatilidade. Exuberância e depressão são duas faces de uma mesma moeda. Quando a propriedade da terra é vista como possibilidade de auferir rendas superiores aos rendimentos dos títulos da dívida pública, das ações ou das atividades industriais, e pairando a segurança política e

jurídica da sua manutenção, os títulos de propriedade da terra podem se apreciar “até o céu”. Na moderna contabilidade, o método das partidas dobradas preconiza que a cada crédito existe uma contrapartida de débito, que para cada destinação de recurso existe uma origem. Portanto, é legítimo concluir que parte da exuberância do preço da terra no Brasil tem como o seu avesso a fabulosa montanha de débitos das contas do Estado brasileiro, encorpada anualmente com os débitos destinados a equacionar o diferencial de juros para o subsídio à agricultura. Assim, o crédito subsidiado e o valor econômico auferido em moeda nacional na produção de soja dão boa parte, mas não toda, da tônica do movimento geográfico dos preços no mercado de terras brasileiro.

**Gráfico 02.** Evolução da área colhida por tipo de produto no Brasil, 1950 a 2006.



Fonte: "IBGE - Censo Agropecuário"

"1 - Os dados da série histórica disponibilizados nesta tabela são reflexo das publicações disponíveis à época. Especificamente para o ano de 1995, pequenas correções foram feitas após a publicação, o que pode ocasionar uma diferença mínima entre estes e aqueles disponíveis em outras tabelas cujos dados foram tabulados posteriormente à divulgação oficial.

2 - Nos censos de 1920 até 1996 foi levantada a produção de café em coco; no censo de 2006 foi levantada a produção de café em grão.

3 - A produção de laranja em 2006 está em mil frutos; para conversão utiliza-se o fator de 6,25 frutos por 1 Kg."



\*\*\*

Vários foram os determinantes que levaram ao ciclo altista que se iniciou nos anos 2000 e um marco importante desse novo ciclo foi o abandono da paridade cambial real/dólar e a adoção do regime cambial flutuante. Uma vez que as commodities agrícolas são negociadas em dólar, a desvalorização da moeda brasileira aumentou a renda obtida pelos exportadores, sendo um excelente incentivo ao incremento das exportações. Conforme argumenta Delgado (2012, p. 78):

**“Os anos de 1982 e 1999 têm algo em comum para o Brasil. São marcos de duas graves crises cambiais, que em cada contexto histórico demarcaram grave desorganização do sistema econômico. Isso pressiona à adoção de ajustes conjunturais, que implicam em forçada reestruturação econômica, tendo em vista atender o constrangimento externo. Nesse contexto, o lugar da agricultura terá papel macroeconômico muito relevante, muito além do tamanho específico do setor agrícola na contabilidade do Produto Interno Bruto”.**

Mas a crise cambial de 1998/1999 é um dos pontos altos de um processo de transformação da agricultura capitalista no Brasil que se iniciou já no começo da década de 1980. **Para DELGADO (2012), o período de 1983 a 2003 foi de transição para a agricultura capitalista no Brasil.** Apesar de, a partir de 1983, o Governo Militar optar por uma estratégia de geração de saldos comerciais por meio do estímulo às exportações do setor de produtos primários e agro processados, no governo de transição do presidente José Sarney, em 1986, já se inicia a reforma da política comercial, financeira e agrícola vigente durante a Ditadura Militar (1964-1985) que garantiu a chamada modernização da agricultura brasileira.

“O fim em 1986 da “Conta Movimento” do Banco Central para com o Banco do Brasil, mecanismo pelo qual este último operava de fato a função de autoridade monetária, para se financiar automaticamente junto ao Bacen relativamente às necessidades de liquidez do conjunto das políticas agrícolas e comerciais que administrava, marca na realidade a mudança mais importante da política financeira federal em relação à política vigente no regime anterior. Do mesmo período é a extinção do “Orçamento Monetário” e a transferência de fundos e programas de crédito rural do Banco Central para a secretaria do Tesouro (DEc. N. 94.444/87), recém-criada. Essas medidas ocorrem em simultâneo à edição do Plano Cruzado, de vida efêmera, mas embrião de certa forma, da reforma monetária posterior, do Real, em 1994.

“Essas iniciativas preliminares, ainda antes da promulgação constitucional, perseguiram avidamente uma solução à crise fiscal do Estado, que se agravara sobremaneira desde 1982, e que levariam ao encolhimento de uma política agrícola e comercial, fortemente sustentada por emissão de dívida pública, ainda que de maneira pouco transparente”. (Idem, p. 85)

No início da década seguinte, com o governo do presidente Fernando Collor (1990-1992), tem início uma reforma administrativa responsável por extinguir os antigos institutos por produto (IAA, ICB e CTRIN-DTRIG), reduzindo o poder de regulação do Estado sobre a comercialização da produção agrícola<sup>7</sup>. Na seqüência, o governo FHC I, se encarregou da completa desmontagem da antiga política agrícola e comercial<sup>8</sup>. Para tal, o Estado optou pela transferência para a dívida pública mobiliária federal dos débitos privados contraídos junto a bancos públicos e privados sob as condições vigentes da antiga política, o chamado de reconhecimento de passivos contingentes.

“Em linguagem simples, para o caso específico das contas agrícolas, o processo consiste no seguinte: houve um conjunto importante de dívidas vencidas e estoques públicos perdidos ou desviados nas rubricas – PGPM, Conta Trigo, Conta Café, PROASAL (Programa de Apoio ao Setor Sucoalcooleiro) e PROAGRO, que até 1996 eram suportados pela emissão monetária do Banco do Brasil. Essas dívidas e perdas são transferidas à cobrança e outras providências da Procuradoria da Fazenda Nacional, enquanto que os bancos ficam capitalizados pela emissão em seu favor de Títulos do Tesouro Nacional. Essas dívidas e perdas são transferidas à cobrança e outras providências da Procuradoria da Fazenda Nacional, enquanto que os bancos ficam capitalizados pela emissão em seu favor de títulos do Tesouro Nacional. Essas dívidas e perdas a apurar vão alimentar milhares de processos judiciais que compõem a chamada Dívida Ativa da União (para com a União), cujo grau de adimplência e eficiência na cobrança é em geral muito baixo. Enquanto isto, os devedores privados junto aos bancos deixaram de sê-lo, porque os agentes financeiros transferiram seus passivos para o Tesouro Público.

“A consequência imediata desse “reconhecimento de passivos” é a virtual explosão da Dívida Líquida do Setor Público no período de 2000-1999, que pula de 30,38% do PIB em 1994 para 49,39% no ano de 2000, autoalimentada também pelas altas taxas de juros “Selic” no período e até o presente.” (Idem, p. 86-7)

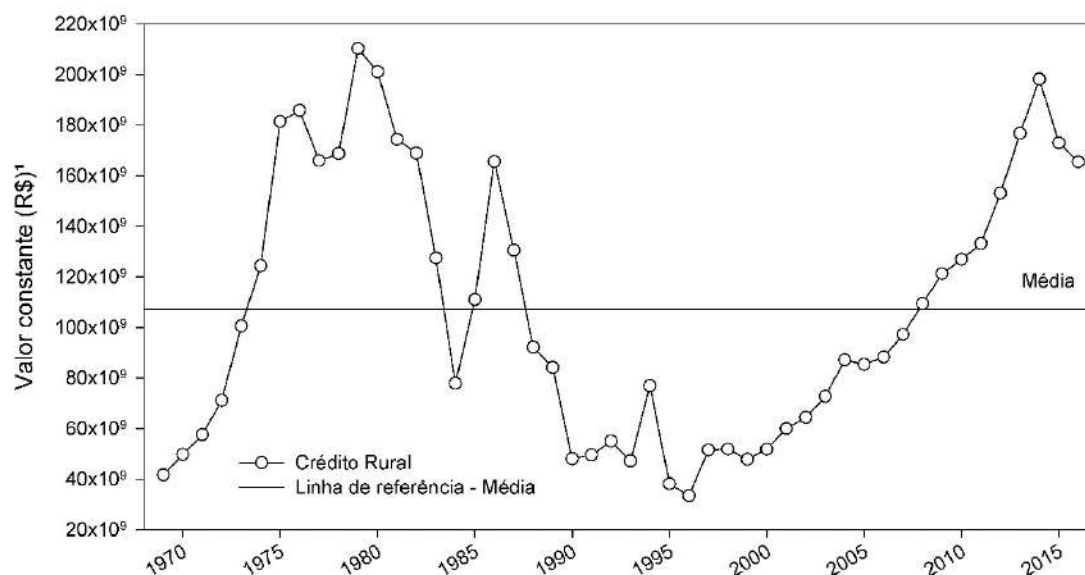
---

<sup>7</sup> A Lei n. 8.029, de 12/4/1990 autoriza o poder executivo a extinguir o IAA, o IBC, o BNCC, a Embrater e a fundir três empresas – CFP, COBAL e CIBRAZEM numa única sucessora – a Conab.

<sup>8</sup> Além da extinção dos institutos por produto, foram modificados substancialmente outros pilares da política comercial e agrícola vigente nos governos militares: Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) com formação de estoques; Garantia de Preço Único e monopólio estatal de compra do trigo, Estoques reguladores de carne e leite; e Programa de Apoio à Atividade Agropecuária (Proagro).

Esse processo levou o Tesouro Nacional a reduzir drasticamente o volume de recursos destinados a bancar novas subvenções à política agrícola, especialmente o crédito rural, como se pode ver na gráfico 03 a seguir. Como se pode notar, o volume de recursos disponibilizados cresce quase que continuamente entre 1969 e 1979, ano do segundo choque do petróleo. Daí em diante os recursos começam a decrescer de forma consistente à medida que a elevação das taxas de juros norte-americanas leva à insolvência da dívida dos países pobres e o governo brasileiro começa a desmontar a estrutura monetária e financeira que sustentou a modernização da agricultura brasileira entre 1965 e 1985. Com o mercado desregulado, as taxas alfandegárias reduzidas e o real sobrevalorizado, o governo FHC abandonará até 1999 a política de geração de saldos comerciais por meio da exportação de commodities, apostando que a abertura financeira e comercial se encarregaria de trazer para o Brasil as divisas tão necessárias ao equilíbrio das transações internacionais do país num contexto de farta liquidez internacional.

**Gráfico 03.** Evolução do Crédito Rural, 1969 – 2016 (Valores constantes para dezembro de 2016).



**Fonte:** SOUSA; FERREIRA JUNIOR; MIZIARA; ARRUDA DE MORAIS (2020).

Em face das dificuldades, uma série de agentes se organizou em torno da oferta de crédito privado aos produtores de soja, especialmente a indústria. Uma complexa engenharia financeira envolvendo bancos, *tradings*, agroindústrias, cooperativas, empresas produtoras de insumos e máquinas ampliou participação na oferta de crédito dos produtores. Ainda que, diante do observado nas décadas de 1970 e 1980, possa se dizer que nos anos 1990 o crescimento do setor agrícola brasileiro tenha sido pequeno, o setor atravessou a década em crescimento, na contramão do crédito oficial, em queda livre. As inovações na oferta do crédito privado contribuíram para isso. Segundo Medeiros (2009, p. 104-5):

“As grandes *tradings*, em geral ligadas a bancos de financiamento, apresentam uma liquidez que se tornou fundamental ao financiamento das lavouras no momento do esgotamento do crédito oficial na década de 1990. **Esses recursos passam a circular inicialmente na forma de vendas antecipadas, o que ficou conhecido como contrato de “soja verde”.** Em muitas regiões brasileiras essa prática era comum há tempos, em especial entre pequenos produtores com dificuldades de acesso ao crédito oficial. **As compras antecipadas eram (e continuam a ser em muitas regiões) realizadas por empresas de vendas de insumos e por cerealistas. Na década de 1990 esta prática disseminou-se, em especial em virtude do esgotamento do crédito oficial subsidiado [...]** As vendas antecipadas de safras para vendedores locais de insumos eram importantes especialmente para pequenos produtores sem possibilidades financeiras ou técnicas de recorrerem aos financiamentos bancários. **A situação inicia uma mudança com a criação do PRONAF em 1996, com juros mais baixos e menor burocracia.”**

Leonel Mazzali (2000) afirma que na década de 1990 começou a se processar uma profunda mudança na forma de organização dos elos que sustentaram a modernização da agricultura brasileira, onde as rígidas relações hierárquicas entre indústria e agricultura passaram a dar espaço a estratégias corporativas mais flexíveis e dinâmicas, de acordo com a nova conjuntura econômica que se impunha. Para o autor, o “conceito” de **complexo agroindustrial (CAI)**, largamente utilizado por estudiosos da modernização da agricultura no Brasil, teria se tornado obsoleto para expressar uma nova realidade a ser explicada, que o autor sugere ser lida a partir do “conceito” de **organização em rede**.

“A saída de cena do Estado impeliu à descoberta de novas formas de financiamento e comercialização da safra, no bojo das quais emergiram

novos protagonistas. A agroindústria e as indústrias de máquinas e insumos agrícolas passaram a ocupar um papel importante no financiamento à produção rural, no vácuo deixado pelo governo. A indústria passou a se constituir no principal agente financeiro no campo.” (Idem, p. 100)

“Dada a natureza das novas configurações, ficou patente que o "complexo agroindustrial" é insuficiente para apreender as articulações entre os agentes. Isso porque tais articulações não estão assentadas em relações bem definidas e estruturadas a partir da matriz de insumo-produto, mas em um conjunto de estratégias dos agentes que redefinem dinamicamente a forma e o conteúdo das relações.” (Idem, p. 150)

As inovações na engenharia financeira permitindo a criação e a transferência de novos títulos de direitos sobre a propriedade das mercadorias agrícolas (valores mobiliários) entre os agentes e os mecanismos de securitização dessas estruturas sofisticadas de dívidas abriram, nos anos 1990, um caminho que continua a ser expandido até os dias atuais, no qual **os mercados agrícolas foram levados a um grau cada vez mais aprofundado de exposição ao crédito e ao capital fictício, às suas contradições e à ação dos seus agentes** (fundos de pensão, fundos coletivos de aplicação, sociedades de seguros, bancos que administram sociedades de investimentos, fundos de hedge). Embora a complexidade de tais fenômenos possa sugerir uma organização menos hierárquica e mais flexível, é uma flexibilidade que visa levar à produção capitalista de mercadorias a superar os seus limites imediatos, pondo outros mais adiante, mas não uma flexibilidade do ponto de vista social ou dos possíveis usos do solo.

Segundo GOLDFARB (2013), em 1992, a Bolsa de Cereais de São Paulo criou os Certificados de Mercadoria com Emissão de Garantia (CM-G), instrumentos por meio dos quais os produtores rurais podiam emitir títulos de comercialização de sua produção. Mais tarde, em 1994, o mecanismo de compra antecipada ganhou um sistema mais “sofisticado” com a criação da CPR – Cédula do Produto Rural, instrumento amplamente utilizado por produtores de soja. Trata-se de um tipo de contrato a termo, em que o produtor recebe antecipadamente um montante em dinheiro correspondente à quantidade de produto comprometida para entrega futura. Ou seja, o produtor vende antecipadamente sua produção, recebendo o valor da venda à vista e se compromete a entregar o produto negociado na quantidade, qualidade, data e local estipulado. A CPR, diferente da CM-G, é endossável, ou seja, pode ser transferida a outra pessoa e pode ser negociada fora da bolsa. Mais tarde, em 2001, a CPR passaria a poder ser

comercializada na BM&F (CPR com liquidação financeira), a Bolsa de Mercadorias e Futuros, hoje B3. A CPR com liquidação financeira não exige a liquidação do contrato unicamente por intermédio de entrega física da mercadoria do produtor para o seu financiador, mas também permite que a liquidação seja feita em dinheiro.

**Mesmo com os recursos públicos destinados à agricultura retomando uma trajetória de crescimento na década de 2000, criaram-se diversos instrumentos de mercado de captação de crédito.** Em 2004, com a Lei 11.076, novos títulos foram criados para aumentar as possibilidades de captação de crédito diretamente via setor financeiro, o certificado de Depósito Agropecuário (CDA), o Warrant Agropecuário (WA), o Certificado de Direito de Crédito do Agronegócio (CDCA), o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA). Trata-se de títulos que representam promessa de pagamento em dinheiro, negociados na BM&F, em bolsa de valores e em mercados de balcão<sup>9</sup>. Ainda no sentido de aumentar as disponibilidades e a exposição do setor agrícola ao sistema de crédito, foi editada a Medida Provisória 1.103 de 2022<sup>10</sup>, que dispõe sobre o Novo Marco Legal da Securitização.

Não obstante o crescimento do financiamento privado, a conjuntura como um todo implicou na desaceleração do crescimento da agricultura brasileira nos anos 1990, que está refletida nos dados estruturais dos censos agropecuários. Como se vê na Tabela 02 a seguir, o censo de 1995-1996 mostra um decréscimo das áreas com lavouras temporárias, interrompendo a marcha de crescimento que se seguia desde 1975. A soja mostrou resiliência durante esse período, apresentando entre os anos de 1989 e 1997 uma relativa estagnação das quantidades produzidas (Figura 03), com a redução na área plantada sendo compensada com ganhos de produtividade.

O relativo marasmo da agricultura capitalista brasileira durou até meados do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. As opções do primeiro governo se assentaram na idéia de que a liquidez internacional permitiria ao governo optar por não recorrer às exportações de produtos primários para gerar saldos na balança

---

<sup>9</sup> Mercado de balcão é o nome que se dá ao mercado de títulos, ações, valores mobiliários, etc em que se negocia diretamente entre as partes ou com a intermediação de instituições financeiras que não as bolsas de valores.

<sup>10</sup> Dispõe sobre a emissão de Letra de Risco de Seguro por meio de Sociedade Seguradora de Propósito Específico, as regras gerais aplicáveis à securitização de direitos creditórios e à emissão de Certificados de Recebíveis, e a flexibilização do requisito de instituição financeira para a prestação do serviço de escrituração e de custódia de valores mobiliários.

comercial. As divisas internacionais entrariam no país por meio de investimentos externos. Na contramão dessa expectativa, caíram tanto o saldo da balança comercial quanto se ampliou o déficit em conta corrente em geral, provocando um movimento acentuado de criação de passivos externos. Segundo Delgado (2012) os déficits em conta corrente não podiam ser compensados pelo superávit comercial primário, porque agora eles eram praticamente inexistentes, e a saída era o endividamento externo. O acesso ao capital estrangeiro também escasseou e se iniciou a fuga de capitais.

“as condições inteiramente desequilibradas e cumulativas dos déficits da ‘Conta Corrente’ funcionaram como estopim ao ataque especulativo externo contra o Real, entre dezembro de 1998 e janeiro de 1999, suficiente para esvaziar em poucos meses o volume de reservas líquidas brasileiras – ao redor de 65 bilhões de dólares, frustrando praticamente toda possibilidade de continuidade da política econômica anterior.

“A crise econômica do final de 1998 obriga o governo a mudar o regime cambial, leva-o compulsoriamente aos empréstimos-ponte junto ao FMI, com todas as chamadas ‘condicionalidades’ de tais operações. No 2º mandato de FHC se organiza uma tentativa de reedição do modelo de ajustamento externo pelo setor primário, cujas características somente ficarão visíveis no final deste governo e início do seguinte. **E neste contexto relança-se a estratégia externa do agronegócio, reeditando em parte a política externa do período 1983/93, mas em novo contexto da economia mundial.**” (Idem, p. 88)

Na gráfico 04 a seguir é possível ver os ciclos de ampliação e redução do déficit em conta corrente nos dois governos do presidente FHC. No gráfico 05, é apresentada a série histórica da cotação do dólar em reais, entre 1999 e 2011.

**Tabela 02.** Confronto dos resultados dos dados estruturais dos Censos Agropecuários, Brasil, 1975-2017<sup>11</sup>.

Dados estruturais	Censos					
	1975	1980	1985	1995-1996	2006	2017 (1)
<b>Estabelecimentos</b>	<b>4 993 252</b>	<b>5 159 851</b>	<b>5 801 809</b>	<b>4 859 865</b>	<b>5 175 636</b>	<b>5 072 152</b>
<b>Área total (ha)</b>	<b>323 896 082</b>	<b>364 854 421</b>	<b>374 924 929</b>	<b>353 611 246</b>	<b>333 680 037</b>	<b>350 253 329</b>
<b>Utilização das terras (ha)</b>						
Lavouras permanentes (2) (3)	8 385 395	10 472 135	9 903 487	7 541 626	11 679 152	7 982 183
Lavouras temporárias (3) (4)	31 615 963	38 632 128	42 244 221	34 252 829	48 913 424	55 383 875
Pastagens naturais	125 950 884	113 897 357	105 094 029	78 048 463	57 633 189	46 847 430
Pastagens plantadas (3) (5)	39 701 366	60 602 284	74 094 402	99 652 009	102 408 873	111 775 274
Matas naturais (3) (6)	67 857 631	83 151 990	83 016 973	88 897 582	95 306 715	106 211 639
Matas plantadas	2 864 298	5 015 713	5 966 626	5 396 016	4 734 219	8 485 503
<b>Pessoal ocupado</b>	<b>20 345 692</b>	<b>21 163 735</b>	<b>23 394 919</b>	<b>17 930 890</b>	<b>16 568 205</b>	<b>15 036 978</b>
<b>Tratores</b>	<b>323 113</b>	<b>545 205</b>	<b>665 280</b>	<b>803 742</b>	<b>820 718</b>	<b>1 228 634</b>

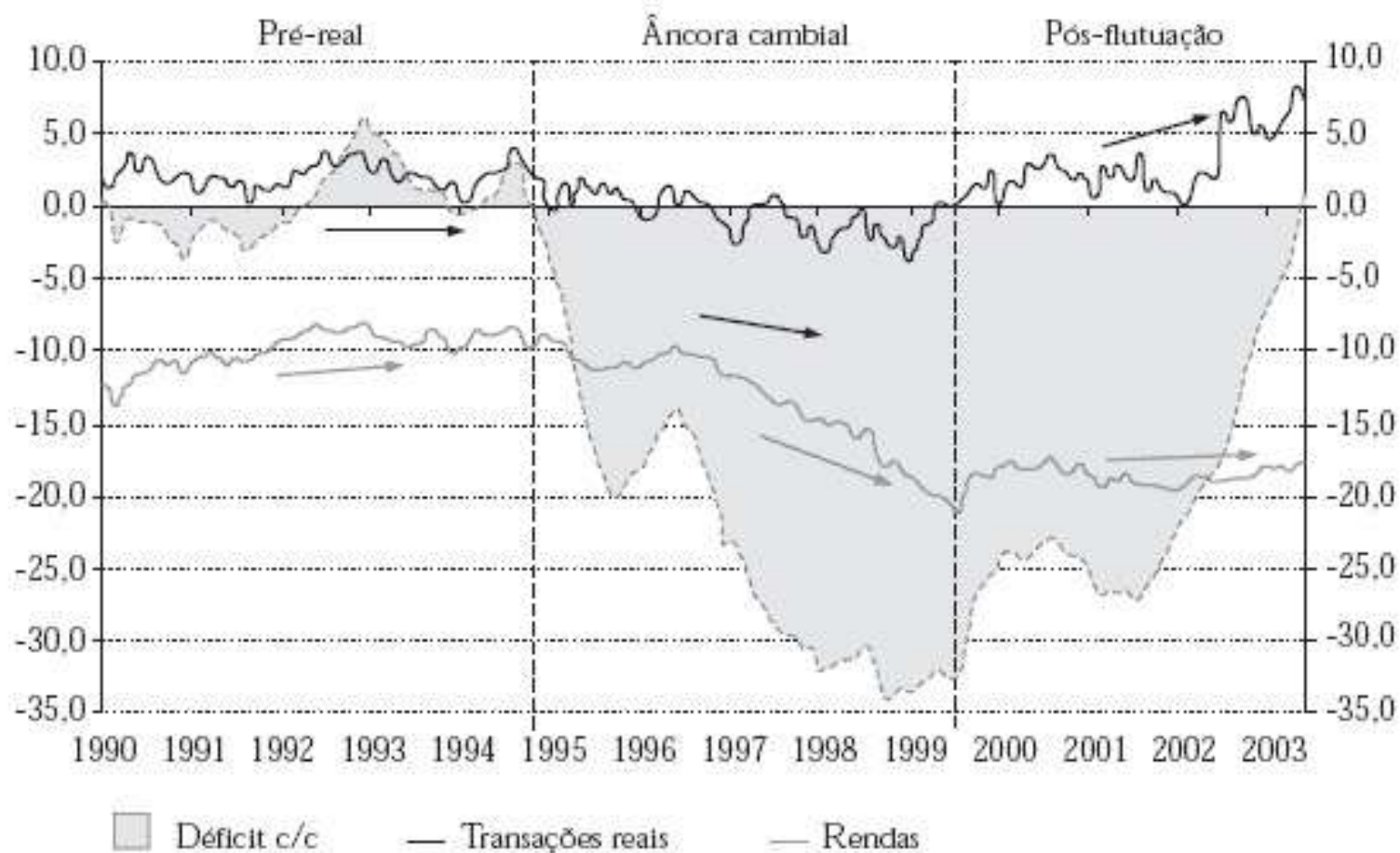
**Fonte:** IBGE (2017), p.

<sup>11</sup> As críticas qualitativa e quantitativa dos dados ainda não foram concluídas, razão pela qual os resultados ora apresentados são preliminares, estando, portanto, sujeitos a alterações posteriores. (2) Nas lavouras permanentes, somente foi pesquisada a área colhida dos produtos com mais de 50 pés na data de referência. (3) Datas de referência: para 1975, 1980, 1985 e 2006: 31.12; para 1995-1996: 31.07; e para 2017: 30.09. (4) Lavouras temporárias e cultivo de flores, inclusive hidroponia e plasticultura, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação e forrageiras para corte na data de referência. (5) Pastagens plantadas, em más condições por manejo inadequado ou por falta de conservação, e em boas condições, incluindo aquelas em processo de recuperação em na data de referência. (6) Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, matas e/ou florestas naturais e áreas florestais também usadas para lavouras e pastoreio de animais na data de referência. (IBGE, 2017)



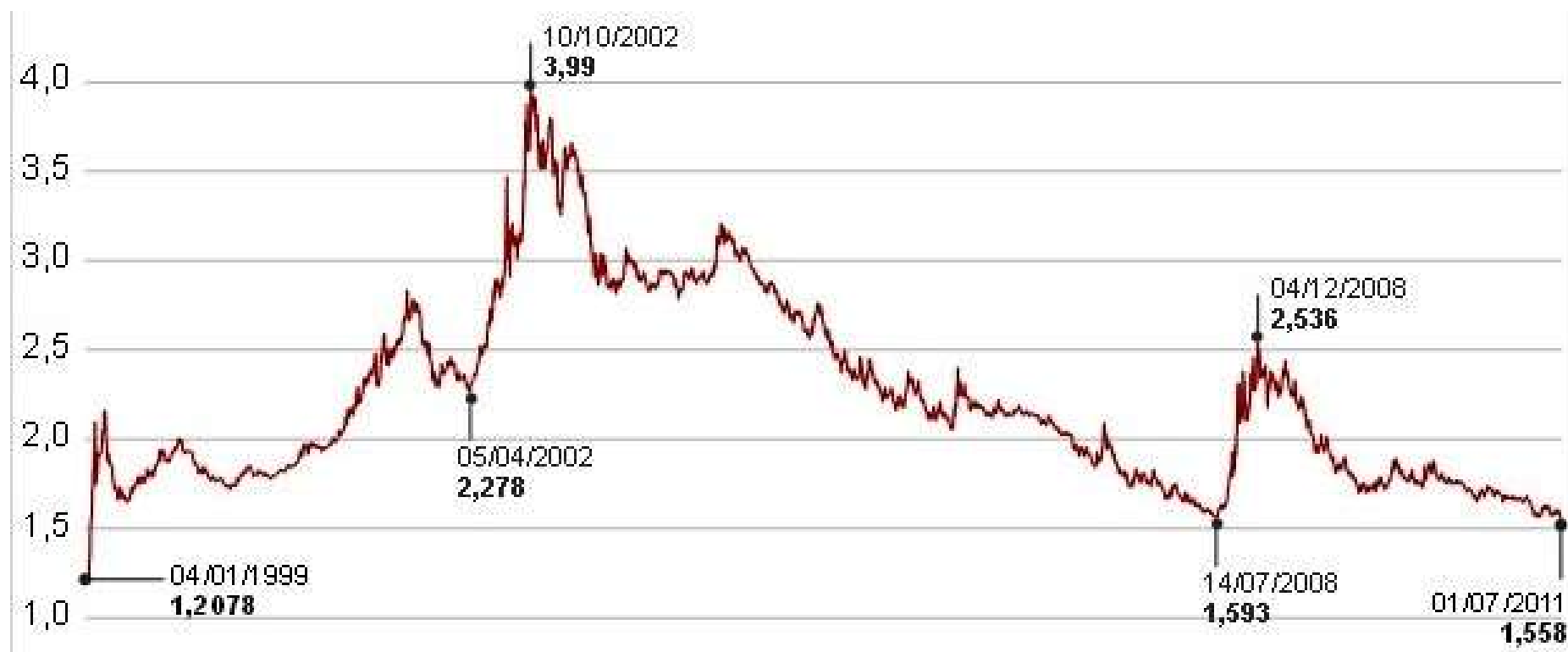


**Gráfico 04.** Saldo em Transações Reais e em Rendas (em bilhões de dólares, acumulados em doze meses)



**Fonte:** OLIVEIRA; TUROLLA (2003).

**Gráfico 05.** Cotação do Dólar (US\$) em Real (R\$), de 1999 a 2011.



Fonte: G1.com.br. Acesso em 15/08/2018.

Um dólar forte (figura 06) passará a favorecer os setores exportadores, cujas receitas são em moeda internacional. Outro fator determinante nesse processo de “relançamento” foi a retomada das provisões de crédito subsidiado nos Planos de Safra a partir do governo FHC II, iniciada com o programa Moderfrota, revertendo a tendência anterior de redução dos recursos (ver Figura 04). Outros alicerces da estratégia de relançamento, segundo Delgado (2012), que não apareceram como política estruturada, mas que ao final convergiram, foram:

“(1) Um programa prioritário de investimento em infraestrutura territorial, com “eixos de desenvolvimento”<sup>12</sup>, visando à criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transporte e corredores comerciais ao agronegócio; (2) um explícito direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária (Embrapa), a operar em perfeita sincronia com empresas multinacionais do agronegócio; (3) uma regulação frouxa do mercado de terras, de sorte a deixar fora do controle público as ‘terras devolutas’, mais aquelas que declaradamente não cumprem a função social, além de boa parte das autodeclaradas produtivas...” (Idem, p. 94)

O ano de 2003, com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder no Brasil, numa conjuntura internacional receptiva a um conjunto de *commodities* em rápida expansão e em um contexto de crescimento coordenado do Produto Interno Bruto das principais zonas econômicas do globo, pode ser considerado o marco de uma nova escalada do “agronegócio” no Brasil. Guilherme Delgado chama o período que vai de 1983 a 2003 de *período de transição* justamente pelas transformações no papel macroeconômico da agricultura do ponto de vista do ajuste externo e pelas configurações internas do aparato de política agrícola. Nesse período a agricultura capitalista no Brasil se adaptou a realidades distintas e após os reveses dos anos 1990 reiniciou um ciclo de expansão em bases ampliadas.

Além de tudo que já foi descrito, outros determinantes jogaram a favor desse novo ciclo, e é impossível definir a importância de cada um isoladamente. Em 1996 a Lei Kandir trouxe incentivos fiscais à exportação de produtos primários ao isentá-los do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Em 1997 a

---

<sup>12</sup> O Plano Plurianual de governo (2000/2003), do governo FHC II, elege os eixos territoriais de desenvolvimento como programa prioritário, naquilo que denominou “Brasil em Ação”, e que consiste num conjunto de compromissos de investimento em obras rodoviárias, ferroviárias e portuárias, tendo em vista a melhoria e ampliação da infraestrutura territorial no sudeste, centro-oeste, norte e nordeste. Os investimentos efetivamente realizados foram de pouca monta, mas boa parte desses projetos seria retomada do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do governo Lula II.

Lei de Cultivares trouxe às multinacionais da pesquisa genética a segurança jurídica que permitiu crescentes investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Com o apoio da Embrapa, o desenvolvimento de novas variedades genéticas garantiu produtividades crescentes. Também datou de 1997 o início do plantio da soja transgênica Round Up Ready, comprada ilegalmente na Argentina, sendo aprovada no ano seguinte pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e ganhando força de lei em 2003. Em 2000 a China foi aceita na Organização Mundial do Comércio e a partir de meados dessa década se iniciou uma escalada nos preços de um seletivo grupo de *commodities* como *feedgrains* (soja e milho), carnes (bovina e de aves), açúcar e álcool e celulose de madeira.

Nos anos 2000 a escalada nos preços das *commodities* promoveu uma verdadeira corrida às fronteiras agrícolas brasileiras, seja por parte de produtores, seja por parte de empresas especializadas na compra e venda de terras com recursos oriundos dos mais diversos agentes do mercado financeiro. Juntos, esses determinantes levaram a um novo ciclo intenso de expansão das lavouras de *commodities* no Brasil, com destaque especial para a soja.

**Tabela 03.** Evolução e composição das transações externas correntes na década de 2000 (em bilhões de dólares)

Períodos	Saldo médio da balança comercial	Saldo médio da conta serviços	Total - Saldo da conta corrente <sup>13</sup>
1995/99	(-) 4,75	(-) 23,71	(-) 26,22
2000/2002	5,01	(-) 25,26	(-) 18,36
2003/2005	34,07	(-) 27,86	9,92
2006/2007	43,06	(-) 39,83	7,59
2008	27,78	(-) 57,23	(-) 28,19
2009	25,3	(-) 52,90	(-) 24,30
2010	20,28	(-) 70,63	(-) 47,52

Obs.: O Saldo da "Conta de Transações Correntes" é a soma algébrica dos saldos das Balanças - Comercial, de Serviços e das Transferências Unilaterais.

**Fonte:** DELGADO (2012, p. 96).

<sup>13</sup> A Conta de Transações Correntes compõe, junto com o Investimento Estrangeiro, a chamada 'Balança de Pagamentos'. Em caso de soma negativa desses fluxos em determinado ano, necessariamente caem as reservas internacionais do país em questão.

## 1.1 A BANDEIRANTE DO SÉCULO XX ALCANÇA O PARANÁ.

A história da soja até a primeira metade do século XX no Brasil foi a história do esforço de entusiastas no Rio Grande do Sul e São Paulo. Primeiro como forragem, depois como oleaginosa de alto valor protéico na alimentação animal e humana. Pesquisadores individuais ou vinculados aos institutos de pesquisa então existentes (Instituto Agronômico de Campinas, Liceu Rio-Grandense de Agronomia), intercâmbios informais de experiências e conhecimentos, entre pesquisadores brasileiros, americanos e japoneses, agricultores interessados nas sementes, suinocultores dispostos a fazer ração, fábricas incipientes de óleos vegetais e exportadores com contratos na Europa e na Ásia, esse era o repertório de interessados na nova planta.

O esforço não se limitava à pesquisa e às experiências de campo, mas também às campanhas de marketing na tentativa de fazer o consumo do grão cair no gosto do brasileiro, seja pela via do consumo do grão, seja na forma de óleo vegetal, pães ou como ingrediente para outras receitas. Apesar do entusiasmo dos seus defensores, a soja não emplacou pelos meios esperados. Do Rio Grande do Sul a soja foi emplacar depois no estado do Paraná; a princípio não pelas suas virtudes, mas pelos problemas de outras lavouras, a do trigo e a do café:

“A geada de 1955 no Paraná deu grande impulso à nova lavoura. Aos cafeicultores obrigados a ficar pelo menos um ano sem colher, foi recomendado o cultivo de arroz, feijão, milho e outras plantas nas entrelinhas dos cafeeiros queimados. Entre as “outras” destacava-se a soja. O IAC [Instituto Agronômico de Campinas], que já vinha se empenhando na difusão da soja na região cafeeira de Ourinhos, designou o agrônomo José Drummond Gonçalves para ajudar o Instituto Brasileiro do Café na salvação dos cafeicultores. Foi um sucesso.” (HASSE, 2011, p. 30)

Para os agricultores paranaenses a soja auxiliou a mitigar os prejuízos das geadas dos anos 1950. Mas nesse período, o grande fator que alavancaria o interesse na produção da soja seria a indústria de óleos. Anderson Clayton, J. B. Duarte, Matarazzo, Mogiana, Sanbra, Swift. “Eram os mesmos de sempre, mas os números impressionavam. A Swift, que refinava óleo de algodão em Campinas, declarava

precisar de 100 mil toneladas de grãos por ano. Não admira que o Paraná tenha adotado a nova lavoura” (Idem, p. 30-1).

“Ninguém abria o jogo, mas tudo era parte de um novo esquema internacional montando em Nova York, onde o grupo Bunge y Born, controlador da Samrig, tinha uma sólida base de operações. Em Porto Alegre, os funcionários da Samrig pleiteavam a liberação de uma licença especial para importação de equipamentos industriais. Para todos os efeitos, seria para o trigo. Era para o ‘feijão-soja’.” (Idem, p. 31)

Se na **indústria** o interesse era patente, dentro dos **gabinetes** a planta também conseguia ganhar espaços. Em 1955 a soja ganharia um empreendimento estruturado no governo paulista de Jânio Quadros: o Serviço de Expansão da Soja. Em 1958 ela entraria pela primeira vez no Plano Nacional de Abastecimento. Mas para se alavancar definitivamente a soja precisaria, além da força da indústria, do apoio de outra cultura que tinha mais atenção àquela época: **a cultura do trigo**.

Cultivado desde o século XIX no Rio Grande do Sul, o trigo brasileiro sofreu ao longo de boa parte do século XX com o problema dos fungos da ferrugem. Seja por conta desses problemas, seja por conta de estratégicos interesses diplomáticos, o Brasil adotou a importação do trigo argumentando a melhor qualidade do produto importado. A importação do cereal chegou a representar 10% do total de importações do país, conta pesada para o Brasil, que além do trigo também precisava importar petróleo, máquinas e matérias primas para o tão sonhado vôo industrial. O subsídio oficial ao consumo do trigo importado ao invés da produção de um trigo nacional deixava um passivo pesado para o Brasil e dava vazão aos estoques americanos do produto.

Nos anos 1950, no governo do presidente Getúlio Vargas (1951-54), o Brasil faria o seu mais consistente esforço para atender às necessidades brasileiras de trigo, quando por meio de subsídios do EUA e facilidades do Banco do Brasil os agricultores mais avançados do sul e sudeste começaram a importar o pacote tecnológico das lavouras de escala norte-americanas, que consistia no uso de máquinas e insumos. Segundo HASSE (2011) entre 1950 e 1960 a frota nacional de tratores subiu de 8372 para 61345 unidades. A importação do modelo também impulsionou o surgimento no Brasil de instituições destinadas à difusão dos novos conhecimentos e a extensão rural surgiria como um novo campo de trabalho para agrônomos e técnicos. Ao final da década de 1950, no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-61), o trigo batia

recordes de produtividade, mas a vulnerabilidade aos fungos da ferrugem tornavam esse crescimento instável.

“Sozinho, o cereal era incapaz de garantir o sustento dos produtores. A estrutura montada em torno dele, porém, serviria como base de sustentação do deslanche da economia agrícola gaúcha a partir da segunda metade da década de 60.” (Idem, p. 42).

**“Apesar da boa organização burocrática da triticultura, ainda não tinha ficado claro, tecnicamente, que faltava uma cultura de verão que casasse com o trigo, cultivado no inverno.”** (Idem)

Ainda nos anos 1950, **correndo em paralelo ao esforço de modernização da base técnica da triticultura, havia um esforço em solucionar o problema da vulnerabilidade do trigo brasileiro aos fungos da ferrugem.** O trabalho se dava em duas frentes: a pesquisa genética, na busca de sementes resistentes às doenças, e a frente geográfica. “Concluí que era preciso expandir a zona de produção tritícola, saindo da região tradicional, restrita ao Rio Grande do Sul’, lembra Silva<sup>14</sup>. Plantado em regiões menos úmidas, quem sabe o trigo não escaparia do círculo vicioso das doenças fúngicas?” (Idem, p. 40).

“A diversificação geográfica da triticultura só avançou mesmo a partir de 1964, quando Silva assumiu a direção de pesquisa do Ministério da Agricultura. Para sustentar a experiência, ele criou duas subcomissões de pesquisa de trigo – uma voltada para a região Sul (já operando formalmente no Instituto Agrônomo do Sul – IAS, com sede em Pelotas), outra para a região situada acima do Trópico de Capricórnio, que passa sobre Londrina, no norte do Paraná. Deu certo, ainda que tenha demorado: no final do século XX o Paraná era o maior produtor nacional de trigo...”. (Idem, p. 40).

**Em algumas dessas novas fronteiras de expansão do trigo a cultura escolhida para ser a cultura de verão em casamento com o trigo foi a soja.** Enxergavam-se imensas vantagens no casamento: o fato de ambas as lavouras utilizarem o mesmo maquinário permitiria uma grande economia de custos para os

---

<sup>14</sup> Ady Raul da Silva, engenheiro-agrônomo, ex-diretor geral do Departamento de Pesquisa e Experimentação Agropecuárias do Ministério da Agricultura.



agricultores. Além disso, diferente do milho, sujeito a problemas de mercado, a soja tinha um mercado em franca expansão.

Em 1966, por iniciativa do governo do Rio Grande do Sul e com apoio financeiro do Banco do Brasil, iniciava-se a Operação Tatu –Plano Estadual de Melhoramento da Fertilidade do Solo.

“... Tatu porque implicava em sulcar profundamente a terra, conforme a nova receita assinada por Norman Borlaug<sup>15</sup> e testada com êxito na estação experimental do Ministério da Agricultura em Cruz Alta, o projeto era na realidade um “thriller” do primeiro pacote de tecnologia agrícola do mundo capitalista. Prescrevia o uso de calcário para corrigir a acidez dos solos e de adubos químicos para nutrir as plantas – nascidas, por sua vez, de sementes híbridas selecionadas após rigorosas pesquisas genéticas. Tudo trabalhado com modernas máquinas de preparo do solo, plantio e colheita.” (Idem, p. 41).

**A parceria entre o trigo e a soja vingou em algumas regiões, mas na década de 1970 a soja iniciou sua disparada deixando para trás as estatísticas do trigo, cultura que lhe deu suporte.** Mais à frente, o milho assumiria um papel importante na rotação com a soja, como cultura de inverno, o chamado milho safrinha. O trigo permaneceria como opção para áreas mais frias.

**Tabela 04.** Produção de soja em toneladas, Brasil e estados selecionados.

Ano	Brasil	Rio Grande do Sul	Santa Catarina	Paraná	São Paulo
1950	34.429	33.739			690
1955	106.884	99.353	4.069	58	2.538
1960	205.744	188.500	3.761	7.364	3.087
1965	523.176	463.153	5.123	44.111	8.862
1970*	1.598.540	976.807	52.998	368.006	90.086

\* Mais 9.817 toneladas em Goiás, 8.905 no Mato Grosso, 1.806 em Minas Gerais e 25 toneladas na Bahia.

**Fonte:** HASSE (2011, p. 35), com dados do IBGE.

<sup>15</sup> Biólogo, Prêmio Nobel da Paz de 1970 pelas conquistas genéticas da Revolução Verde financiada pela Fundação Rockefeller.

\*\*\*

O que foi apresentado e discutido até aqui revela um reforço constante da condição de inserção do Brasil no mercado mundial como exportador de produtos primários agrícolas. A condição social fundante da propriedade privada da terra, a sua concentração e os mecanismos que imperaram na sua apropriação no Brasil – a concessão de sesmarias, a legalização de posses e a grilagem – foram fruto e reforçaram as condições para a ferrenha defesa política da completa separação da grande massa da população brasileira das condições produtivas imediatas.

Em “*Terras Devolutas e Latifúndio - Efeitos da Lei de 1850*”<sup>16</sup>, Lígia Osório Silva revela o longo histórico de apropriação privada do patrimônio de terras do Estado por particulares, revelando a promiscuidade entre o poder público e os agentes privados à margem ou em articulação com as normas existentes. Na prática, o advento da Lei de 1850 não alterou significativamente o quadro, pois a sua regulamentação e a sua execução se mostraram lenientes e plásticas, de modo a acomodar os interesses das elites políticas e econômicas brasileiras no Império e na República.

Nessa longa história brasileira vamos enxergando um processo de concentração de capitais expresso na concentração de terras, expresso no controle da circulação desses capitais por grupos ligados ao grande capital internacional, perpetuando a condição de proprietários de terras, de senhores de escravizados, de produtores de monoculturas, dessa condição agrária e mercantil escravista.

A opção por essa forma de inserção subordinada – na sua versão modernizada – atendeu e ainda atende a interesses internacionais uma vez que os países exportadores de bens de capital para o setor agrícola prontamente dispuseram as suas instituições financeiras para o trabalho de financiar o grande salto modernizador, enredando o Brasil em um território movediço dos empréstimos indexados às taxas de juros internacionais, aumentando a vulnerabilidade do país a choques de juros internacionais e ataques especulativos cambiais, vislumbrando sempre como saída um novo reforço ao agronegócio exportador de commodities.

Nos próximos dois capítulos discutiremos como esses processos se desenvolveram no estado do Paraná, partindo da formação territorial do estado e da sua

---

<sup>16</sup> Editora da Unicamp (Edição Digital).

estrutura fundiária, passando pela sua posterior redefinição com a das lavouras modernas de grãos, sobretudo a da soja, e chegando às tendências dos dias atuais.

## CAPÍTULO 2 – A FORMAÇÃO DE UMA HISTORIOGRAFIA REGIONAL PARANAENSE E A FORMAÇÃO DE UM NORTE CAFEIEIRO: NARRATIVAS, IMAGENS E AS TRANSFORMAÇÕES DO TERRITÓRIO PARANAENSE A PARTIR DO SÉCULO XIX.

A clássica historiografia paranaense, fundada no *Esboço* de Brasil Pinheiro Machado<sup>17</sup>, relata uma formação territorial que se organizou a partir de três “frentes pioneiras”: a do Paraná Tradicional, a do Norte e a do Sudoeste<sup>18</sup>, cada uma delas tendo início em períodos históricos distintos e assumindo aspectos da época no tocante às características da ocupação, como a forma de apropriação da terra, a estrutura fundiária resultante, as relações de trabalho e as principais atividades econômicas dinamizadoras das regiões. Tal abordagem também foi reforçada, no caso específico da construção de um “norte paranaense”, por outras leituras construídas a partir do estado de São Paulo tomando como referência a expansão da produção cafeeira neste estado, a exemplo da leitura de MONBEIG (1935) e de MÜLLER (1956).

Tomando como objeto de estudo a construção histórica e ideológica do chamado “Norte do Paraná”, TOMAZI (1997, p. 8) aponta como ponto comum entre essas abordagens a sustentação de um conjunto de fantasmagorias dentre as quais se destacam:

- “- A (re)ocupação das terras situadas ao norte do estado do Paraná é um prolongamento da expansão cafeeira que ocorreu no estado de São Paulo.
- A figura do "pioneiro" como sendo o personagem por excelência no processo da (re)ocupação.
- A defesa intransigente da atuação da iniciativa privada em detrimento da ação do governo do estado do Paraná, presente na expressão "o estado nada fez".
- A Clivagem Norte/Sul do Paraná e os conflitos existentes entre estas duas "regiões" do estado.

---

<sup>17</sup> MACHADO, Brasil Pinheiro. *Esboço de uma sinopse da historia regional do Paraná*. In. **Separata do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná**. Curitiba, jul. 1951, p. 8.

<sup>18</sup> As recentes propostas de divisão do Instituto Federal do Paraná em duas ou três unidades revelam o uso técnico e político dessas categorias e imagens, num completo anacronismo considerando o atual contexto de desenvolvimento socioeconômico do estado. A variedade das propostas de recorte regional parece indicar a inexistência de fundamentos socioeconômicos para uma regionalização nos moldes propostos, ou ainda um interesse meramente político na distribuição das novas unidades dessa Instituição de Ensino Federal, guardando semelhança com o processo de criação de novos municípios no Brasil, onde o interesse de desenvolver a localidade aparece como argumento principal, mas na prática o que se efetiva é a acomodação de interesses políticos locais.

- A idéia de que a região em estudo foi e é a Terra da promessa, a Nova Canaã e o novo Eldorado.
- A idéia de que a região em estudo era um sertão despovoado presente na expressão "vazio demográfico".
- O processo de (re)ocupação ocorreu de forma pacífica, não havendo conflitos violentos.
- A identificação da (re)ocupação da região norte-paranaense com as atividades da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) / Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP).
- A existência de uma especificidade, de uma identidade regional, de uma civilização e um cidadão norte-paranaense.”

A pesquisa de doutorado MARCHETTE (2013), intitulada *A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção da historiografia regional do Paraná no território acadêmico: 1928-1953: do poema ao modelo historiográfico*, revela o contexto histórico e político no qual o homem público de grande prestígio<sup>19</sup> formulou as sua abordagem historiográfica para explicar a formação do Paraná, profundamente influenciada pela abordagem historicista e tomando como referência intelectuais como Fernand Braudel, Marx Weber, Karl Friedrich Philipp von Martius e o sergipano João Ribeiro. Com o reforço de outros intelectuais de prestígio na história paranaense, organizados em torno da Universidade Federal do Paraná, as idéias de Pinheiro Machado fizeram escola.

“A partir dos discursos dos intelectuais paranaenses, Altiva Pilatti Balhana, Bento Munhoz da Rocha Netto, Brasil Pinheiro Machado e Cecília Maria Westphalen, compreendemos a organização de um regionalismo paranaense que congregasse as três regiões que compõem o Paraná: Paraná Tradicional, Norte e Sudoeste. Em seus textos, compreendemos a produção de uma memória e uma identidade para o Paraná dos anos 1960, as quais tentavam manter uma coesão regional, minimizando tensões, ao mesmo tempo em que não contemplavam todos os sujeitos, como caboclos, indígenas e negros, adotando uma perspectiva eurocêntrica de desenvolvimento e buscavam projetar uma imagem para o Paraná no cenário nacional. Revestidos da autoridade do discurso científico, a partir da Universidade Federal do Paraná, estes textos constituem um quadro de referências da História do Paraná, articulados a um projeto de desenvolvimento para o Paraná dos anos 1960, decorrente dos interesses das classes dominantes, a partir do qual objetivaram projetar o Estado rumo ao progresso”. (ALMEIDA, 2016)

A região e as fronteiras políticas, tomadas como categorias intelectuais e realidades político-administrativas, no contexto do governo centralista de Getúlio

---

<sup>19</sup> Interventor Federal do Paraná, Deputado Federal, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e Vice Reitor da Universidade Federal do Paraná.

Vargas, prestavam serviço aos interesses do planejamento estatal e da construção de uma narrativa que unificasse o Paraná, “uma vez que se toma como princípio interpretativo a vinculação entre a organização intelectual com a militância (de Pinheiro Machado) nessas diversas esferas do poder público” (MARCHETTE, 2013, p. 24). A coesão regional, o controle do território e as ideologias presentes nas imagens e discursos produzidos para o Paraná repetiram uma característica da formação do Brasil, pois “na formação histórica do Brasil a tendência predominante foi a de identificar o país mais com seu território do que com sua população, entendendo-o mais como patrimônio espacial do que como uma nação”. (MORAES, 2011, p. 156)

Uma das noções mais icônicas presentes nessas narrativas hegemônicas (sobre o Paraná) é a de “vazio demográfico” usada explicitamente pelas companhias colonizadoras e por vários intelectuais que narraram a história da formação territorial do estado, seja explícita ou implicitamente. A pesquisa de MOTA (1992) discute a ideologia da “construção de um território vazio, desabitado, no segundo e terceiro planalto paranaense”, mostrando como esse território habitado por comunidades autóctones passa a ser projetado como um espaço vazio improdutivo, a ser ocupado pela economia nacional com suas ramificações internacionais.

“Os agentes dessa projeção são vários: a história oficial das companhias colonizadoras; as falas governamentais e sua incorporação nos escritos que fazem a apologia dessa colonização exaltando seu pioneirismo; os geógrafos que escreveram sobre a ocupação nas décadas de 30 a 50 do século XX; a historiografia sobre o Paraná produzida nas universidades. As formulações dessa produção passam a ser reproduzidas nas escolas, em livros didáticos ou trabalhos acadêmicos, sendo aceitas como um pressuposto que acaba por retirar da história social paranaense a presença indígena, presença que resistiu e continua resistindo, das mais diversas formas, à ocupação de suas terras e à sua destruição enquanto comunidade diferenciada da sociedade nacional. (MOTA, 1992, p.1)

Segundo o autor, ícones do movimento de tentativa de construção de uma identidade paranaense como Temístocles Linhares e Wilson Martins – movimento que mostrava força no Paraná desde os anos 1920 – se encarregaram de pintar em tons laudatórios a conquista:

É claro que no começo havia espaço de sobra. Mas foi inquestionavelmente o gado que trouxe o domínio da terra, varejada e esquadrihada em todas as dimensões, pois a criação, por demais preciosa, exigia a vigilância contínua e atenta.

Estes, (latifúndios) se de fato existiram em abundância, como tudo indica, foram sendo ocupados sem excessos nem lutas belicosas, mais como fruto de esforços pacientes e humildes.

Depois vieram paulistas e nordestinos que, com os paranaenses também já disseminados por ali, deram início à marcha para o oeste, espalhando-se em iniciativas de verdadeiro descobrimento. (LINHARES, 1953, apud MOTA, 1992, p.2)

a província era nesse momento, do ponto de vista humano, um ilimitado deserto, interrompido irregularmente por dezenove pequenos oásis, situados a distâncias imensas um dos outros - e distâncias literalmente intransponíveis, pois, além dos "caminhos históricos", que iam revelar dentro de pouco não serem "caminhos econômicos", nada existia que pudesse prenunciar uma rede qualquer de comunicações. (...) Em compensação, na maior parte do território o vazio era absoluto: eram os "campos gerais", era a floresta, era a Serra do Mar. (MARTINS, 1955, apud MOTA, 1992, p.3)

De mão em mão, de documento em documento, as noções siamesas de frente pioneira, vazio demográfico, terras devolutas e sertão desabitado foram sendo reproduzidas a fim de caracterizar os territórios indígenas e silenciar os conflitos decorrentes dessa apropriação. Nas décadas que se seguiram aos anos 1950, embora o tom de crítica comece a aparecer nos trabalhos acadêmicos sobre a formação territorial paranaense, eles ainda mantêm a visão de um território desabitado. Foi o caso do trabalho conjunto dos professores Pinheiro Machado, Maria C. Westphalen e Altiva P. Balhana, que em 1968<sup>20</sup> analisou a ocupação das terras paranaenses, as concessões dos governos estaduais às grandes empresas colonizadoras estrangeiras e dos movimentos agrários ocorridos no momento, levantando ainda os principais conflitos de terras nas décadas de 40, 50 e 60, constituindo-se num dos primeiros trabalhos sobre a ocupação das terras do Paraná numa perspectiva crítica (MOTA, 1992).

A partir dos anos 1970 começam a proliferar trabalhos acadêmicos sobre o Paraná em diversos campos científicos - História, Geografia, Economia, Política, Sociologia – nutridos na matriz intelectual comum dos anos 1950 e 1960, a exemplo dos trabalhos de Pedro Calil Padis (*Formação de uma Economia Periférica: O Caso do Paraná*), France Luz (*O Fenômeno Urbano numa Zona Pioneira: Maringá*), entre

---

<sup>20</sup> BALHANA, Altiva P.; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília M. **Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno.** Boletim da UFPR, Curitiba: Departamento de História, no. 7, 1968.

outros, que apesar dos tons críticos continuavam a reproduzir as noções de uma terra desabitada.

No mesmo período – a partir dos anos 1970 – os estudos sobre a estrutura agrária paranaense começaram a vir à tona em grande medida em função da aceleração do processo de concentração fundiária que acontecia no estado e das suas diversas manifestações, como o esvaziamento populacional do campo e o surgimento do trabalhador volante no meio rural. Nesses estudos, o tom violento das disputas territoriais que estão na base da formação paranaense é destacado. Analisando a condição dos trabalhadores perante a terra nos anos 1960 e 1970, os pesquisadores do IPARDES (1978) afirmam:

“O grande número de ocupantes ainda existente nos estratos pequenos indica que boa parte dos produtores paranaense não tem nenhuma segurança quanto à continuidade do acesso que tem à terra. De um lado, por falta de recursos para pagar por um processo de legalização de terras e agüentar a sua demora. Por outro lado, pelo caráter conflitivo e violento que assumem as questões de terras no Paraná, conforme relatam inúmeras fontes”.

Outro trabalho que relata tal situação belicosa é o de RODRIGUES e SILVA (1977), citado por GRAZIANNO (1996), que sistematizou os dados de conflitos noticiados pelo jornal O Estado de São Paulo entre 1971 e 1976:

Apenas em 1973 esse Estado (o Paraná) deixou de liderar a lista do total de conflitos, cedendo lugar para o Mato Grosso e Roraima, mas continuando ainda no topo da relação aos conflitos graves. Esses resultados parecem consistentes quando se consideram as áreas de tensão existentes principalmente no vasto Sudoeste paranaense, palco de generalizadas lutas pela posse e domínio de terras públicas.

Além das pesquisas sobre a evolução da estrutura fundiária paranaense que ressaltam a violência presente no processo, outras possibilidades de desconstrução das narrativas consagradas na historiografia paranaense vêm da literatura. Segundo CELLA (2020) “os movimentos migratórios e os processos de instalação de cidades no Paraná são substratos temáticos para diversas narrativas híbridas de história e ficção



paranaenses. Essas narrativas não apenas enriquecem o imaginário social, como também apresentam perspectivas não convencionais sobre a historiografia paranaense” (p. 302).

Rastros de Sangue (1971), de autoria de David Carneiro; Santo Reis da Luz Divina (2004) e Guayrá (2017), de Marco Aurélio Cremasco; Um amor anarquista (2005) e A máquina de madeira (2012), de Miguel Sanches Neto; Terra Vermelha ([1998], 2013), de Domingos Pellegrini; Quatro Gerações (2018), de Ivo Pegoraro; O trovador (2014), de Rodrigo Garcia Lopes; O bruxo do Contestado (2012), de Godofredo de Oliveira Neto; e Retrato no entardecer de agosto (2016), de Luis Manfredini, são obras que – ainda que apresentem relevantes desníveis no seu teor crítico – abrem possibilidades para outros enfoques do passado paranaense. Dentre os episódios narrados estão momentos importantes da formação territorial paranaense, tais como a Guerra do Paraguai (1864 – 1870), a Guerra do Contestado (1912 – 1916), as Reduções Jesuíticas (1610 – 1629), bem como os processos de povoamento e as disputas pela posse da terra, realizando por meio da arte literária uma releitura crítica sobre a historiografia tradicional na busca de preencher os hiatos deixados pelo discurso histórico hegemônico.

Remetendo a uma escala de análise e a uma dimensão de tempo histórico que nos permitem referendar as ideologias geográficas que se construíram e serviram à construção material do território do Paraná, Manoel Fernandes de Sousa Neto (2000) também recorre à literatura para revelar como as imagens sobre o Brasil serviram de referência para a construção material do seu território através de processos políticos, militares e econômicos, mostrando como a “ilha que dormitava selvagemmente” foi transformada, “pelo uso da força, das idéias e da diplomacia”, em um único corpo “pelas mãos daqueles que foram os responsáveis pela interiorização do território”.

Como analisou Antonio Carlos Robert Moraes (2003), a feitura desse corpo esteve atravessada pela imagem do sertão isolado e distante, como condição largamente atribuída às porções de terra que a cada momento histórico se desejava incorporar à sociabilidade hegemônica, qualificada, por oposição, como moderna e civilizada, “daí ela sempre se apresentar numa formulação dualista, como parte de uma realidade vista como cindida e dual, na qual a condição sertaneja ocupa a posição negativa ou subordinada”. Sendo assim, o processo histórico de formação do território do Paraná representa uma particularidade da diretriz que atravessa a formação histórica brasileira de transformar fundos territoriais em território usado, num movimento que atravessou todo o século XX e ainda hoje se faz presente. É nessa chave que se devem ler as imagens

produzidas sobre os sertões paranaenses e sobre o seu isolamento, bem como os planos para a sua civilização e para a sua integração.

Na contramão das fantasmagorias regionais paranaenses de que fala Nelson Tomazi, argumentaremos sobre a ativa participação do Estado brasileiro e do Estado paranaense em associação com agentes privados para a apropriação de terras, em um processo marcado por conflitos e violência contra as populações indígenas e caboclas. A conclusão é de que houve na formação do Paraná, antes de tudo, um encontro de interesses untado com o óleo laudatório do progresso entre Estado, capital imobiliário internacional, coronéis e companhias privadas ao invés de disputas de cunho regionalista. Seja no passado “pioneiro”, seja no presente do agronegócio, a conjunção de interesses e a semelhança dos processos de apropriação deram e ainda dão a tônica das transformações territoriais no Paraná.

## 2.1 ASPECTOS DA FORMAÇÃO DE UMA “REGIÃO” A NORTE DO PARANÁ PELAS LENTES DOS SEUS NARRADORES.

Para narrar a história da formação territorial do Paraná, a literatura hegemônica se baseia no deslocamento de três frentes “pioneiras” que marcam a “efetiva apropriação das terras do estado”. Segundo SERRA (1992), foram elas: a do Paraná Tradicional, do ouro de lavagem, do tropeirismo e da erva-mate; a da Região Norte, como resultante da expansão da fronteira agrícola do café paulista e a da Região Sudoeste, baseada na marcha dos agricultores gaúchos e paranaenses. O esquema, de autoria de Brasil Pinheiro Machado, foi apresentado em 1951<sup>21</sup> e está ilustrado na figura 02 a seguir. A abordagem de Pinheiro Machado endossada por outros autores joga luz sobre os fluxos migratórios e sobre as diferentes atividades econômicas que serviram de base a tais ocupações, bem como sobre as diferentes formas de acesso à terra dados os contextos históricos específicos em tais processos de ocupação ocorreram, resultando em distintas geografias agrárias e agrícolas.

**A primeira frente de ocupação do território paranaense** teve início com os mineradores paulistas em busca do ouro no litoral e no planalto curitibano, já a partir do século XVII<sup>22</sup>. Segundo BERNARDES (1953, p. 431):

“Os vicentistas rebuscando o litoral paulista à cata do ouro, foram os primeiros povoadores do atual território paranaense (sic). Moradores de Iguape, explorando as margens da baía de Paranaguá, descobriram aluviões auríferas nos córregos e rios que descem a Serra do Mar e nos anos de 1630 e 1640 formavam os primeiros arraiais litorâneos... Desse modo, formaram-se os dois primeiros núcleos da população paranaense: o Açungi e o Paranaguá (sic)”.

Segundo SERRA (1992, p. 62) tanto para espanhóis quanto para portugueses os processos de ocupação, no início, eram motivados por interesses que se distanciavam da posse das terras “descobertas”. O primeiro fato histórico nesse sentido data de 1614, ano

---

<sup>21</sup> PINHEIRO MACHADO, Brasil. **Sinopse de história regional do Paraná**. Instituto de História e Geografia do Paraná, Curitiba, 1951.

<sup>22</sup> Segundo PADIS (1981), antes dos mineiros paulistas, os espanhóis já se faziam presentes para além das margens do rio Paraná, com o intuito de fazer frente à presença portuguesa além da linha do Tratado de Tordesilhas, para estabelecer uma saída para o mar a partir da baía de Paranaguá e para subordinar a população indígena presente nessa área. Contudo, a presença espanhola não se consolidou como processo de ocupação efetiva.

da primeira carta de sesmaria no Paraná, concedida ao cidadão paulista Diogo Unhates. O sistema de sesmaria “evolui para outras formas jurídicas e até mesmo não-jurídicas de acesso à propriedade da terra enquanto que a primeira frente de ocupação sobre a Serra do Mar atinge o planalto de Curitiba e a zona dos Campos Gerais para continuar avançando no sentido Sudoeste” (idem).

**Figura 02.** Paraná, Grandes Regiões ocupadas com o deslocamento das Frentes Pioneiras.



Fonte: SERRA, 1992, p. 20.

No século seguinte, o ciclo do ouro no Paraná entrou em decadência ao tempo em que um conjunto de outras atividades passaram a dar o tom da ocupação: a pecuária extensiva, o tropeirismo, a extração da madeira e da erva-mate. A pecuária extensiva foi a responsável por absorver boa parte dos mineradores liberados pela decadência do ouro. As terras dos campos gerais paranaenses eram o ambiente apropriado para a nova

atividade e a economia de mão de obra que a atividade implicava era de extrema relevância para o contexto de expansão da “frente pioneira”.

Associada à pecuária extensiva outra atividade vai ser marca da ocupação “pioneira” do “Paraná Tradicional”: o tropeirismo. O ambiente natural era propício e a região estava na passagem entre as zonas produtoras (Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina) e o mercado consumidor, em Sorocaba, São Paulo. Segundo BERNARDES (1953, p. 435):

‘Zona de passagem a princípio, os Campos Gerais tornaram-se, também logo depois, zona produtora, contribuindo para engrossar as tropas que seguiam para o norte. Os próprios tropeiros que por aí circulavam procuraram estabelecer aí suas fazendas, não desmerecendo assim as vantagens que apresentavam estas pastagens para a criação e engorda dos animais vindos do sul. A principal delas, além das condições apropriadas para a criação em si, era, certamente, a maior proximidade do centro consumidor. Assim, nos anos 1710 em diante, as sesmarias iam sendo requeridas em número cada vez maior e os “currais” (fazendas) se foram repetindo ao longo do caminho de tropas”.

Tendo como base jurídica a sesmaria (ao lado de outras formas de apossamento à margem do sistema oficial) e como traço principal a grande propriedade, as terras de campo da região que mais tarde seria conhecida na historiografia como “Paraná Tradicional” estavam assim ocupadas do final do século XVIII para o início do século XIX e organizadas em torno dessas atividades econômicas. “A partir das primeiras décadas do século XIX, a sociedade fundada no latifúndio já se encontrava estabilizada, com a grande família residindo nas fazendas, à base do trabalho escravo...” (WESTPHALEN, 1968, p. 9).

Após o grande ciclo de expansão da criação extensiva e do tropeirismo, o “esgotamento” das terras dos Campos Gerais começaria a minar a dinâmica dessas atividades. Segundo SERRA (1992) outros problemas se colocariam ao lado do “esgotamento” das terras de campos: a queda da produção nas fazendas, consequência do enfraquecimento das terras; a perda dos mercados do Rio de Janeiro e São Paulo para outras zonas de criação; e a concorrência das estradas de ferro.

O relativo declínio dessas atividades começa a ensejar a o avanço da frente pioneira em direção à Mata de Araucária para a extração da madeira, e rumo aos ervais, para extração da erva-mate. Passa então a se configurar uma economia florestal subsidiária à economia campestre.

“O povoamento da mata de araucária se fez por efeito da continuidade e sob o estímulo da complementaridade (sic), dentro do quadro local, entre a economia florestal e a campestre, sendo aquela subsidiária desta. O mate a mais tarde a madeira viriam dar um novo sentido econômico autônomo à mata de araucária, completando o quadro do Paraná velho. (BARTHELMESS, 1962, p. 45)”

“A comunidade que historicamente se formou no litoral paranaense e no planalto curitibano, ocupou todas as terras de campo que, em largas faixas cercadas por imensas florestas, vão desde Curitiba, pelos Campos Gerais, campos de Guarapuava, campos de Palmas até as atuais divisas entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Explorou ervais e as florestas de araucárias e a ela associadas. Baseada nos latifúndios campeiros da criação de gado, nos engenhos de beneficiar erva-mate, nas serrarias de pinheiros, formou a sociedade paranaense tradicional que criou o sistema de Província monárquica e do Estado republicano. Mas não chegou a ocupar todo o território do Paraná.” (WESTPHALEN, 1968, p.2)

Segundo SERRA (1992) a economia do mate chegou mesmo a fazer parte dos rituais da vida cotidiana do paranaense. E assim como na economia cafeeira, que iria deslanchar no século seguinte, o Paraná chegou a ser responsável por mais de 60% da produção nacional. Diferente da atividade extrativa de madeira, a economia do mate movimentava uma grande variedade de trabalhadores e foi uma das atividades responsáveis por dar início à prática cooperativista em terras paranaenses em meados do século XX após a concorrência do mate produzido no Paraguai e na Argentina pôr em crise a comercialização do mate nacional.

**Com as atividades estruturadoras da frente pioneira do Paraná Tradicional entrando em crise**, a completa ocupação do território paranaense – na visão da historiografia hegemônica – dependeu do avanço de duas outras frentes pioneiras: a “frente pioneira do Norte”<sup>23</sup> e a “frente pioneira do Sudoeste”, a primeira datada de meados do século XIX para meados do século XX e a segunda datada de meados do século XX em diante. Ambas formarão o chamado “Paraná moderno”, baseado em

---

<sup>23</sup> “Deve ser salientado, no entanto, que tais situações paralelas, como braços avançados apontando para as terras roxas cobertas de florestas da região Norte, foram significativas para a formação e o avanço da nova frente pioneira, mas não se constituíram no marco inicial da ocupação do novo espaço paranaense. Os primeiros indícios de povoamento do Norte do Paraná remontam ao século XVII através de missões religiosas instaladas por jesuítas (sic)... ‘já em fins do século XVII, estavam as missões inteiramente aniquiladas pelas incursões dos bandeirantes paulistas, que expulsaram para a margem direita do Paraná índios e jesuítas. Dessa primeira tentativa de colonização restam hoje apenas ruínas... Outro registro de ocupação humana, antes do avanço efetivo da frente pioneira, data da segunda metade do século XIX e teve objetivos militares (sic)” (SERRA, 1992, p. 68).

novas formas de apropriação da terra, apesar da permanência de práticas de apropriação à margem da lei, e em novas **relações de trabalho**.

“Emancipado politicamente em 1853 (até então fazia parte da Província de São Paulo), o Paraná incorpora mecanismos de acesso à terra vigente antes da emancipação, caso de sesmarias e de grandes posses regulamentadas por meio da Lei de Terras (Lei 601, de 1850), passando a partir daí a desenvolver mecanismos próprios que vão se sustentar, principalmente, pela colonização oficial e empresarial privada. Convivendo com a colonização, estratégia mais utilizada como forma de repartição da terra, vão persistir os chamados meios ilícitos (sem amparo legal) de conquista da terra: a posse e a grilagem” (SERRA, 2010, p. 75).

Considera-se então a frente pioneira do “Norte paranaense” como o fenômeno de ocupação e exploração econômica de grande vulto, baseado na lavoura do café, como um transbordo da cafeicultura paulista (MONBEIG, 1935; MÜLLER, 1956). O contexto histórico e as características da expansão dessa frente a distinguirão do chamado “Paraná Tradicional”, pelo predomínio da pequena propriedade fundiária e da presença significativa de colonos, seja na condição de parceiros ou de pequenos proprietários.

Na segunda metade do século XIX os interesses em torno do fim da escravidão suscitavam debates e medidas no sentido de garantir a disponibilidade de força de trabalho para as grandes lavouras, mas não só<sup>24</sup>. No Sul do país, de ocupação ainda pouco expressiva, havia também o interesse na formação de colônias voltadas a uma agricultura de abastecimento assim como a preocupação em povoar “vazios demográficos”<sup>25</sup>. Segundo BALHANA (1996, p. 39-40):

“Na história americana, de modo geral, a palavra *imigração* tem sido empregada restritamente para o período posterior à Independência. Na história do Brasil, o termo foi usado de forma mais restrita ainda, referindo-se apenas à importação de trabalhadores livres para a lavoura, seja no sistema de parceria, seja sob as diversas formas de salariado. Já a palavra *colonização*, no mesmo período, foi usada para caracterizar a imigração destinada à formação de

---

<sup>24</sup> Segundo a autora, dentre as várias preocupações do governo imperial estava também a disponibilidade de trabalhadores para a execução das grandes obras públicas.

<sup>25</sup> A expressão “vazios demográficos” utilizada pela historiadora Altiva Pilatti Balhana, referência nos estudos demográficos do Paraná é aqui utilizada apenas por fidelidade ao discurso da historiografia oficial na forma como narrou as razões da política imigratória, já que esses vazios na realidade nunca existiram, uma vez que a história da expansão das assim chamadas “frentes pioneiras” no Paraná é a história da marcha sobre populações indígenas e caboclas.

núcleos de povoamento e produção agrícola, razão porque, nos três Estado do sul do Brasil, *colono* significa **pequeno proprietário**, ou seja, um lavrador independente, ao passo que *colônia* constitui o agrupamento dessas propriedades agrícolas. Entretanto, ambas as expressões encontram-se também difundidas na área de predominância da imigração de mão de obra assalariada, significando, porém, conceitos diversos. No meio rural da grande lavoura de exportação, *colono* significa trabalhador dependente e *colônia* constitui a concentração de moradias de colonos assalariados em uma fazenda. Tais conceituações provêm da finalidade para a qual a imigração e colonização foram promovidas pela política brasileira e pela função que os grupos imigrados vieram desempenhar no Brasil, seja para a constituição de núcleos coloniais independentes, seja para fornecimento de mão de obra assalariada.”

Outro fator para a rápida ocupação do chamado “norte paranaense” foi o interesse do Estado em atenuar conflitos pela posse da terra em um contexto de rápida apropriação irregular das chamadas terras devolutas. A participação das companhias colonizadoras foi preponderante nesse modelo de ocupação regido pelo mercado e no apaziguamento dos conflitos, pelo menos enquanto a fronteira agrícola não chegava ao seu limite.

A chegada dos primeiros migrantes mineiros e paulistas às terras do nordeste paranaense, próximo à fronteira com São Paulo, é datada dos anos 1860. A marcha, partindo das zonas cafeeiras paulistas e mineiras, vinha em busca das terras roxas paranaenses propícias ao cultivo do café, uma vez que as terras das antigas zonas produtoras já mostravam sinais de esgotamento. Os primeiros migrantes se instalaram às margens do rio Itararé, no vale do Paranapanema e “as sociedades formadas na região seguiram os padrões das sociedades paulistas e mineiras, com a presença do latifúndio, trabalho escravo e patriarcalismo”. (GARBOZZA, 2008, p. 14).

Colônia Mineira, atual município de Siqueira Campos, foi a primeira cidade formada a partir desse processo de ocupação, fundada em 1862 por um migrante mineiro chamado Thomás Pereira da Silva. À medida que o processo de ocupação segue, vão sendo fundadas outras cidades, “destacando-se pela ordem de fundação: Tomasina, em homenagem ao pioneiro Thomás Pereira da Silva, em 1865; Santo Antônio da Platina, em 1866; Venceslau Braz e São José da Boa Vista, em 1867. Quando a penetração dos paulistas torna-se mais representativa do que a dos mineiros, vão surgir Jacarezinho em 1900, Cambará em 1904, Bandeirantes em 1921 e Cornélio Procópio em 1924” (SERRA, 1992, p. 69).



“Com os primeiros habitantes de Jacarezinho (1900) e de Cambará (1904) começa o povoamento do terceiro planalto paranaense, propriamente dito, no norte do Estado (sic). Nesta época, a frente pioneira, avançando pelo Oeste de São Paulo, já alcançava o Paranapanema. Com a fundação de Cambará, as grandes reservas de **solo virgem** (sic) desta parte do Paraná cairiam sob a invasão da onda cafeeira. Como não existissem limites políticos as “fazendas de café” nos moldes paulistas multiplicaram-se rapidamente. Ourinhos, no Estado de São Paulo, atingida pela Estrada de Ferro Sorocabana em 1908, tornou-se a porta de entrada do Norte do Paraná” (BERNARDES, 1953, p. 448)

Segundo WACHOWICZ (1987), em 1924 as fazendas do “Norte Velho” ou “Norte Pioneiro” do Paraná já superavam a produção do estado de São Paulo, sendo a maior parte da produção oriunda de pequenos e médios produtores, mas também com a participação significativa de grandes produtores, como Antônio Barbosa Ferraz Jr., migrante paulista que teria plantado 1 milhão de pés de café na área que se estende de Ourinhos a Cambará.

Nesse período, a “ocupação” do “Norte paranaense” se deu de forma rápida e relativamente desordenada, com a multiplicação de posses irregulares. Após a promulgação da primeira Constituição republicana, em 1891, a responsabilidade por legislar sobre as “terras devolutas” foi transferida aos estados, e no estado do Paraná, que promulgou sua constituição em 1892, seguiu-se a edição de uma série de leis e decretos nesse sentido, em sintonia com a Lei de Terras de 1850. Pela Lei Estadual N° 68 de 20 de dezembro de 1892, “que legislava sobre os serviços de registro, validação, legitimação, venda, aforamento e discriminação de terras, bem como definia os princípios básicos de colonização de novas áreas, por empresas nacionais ou estrangeiras” (WESTPHALEN 1968), ficou definido que as “terras devolutas” do estado do Paraná só poderiam ser adquiridas por meio da compra ou pela transmissão de seu domínio útil sob a forma de aforamento.

“Uma das questões colocadas em discussão naquela conjuntura, no limiar da República era sobre a legitimidade das posses cedidas por meio das sesmarias ou de outros tipos de concessões. A Lei Estadual No. 68 reconhecia essas posses, embora seus sesmeiros ou concessionários tivessem de revalidá-las perante a Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização...

No que tange à revalidação de sesmarias e a outros tipos de concessão de posses, fazia-se necessária a averiguação, por parte da Secretaria referida, no

sentido de verificar a existência, nas posses, de *cultura efetiva e morada habitual*...

Entretanto, o governo do Paraná definiu, por força dessa mesma Lei, que o Estado poderia alienar suas terras, na extensão de seus domínios, para aqueles que se propusessem, pelo trabalho, a torná-las úteis ou então, fazer algum serviço que viesse beneficiar a comunidade. Foi nesse sentido que o Estado, sem muitos recursos financeiros, repassou grandes quantidades de terras a empresas privadas”. (PRIORI, 2012, p. 134-5)

O Estado brasileiro, desprovido de recursos para execução de grandes obras de infraestrutura viária que interligassem o território, permitissem o melhor controle e dessem escoamento à produção, optou por realizar grandes concessões a empresas privadas em troca da execução de tais obras. Na sequência da Lei Nº 68 vieram o Decreto Nº 218, de 11 de junho de 1907, que estabeleceu as “Bases regulamentares para o serviço de colonização no estado do Paraná”, enfatizando os empreendimentos dirigidos por particulares, tanto para imigrantes como para nacionais.

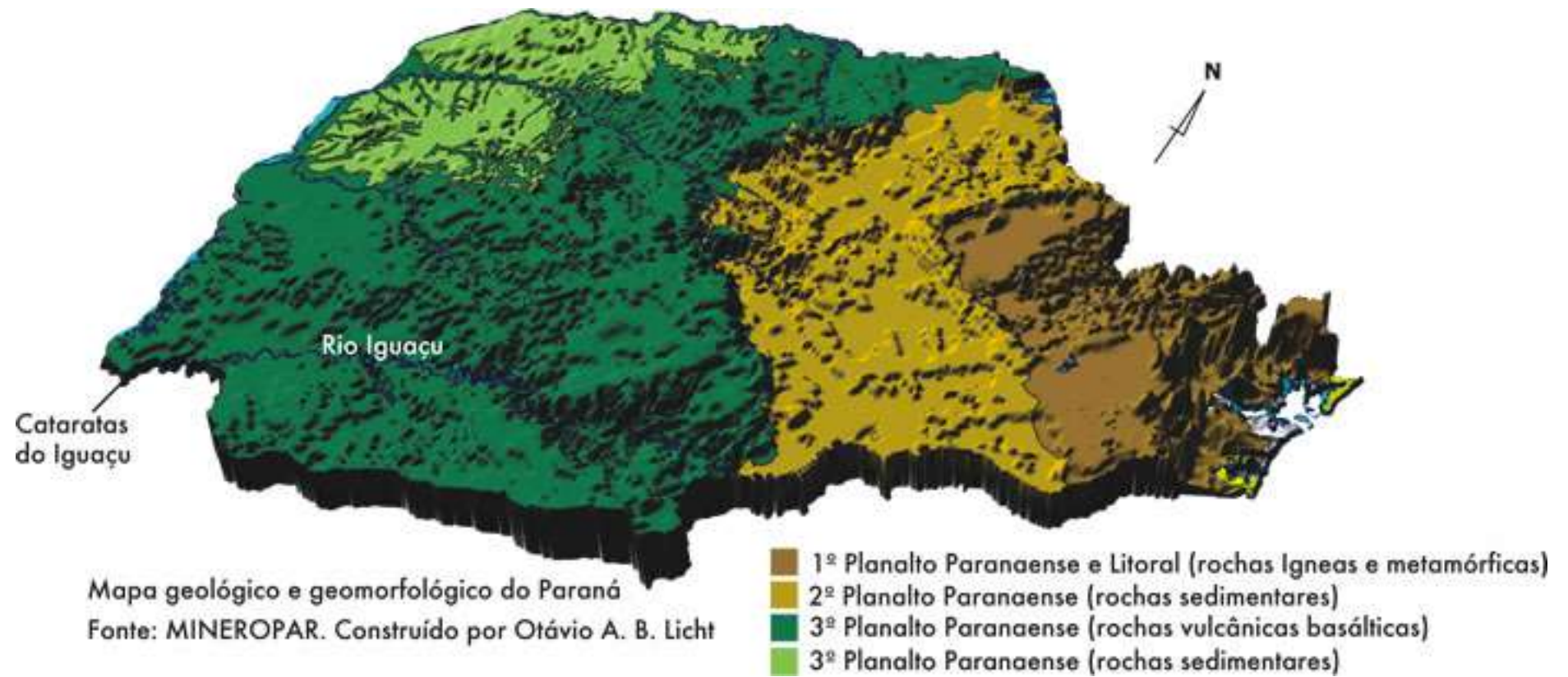
Anos depois, em 1916, a edição da Lei Nº 1642, de 5 de abril, veio “facilitar a demarcação de lotes, para assentar trabalhadores nacionais e estrangeiros, para quem os requeressem diretamente ao Estado” (PRIORI, 2012, p. 136), dando grande impulso à concessão de terras públicas para a colonização. De 1916 a 1931 várias glebas foram concedidas a particulares no intuito da colonização, sobretudo na região que mais tarde seria chamada de “Norte do Paraná”, faixa formada pelos rios Paranapanema, Paraná, Tibagi e Ivaí.

“A fertilidade da terra roxa já havia sido constatada nas manchas do Norte Velho e, se sabia que, ultrapassando o Tibagi, este tipo de solo se espalhava em grandes áreas contínuas. Combinado a isso, a prévia ocupação de parte do Norte e do lado paulista do Paranapanema com o café prometia o afluxo de capitais e mão-de-obra, acenando aos concessionários a valorização crescente daqueles terrenos”. (LOPES, 1982, p. 73, Apud PRIORI, 2012, p. 137).

A figura 03 ilustra o mapa geológico e geomorfológico do Paraná, onde estão localizados, da direita pra a esquerda: o primeiro planalto paranaense (também conhecido como Planalto de Curitiba) e o litoral (incluindo a baía de Paranaguá), o segundo planalto paranaense (também conhecido como planalto de Ponta Grossa), e o terceiro planalto ou planalto de Guarapuava. No primeiro planalto, onde se ergue a

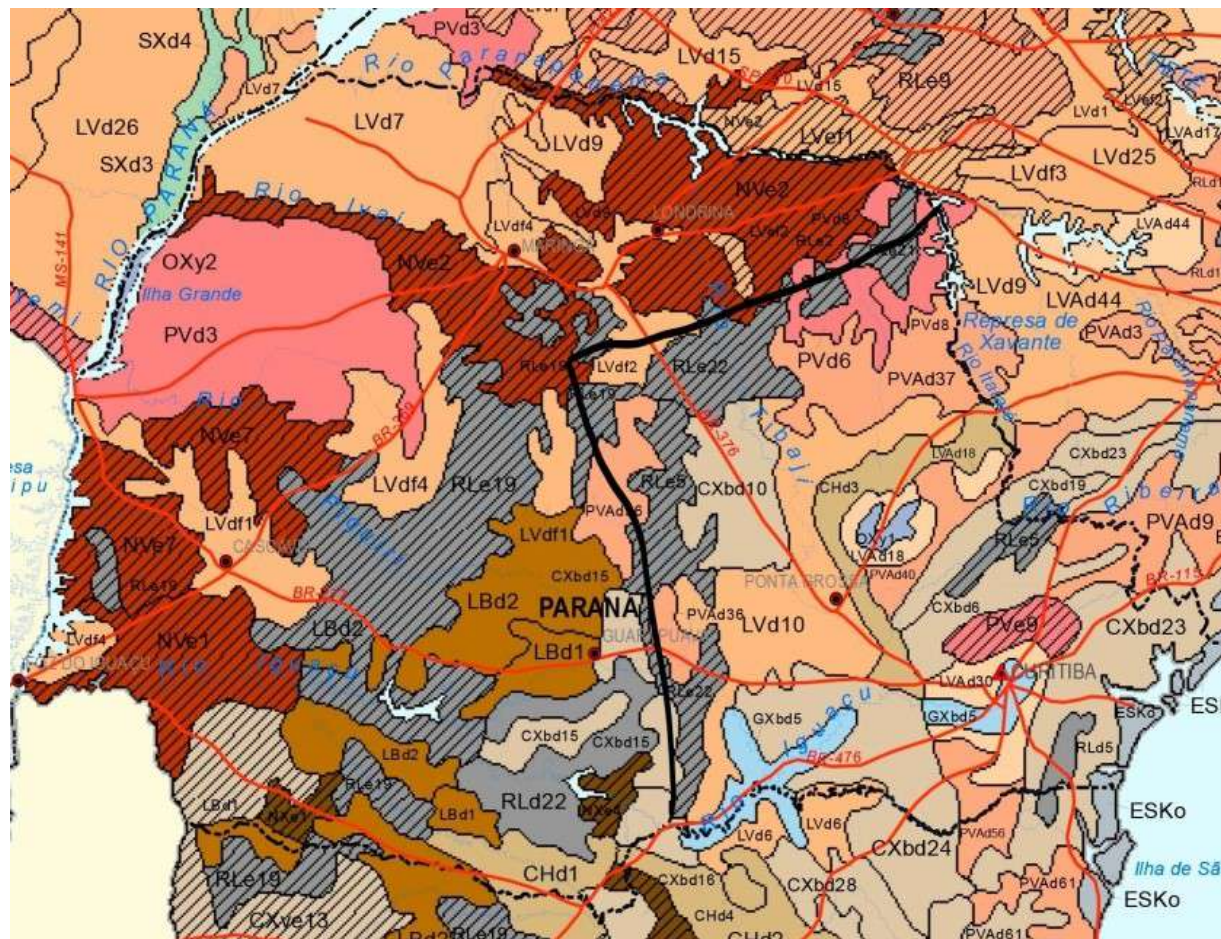
Serra do Mar nos arredores de Curitiba, está exposto o embasamento rochoso cristalino formado por rochas ígneas e metamórficas datadas do período da separação dos continentes americano e africano. Essa formação rochosa, rica em minérios, faz parte do escudo cristalino brasileiro e foi aí onde se processou a “pioneira” ocupação paranaense. À medida que a ocupação se direcionou para o interior, pelo caminho dos campos gerais, alcançou o segundo planalto paranaense de rochas sedimentares e por fim a grande área destacada na cor verde a oeste que representa o derramamento de basalto que deu origem ao terceiro planalto paranaense. Oriunda da decomposição das rochas basálticas resultantes, a terra roxa se localiza em grandes extensões de terras ao longo do terceiro planalto e foi o alvo da cobiça dos cafeicultores mineiros e paulistas. Ainda sobre o terceiro planalto, a noroeste, a área destacada em verde claro indica a deposição de sedimentos por sobre o derramamento basáltico que constitui a formação conhecida como arenito caiué, de solos com qualidade significativamente inferior à terra roxa, mas que não foram poupados durante a expansão da lavoura cafeeira. Na figura 04 a seguir é possível ver a localização das terras roxas paranaenses, destacadas na cor vermelha com a designação NVe (nitossolos vermelhos eutróficos).

Figura 03 – Mapa geológico e geomorfológico do Paraná



Fonte: MINEROPAR, 2017.

Figura 04 – Mapa de solos do Brasil (recorte do território paranaense).

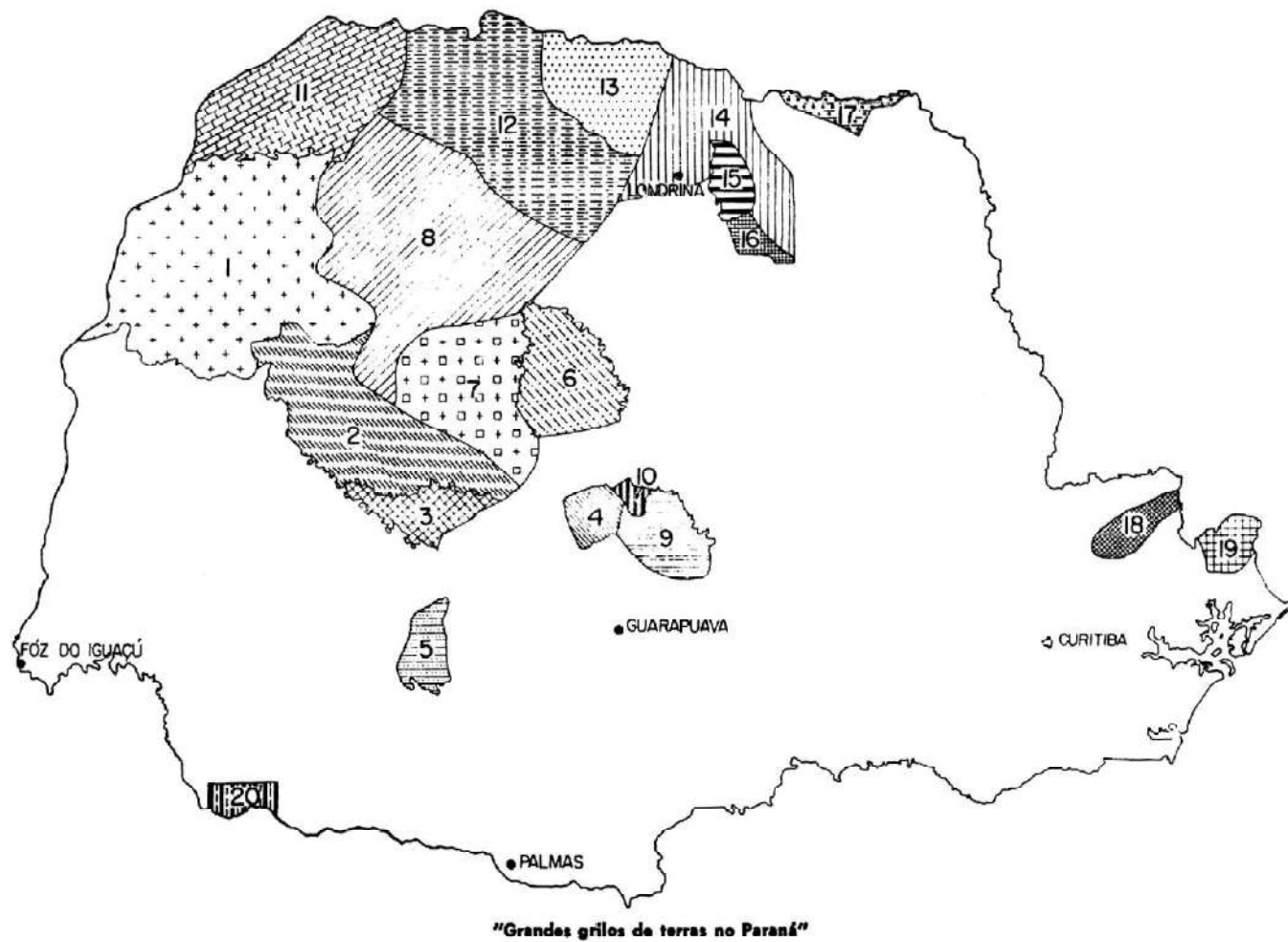


Fonte: EMBRAPA, 2011.

Talvez muito mais preocupadas com a especulação com as terras tão desejadas do “norte paranaense” do que com os objetivos altruístas de colonização, poucas empresas levaram a cabo um projeto “bem sucedido” no sentido de atender aos interesses do Estado: amainar as tensões geradas na disputa pela terra e valorizá-las, dotar o território de infraestruturas, fazer florescer os centros urbanos e as atividades econômicas no campo e na cidade, de modo que a arrecadação de impostos refletisse a pujança da região. Em realidade, o período da colonização via iniciativa privada no “Norte do Paraná” também foi o período dos grandes grilos de terras. Conforme PRIORI (2012), na década de 1930, cerca de seis milhões de hectares de terras paranaenses estavam sob litígio, ou seja, cerca de um terço do território do Estado, dos quais quase dois milhões e meio de hectares eram formados pelos 20 maiores grilos conhecidos. “Para a história regional, as décadas de 10, 20 e 30 do século XX podem ser consideradas o tempo das “negociatas de terras”, em que **a especulação e as transações escusas foram tão correntes como a violência que se instaurou nessas áreas**” (Idem, p. 139). Conforme WESTPHALEN 1968, em 1930 os grandes grilos de terras no Paraná estavam distribuídos conforme a figura 05. Na figura 06 é possível ver a sobreposição significativa entre as terras concedidas e as terras objeto de grilos.

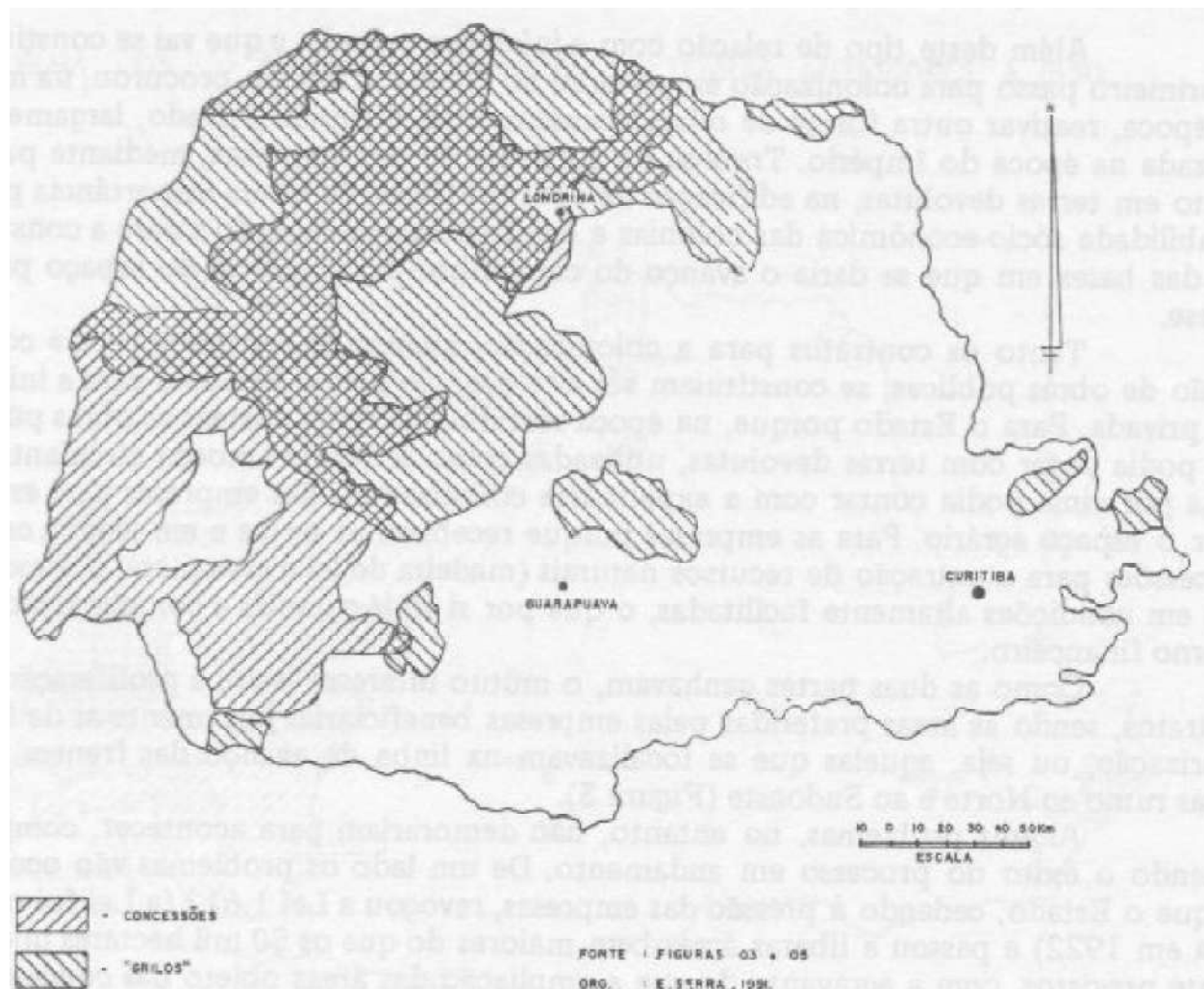


Figura 05. Estado do Paraná, 1930. Localização dos 20 maiores grilos de terras.



Fonte: WESTPHALEN (1968).

**Figura 06.** Concessões e “Grilos” de terras anteriores a 1930 no Paraná.



**Fonte:** SERRA (1992, p. 92).



SERRA (1991) resume a situação jurídica da terra no Paraná nas primeiras décadas do século XX nos seguintes termos:

“O processo de apropriação irregular da terra em andamento no Paraná quer através de concessões fraudulentas, quer através de grilagens de grandes áreas, havia constituído ao longo dos tempos em poderoso suporte para formação e afirmação de uma oligarquia agrária com resistência suficiente para desafiar com vantagens o poder de intervenção do Estado no contexto da estrutura agrária pioneira (sic). A partir de 1930, no entanto, a resistência do poder paralelo constituído pela oligarquia começa a minar, contribuindo para isso os efeitos da crise econômica de 1929 [...], e os efeitos da Revolução de 30, que ao imprimir nova ordem institucional ao País originou condições políticas necessárias para a adoção de medidas de impacto destinadas a sanear e reverter o quadro de apropriação da terra no Paraná. Tais medidas, tomadas pelos primeiros interventores federais designados para o Paraná, fizeram retornar para o patrimônio público todas as terras até então desviadas através da prática de grilagem e todas as terras objeto de concessões que por um motivo ou outro não estavam cumprindo a finalidades para as quais haviam sido outorgadas. Ao retornarem as terras, os interventores passaram a ter condições de estabelecer nova ordem na ocupação do espaço, tendo a colonização como processo básico. A colonização a propósito, é que marcaria daí em diante, e até o esgotamento das frentes pioneiras, o processo de repartição da terra agrícola, tendo, por outro lado, o trabalhador brasileiro e não mais o estrangeiro como elemento potencialmente beneficiário no acesso à propriedade da terra (SERRA, 1991, p.72).”

Das duas empresas consideradas idôneas pelo interventor federal no Paraná a partir de 1930, Manoel Ribas, uma delas protagonizou o principal empreendimento de colonização privada no estado do Paraná, a *Cia de Terras Norte do Paraná (CTNP)*, com sede em Londres. Segundo Padis (1981), as primeiras aquisições de terras dessa empresa aconteceram em 1924, ainda sob o nome de “Brazil Syndicate Ltd.”, com o intuito do plantio e beneficiamento do algodão. No ano seguinte, o empreendimento não teve sequência e foi criada a *Brazil Plantations*, com a finalidade de tocar um projeto imobiliário na mesma área. Assim, foi criada a *Paraná Plantations Ltd*, cuja subsidiária no Brasil recebeu o nome de *Cia de Terras Norte do Paraná*<sup>26</sup>.

Ainda segundo Padis (1981) entre 1925 e 1928 a empresa adquiriu cerca de 515 mil alqueires de terra no “norte do Paraná”, o equivalente à décima sexta parte do território do estado, sobre os seus melhores solos. Localizado na região central do “Norte paranaense” ou “Norte Novo”, o projeto foi considerado o grande definidor da estrutura agrária que se estabeleceu nessa área daí em diante, até pelo menos a expansão

---

<sup>26</sup> Em 1951, já sob o comando de capitais brasileiros a empresa passou a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

das modernas lavouras de soja. A localização das glebas adquiridas pela *Cia de Terras Norte do Paraná* está ilustrada na figura 07, a seguir.

O loteamento realizado pela CTNP foi considerado o modelo de colonização privada no Paraná, seja pelo rigor na legalização das terras a serem comercializadas e no planejamento do loteamento, privilegiando lotes de pequena dimensão, quanto à localização das cidades e à função que cada uma deveria cumprir, seja pela fundação de núcleos urbanos “polarizadores” da zona rural e a infraestrutura de transporte, tanto rodoviário quanto ferroviário, num “perfeito entrosamento entre loteamento e via férrea”.

**Figura 07.** Glebas adquiridas pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, cursos dos principais rios e infraestrutura rodoviária e ferroviária.



*Localização da área de 545 mil alqueires colonizada pela CMNP no Estado do Paraná*

**Fonte:** CMNP (1975, p. 108).

Segundo WESTPHALEN (1968, p. 18):

“Toda a área colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná foi dotada de boas estradas, colocando as propriedades rurais em comunicação fácil com os centros urbanizados e facilitando o escoamento da produção. Foram desde logo criados muitos patrimônios, como pontos de apoio às propriedades rurais. Estas, via de regra, não distavam mais de 15 quilômetros de um patrimônio ou de uma cidade. Fora, assim, prevista e garantida a integração entre o meio rural e urbano. Intensa propaganda, acerca do Norte do Paraná e das condições de colonização, foi realizada pela Companhia, sobretudo através de folhetos e de jornais de grande circulação, principalmente em São Paulo, com o objetivo de atrair colonos nacionais.”

No discurso oficial da empresa, na voz de Hermann Moraes de Barros:

“A zona rural colonizada pela Companhia foi dividida em pequenos lotes, de área variável, demarcados de tal maneira a incluírem todos eles uma parte de baixada e uma de espigão. Contam, ainda, com água corrente e acesso por estrada de rodagem. Na parte de baixada o colono geralmente constrói sua casa, planta um pomar e uma horta, cerca um pasto, enfim, produz o necessário para a subsistência. Nos trechos mais elevados, menos atingidos pelo frio, estende o seu cafezal, que constitui a sua fonte principal de renda.

“Esse plano, na sua simplicidade, veio possibilitar a solução de um problema multissecular, qual seja o do assalariado, descalço e prisioneiro de um sistema econômico que parecia inexorável, transformar-se em proprietário e mudar de categoria econômica e social da noite para o dia.” (CMNP, 1975, p. 104-10).

O empreendimento da CTNP acelerou o processo de tomada das terras no “Norte Novo do Paraná”. Dentro dos moldes do que havia definido o governo do Paraná por meio da sua política de colonização, o empreendimento foi um sucesso. E não havia de ser diferente dada a reunião de interesses em torno das terras no “Norte novo”: capital (na figura das empresas colonizadoras) e estado, na necessidade de solucionar as disputas pela terra. A extensão da estrada de ferro Sorocabana até Londrina se encarregaria de resolver o problema da distância. Os solos eutróficos naturalmente férteis dessa região, dispostos numa diagonal que vai de Cambará até Cianorte, próxima às margens do rio Ivaí, passando por Maringá e Londrina, serviram como um fio de prumo desse movimento avassalador. O interesse da *Paraná Plantations Ltd* em valorizar e vender as suas terras a fazia orquestrar em perfeita sintonia o trabalho das suas subsidiárias brasileiras: a CTNP e a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná.

“Os próprios fazendeiros fizeram a ligação ferroviária do Norte Velho à ferrovia Sorocabana, para facilitar a exportação. No início da década de 1930, para incentivar a venda de suas terras, os ingleses estenderam a ferrovia até Londrina. Em 1928 o governador Bento Munhoz da Rocha isentou de impostos o café exportado via Paranaguá, para concorrer com o porto de Santos. O maior centro cafeeiro da região, na época, era Jacarezinho.” (AGUIAR, 2013, p. 10)

“... a marcha do café tem as características de uma caminhada para a frente. Os plantadores de fato preferiram abandonar terras cujos rendimentos diminuía do que tentar melhorar suas técnicas. Os solos arenosos se esgotam rapidamente e a compra de terras novas com maior produtividade é um bom negócio. As geadas intempestivas desencorajam os fazendeiros. As crises de superprodução e as derrocadas dos negócios mundiais os incitam a renunciar. Mas desde que a tempestade econômica se distancia e que o Estado volte a garantir os preços, renasce a confiança: parte-se então para um pouco mais longe a fim de tentar, uma vez mais, a aventura do café” (MONBEIG; 1985, p. 37)

O ritmo da tomada das terras do “norte to Paraná” esteve intimamente ligado à expansão e retração da economia cafeeira nesse período serviu de referência à construção de uma regionalização interna no “norte paranaense” para CANCIAN (1981). A autora, fazendo uma análise da situação da economia cafeeira nacional e internacional nas primeiras décadas do século XX e associando-a ao contexto político, conclui ter havido três conjunturas cafeeiras que ditaram a expansão do café no “norte paranaense”:

“A produção paranaense mostra-se incentivada entre 1903 e 1929 em decorrência da defesa de sustentação dos preços<sup>27</sup> (primeira conjuntura); retrai entre 1930-1944 em virtude da depressão mundial e logo depois pelos efeitos da Segunda Guerra Mundial quando os preços estão em níveis baixos (segunda conjuntura); e dinamiza-se após 1945 por efeito dos preços mais altos de toda a sua história até perder de novo impulso por efeito de superprodução e seriam iniciados programas de erradicação cujo objetivo era racionalizar a cafeicultura (terceira conjuntura)”. (Idem, p. 21)

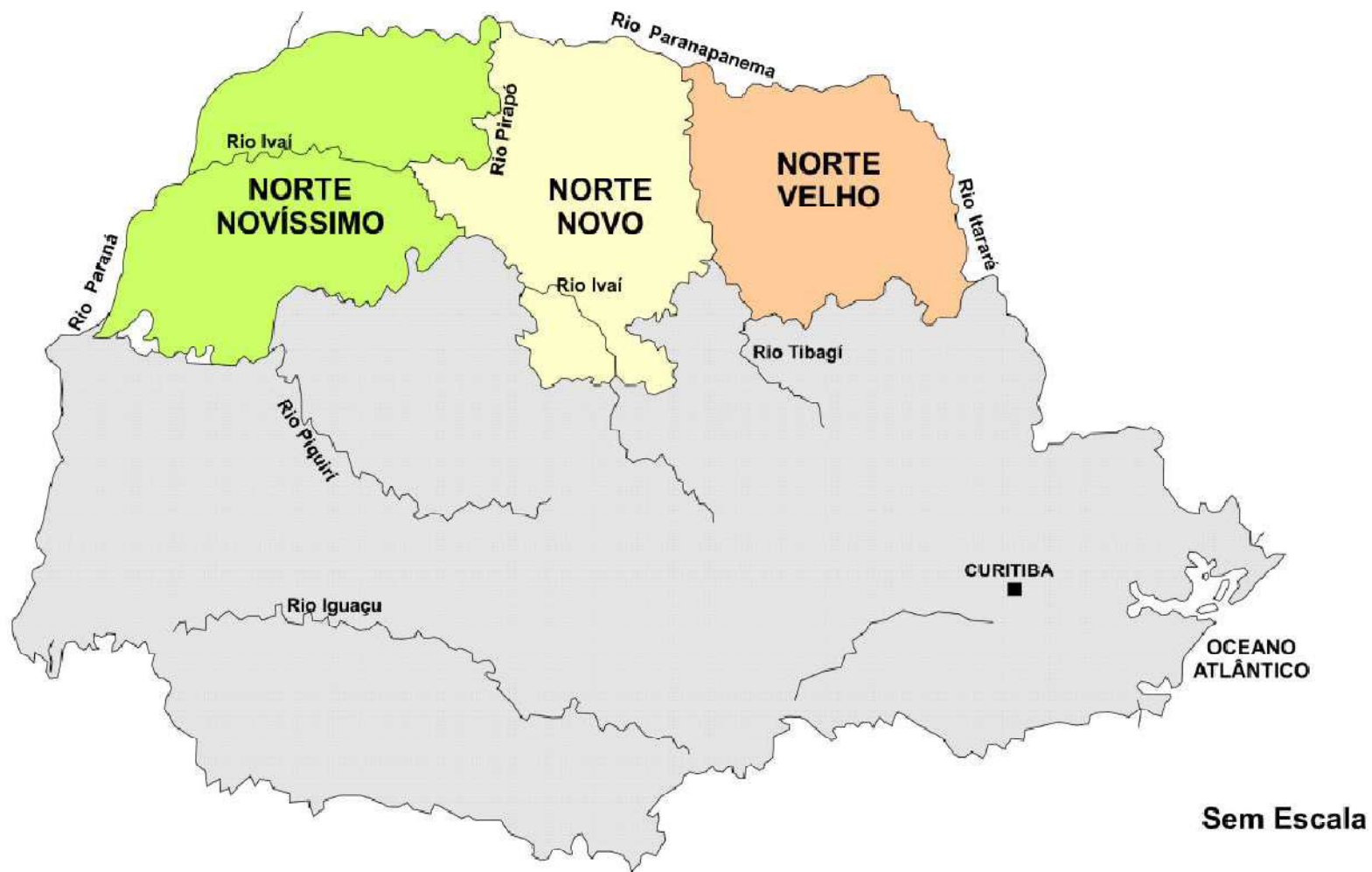
---

<sup>27</sup> Desde 1906, com o Convênio de Taubaté, condições de mercado viáveis para a produção do café eram artificialmente mantidas pelo Estado. Este fazia uma espécie de arbitragem, comprando a produção dos cafeicultores e administrando os estoques para manter os preços em patamares rentáveis. Quando o preço internacional estava abaixo do preço de aquisição junto aos produtores o estado arcava com as perdas e queimava parte dos estoques para regular os preços. Em situação diversa, o governo se apropriava da margem de lucro através do “confisco cambial”. O efeito mais significativo dessa política foi estimular safras ainda maiores e enriquecer a classe dos maiores cafeicultores. Assim permaneceram os impasses em relação à lavoura de café no Brasil ao longo de boa parte do século XX.

As próprias designações “Norte Velho” (ou Pioneiro), “Norte Novo” e “Norte Novíssimo” implicam os períodos em que as terras de cada uma dessas regiões foram incorporadas à economia cafeeira, conforme a periodização a seguir (SERRA, 1991, p. 72):

- A) Norte Velho – área compreendida desde a divisa nordeste com São Paulo até Cornélio Procópio, **ocupada por mineiros e paulistas desde 1860 até 1925** (sic). Predominou a ocupação espontânea até por volta de 1920, quando o Estado decide interferir na organização do espaço e estimular a colonização;
- B) Norte Novo – área delimitada pelos rios Tibagi e Ivaí até as margens do rio Paranapanema, **ocupada entre 1920 e 1950** (sic), sobretudo por meio de projetos de colonização desenvolvidos pela iniciativa privada;
- C) Norte Novíssimo – área que se estende do rio Ivaí ao rio Paraná e ao rio Piquiri, **colonizada a partir de 1940** (sic). Na década de 1960, com a ocupação das últimas faixas de terra do Norte Novíssimo, **a frente pioneira se completa** (sic).

Figura 08. Regionalização interna do “Norte paranaense”.



Fonte: MUNICÍPIO DE LOANDA (2006, p. 37).

Se as definições das conjunturas cafeeiras e das regionalizações internas do “Norte paranaense” parecem estar suficientemente claras para CANCIAN, resta dizer algo sobre o quanto ao sul se estende esse norte. A referência clássica para a definição das fronteiras do norte cafeeiro paranaense é o primeiro Mapa Fitogeográfico do estado do Paraná elaborado por MAACK (1944) e que está ilustrado a seguir.

Segundo PADIS, 2006, p. 130-31:

“... o que se convencionou chamar de “norte do Paraná” não tem significado a mesma coisa para diferentes autores. [...] o chamado “norte paranaense” tem seus contornos perfeitamente delimitados ao norte, a leste e a oeste – pelos rios Paranapanema, Itararé e Paraná, respectivamente –, o mesmo não acontece em relação ao limite sul. [...] Alguns autores preferem dizer que esses limites seriam marcados pelo fim das manchas de terra roxa. [...] Outros há que preferem delimitar a região pelos dois tipos de vegetação ou pluviosidade. É evidente que os fenômenos de natureza econômica assumem no caso importância consideráveis, pois, como se sabe, a ocupação do território norte paranaense tem uma história, em grande parte, comum à da evolução da cafeicultura (sic), não obstante o roteiro seguido pelo café desde sua fixação na baixada fluminense ter sido, é inegável, grandemente condicionado pelas condições físicas do terreno.”

Segundo o autor, delimitar o ponto até onde se estende o “Norte paranaense” implica levar em consideração até onde o ímpeto cafeeiro conseguiu alcançar, o que, por sua vez, dependia em grande parte das condições físicas do terreno, como altitudes, solos e temperaturas. De acordo com o trabalho de Cancián (1981, p. 510), conforme ilustrado na figura 13 a seguir, o Paraná cafeeiro, no seu auge, descreveu uma meia lua que evoluiu desde a fronteira nordeste do estado, onde se situa o rio Itararé, até a fronteira sudoeste, na foz do Rio Iguaçu, tomando todas as manchas de terras roxas do terceiro planalto paranaense entre 1860 e 1960. No auge do ímpeto cafeeiro as lavouras chegaram a ultrapassar o paralelo de 24° S, considerado o limite climático do café.

Se comparamos o mapa do Paraná cafeeiro de Cancián (Figura 09 a seguir) com o Mapa Fitogeográfico de Maack (Mapa 01) vemos que o Paraná cafeeiro de fato se estendeu além da linha de geodésica definida no trabalho do naturalista alemão, alcançando as regiões de Campo Mourão, Cascavel/Foz do Iguaçu, até o médio curso do Rio Ivaí, sendo essa região considerada ponto de encontro/transição das três “frentes pioneiras” que formaram o Paraná.

“É possível distinguir nesse processo de povoamento e colonização da parte “nova” do Paraná, duas frentes pioneiras: a do norte, com prolongamento da expansão cafeeira do Estado de São Paulo, e a do oeste, resultante da penetração de colonos, descendentes de alemães e italianos, vindos do Rio Grande do Sul e do oeste de Santa Catarina. Estas duas frentes se encontram entre os vales dos rios Ivaí e Piquiri, completando, desta forma, a interligação das regiões paranaenses e o seu povoamento.” (LUZ, 1980, p. 2).



Mapa 01. Mapa Fitogeográfico do estado do Paraná, 1944.



Fonte: TECPAR. <http://everest5.tecpar.br/iconografico/acervo.php?registro=80>



\*\*\*

Denominada historicamente de **Território do Ubá**<sup>28</sup>, a área foi ocupada durante milênios por populações indígenas Umbu, Humaitá, Xetá, Guarani e Kaingang, o que nos remete ao caráter ideológico da noção de “vazio demográfico” sustentada pela historiografia oficial. À parte as Reduções jesuíticas e as expedições do governo e do capital ingleses, que chegaram ao território do Ubá nos séculos anteriores, mas não constituíram ocupação efetiva, os primeiros brancos a chegarem ao território nos anos 1930 eram caboclos posseiros ou safristas que “... inicialmente abriam picadas na mata, cultivavam milho e soltavam os porcos para engorda. Quando os porcos estavam em condições de abate eram tocados como gado até Apucarana para as empresas Matarazzo. Empresa que viria a se tornar um grande império da indústria na América Latina” DENEZ e QUIEZI (2018, p. 220).

“As divisas eram cantadas, isto é, quem chegava primeiro, dizia de onde aonde seriam suas terras, as quais podia cultivar, demarcando-as com “picadas” no meio da mata. “O sujeito subia num elevado e cantava: daqui da curva da terra até o corguinho onde todo mundo se banha, e dali até encontrar as terras do João Fubua. Tudo o que estiver dentro desse trecho são terras minhas. Fulano de tal.”” (BOING, 2007, p. 3)

Data do contexto da vigência da Lei de Terras a primeira descrição dos limites do imóvel que futuramente daria lugar aos 8 municípios que hoje existem nessa região, dentre eles o município de Ivaiporã, ponto de partida desta pesquisa. Em 2 de dezembro de 1853 foi feita a primeira descrição do imóvel “Fazenda Ubá” (figura 10) em processo de transmissão da propriedade de José de Lima para Manoel Soares da Silva Lima, em texto que “dizia apenas que o terreno ficava à margem esquerda do rio Ivaí num lugar chamado de Salto Grande, possibilitando que os futuros proprietários ampliassem os limites, no modelo da divisa cantada, o máximo possível, ocupando toda a margem esquerda do rio Ivaí até a confluência com o rio Corumbataí” DENEZ e QUIEZI (2018, p. 229).

---

<sup>28</sup> Os posseiros atravessavam o rio Ivaí em canoas feitas das próprias árvores encontradas às margens do rio. Canoas chamadas de ubá, pelos indígenas, o que deu origem ao nome da fazenda que abrangia toda a área e da sociedade territorial responsável pela sua aquisição, loteamento e venda (DENEZ e QUIEZI, 2018).

Segundo BOING (2007), conforme o imposto de transmissão (SISA), pago em 8 de dezembro de 1853, o imóvel de José de Lima corresponderia a 7 alqueires. Em 1899 o imóvel foi vendido de Manoel Soares da Silva Lima para João Fordie. Este, por sua vez, passou adiante um imóvel que totalizava 100.000 alqueires, vendendo parte para João Alberto Munhoz em 1900 e outra parte, de 89.545,03 alqueires, para Alberto Landesberg em 1912.

“... era uma adaptação de escrituras ao solo ambicionado, ampliando-se as divisas como se fossem de goma-elástica”, ... “que escrituras e cisas anteriores a 1854 não faltarão”, que “terrenos que nunca foram habitados (sic), situados em zonas remotíssimas que nunca produziram um só grão de cereal, são, como por encanto, ‘propriedades particulares’, não sujeitas à legitimação porque tem escritura de venda e siza paga antes de 1854... que as escrituras que servem de base, com datas remotas, referem-se a lugares que nas respectivas épocas ainda eram desconhecidos (sic).”... “Que indivíduos sem direito algum vão se apossando de áreas fabulosamente grandes do nosso território, com o dispêndio apenas de algum selo e propinas...” (MERCER, 1978, PG. 75).

Em 1929, na febre da colonização das terras paranaenses por empresas privadas, a Sociedade Territorial Ubá (STUL) adquiriu as terras da viúva de Lindsberg para estabelecer aí um projeto de colonização privada. Daí em diante se instalariam os conflitos entre posseiros, a STUL e os governos federal e do Paraná.

“A STUL foi organizada para a compra da Fazenda Ubá. Fundada em 5 de março de 1929 como sociedade civil por quotas, com sede em Cambará, de propriedade dos irmãos Barbosa Ferraz, banqueiros e advogados, somando 16 sócios... Posterior à demanda judicial com o estado do Paraná, e, com base nos estudos de Cezar Felipe Cardozo Farias (UEM), observando a documentação de registro e os mapas oriundos da organização das áreas e lotes para comercialização, verifica-se a divisão do Território do Ubá em glebas ao modelo das antigas sesmarias (sistema inicial de partilha das terras do Brasil). As linhas divisórias vão de rio a rio (do Ivaí ao Corumbataí), fatiando o território em glebas. Os sócios, proprietários destas glebas, vão constituindo empresas para a comercialização das terras. Dentre elas, citamos a própria Sociedade Territorial Ubá Ltda.(detentora da maior área), a Sociedade Civil Agrícola Lunardelli Ltda. e Espólio de Max Wirth.” (BOING, 2007, p. XX)

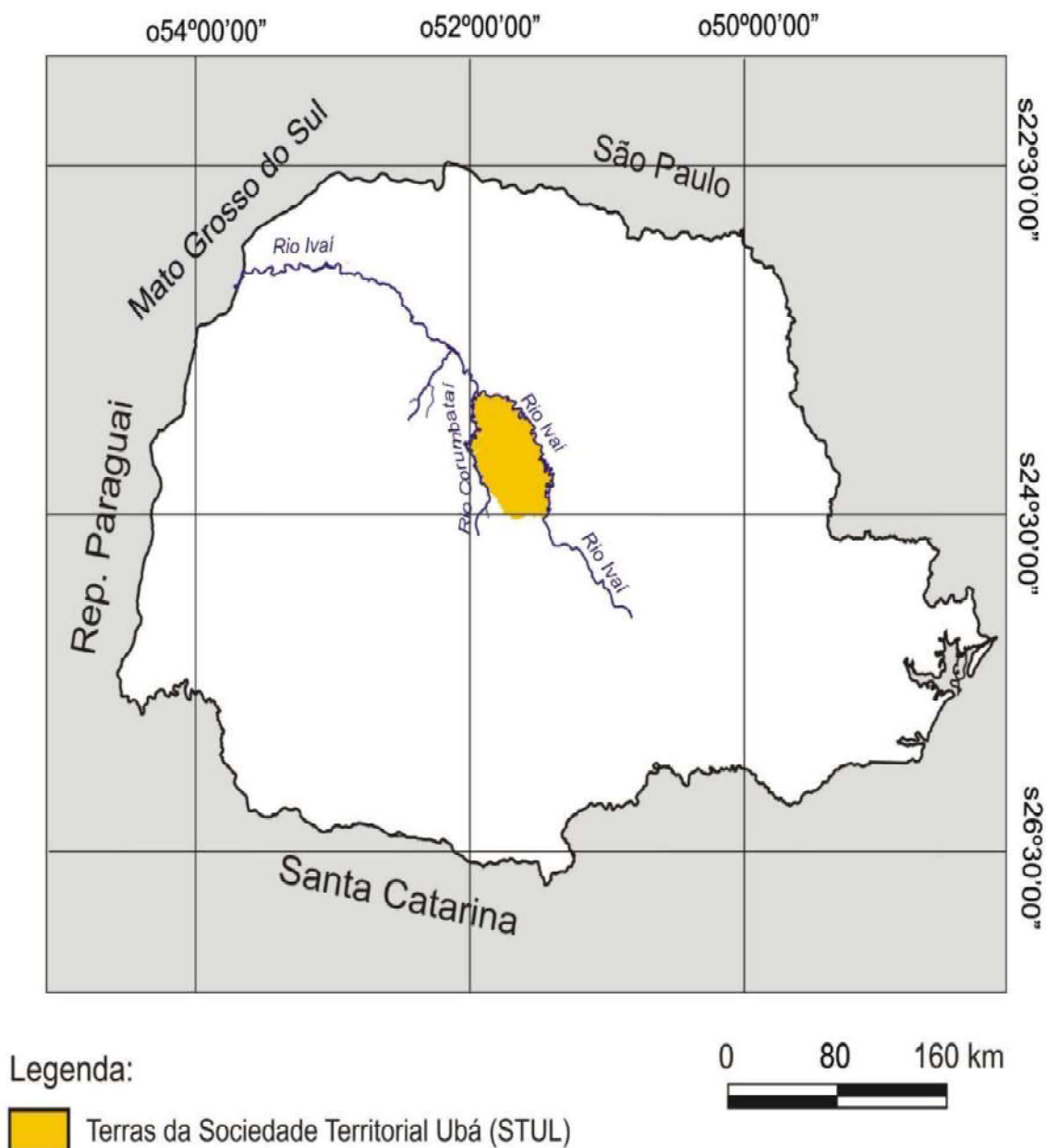
A partir de 1913 as denúncias em torno do “grilo Ubá” ou “Bendegó do Ubá” se tornaram constantes. Em 1916, com a Lei Nº 1642, de 5 de abril de 1916, se intensifica

a concessão de “terras devolutas” a particulares para projetos de colonização. O discurso oficial em torno da estratégia ganha tons de entusiasmo e em 1929 a STUL adquire as terras do território do Ubá, mesmo com uma série de questionamentos pairando sobre as mesmas. A mudança de conjuntura política no país a partir de 1930 vai intensificar o movimento de questionamento e uma série de medidas jurídicas serão tomadas para fazer retornar ao patrimônio do Estado as terras obtidas por particulares de forma irregular. Concessões são canceladas, sobretudo por inoperância e pelo não cumprimento de cláusulas contratuais, e o discurso oficial sobre a estratégia de colonização mediada pelo capital privado muda radicalmente. Cerca de 1/3 do território do Estado do Paraná estava em litígio e o interventor federal no Paraná, Manoel Ribas, afirmava: “... precisamos acabar com esses senhores feudais. **Quase toda a área grilada era ocupada por milhares de posseiros, os quais, como pioneiros, desbravaram e povoaram, de fato, o Paraná.**” (LAZIER, 2005, pg. 210, apud BOING, 2007, p. 11)

“Tomando-se o ano de 1939 como uma espécie de divisor de águas quanto à atuação direta do Estado no contexto da estrutura fundiária, o que se tem é que antes deste período o poder público manteve-se preocupado em montar o aparato jurídico institucional que serviria como fio condutor da atuação empresarial privada e ainda em selecionar as empresas colonizadoras, em demarcar as áreas em que passariam a atuar e em criar alguma infraestrutura que viesse facilitar a viabilidade social e econômica dos loteamentos. Depois de 1939, o Estado passa a agir diretamente na estruturação do espaço, mas optando por desenvolver seus projetos em áreas de menor interesse comercial, quer pela inferior qualidade da terra, quer pelo distanciamento de vias de comunicação ou centros de consumo, quer ainda pelo fato da área objeto da colonização estar sob litígio, o que a tornava desinteressante do ponto de vista do negócio. Fora estas situações, o Estado marcaria presença levando avante projetos que fracassaram nas mãos da iniciativa privada e que potencialmente, poderiam se tornar alvos de conflitos sociais (SERRA, 1991, p. 80).



**Figura 10:** Terras da Sociedade Territorial Ubá entre os rios Ivaí e Corumbataí.



**Fonte:** DENEZ e QUIEZI (2018, p. 220).

As escaramuças entre a STUL e o governo do Estado duraram até os anos 1950, quando intencionados em pôr fim ao litígio o Estado e a empresa decidiram por meio de acordo encerrar a disputa judicial. Por pouco mais de uma década, período pelo qual se arrastou a disputa, a situação no território foi de instabilidade ainda maior do que a instabilidade dos anos anteriores. Possesores e novos migrantes vindos de Santa Catarina

se estabeleciam na região, alguns adquirindo terras do Estado, acreditando na sua preponderância sobre a STUL, enquanto a STUL declarava ser a legítima proprietária das terras. Os processo custou caro à STUL, que pra honrar com as custas decorrentes teve que buscar capital externo, e chegou a ter 37 sócios<sup>29</sup>.

Em 1950, quando enfim os litigantes entram em acordo, e quando a Comarca de Pitanga, no ano seguinte, emite pronunciamento favorável à STUL, a empresa passa a impor o seu direito de propriedade. Todas as posses e todas as aquisições de terras que não haviam sido feitas à STUL passaram a estar em condição irregular. Aos que já haviam feito pagamentos ao Estado, restaria, pelo acordo, saldar apenas a dívida restante à STUL. Aos demais, o pagamento deveria ser integral.

Os métodos da STUL envolviam desde negociações, até intimidações, mortes, destruição de plantações, queimada das propriedades e destruição dos seus equipamentos. Já a resistência dos posseiros envolvia emboscadas e, em alguns casos, morte. O episódio ficou conhecido como a “Revolução” ou “Guerra do Sapecado”. Muitos posseiros, diante da obrigação de pagarem pelas terras, abandonaram a região e procuraram se estabelecer em outros lugares. Entre meados de 1950 e os anos 1960 a STUL fez propaganda intensa das suas terras. Assim como o fizeram as demais empresas que se tornaram sócias ao longo do litígio com o Estado.

O fracionamento das terras em pequenos lotes tornava o seu preço acessível para quem já havia conseguido amealhar alguns recursos com a produção do café no “Norte do estado”. Os prazos para pagamento também eram convidativos. A febre do café fechava o conjunto de condições ideais para que, de um lado, trabalhadores alcançassem o status de proprietários mergulhando na aventura do café e, de outro, as empresas conseguissem vender com êxito os seus lotes rurais. A exigência da fixação de moradia e da produção nos lotes rurais ainda permitiu o surgimento de um mercado na região que serviu para dar vazão aos lotes urbanos, dando respaldo à criação de municípios na região. Assim surgiu, já em 1961, o município de Ivaiporã<sup>30</sup>, ao qual se seguiriam outros 7 no Território do Ubá. Nos símbolos oficiais do município subsistem: a odisséia

---

<sup>29</sup> A julgar pelo suposto grilo e pelos preços das terras vendidas pelo Estado à época, o que pode ser visto como um grande tormento para a empresa ilustra na verdade os métodos pelos quais a acumulação primitiva do capital se fez presente no Paraná durante a febre cafeeira.

<sup>30</sup> O surgimento do município de Ivaiporã-PR, assim como vários outros que surgiram no Brasil nos anos 1960 e em outras décadas obedece a interesses muito mais complexos do que essa simplificação apresentada.

dos indígenas e dos posseiros, a força do capital privado, a paz (ainda que à força) e a conquista do território pelas lavouras de café.

O território do Ubá foi a última estância do itinerário do café ao sul do “Norte Novo paranaense”, já entre os anos 1950 e 1960. No “Norte Novíssimo”, nas regiões de Paranavaí e Umuarama o café também penetrou com força. Nem as terras do arenito caiuí a noroeste do estado, impróprias para o cultivo, foram poupadas. Entre 1950 e 1960 os plantios se multiplicaram em velocidade assombrosa, chegando a deitar seus ramos até Cascavel/ Foz do Iguaçu, mas em intensidade significativamente menor. As geadas de 1953 e 1955 concorreram para a febre dos plantios, os preços haviam alcançado a máxima histórica até o período. Era a fase da “terceira conjuntura cafeeira”, de alta dos preços, conforme definido por CANCIÁN (1981), após a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial terem arrastado os preços para níveis mínimos. A expansão do café no “Norte do Paraná” seguia em linhas gerais as flutuações dos preços e as manchas de terras roxas, o que levou a autora a concluir que **monocultura ou diversificação agrícola em terras novas era uma questão apenas de preços, dada a condição brasileira de dependência da exportação de produtos primários.**

A safra de 1962<sup>31</sup>, quando o Paraná foi responsável por um terço da produção mundial e mais da metade da produção nacional, é um marco que ilustra como a década de 1960 foi o apogeu da cafeicultura paranaense. Durante esse período, muitos municípios do “norte” estavam dedicados à “monocultura” do café, com lavouras intercalares, sobretudo de alimentos e uma pecuária que se restringia praticamente aos vales dos rios, áreas sujeitas a geadas e por isso impróprias para a lavoura cafeeira.

No “Norte Novo”<sup>32</sup>, onde nos anos 1940, não se via nem sinal de uma tendência à especialização, a febre do café atingiu sua maior intensidade.

“O município de Londrina abrangendo área da Companhia de Terras Norte do Paraná, ocupada por 30% de elementos nacionais e 70% de estrangeiros, num total de 33 nacionalidades, até 1940 não possuía, praticamente, grandes propriedades. A maioria se constituía de pequenos e médios sítios, onde o camponês lavrava com a família e possivelmente poucos assalariados, a sua própria terra, destinando sempre uma parcela para pastagens. A intensificação do plantio de cafeeiros só ocorreria pouco depois, no após guerra. Até lá, um pequeno cafezal, lavouras intercalares, algodão, fumo, batata, cana-de-açúcar, algumas experiências com trigo, criação de porcos,

---

<sup>31</sup> Ano do I Acordo Internacional do Café.

<sup>32</sup> Nessa microrregião, em 1940, existiam apenas dois municípios: Londrina e Sertãoópolis.



algum gado, se constituíram nas atividades da faina diária. **Nada fazia supor a dinamização da cafeicultura que ocorreria pouco depois.**

Em 1950 o Norte Novo contava com nove municípios, e sua população aumentara em 934,3% desde 1940, indicadores do que o café realizara em uma década.” (CANCIÁN, 1981, p. 106)

Embora no auge da febre do café (1950-1960) praticamente todas as microrregiões apresentassem extensas faixas de terras com especialização significativa em torno do café, nas regiões sul de Campo Mourão, de Apucarana e de Londrina, bem como nas terras no “Norte Velho”, havia áreas onde a pecuária era, nesse mesmo período, a atividade principal em termos de área ocupada. Tratava-se, em geral, das terras mais frias ao sul e dos solos mais pobres. Em outras áreas, como as do “Norte Novíssimo”, a especialização em torno do café foi grande e impetuosa, mas da mesma forma o foi a retração da produção assim que os preços inverteram a tendência. Na virada dos anos 1960 para os anos 1970 a diversificação das lavouras deu a tônica no “Norte paranaense”, num movimento em que a mancha do café começa a retrair e se radicar nos redutos da terra roxa ao longo dos espigões de derramamento basáltico, dotados de melhor infraestrutura, onde um conjunto de determinantes tornava a produção do café rentável.

A atuação do governo brasileiro por meio do Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura (GERCA) no sentido de diversificar economicamente a região cafeeira do Paraná contribuiu para isso. Entre 1962 e 1967, atendendo às “vinculações internacionais relativas ao comércio do café” (GERCA, 1967, Introdução, apud CANCIÁN, 1981, p. 131), foram extintos 132.343.000 milhões de pés de café, sendo cerca de 19 milhões no “Norte Velho” (14%), 50 milhões no “Norte Novo” (39%) e 62 milhões no “Novíssimo” (47%), liberando uma área de cerca de 134 mil hectares. Evidentemente que determinantes econômicos contribuíram para o sucesso do programa do GERCA, como a queda dos preços, a queda da produtividade dos cafezais mais velhos e daqueles situados nas terras mais pobres, além da incidência de geadas constantes. Com a ação do GERCA se esperava, por um lado, aumentar a produção de alimentos, prejudicada pelo crescimento da monocultura, e, com o aumento dos preços por meio do controle da oferta, manter em alta as receitas oriundas da exportação do café para o equilíbrio do balanço de pagamentos do Brasil.

A diversificação se fez em na sua maior parte por meio do avanço das pastagens, sobretudo a noroeste, que já se mostrava nos anos 1960 como área promissora para a pecuária, e a sul, em áreas onde o café nunca conseguiu se impor como cultura hegemônica, como a região sul de Campo Mourão ou a região sul de Apucarana.

“Três fases da pecuária coexistiram e se sucederam: 1. Na etapa produtiva do café o gado ocupava o fundo dos vales para fornecer leite e carne para as fazendas, o excedente era vendido para o abate nas cidades; 2. Fase da invernção: fazendas mistas (café e gado) importavam gado de outras regiões, engordava-os e revendia-os; 3. Ciclo da especialização, em que fazendeiros autônomos ocupavam-se da criação e recriação não apenas nas grandes fazendas mistas, mas também em pequenas e médias propriedades.” (PARANÁ, 1964, p. 1-80, apud CANCIÁN, 1981, p. 104)

**Na área cafeeicultora que ia sendo progressivamente liberada, além das pastagens, expandiram-se também o algodão, o feijão, o milho, mamona, arroz, mandioca, entre outras. Mas uma novata entrava para disputar território: a soja. “A diversificação se fez na maior parte, através de pastagens artificiais, porém acompanhada de perto pela nova euforia que penetrava no Paraná – as oleaginosas” (CANCIÁN, 1981, p. 131).**

Historicamente a agricultura brasileira se organizou como um empreendimento exportador de gêneros primários, baseado na grande propriedade e no trabalho escravo. Em paralelo à grande monocultura, organizou-se um setor responsável por produzir gêneros de subsistência destinados a suprir a demanda interna. No Paraná não foi diferente. Boa parte das colônias formadas entre os séculos XIX e XX se constituía de pequenas propriedades baseadas numa agricultura de subsistência. A “frente pioneira do Norte”, que foi movida fundamentalmente pela marcha do café apresentou com certa clareza essa convivência entre a monocultura do café e uma produção de subsistência paralela. A novidade se deu à medida que a colonização dirigida a partir do vale do rio Tibagi no “Norte Novo”, já por volta dos anos 1930 e 1940, trouxe para a grande lavoura comercial milhares de pequenas propriedades, com forte presença de imigrantes.

Se na fase da defesa da cafeeicultura e do incentivo à produção no Paraná, que se estendeu até a crise de 1929, a grande propriedade do “Norte Pioneiro” prevaleceu – da qual é ilustrativa o empreendimento dos Barbosa Ferraz; na fase dos preços declinantes

a cafeicultura continuou a se expandir, embora com menos vigor, pelas terras do “Norte Novo”. Alguns fatores eram pré-requisitos para isso: a ocupação de novas terras cuja produtividade compensava os preços baixos e a presença da pequena propriedade, lavrada com mão de obra familiar e desprovida de maquinários e grandes edificações. A proibição do plantio em São Paulo impulsionou o processo. A renda obtida com o café, por mais baixa que fosse, no período de redução dos preços, era parte importante da complexa economia, dividida entre o café, a criação do gado e a policultura.

A autointitulada “reforma agrária” empreendida pelas empresas colonizadoras, tratando-se de um empreendimento imobiliário, cujo retorno econômico dependia da ocupação efetiva dos lotes, tinha completo interesse na plena ocupação das terras do “Norte Novo”, e por essa razão preocupou-se de lotear a terra em pequenas glebas e facilitar as condições de pagamento para os “pioneiros”, tornando a terra “acessível”.

“... Pois foram estes (os “pioneiros”), com o seu trabalho, que fizeram com que as terras se valorizassem, garantindo o lucro da empresa colonizadora. Foi uma estratégia para alavancar os negócios...”

“Enfim pode-se concluir que o Estado e a colonizadora se unem dentro de um projeto único de desenvolvimento do Paraná onde os interesses de uma elite e do Estado se aliam prevalecendo-se sobre os interesses do caboclo, do imigrante ou do colono paranaense, que concebe a terra como um espaço de vida e de trabalho...”

“O conceito de propriedade burguês, onde a terra é vista como uma mercadoria prevaleceu sobre o conceito caboclo para quem a terra é de quem nela trabalha.” (BOING, 2007, p. 14-5)

Por volta dos anos 1970 já se tinha na “região” uma infraestrutura relativamente avançada para o comércio da produção agrícola, o que deu suporte a que outras lavouras comerciais pudessem penetrar de forma ainda mais célere do que o café. O Boletim do Departamento Estadual do Café, ao comentar a cafeicultura paranaense em 1953, informava que **a lavoura cafeeira criou ambiente para a agricultura comercial:**

“Antes dela, a agricultura paranaense era quase que só de subsistência (dos próprios agricultores e das cidades perto das quais se alojavam) e se faziam em pequenas propriedades (colônias de origem estrangeira) ou nas roças dos “safristas”, lavradores nômades que devastavam a floresta e engordavam porcos nas plantações de cereais na parte não colhida. **Depois do café,**

**subiram os investimentos na agricultura, não só ao norte, como no próprio sul.” (CANCIÁN, 1981, p. 107)**

Durante os anos dos governos militares o desestímulo à cafeicultura em crise se dá em paralelo ao forte incentivo às lavouras temporárias de trigo e soja. No Paraná, desde a geada de 1955, eram incentivados o milho, o feijão, o arroz e a soja nas entrelinhas dos cafeeiros queimados. Segundo SERRA (2008, p. 12), ainda para tentar solucionar o problema da viabilidade das lavouras de café, entre 1960 e 1963, com assessoria do Banco do Brasil e do Instituto Brasileiro do Café, várias cooperativas acabaram surgindo nas zonas cafeeiras do Paraná ostentando o título de cooperativas de cafeicultores, dentre elas a Cooperativa de Cafeicultores de Maringá (COCAMAR). Na safra de 1961/62 o estado do Paraná atingiu o auge da sua produção de café, colhendo 21 milhões de sacas de 60 Kg, cerca de 28% da produção mundial. Em 1964, os estoques de café do Estado já eram cerca de três vezes maiores do que a demanda anual.

Segundo HASSE (2011), do outro lado, nos gabinetes do Banco do Brasil e do Ministério da Fazenda de Delfim Netto (já no governo militar de Costa e Silva), que oferecia incentivos e benefícios fiscais a quem aderisse ao “modelo exportador”, a dupla trigo/soja povoava as mentes dos dirigentes. Sabia-se que a soja podia ser plantada na mesma terra que o trigo e com o mesmo maquinário, reduzindo os custos de produção. Restava conceder crédito ao agricultor para plantar conforme o figurino dos novos padrões da revolução verde.

A partir dos anos 1970 o incentivo à substituição dos cafeeiros pelas lavouras temporárias ganharia novo patamar. Por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) produtores e cooperativas ganhariam apoio para aderirem ao novo modelo das lavouras mecanizadas.

“Na região Norte do Paraná, onde o novo modelo só foi incorporado no final dos anos 1970, os agricultores, em grande parte filiados às cooperativas, eram tradicionais produtores de café, dependiam do trabalho familiar não remunerado e das lavouras de subsistência para se manter e só podiam contar com as pequenas dimensões de seu lote, situações que não se enquadravam nas características da nova fase da agricultura.

“O modelo tradicional era, ainda, grande absorvedor de mão-de-obra, o que fazia com que o homem se fixasse mais na zona rural do que na zona urbana, onde as possibilidades de inserção no mercado de trabalho eram mais restritas. O novo modelo, ao contrário, passou a depender muito mais de instrumentos que demandam capital do que do fator trabalho, o que gerou o

desemprego no meio rural; passou a depender de áreas maiores para plantio, **o que anulou o modelo de colonização implantado na região voltado às pequenas e médias propriedades e gerou a concentração fundiária; passou a implementar lavouras especializadas, o que anulou a diversificação de culturas com o conseqüente desaparecimento das lavouras de subsistência, levando junto toda a estrutura que existia nas propriedades em função das lavouras de café e da manutenção do homem no campo, incluindo casas, terreiros, tulhas, pomares, galinheiros, etc.** (SERRA, 1986, p. 112, apud SERRA 2008, p. 10)

As cooperativas de cafeicultores que haviam surgido no início dos anos 1960 com o intuito de acabar com a intermediação na cadeia do café, colocando o produtor em contato direto com o mercado consumidor e retendo os lucros antes retidos por atravessadores, deveriam realizar a administração dos estoques de café e orientar os agricultores na diversificação da produção, mas foram “pouco sensíveis” à situação dos produtores endividados após a grande geada de 1975. Nas palavras de Serra (2008) para as cooperativas “perdeu sentido lutar pela cafeicultura” e “manter o vínculo com o café” no “Norte do Paraná”. Assim, o polo cafeeiro começou a se deslocar para as antigas zonas produtoras de Minas Gerais.

Por outro lado, as cooperativas foram sensíveis aos interesses do Estado em consolidar as novas lavouras “... em troca de subsídios que viabilizaram a construção de uma nova estrutura voltada ao recebimento, comercialização e industrialização dos novos produtos que passariam a receber, com destaque para a soja, o milho e o trigo” (Idem, p. 10). O autor lembra bem que no caso da COCAMAR, mesmo antes das geadas de 1975 e da entrada em cena do novo modelo agrícola, a cooperativa já dispunha de um armazém para estocagem de produtos a granel e toda estrutura complementar financiado a fundo perdido pelo Ministério da Agricultura em 1972. Ao armazém seguiram-se outros equipamentos. Foi nesse contexto que a COCAMAR deixou de se chamar “Cooperativa de Cafeicultores” e passa a se chamar “Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá” para mais à frente se chamar “Cooperativa Agroindustrial”, passando da simples recepção e repasse de produtos primários para a sua industrialização, de onde se pode concluir que na realidade as grandes cooperativas paranaenses, ao lado do crédito subsidiado, foram o grande braço do Estado brasileiro no processo modernizador da agricultura local.

Outra grande cooperativa que surgiu na zona cafeeira do “Norte paranaense” foi a Cooperativa Mourãoense (COAMO), em 1970. Criada por proprietários de terra, a maioria migrante do Rio Grande do Sul, surgiu com o intuito de receber a produção de

trigo de uma área correspondente a 15 municípios. A COAMO, em seu nascedouro já era completamente desvinculada da produção do café. No seu primeiro ano de vida a cooperativa precisou alugar armazéns de terceiros para o recebimento da primeira safra de trigo, mas já no ano seguinte, com financiamento do BRDE, a COAMO pôde construir armazém, escritório, secadores e balança. Nos anos seguintes a ascensão da COAMO foi vertiginosa.

“Historicamente o café, como cultura comercial, até cerca de 1970, ocupou papel preponderante na agricultura do Paraná. Em 1960 ocupava 44,32% da área cultivada do Estado, **em 1970, 25,27%, momento em que no norte do estado, a cultura associada da soja e do trigo passa a ampliar sua área de cultivo à custa de áreas antes ocupadas por lavouras de café** e em segundo plano, em menor escala, de áreas ocupadas por outras atividades produtivas.” (MORO, 1991, p. 74)

### CAPÍTULO 3 – A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO PARANA A PARTIR DOS ANOS 1970.

As transformações territoriais que ganharam força no Paraná a partir dos anos 1970 decorreram, de maneira geral, da progressiva e contraditória generalização das relações capitalistas de produção, que no campo teve como desdobramentos a concentração da propriedade da terra, a transformação das relações de trabalho, as mudanças no uso do solo e a intensa mobilização da força de trabalho para as cidades, resultando no seu crescimento acelerado e implicando em uma homogeneização das paisagens urbanas e rurais. A separação dos trabalhadores da terra se desenvolveu não só como processo originário, mas como uma constante. Para a definição das suas fronteiras o estado se viu mergulhado em uma série de disputas políticas e militares, desde a Emancipação da Província à questão do Território do Iguçu, passando pela definição de fronteiras na região do Contestado, com a Argentina e com o estado de Santa Catarina. Não sendo a terra produto do trabalho humano, a sua transformação em mercadoria pressupõe a forma da propriedade privada. Enquanto se definiam as fronteiras paranaenses dividiam-se também as suas terras, entre coronéis e empresas colonizadoras no seu conflito com populações autóctones e caboclas.

Segundo SERRA (2001), dos conflitos que se seguiram ao “movimento pioneiro” de tomada das terras paranaenses os primeiros se deram em função da irregularidade na apropriação das terras; notáveis foram a Revolta de Porecatu, em 1948, e o Levante dos Posseiros, de 1957. Nesse contexto, onde a “fronteira agrícola” não havia ainda encontrado a fronteira política, foi possível ao Estado atenuar as tensões e direcionar os fluxos migratórios por meio de uma política de colonização levada a cabo por companhias privadas ou pelo próprio estado (colonização oficial). Dos anos 1960 em diante, com o esgotamento da fronteira agrícola, a estrutura agrária “se completou” e os conflitos por terra ganharam novas características e novas proporções: tratava-se agora de brigar pela (re)distribuição de terras já apropriadas e em um contexto de avanço das relações capitalistas no campo.

Em estudo sobre o surgimento do trabalho rural volante no estado do Paraná, o IPARDES (1978) atribui o surgimento dessa categoria de trabalhador e as transformações na agricultura à intensificação do uso do capital, estimulado pela política econômica vigente no período, fenômeno:

“... agravado pela oposição entre o tipo de cultura que lidera o processo – a soja – e a estrutura produtiva dominante na agricultura paranaense, baseada na pequena produção e no trabalho familiar. Por um lado, a um maior emprego de capital, na forma de insumos e máquinas, não se coadunam relações tradicionais, como parceria, por exemplo, cuja natureza fundamenta-se na utilização da força de trabalho. Por outro lado, as novas formas de utilização da terra (culturas mecanizadas e pastagens plantadas) implicam em um processo de crescente concentração fundiária e elevação do preço da terra. Essas circunstâncias engendram a desorganização das formas tradicionais de relação de trabalho, para dar origem ao trabalho assalariado de fato” (IPARDES, 1978, p. 19)

**“... os colonos eram os mais numerosos entre os trabalhadores nas propriedades cafeiras, o que nos indica a presença de médios e grandes proprietários ligados à cafeicultura, atingindo 29% da população ativa na cafeicultura, seguido por parceiros 26% e das famílias dos proprietários 20%. Os diaristas correspondiam a 10% e os empreiteiros 7%, seguidos de outras categorias de menos importância” (CARVALHO, 1991, p. 42)**

A soja, portanto, será o carro chefe dos novos usos do solo no Paraná a partir dos anos 1970, intensificando a separação dos trabalhadores da terra e a generalizada transformação da terra em equivalente de capital. Uma vez privatizada, a terra abrirá aos seus proprietários – no contexto da política econômica vigente – o caminho para uma diferenciação social intensa. Segundo SERRA (1991), nesse período começam a sobressair duas classes no campo paranaense, a dos proprietários rentistas e a dos produtores capitalistas, enquanto os pequenos produtores descapitalizados são expulsos ou abandonam as suas terras com dois rumos possíveis: partem em busca de terras em outros estados da federação, onde a “fronteira agrícola” ainda estava em expansão, ou se transformam em trabalhadores volantes vivendo na periferia das cidades paranaenses.

Para analisar as transformações territoriais no Paraná sob o comando do capital a partir dos anos 1970, foi necessário trabalhar em duas frentes: a primeira levantando alguns dados secundários a partir das principais pesquisas censitárias e econômicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); a segunda, indo a campo colher registros primários que permitissem qualificar tais transformações. Dada a exigüidade de tempo entre a definição do objeto final de pesquisa, a execução da pesquisa e a sua redação, tais registros de campo não puderam ser apresentados na forma de um todo sistemático no corpo deste texto. Para fins de recorte territorial, os registros de campo



foram feitos no chamado “norte paranaense”, alcançando desde as cidades de Londrina e Maringá até a cidade de Ivaiporã.

### 3.1 ESTRUTURA FUNDIÁRIA E CONDIÇÃO LEGAL DO PRODUTOR EM RELAÇÃO À TERRA

Analisando os dados do Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA e os dados dos Censos Agropecuários do IBGE dos anos 1960 e 1970, GRAZIANO DA SILVA (1996) apresenta duas hipóteses explicativas para as tendências de transformações no campo paranaense. A primeira argumenta que o aumento dos latifúndios por dimensão esteve associado à fusão de latifúndios por exploração de maiores áreas e/ou à incorporação de minifúndios. Já a segunda, sugere que o crescimento das empresas rurais aconteceu em função da incorporação de minifúndios e/ou da passagem de imóveis classificados em 1967 como latifúndios por exploração para essa categoria em 1972. Em ambas as hipóteses o que o autor conclui é que as maiores propriedades em termos de área “engoliram as menores, ou ainda, que essas se fundiram – quer entre si, quer com propriedades maiores – de modo a apresentarem declarações conjuntas em 1972/76” (p. 182).

Observando uma série de dados mais longa do que a utilizada por GRAZIANO DA SILVA (1996) referente à estrutura fundiária do Brasil e do Paraná, podemos ver não só uma intensificação do movimento concentrador no Paraná, como também um desvio significativo em relação à média nacional, além de nos permitir excluir variações nas informações que se devam única e exclusivamente às mudanças metodológicas nas coletas dos dados. Segundo os dados do Censo Agropecuário do IBGE, entre 1975 e 2017, embora tenha mantido praticamente inalterada a área total dos estabelecimentos agropecuários, o Paraná (Tabela 06) perdeu cerca de 36% dos seus estabelecimentos agropecuários, saindo de 478 mil em 1975 para 305 mil em 2017. Já no caso Brasil como um todo (Tabela 05), ampliou tanto o número de estabelecimentos quanto a área ocupada por eles.

Se analisarmos os dados desagregados por estratos de área, veremos que o Paraná (Gráfico 06) apresentou um decréscimo consistente e acelerado no número de pequenos e médios estabelecimentos (com menos de 100 hectares de área, marcadas nas

linhas laranja, preta e lilás), partindo de 536.208 em 1970 e alcançando em 2006 335.927 estabelecimentos. O resultado do Censo de 2017, cujos dados ainda não foram incluídos pelo IBGE na série histórica gráfica, indica que esse número foi reduzido para 279.302 estabelecimentos com menos de 100 hectares nesse estado.

Já os estabelecimentos entre 100 e 1.000 hectares cresceram constantemente, sofrendo uma redução apenas a partir de 2006, fenômeno semelhante ao observado nos propriedades com mais de 1.000 hectares, que começaram a declinar em 1995. Em termos nacionais (Gráfico 07), a tendência foi de manutenção do número de estabelecimentos abaixo de 100 hectares, assim como de declínio do número de estabelecimentos com mais de 100 hectares já a partir de 1985.

Em suas publicações preliminares do Censo Agropecuário 2017, o IBGE apresentou a variação, positiva ou negativa, do número de estabelecimentos agropecuários por município brasileiro entre 2006 e 2017. Os dados mostram que o Paraná foi um dos estados brasileiros que apresentou maior redução no número de estabelecimentos, ao lado do Rio Grande do Sul, São Paulo e Maranhão, como se pode ver na figura 11 a seguir (na figura, quanto mais escuro o azul maior a redução; por outro lado, quanto mais intenso o vermelho, maior o crescimento no número de estabelecimentos). Entre 2006 e 2017 o número de estabelecimentos rurais no estado do Paraná caiu de 371.063 para 305.115, uma redução de aproximadamente 18%. Nos municípios com maior percentual de redução, a queda varia de 20% a mais de 50%. Os municípios paranaenses onde foram constatadas as maiores reduções no número de estabelecimentos se concentram justamente no eixo que vai de Jacarezinho a Campo Mourão, Toledo e Cascavel. Já a área total desses estabelecimentos passou de 15.391.782 ha para 14.736.374 ha, uma redução de aproximadamente 4%.

**Tabela 05** - Confronto dos resultados dos dados estruturais dos Censos Agropecuários - 1975/2017  
- Brasil - 2017

Dados estruturais	Censos					
	1975	1980	1985	1995- 1996	2006	2017
	<b>4 993</b>	<b>5 159</b>	<b>5 801</b>	<b>4 859</b>	<b>5 175</b>	<b>5 073</b>
<b>Estabelecimentos</b>	<b>252</b>	<b>851</b>	<b>809</b>	<b>865</b>	<b>636</b>	<b>324</b>
	<b>323 896</b>	<b>364 854</b>	<b>374 924</b>	<b>353 611</b>	<b>333 680</b>	<b>351 289</b>
<b>Área total (ha)</b>	<b>082</b>	<b>421</b>	<b>929</b>	<b>246</b>	<b>037</b>	<b>816</b>
<b>Utilização das terras (ha)</b>						
Lavouras permanentes	8 385	10 472	9 903	7 541	11 679	7 755
Lavouras temporárias (1)	395	135	487	626	152	817
	31 615	38 632	42 244	34 252	48 913	55 761
	963	128	221	829	424	988
	<b>20 345</b>	<b>21 163</b>	<b>23 394</b>	<b>17 930</b>	<b>16 568</b>	<b>15 105</b>
<b>Pessoal ocupado</b>	<b>692</b>	<b>735</b>	<b>919</b>	<b>890</b>	<b>205</b>	<b>125</b>
						<b>1 229</b>
<b>Tratores</b>	<b>323 113</b>	<b>545 205</b>	<b>665 280</b>	<b>803 742</b>	<b>820 718</b>	<b>907</b>

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1975/2017.

(1) Lavouras temporárias e cultivo de flores, inclusive hidroponia e plasticultura, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação e forrageiras para corte na data de referência (5).

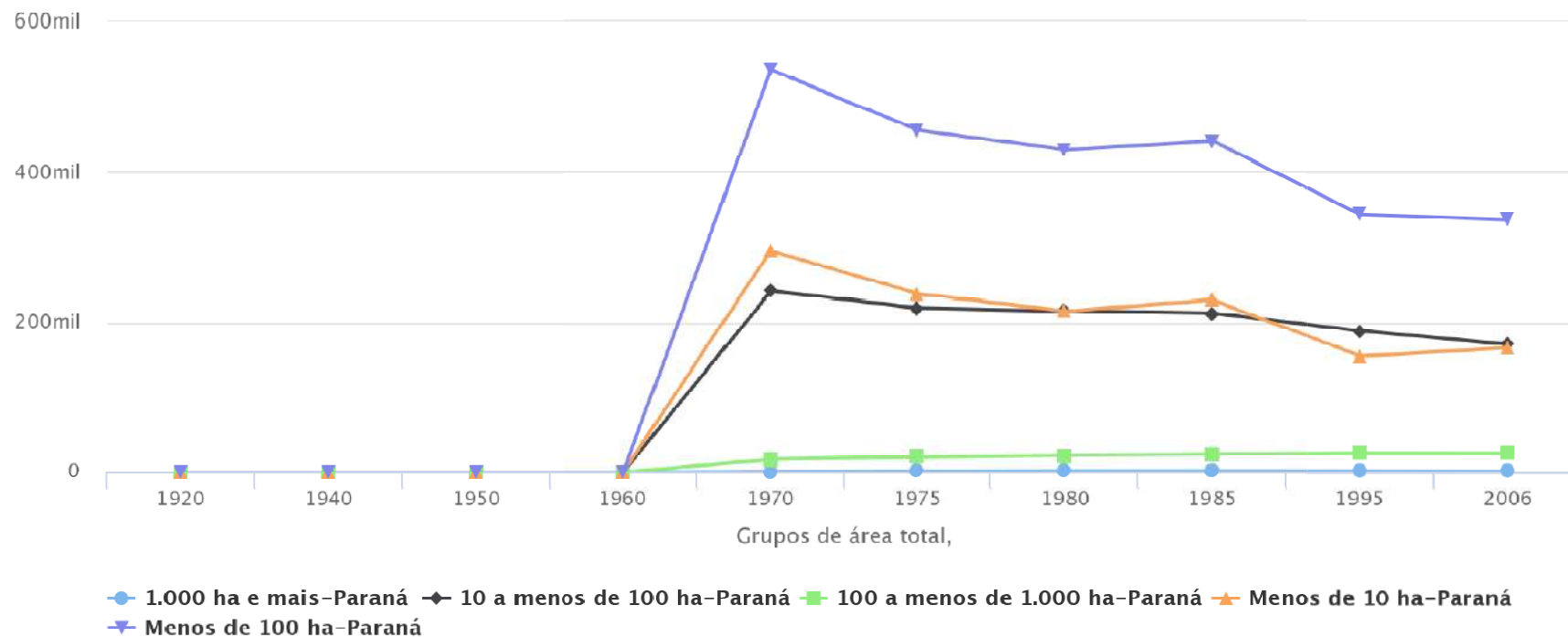
**Tabela 06** - Confronto dos resultados dos dados estruturais dos Censos Agropecuários - 1975/2017  
- Paraná - 2017

Dados estruturais	Censos					
	1975	1980	1985	1995-1996	2006	2017
<b>Estabelecimentos</b>	<b>478 453</b>	<b>454 103</b>	<b>466 397</b>	<b>369 875</b>	<b>371 063</b>	<b>305 154</b>
	<b>15 630</b>	<b>16 330</b>	<b>16 698</b>	<b>15 946</b>	<b>15 391</b>	<b>14 741</b>
<b>Área total (ha)</b>	<b>962</b>	<b>330</b>	<b>864</b>	<b>632</b>	<b>782</b>	<b>967</b>
<b>Utilização das terras (ha)</b>						
Lavouras permanentes	1 179					
	701	952 320	628 074	311 374	983 854	209 533
Lavouras temporárias (1)	4 447	5 132	5 434	4 789	5 528	6 093
	834	701	485	135	939	129
	<b>2 079</b>	<b>1 807</b>	<b>1 855</b>	<b>1 287</b>	<b>1 117</b>	
<b>Pessoal ocupado</b>	<b>174</b>	<b>826</b>	<b>063</b>	<b>632</b>	<b>098</b>	<b>846 642</b>
<b>Tratores</b>	<b>52 498</b>	<b>81 727</b>	<b>101 346</b>	<b>121 827</b>	<b>113 718</b>	<b>166 393</b>

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1975/2017.

(1) Lavouras temporárias e cultivo de flores, inclusive hidroponia e plasticultura, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação e forrageiras para corte na data de referência (5).

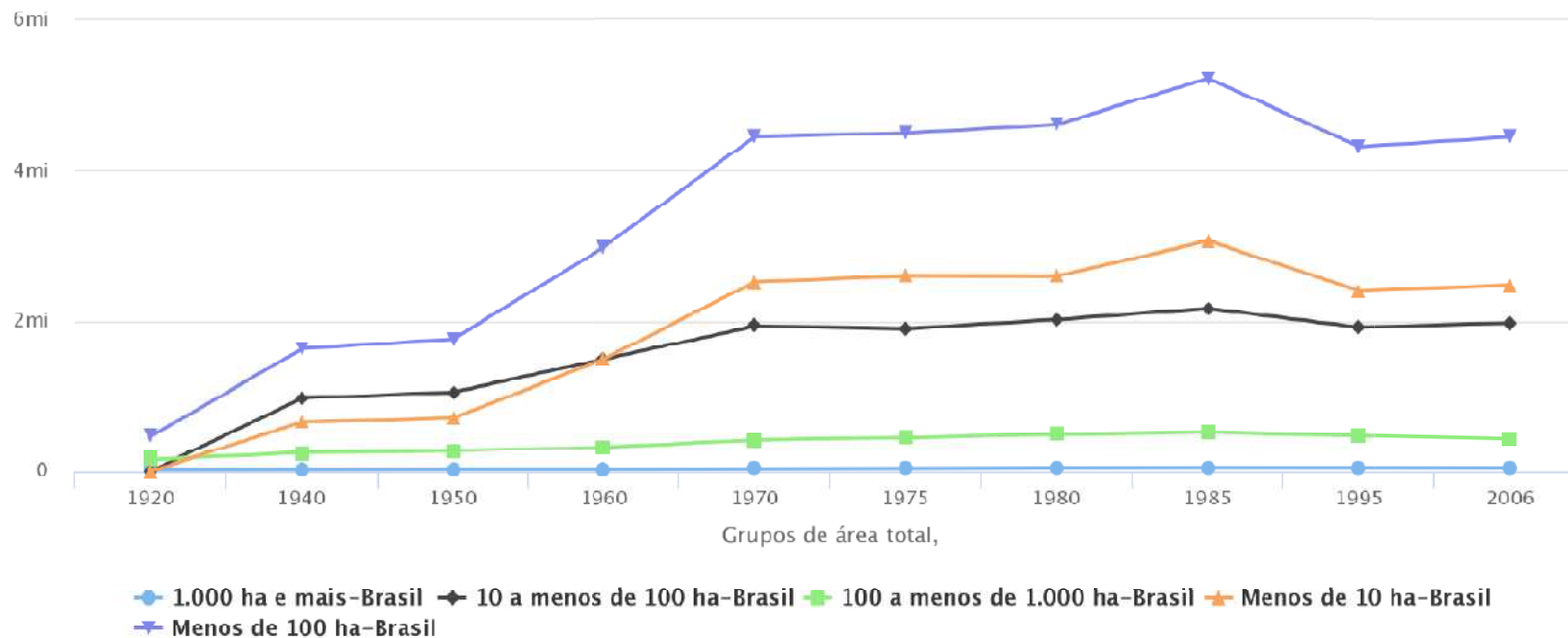
**Gráfico 06:** Número de estabelecimentos agropecuários por área, Paraná, 1970 – 2006.



Fonte: "IBGE - Censo Agropecuário"

- 1 - A categoria **Total** para **Grupos de área total** inclui os estabelecimentos agropecuários sem declaração de área;
- 2 - Os dados da série histórica disponibilizados nesta tabela são reflexo das publicações disponíveis à época. Especificamente para o ano de 1995, pequenas correções foram feitas após a publicação, o que pode ocasionar uma diferença mínima entre estes e aqueles disponíveis em outras tabelas cujos dados foram tabulados posteriormente à divulgação oficial.
- 3 - Os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão desidentificados com o caracter X."

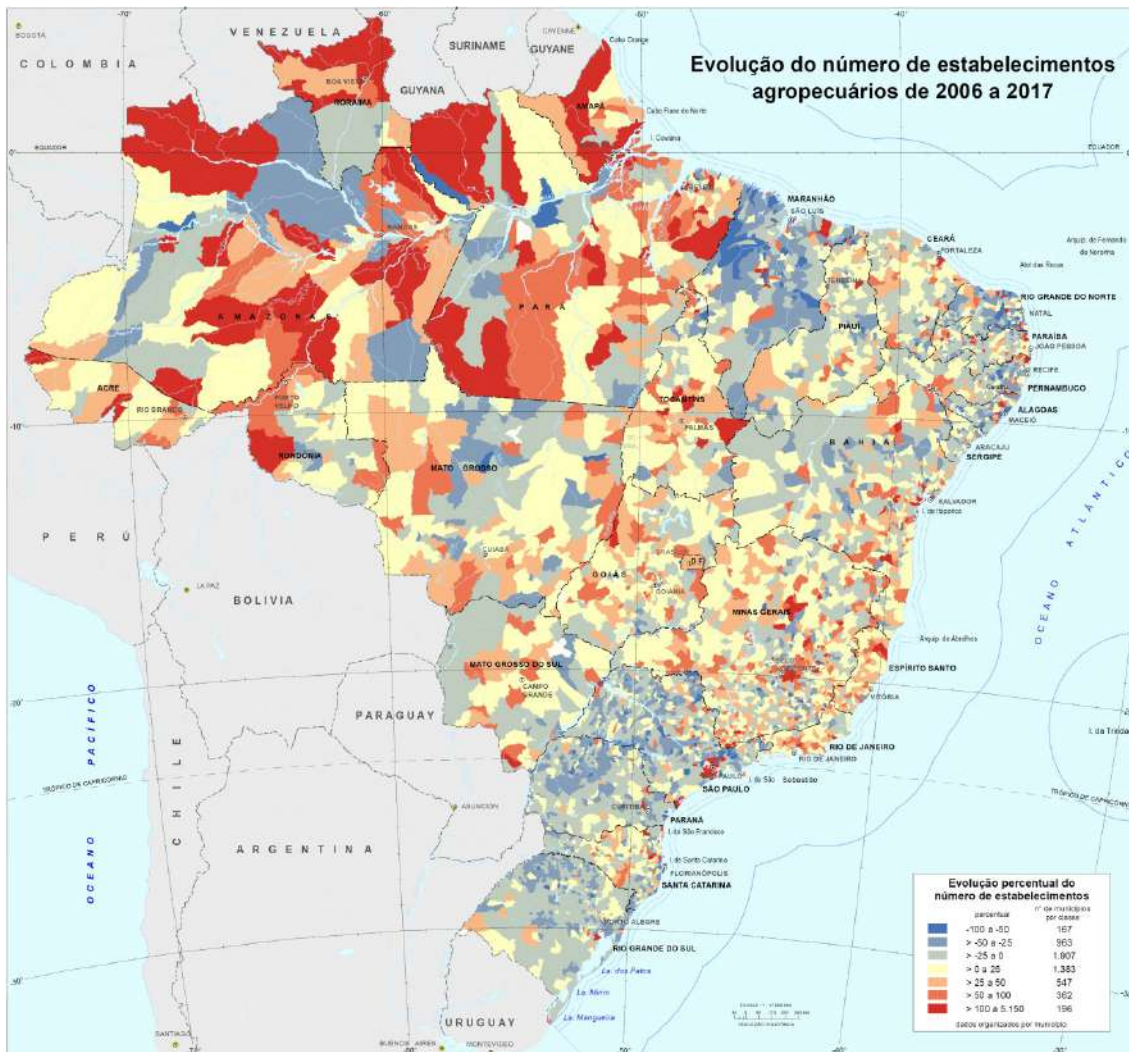
**Gráfico 07:** Número de estabelecimentos agropecuários por área, Brasil, 1920 – 2006.



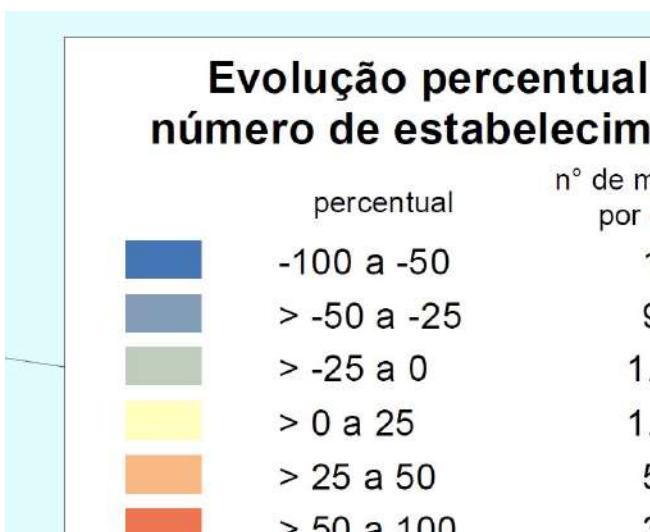
Fonte: "IBGE – Censo Agropecuário"

- "1 - A categoria **Total** para **Grupos de área total** inclui os estabelecimentos agropecuários sem declaração de área;
- 2 - Os dados da série histórica disponibilizados nesta tabela são reflexo das publicações disponíveis à época. Especificamente para o ano de 1995, pequenas correções foram feitas após a publicação, o que pode ocasionar uma diferença mínima entre estes e aqueles disponíveis em outras tabelas cujos dados foram tabulados posteriormente à divulgação oficial.
- 3 - Os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão desidentificados com o caracter X."

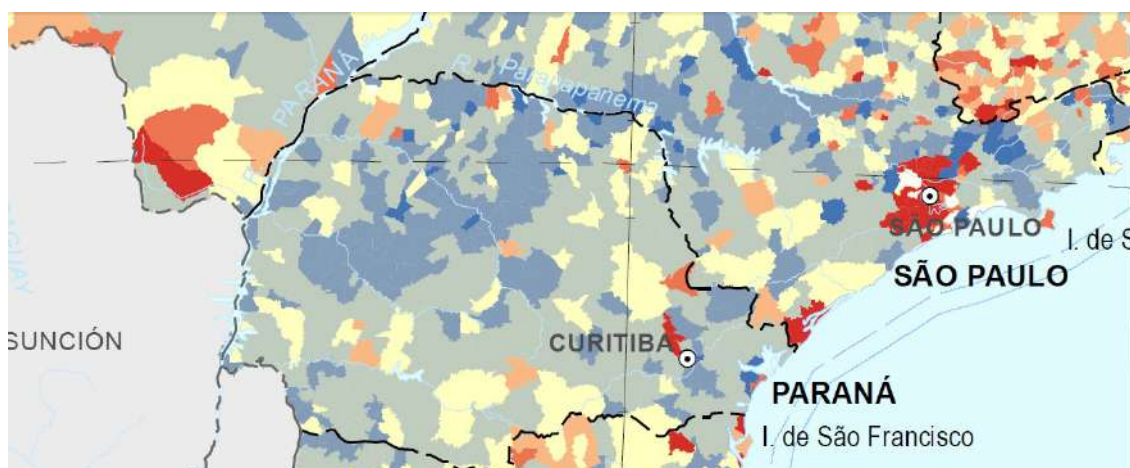
**Figura 11.** Evolução do número de estabelecimentos agropecuários de 2006 a 2017.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017 (2019).



**Figura 12.** Evolução do Número de Estabelecimentos Agropecuários de 2006 a 2017 (PR).



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017 (2019).

**Do ponto de vista da estrutura fundiária**, os caminhos da concentração apontados por Graziano se mostraram corretos, por uma série de motivos. O desestímulo à cafeicultura, a entrada das lavouras mecanizadas com apoio da política econômica para os proprietários, o estatuto do trabalhador rural e as geadas formaram o conjunto de razões para que a pequena propriedade começasse a ser desestruturada no Paraná, conferindo usos mais seletivos da terra a partir de então. **Se observada a estrutura da posse da terra**, o autor sublinha ainda outros processos que estiveram na base da concentração de terras. Observando a dinâmica do número e da área dos estabelecimentos dos ocupantes de terras (**posseiros**, sem títulos de terras), o autor mostra que o número de ocupantes no topo dos estratos de área diminuiu de forma consistente ao longo do tempo, na contramão do número de ocupantes nos estratos de áreas inferiores, que permaneceram estagnados, o que indica a relativa facilidade com que os grandes posseiros conseguiram regularizar as suas terras e acessar as benesses da modernização, enquanto os pequenos posseiros permaneceram em situação de insegurança jurídica e foram sumariamente expropriados das terras que cultivavam, seja pela falta de recursos para pagar por um processo de legalização de terras e aguardar a sua demora, seja pelo caráter conflituoso e violento que as questões de terra apresentam no Paraná.

A **figura 12 acima** resume o processo de disputa territorial em função do crescimento da produção das *commodities* lideradas pela soja. Em azul escuro, um corredor entre Jacarezinho a Cascavel marca o que outrora fora o limite civilização do



café. O conflito é narrado por HASSE (2011, pg. 76): “De Jacarezinho a Cascavel, uma meia-lua de novas cidades rendeu-se à civilização da soja. As maiores eram Londrina, Maringá, Apucarana e Campo Mourão”. O reinado da soja intensificou o aumento estrutural dos preços das terras, alterou radicalmente a estrutura fundiária e as relações de trabalho.

O estudo do IPARDES (1978) mostra a subordinação das formas de acesso à terra ao avanço do capitalismo na agricultura:

“Em épocas difíceis, o capital permite que os produtores diretos tenham acesso à terra: na formação dos cafezais, após uma geada que os tenha devastado ou em épocas de queda dos preços internacionais do produto, o capital se utiliza de formas de acesso à terra, como a parceria e o arrendamento, como um meio de dividir os riscos da produção. Isso ocorre também em casos de desmatamento, de formação de pastagens. **Passando o risco, torna-se desnecessário dividi-lo, principalmente se a agricultura estiver se capitalizando, paralelamente a um processo de valorização das terras.** É necessário então expropriar os produtores diretos, torná-los livres para que possam servir ao capital como assalariados, vendendo-lhe sua força de trabalho.

[...] Esse processo de expulsão dos produtores diretos [...] se agrava pela substituição de culturas por pastagens e pela insuficiência da expansão industrial do Estado em absorver a mão de obra liberada do campo. Esta então não encontra outra alternativa a não ser engrossar as fileiras do contingente de reserva, alternando a ocupação de volantes com empregos urbanos de baixa qualificação”. (p. 46)

Embora o IPARDES apresente o arrendamento no rol das formas de acesso à terra em momentos nos quais a expansão do capital encontra condições relativamente adversas, recentemente o crescimento do arrendamento pode estar sinalizando uma exacerbação do domínio do capital sobre a terra no campo paranaense. Entre 2006 e 2017, o número de estabelecimentos classificados como próprios neste estado caiu de 297.945 para 253.740 e a área ocupada por eles decresceu de 13.156.112 para 11.373.464, enquanto o número de estabelecimentos classificados como arrendados caiu de 43.827 para 41.445, mas em contrapartida a sua área saltou de 1.364.556 para 2.270.095 hectares. No Brasil o salto em termos percentuais foi ainda maior, como se pode ver na tabela 07 a seguir.

“A principal forma de acesso à terra é a propriedade. Se compararmos os números de 2006 e 2017, observaremos que o percentual de estabelecimentos

que exprime a declaração “terras próprias” aumentou de 76% para 81%; porém, a participação da área de terras próprias diminuiu de 90% para 85%, **caracterizando uma constante movimentação de terras em sua modalidade de uso, o que pode ser confirmado através da informação de terras arrendadas e de parcerias.** Na modalidade “terras arrendadas”, o total de estabelecimentos retraiu de 6,4%, em 2006, para 6,3%, em 2017, apesar da participação da modalidade, no contexto, ter se elevado de 4,5% para 8,6%. O total de estabelecimentos nos quais a modalidade “em parceria” fora declarada passou de 3,6% para 3,5%, mas sua participação no quadro geral elevou sua área de 1% para 2,2%. A modalidade “concessionário ou aguardando titulação” exibiu variação de 3,8% para 5,3% no número de estabelecimentos, e área de 1,8% para 1,76%. Já os estabelecimentos com área em “comodato e as ocupadas” variaram de 9,2% para 9,15%, com reflexo de 2,16% para 2,15% na área”. (IBGE, 2019, p.67)

**Tabela 07:** Condição legal das terras, segundo as modalidades – Brasil – 2006/217.

**Tabela 7 - Condição legal das terras, segundo as modalidades**

Modalidades	Censos Agropecuários	
	2006	2017
<b>Estabelecimentos</b>		
<b>Total</b>	<b>5 175 636</b>	<b>5 175 636</b>
Próprias	3 946 411	3 946 411
Sem titulação definitiva	194 867	194 867
Arrendadas	333 975	333 975
Parceria	186 363	186 363
Ocupadas (1)	474 133	474 133
<b>Área (ha)</b>		
<b>Total</b>	<b>333 680 037</b>	<b>333 680 037</b>
Próprias	302 138 391	302 138 391
Sem titulação definitiva	5 057 124	5 057 124

A “constante movimentação de terras em sua modalidade de uso” nos termos do IBGE possivelmente sofreu aceleração por causa da intensa expansão da produção de *commodities* no campo brasileiro dos anos 2000 em diante, tendo sido o Paraná um estado de destaque. Neste estado abundam as notícias em relação aos vertiginosos aumentos dos preços da terra e conseqüentemente dos arrendamentos, o que tem levado a uma situação onde, na busca por expandir a produção, os agricultores que não conseguem acessar novas terras por meio da compra acabam fazendo-o por meio dos

arrendamentos. Essa estratégia se agrava em períodos como o atual, quando quebras de safra significativas – associadas a preços recordes de commodities no mercado internacional – podem levar os agricultores a “dobrarem a aposta” a fim de recuperarem as suas perdas. A estratégia do arrendamento também é utilizada por agentes do mercado financeiro na busca de rentabilizar com base na renda ou na valorização fictícia capitais ociosos num contexto onde as taxas de juros reais nos principais países desenvolvidos ainda estão em patamares negativos. A conclusão a que se pode chegar é que tanto nos estratos de área maior quanto nos de área menor o arrendamento cresceu entre 2006 e 2017 e que o preço das terras reflete e intensifica esse processo.

Segundo pesquisa da consultoria global IHS Markit, os preços das terras dispararam cerca de 30% entre 2020 e 2021 enquanto os arrendamentos subiram em média 72%<sup>33</sup>. As consultorias especializadas em contratos de arrendamento afirmam que os preços dos arrendamentos são mais voláteis do que os preços das terras, pois são indexados aos preços dos produtos produzidos em cada região e recentemente o arrendamento tem sido uma modalidade escolhida inclusive por grupos empresariais que não pretendem imobilizar somas maiores de capital na aquisição de terras, além de fundos imobiliários (FIAGROs) interessados em obter renda a partir da compra e arrendamento de terras.

A centralização do capital expressa na concentração de terras é a tônica por trás desses dados e a velocidade com que se processa a mudança nos preços guarda forte relação com a expansão das massas de capital fictício – estimuladas pelos bancos centrais – em busca de possibilidades de “valorização” que são cada vez mais escassas.

Tal realidade tem levado a usos cada vez mais seletivos do solo em função da necessidade de remunerar esses montantes de capitais. A lavoura de soja, quando produzida em larga escala, só é viável em pequenos estabelecimentos quando a qualidade natural da terra é superior à média das terras postas em produção e quando a infraestrutura logística disponível permite a circulação dessas mercadorias a um custo menor do que em outras regiões produtoras. Por estas razões, é no Paraná onde a produção de soja pôde assumir uma peculiaridade nacional: a de ser produzida a preços competitivos em estabelecimentos que vão de 10 a mais de 1.000 hectares, como discutiremos de forma mais detalhada adiante.

---

<sup>33</sup> <https://www.bemparana.com.br/noticia/arrendamento-de-terra-para-graos-cresce-72-em-12-meses-268265#.YqKQSqjMK3A>

Para FLEISCHFRESSER (1988, p. 24), “**a transformação tecnológica tendeu a homogeneizar a estrutura produtiva regional do Paraná e concomitantemente a acentuar as diferenças econômicas e sociais entre os produtores**”. Os contínuos campos de soja e milho que se derramam em ambos os lados da PR-317 ou da BR-376 enterram no subsolo uma história silenciada pela marcha da soja. As casas vazias nos fundos de vale testemunham um processo de esvaziamento do campo orquestrado pela decadência do café e pela ascensão da soja, com a conseqüente concentração fundiária. Os dados do Censo Agropecuário 2017 referentes aos grupos de área dos estabelecimentos rurais produtores de soja no Paraná em 2017 mostram que pequena propriedade permanece significativa **a sudoeste do estado** – apesar de crescer a sua subordinação à produção integrada de fumo, de suínos e à produção de soja. Já o corredor da produção de soja **ao norte** tem se tornado ao longo das últimas décadas reduto de “médias propriedades” que testemunham a forte pressão concentradora sobre as menores propriedades. **Neste território**, contudo, ainda persistem uma série de propriedades menores, tocadas majoritariamente com o trabalho da família, nas mais diversas condições.

O que TOMIASI (2003) definiu no início dos anos 2000 como “**território de uma geografia econômica da vida camponesa**” (o “Norte Novo” de Londrina), hoje está completamente transformado pela cultura da soja e do milho. As cerca de 150 mil propriedades existentes na região nos anos de 1960 das quais falou CANCIÁN (1981) deram lugar ao pedaço do território paranaense com o menor número de estabelecimentos agropecuários segundo o IBGE (2019)<sup>34</sup>. As casas situadas nas partes mais baixas e cercadas por pequenas manchas de matas normalmente estão vazias, ladeadas por máquinas ociosas à espera da colheita ou do plantio. Parte dos agricultores vendeu as terras e migrou seja para os centros urbanos seja para as novas fronteiras agrícolas do Brasil, enquanto outra parte permaneceu nas terras. Vendas de propriedades motivadas por sucessões familiares também impactaram o processo de concentração fundiária. Para alguns, o assalariamento rural ou urbano como forma de complementar a renda familiar e permanecerem proprietários é regra, sendo esse inclusive um dos motivos para as casas normalmente estarem fechadas durante o dia. Outros mais capitalizados conseguem colocar uma pequena produção de frutas, verduras e legumes nos mercados dos grandes centros urbanos ou ainda recorrer à

---

<sup>34</sup> IBGE. **Censo Agropecuário 2017. Resultados definitivos - Paraná**. Rio de Janeiro, 2019.

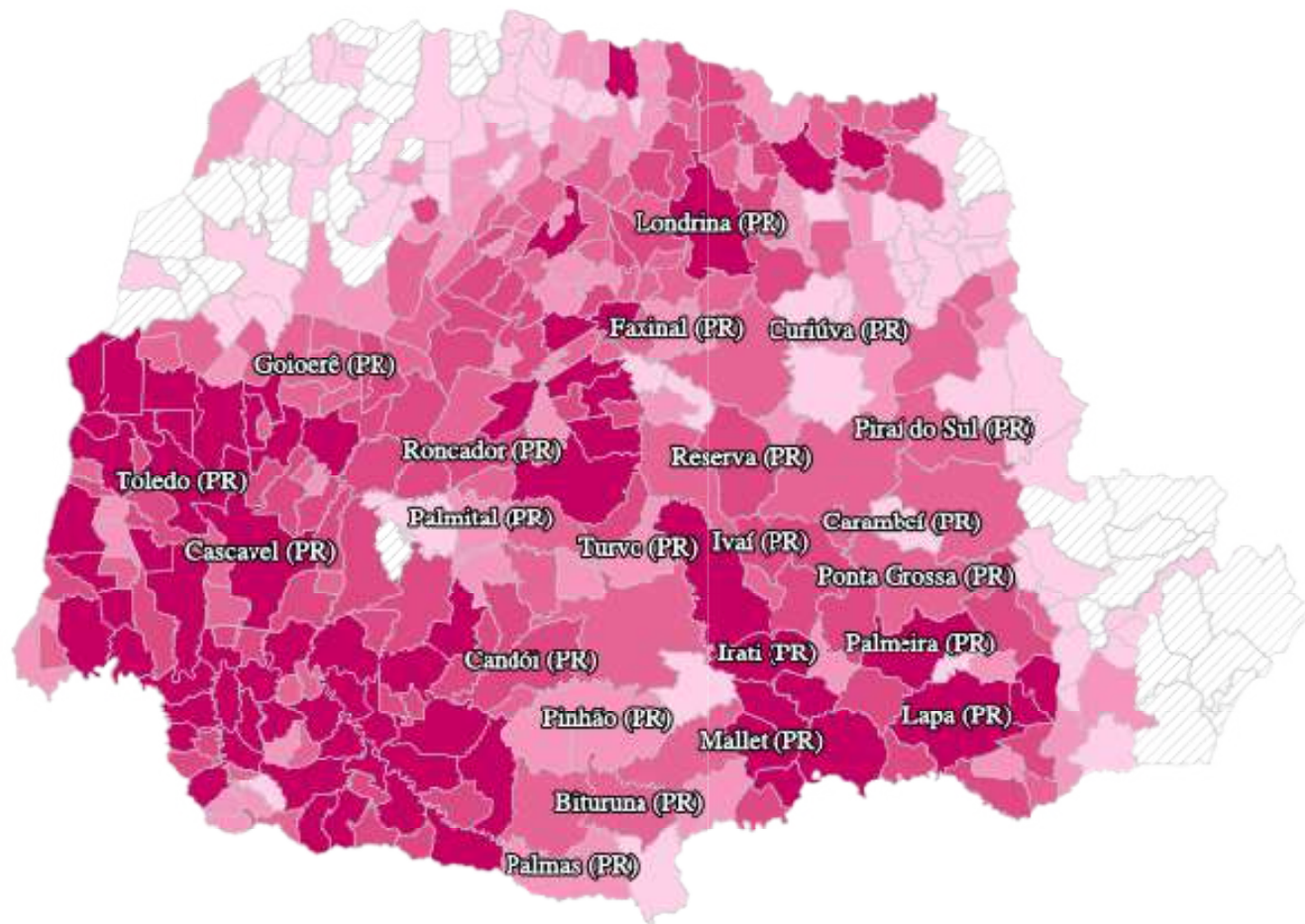
produção de leite nas terras onde a máquina não consegue chegar. Mas o grosso desses agricultores vendeu suas terras, seja para o crescimento das lavouras dos grandes proprietários, seja para a expansão do setor imobiliário.

Nas **Figuras 13 e 14** apresentamos a distribuição dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área no Paraná com base no Censo Agropecuário de 2017. Na **Figura 13**, está representada a distribuição dos estabelecimentos com menos de 50 hectares, considerada por alguns autores uma faixa de dimensão de terras na qual predomina a “propriedade familiar”<sup>35</sup>. Na **Figura 14** estão os estabelecimentos com área superior a 200 hectares. Embora se utilize os 50 hectares como uma referência para a “propriedade familiar”, pudemos perceber em campo que há famílias que para se reproduzirem nas lavouras mecanizadas produzem em áreas não contíguas de até 150 hectares, sendo uma parte de terras próprias e outra de terras arrendadas. Em alguns casos a decisão do arrendamento parte da necessidade de garantir trabalho para membros da família que alcançam a idade de trabalhar. A necessidade de expansão da área trabalhada também se dá pelos custos envolvidos na produção agrícola moderna, que exige renda monetária suficiente para honrar o custo dos insumos e das máquinas. Porém, esse cenário não é o que predomina.

---

<sup>35</sup> STEDILE, João Pedro. Introdução. In.: STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. Volume 9. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

Figura 13. Distribuição dos estabelecimentos agropecuários com área menor do que 50 hectares no Paraná em 2017.

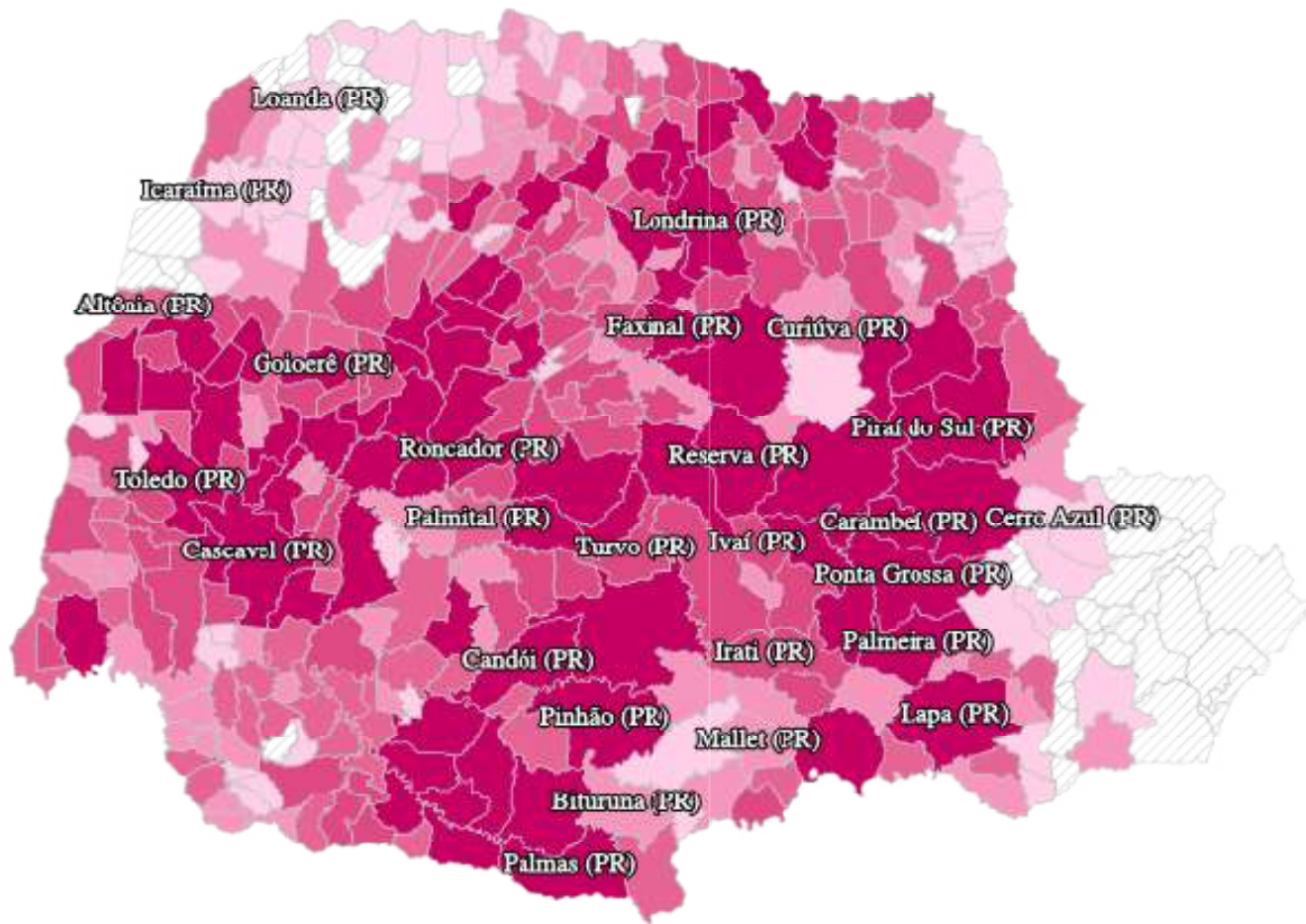


Frequências				
Grupos de área total = Mais de 0 a menos de 0,1 ha + De 0,1 a menos de 0,2 ha + De 0,2 a menos de 0,5 ha + De 0,5 a menos de 1 ha + De 1 a menos de 2 ha + De 2 a menos de 3 ha + De 3 a menos de 4 ha + De 4 a menos de 5 ha + De 5 a menos de 10 ha + De 10 a menos de 20 ha + De 20 a menos de 50 ha				
Variável = Número de estabelecimentos agropecuários com lavoura temporária (Unidades)				
Nível Territorial = Município				
Produtos da lavoura temporária = Soja em grão				
Tipologia = Total				
Ano = 2017				
Faixa	De	Até	Frequência	%
	1	17	73	18,2957
	18	76	72	18,0451
	77	144	72	18,0451
	145	275	72	18,0451
	276	1.155	72	18,0451
//////	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado		38	9,52

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017 (2019).



Figura 14. Distribuição dos estabelecimentos agropecuários com área acima de 200 hectares no Paraná em 2017.



Frequências				
Grupos de área total = De 10.000 ha e mais + De 2.500 a menos de 10.000 ha + De 200 a menos de 500 ha + De 500 a menos de 1.000 ha + De 1.000 a menos de 2.500 ha				
Variável = Número de estabelecimentos agropecuários com lavoura temporária (Unidades)				
Nível Territorial = Município				
Produtos da lavoura temporária = Soja em grão				
Tipologia = Total				
Ano = 2017				
Faixa	De	Até	Frequência	%
	1	3	58	14,5363
	4	9	81	20,3008
	10	17	77	19,2982
	18	31	72	18,0451
	32	174	74	18,5464
//////	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado		37	9,27

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017 (2019).

### 3.2 A LAVOURA DE SOJA E A SELETIVIDADE NOS USOS DO SOLO

Entre Jacarezinho e Foz do Iguaçu, numa meia lua que demarcou o alcance geográfico da “civilização” paranaense do café hoje se levanta uma paisagem contínua de campos de soja e milho. Empurrados para pequenos espaços nos fundos dos vales, em declives acentuados onde a máquina não consegue alcançar e à beira das principais estradas, poucos enclaves de produção de alimentos ocupam o pequeno espaço onde as lavouras mecanizadas não puderam entrar. Casas, terreiros, tulhas, pomares, galinheiros, que denotavam uma atividade econômica diversificada cederam espaço para a cultura dos grãos. As exigências de escala das lavouras de *commodities* implicam por necessidade lógica a instalação de padrões de organização da produção, distribuição, circulação e consumo e, portanto, uma lógica específica de organização do espaço, sujeita a mudanças de acordo com as determinações do tempo médio socialmente necessário.

No processo de transição para o novo modelo agrícola que se iniciou no final dos anos 1970 no Paraná, as principais vias de escoamento da produção se tornaram os pontos privilegiados pelas agroindústrias, cooperativas e *tradings* para instalação dos seus entrepostos de recebimento de produtos e das suas plantas industriais. A distribuição das unidades levou em consideração de um lado a presença dos produtores e de outro a localização dos principais centros urbanos, vias de transporte (estradas, linhas férreas e portos) visando reduzir a despesa com transportes e “economias de escala” em geral.

Assim como aconteceu com a cafeicultura, na produção de soja se aventuraram agricultores das mais diversas origens. Mesmo após décadas de um processo concentrador violento, a estrutura fundiária do Paraná ainda hoje é marcada pela presença da pequena e da média propriedade, sobretudo no sul do estado, há agricultores produzindo soja em estabelecimentos com área inferior a 10 hectares. As estratégias para viabilizar uma lavoura intensiva em insumos são as mais diversas.

Quando a soja se apresentou nos anos de Ditadura Militar como forte candidata a gerar os saldos comerciais necessários para fazer frente à importação de tecnologia e petróleo para a economia nacional, os governos militares montaram um poderoso aparato de apoio à expansão da produção voltado à “correta” inserção dos produtores no



novo modelo agrícola. Para que o produtor exportador vestisse o figurino americano, foi montado um sistema de crédito subsidiado bastante seletivo, com taxas de juros reais negativas, favorecendo os grandes proprietários. Para se ter uma idéia, segundo (BERTRAND et al., 1987), **os créditos distribuídos pelo governo do Paraná em 1970 repartiram-se da seguinte maneira: 54% para as propriedades de mais de 100 hectares, 30% para as de 20 a 100 hectares e 16% para as de menos de 20 hectares. “Além disso, as exigências burocráticas para o acesso ao crédito limitavam o acesso dos pequenos colonos, enquanto que as garantias exigidas pelos bancos, especialmente a propriedade da terra, impediam praticamente que a ele tivessem acesso os meeiros e arrendatários”** (p. 93).

O programa de erradicação do café do governo foi acompanhado no final da década de 1960 por preços incentivadores para o plantio da soja: “... entre 1968 e 1972 o preço de apoio para o arroz e o feijão-preto, alimentos básicos da população, aumentaram, respectivamente, de 54% e de 102% contra 340% para a soja” (p. 92-3). Os preços mínimos da soja continuaram sendo constantemente aumentados até 1977. Além gerar divisas para o país, a produção de soja movimentava a indústria de bens de capital a montante das lavouras, o que era coerente com os interesses dos governos dos anos 1950 a 1970.

Os gaúchos, já experientes com a mecanização nas lavouras de trigo e familiarizados com algumas variedades de máquinas desde os anos 1950 foram protagonistas em algumas frentes de avanço da modernização agrícola no campo paranaense nos anos 1970, a exemplo do município de Campo Mourão. No Sul, a infraestrutura montada em torno do trigo se mostrou uma alavanca para a soja; no Paraná, essa infraestrutura passaria a ser montada no início dos anos 1970, década em que o café o milho e o feijão ainda eram produtos hegemônicos no estado, mas onde soja já se estava em rápida expansão.

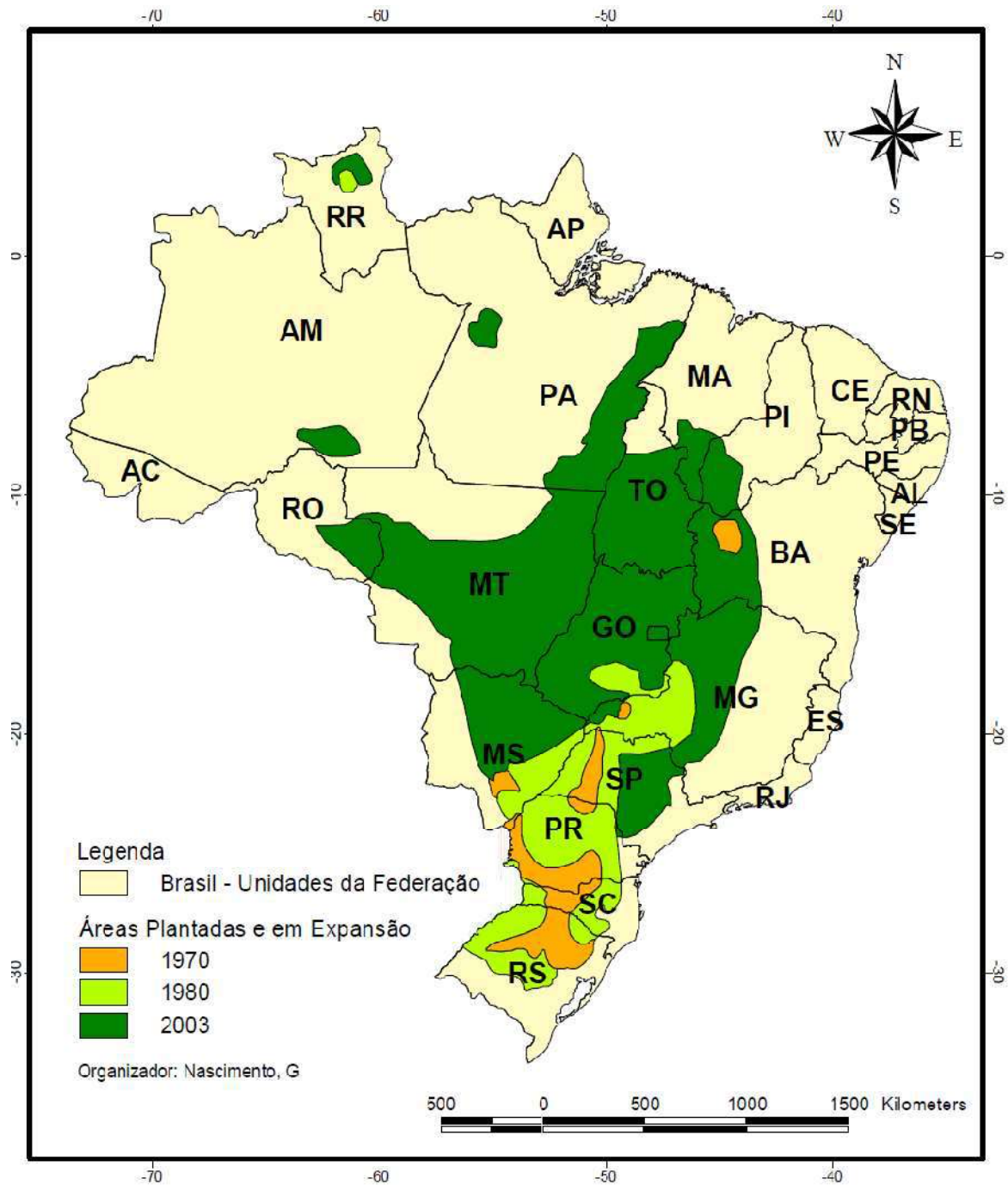
Segundo BONATO e BONATO (1987, p. 20) os primeiros registros da soja no Paraná são de 1936 quando agricultores gaúchos e catarinenses começaram a se fixar no oeste e no sudeste do estado, onde a atividade principal era a criação de suínos. Nos anos 1950 a soja é apresentada como uma das alternativas de cultura nas entrelinhas dos cafeeiros queimados pelas geadas, a fim de reduzir as perdas dos produtores do “Norte”. Ainda nos anos 1950 o Paraná ultrapassou São Paulo e Santa Catarina no volume produzido de soja. Com as crises de mercado do café nos anos 1960 e os preços

incentivadores para a soja, esta se expandiu rapidamente. No final dos anos 1970 a soja já se apresentava como cultura candidata a cultura hegemônica.

“No sul do Paraná, de modo particular os campos gerais, a soja ocupou as áreas onde antes eram destinadas ao arroz sequeiro. O sudoeste e oeste com terras férteis, baixo preço e clima favorável foram alvo de disputa na década de 1960 por gaúchos e catarinenses, que foram os responsáveis pela introdução e expansão da soja nessa região e trouxeram consigo a experiência do seu cultivo. Realizando um consórcio com o trigo em 1972, a área cultivada de soja nessas regiões era superior a 40%, já em meados da década de 1980, representava 50% da produção total do Estado. Nessa mesma década, os gaúchos e catarinenses que introduziram a soja nessas regiões do Paraná migram para o sul do Mato Grosso, Goiás e iniciam o plantio de soja no centro-oeste.” (CAMPOS, 2011, p. 178)

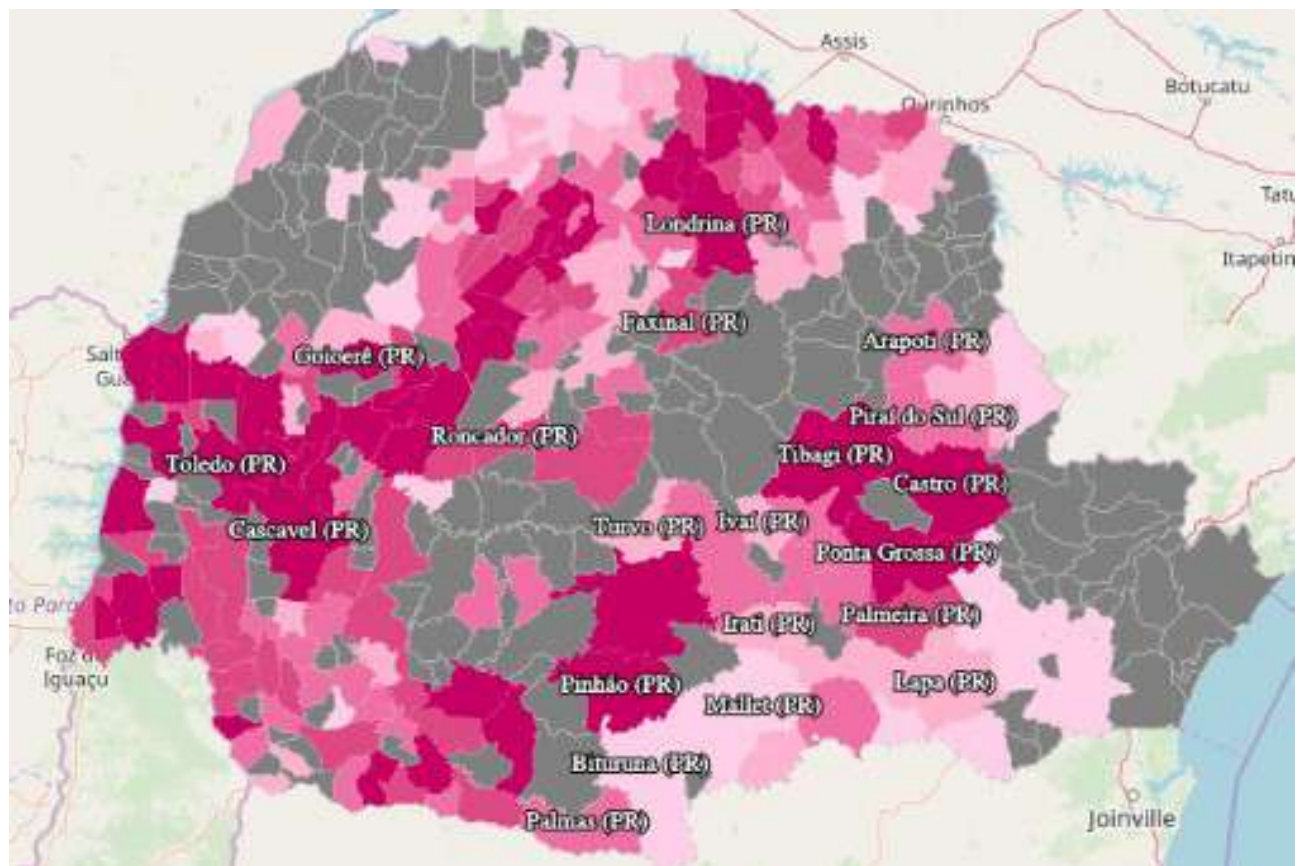
Como se pode ver na figura 14A a seguir, a soja estabeleceu seu território no Paraná nos anos 1970 e 1980. **Cooperativas e tradings fincaram suas estruturas de armazenamento e processamento em busca de monopolizar a captação de grãos junto aos produtores paranaenses e a exportação do grão e seus derivados.** Em 1971, a **COAMO** em Campo Mourão; em 1972, a **COCAMAR** em Maringá; em 1973, **CARGILL, Irmãos Pereira e SANBRA**, subsidiária da **BUNGE & BORN**, em Ponta Grossa, com três plantas industriais formando “o maior complexo agroindustrial da América Latina” (HASSE, 2011 p. 50). A essas se juntaram tantas outras ainda na década de 1970 e nas décadas seguintes.

**Figura 14A.** Expansão da soja no Brasil entre 1970 e 2003.

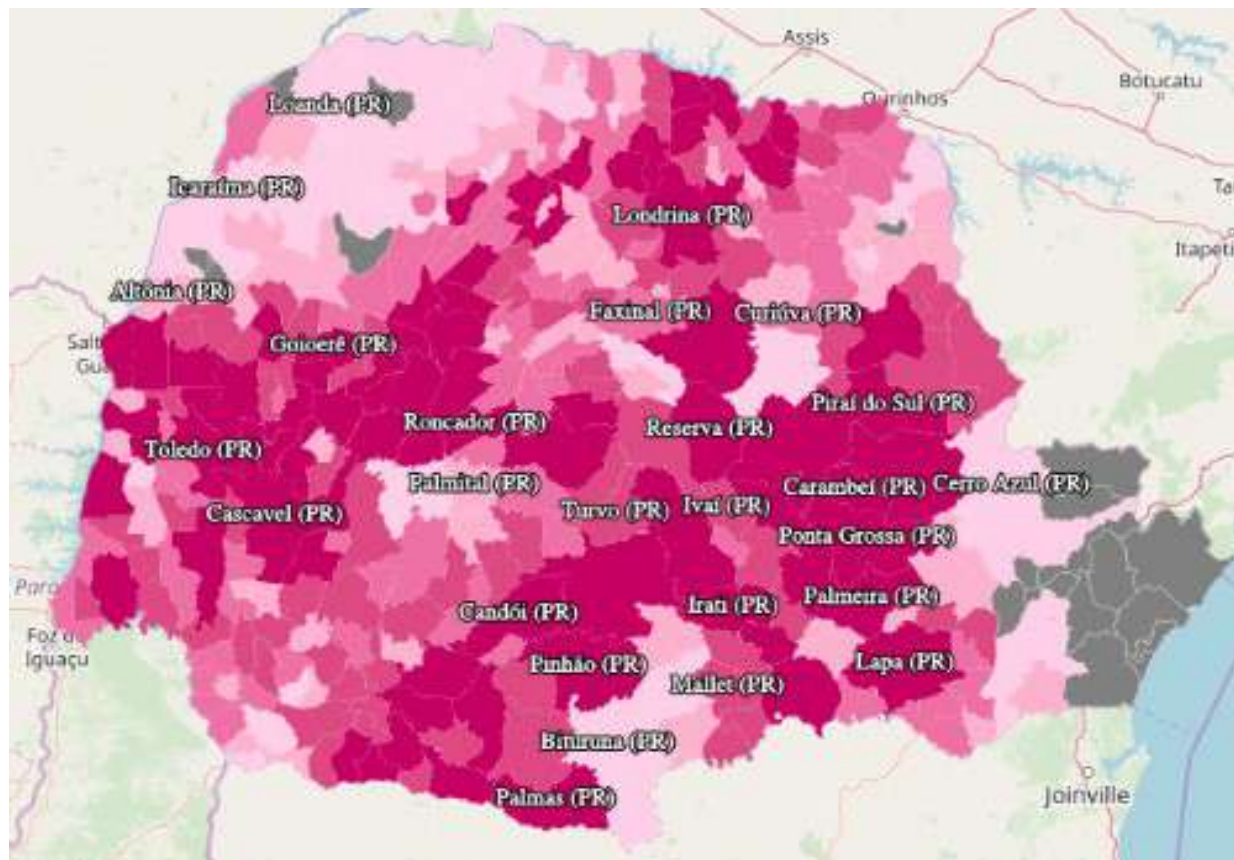


Fonte: KIRT (2003, p. 25)

Figura 15. Quantidade de soja produzida nos municípios do Paraná em 1988 e 2018.



Variável = Quantidade produzida (Toneladas)				
Nível Territorial = Município				
Produto das lavouras temporárias = Soja (em grão)				
Ano = 1988				
Faixa	De	Até	Frequência	%
	11	944	47	11.7794
	945	6.019	47	11.7794
	6.020	14.503	47	11.7794
	14.504	29.834	47	11.7794
	29.835	189.550	46	11.5288
//////	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado		165	41.35

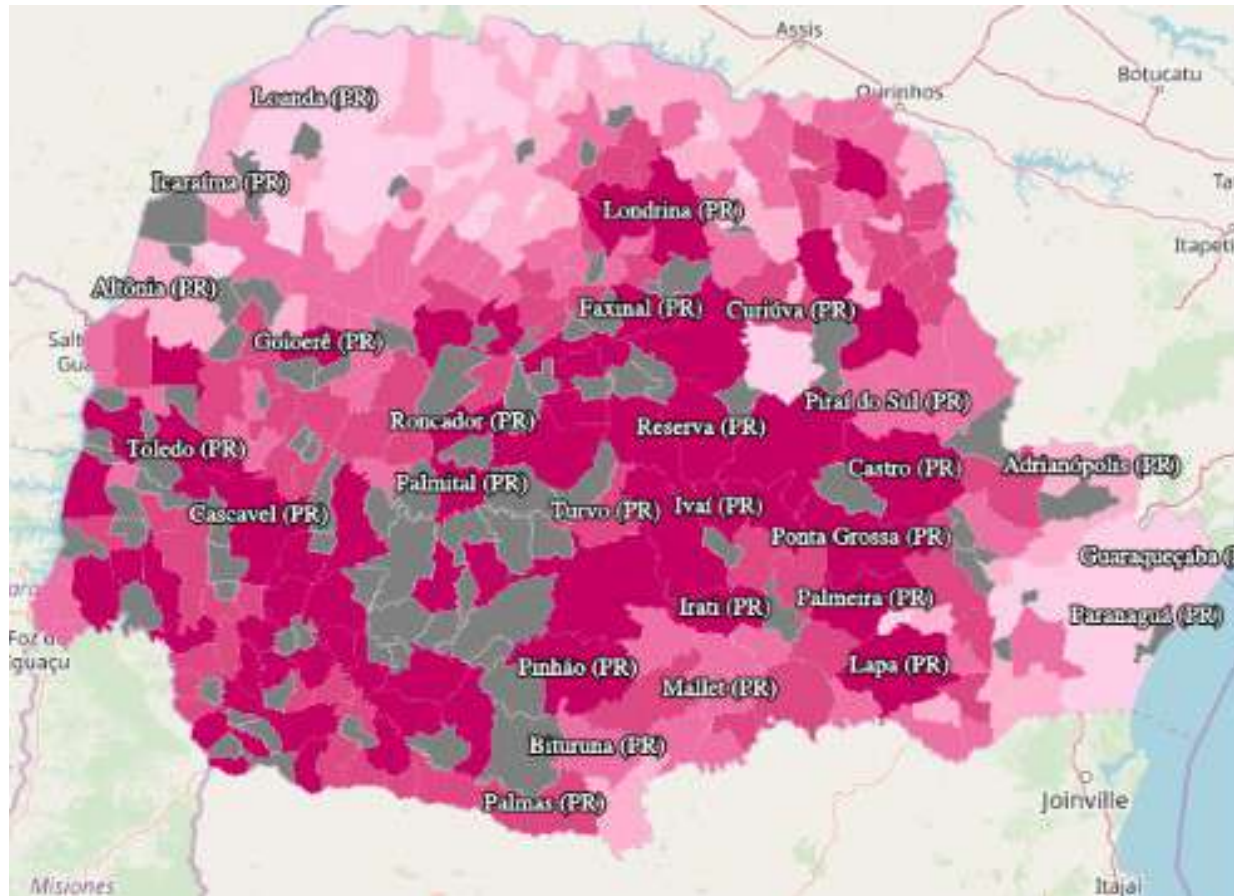


Variável = Quantidade produzida (Toneladas)					
Nível Territorial = Município					
Produto das lavouras temporárias = Soja (em grão)					
Ano = 2018					
Faixa	De	Até	Frequência	%	
	100	9.144	76	19.0476	
	9.145	25.829	76	19.0476	
	25.830	48.509	76	19.0476	
	48.510	82.249	76	19.0476	
	82.250	395.625	75	18.7970	
//////	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado		20	5.01	

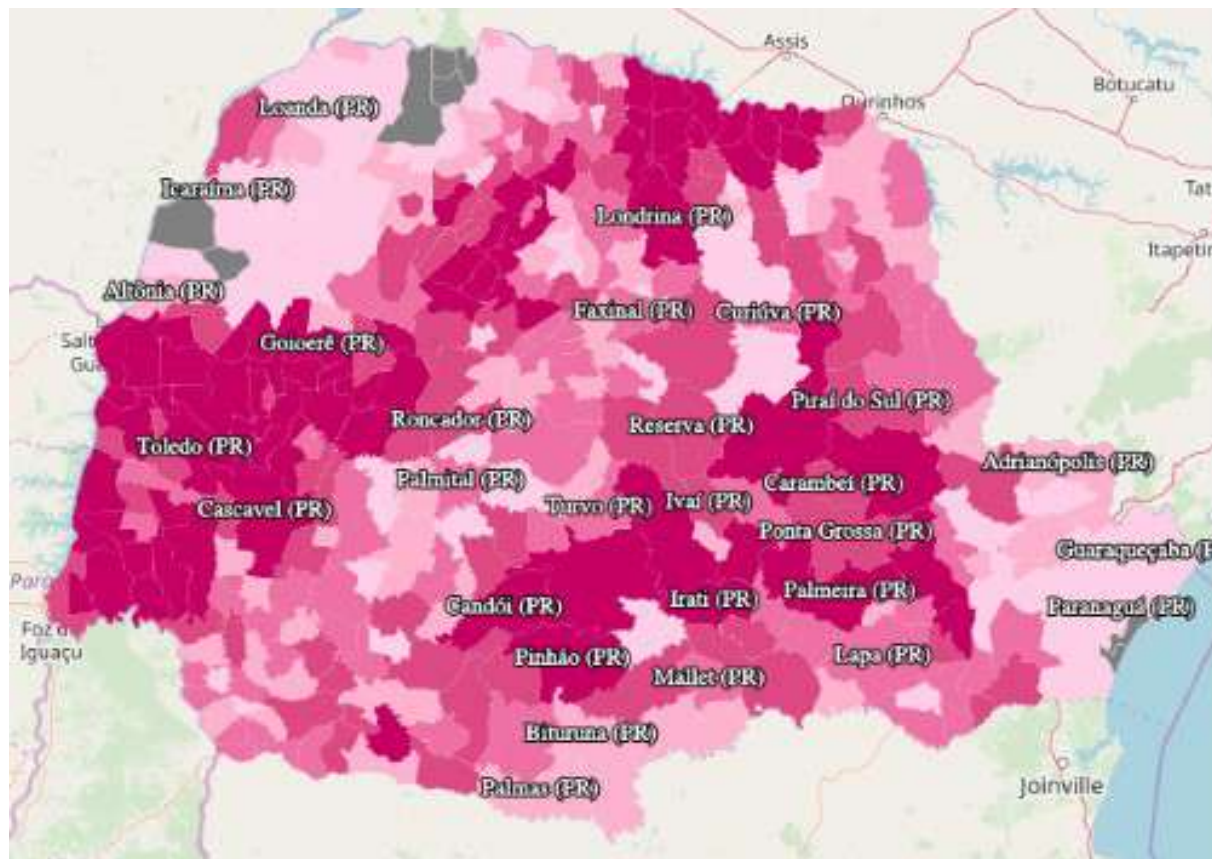
Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), 2018.



**Figura 16.** Quantidade de milho produzido nos municípios do Paraná em 1988 e 2018.



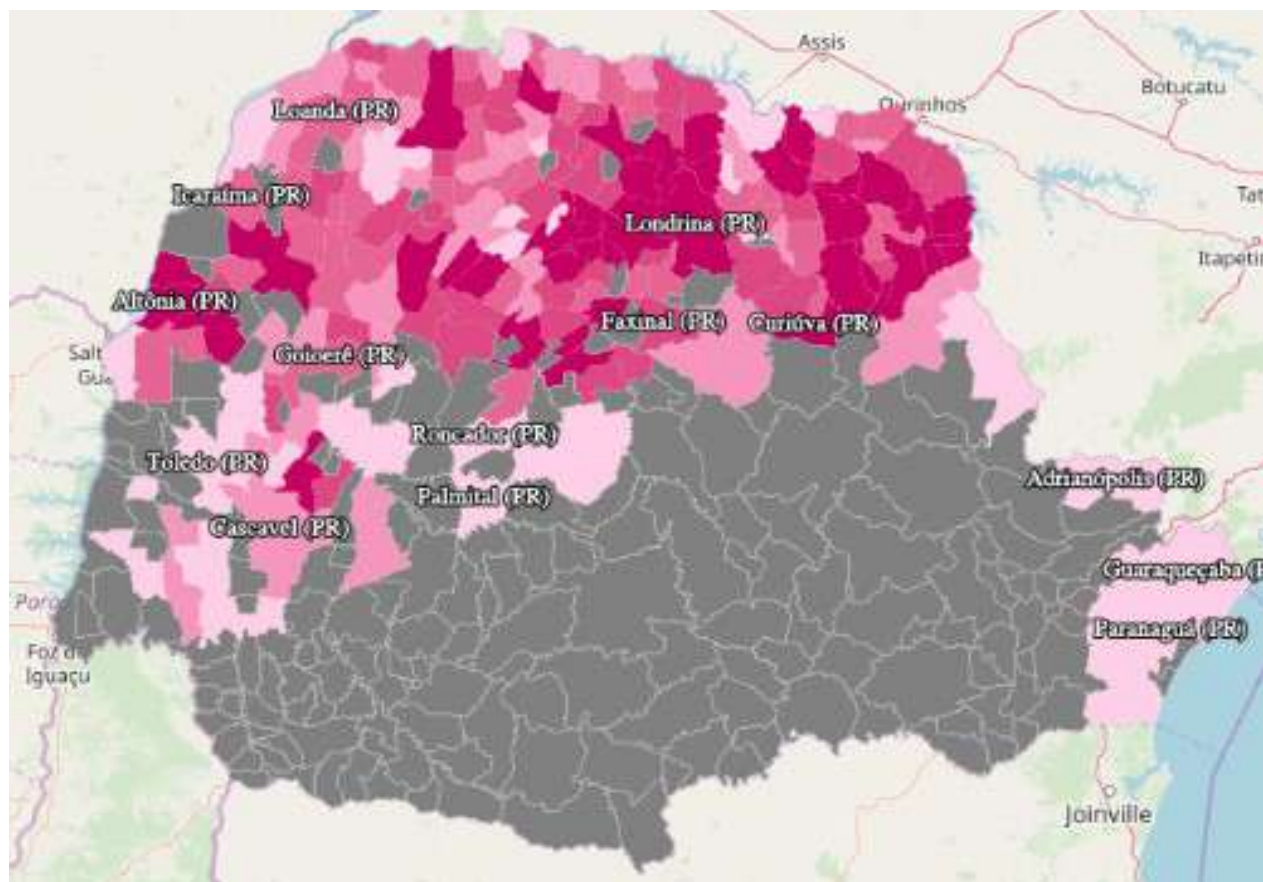
Variável = Quantidade produzida (Toneladas)				
Nível Territorial = Município				
Produto das lavouras temporárias = Milho (em grão)				
Ano = 1988				
Faixa	De	Até	Frequência	%
	12	2.519	63	15.7895
	2.520	5.624	62	15.5388
	5.625	12.761	62	15.5388
	12.762	27.899	62	15.5388
	27.900	180.000	62	15.5388
//////	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado		88	22.06



Variável = Quantidade produzida (Toneladas)				
Nível Territorial = Município				
Produto das lavouras temporárias = Milho (em grão)				
Ano = 2018				
Faixa	De	Até	Frequência	%
	16	5.219	79	19.7995
	5.220	12.049	78	19.5489
	12.050	23.016	78	19.5489
	23.017	50.171	78	19.5489
	50.172	379.900	78	19.5489
//////	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado		8	2.01

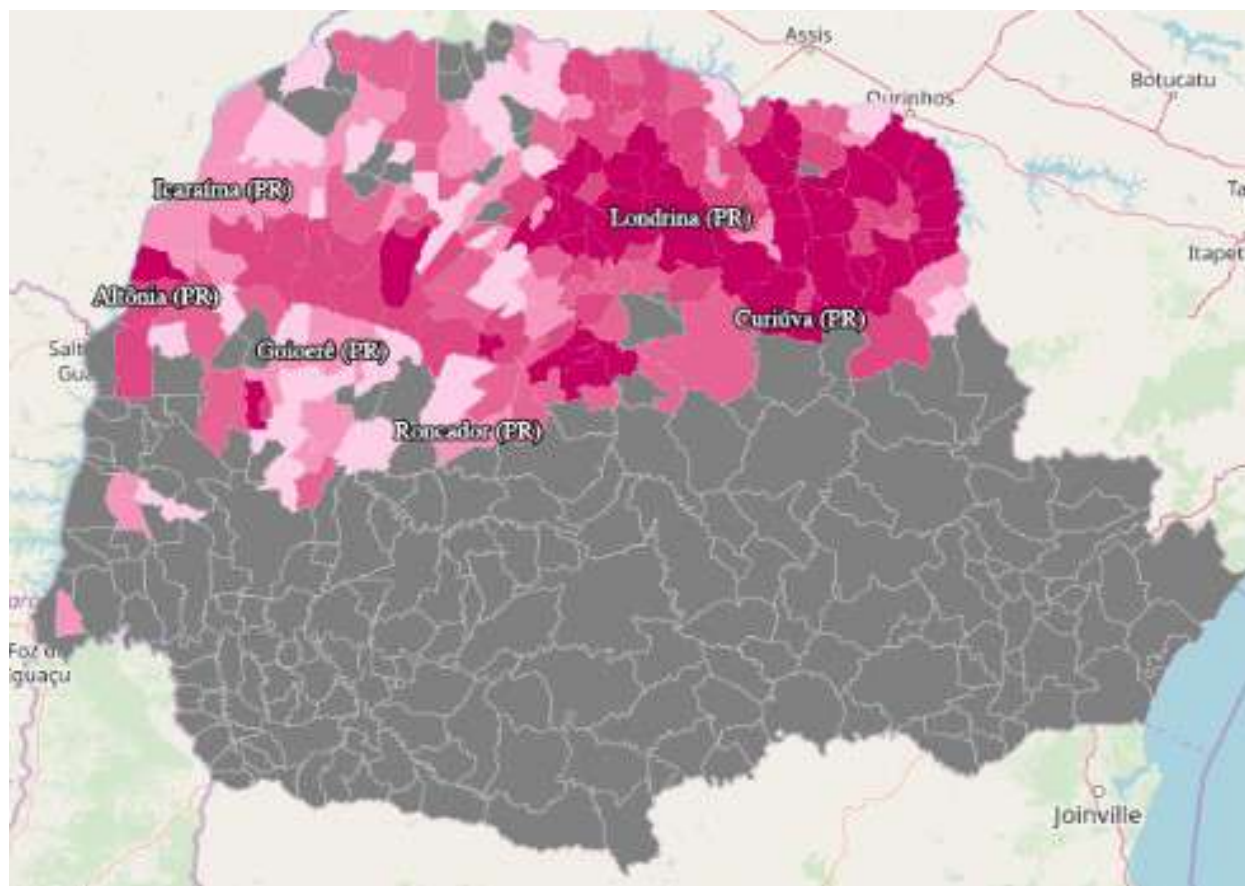
Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), 2018.

Figura 17. Quantidade de café produzido nos municípios do Paraná em 1988 e 2018.



Variável = Quantidade produzida (Toneladas)					
Nível Territorial = Município					
Produto das lavouras temporárias e permanentes = Café (em grão) Total					
Ano = 1988					
Faixa	De	Até	Frequência	%	
	1	95	42	10.5263	
	96	351	42	10.5263	
	352	847	42	10.5263	
	848	1.952	42	10.5263	
	1.953	16.226	42	10.5263	
/////	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado		189	47.37	

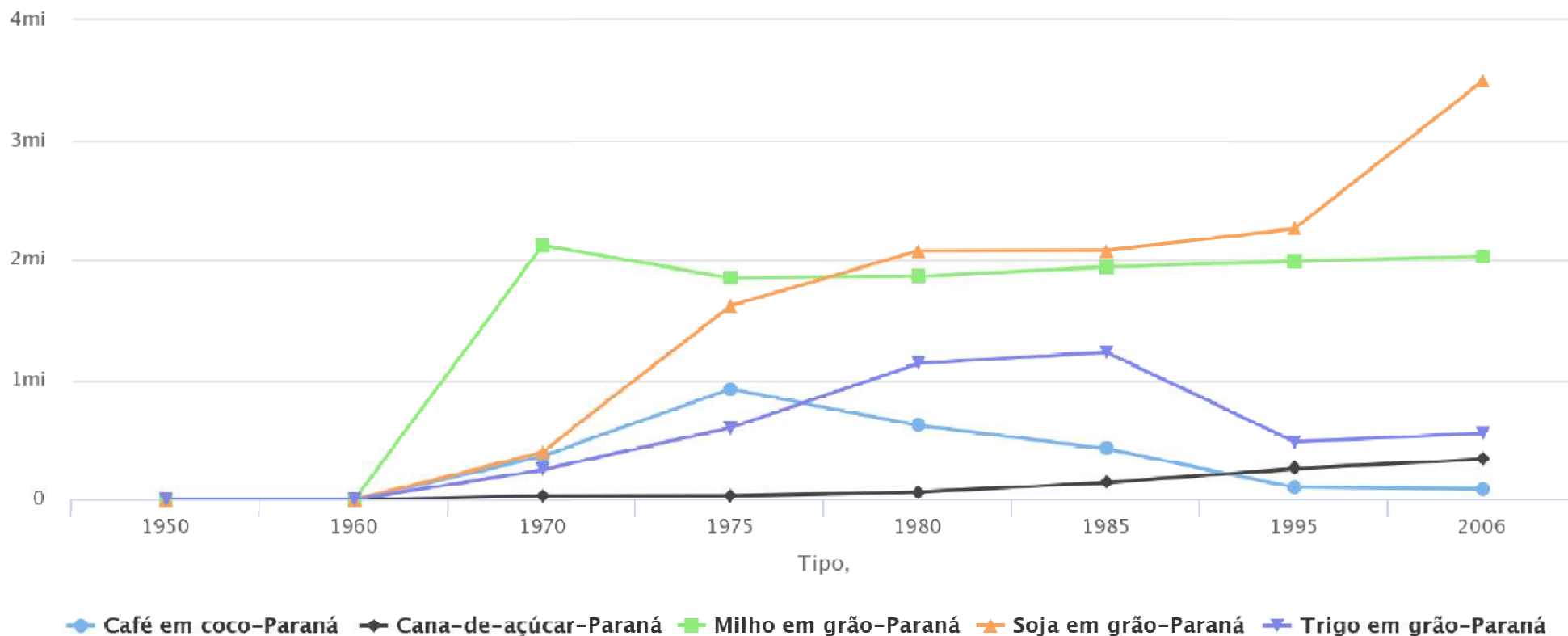




Variável = Quantidade produzida (Toneladas)				
Nível Territorial = Município				
Produto das lavouras temporárias e permanentes = Café (em grão) Total				
Ano = 2018				
Faixa	De	Até	Frequência	%
	1	4	40	10.0251
	5	17	39	9.7744
	18	52	41	10.2757
	53	249	40	10.0251
	250	10.200	40	10.0251
/////	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado		199	49.87

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), 2018.

**Gráfico 08:** Área colhida por tipo de produto, 1950 – 2006.



Fonte: "IBGE - Censo Agropecuário"

"1 - Os dados da série histórica disponibilizados nesta tabela são reflexo das publicações disponíveis à época. Especificamente para o ano de 1995, pequenas correções foram feitas após a publicação, o que pode ocasionar uma diferença mínima entre estes e aqueles disponíveis em outras tabelas cujos dados foram tabulados posteriormente à divulgação oficial.

2 - Nos censos de 1920 até 1996 foi levantada a produção de café em coco; no censo de 2006 foi levantada a produção de café em grão.

3 - A produção de laranja em 2006 está em mil frutos; para conversão utiliza-se o fator de 6,25 frutos por 1 Kg."

Os cartogramas apresentados acima ilustram o reordenamento territorial orquestrado pela geografia da soja no Paraná dos anos 1980 em diante. A soja **ocupou as terras do café ao “norte” e pôs o milho na posição de cultura coadjuvante, o chamado milho “safrinha”, como cultura de inverno.** É por essa razão que a produção do milho, que historicamente esteve bem distribuída pelo território paranaense, **passou a seguir o rastro da soja, com seus maiores índices de produção passando a se concentrar em dois eixos:** o primeiro que vai de Ponta Grossa e região até sudoeste, passando por Guarapuava; o outro se estendendo das terras roxas de Jacarezinho até Foz do Iguaçu e Toledo, passando por Londrina, Maringá e Campo Mourão.

O gráfico 08 acima mostra a evolução do uso do solo no estado do Paraná entre 1970 e 2006 para as principais commodities agrícolas produzidas em solos paranaenses. O milho, que nos anos 1980 ocupava uma área semelhante à da soja, manteve-se estável, constatando-se a sua migração geográfica em função da soja e sua tendência a se colocar como safra de inverno (safrinha). A soja se expandiu vertiginosamente, mesma direção tomada pela cana-de-açúcar, embora em menor intensidade e com uma área total ocupada significativamente inferior. O café, o trigo e o algodão perderam território ao longo do período coberto pelos dados: no caso do café, por uma série de razões já expostas; no caso do trigo e do algodão, em função da concorrência do produto importado. Já os gêneros alimentícios (arroz e feijão) perderam território, sendo a mandioca uma exceção.

A **diferenciação social** que se deu no campo andou de mãos dadas com a homogeneização do uso do solo, **das estruturas produtivas e das paisagens.** Nas terras propícias à mecanização no “norte do Paraná” não se vê outra paisagem que não seja a das lavouras de grãos, silos e armazéns. Na Rodovia do Café, as casas cercadas por pequenos trechos de matas nas terras mais íngremes e mais suscetíveis às geadas normalmente estão vazias, sinalizando que a família vive ou trabalha na cidade, e obtém renda também de outras fontes urbanas e/ou rurais.

**Foto 02.** Paisagem das lavouras mecanizadas no estado do Paraná.



Fonte: SEAB (PR)<sup>36</sup>.

Onde a natureza dotou o solo de vantagens naturais, a privatização das terras e do capital fixo constituído, associados a uma política econômica favorável, ampliou a possibilidade de extração de rendas. Dessa forma, a caminhada das lavouras comerciais do Paraná representa a geografia do avanço da agricultura capitalista sobre os derrames de basalto e dos seus fluxos de capitais em busca de rendas.

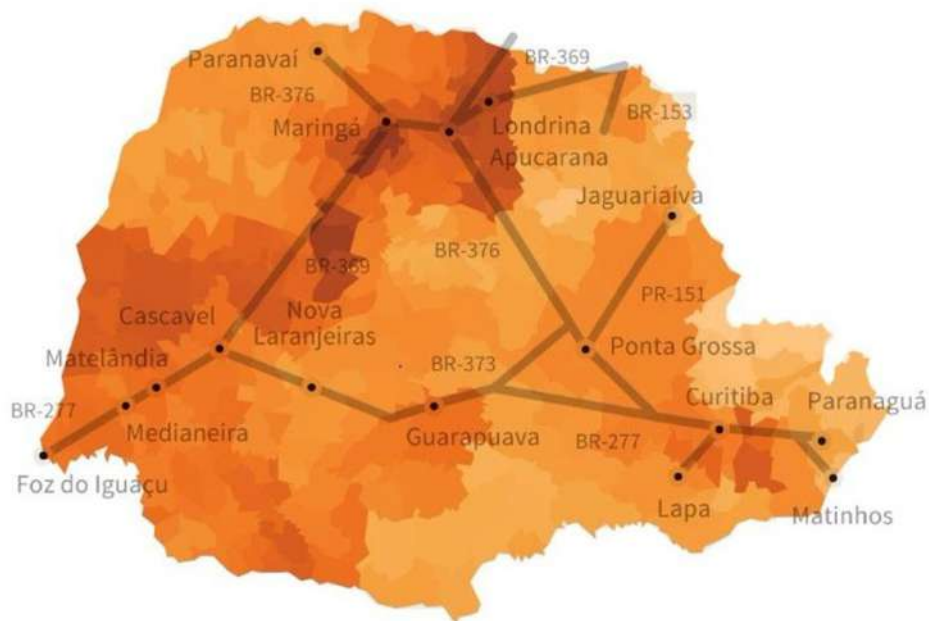
O “relançamento da estratégia” de inserção via comércio de *commodities* pelos governos brasileiros a partir dos anos 2000, associada ao ciclo de alta nos preços dessas mercadorias primárias no mercado internacional, intensificou **a alta dos preços das terras** nas regiões mecanizáveis e propícias à exploração agrícola intensiva no Paraná. A escalada dos preços foi responsável pela intensificação da pressão em direção à concentração fundiária, cuja velocidade é intensa no Paraná quando se compara os dados dos Censos Agropecuários 2006 e 2017. Na figura 18 a seguir é possível ver o preço médio do hectare de terra no Paraná, que variou entre R\$ 1,3 mil e R\$ 75,8 mil.

---

<sup>36</sup> <http://www.agricultura.pr.gov.br/Noticia/Valor-do-hectare-no-Parana-varia-de-R-13-mil-R-758-mil>  
Acesso em 13/11/2019.

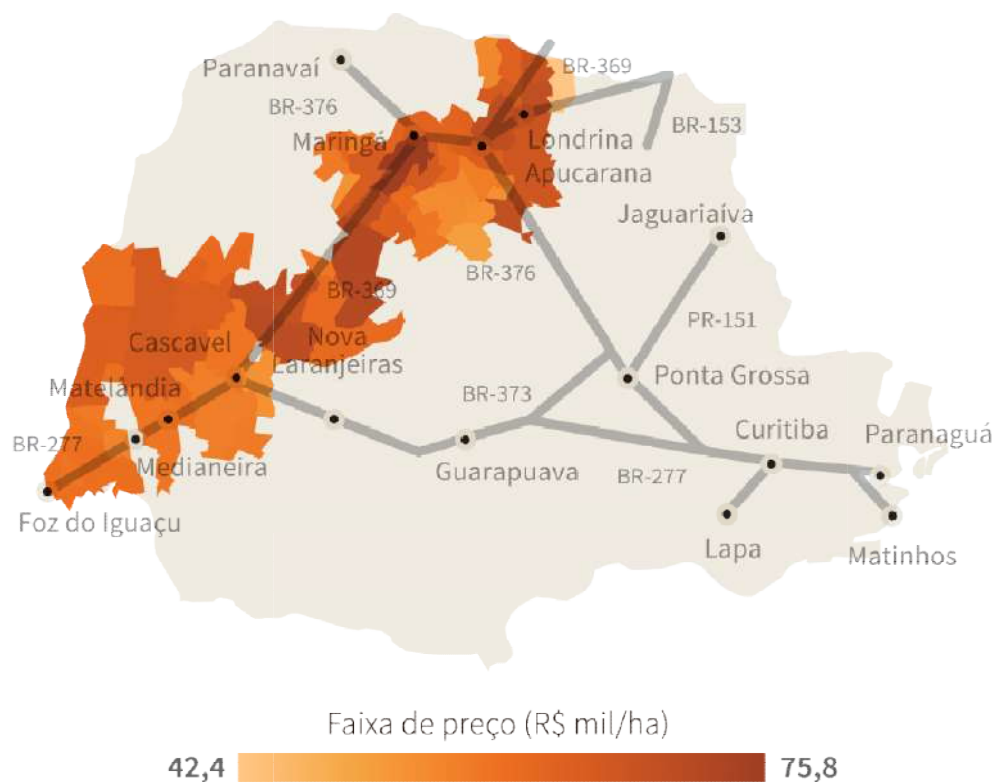
Em 2022 o preço das melhores terras já ultrapassa os R\$ 200 mil por hectare. Na figura 19 são apresentadas áreas onde estão as terras agrícolas mais caras do estado.

**Figura 18.** Preço das terras agrícolas no Paraná.



**Fonte:** GAZETA DO POVO (2017).

**Figura 19.** Preço das terras agrícolas propícias à exploração agrícola intensiva no Paraná.



**Fonte:** GAZETA DO POVO (2017).

Percebe-se que as terras com maior preço de mercado estão situadas ao longo da meia lua de terra roxa que vai de norte a oeste do Paraná, em terras que outrora foram ocupadas pela cafeicultura e que hoje são reduto de lavouras ajardinadas de soja e milho. Ao longo desse eixo, há municípios, como os de Ubatã, Campina da Lagoa, Juranda e Quarto Centenário, que produzem três safras de grãos (soja, milho e trigo) dentro de um mesmo ano agrícola<sup>37</sup> dadas as condições de solo, clima e tecnologia, representando a intensificação do aproveitamento da terra.

<sup>37</sup> Desde 2010, as lavouras de produtores da região citada são plantadas com variedades de sementes precoces e administradas com sistema de gestão empresarial. O planejamento de três safras anuais impacta a demanda por capital fixo, uma vez que colheitadeiras e plantadeiras precisam estar completamente disponíveis para o plantio do milho na sequência da soja e do trigo na sequência do milho. Num intervalo de duas horas se encerra a colheita e inicia o trabalho de plantio da safra seguinte. Dessa forma, a janela mais flexível que existia para o plantio de suas safras no ano praticamente se fecha no novo sistema, demandando equipamentos em quantidade suficiente para que o produtor não perca a estreita janela. O regime climático anual também precisa ser favorável. Os plantios acontecem em setembro, janeiro e maio/junho. Nas entrelinhas dos relatos de técnicos e produtores, as margens de lucro da colheita do trigo são praticamente inexistentes. Porém, a palhada deixada no solo pelas três lavouras, sobretudo a de milho e a de trigo, reduzem a demanda por adubação e dificultam a proliferação de plantas daninhas, resultando em certa economia para os produtores. Por outro lado, a demanda por insumos e



Seja pela conjuntura dos preços elevados das *commodities* e pela conseqüente expectativa de elevação da renda obtida, seja pela circulação do capital fixo imobilizado ou itinerante nas terras de aproveitamento intensivo, ou ainda pela produtividade extraordinária de certas regiões, ou ainda pelos estímulos estatais e pela ação dos capitais fictícios, os preços das terras têm sido decisivos para a geografia agrária e agrícola do Paraná. Porém, essa relação não pode ser pensada em termos apenas do território paranaense, mas também em termos do território nacional e suas reconfigurações, bem como as estratégias dos agentes internacionais da produção, distribuição, circulação e consumo de *commodities*.

### 3.3 “NORTE” DO PARANÁ: 100 ANOS DE EXPROPRIAÇÃO.

Tendo feito algumas considerações sobre as transformações no campo, é importante tecer alguns comentários sobre tendências observadas no espaço urbano paranaense na sua relação com os processos em curso no campo, ou uma leitura sobre o processo de urbanização nos territórios dominados pela soja.

O boom imobiliário ocorrido em pequenas cidades interioranas do Paraná, a exemplo da cidade de Ivaiporã, pode revelar, além da inflação generalizada dos ativos desde o início das políticas expansionistas dos principais Bancos Centrais do mundo pós 2008, a constante (re)inversão de capitais oriundos dos negócios com terras agrícolas em negócios com terras urbanas e vice-versa. Inúmeros loteamentos nos arredores da cidade foram lançados ou tiveram a sua venda de lotes acelerada nos arredores da cidade nos últimos anos. A inflação dos preços de *commodities* – reforçada pelos desdobramentos econômicos pós-pandemia – parece reforçar essa tendência.

---

máquinas cresce “movimentando a economia da região”, segundo os produtores. Nas entrelinhas dos discursos, ao final dessa complexa equação, talvez se vá constatar que as grandes margens dessa nova forma de organizar a produção ficam com empresas fornecedoras de insumos e agroindústrias que realizam o processamento da matéria prima; em alguns casos essas duas funções estão representadas na figura das cooperativas. A julgar pelos relatos de alguns produtores, tão importante quanto obter renda é estar trabalhando na agricultura comercial de grãos, por uma questão ideológica e de imagem, uma vez que a maior carga de trabalho demandada pela intensificação do uso da terra em três safras anuais parece não trazer retorno proporcional ao dispêndio de trabalho.

Nos dois anos que se seguiram ao início da pandemia da COVID 19, a cidade seguiu apresentando vigor na construção civil e nela foram inaugurados novos estabelecimentos comerciais, o que reforça a hipótese de que parte dos capitais investidos nas cidades venha dos ganhos com a terra rural, seja com a sua alienação ou arrendamento, seja com a produção e venda de commodities agrícolas ou com a pecuária bovina. Tal dinâmica se explica também pelo fato de um reduzido número de famílias deter a propriedade da maioria dos imóveis rurais e, especialmente, dos imóveis e terrenos urbanos vagos, o que sinaliza a concentração de capitais expressa também na concentração da propriedade do solo urbano.

Outra possível explicação para o fenômeno dos preços e do aumento da oferta de lotes urbanos no caso específico do município de Ivaiporã é o fato da rubrica Urbanismo ter alcançado a maior cifra no orçamento municipal de 2016, superando a rubrica educação, enquanto nos demais municípios do Paraná o observado foi o contrário. No site oficial da prefeitura<sup>38</sup> é possível encontrar informações sobre o perfil da gestão municipal:

“Empresário do ramo de materiais para construção civil, advogado e agricultor, Carlos Gil foi eleito prefeito pela 1ª primeira vez nas eleições de 2012 – administrando Ivaiporã entre 2013 e 2016, período em que desenvolveu o maior número de obras e serviços na história de Ivaiporã, e classificado entre os 7 melhores prefeitos dentre os 399 municípios do Paraná”.

Visivelmente a cidade de Ivaiporã passou por diversas intervenções urbanísticas públicas nos últimos anos, durante e depois do primeiro mandato do Prefeito Carlos Gil, a exemplo da completa reforma do Jardim Botânico da cidade e da construção de praças temáticas (Praça Paris, Praça Japão, entre outras intervenções). Parte dessas intervenções foi feita durante a gestão do Prefeito Carlos Gil, que administrou a cidade entre 2013 e 2016, e em 2020 se elegeu para novo mandato, de 2021 a 2024. É provável que essas intervenções tenham ajudado a elevar o preço dos imóveis urbanos na cidade e que a decisão de lançar empreendimentos imobiliários privados na cidade esteja fundamentada nos planos da administração municipal. Em Ivaiporã, os preços seguem se apreciando, a despeito das projeções de população do IPARDES para os municípios

---

<sup>38</sup> [http://ivaipora.pr.gov.br/index.php?sessao=84376acbe1ga84&conheca\\_camara=1](http://ivaipora.pr.gov.br/index.php?sessao=84376acbe1ga84&conheca_camara=1)

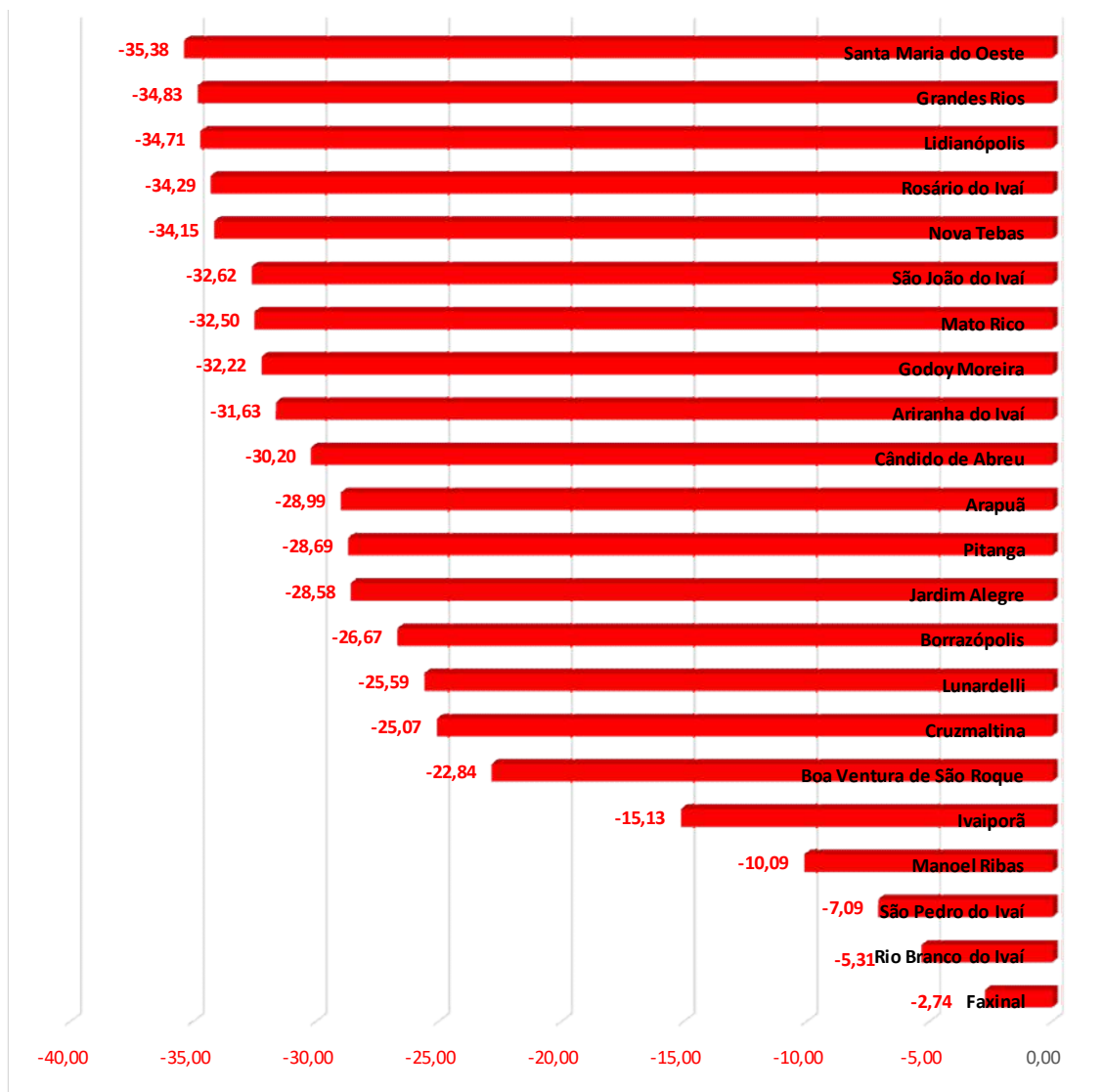


da região, que apresentam a tendência de queda generalizada como se vê no gráfico 09 a seguir. Essas dinâmicas revelam aspectos do desenvolvimento da acumulação capitalista no campo e nas cidades paranaenses, onde a concentração de terras agrícolas anda de mãos dadas com a concentração das terras urbanas.

Para as populações que permaneceram ou decidiram estabelecer moradia nessas cidades, adquirir um imóvel nessas condições de preços inflados, e diante de uma conjuntura onde o poder aquisitivo dos salários é corroído pela inflação generalizada, além dos reajustes contratuais das parcelas serem indexados ao Índice Nacional da Construção Civil (INCC), pode significar uma dívida impagável se considerada ainda a condição crítica de um mercado de trabalho que se assenta sobre uma produção agrícola que tem como uma das suas determinações o afastamento do trabalho vivo do processo produtivo. Não obstante o risco real de não pagamento dessas dívidas, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei conhecido como “marco legal das garantias de empréstimos” que possibilita a alavancagem das dívidas das famílias brasileiras tomando como garantia um mesmo imóvel familiar. Na prática, isso significa a possibilidade de escalada das montanhas de dívidas das famílias brasileiras, que além de sem terras e sem trabalho poderão ficar sem teto.

Se as projeções da população paranaense feitas pelo Iparde estiverem corretas, as pequenas cidades do interior paranaense se tornarão cidades fantasmas produzidas pelas fantasmagorias do capital, onde as promessas de melhoria de vida e de enriquecimento associadas ao agronegócio se revelarão um cenário de destruição da vida das famílias, ao passo que as suas regiões metropolitanas se tornarão grandes bolsões de miséria. A crise do “subprime brasileiro” poderá acontecer também a partir do interior, sob o brilho duvidoso da soja.

**Gráfico 09:** Percentual de Crescimento ou Redução de População de 2017 a 2040, Região de Ivaiporã.



**Fonte:** IPARDES, Projeções Populacionais, 2018.

O Paraná, que se notabilizou no cenário nacional por se caracterizar durante décadas como um absorvedor de populações migrantes, passou a partir dos anos 1970 a ser um estado dispensor. Segundo comenta Martine:

“... as taxas de crescimento do Paraná – que haviam se mantido em torno de 6,0% a.a durante o período 1940-1970, devido à forte imigração de destino rural – caiu drasticamente para 0,94% a.a durante a década de 1970. Mais importante é o fato de que a população rural do Paraná teve um crescimento negativo de -3,5% a.a nesta década. Isto constituiu a reversão mais abrupta já observada no Brasil; partindo da condição de foco mais importante de

atração, as áreas rurais do Paraná passaram de repente a ser os maiores fornecedores de emigrantes do País” (MARTINE, 1987, p.75. Apud: SERRA, 2001, p. 50).

O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a concentração do capital expressa na concentração da propriedade da terra explicam esse movimento de urbanização acelerado. No Paraná, dada a velocidade com que se desenvolveu, a situação assume tons mais dramáticos. Analisando a estrutura agrária do Paraná com dados do período de 1968 a 1975, GRAZIANO DA SILVA (1996) aponta já nesse período um significativo processo de concentração de terras, ao passo que na segunda metade dos anos 1970 – após a geada de grandes proporções que assolou a lavoura cafeeira paranaense e com o maciço apoio governamental – esse processo ganharia maiores proporções. Como destaca SERRA (2001), um processo que nos EUA havia começado nos anos 1920 e que no Brasil levou 20 anos para acontecer (em São Paulo e no Rio Grande do Sul), a modernização da agricultura no Paraná alcançou o estado da arte em apenas 5 anos.

“... tem-se como certo que outros fatores já vinham atuando no âmbito do espaço agrário, com força suficiente para levar à expropriação e posterior expulsão de trabalhadores e a radicais mudanças nas relações de trabalho e de produção até então vigentes. Com efeito, segundo GONZALES e BASTOS (1979:41), “na região de Maringá constatamos que, de abril a junho de 1973, foram dissolvidos, em Juízo, mais de mil contratos de parceria de café. Além do mais, dados o processo de inflação e as condições de mercado, o pagamento do trabalho em espécie não é mais compensador. É mais lucrativo pagar um salário em dinheiro que, a cada dia vale menos, do que entregar produtos que se valorizam”. (SERRA, 2001, p.54)

“Se no contexto da agricultura brasileira as mudanças, ocorrendo em 20 anos, produziram impactos, o que não dizer a nível de Paraná, onde as transformações não demoraram mais que 5 anos?” (idem, p.53)

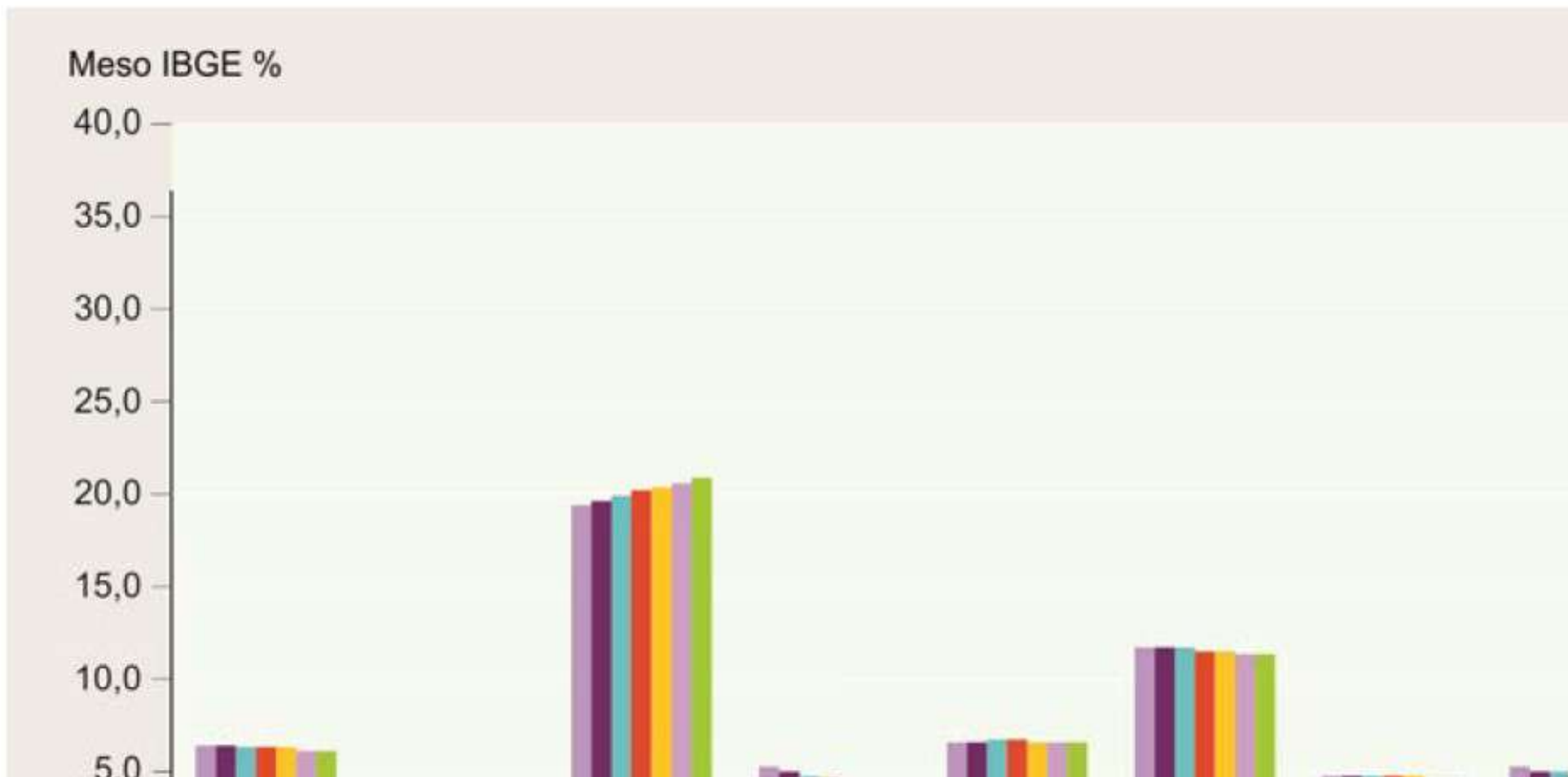
Da terra ao produto agrícola, passando pelas relações de trabalho, a dissolução dos laços em torno dos quais se organizou a cultura cafeeira foi rápida e o ritmo do capitalismo global dos anos 1970 atingiu o Paraná em cheio. A terra e os seus frutos passaram a ser administrados como ativo financeiro, implicando na completa transformação das relações, tornando-as sujeitas aos solavancos da economia global. Mais de quatro décadas após o retrato da estrutura agrária do Paraná analisado por

GRAZIANO DA SILVA (1996) ainda é possível afirmar com certo grau de convicção que a tendência à concentração de terras e à concentração populacional nas áreas urbanas paranaenses irá continuar, uma tendência que só será revertida no caso de uma mudança drástica nos rumos da economia global associada a uma mudança na condução política do acesso à terra no Brasil.

A projeção da população para todas as mesorregiões geográficas do Paraná até 2040 (gráfico 10 a seguir) nos permite um exercício de imaginação acerca da paisagem das próximas duas décadas no território desse estado: à monotonia das lavouras ajardinadas, à uniformização do que se vê e ao vazio retumbante das cidades interioranas se oporão – na arquitetura fantasmagórica do capital – o frenesi da metrópole curitibana e os bolsões de miséria nas cidades que outrora foram símbolos da capacidade do planejamento racional do espaço urbano, as “cidades pólo” do “norte novo” paranaense, Londrina e Maringá. Na base desse processo de mobilização cada vez maior da força de trabalho estão várias formas de expressão da acumulação originária em sua relação com a formação da propriedade privada e com a “valorização” das terras, raspando a pêlo a pequena propriedade “pioneira” da história, lançando o canto da sereia a agricultores super explorados e incitando-os a se perceberem como empresários rurais e a dobrarem a aposta no capitalismo de cassino, até que percam tudo, num ciclo de 100 anos de expropriação iniciado com o café e relançado com a soja, na reengenharia destrutiva do capital, que esvazia o campo para dar passagem ao opulento desfile das máquinas.

**Gráfico 10:** Participação percentual das mesorregiões geográficas na população estadual, Paraná, 2010-2040.

### GRÁFICO 8 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS I PARANÁ - 2010-2040



**Fonte:** IPARDES, Projeções Populacionais, 2018.

## CAPÍTULO 4 – DETERMINANTES DO PREÇO DA TERRA AGRÍCOLA E AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO PARANÁ.

### 4.1 LIMPANDO A TERRA: UMA CRÍTICA ÀS “LIMITAÇÕES” DAS EXPLICAÇÕES CLÁSSICAS SOBRE O PREÇO DA TERRA AGRÍCOLA.

O principal e mais abrangente estudo que busca explicar a evolução recente dos preços das terras agrícolas no estado do Paraná é de autoria de Regina Malassise. A tese de doutorado intitulada “**O comportamento do preço da terra agrícola: uma análise espacial para o estado do Paraná**”<sup>39</sup> busca apontar as variáveis explicativas do comportamento dos preços das terras agrícolas no Paraná entre 1999 e 2010. O estudo concluiu que um grupo de cinco fatores foi responsável por explicar cerca de 84% da evolução do preço das terras agrícolas no Paraná nesse período e concluiu também haver dependência espacial na evolução do preço, mostrando os efeitos de espacialidade sobre o preço da terra agrícola. Os cinco fatores foram:

1. o valor bruto da produção agropecuária,
2. o volume de financiamento total à agropecuária,
3. a relação investimento-receita municipal,
4. o percentual da área plantada do município com soja; e
5. a valorização patrimonial.

---

<sup>39</sup> A tese foi defendida no ano de 2014, na Universidade Estadual de Maringá (PR) e foi laureada com o Prêmio Edson Potsch Magalhães da Sociedade Brasileira de Economia e Administração Rural (SOBER) no ano de 2015. A tese busca indicar os determinantes por trás dos ciclos nos preços das terras agrícolas no Paraná entre 1999 e 2010. Nas primeiras tentativas de acesso do trabalho, na Plataforma Sucupira da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), estava informado que o referido projeto de pesquisa obteve dois meses de financiamento da agência, mas que o trabalho não possuía autorização para ser divulgado, constando no site apenas o seu resumo. À época, tampouco conseguimos manter contato com a autora. Por essa razão, discutimos o método e as conclusões do trabalho a partir do artigo de mesma autoria intitulado “O Comportamento do Preço da Terra Agrícola: um modelo de painel de dados espaciais”, publicado em 2015 conforme apresentado nas referências deste trabalho. Em junho de 2022, finalmente, conseguimos acesso ao trabalho completo, mas as informações obtidas a partir da breve leitura que dele conseguimos fazer até o momento do depósito desta tese de doutorado não justificam a alteração das considerações que faremos neste capítulo.

Antes de se debruçar sobre o período escolhido como recorte para a sua pesquisa (1999 a 2010) a autora lembra que no caso brasileiro a inflação foi um dos fatores a determinar as oscilações no preço da terras agrícolas até a estabilização da moeda a partir de 1994.

“No Brasil, até os anos 1990, a elevação de preços foi comumente associada ao descontrole inflacionário que elevava os preços dos produtos agrícolas, valorizando artificialmente as potenciais receitas geradas pelo uso da terra, elevando seu preço mesmo quando não era utilizada para fins produtivos. Neste sentido, **a inflação era considerada uma variável-chave para entender o comportamento do preço da terra agrícola, pois a terra assume características de ativo produtivo e de reserva de valor.**

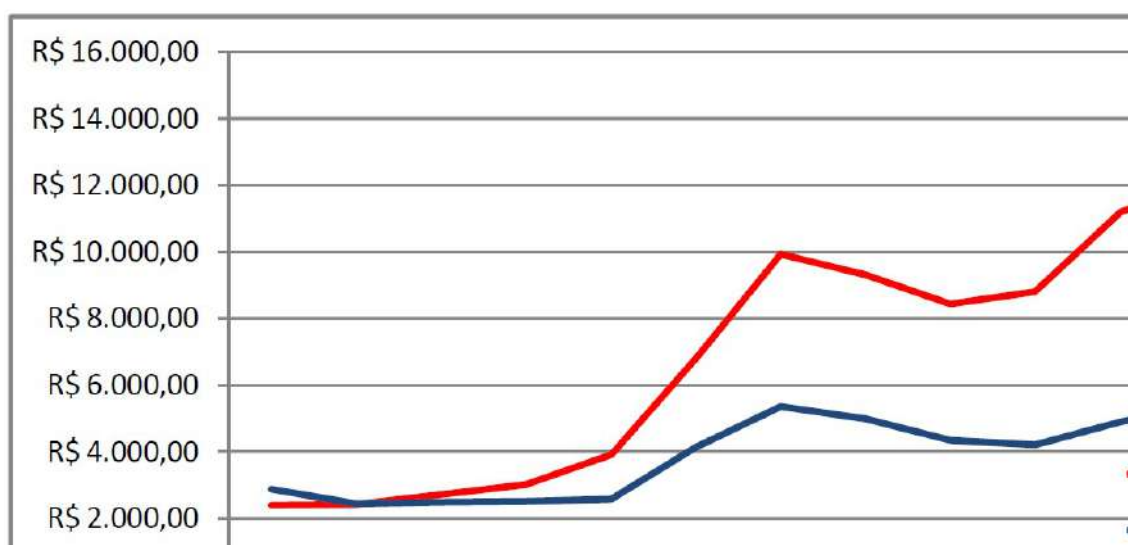
“No estado do Paraná, após a implantação do Plano Real, os preços da terra declinaram até 1999, refletindo a acomodação destes à queda da inflação. Deste período até 2002, verifica-se que os preços se estabilizaram. Então, considera-se que os efeitos da inflação sobre o preço da terra tenham sido sensivelmente reduzidos, não sendo este o motivo para novos aumentos de preços que se iniciam em 2002. Esta nova alta de preços atinge um pico em 2004, período após o qual inicia-se nova queda que prossegue até 2008, porém, mesmo em queda, estes mantêm-se acima do registrado em 1999. Em 2009, inicia-se nova alta com preços atingindo pico em 2010 e estabilizando em 2011, finalizando um ciclo no qual os preços da terra ficam acima daqueles registrados em 2004. Desta forma, o período do estudo registra um ciclo de preços importante para análise dos determinantes do preço da terra agrícola no Paraná. **Este ciclo de preços médios da terra agrícola no Paraná foi acompanhado de grandes diferenças de preços entre os municípios, dependendo de sua localização.**” (MALASSISE Et al., 2015, p. 646)

Do trecho em destaque pode-se inferir que o descontrole inflacionário e o seu impacto sobre o preço da terra nos anos 1980 e 1990 impediam uma análise mais acurada das determinações do preço da terra em seus múltiplos fatores, uma vez que a inflação sobressaía. Sob um contexto de inflação controlada, os preços das terras deixariam de sofrer influência desse fator e seria possível então analisar outros fatores que estivessem a determinar tais preços.

Embora entre 1994 e 1999 a queda da inflação tenha tido o seu papel, outros fatores contribuíram para o declínio, especialmente a posição que a agricultura “passaria a ocupar” no ajuste macroeconômico brasileiro. Como já destacou DELGADO (2012), a abertura comercial, o câmbio sobrevalorizado, o abandono das políticas agrícola e comercial dos governos militares voltadas para a agricultura sustentando uma renda mínima para os agricultores, seja pela garantia de preços, seja pelo crédito oficial subsidiado, somados à queda internacional no preço das principais commodities agrícolas teve efeitos devastadores sobre **a renda fundiária e sobre os preços das terras**. Apesar de todos esses fatores somados darem explicações satisfatórias sobre os preços das terras agrícolas, os ciclos de baixa dos preços não os trouxeram de volta para os patamares anteriores, uma vez que a queda verificada de 2004 a 2008 não os trouxe para

os patamares de 1999, da mesma forma que o novo ciclo de alta iniciado de 2009 e 2010 deixou os preços acima do patamar de 2004. Em outras palavras, os preços no mercado de terras no Brasil nas últimas duas décadas até oscilou, mas em franca tendência de alta, que sugere que há uma tendência estrutural de alta dos preços das terras no Brasil por uma série de fatores.

**Gráfico 11:** Evolução do preço médio da terra agrícola do Estado do Paraná em R\$ por *ha* (1998-2011).

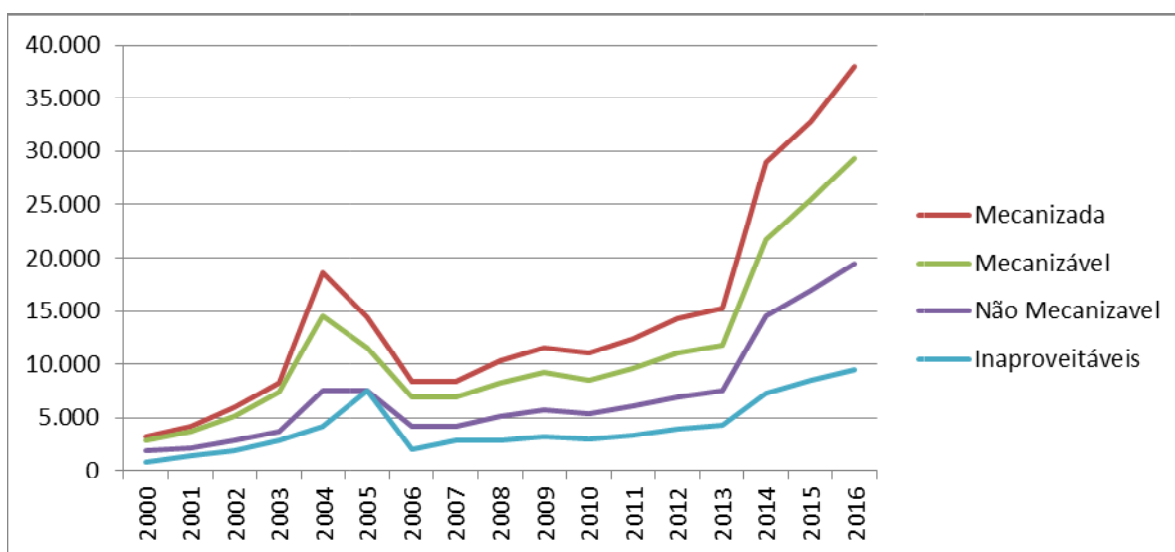


**Fonte:** MALASSISSE (2014, p. 99).

O estudo de SOUZA e PAULINO (2017) nos serve, respeitadas as diferentes abrangências, para ilustrar e estender a série histórica de preços de terras agrícolas analisada por Regina Malassise. Os dados para o município de Londrina (PR) estão apresentados no gráfico 12 e revelam a partir de 2011 o início de um novo ciclo de alta que se acentua em 2013 e em 2016 alcança novos recordes para todas as quatro categorias de terras apresentadas no gráfico: mecanizadas, mecanizáveis, não mecanizáveis e inaproveitáveis. A alta foi mais acentuada quanto mais aproveitável fosse a terra do ponto de vista das lavouras mecanizadas.



**Gráfico 12:** Evolução do preço médio da terra agrícola no município de Londrina (PR).



**Fonte:** SOUZA; PAULINO; 2017, p. 3.

Os dados também confirmam que os preços tendem a não retornar aos patamares anteriores, ou seja: os preços têm forte “elasticidade” para cima, mas no longo prazo são praticamente “inelásticos” para baixo. As autoras destacam ainda a desproporcionalidade da valorização, mostrando uma crescente capacidade dos proprietários de terra de cobrar renda<sup>40</sup>:

“Outro fator importante tem a ver com a desproporcionalidade da valorização, considerando os próprios indicadores do campo, como bens agrícolas que, igualmente, se distanciaram nesse intervalo de tempo, a exemplo da soja. Tendo como parâmetro a cotação oficial desse produto agrícola e o preço médio da terra, verifica-se que no início do milênio, o preço de um hectare de terra mecanizada correspondia a 135 sacas de 60 quilos, ao passo que em 2016 seriam necessárias, em iguais condições, nada menos que 558 sacas da leguminosa. **Os cruzamentos entre preço da terra e preço de bens agrícolas revelam que a capacidade de cobrar renda fundiária está sendo potencializada**, embora o período de dedicação a essa pesquisa não tenha permitido reflexões mais completas sobre isso, tendo sido possível apenas correlações básicas” (Idem, p. 2).

As autoras atribuem esse fato ao poder da grande propriedade privada da terra no Brasil em seu caráter estrutural e histórico. Já o estudo de Regina Malassise, muito mais extenso, parte por um caminho explicativo que se propõe mais amplo em termos de variáveis explicativas.

<sup>40</sup> No capítulo anterior apresentamos brevemente a situação de descompasso entre preços da terra e preços de arrendamento da terra, relação que buscaremos explorar de maneira mais aprofundada no último capítulo da tese.

Fundamenta-se em uma abordagem relativamente recente entre os economistas, que busca explicar a determinação nos preços das terras agrícolas por meio de fatores especulativos e “expectacionais”, além dos fatores clássicos como a renda da terra.

Malassise fundamenta sua pesquisa na abordagem construída por Bastiaan Philip Reydon, em sua tese de doutorado intitulada “**Mercados de Terras Agrícolas e Determinantes dos seus Preços no Brasil**”, defendida na Universidade Estadual de Campinas em 1992. O estudo, que se tornou uma das referências nacionais para vários autores que discutem a evolução dos preços das terras agrícolas no Brasil, teve como objetivo identificar os determinantes dos preços das terras agrícolas no Brasil, especialmente os seus determinantes especulativos e expectacionais. O autor, após extensa revisão bibliográfica sobre essa discussão, constrói seu referencial teórico a partir de uma abordagem pós-keynesiana, pois esta, “ao privilegiar a determinação de preços de ativos em economias capitalistas regidas pela incerteza frente ao futuro, permite compreender que a especulação com terras agrícolas decorre de sua dupla condição: de ativo líquido e de ativo de capital” (REYDON, 1992, p. 2).

**Segundo Reydon (1992, p. 50), “... tanto as escolas clássicas quanto as marxistas propunham abordagens que reforçavam a teoria de renda da terra, fenômeno que era confirmado pelas pesquisas e que prevaleceu até meados dos anos 1950, quando se verificou a elevação do preço da terra acima de seus ganhos produtivos. Esse fato ficou conhecido como paradoxo do preço da terra e exigiu que se buscasse em outras variáveis, além do uso da terra, uma explicação para a súbita elevação nos preços”.**

Nos EUA, o fenômeno teria começado a surgir nos anos 1950 e se intensificado nos anos 1970. Já no Reino Unido o fenômeno se manifestara em 1960 e se intensificara em 1970. Reydon então faz uma extensa revisão bibliográfica que mapeia uma série de contribuições teóricas que trazem novas explicações para os movimentos no preço das terras agrícolas. No âmbito internacional as principais contribuições vieram da abordagem econômica que afirma serem os agentes econômicos movidos por Expectativas Racionais, que indicam, ainda que com limitações segundo Reydon, o peso das expectativas dos agentes e da especulação na determinação do preço das terras. Já na literatura brasileira Reydon identifica as abordagens de Rangel (1979) e Sayad (1982) que mostram o papel da especulação na determinação dos preços nos mercados de terras do Brasil.

Por fim, Reydon dedica uma seção exclusiva do seu trabalho a escrutinar a teoria marxista, sob a justificativa de que essa vertente teria feito mais adeptos pelo Brasil. Na sua análise o autor localiza duas ordens de questões para as quais a teoria marxista serviria para a análise da dinâmica do mercado de terras e dos determinantes do seu preço:

- a) A questão histórica, uma vez que a propriedade privada está no âmago da constituição do modo capitalista de produção e que ela é condição, mas não suficiente, para a existência de um mercado de terras.
- b) A questão da formação do preço da terra agrícola, que segundo Marx resultaria basicamente da capitalização da renda passível de ser obtida da terra.

**Reydon recorre à seção VI de O Capital, livro III, na qual Marx trata da transformação do lucro extra em renda fundiária. Nessa seção Marx afirma que os fatores a determinar o preço da terra são: a própria renda fundiária, a taxa de juros da economia e a taxa de juros sobre o capital incorporado ao solo.** Além disso, Reydon recorre ao próprio Marx para delimitar claramente o campo onde o filósofo alemão buscou se posicionar:

“Na investigação do preço da terra, feita a seguir, abstraímos de todas as flutuações da concorrência, de todas as especulações fundiárias e também da pequena propriedade fundiária, na qual a terra constitui o principal instrumento dos produtores, que, por isso, precisam comprá-la a qualquer preço.” (MARX, 2017, p. 836, Apud REYDON, 1992, p. 52)

Assim, tendo Marx se isentado de considerar as flutuações da concorrência e das especulações fundiárias, bem como da pequena propriedade fundiária, dado o caráter de terra de trabalho para os camponeses, está clara, para Reydon, a necessidade de se construir um referencial alternativo para abordar o mercado de terras. Mas antes de apresentar a construção do seu referencial Reydon vai além e aprofunda sua crítica a Marx, voltando-se para o próprio materialismo histórico dialético como método.

Para Reydon, apoiado em Possas (1989), a construção de Marx é datada. No século XIX o objetivo dos grandes pensadores (tão diverso dos pensadores do século XX) era produzir grandes esquemas explicativos da realidade com leis gerais e objetivas. Marx buscava um aparato teórico para compreender o movimento geral do capitalismo. Assim, o capital considerado era o capital em geral, relegando a segundo plano o papel dos capitalistas individuais, suas subjetividades e a objetividade imposta por seus modos de pensar e agir, uma vez que as leis gerais do movimento do capitalismo teriam força suficiente para se imporem a todos.

“O sistema econômico capitalista estaria sujeito a leis de tendência (de movimento e transformação, ou meramente de reprodução), de natureza inteiramente objetiva, que se impõem cegamente aos agentes individuais; ou ainda, de que estes últimos nada mais fazem do que cumprir,

independentemente de sua vontade, leis ou determinações que não são capazes de afetar (com) suas ações” (POSSAS, 1989, p. 3, apud REYDON, 1992, p. 59)

A concorrência em *O Capital* é vista da seguinte maneira: “concorrência e preços são vistos neste enfoque sob o signo de reprodução global do sistema econômico, de forma tal que os preços são preços de reprodução e a concorrência o mecanismo que os confirma tendencialmente” (POSSAS, 1989, p. 60, apud REYDON, 1992, p. 60). Reydon, por outro lado, atenta para a observação de que essa visão da concorrência que prevalece em *O Capital* apresenta contradições com outras, também presentes na obra de Marx. Buscando um lugar para a concorrência em uma teoria da dinâmica capitalista a partir de Marx, Possas (1984, p. 65-66) afirma:

“Primeiro, que a noção de concorrência predominante nas interpretações de Marx, além de demasiado limitada, por omitir seu papel impulsor da transformação da base produtiva e dos mercados mediante inovações – o momento “disruptivo” da concorrência, também presente em Marx ao lado do momento de “ajustamento” –, não deixa explícita sua vinculação com o âmbito do “capital em geral”, no qual Marx formula suas “leis de movimento”, e para o qual a concorrência é apenas introduzida em suas determinações genéricas: em outras palavras não há uma “análise da concorrência” em suas especificidades, pertinentes ao âmbito da “pluralidade de capitais”, em *O Capital*. Segundo, que uma teoria da concorrência, vale dizer, da lógica de enfrentamento dos capitais no espaço econômico em que se desenrola o seu processo de valorização, é elemento indispensável à constituição de uma teoria da dinâmica econômica capitalista, pois as determinações desta última não são remissíveis, sem mediação teórica ao nível da concorrência, às do capital *tout court*. Sendo assim, é possível e necessário delimitar, de um lado, as “leis de movimento” ao âmbito do “capital em geral”, tratado por Marx, e, de outro, a “teoria da dinâmica” ao âmbito da “pluralidade dos capitais”, da concorrência como objeto teórico com estatuto próprio, não abordado sistematicamente por Marx, mas com contribuições relevantes de autores mais recentes.”

Fundamentado nas análises de Possas sobre a falha de Marx de dar estatuto próprio à concorrência, o que permitiria à sua teoria abranger com mais pertinência a dinâmica capitalista, não só no sentido em que o capital se reproduz ao nível geral, mas também na sua pluralidade de capitais em sua ação “disruptiva” localizada, que posteriormente se “ajusta” à reprodução geral, Reydon vai concluir que a análise marxista não é suficiente para a explicação dos preços das terras agrícolas porque “não se pode reduzir a dinâmica do capitalismo ao capital em geral nem por um desenvolvimento dialético nem por uma construção lógico-dedutiva”, (Possas, 1984, p. 47) uma vez que “trabalhar com estabelecimento de leis gerais não é suficiente para o

tratamento da dinâmica dos mercados, quer na sua forma global, quer em diferentes estruturas” (Reydon, 1992. p. 61).

Assim, a compreensão da dinâmica do mercado de terras e dos determinantes dos preços das terras requereria uma abordagem alternativa que Reydon se propõe a construir com base em uma abordagem pós-keynesiana, já que as suas antecessoras não deram tratamento adequado a “uma variável central dos determinantes do preço da terra agrícola e da dinâmica do mercado de terras: as expectativas, incluindo seus componentes especulativos, como elemento central da formação dos preços” (p. 62).

## 4.2 NOVAS EXPLICAÇÕES PARA O PREÇO DA TERRA AGRÍCOLA E SUA APLICAÇÃO AO CASO DO PARANÁ.

### 4.2.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA A ANÁLISE DOS DETERMINANTES DO PREÇO DA TERRA AGRÍCOLA EM REYDON.

#### 4.2.1.1 A ECONOMIA CAPITALISTA COMO ECONOMIA MONETÁRIA.

Para demarcar sua posição em relação aos autores comentados, Reydon começa por apresentar a visão que irá adotar em relação às características gerais do capitalismo. O autor parte do princípio que a sua análise é válida para economias com **mercado de terra consolidado** e que tenham uma “**economia empresarial**”, sendo o primeiro definido como aquele no qual há títulos de propriedade aceitos pelo conjunto dos agentes econômicos em troca de dinheiro e a “**economia empresarial**” caracterizada principalmente por ser “**uma economia monetária generalizada**, onde todas as transações e os cálculos capitalistas podem ser expressos em uma moeda” (p. 63), conforme definiu Keynes. Para este, “**A firma negocia tudo em termos de dinheiro. Seu objetivo é finalizar com mais dinheiro que aquele que tinha no começo**. Este é o caráter essencial de uma economia empresarial” (Keynes, 1933, p. 89, Apud Reydon, 1992, p. 63-4).

Nessa economia empresarial é vital a presença de mercados financeiros sofisticados onde uma série de ativos e de dívidas é negociada, onde **os agentes buscam “valorizar” seus capitais**. O investimento, e portanto a renda e o emprego, estão sujeitos a flutuações, uma vez que o estado de confiança, ou inversamente de incerteza, dos agentes varia de acordo com o ambiente em que tomam as suas decisões de investimento. Assim, outro pressuposto da abordagem Keynesiana é o de que **a economia capitalista é estruturalmente instável**. Essa **incerteza irreduzível frente ao futuro** é uma marca distintiva da visão **pós-keynesiana** em

relação à vertente das **expectativas racionais**. No afã de ampliar o seu montante inicial de **riqueza**, apesar da incerteza frente ao futuro, **os agentes** econômicos buscam formas para isto, **aplicando em ativos com diferentes graus de liquidez**, entre eles o ativo líquido por excelência, a moeda.

Para se posicionar além da “absoluta determinabilidade” dos eventos econômicos presente na obra de Marx, mas sem recair numa absoluta indeterminabilidade baseada na subjetividade dos agentes, a abordagem keynesiana afirma que os agentes econômicos pautam suas ações baseados em **convenções**. “A essência desta convenção – embora ela não se apresente sempre sob uma forma tão simples – reside em supor que **a situação existente nos negócios continuará por tempo indefinido, a não ser que tenhamos razões concretas para esperar uma mudança**” (Keynes, 1970, p. 149 apud Reydon, 1992, p. 65). Em outras palavras, “trabalha-se com o pressuposto de que **os agentes têm expectativas condicionadas pelo passado, podendo assumir a forma convencional**” (Reydon, 1992, p. 67). **Instituições**, sobretudo o Estado, **normalmente participam da formação dessas convenções**, que dependem em última instância da atmosfera social e política.

#### 4.2.1.2 O INVESTIMENTO EM ATIVOS E OS SEUS RENDIMENTOS.

**Os portfólios de investimentos dos agentes**, montados em um ambiente de incerteza balizado por uma ou mais convenções, são montados ao longo do tempo e cada um dos seus ativos **é pensado em função do retorno que pode proporcionar** ao seu detentor. No geral, a montagem de um portfólio é pensada para dar um retorno total líquido ao seu detentor. Para Keynes (Capítulo 17 da Teoria Geral), os agentes se valem de **três variáveis para determinar o retorno líquido que cada ativo** irá lhe proporcionar:

q = fluxo de quase-rendas;

c = custo de manutenção (inclusive financeiro);

l = prêmio de liquidez do ativo.

Na sua formulação, Reydon acrescenta às três variáveis identificadas por Keynes o elemento apreciação ou valorização do ativo (“a”) em termos monetários no mercado à vista, de onde se extrai a seguinte equação, na qual “Pd” significa “preço de demanda do ativo”:

$$Pd = q - c + l + a$$

Normalmente os autores incluem o fator “a”, que também assume a forma de rendas monetárias, como parte do fator “q”, mas pelas características da terra, objeto do trabalho de Reydon, ele prefere os manter separados, conforme a equação acima. Conhecer brevemente a definição que o autor dá para cada fator da equação é importante para captarmos o seu recorte analítico bem como seu poder explicativo e suas possíveis limitações e contradições e para podermos seguir adiante com a discussão.

**q = quase rendas.**

“Quase rendas são os fluxos de rendas monetárias, deduzidos os custos operacionais, esperados pela posse de um ativo. Neste incluem-se as rendas produtivas, se for um bem de capital, ou os juros e dividendos, se for um título, ou ainda os dividendos de uma ação” (idem, p. 72). As variações em “q” estão ligadas às expectativas de variação da renda que se pode obter durante o período de posse de tal ativo ou durante o seu tempo de vida útil. As principais variáveis a influenciar este fator são a expectativa geral em relação à economia, a flutuação dos preços dos bens produzidos por este ativo e os ganhos indiretos que ele pode proporcionar, inclusive benefícios especiais concedidos pelo Estado. No caso de uma terra naturalmente mais fértil ou de mais fácil fertilização e mais próxima do mercado, os rendimento serão mais elevados. Na terra, contudo, este retorno pode variar, além dos motivos explicados acima, pela substituição de culturas. Além dos ganhos oriundos da produção, como benefícios indiretos proporcionados pelo Estado pode-se citar as políticas agrícolas por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural, os incentivos na área da abrangência da SUDAM, o PROÁLCOOL, e as benesses da defesa da propriedade privada da terra *lato sensu* no Brasil.

**c = custo de manutenção.**

Este fator engloba todas as despesas não associadas ao processo produtivo, sintetizadas no custo monetário necessário para a manutenção e posse de um ativo no portfólio. Aqui Reydon inclui: custos de transação do ativo, custos de obtenção de informações sobre o ativo e seu mercado, depreciação do mesmo e, se for adquirido através de financiamento, os custos financeiros, acrescidos de uma provisão para o risco de não se conseguir saldá-lo. No caso específico da terra, incluem-se o Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), custas de regularização fundiária.

## **I = Prêmio de Liquidez<sup>41</sup>.**

Na definição do que seria o prêmio de liquidez de um ativo, optaremos por transcrever na íntegra o raciocínio de Reydon a fim de não distorcer a ideia que ele busca expor (idem, p. 75-6):

“O prêmio de liquidez é um rendimento implícito dos ativos, não constituindo um fluxo monetário<sup>23</sup>. Como visto anteriormente, a liquidez de um ativo é determinada pela sua capacidade de se realizar no mercado “spot”<sup>42</sup>, com maior certeza, no prazo mais curto, sem que o ato de vendê-lo acarrete perdas. É importante observar que o prêmio de liquidez proporcionado por um ativo reflete tanto características próprias, inclusive conjunturais, do mesmo – relacionadas à organização do seu mercado secundário, entre outros aspectos - quanto as condições gerais de incerteza, e portanto de liquidez, da economia, que pode levar à maior ou menor valorização dos atributos de liquidez dos ativos. Mantém-se aqui esta formulação original, de Keynes, em função da maior clareza que este conceito de liquidez permite, particularmente ao se **associar as variações na preferência pela liquidez**, decorrentes de políticas macroeconômicas, **à elevação do preço do ativo terra agrícola**<sup>24</sup>.”

<sup>23</sup> Nas palavras de Keynes, apud Minsky (1975:82) o prêmio de liquidez é “... um potencial de conveniência ou segurança, que não é igual para ativos de diferentes tipos, apesar de que os ativos têm um mesmo valor inicial... O montante (medido em termos do próprio valor)... que eles estão desejando pagar para a conveniência ou segurança, pelo poder de possuí-lo (excluindo os fluxos de renda e o custo de manutenção do ativo), nós chamaremos de seu prêmio de liquidez ‘l’.”

<sup>24</sup> Este é um componente essencial para o mercado de terras pois qualquer terra, numa economia que tem o mercado de terras estruturado, tem liquidez estrutural. Esta decorre, dos seguintes atributos da propriedade da terra: poder político que gera, o poder econômico que gera, ao fato de potencialmente gerar rendas por um prazo infinito (associado ao valor do l), entre outros há ‘and last but not least’ o desejo, às vezes bucólico, que as pessoas têm de possuir terra, uma fazenda etc.. Mas há momentos nos quais todas as terras têm seus preços elevados em função de um aumento geral da liquidez conjuntural do ativo terra.”

Considerando o fato da propriedade privada da terra no Brasil ter mercado estruturado, não ter prazo definido de maturação, a sua garantia pelo poder político, entre outras questões, a

---

<sup>41</sup> O próprio conceito de liquidez tem gerado controvérsia. Para os nossos objetivos, aceita-se que é um conceito relativo, portanto passível de gradação, e pode ser definido como “a capacidade de se realizar o ativo a curto prazo sem perdas Hicks (974:59)”. (REYDON, 1992, p. 70)

<sup>42</sup> Mercado que admite apenas transações em que a entrega da mercadoria é imediata e o pagamento é feito à vista. Contrasta com os mercados futuro e a termo, cujos pagamentos são efetuados em prazos que variam de cinco dias a dois anos após a negociação.



terra tem garantia de liquidez no Brasil. Políticas que afetam a liquidez geral da terra se associam à estruturação do seu mercado (reforma agrária, desapropriações). As variações de “l” serão decorrentes tanto de mudanças nas expectativas em torno das características específicas do ativo e do seu mercado, quanto por interferência de variáveis macroeconômicas mais gerais. A interferência destas variáveis macroeconômicas afetam duplamente a liquidez da terra, pelo fato desta ser simultaneamente ativo de capital e ativo líquido, como se verá adiante. A terra enquanto ativo de capital tem seu prêmio aumentado quando se esperam melhores condições de realização dos seus mercados e/ou quando há menor incerteza diante do futuro.

A liquidez da terra é condicionada pela estrutura fundiária da região onde o mercado se localiza. Há uma tendência de que menores áreas tenham um preço por hectare mais elevado, pelo fato das propriedades menores serem mais líquidas. Maior ou menor concentração implica em dinâmicas específicas. No primeiro caso o acesso se restringe basicamente aos grandes capitais, no último, haverá maiores possibilidades para os pequenos capitais, enquanto que para os grandes haverá um custo adicional de aglutinação das pequenas propriedades. Em suma, a estrutura fundiária condiciona a dinâmica do mercado de terras e a sua liquidez, mas são as expectativas mais gerais que estabelecem essa dinâmica.

Finalmente, as expectativas prévias, convertidas nas aquisições de propriedades, consolidadas numa dada forma de apropriação das terras, estabelece a própria estrutura fundiária de determinada região.

### **A = apreciação ou ganho patrimonial com a revenda do ativo**

O ganho patrimonial, como apresentado anteriormente, consiste num fluxo de renda esperado associado à expectativa de valorização quando da revenda do ativo, que para o caso da terra tem uma importância grande. É normalmente um ganho definido ex-post, em função da situação do preço “spot” do mercado específico; na realidade este componente é definido na negociação do ativo no mercado. Por exemplo, se um ofertante se encontra em situação crítica de baixa liquidez, e por isso necessita revender o ativo, normalmente ele abrirá mão do “a” na negociação. Ou se o demandante necessitar daquela terra específica, por exemplo, para ampliar sua capacidade produtiva, este “a” tenderá a ser mais elevado.

“Ao estabelecer seu preço de demanda para um ativo... o agente computa também o possível ganho que obterá quando da sua revenda no mercado “spot”. **Este componente, que normalmente é incluído no q, aqui se explicita... Embora seu valor seja determinado ex-post, isto é, após a realização do negócio, os agentes na realidade incluem uma expectativa deste valor no preço de demanda do ativo, em função do que se espera obter na sua revenda**” (Idem, p. 76).

Como calcular a depreciação da terra? A terra se deprecia? A terra possui valor sem ser produzida. No Brasil, ela apresenta custo de manutenção reduzido, podendo facilmente ser compensado por ganhos produtivos. Qual a origem do prêmio de liquidez e do ganho patrimonial? Existe diferença entre ambos quando se avalia o caso da terra no contexto brasileiro? Porque os seus ganhos são tão significativos? Qual a razão de alguns autores incluírem o ganho patrimonial dentre as rendas esperadas decorrentes da propriedade da terra? Buscaremos problematizar essas questões adiante.

#### 4.2.1.3 A DETERMINAÇÃO DO PREÇO DOS ATIVOS.

Diferentemente da abordagem de Marx, que, munido da teoria do valor e “preocupado com o estabelecimento de leis gerais”, estabelece o tempo médio socialmente necessário como um guia que a concorrência entre os capitais estabelece para os preços de mercado, a abordagem de Reydon, calcada na incerteza e na determinação subjetiva da ação dos agentes que se entrecruzam no mercado, e sensível à particularidade dos ativos e dos seus mercados e por isso busca classificá-los, detalhar seus atributos e descrever as peculiaridades dos mercados em que são negociados para se chegar aos fatores determinantes do preço e observar o seu comportamento. Apesar da fórmula de determinação dos preços ter validade genérica, o preço deve ser analisado concretamente em um mercado específico.

“O preço de qualquer tipo de ativo, apesar de ser genericamente determinável, deve ser analisado, em termos mais concretos, em algum locus de negócios. É na concorrência entre os agentes, ao estabelecer seus preços de demanda e de oferta, que as expectativas se expressam. Para isso faz-se necessário agrupar os ativos, analisando a formação dos seus preços de acordo com as características dos mercados nos quais eles são produzidos e negociados” (idem, p. 77-8).

A partir desses pressupostos Reydon entra em diálogo com três autores pós-keynesianos (Hicks, 1967; Minsky, 1975; Davidson, 1972) que irão fundamentar teoricamente **as distinções entre tipos de mercados e tipos de ativos**.

Com base em Hicks (1974, p. 23) Reydon segmenta **os mercados nas economias capitalistas** em dois tipos básicos: **o de preços fixos**, onde os produtores definem os preços, e **o**

**de preços flexíveis**, ou “mercados especulativos de bens com alta liquidez”, onde os estoques são mantidos com o objetivo de especular sobre os seus preços futuros.

“Os bens com preços fixo, normalmente industrializados, têm seus preços definidos pelos produtores com base no custo total adicionado a um ‘mark-up’<sup>43</sup>. O tamanho deste ‘mark-up’ é determinado pelo poder que a empresa tem de estabelecer preços sem perder o seu mercado. Nos mercados destes bens há manutenção de algum estoque, mas normalmente a manutenção de estoques não é a forma básica de obtenção de lucros, não havendo muito espaço para a atuação de intermediários na comercialização.

Nos mercados de preços flexíveis, ou “mercados especulativos” de bens com alta liquidez, os estoques do bem são mantidos por intermediários com o objetivo de especular sobre seus preços futuros. Portanto, nestes mercados **os agentes planejam estoques, exatamente para atingir este objetivo.**” (idem, p. 78)

Mas afirmar que existem dois tipos básicos de mercados na economia capitalista não responde à pergunta central de Reydon: **como se determina o preço dos ativos?** Recorrendo a Minsky (1975, p. 89), Reydon tenta mostrar a articulação visceral existente entre a **natureza especulativa do capitalismo**, a **determinação do preço dos ativos** e os financiamentos:

“A especulação fundamental da sociedade capitalista tem duas faces: a aquisição de ativos de capital e o pagamento, em dinheiro, dos débitos contraídos para o financiamento da aquisição deste ativo de capital. Se a especulação é bem sucedida, os fluxos de caixa, incluindo a apreciação dos preços dos ativos de capital resultante da aquisição do ativo, são mais que suficientes para o pagamento das obrigações da dívida contraída. Isto irá aumentar o valor principal da firma proprietária; isto é, o valor de mercado de  $q-c+l$  irá aumentar mais do que o custo do investimento”.

O trecho de Minsky revela que para esse autor a economia capitalista é inerentemente especulativa<sup>44</sup> (investe-se sem se ter a certeza de que o retorno será maior que o investimento), que a contração de débitos e a sua quitação em dinheiro (a disseminação do crédito e a monetização geral da economia) é parte vital do funcionamento desse sistema – ligando assim, por exemplo, a produção e a decisão de investir ao capital monetário e à taxa de juros – e por

---

<sup>43</sup> Markup ou Mark Up é um termo usado em economia para indicar quanto, do preço, do produto está acima do seu custo de produção e distribuição. Significa diferença entre o custo de um bem ou serviço e seu preço de venda. Pode ser expresso como uma quantia fixada ou como percentual.

<sup>44</sup> Como veremos adiante, parece que Reydon não leva às últimas consequências essa natureza inerentemente especulativa do capitalismo na sua fórmula de precificação do ativo terra, uma vez que a segmenta em fatores produtivos e especulativos, sem observar que a especulação está já na produção.

fim deixa implícito que existe **um árbitro que medeia todas essas avaliações e costura essa teia de relações: o sujeito investidor, o agente capitalista, a firma capitalista**<sup>45</sup>. Reydon demonstra o papel da subjetividade na formação dos preços:

“Tomando-se como referência inicial que o preço de mercado de um ativo situa-se entre o preço de demanda e o de oferta numa dada transação, e que os preços de demanda e de oferta podem, em princípio e em geral, ser calculados de forma semelhante, concentramos nossa atenção sobre a determinação do preço de demanda. **O preço de demanda dos ativos é determinado essencialmente de forma subjetiva, a partir das expectativas dos agentes econômicos sobre o valor presente de seus rendimentos futuros**, que pode até variar de forma drástica em prazos relativamente curtos. **O elemento central desta formulação é que o conjunto dos agentes, no mercado do ativo em questão, sanciona, via preço de mercado, estes preços estabelecidos subjetivamente**”. Na determinação do preço de demanda, como foi visto, os fatores básicos são as quase rendas líquidas (q-c), a liquidez (l) e o ganho patrimonial esperado (a). Mas se considerarmos que a vida útil do ativo abrange vários períodos, é necessário ter em conta ainda o **fator de capitalização** dos rendimentos futuros dos ativos. (Reydon, 1992, p. 79-80)

O sujeito capitalista, na sua condição de árbitro, estabelece conforme suas expectativas uma espécie de taxa de retorno acima da qual vale a pena correr o risco do empreendimento. Ao final de um tempo ‘t’, e conforme sua convenção esteja correta (caso o estado dos negócios no passado recente não se altere ao longo de ‘t’), o sujeito capitalista deve realizar D-D’, como revelou o trecho de Minsky (1975). A média ponderada das expectativas dos agentes irá dizer para que lado o mercado irá. No encontro entre demanda e oferta se legitima os preços formados subjetivamente. Considerando que “a vida útil de um ativo abrange vários períodos” é necessário levar em conta na contabilidade do sujeito capitalista um **fator de capitalização** dos rendimentos futuros dos ativos, pelo qual a fórmula de precificação dos ativos assume o formato:  $Pd = C(Q-C+L)$ <sup>46</sup>. Se as projeções para o futuro são boas – se os agentes esperam obter mais rendas com a posse do ativo no futuro – o **fator de capitalização** cresce, crescendo também os seus **preços de demanda**, assim como os seus **preços de mercado**. É a taxa de capitalização, na perspectiva pós-Keynesiana, que baliza os preços de demanda à medida que o integra com a incerteza e com a taxa de juros do dinheiro, sendo esta última um macrofator econômico que determina o preço das terras. Esse raciocínio de Minsky, adotado por Reydon, se aplica,

---

<sup>45</sup> Veremos adiante também que o fato de a abordagem pós-Keynesiana não considerar a centralidade do valor trabalho e a distinção de classes na sociedade capitalista trará implicações importantes para a sua forma de analisar o movimento dos preços da terra agrícola.

<sup>46</sup> Onde Pd = preço de demanda do ativo; C = fator de capitalização do ativo de capital; Q, C e L = fluxos de rendimentos esperados (nessa equação o “a” da fórmula anterior, referente à valorização patrimonial, está embutido no Q, as “quase rendas”).

sobretudo, aos **ativos de capital**. E o sucesso da empreitada do sujeito capitalista depende da boa continuidade do ambiente econômico e de “equilíbrio” entre oferta e procura. Em casos extremos de excesso de oferta o poder de barganha dos ofertantes decresce. Em caso contrário, ele sobe.

Dentre os princípios que a Economia conseguiu popularizar está a relação entre oferta e demanda e sua relação com os preços. Considerando a realidade brasileira em termos amplos é difícil pensar situações onde os grandes ofertantes de terra se ponham em condição de inferioridade de poder em relação aos demandantes. Se nos “mercados especulativos” a manutenção de estoques de um bem ou ativo com o objetivo de especular com os seus preços dá a tônica, no Brasil antes mesmo de se estabelecer uma relação entre oferta e procura no mercado de terras boa parte dos estoques de terra no país já possuía donos, que em nenhum momento realizaram um dispêndio de capital para adquiri-las ou precisaram minimamente sentar-se à banca para inteirar-se da taxa de juros da moeda e contratar um financiamento. A economia keynesiana e pós-keynesiana responde a essa questão de forma geral com a **noção de escassez**, pressuposto **implícito na análise dos ativos em geral**.

A escassez é o fundamento para que os ativos em geral possam gerar rendimentos “positivos e maiores do que a taxa de juros do dinheiro” (idem, p. 84), e por isso possam ser demandados. Não faltam trechos em Reydon, assim como está presente em Marx, sobre a idílica histórica da transformação da renda feudal em renda fundiária capitalista. Isso seria suficiente para falar sobre como o monopólio da terra via propriedade privada e o fato dela não poder ser produzida (escassez social e natural) são condições para a existência da renda capitalista da terra. A opção de se deter sobre a noção de escassez metodologicamente e não politicamente, mesmo com a gritante disparidade existente no campo brasileiro, parece mostrar que Reydon crê ser menor do que realmente o é o poder econômico dos proprietários de terra no Brasil. Quando se pensa na grande propriedade privada é difícil pensar a ocasião em que grandes proprietários em número significativo estejam precisando se desfazer das suas terras com urgência tal a ponto de precisarem fazer maus negócios, abrindo mão dos seus “prêmios de liquidez” e das suas “valorizações patrimoniais”. Se os preços de demanda de um ativo tendem a crescer à medida que esse ativo seja mais escasso, a concentração da propriedade fundiária no Brasil dispensa apresentação e empresa tons de sangue a essa lógica aparentemente simples.

Seria demasiado afirmar que Reydon subestima o poder dos proprietários de terra e que camufla bem a sua visão de mundo atrás de uma fórmula se ele não concluísse abertamente que quem define o preço da terra em última instância são os demandantes e que um banqueiro, um grande produtor de soja e um pequeno agricultor possuem a mesma racionalidade diante da posse da terra: a geração de rendas, inclusive especulativas, uma vez que “... **os detentores de terras, independentemente do seu uso, as estocam para venda futura**, quando o preço for mais atraente.” (Reydon, 1992, p. 109). Marx até está de acordo com o fato de que os pequenos

agricultores puxam o preço da terra para cima no mercado de terras ao afirmar que exclui a pequena propriedade das suas análises do comportamento “tendencial” do preço da terra uma vez que o pequeno agricultor a adquire a qualquer preço, mas só o faz porque a terra é o seu meio de reprodução familiar e a renda obtida se subordina a esse princípio maior, o da reprodução, que difere radicalmente da racionalidade da firma keynesiana que tem sua razão de ser na transformação de D em D’.

Acrescente-se a isso que a acumulação primitiva, o roubo e a grilagem já elevaram o poder dos grandes proprietários a níveis tão altos que a lei da oferta e da procura obedece antes de tudo ao chamado usurpador dos donos da terra, simplesmente porque o seu portfólio com preço D’ foi “construído” sem a necessidade de um D que o antecedesse. Não custa lembrar, com Marx, que a produção do capital se deu, antes de tudo, por meios não capitalistas. Na atual quadra histórica brasileira, a rígida manutenção da estrutura fundiária aumenta a liquidez da terra e assegura a sua condição de ativo econômico.

#### 4.2.1.4 O “ATIVO” TERRA AGRÍCOLA: SUAS CARACTERÍSTICAS, SEU MERCADO E FORMAÇÃO DE PREÇOS.

**Esse aspecto da formação histórica da propriedade privada capitalista revela a condição histórica dos “ativos” econômicos em geral.** Prédios, fábricas e máquinas só são capital em determinadas condições históricas. Mesmo no âmbito do modo de produção capitalista, um ativo pode perder a sua condição de capital, a depender das condições da conjuntura econômica. Na abordagem que Reydon se baseia para formular sua tese, a preocupação com o papel dos ativos e suas classificações tem grande relevância, afinal, busca compreender as diversas características dos ativos e, conseqüentemente, **os vários papéis que eles podem desempenhar na lógica econômica a depender da conjuntura** em que se esteja operando<sup>47</sup>.

“Em momentos de grande incerteza e baixa confiança no papel do dinheiro, por exemplo, ativos menos líquidos podem substituir o dinheiro nos seus papéis de medida de valor e de reserva de valor. O próprio Keynes (1936; 241), ao discutir problemas referentes à liquidez, usou como exemplo a terra, afirmando que “a terra partilhou com a moeda da particularidade de ter, em princípio, elasticidades de produção e de substituição muito baixas, e é

---

<sup>47</sup> Para ilustrar o trecho de Reydon, poderíamos pensar no papel do ouro em tempos de incertezas nos mercados financeiros mundiais ou o papel de preservação de capital que a terra desempenhou no Brasil em 1986, quando da edição do Plano Cruzado em um contexto de inflação exacerbada.

concebível que tenha havido na história ocasiões em que o desejo de possuir terras haja desempenhado o mesmo papel que a moeda em tempos recentes, no sentido de manter a taxa de juro a um nível suficientemente alto”.” (Reydon, 1992, pg. 90-91)

Partindo desse raciocínio Reydon adota, a partir de Hicks e Davidson, uma primeira diferenciação mais geral entre ativos reais de capital, que são os bens de capital, e os ativos financeiros, que têm tempo de validade fixado em contrato. **A terra**, se usada produtivamente, pode ser definida **como um ativo real de capital e, portanto, a análise do seu preço pode levar em consideração os efeitos da política monetária e da preferência sobre a liquidez.** Ainda com base nesses autores Reydon considera dois aspectos adicionais na definição dos ativos que são passíveis de aplicação ao caso da terra: **a sua liquidez** e **o objetivo da sua aquisição.**

Como fatores que garantem à terra o status de ativo líquido, Reydon elenca:

- o fato de estar inserida em uma economia de mercado;
- a rígida garantia do estatuto da propriedade privada;
- a existência de um sistema financeiro minimamente organizado;
- o prazo indefinido de “durabilidade” da terra;
- a grande disponibilidade de terras no Brasil, em volume significativamente maior do que o mercado negocia;
- a demanda generalizada por terra, seja por agricultores pobres, seja por grandes empresários e banqueiros;
- a existência de compradores e vendedores que dão continuidade ao mercado.

“Esta definição é de suma importância, pois a análise do ativo terra, como veremos, deve necessariamente levar em conta a **sua dupla classificação**: englobando tanto as características de um **ativo de capital** como as de um **ativo líquido**” (Idem, p. 92).

Reydon, que até aqui está elaborando uma abordagem para explicar os determinantes do preço a terra, sobretudo os especulativos e os expectacionais (relacionados às expectativas dos agentes), superando a abordagem que vê exclusivamente na renda da terra a explicação do seu preço, começa a revelar – a partir das características do ativo terra – o espaço que existe para a especulação com os seus preços no mercado. É especialmente a sua característica de ativo líquido – com todos os seus pressupostos elencados acima – e o fato de não ter um preço de produção fixado (mercados de preços flexíveis) que **abre o flanco do ativo terra para a especulação no mercado**<sup>48</sup>. Pelo que e pode “classificar a terra como sendo um ativo líquido,

---

<sup>48</sup> Fica

que pode ser adquirida para garantir um ganho ao final de algum período com sua revenda, além de eventualmente gerar fluxos de renda durante a sua vida útil” (Idem, p. 94). Nesse trecho a propriedade da terra de gerar fluxos de renda constantes (quase-rendas “q”) é apenas uma eventualidade considerada. O foco está nos ganhos que ela pode oferecer por conta da sua liquidez, seja o seu prêmio de liquidez “l” ou o seu ganho patrimonial “a”.

Desenvolvendo a sua análise, Reydon observa que **o objetivo que os agentes têm com a aquisição pode afetar o tipo de terra a ser demandada, o que se refletirá na dinâmica e no preço de terras de mercados específicos**. Embora na sua busca metodológica o autor identifique a partir de Hicks (1967) que os ativos podem ser classificados, de acordo com o objetivo da sua aquisição<sup>49</sup>, em **ativos correntes** (que garantem as atuais necessidades de produção/financiamento do seu portador), **ativos de reserva** (mantidos para necessidades de situações emergenciais) e **ativos de investimento** (mantidos pela expectativa de que gerarão lucros no futuro), **ele afirma categoricamente que “... os detentores de terras, independentemente do seu uso, as estocam para venda futura**, quando o preço for mais atraente. Novamente, dependendo do objetivo da aquisição, pode-se diferenciá-los numa gradação: assim, **todos são intermediários, mas alguns são também produtores**” (Idem, p. 109). E acrescenta:

“A liquidez do ativo terra é assegurada, independentemente dos objetivos que o agente tenha para a sua obtenção... Em suma, **tanto um grande produtor de soja quanto um banqueiro, ou um pequeno agricultor de subsistência, adquirem terra porque esta gera fluxos de renda, por ser tanto um ativo de capital, quanto um ativo líquido**” (idem, p. 94).

Como se pode notar, se Marx excluiu a pequena propriedade fundiária do seu breve comentário sobre os determinantes do preço da terra, considerando que os produtores a compram a qualquer preço por ela ser o seu principal instrumento de trabalho, Reydon caminha na contramão, buscando identificar os determinantes especulativos e expectacionais do preço da terra e considerando a existência de uma única racionalidade a mover os agentes que se

---

<sup>49</sup> Embora discordemos de Reydon quanto à racionalidade única dos agentes como intermediários em geral no mercado de terras, e quanto ao peso da demanda na definição dos preços, a distinção dos objetivos da aquisição de terra é um argumento interessante e que dialoga com o processo de ocupação e formação dos territórios agrários paranaenses, uma vez que foi possível identificar tanto no campo quanto nas fontes bibliográficas a simultaneidade da ação de diferentes classes na estruturação do território paranaense. Porém, não houve alternância de agentes em destaque no mercado, uma vez que dele participavam ao mesmo tempo: empresas colonizadoras, grandes fazendeiros e camponeses, todos juntos empurrando a marcha do café ou da soja, mas com uma clara hierarquia na determinação dos caminhos do mercado de terras: o Estado e as Empresas Colonizadoras decidiam, às vezes de formas sombrias, pra que lado o mercado de terras e o seus preços deveriam andar. No fim, embora os diversos interesses das classes atuantes no campo interfiram no seu preço, os determinantes gerais não são alterados por essas particularidades.



encontram no mercado de terras, sejam eles banqueiros ou camponeses: todos promovem estoques de terra em busca de uma venda futura que seja vantajosa, afinal o perfil da terra como ativo (ativo líquido, além de ativo de capital) abre espaço para a especulação. Para o autor, em qualquer mercado, os agentes, ao tentarem prever o futuro, estão na verdade tentando adivinhar o que irá acontecer com os seus concorrentes diretos e, portanto, se as opiniões convergem, teremos uma tendência clara dos preços, e que se por outro lado eles divergem os preços poderão oscilar. Quanto maior o peso de mercado dos agentes que têm expectativas voltadas em uma mesma direção, mais forte será o movimento do mercado.

“Esta idéia é baseada em Keynes, segundo o qual, pelo menos nos mercados financeiros (de títulos com liquidez), os agentes buscam conhecer a opinião média, e é com base nesta opinião, em muitos casos, que as decisões são tomadas e que são estabelecidos os preços<sup>53</sup>.”

<sup>53</sup> Segundo Possas (1989<sup>a</sup>: 12/13), o conceito pode ser estendido a outros mercados, além dos financeiros: “Se a incerteza é compartilhada pelos agentes e não pode ser suprimida por mais informações, e se os efeitos das decisões dos agentes afetam a todos – especialmente os que atuam no mesmo mercado -, é lógico que se busque conhecer a opinião média dos participantes dos mercados a respeito de perspectivas futuras; se tal média for bastante representativa – isto é, se a dispersão em torno a ela for reduzida – estará indicando uma convergência, e portanto uma tendência provável do mercado em termos das variáveis consideradas. A este procedimento coletivo e interativo de formação de expectativas Keynes denominou **convenção**.” (Reydon, 1992, pg. 107)

Reydon se utiliza do argumento de Possas para estender o argumento de Keynes e concluir que esse mecanismo expectacional e especulativo da definição dos preços de mercado dá a tônica em todos os mercados, do mercado financeiro ao de terras. Ou seja, a concepção que é estabelecida para o caso do mercado financeiro, onde atuam majoritariamente grandes capitalistas, banqueiros e uma classe média alta urbana e bem escolarizada, é extrapolada para todo o universo das classes e dos grupos sociais:

**“Em qualquer caso, porém, a terra terá sempre um preço de mercado determinado pelo conjunto das expectativas dos agentes que atuam no mercado, havendo transações sempre que o preço de demanda de um agente exceder o preço de oferta do outro. Isto pode ser observado pelo fato de que, em qualquer região, as pessoas que atuam no mercado têm uma noção clara do seu preço, mostrando que há efetivamente um preço médio que é aceito como sendo o preço mínimo de oferta de uma dada terra<sup>54</sup>.”**

<sup>54</sup> Cabe ressaltar que os preços da terra agrícola coletados pela CEA/FGV e pelo IEA são obtidos na forma de um levantamento que os pesquisadores

fazem junto aos **corretores e fazendeiros, havendo normalmente uma convergência destes preços, o que indica ser este preço de oferta estabelecido para aquela região**, para cada tipo de terra, num dado momento”. (Reydon, 1992, pg. 107-8)

Reydon toma como dado o preço da terra estabelecido pelo mercado, num encontro bem aventurado de ofertantes e demandantes. As pesquisas empíricas sobre como se comportam os agentes no mercado não estão tão certas disso. Em *Finanças Comportamentais*, Aquiles Mosca cita alguns estudos que mostram como o preço de oferta é um forte indutor da avaliação subsequente que corretores e compradores farão para um mesmo ativo.

“Para ver como a ancoragem influencia a estimativa do valor de um ativo, podemos recorrer a um estudo feito por G. Northcraft e M. Neale (1987) tendo por base o setor de imóveis como foco de um investimento. Os pesquisadores pediram para profissionais do setor imobiliário (analistas, corretores e agentes) estimarem o valor de uma casa que haviam acabado de visitar. Ao final da visita, e antes de darem sua avaliação de preço justo para o imóvel, os profissionais receberam um panfleto repleto de informações objetivas sobre a casa em questão, dentre elas o preço pedido pelos proprietários. Os pesquisadores dividiram os avaliadores em dois grupos, o primeiro recebia o panfleto com um preço pedido pelos proprietários de \$65.900, enquanto o outro grupo recebia o mesmo panfleto, porém dizendo que o preço pedido pelos proprietários era de \$83.900 (27,32% maior que o preço visto pelo primeiro grupo de profissionais). O primeiro grupo... fez em média para o imóvel em questão uma estimativa de preço justo de \$67.811. Por outro lado, para o segundo grupo... a estimativa de preço justo para o imóvel foi de \$75.190 (12% maior que a avaliação do primeiro grupo). É de espantar que tendo visitado o mesmo imóvel, lido as mesmas informações objetivas no panfleto, a diferença do preço pedido pelos proprietários (único ponto distinto entre os dois e a âncora nesse estudo) tenha gerado tamanha diferença nas avaliações médias dos profissionais que participaram do estudo”. (MOSCA, 2009, p. 82)

Reydon, acreditando na ausência de influência do preço de oferta sobre o preço de demanda, ou dito de outra forma, crendo no bem-aventurado encontro das expectativas de mercado dos agentes, dobra a sua aposta e então conclui que uma vez estabelecido o preço de encontro entre oferta e demanda, os demandantes terão um papel fundamental na determinação do preço final do ativo à medida que concorrerem entre si para adquirirem o ativo em questão. Quanto mais vigoroso for o leilão, melhor para o ofertante que receberá um generoso prêmio de liquidez “l” e uma generosa valorização patrimonial “a”.

**“Mas o fato da terra ser um ativo líquido faz com que a demanda cumpra um papel crucial na determinação do seu preço.** Licha (1989: 80)

mostra que nos ‘mercados de ativos altamente líquidos os demandantes são aqueles que estabelecem as condições de mercado, pois sua concorrência determina a taxa de rentabilidade que pagarão para dispor do ativo. **Os ofertantes só realizam as decisões dos demandantes**, decidindo se oferecem ou não o ativo. Suas decisões são ex-post, à diferença dos demandantes, que são ex-ante’...

“A concorrência entre os demandantes, em diferentes circunstâncias, pode fazer com que o mercado funcione como um leilão entre os agentes, elevando os preços a níveis significativamente superiores aos inicialmente estabelecidos pelos ofertantes”. (Reydon, 1992, p. 109-110)

Diante dos resultados apresentados por Aquiles Mosca, não podemos concordar que os ofertantes só realizam as decisões dos demandantes, só se por essa sentença entendermos que os ofertantes – de posse do monopólio da propriedade privada da terra – estabelecem o preço que bem lhe aprouver e, em seguida, cabe aos demandantes se subordinarem em concorrência ao poder da propriedade da terra no Brasil. Por esse viés, ex-ante é a posição dos ofertantes, enquanto que ex-post é a posição dos demandantes, que precisam “comprar a qualquer preço”. Dessa formulação pode-se abrir o questionamento de se a abordagem pós-keynesiana de formação de preços baseada em expectativas, incertezas e convenções não é uma forma de conservar as expectativas racionais dos agentes da economia neoclássica em um novo formato mais sofisticado. Mantém-se em voga algum tipo de idealismo no momento mágico em que expectativas de ofertantes e demandantes se encontram. Não há sequer um rastro de violência ou roubo. Eis um procedimento comum à economia burguesa: muda-se para conservar. Mesmo na convenção formada no tempo presente existe muito de arbitrário na definição dos preços da terra agrícola, arbitrariedade em torno da qual se reuniram – pelo menos na história do “Norte do Paraná” durante a expansão cafeeira – imobiliárias, fazendeiros e o Estado. Nos tempos da soja parece que por outros mecanismos conserva-se com esmero o estado de coisas construído por vários meios, conforme já discutimos no segundo capítulo.

Não obstante o argumento da psicologia comportamental do mercado já dar um indício da fragilidade das teses de Reydon, se colocarmos o poder dos ofertantes de definirem o preço no contexto sangrento da propriedade privada da terra no Brasil ela mostra sua completa inadequação. A abordagem microeconômica de Reydon,

“... se dá conta do comportamento individual de um capitalista num mercado localizado, não dá conta da totalidade do movimento, ao não permitir um imbricamento analítico com um perfil social excludente. Noutras palavras, qual a relação do modelo social aprofundante da heterogeneidade estrutural com o mercado de terras? **Ao particularizar o individual e pelo fato de não realizar o movimento de inserí-lo no todo**, a formulação de REYDON (1992) **descola-se das condições concretas da realidade brasileira...**

“A análise de REYDON (1992) não dá conta de propiciar a compreensão da realidade excludente brasileira por **faltar-lhe visão da totalidade**, mas tem a **grande contribuição de ter desvelado a terra como ativo.**” (GONÇALVES, 2011, p. 11)

O comentário de Gonçalves dá uma medida do equívoco histórico e metodológico da aplicação de uma abordagem microeconômica de base pós-keynesiana à realidade agrária brasileira, onde os preços são sustentados em patamares sempre elevados, mesmo em meio a crises, uma vez que o estoque de terras é alto e concentrado nas mãos de grandes proprietários, o número de negócios é reduzido e a demanda não se mostra cadente. Sendo assim, formam-se condições ideais para a extração de renda por parte dos grandes proprietários. Para Gonçalves (2011), por outro lado, Reydon tem duas contribuições a dar com a sua tese, que são: a de demonstrar o caráter da terra como ativo e a de evidenciar o caráter pró-ciclo econômico da terra na história recente do Brasil.

“A partir do exposto, pode-se afirmar que a terra tem uma dupla determinação – enquanto ativo líquido e de capital – de seu preço. Como se concilia isto? A própria apresentação anterior mostra o caminho a seguir na interpretação dos determinantes do preço da terra: tanto os ofertantes como os demandantes de terra operam num mercado de ativos líquidos de capital, com preços flexíveis, ao qual comparecem com seus preços de oferta e de demanda, determinados pelo valor presente dos rendimentos futuros ( $q-c+l+a$ ), esperados da posse da terra, provenientes tanto de sua utilização produtiva (rendimentos líquidos  $q-c$ ) quanto especulativa (rendimentos  $l+a$ ).” (idem, p. 109-110)

Mostrar que, quando se produz commodities (mercadorias para as quais existem mercados futuros financeiros), nas quase-rendas obtidas com a terra pode estar inserida a especulação; bem como mostrar que nos rendimento “l” e “a”, a princípio especulativos, podemos ter algo de produtivo, a exemplo da valorização patrimonial indireta decorrente da circulação do capital fixo de larga escala construído pelo Estado ou por empresas privadas nas vizinhanças de uma propriedade privada, pode ser um indício de que mesmo a abordagem da terra como ativo que seria a contribuição do trabalho de Reydon, às vezes pode mais limitar a análise do que ajudar.

“Esta distinção de origem pós-keynesiana, entre **ativos líquidos e ativos de capital**, tem apenas o objetivo de facilitar a interpretação analítica dos determinantes do preço da terra, uma vez que esta se diferencia de outros ativos pelo fato de sofrer dois tipos de efeitos, muitas vezes contraditórios, das mudanças no grau de incerteza da economia. Por exemplo, um aumento

deste último tanto pode acarretar uma queda no preço da terra, associada à sua natureza de ativo de capital, devido ao aumento da preferência por liquidez, quanto uma elevação, associada a sua natureza de ativo líquido". (idem, p. 111)

Ainda nesse caso, a lógica que Reydon percebe já havia sido percebida por David Harvey em *Os Limites do Capital*, embora não tenha voltado o seu "insight" para a realidade brasileira, o que parece sugerir que a análise marxista sobre o preço da terra tem muito mais a contribuir do que a análise de Reydon sugere.

#### 4.2.1.5 A APLICAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS PÓS-KEYNESIANOS AO CASO DO PARANÁ: O ESTUDO DE REGINA MALASSISE.

O estudo de Regina Malassise mencionado no início deste capítulo concluiu que 5 fatores determinaram 84% do movimento dos preços das terras no Paraná entre 1999 e 2010, além da constatação do efeito da espacialidade e da convergência de preços, que podemos resumir da seguinte forma:

1. o **valor bruto da produção agropecuária**, representando as quase-rendas "q",
2. a **valorização patrimonial**, representando "a",

As variáveis representativas de liquidez, quais sejam:

3. o **financiamento** total à agropecuária,
4. a relação **investimento-receita municipal**,
5. o **percentual da área plantada** do município **com soja**,

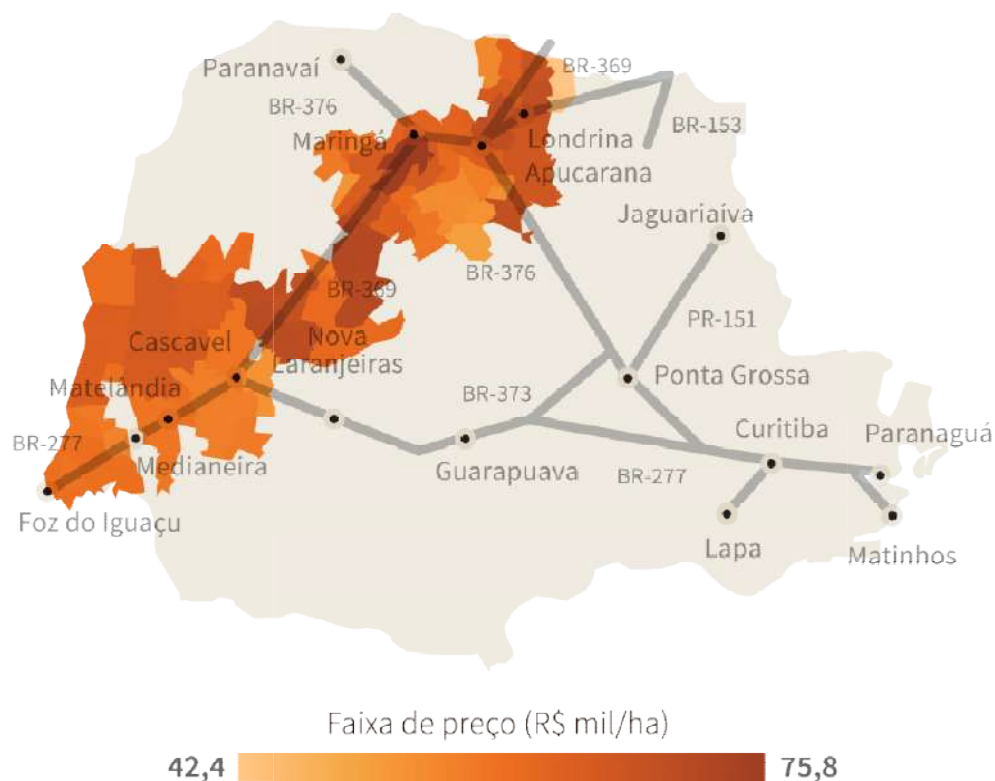
Além da incorporação da **dependência espacial**, que explica parte significativa dos preços das terras.

No período (1999-2010) ainda se pôde verificar a existência de **convergência espacial nos preços das terras** nos municípios do Paraná, significando que a variável preço da terra com valores distintos entre regiões teria suas diferenças diminuídas com o decorrer do tempo, **tendendo à homogeneização**.

No estudo ao qual tivemos acesso a autora não apresenta o painel espacial de dados com os preços das terras nem a fonte de dados para os preços das terras que foi utilizada.



**Figura 19.** Preço das terras agrícolas propícias à exploração agrícola intensiva no Paraná.



**Fonte:** GAZETA DO POVO (2017).

Suas constatações sobre a espacialidade do preço da terra ainda permitiriam pensar diretrizes para a política agrícola do Paraná, favorecendo-se “dos efeitos de transbordamentos que tais políticas possam proporcionar”, a exemplo de políticas para a agricultura familiar em municípios que não produzem *commodities* e o preço da terra esteja desvalorizado, a dotação de infraestrutura logística ferroviária ligando os municípios de maior vocação agrícola para grãos, a priorização de financiamento agropecuário aos municípios com terras menos valorizadas, entre outras propostas que permitiriam uma governança melhor a partir do conhecimento do que determina o preço das terras (2015, p. 664).

Em linhas gerais o estudo de Regina Malassise buscou quantificar os determinantes do preço da terra agrícola a partir de métodos da econometria aplicados ao espaço (Econometria Espacial). Diante de uma vasta bibliografia nacional que apontou uma série de fatores que explicariam o preço da terra agrícola em cada momento histórico a autora fez uma seleção de

variáveis estatísticas disponíveis em bancos de dados oficiais e após um teste prévio<sup>50</sup> para avaliar quais delas apresentavam adequação estatística ao modelo proposto e dados disponíveis em quantidades suficientes, selecionou 10 variáveis para “rodar” o seu modelo. Além das 5 variáveis que explicaram a variável preço, outras 4 foram incluídas no modelo mas não apresentaram correlação significativa com os preços, a saber: Imposto Territorial Rural (ITR), **Eletrificação Rural**, **Produtividade** da Soja e o **Tipo predominante de Solo** do Município.

Segundo a autora, apesar de estarem bem avançadas, as discussões sobre o preço da terra ainda são carentes de **análises empíricas** e o **atributo localização**, em especial, pode ser trabalhado com técnicas mais sofisticadas, que até então não haviam sido implementadas nos estudos sobre o tema. O seu estudo se propôs a dar uma contribuição nesses dois aspectos – o de quantificar os determinantes do preço da terra e avaliar os efeitos da espacialidade – além de deixar em aberto novas possibilidades de pesquisa, a exemplo da inclusão da **convergência** do preço da terra como variável explicativa em novos modelos de determinação dos preços. Ao lado dessas questões que considera especiais e das variáveis que efetivamente usou no seu estudo, a autora indica uma lista de outras variáveis que poderiam ser trabalhadas em modelos estatísticos: a localização física do espaço produtivo, a infraestrutura, o grau de urbanização, a proximidade de mercado consumidor, clima e cultura propícia, além de variáveis de cunho político e econômico, como juros, políticas de apoio à produção e/ou áreas de produção de produtos específicos, além de indicadores ambientais.

A pesquisa de Regina Malassise assenta seus ganhos sobre um modelo econométrico com variáveis espaciais. De grande valor no âmbito da economia, especialmente na tradição de pesquisa científica norte-americana – abundante no uso de estatísticas – o modelo incorre em um problema de princípio: a atemporalidade da sua análise leva ao equívoco de tomar efeito como causa. A profusão de variáveis possíveis de explicarem o preço da terra leva a uma situação tautológica onde o preço da terra – manifesto em vários fenômenos (infraestruturas existentes, lavouras predominantes, urbanização, entre outras) – explica o próprio preço da terra.

O debate teórico dos clássicos é colocado em segundo plano, seja em função de, supostamente, explicarem exclusivamente o preço da terra pela via da renda fundiária ou pelas suas considerações serem em demasiado gerais. Como fundamento teórico das suas análises, a autora buscou em Reydon e em Keynes as considerações de que a terra é precificada a partir das suas características de ativo de capital e ativo líquido; contudo, ao tentar traduzir as considerações de cunho pós-keynesiano para o seu modelo econométrico a autora realiza uma transição que pode incorrer em problemas, a de se valer de um ferramental desenvolvido para análise dos preços em mercados e em momentos históricos específicos para uma análise de

---

<sup>50</sup> “AEDE (Análise Exploratória de Dados Espaciais) é uma etapa prévia e necessária aos estudos que utilizam o instrumental da Econometria Espacial, pois permite conhecer a distribuição espacial das variáveis, identificando a importância da incorporação de cada uma delas ao modelo”, (Idem, p. 656).



caráter mais amplo, dedicada a analisar o comportamento do preço das terras no Paraná como um todo. Se, por um lado, desvirtua a abordagem de Reydon, por outro não se livra das suas insuficiências, como a ausência da categoria totalidade como mediação das suas análises.

Por essas razões, o estudo de Malassise resulta em um quadro estatístico do preço da terra no Paraná que se limita a verificar os efeitos de fenômenos que não se propõe a explicar, mas apenas constatar. Importa dizer que apesar de enxergamos limitações teóricas e contradições na abordagem que Reydon (1992) constrói, quando volta suas análises para mercados específicos em situações históricas específicas (Araçatuba-SP, Petrolina-PE e Juazeiro-BA) Reydon capta importantes processos históricos de formação das suas estruturas fundiárias e da dinâmica dos preços nos seus mercados de terras. Cabe dizer, por fim, Reydon está ciente da insuficiência da sua abordagem para captar os movimentos mais gerais dos preços das terras em escalas mais amplas (regionais e nacionais).

#### 4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PREÇO DA TERRA AGRÍCOLA A PARTIR DE MARX E HARVEY.

##### 4.3.1 ACUMULAÇÃO DO CAPITAL, PROPRIEDADE CAPITALISTA DA TERRA e AGRICULTURA.

Em sua análise sobre a transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, Marx observa que **a propriedade da terra, o capital e a usura do comerciante foram tanto uma pré-condição como um produto do modo de produção capitalista.** Historicamente a propriedade privada da terra desempenhou e continuar a desempenhar **o papel de produzir o trabalhador assalariado.** Além dessa função basilar, a propriedade privada da terra também constitui **uma base ideológica referencial** para outras formas de propriedade privada. As formas de propriedade comunais com as quais o capital se deparou (e em certa medida ainda se depara) não eram apropriadas ao pleno desenvolvimento da economia moderna, de modo que onde não estavam dadas as condições de separação entre o solo como meio de produção e a propriedade da terra coube ao capital criá-las.

Segundo Harvey (2013), vários processos sociais levaram a subjugar o poder da terra ao poder do dinheiro, envolvendo: **o aumento da troca de mercadorias, a difusão das relações monetárias, o crescimento do sistema de crédito, o atrativo da terra como um investimento, tornando-a vulnerável ao capital excedente, o crescimento dos mercados**

**hipotecários, a taxação da terra como um bem financeiro.** Mas foi, sobretudo, **a necessidade de revolucionar as forças produtivas sobre a terra** que talvez tenha sido o principal motor a obrigar a redução do feudalismo à condição de um mero bem financeiro. As formas tradicionais de exploração não satisfaziam mais as necessidades do capital em geral, **a oferta de alimentos e matérias-primas.**

Porém, **a penetração das relações capitalistas no campo se fez de maneira irregular** e em contextos históricos e lugares específicos resultou em infinitas variações e graduações na sua aparência, uma complexidade que poria o desafio de um exame empírico cuidadoso. Harvey conclui ser “difícil localizar dentro dessa história a lógica de uma transformação necessária do feudalismo em sua forma capitalista” (2013, p. 446). O próprio Marx se pôs contra os que pretendem usar o seu esboço histórico para a Inglaterra como um guia do caminho necessário da transformação necessária da propriedade feudal na propriedade capitalista. O caso inglês poderia apenas servir como um caso exemplar das diversas possibilidades que esse processo histórico poderia assumir. Realidades históricas distintas, bem como análises diversas dos escritos de Marx resultaram em interpretações divergentes sobre a posição e o futuro dos proprietários de terra no modo de produção capitalista.

Apesar disso, Harvey (2017) afirma que sob a aparente diversidade processual e empírica de transformação da propriedade da terra na sua forma “puramente” capitalista, é possível identificar um processo unificador de tais realidades. **Usando o exemplo da Grã-Bretanha,** Harvey nota que sob o título de proprietários de terra se reúnem cada vez mais agentes econômicos que não constituem uma classe homogênea com interesses semelhantes, porém, que têm como principal característica direcionadora do seu comportamento “independente de quem exatamente eles são e o que ditam seus interesses imediatos... a tendência crescente para se tratar a terra como um mero bem financeiro. Aqui está a chave e a mecânica da transição para a forma puramente capitalista da propriedade privada na terra”.

Para Marx (O Capital, III, p. 808), a propriedade privada da terra assegura ao seu comprador “um direito de receber uma renda anual”. Esse fluxo de renda, segundo Harvey (2013, p. 447) pode ser considerado como o juro sobre algum capital fictício. À consciência e à prática cotidiana do comprador a renda se apresenta do ponto de vista contábil como o juro sobre o dinheiro investido na aquisição da terra, não diferindo de outros investimentos financeiros (como na dívida do governo, nas ações, entre outros).

“O dinheiro investido é, em todos os casos, capital que rende juros. A terra se torna uma forma de capital fictício e o mercado imobiliário funciona simplesmente como um ramo particular – embora com algumas características especiais – da circulação do capital que rende juros. Nessas condições, a terra é tratada como um simples bem financeiro que é comprado e vendido segundo a renda que ele produz. Como todas essas formas de

capital fictício, o que é negociado é um direito sobre as receitas futuras... sobre o trabalho futuro...”<sup>51</sup>. (Harvey, 2013, p. 447-8)

Se não é exclusividade da terra se tornar um ativo financeiro, no caso dela esse fato ganha uma importância singular dada a natureza do monopólio da terra, criando oportunidades de apropriação de renda que não surgem no caso outros tipos de bens financeiros.

“O controle do monopólio pode surgir em qualquer setor, é claro, mas é um aspecto crônico e incontornável que inevitavelmente contamina a circulação do capital que rende juros mediante a aquisição de terra. **As “formas insanas” da especulação** e a “altura da distorção” **atingida dentro do sistema de crédito** (ver capítulo 10) **estão propícias, por isso, a serem grandemente ampliadas no caso da especulação em rendas futuras**. A integração da posse da terra dentro da circulação do capital que rende juros pode abrir a terra para o fluxo livre do capital, mas também a abre para o pleno jogo das contradições do capitalismo. O fato de ela fazer isso em um contexto caracterizado pela apropriação e pelo controle do monopólio **garante que o problema da especulação da terra adquira uma profunda importância dentro da dinâmica instável geral do capitalismo**”<sup>52</sup> (idem, p. 449-50).

Por se tratar de um “ativo” com disponibilidade limitada, a terra apresenta oportunidades especiais aos seus possuidores para extração de renda. Por trabalhar com um ativo dessa natureza, o mercado de terras então será suscetível a fortes movimentos especulativos e para Harvey esse problema assumirá grande importância dentro da dinâmica instável geral do capitalismo. Como se verá, além do papel de **produzir o trabalhador assalariado** e da **justificação ideológica** que empresta a outras formas de propriedade, a **propriedade privada da terra** também tem papel importante na orientação dos fluxos de capital em busca de valorização mediante a terra. Os **mercados de terra** ao negociar **as rendas futuras da terra** serão o **termômetro dessa dinâmica** e da **sua expressão geográfica**.

---

<sup>51</sup> Na sequência, Harvey comenta: “Marx não chega a essa conclusão diretamente, embora haja várias sugestões espalhadas no seu texto para sugerir que o comércio de terra pode na verdade ser tratado como uma forma de capital fictício<sup>60</sup>... Está claro que a forma capitalista da propriedade privada seria impensável na ausência de um sistema de crédito sofisticado e totalmente abrangente. Marx explora pouco essa ideia” (idem).

<sup>52</sup> Se a especulação com terras, o seu mercado e os determinantes especulativos do seu preço não foram o foco de Marx, em *Os Limites do Capital* Harvey nota a sua importância para o capitalismo em geral pelo menos 10 anos antes da publicação da tese de Reydon (1992).

Ao considerar **a aberração que é a categoria renda da terra** e o fato do preço da terra ser definido com base na sua capitalização, Marx mostra como os apologistas usaram esse argumento para justificar a existência da própria propriedade da terra. A renda é a justificativa da propriedade uma vez que o proprietário pagou por ela, como pagaria por qualquer outra mercadoria. A maior parte da propriedade fundiária trocou de mãos dessa maneira e é “aceitável” que se possa pensar assim. Aos olhos dos compradores, a obtenção da renda estará assim naturalizada, uma vez que ela será a justa remuneração – os juros – pelo investimento de capital feito na compra da terra. Porém, “deduzir da compra e da venda da renda fundiária a justificativa da sua existência significa, em geral, **justificar sua existência a partir da sua existência**” (idem, p. 685).

Além de desempenhar um claro papel ideológico, essa forma de enxergar o rendimento obtido com a propriedade da terra – reunindo-o por inteiro sob **o rótulo de juros sobre o capital aplicado** – tem o agravante de, **além de nublar a origem da renda da terra, tornar opaca também a distinção entre as várias formas de renda**. De comum, as formas de renda da terra têm o fato de pressuporem a propriedade privada, mas por serem manifestação do processo social de produção sob o capitalismo e do seu desenvolvimento, elas também assumem aspectos distintos em suas dinâmicas. Marx se propunha a limpar esse terreno e avançar sobre o legado da economia política.

Na sua empreitada Marx **ainda secundarizou análise dos determinantes especulativos do preço da terra**, considerando “apenas” como determinantes gerais dos seus preços a capitalização da renda, os juros sobre o capital investido e a taxa de juros geral da moeda. A exclusão dos determinantes especulativos é justificada: “é preciso afirmar que o preço daquelas coisas que não têm valor em si mesmas, isto é, que ao são o produto do trabalho, como o solo... pode ser determinado por combinações muito fortuitas. Para vender uma coisa, é preciso apenas que ela seja monopolizável e alienável”<sup>53</sup> (Marx, 2017, p. 695). Por essa razão, buscar todas as nuances que justifiquem as oscilações dos preços dos bens que se enquadram na definição de monopolizáveis e alienáveis (como é o caso especial da terra) não era o foco de Marx.

**No caso do “norte” do estado do Paraná, como já tratamos no capítulo anterior, a terra foi transfigurada em propriedade privada de maneira acelerada no século XX** pelos mais diversos meios. Nas antigas áreas cafeeiras mesclou-se na formação das propriedades a grilagem de terra, a regularização de posses e a compra de pequenos lotes por parte de migrantes. A “caça ao húmus” que se deu nessas terras foi levada adiante por uma série de interesses que naquela quadra histórica podiam ser, não sem conflitos, conciliados dada a

---

<sup>53</sup> Traduzindo a afirmação de Marx para o referencial pós-keynesiano de Reydon (1992): para vender uma coisa é preciso apenas que o produto seja escasso e líquido, num mercado de preços flexíveis.

conjuntura econômica: interesses de fazendeiros, colonos, colonizadoras e do Estado. Monbeig observa muito bem o caráter especulativo que o processo assumiu:

“o movimento de conquista do solo entre 1890 e 1900 foi uma vasta especulação financeira... o dinheiro criava ambiente próprio à especulação... uma fazenda comprada por 230 contos de réis, revendida por 500 e transferida a um terceiro por 1000 contos, tudo em alguns anos. Com os lucros de tais especulações, comprava-se terras virgens e plantavam-se milhões de pés de café”. (Monbeig, 1984, p. 108)

Empresas colonizadoras monopolizavam imensas porções de terra a preços baixos com a autorização do Estado e o afluxo de compradores sustentava a dinâmica de preços. No caso do “Norte paranaense”, como demonstrado por Padis (1981), o parcelamento da terra em pequenos lotes tornava seu preço acessível aos imigrantes, ainda que embutido nesse preço já estivesse um ganho extraordinário que seria apropriado pelas empresas colonizadoras. “O aumento dos preços nem por isso desencoraja os compradores. Ao contrário, concorre para infundir confiança e precipitar o movimento de imigração. Se sobem os preços, é que o patrimônio prospera... É fácil o dinheiro. Magnetiza a especulação para o novo patrimônio, todos esperam fazer fortuna rapidamente” (Monbeig, 1984, p. 357). As colonizadoras levantavam imensas somas de capital monetário que ficava disponível para ser reinvestido em outras atividades que aumentavam a dinâmica da região e colateralmente perpetuava o movimento especulativo com terras. A inércia geográfica do movimento obedeceu em linhas gerais à “vocação histórica do período burgu es”, qual seja “a acumula o pela acumula o”<sup>54</sup>.

A fase mais intensa da ocupa o do “Norte paranaense” se deu entre os anos 1920 e 1960. Na década seguinte, quando modelo agrícola da revolu o verde penetrou com velocidade no território paranaense, as fronteiras agrícolas desse estado estavam praticamente fechadas. **Daí em diante outras tendências começaram a ganhar força nesse estado, como a amplia o da área produzida no interior das propriedades, a concentra o de terras e a seletividade no uso do solo com incremento da produ o de grãos, conforme os ditames do mercado. A cria o de um sistema nacionalizado de crédito voltado a estimular a produ o de *commodities* agrícolas intensificou o processo de transforma o da terra em ativo financeiro. A terra passaria a ser usada como meio privilegiado para adquirir dinheiro a juros subsidiados, o que fazia da propriedade da terra um negócio altamente lucrativo, transformando a sua concentra o no principal indicativo da concentra o de capitais no campo.** A burocracia envolvida na contrata o dos créditos e o privilégio dado aos

<sup>54</sup> MARX, Karl, O capital, Livro I, 2013, p. 670. (*Limits*, 227).

proprietários de médio e grande porte favoreceram “aqueles que ‘naturalmente’ possuíam vocação para os negócios”. A crise do café que se desenrolava era um prato cheio para os agricultores que conseguiam fazer uma transição bem sucedida para as culturas mecanizadas de exportação: a crise liberava inúmeros lotes de terras para venda, ao mesmo tempo que liberava força de trabalho do campo, mobilizada agora para as cidades e para o trabalho volante no campo. Nesse contexto, o uso da terra para adquirir dinheiro em condições favoráveis era um grande motor da especulação no mercado de terras e da sua concentração.

#### 4.3.2 A TEORIA DA RENDA CAPITALISTA DA TERRA.

Os escritos de Marx sobre a teoria da renda da terra e sobre o papel específico do feudalismo no modo capitalista de produção são incompletos e foram publicados postumamente<sup>55</sup>. Alguns autores tentam deslindar os caminhos por onde Marx estava a andar. **Para Harvey (2017), a chave para o aparente dilema de Marx** entre considerar a classe de proprietários de terra como uma classe parasitária ou enxergar algum papel positivo por ela desempenhado<sup>56</sup> (o papel da renda nas relações capitalistas produtoras de valor) **parece estar no papel que a terra desempenha como um ramo particular da circulação do capital que rende juros, sendo o mercado de terras um coordenador** da circulação desses fluxos em busca das rendas futuras que a terra pode oferecer, desenvolvendo a agricultura e gerando uma “organização espacial “apropriada” das atividades”<sup>57</sup>.

Enquanto **Reydon (1992) e Malassisse (2015)** tinham propósitos muito específicos em torno dos **determinantes do preço da terra**, inclusive os especulativos, Marx estava em busca da análise científica da renda da terra e da propriedade fundiária tendo por base o modo de produção capitalista. **A primeira pergunta a ser respondida, para Marx, era explicar como a terra comercializada como mercadoria podia possuir um preço sem possuir valor**, uma vez que não era produzida pelo trabalho humano como as demais mercadorias. Na sua teoria,

---

<sup>55</sup> Em *Os Limites do Capital*, o geógrafo britânico David Harvey tenta deslindar, apoiado em outros autores que debateram a obra de Marx, as conclusões a que Marx teria chegado em *O capital* e nas *Teorias do Mais-Valor* e avançar na sua construção teórica.

<sup>56</sup> Segundo Harvey, de forma bastante simplificada, o papel parasitário da classe de proprietários se mostra na apropriação das rendas absoluta e monopolista, enquanto que na apropriação da renda diferencial, especialmente quando derivada dos investimentos de capital realizados pelos proprietários na concorrência pela busca de rendas ampliadas, o feudalismo representaria um papel positivo no sentido da acumulação sustentada.

<sup>57</sup> Harvey, op. Cit. P. 429.

**era necessária uma estrutura que assumisse como verdade essa proposição, sem abandonar a teoria do valor.**

Se ao proprietário da terra é paga uma quantia em dinheiro em troca do direito de usar a terra e os seus pertences, soa evidente que a terra possui um **valor de troca e um valor de uso**. A questão gira em torno então de saber se a terra tem também **um valor**. As melhorias incorporadas à terra, por terem sido produzidas pelo trabalho humano, podem ser tratadas como valores no processo de circulação mediante o ambiente construído, motivo pelo qual a renda por elas geradas podem ser tratadas como um caso de juros sobre **o capital fixo**. “**A parte da renda que gera o problema é o simples pagamento da terra bruta, independente das melhorias a ela incorporadas**” (Harvey, 2013, p. 428). Segundo Marx (O capital, livro III, p. 883) apud Harvey, 2013, p. 452:

“Se o capital encontra uma força estranha que ele só pode superar parcialmente, ou não superar, e que limita o seu investimento em algumas esferas, admitindo-o apenas em condições que excluem total ou parcialmente aquela equalização geral do mais valor para um lucro médio, então é evidente que o excesso do valor das mercadorias nessas esferas da produção com relação ao seu preço de produção daria origem a um lucro excedente, que poderia ser convertido em renda e, como tal, se tornaria independente em relação ao lucro. Tal força e barreira estranhas estão apresentadas pela propriedade privada, quando confronta o capital em seu esforço para investir na terra: tal força é o proprietário da terra vis-à-vis o capitalista”.

A separação e a oposição entre a produção e a distribuição estão na base da explicação que Marx dá para a existência da **renda absoluta** sem que isso esteja em contradição com a sua teoria do valor, uma vez que a agricultura empresta valor ao conjunto do produto social acima dos seus preços de produção, em função de empregar proporcionalmente mais trabalho vivo do que os demais setores econômicos. Se os setores econômicos contribuem para o valor social excedente de acordo com a força de trabalho que empregam, mas recebem mais-valor de acordo com o montante de capital que adiantam, a agricultura – por ter menor **composição de valor do capital** – teria maior contribuição relativa do que os demais setores no total do produto social. Diante desse fato, **os proprietários de terra** poderiam exigir o pagamento de rendas por parte dos produtores, que resultaria em um redirecionamento de parte do mais-valor socialmente gerado em direção à agricultura.

Marx justifica que a persistência de tal forma de renda se não se deve tanto às estruturas sociais anacrônicas da terra, mas em função da lentidão do progresso tecnológico na agricultura mesmo no caso da posse da terra aberta à agricultura capitalista. Como nota Harvey (2017), caso a agricultura consiga se atualizar, renda absoluta tenderá a desaparecer, deixando os

proprietários assumirem as rendas monopolistas, se puderem. Em ambos os casos (renda absoluta e renda de monopólio) a cobrança da renda por parte dos proprietários depende “da capacidade dos produtores capitalistas de realizar preços de monopólio. Por isso, a competição entre os produtores limita a capacidade dos proprietários de terra de se apropriarem da renda absoluta ou monopolista... Por essa razão, Marx declara que “em condições normais” até a renda absoluta cobrada na agricultura seria pequena, não importa que diferença houvesse entre o preço da produção e o valor”. (Harvey, 2013, p. 454).

Por essas razões, Marx dedica mais espaço ao tratamento das **duas formas de renda diferencial**, pois é nelas que residiria uma grande chave para entender **o papel da renda da terra na dinâmica contraditória da acumulação do capital**.

#### 4.3.2.1 AS RENDAS DIFERENCIAIS.

A terra é **objeto universal do trabalho** e também **condição geral da produção** à medida que tudo advém da terra e que toda atividade produtiva se desenvolve em determinado lugar. **Como meio de produção**, a terra dispõe de valores de uso naturalmente criados e outros que foram legados pelo trabalho humano ao longo de gerações. Evidentemente, todos esses valores de uso devem ser compreendidos em relação à necessidade social em seu contexto histórico, razão pela qual os valores de uso são mutáveis e devem sempre ser considerados em relação à sociedade. **As condições** naturais condicionam a **produtividade física do trabalho na terra permitindo ou não um excedente de produto**. O mesmo se pode dizer em relação às qualidades da terra humanamente criadas. Em ambos os casos, **a produtividade extra obtida em cada terra não tem o caráter efêmero** que as vantagens tecnológicas na indústria oferecem, em função da sua mudança mais acelerada. A fertilidade da terra humanamente melhorada, seja pelo uso de novos métodos de produção, seja pela alteração da composição química do solo, pode ser incrementada continuamente, **resultando em rendas aumentadas**.

De maneira semelhante, **a localização das atividades agrícolas** em relação aos mercados consumidores ou aos mercados de insumos pode oferecer vantagens a determinados produtores, de onde se infere que embora o seu monopólio sobre uma porção do globo se dê em uma localização absoluta, no jogo do mercado sua posição é sempre relativa. À medida que o investimento no desenvolvimento dos transportes altera essa configuração espacial, sua posição é continuamente alterada. **Dos diferenciais de localização e de fertilidade natural surgem então as condições para extração da renda diferencial I**.



Marx, ao considerar que **os efeitos da interação da localização e da fertilidade** são numerosos e confusos, razão pela qual às vezes eles se reforçam e às vezes eles se opõem, e ao observar que a localização também tem efeitos sobre a indústria, abandona a questão da localização para enfatizar os diferenciais de fertilidade, permitindo-o derivar **o princípio segundo o qual o preço de produção dos produtos agrícolas é fixado pelo preço de produção no pior solo mais a taxa média de lucro**, considerando que a produção se faz sob a sua forma capitalista e considerando um equilíbrio entre demanda e oferta das mercadorias agrícolas.

Já o entendimento da **Renda Diferencial II**, se considerada apartada da Renda Diferencial I, é relativamente simplificado: se os solos possuísem fertilidades iguais e se a localização não tivesse efeito, aplicações diferentes de capital resultariam em produtividades diferentes e o ganho suplementar obtido com esses diferenciais de produtividade poderia ser convertido em RD2. A partir daí Marx desenvolve dois raciocínios. No primeiro caso, os produtores na busca por maior produtividade implementam novos métodos produtivos e à medida que eles se generalizam o preço da produção cai e a base para apropriação da RD2 se desgasta, criando a necessidade de novo fluxo de capital. No segundo caso, os sucessivos investimentos criariam melhorias permanentes no solo, causando o mesmo efeito que as diferenças naturais de fertilidade. Por esse caminho, destruir-se-ia a suposição inicial de igual fertilidade e se estabeleceria uma base para a apropriação da RD1, desta vez socialmente criada. Assim, a RD2 se converteria em RD1, o que era transitório se torna permanente, o que leva Marx a concluir que “a RD2 só ocorre numa esfera que é em si a base diversificada da RD1” (HARVEY, 2013, P. 458), ou seja: no final o que importa é a interação entre as duas formas de renda. Harvey resume o problema da seguinte maneira:

“O problema então é entender **a lógica** que orienta **o fluxo do capital** para a **agricultura** dadas as condições peculiares que estão ligadas à **terra como um meio de produção** e dado o fenômeno da **posse privada da terra**. Esta é, evidentemente, a mais importante de todas as tarefas que enfrentamos na construção da teoria da renda fundiária em sua forma distintamente capitalista. Aqui **o capital, concebido como um fluxo de valor**, está confrontado com a circunstância peculiar de que ele **deve fluir ativamente mediante o próprio solo** (que é de propriedade de outro) **para ser realizado como mais-valor.**” (HARVEY, 2013, p.457)

Para esse exercício analítico são consideradas constantes condições como o ritmo da acumulação e da concentração do capital na agricultura, o funcionamento do sistema de crédito e as condições conjunturais do mercado de capitais. Harvey faz essa observação por notar com precisão que momentos de superacumulação são mais do que propícios para o direcionamento

de investimentos volumosos à construção de melhorias de capital fixo na agricultura, alterando ainda que conjunturalmente o volume de renda obtido com a propriedade da terra.

Mas o fato é que nem as condições de mercado, nem a fertilidade dos diferentes solos, são constantes. O caso normal de onde se deve partir a análise da formação e da apropriação da RD2 é aquele em que os solos possuem fertilidades diferentes e os capitais requeridos para investimento nessas terras também são diferentes. A partir dessa constatação Marx realiza uma análise em tabulação cruzada de 9 situações distintas para o investimento adicional de capital na terra, que revela que a depender do preço de mercado (oferta e demanda) e da produtividade do segundo investimento (produtividade do capital adicional fluído para a agricultura) o pior solo pode parar de ser cultivado, pode permanecer o regulador ou pode ser substituído por um ainda pior. A RD1 que a princípio seria “o reflexo de diferenciais permanentes, agora se torna variável dependendo da condição da oferta e da demanda... e da produtividade do capital fluído para a agricultura (Harvey, idem, p. 458).

Marx conclui que a única hipótese em que o investimento adicional de capital de produtividade reduzida implicaria em aumento dos preços de mercado seria no caso em que ele fosse feito na terra de pior qualidade. Mas como o que acontece na realidade é que os investimentos crescentes tendem a se concentrarem nas terras melhores (ainda que com produtividades reduzidas), a produção nos solos piores cessa e o regulador dos preços se desloca para os solos de melhor qualidade, resultando em queda dos preços das mercadorias agrícolas, diminuindo a RD I que se poderia obter. Dessa forma, a busca pela obtenção da RD2 tem a implicação de limitar a obtenção da RD1. Se as duas formas de renda servem simultaneamente de limite uma para a outra e, portanto, não são aditivas, é impossível para o proprietário e para o capitalista separar as duas formas de renda razão pela qual o proprietário se apropria da renda diferencial sem saber a sua origem. Mas, segundo Harvey, a exata maneira como ele se apropria tem implicações para os preços de mercado e para a acumulação do capital:

“Considere o caso da produção diminuída de capital adicional aplicada ao solo pior. “Se o preço da produção é igualado ao preço médio ou se o preço individual da produção do segundo investimento se torna regulado” depende inteiramente de se o “proprietário da terra tem tempo suficiente até a demanda ser satisfeita para fixar como renda o lucro excedente derivado” ao preço ditado pelo segundo investimento<sup>86</sup>. A intervenção da propriedade da terra aqui afeta o valor de mercado, e a postura neutra do proprietário da terra com respeito à acumulação fica desgastada.

Considere, como contraste, o caso do capital adicional da produtividade diminuída, até mesmo negativa, movendo-se para solos superiores quando o valor de mercado permanece constante em um nível fixado pelas condições da produção no solo pior. **Na ausência da apropriação da renda, “o capital adicional com subprodutividade, ou mesmo aumentando a subprodutividade, pode ser investido até que o preço médio individual por trimestre dos solos melhores se torne igual ao preço geral da**

**produção”, eliminando assim o lucro excedente e a renda diferencial sobre o solo superior”.**

(HARVEY, 2013, p. 459)

**“Entretanto, sob a lei da propriedade da terra, o caso em que o capital adicional produz apenas ao preço geral da produção teria constituído o limite. Além desse ponto, o investimento adicional de capital na mesma terra teria tido de cessar. [...] A equalização do preço médio individual, no caso da subprodutividade, é assim impedida”.**

(Marx, O Capital, Livro III, pg. 735)

Da consideração desses dois casos pode-se concluir que o feudalismo e a apropriação da renda impedem que o fluxo de capitais direcionado à terra aconteça por canais que não produzem mais-valor (embora possam produzir lucro) e que até o pior solo pode permitir em determinadas condições a apropriação da renda diferencial. Marx ainda contrasta as situações de países com diferenças na disponibilidade de terras: em países de civilização mais madura onde existe uma espécie de “preço de reserva” embutido nas terras não cultivadas e em países mais novos onde o capital pode fluir para as novas terras apenas com o obstáculo de custos de compensação. O primeiro caso conduziria a uma exploração mais intensiva do solo, enquanto o segundo conduziria a uma exploração extensiva e a concentração dos investimentos sobre uma área reduzida, no primeiro caso, geraria uma renda por acre mais elevada do que no segundo caso, embora a massa de renda total pudesse se equiparar nos dois casos. Dessa forma, “a renda pode não determinar o preço do produto diretamente, mas determina o método de produção, quer uma grande quantidade de capital seja concentrada em uma área pequena de terra, ou uma pequena quantidade de capital seja disseminada sobre uma área grande de terra, e quer este ou aquele tipo de produto seja produzido”<sup>58</sup>.

A partir da elucidação dos argumentos de Marx, Harvey (2013) agora conclui que o aparente dilema sobre a posição da propriedade e da apropriação da renda no modo capitalista de produção fica esclarecida: suas implicações são contraditórias sobre os preços de mercado, a acumulação de capital e a dispersão da produção, podendo ser socialmente necessária, totalmente deletéria ou um aspecto indiferente em relação à acumulação do capital.

Para Marx, a renda teria o mérito de vincular a exploração da terra à competição, abrindo a terra para as operações do capital, promovendo a racionalização da agricultura, a sua operação em escala social e produzindo o excedente do produto agrícola necessário à acumulação do capital mediante a produção industrial. Se considerada no seu aspecto positivo, a

---

<sup>58</sup> Marx, Karl. Teorias do Mais Valor. Parte 3, p. 515, *apud* Harvey, David, Os Limites do Capital, 2013, p.460.

apropriação da renda diferencial teria o papel de incentivar o desenvolvimento de novos métodos de produção e a racionalização da organização espacial:

“Há um sentido em que a apropriação da renda diferencial melhora a competição, em vez de limitá-la. Em vez de tributar os lucros excedentes que são relativamente permanentes, o proprietário da terra opera para igualar as taxas de lucro entre os produtores concorrentes. Na medida em que os produtores competem, eles precisam fazê-lo tendo por base novos métodos (que, como aqueles da indústria, podem rapidamente se tornar gerais), em vez de se basearem nas vantagens “injustas” que se devem a “dádivas gratuitas da natureza” ou a resultados herdados de esforços humanos que remontam há muitos séculos. Quando as vantagens injustas são eliminadas, a competição obriga os produtores a desenvolver mais as forças produtivas e a racionalizar mais a produção. Esse princípio é transferido, como veremos na seção VI, para a racionalização da organização espacial do capitalismo por meio da competição”. (Harvey, 2013, p. 464-5)

Mas como já se destacou a impossibilidade de distinguir de qual forma de renda o proprietário de terra está se apropriando quando o faz, e se essa quantidade se refere apenas à sua “justa parte” ou se toma para si montante devido ao capital, o processo social mais amplo de luta de classes – mediado pelas respectivas forças – é que vai determinar quem se apropria do que e em que montante o faz<sup>59</sup>.

Segundo Harvey, “a investigação teórica de Marx da renda fundiária se voltava apenas para as partes relativas do proprietário da terra e do capitalista no mais valor produzido sobre a terra”, (idem p. 466). Mas esse conflito em torno da apropriação da renda pode se manifestar de outras formas. A correlação de forças é se manifesta em vários aspectos, a começar pelo fato de que o desenvolvimento do trabalho social aumenta a demanda pela própria terra, resultando em maiores possibilidades de apropriação de renda por parte dos proprietários. Some-se a isso o fato de que inúmeras melhorias feitas na terra pelo arrendatário, quando o contrato de arrendamento chega ao seu término, caem nas mãos dos proprietários como acidentes naturais, como dádivas da natureza, inflando suas rendas e aumentando o valor do seu patrimônio. As divergências em torno da justa remuneração das benfeitorias durante a vigência do contrato tendem a limitar o investimento novo por parte do arrendatário, uma vez que este não enxergar o completo retorno do seu investimento dentro dos prazos do contrato. Dessa forma, se ao proprietário couber os louros do investimento, a propriedade fundiária resultará num entrave ao

---

<sup>59</sup> Nos dias atuais no Paraná não é incomum os movimentos de altas nos preços da soja colocar proprietários e arrendatários em oposição em torno dos valores cobrados pelo arrendamento da terra, quase sempre com os proprietários elevando a cobrança a um limite que chega a inviabilizar a produção: <https://www.canalrural.com.br/sites-e-especiais/projeto-soja-brasil/valor-do-arrendamento-sobe-e-sojicultores-ja-desistem-de-ampliar-area/>, acesso em 07/01/2019.

investimento de capital. **Por outro lado, se ao capital couberem perpetuamente todas as rendas derivadas desses investimento, o resultado será a superconcentração das atividades no espaço.** Em uma forma ou em outra o que está patente é são as tensões na regulação desse conflito.

Ao considerar outras formas nas quais a relação entre a propriedade e a produção posam acontecer, **Harvey destaca que uma solução possível para a tensão em torno da apropriação da renda seria a fazenda familiar ocupada pelo proprietário.** Para o autor, do ponto de vista da história social do capitalismo essa talvez seja a solução mais interessante. Nesse caso, o produtor é ao mesmo tempo proprietário e “capitalista”, razão pelas quais estariam desfeitas as tensões em torno da renda.

“Os ocupantes-proprietários são responsáveis pelo preço de aquisição da terra e, mesmo quando a terra foi transmitida sem ônus por muitas gerações, a renda precedente em virtude do capital fictício embutido no “valor” da terra não pode ser desdenhosamente posta de lado. E, em muitos casos, a ocupação nominal do espaço físico pelo proprietário oculta uma relação hipotecária (equivalente à renda) e uma relação de crédito (equivalente aos juros sobre o capital emprestado para a produção atual), deixando o ocupante-proprietário apenas com o lucro do empreendimento. Na medida em que a posse da terra garante a circulação de capital que rende juros, as formas modernas da ocupação pelo proprietário na agricultura simplesmente atingem tudo o que seria esperado nas relações sociais do capitalismo. Na verdade, podem surgir aqui algumas formas de circulação curiosas que merecem uma investigação mais profunda. Se os produtores cultivam sob contrato, realizam eles próprios grande parte do trabalho e estão seriamente endividados com instituições financeiras tanto para o pagamento de hipoteca quanto para o crédito de operações atuais, o “ocupante-proprietário” nominal é provavelmente mais bem encarado como um administrador ou mesmo um trabalhador que recebe uma espécie de parte da “empreitada” do valor total do mais-valor produzido. Como sempre, é importante penetrar abaixo da aparência superficial e estabelecer as relações sociais da produção que prevalecem”. (Harvey, 2013, p. 468-9)

O que Harvey demonstra nesse trecho é que uma vez que a posse da terra garanta a circulação do capital que rende juros, seja embutida na relação hipotecária ou na relação creditícia, “as formas modernas da ocupação pelo proprietário na agricultura simplesmente atingem tudo o que seria esperado nas relações sociais do capitalismo”, ou seja, o caso especial do ocupante-proprietário em nada elimina a tensão entre uma parte que produz e outra que se apropria da renda, estando esse caso também inserido na lógica da circulação do capital que rende juros, razão pela qual conclui que nesse processo **“a parte da renda no mais valor total produzido é cada vez menos o produto de um conflito de classe aberto entre duas classes**

**sociais quase independentes e cada vez mais internalizada dentro da lógica que coloca a circulação do capital que rende juros entre as várias formas de capital fictício que surgem dentro do modo de produção capitalista” (idem, p. 470).**

#### 4.3.2.2 O MERCADO FUNDIÁRIO E O CAPITAL FICTÍCIO.

Ao final da sua análise da teoria da renda da terra de Marx, Harvey dedica um espaço para o tratamento do mercado fundiário e de alguns aspectos do preço da terra. Já tendo concebido que a propriedade da terra, após longo processo histórico, está completamente enredada na circulação do capital que rende juros, processo que converteu a classe dos proprietários em mera facção do próprio capital, Harvey sublinha que por ter características peculiares, por negociar uma mercadoria de um tipo especial, o mercado fundiário merece uma análise específica. **Para Harvey, embora Marx tenha centrado esforços na teoria da renda fundiária, por considerá-la o verdadeiro desafio teórico, vincular a origem do preço da terra à renda da terra capitalizada não diz tudo que pode ser dito sobre os mercados fundiários no capitalismo. A teoria da renda resolve o problema de como a terra, que não é um bem produzido, pode ter preço e ser trocada como mercadoria. A renda fundiária, capitalizada como juro sobre um capital imaginário, constitui o “valor” da terra. Assim, ao comprar e vender a terra, o que se está negociando não é a terra em si, mas o direito à renda fundiária que a sua posse proporciona. Nesse sentido, o dinheiro antecipado para a compra da terra equivale a um capital qualquer que rende juros, e o que ele compra é o direito às rendas futuras produzidas por aquela terra. O direito à terra assume assim a forma de um capital fictício.**

Do ponto de vista do processo amplo de acumulação do capital, os fatores que regulam o preço da terra são a taxa de juros e as receitas futuras antecipadas da terra. Fortes movimentos cíclicos nas taxas de juros impõem fortes ritmos temporais ao preço da terra, vinculando-o à acumulação do capital e à disponibilidade de capital monetário. Taxas de juros decrescentes ou momentos de superacumulação tendem no longo prazo a aumentar os preços das terras, mesmo as suas rendas permanecendo constantes. Esse é um ponto relativamente pacificado entre os autores, tanto o é que de Marx (2017) a Reydon (1992) esse entendimento permanece e os dados históricos confirmam essa tese. Porém, Harvey nota que as antecipações

das rendas futuras da terra são cambiantes, ou seja, que a taxa de capitalização da terra pode variar.

**“Antecipações cambiantes de rendas futuras, ligadas tanto aos fluxos de capital futuro quanto ao trabalho futuro, afetam do mesmo modo os preços da terra e da propriedade. Por essa razão, até mesmo a terra ociosa pode adquirir um preço<sup>111</sup>. O elemento especulativo está sempre presente na comercialização da terra. A importância disso tem de ser agora estabelecida, embora Marx em geral exclua a especulação do seu campo de ação. Entretanto, ele apresenta um exemplo interessante. No caso da construção de casas em cidades que crescem rapidamente, ele observa que o lucro da construção é extremamente pequeno e “o lucro principal vem de elevar a renda fundiária”, de modo que é “a renda fundiária, e não a casa, que é o objeto real da especulação imobiliária”<sup>112</sup>.**

Partindo de uma perspectiva marxista, Harvey aborda de maneira semelhante o que na perspectiva pós-keynesiana Reydon vai chamar de **taxa ou fator de capitalização**. Como já dito, é a taxa de capitalização, na perspectiva pós-Keynesiana, que baliza os preços de demanda à medida que o integra com a incerteza e com a taxa de juros do dinheiro. Esse raciocínio de Minsky, adotado por Reydon, aplica uma espécie de multiplicador subjetivo – embora formado com base em convenções socialmente criadas – à fórmula de Keynes para precificação dos ativos em geral, resultando no seguinte modelo matemático:  $[ Pd = C \cdot (q-c+I+a) ]$ . Assim, o preço da terra (Pd) será definido pela capitalização dos rendimentos esperados da terra (C), que consistem em: quase-rendas provenientes da terra (q), subtraídas dos custos de manutenção do ativo terra (c), mais o prêmio de liquidez (I), mais a valorização patrimonial (a).

Harvey está ciente e concorda com Marx de que a renda futura da terra é quem permite que a terra tenha um preço e seja negociada como mercadoria, que a taxa de juros e o ritmo da acumulação irão determinar os preços no longo prazo, mas que a especulação está inerentemente presente no comportamento dos preços. Ao invés de buscar alguma forma de esoterismo para explicar o restante do preço da terra<sup>60</sup>, como Marx possivelmente chamaria as

---

<sup>60</sup> A capitalização da renda que é feita no processo de precificação da terra obedece à mesma lógica de antecipação de receitas futuras no mercado acionário, por exemplo. Se uma empresa tem um lucro anual de 50 centavos de real por ação, mas a sua ação é comprada e vendida no mercado a 5 reais, significa que essa ação tem um multiplicador de preço/lucro (P/L) de 10 vezes. Se essa é uma empresa pagadora de dividendos aos seus acionistas, em termos genéricos, o que faz um “investidor” adquirir ações dessa empresa é o fato de que ele espera receber esses 5 reais ou mais na forma de dividendos ao longo do tempo. Para isso a empresa precisa continuar a produzir o mesmo lucro ao longo de vários anos. A falência da empresa não é um desejo na cabeça do investidor. Se essa empresa expande os seus lucros de forma consistente o mercado tende a aumentar o preço em que negocia essas ações, saindo de 5 reais para 10, para 20 e assim sucessivamente. O ritmo da alta nos preços não guarda nenhuma correlação com a expansão real no lucro da empresa. Razão pela qual um investidor pode retirar o seu capital investido

noções de prêmio de liquidez e valorização patrimonial (que não podem ser consideradas conceito uma vez que não definem algo claro, mas simplesmente a assimetria de poder no controle do monopólio da terra), Harvey resume a questão olhando para a natureza do monopólio da terra, que se pode surgir em qualquer setor econômico, no caso da terra – por questões óbvias – assume tons dramáticos:

“O controle do monopólio pode surgir em qualquer setor, é claro, mas é um aspecto crônico e incontornável que inevitavelmente contamina a circulação do capital que rende juros mediante a aquisição de terra. **As “formas insanas” da especulação** e a “altura da distorção” **atingida dentro do sistema de crédito** (ver capítulo 10) **estão propícias, por isso, a serem grandemente ampliadas no caso da especulação em rendas futuras.** A integração da posse da terra dentro da circulação do capital que rende juros pode abrir a terra para o fluxo livre do capital, mas também a abre para o pleno jogo das contradições do capitalismo. O fato de ela fazer isso em um contexto caracterizado pela apropriação e pelo controle do monopólio **garante que o problema da especulação da terra adquira uma profunda importância dentro da dinâmica instável geral do capitalismo**”<sup>61</sup> (idem, p. 449-50).

Ainda que tenha deixado claro – em curto trecho de *O Capital* – que na investigação que faria sobre o preço da terra abstrairia “de todas as flutuações da concorrência, de todas as especulações fundiárias e também da pequena propriedade fundiária, na qual a terra constitui o principal instrumento dos produtores, que, por isso, precisam comprá-la a qualquer preço”<sup>62</sup>, Marx nem por isso deixa de notar, quando analisa o crescimento de Londres, que “... o objeto principal da especulação não é o imóvel, mas a renda fundiária... nas declarações de um grande especulador londrino, Edward Capps... “Creio que um homem que queira progredir neste mundo dificilmente pode esperar fazê-lo atendo-se a um comércio justo... terá de dedicar-se a

---

multiplicado por duas, três, dez ou duzentas vezes no intervalo de poucos anos, tudo depende da altura da distorção especulativa. Acontece que quando algum evento econômico traz de volta os agentes à realidade (a constatação de que os lucros das empresas não acompanhou o ritmo de alta nos preços das ações), a pirâmide especulativa se desfaz com velocidade ainda mais fabulosa do que se formou. No mercado de terras, dado o seu caráter monopólico e a alta concentração de terras – como no caso do Brasil, os proprietários ainda podem sustentar os seus preços em patamares elevadíssimos se puderem esperar a tempestade econômica passar e a eterna demanda pelos produtos da terra entrar em novo ciclo de expansão.

<sup>61</sup> Se a especulação com terras, o seu mercado e os determinantes especulativos do seu preço não foram o foco de Marx, em *Os Limites do Capital* Harvey nota a sua importância para o capitalismo em geral pelo menos 10 anos antes da publicação da tese de Reydon (1992).

<sup>62</sup> MARX, 2017, p. 836.



construir com fins especulativos... já que obtém seu lucro principal das rendas fundiárias acrescidas”<sup>63</sup>. Em outro trecho Marx insiste “... decorre, porém, que **o aumento do preço da terra não significa necessariamente aumento da renda**, tampouco o aumento da renda, que sempre traz consigo um aumento do preço da terra, implica um aumento dos produtos agrícolas”<sup>64</sup>.

Afirmar que a renda é a base para o preço da terra, como Marx o fez, não significa dizer que as duas coisas sejam equivalentes. Informa apenas sobre a vinculação entre duas categorias analíticas do seu pensamento e que elas constituem bases do modo capitalista de produção. Do trecho exposto, conclui-se que Marx tinha clareza de que o preço e a renda não se equivaliam. O descolamento entre um e outro podia se dar em função de vários fatores. A postura ativa que o grande especulador londrino assumia na especulação com terras no contexto de crescimento de Londres é semelhante ao que o capital, inclusive de origem inglesa, fez ao lotear “Norte do Paraná”, e em certa medida, é o comportamento que assumem os proprietários de terra interessados em ampliação das rendas futuras da terra.

**Para Harvey, “os proprietários de terra não assumem de modo algum uma postura passiva nesse caso. Eles desempenham um papel ativo na criação de condições que permitam que as rendas futuras sejam apropriadas”<sup>65</sup>. Por meio do trabalho e do investimento de capital presentes, os proprietários garantem o aumento das rendas futuras. “Essa situação tem uma importância geral maior do que Marx parece ter percebido. Buscando ativamente a apropriação de valores, os proprietários de terra podem impor novas configurações à produção na terra e até pressionar a produção de valor em uma escala e com uma intensidade que do contrário não poderiam ocorrer”<sup>66</sup>.**

Nessa busca por aumentar as rendas futuras o capital fictício ativista que circula pela terra promove atividades que visam seus mais elevados e melhores usos tanto no presente quanto no futuro, sempre na ótica do mercado. Os proprietários de terras que tratam a terra como mero bem financeiro podem pressionar ou cooperar com o capital a fim de obter esse resultado, o que implica necessariamente na triagem dos usos passíveis de elevarem a renda da terra. “Quanto mais vigorosos forem os proprietários de terra nesse aspecto, mais ativo será o mercado fundiário e mais ajustável se tornará o uso da terra em relação às exigências sociais –no presente momento, a acumulação do capital”<sup>67</sup>.

Para Harvey, a apropriação da renda não é só socialmente necessária como também os proprietários têm de ter um papel ativo na busca por rendas aumentadas. Não existe incoerência entre a apropriação da renda e esse papel ativista, contanto que a terra

---

<sup>63</sup> Idem, p. 834.

<sup>64</sup> Idem, p. 840.

<sup>65</sup> HARVEY, 2013, p. 472.

<sup>66</sup> Idem.

<sup>67</sup> Idem, p. 473.

**esteja aberta a todos o capital em busca de rendas aumentadas. Porém quanto mais aberta a terra estiver, mais suscetível às contradições e tensões da acumulação ela estará.**

**“A importância desses poderes de coordenação, com suas consequências negativas, é particularmente evidente quando se trata do problema da organização espacial,** um tópico que Marx também tende a excluir do seu alcance teórico, exceto como uma preocupação periférica. O mercado fundiário molda a alocação do capital à terra e, desse modo, molda a estrutura geográfica da produção, da troca e do consumo, a divisão técnica do trabalho no espaço, os espaços socioeconômicos da reprodução e assim por diante. Os preços da terra criam sinais aos quais os vários agentes econômicos podem responder. O mercado fundiário é uma força poderosa que contribui para a racionalização das estruturas geográficas em relação à competição. Além disso, os proprietários de terra desempenham um papel ativo no processo da estrutura e reestrutura geográfica, contanto, é claro, que tratem a terra como um simples bem financeiro”. (Harvey, p. 473-4)

Aqui Harvey deixa transparecer uma das suas grandes contribuições ao pensamento marxista e à geografia, quando dá um status especial ao espaço no âmbito da teoria marxista, operando um esforço de integração da produção do espaço e das configurações espaciais como um elemento importante dentro do núcleo da teoria marxiana.

**“Os proprietários de terra são geralmente atraídos a competir por aquele padrão particular de desenvolvimento, aquele pacote de investimentos e atividades, que tem a melhor perspectiva de melhorar as rendas futuras.** A moldagem do padrão geográfico do uso da terra para a competição depende da competição entre os proprietários de terra para aumentarem as rendas. A coordenação possibilitada pela existência dos mercados fundiários e pelas sinalizações dos preços é, nesse aspecto, de vital importância”. (Idem, p. 474)

Harvey adverte, porém, que o caráter anárquico dessa competição pode ter consequências destrutivas, chegando mesmo a prejudicar o desenvolvimento da própria acumulação do capital. Além disso, as interações complexas da RD1 e da RD2 garantem que nenhum proprietário pode confinar à sua propriedade os custos e os benefícios dos esquemas que ele promove ao seu próprio pedaço de terra. A monopolização em larga escala da

propriedade da terra ou a intervenção estatal seriam possíveis saídas para se tentar restringir o potencial destrutivo da especulação nos mercados de terras, mas em ambos os casos surgiriam problemas, ou exacerbando as contradições do capitalismo ou questionando o dispositivo legal da propriedade da terra.

Ao final de todo o longo raciocínio de Harvey fica evidente o poder que têm as forças que moldam a geografia do capitalismo quando os mercados fundiários são incorporados na lógica de operação das formas de capital fictício que surgem com o desenvolvimento desse modo de produção. “A circulação do capital que rende juros em títulos fundiários desempenha um papel análogo àquele do capital fictício em geral. Ela indica os caminhos de localização para a futura acumulação e atua como um agente de força catalisadora que reorganiza a configuração espacial da acumulação segundo os imperativos básicos da acumulação”<sup>68</sup>. Assim como a negociação das *commodities* em mercados futuros financeirizados abre a possibilidade de que a especulação no mercado financeiro determine – ainda que temporariamente – os rumos das atividades produtivas, o mercado fundiário incorporado na mesma lógica pode direcionar a configuração espacial da acumulação, incorporando todas as contradições fundamentais do modo de produção capitalista. No caso da terra, pelo seu monopólio assumir um caráter muito mais agudo, alguns movimentos feitos no presente na busca de ampliação das rendas pagas ao capital pode confinar o trabalho futuro a determinadas configurações por um longo período. “Aqui vemos, uma vez mais, como **a operação da lei do valor restringe o trabalho ativo**”<sup>69</sup>.

**Se somente a forma de feudalismo que trata a terra como um puro bem financeiro é possível de operar essa transformação e se “todas as outras formas de propriedade devem soçobrar” para que as aparentes contradições entre a lei do valor e a existência da renda desapareçam, Harvey afirma que examinar até que ponto as formações sociais capitalistas avançaram nesse caminho é uma questão para investigação histórica. “O fato de a lei do valor no modo de produção capitalista envolver tal processo de transformação é indiscutível”<sup>70</sup>. Na próxima seção buscaremos discutir aspectos desse processo nas transformações territoriais no Paraná.**

---

<sup>68</sup> Idem, p. 476.

<sup>69</sup> Idem.

<sup>70</sup> Idem.

#### 4.4 DETERMINANTES DO PREÇO DA TERRA AGRÍCOLA E AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO PARANÁ.

Discutida a possibilidade de a terra ter um preço sem ser produzida pelo trabalho humano e as determinantes gerais que implicam o seu preço (renda, taxa de juros, investimentos em capital fixo, ritmo geral da acumulação e movimentos especulativos de grandes massas de capital fictício), é importante analisar como se deu e como tem se dado o processo de “valorização” das terras agrícolas no estado do Paraná.

##### 4.4.1 AS LAVOURAS CAFEIRAS E A “VALORIZAÇÃO” DAS TERRAS A NORTE DO PARANÁ.

Em um intervalo de quatro décadas, entre os anos 1930 e os anos 1970, uma área de 71.637 hectares que contava com 7 cidades – cerca de um terço do território paranaense – conseguiu reunir uma população de 1,8 milhão de habitantes distribuídos entre 172 cidades, algumas de porte semelhante a capitais de outros estados brasileiros, como Maringá e Londrina. Segundo Pedro Calil Padis, “a ocupação dessa extensa área deu-se inicialmente de forma lenta e através de iniciativas oficiais. Mas, a partir da segunda metade da década dos vinte, de maneira sistematizada e bastante rápida” (1981, p.85-86), principalmente por meio do estabelecimento de pequenas glebas que foram ocupadas sobretudo por antigos colonos, paulistas e mineiros, totalizando cerca de 70% de estrangeiros e 30% de nacionais nos anos 1940. Em pouco mais de duas décadas cerca de 150.000 propriedades passaram a existir na região (CANCIÁN, 1981).

Para PADIS (1981), a intensificação do fluxo migratório para o “Norte paranaense” se justificou pela combinação de alguns fatores: a alta dos preços do café ao final da Primeira Guerra Mundial num contexto em que as áreas de Campinas, Ribeirão Preto e São Paulo não conseguiam atender ao crescimento da demanda por doações na lavoura e perda de produtividade da terra e uma maior demanda por terras para a plantação de alimentos em função da rápida urbanização em cidades do interior de São Paulo, a exemplo de Campinas, implicando um aumento na demanda por terras e nos seus preços. “Destá forma, os proprietários fundiários preferirão dividir as suas glebas em lotes menores e, assim, obter maiores vantagens financeiras” (idem, p.89). Por essas razões, segundo o autor, boa parte da população que

formaria os primeiros núcleos urbanos do Norte do Paraná surgidos até 1930 seria oriunda da região de Campinas, São Carlos e Ribeirão Preto.

Para o autor, a fim de regular as questões relativas à legalização da posse da terra e acabar com a participação de posseiros no processo de ocupação, o governo do Estado do Paraná promoveu algumas iniciativas ao longo da segunda década do século XX, que consistiam: na divisão e venda da terra em lotes a preços baixos em áreas extensas que hoje correspondem aos municípios de Faxinal, Marilândia, 1º de Maio, Sertanópolis, Indianópolis e Floresta. “Essa ocupação se deu por concessão do Estado a companhias particulares cujos planos de colonização tiveram razoável êxito em Sertanópolis e 1º de Maio, sendo as demais áreas revendidas posteriormente” (idem, p. 90). Nesse processo os movimentos espontâneos de (re)ocupação foram insignificantes, normalmente representados por “grileiros”, cujo significado chega a ser desprezível. Nessa nova fase do processo de ocupação – que teria assumido as características de movimento organizado segundo o autor, dado o direcionamento pelo Estado e pela iniciativa privada – o empreendimento da Companhia de Terras Norte do Paraná foi o mais ilustre.

Embora a história informe que os planos iniciais da Brasil Plantations Syndicate Ltd., sediada em Londres, eram de produzir algodão nas terras paranaenses, o projeto foi abandonado e à então criada “Paraná Plantations Ltd.” coube o projeto de fazer daquele território um grande negócio imobiliário. Entre 1925 e 1928, a área adquirida por eles totalizava a décima-sexta parte da área total do estado, num total de 515.017 alqueires, mas que era a sua melhor porção em termos de solo. Em 1944 mais 29 mil alqueires foram adquiridos. **Do ponto de vista do capital imobiliário, o empreendimento foi um sucesso.** A ligação das terras compradas às terras já ocupadas do “Norte velho” via rede viária, a construção de uma ponte sobre o Rio Tibagi e a extensão da estrada de ferro Sorocabana que já havia chegado até Cambará, já nas bordas do terceiro planalto paranaense, foram fatores a acelerar a venda dos lotes e a incrementar o preço das terras. As obras eram executadas simultaneamente: à medida que a rede viária das glebas adquiridas ia sendo construída, a estrada que fazia a ligação até São Paulo andava a passos largos. Em 1928 os ingleses adquiriram a Cia. Ferroviária São Paulo - Paraná que ligava a Estrada de Ferro Sorocabana – que chegava até Ourinhos – a Cambará, no Paraná. Em 1932 estenderam-na até Jataizinho e em 1943 os trilhos já atingiam Apuracana. A estrada e a ferrovia se alongavam em paralelo ao espigão que demarca início do terceiro planalto paranaense, margeando o grande derramamento basáltico que originou as terras roxas.

Monbeig (1935) e Müller (1956) mostraram o papel determinante da estrada de ferro nos ritmos da (re)ocupação e o planejamento da ocupação e da construção dos núcleos urbanos:

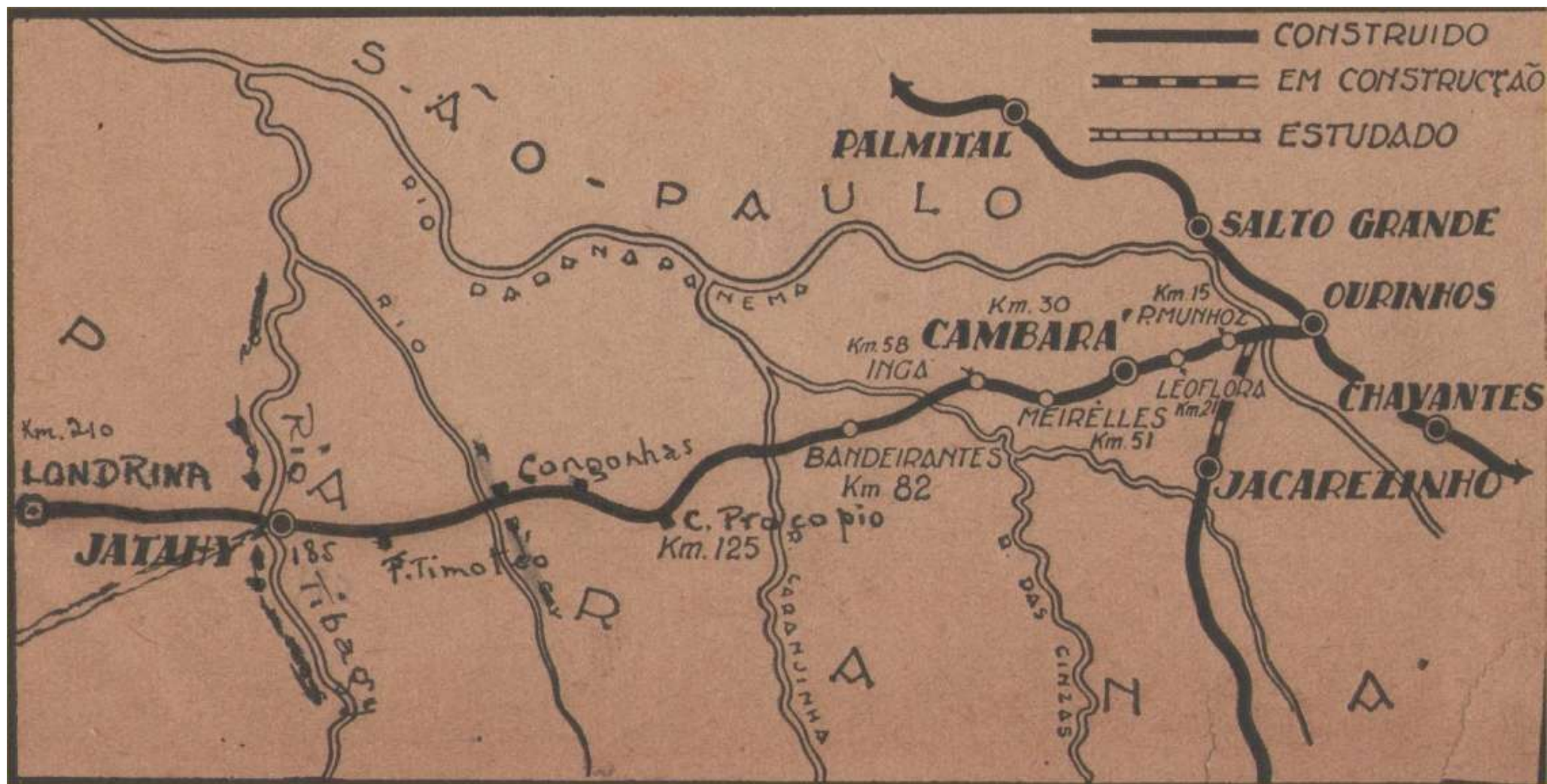
“A faixa "pioneira" não pôde estabelecer-se senão com a penetração da linha férrea; pois raros foram os colonos corajosos que se abalçaram a fazer derrubadas e queimadas na mata virgem.” (MONBEIG, p. 16)

“O povoamento do planalto a Leste do Tibagi foi um desenvolvimento natural da expansão dos cafeicultores paulistas (**sic**) que, depois da primeira onda colonizadora, na região de Cinzas, investiram para essa nova região, com ponto de partida em Ourinhos, atingida pela “Estrada de Ferro Sorocabana” em 1908. **A aproximação dos trilhos fora suficiente para que o povoamento, andando à sua frente, à moda paulista, já se tivesse concretizado na fundação de Jacarezinho (1900) e Cambará (1904). Com Ourinhos como “boca de sertão” ou “ponta de trilhos”, a colonização se expandiu, surgindo novos núcleos...**

Apesar da relativa rapidez com que se processou o povoamento do planalto a Leste do Tibagi, a onda colonizadora não teve ali o mesmo ímpeto que mais tarde teve a que se desenvolveu a Oeste deste rio. A demora na progressão dos trilhos da “Sorocabana” fez com que povoadores (**sic**), temerosos de se distanciarem demais da “boca de sertão”, que foi primeiro Ourinhos (até 1925) e depois Cambará (até 1930), avançassem com certa precaução.” (p. 98-99)

“Todos os centros urbanos criados pela “Companhia de Terras” contam com plantas que denunciam haverem sido planejados com antecedência. Embora com formas variadas – elípticas, quadrangulares, em trevo ou lembrando uma nave – têm todos os aspectos de cidades “criadas”, derivadas da disposição geométrica do traçado. **Mesmo o crescimento posterior não atinge a disposição original da estrutura urbana: a Companhia, tendo reservado área para a expansão das cidades, continua a orientar os loteamentos mais recentes...**” (MÜLLER, p. 107).

Figura 20. Linha Ourinhos-Cianorte em 1935.

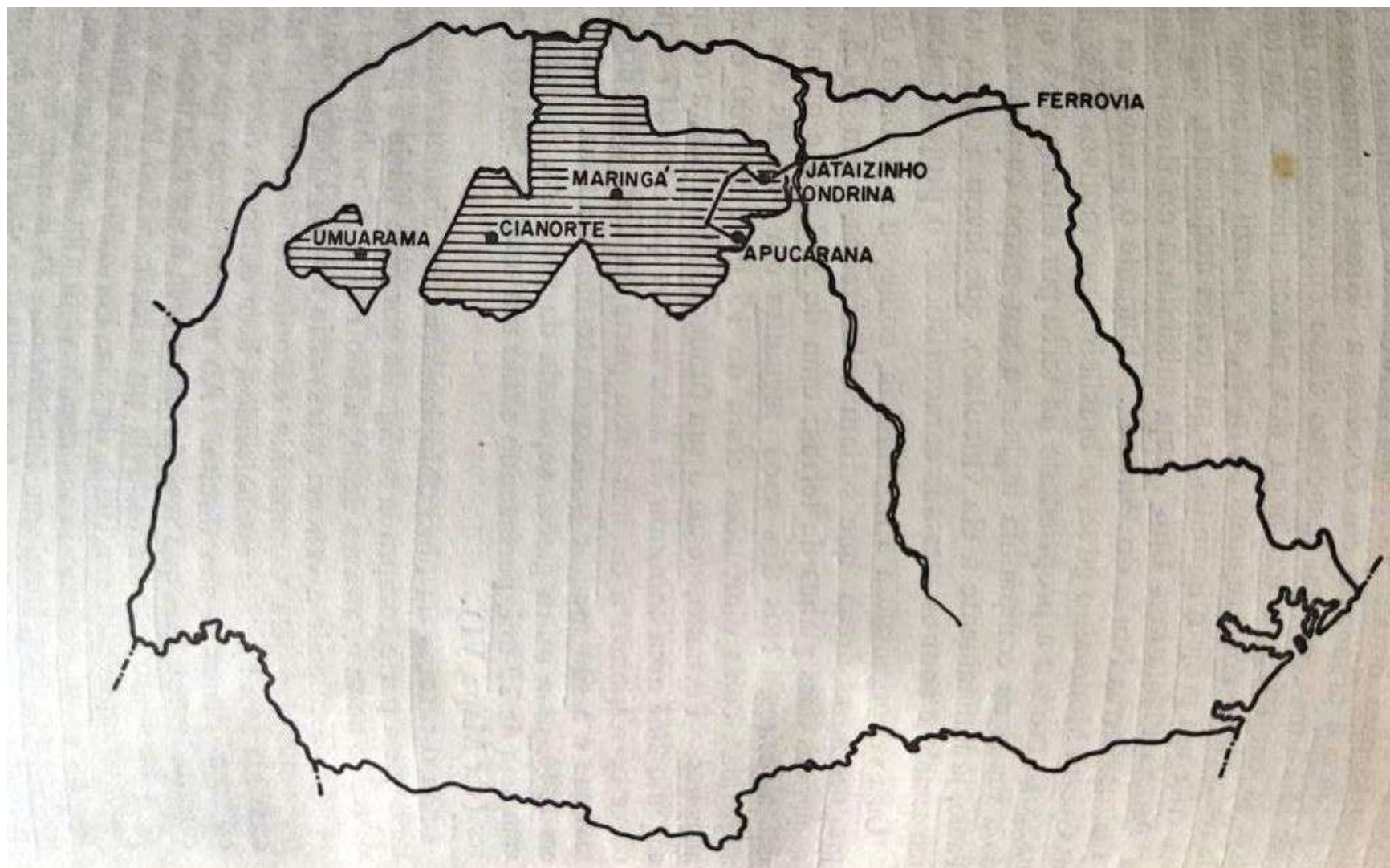


Fonte: Acervo Sud Mennucci/Ralph M. Giesbrecht<sup>71</sup>.

<sup>71</sup> <http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-spp/leoflora.htm>, acesso em 07/01/2020. No site se lê: “A Cia. Ferroviária. Noroeste do Paraná foi aberta ao tráfego em 1924 ligando Ourinhos, na linha-tronco da E. F. Sorocabana, em São Paulo, a Cambará, no Paraná e, no mesmo ano, teve o nome alterado para Cia. Ferroviária São Paulo-Paraná. Foi comprada logo depois pelos ingleses da Cia. de Terras do Norte do Paraná. Prolongada até Apucarana em 1942 e povoando a região, virgem até 1929, foi vendida ao Governo Federal em 1944 e incorporada imediatamente à RVPSC. Foi prolongada, em diversas fases, até atingir Cianorte, em 1972, onde parou. O tráfego de passageiros, dividido entre os trechos Ourinhos-Maringá e Maringá - Cianorte, parou em



**Figura 21.** Glebas adquiridas pela Cia. Melhoramentos Norte do Paraná e traçado da estrada de ferro São Paulo – Paraná.



**Fonte:** PADIS (1981), p. 92.

1981 no primeiro trecho, onde rodava com trens de passageiros que vinham de São Paulo, e um pouco antes no outro, onde trafegava em trens mistos. Atualmente circulam apenas trens cargueiros da ALL, atual concessionária, no ramal, e o trecho Maringá - Cianorte está abandonado”.





Fundada em 1930, Londrina foi elevada à categoria de cidade em 1934. A partir daí, surgiram nas áreas da companhia inglesa, em apenas 25 anos, 110 núcleos urbanos, a maioria transformados em cidades, sendo 62 criados pela colonizadora e 48 por diversos outros grupos privados. Depois da consolidação de Londrina, Apucarana e Araçongas, a CMNP passou a planejar as cidades que queria construir – intercalando pequenas cidades com centros comerciais e de serviços de maior porte – e foi assim que surgiram Maringá (1947), Cianorte (1953) e Umuarama (1955), como “cidades artificiais” nas palavras de Monbeig (1935), com distâncias semelhantes entre si. Sobre esse planejamento, o autor afirmava que o raio de ação das estações de trem “determinou a localização dos centros de povoamento urbano; está bem entendido que não se põe neste epíteto idéia alguma de massa de habitantes, mas simplesmente a idéia da função comercial e também social” (p. 17), concluindo que o papel que a estrada estabeleceu no planejamento dos lotes de terra rural nos quais residiriam os colonos a linha de ferro o fez para a localização das aglomerações urbanas.

Como nota Harvey, “**o preço da terra carrega simultaneamente a temporalidade da acumulação** (como está registrada pelos movimentos na taxa de juros) e **a especificidade dos valores de uso materiais distribuídos no espaço** e, portanto, ligados a considerações temporais e espaciais dentro **de uma estrutura singular definida pela lei do valor**”<sup>72</sup>. Dessa forma, a rápida ocupação do “Norte paranaense” respondia a estímulos simultâneos e convergentes. Aos **preços internacionais do café** respondia a rápida expansão das **lavouras**, que se adequavam aos interesses de fazendeiros e colonos **que foram se estabelecendo na região**. Ao avanço das lavouras e do capital fixo, fixado nas terras do “norte” e representado pelas estradas de ferro, pontes, estradas e infraestruturas urbanas, respondia a alta especulativa do preço das terras e a celeridade na venda dos lotes. A produção de alimentos intercalada nas lavouras de café (feijão, arroz e milho) com base na **mão de obra familiar e em contratos de colonato** demandava **baixos investimentos, graças também à fertilidade natural do solo**, e proporcionava uma **acumulação interna de capital**. Como salienta Harvey, nesse processo, **a propriedade fundiária não se comporta de forma passiva ou neutra**. “**O preço da terra deve ser realizado mediante a apropriação da renda futura, que se baseia no trabalho futuro**”<sup>73</sup>.

Dessa maneira, a propriedade da terra representada no capital imobiliário da companhia colonizadora, a CMNP, estava integrada na lógica da reprodução ampliada, a fim de se fazer remunerar o capital adiantado na compra das terras, condenando os usos futuros da terra ao retorno do capital investido, uma vez que “... **o pagamento do preço da terra pelo capital condena o trabalho a atividades muito específicas em determinados locais durante um espaço de tempo determinado pela taxa de juros – ou seja, se o capital adiantado para a aquisição da terra não vier a ser desvalorizado**. Aqui vemos, uma vez mais, como a

---

<sup>72</sup> 2017, p. 476.

<sup>73</sup> Idem.

**operação da lei do valor restringe o trabalho ativo**<sup>74</sup>. O empreendimento da CMNP consistia em uma organização nova da colonização “com um financiamento de tipo novo: o grande empreendimento de tipo capitalista”. Sendo assim, nas palavras de Monbeig “ não se acha ele levado pela sua estrutura, pelas suas múltiplas ligações, pela soma de seus interesses a favorecer o retalhamento do solo entre um grande número de possuidores?” (1935, p. 14).

A anatomia das tendências da (re)ocupação que ia se processando nas terras a norte do Paraná feita por MÜLLER (1956, p. 104) revela que parte significativa dos sitiantes já estava bastante envolvida “no mecanismo de especulação do café para não procurar sempre garantias ou melhor equilíbrio financeiro”. A diversificação das lavouras só aparece nas áreas de (re) ocupação mais recente “enquanto o café está sendo plantado ou ainda não produz”, buscando o sitiante “garantir a manutenção da família e contar com um elemento comercial de produção rápida, como o algodão. Só excepcionalmente, como em alguns casos esparsos e na colônia japonesa de Assaí, o sitiante procura manter, definitivamente, a cultura diversificada”. Em alguns casos, a diversificação foi obra das condições naturais, quando a ocorrência limitada das terras roxas levou os sitiantes a adotarem a batata como segundo produto comercial para aproveitar os solos arenosos. Independente da configuração que se verificasse, os preços ditavam o uso dos solos:

“O apelo dos altos preços pode, até mesmo, levar a soluções desesperadas: na área de Sabaudia, em 1946, sitiantes haviam plantado o café até a beira dos rios, mesmo com o risco de geadas” (idem).

“... a febre de algodão que reina em São Paulo teve sua repercussão no norte do Paraná e, aliás, com certo sucesso, pois as fibras de Londrina foram objeto de cotações interessantes na Bôlsa de Mercadorias de São Paulo” (MONBEIG, 1935, p. 16);

A expansão da estrada de ferro em direção ao oeste do Paraná impactaria uma série de aspectos ligados à renda possível de ser obtida com a propriedade da terra, uma vez que o tempo de circulação das mercadorias, tanto as necessárias à produção quanto aos próprios produtos da lavoura, seria consideravelmente impactado. Essa expansão, associada à ocupação das terras de maior fertilidade, determinaria também a **ocupação de terras de menor fertilidade**, visto que “uma massa de solo fértil pode ter uma “vizinhança” ou um efeito “colateral” sobre o solo mais pobre situado nas proximidades: “se um solo inferior está cercado por solo superior, então este último lhe proporciona a vantagem da localização em comparação ao solo mais fértil que ainda não é parte, ou está prestes a se tornar parte, da área cultivada” (Harvey, 2013, p. 440). O efeito vizinhança, que Harvey comenta a partir da análise de Marx, mostra a **complexidade**

---

<sup>74</sup> Idem.

**resultante da interação das várias formas de renda e o efeito dessa interação sobre o processo de expansão da área cultivada**, processo que no Paraná se encaminhou como uma grande onda, uma vez que os efeitos da localização relativa mais do que compensavam as desvantagens de um solo menos fértil. **As terras que foram deixadas “vazias” pelo caminho o foram por decisão estratégica da colonizadora**, a fim de obter ganhos extraordinários com a sua destinação futura.

“Embora essa ocupação, facilitada pelas enormes extensões de terra roxa, progredisse como uma onda invasora, na sua retaguarda foram ficando vastas áreas desocupadas, à espera de ocasião oportuna para se fazer especulação com as terras; **os fundos dos vales, sem valor imediato para a cultura do café, ficaram cobertos de matas, só mais tarde derrubadas para a ocupação por pastos e outras culturas, ou em consequência do loteamento em pequenas propriedades**”. (MÜLLER, 2001, p. 98)

Os estudos clássicos de Monbeig (1935) e Müller (1956), referência para a tese de doutorado de Padis (1981), sintetizam que a apropriação dessas terras se fez por dois elementos distintos, mas inseparáveis: a colonização rural e a fundação de núcleos urbanos, permeadas pela construção de estradas e ferrovias. Para Padis (1981) a conjunção de fatores que explicou como em um período de crise brasileira, com registros de decréscimo da produção em vários ramos da atividade econômica, a “frente pioneira” do “Norte do Paraná” encontrou recursos para ocupar uma extensa área totalmente desprovida de infraestrutura pode ser resumida da seguinte forma:

“Parece que a explicação desse fenômeno pode ser encontrada, pelo menos em grande parte, na forma adotada para a transmissão da propriedade da terra, pelas três companhias colonizadoras e pelo governo do Estado... Aliado, pois, à pequena dimensão das propriedades e à assistência prestada pelas companhias loteadoras, havia esse outro fator a facilitar o fluxo migratório para a região: o baixo preço da terra... As dimensões das propriedades condicionaram, evidentemente, o tipo de economia que surgiu na região. De dimensões limitadas, as áreas a serem cultivadas exigiam um volume de capital relativamente modesto e, em muitos casos, a força-de-trabalho da família era suficiente... A densa mata fornecia madeiras... E a fertilidade dos solos compensava, mais que satisfatoriamente, o trabalho despendido” (p. 105-6)

Paralelamente, segundo o autor, outros fatores contribuíram para o crescimento da região e a sua capitalização, como a rede de transportes e a proximidade dos núcleos proto-

urbanos que surgiam, o que facilitava a comercialização dos produtos, além da crise do algodão a partir de 1932, que criou condições para a produção dessa fibra pelos colonos recém instalados. Foi assim que no quinquênio de 1964/1968 o valor da produção das lavouras do “norte paranaense” representou 70% do total das lavouras no estado, destacando-se o café, o algodão, o milho, o feijão, o arroz, a cana-de-açúcar, o rami e o amendoim. Nesse período, as oleaginosas (a mamona e a soja) ainda não geravam grande valor monetário (cerca de 3% da produção agrícola do Norte paranaense), embora já fossem produzidas em quantidades relativamente grandes: 99,5% da mamona e metade da soja paranaenses foram produzidas nesse período nessa região.

“... a produção desses itens é fenômeno recente no Paraná, tendo sido iniciada nos primeiros anos da década dos sessenta. A razão do incremento dessas atividades está no fato simples de ter o governo estadual, a partir de 1962, realizado financiamentos consideráveis para investimentos em indústrias de óleos vegetais. Entre 1962 e 1968, nada menos que 29,3 milhões de cruzeiros, a preços de 1968, foram investidos nessas indústrias, ampliando a capacidade produtora, nesse período, de 107 para 804 toneladas/dia. **Considerando que 18,3 milhões foram financiados pelo governo do Estado, percebe-se a sua decisão de incrementar esse ramo de atividade**”. (idem, p. 100-11)

A tese de Padis, intitulada *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*, concluiu que se por um lado a odisséia cafeeira deu impulso significativo à região norte, por outro não a consolidou economicamente. Na sua interpretação, o fluxo das mercadorias produzidas em território paranaense seguiu os caminhos da infraestrutura logística estabelecida, ligando de maneira umbilical o norte cafeeiro ao motor industrial do Brasil, a cidade de São Paulo. **A relação de dependência** se agravou à medida que o governo federal se valeu dos recursos gerados com a produção e exportação de café para subsidiar a importação de bens de capital para o desenvolvimento industrial brasileiro. Na interpretação de Padis, no período, a fuga de capitais do café teria se destinado a outras lavouras de exportação, como o algodão, ou ao setor industrial, via rede bancária. O café, por ser uma cultura permanente, e sendo o mercado interno incapaz de absorver toda a produção nacional, foi duramente penalizado durante esse período já que sua produção crescente estava fadada a ser exportada em condições bastante adversas. A cafeeicultura paranaense havia sofrido uma transferência da sua renda para o setor industrial, ainda que no discurso oficial **o confisco cambial sobre o café** fosse destinado a “atender às despesas com a execução da política de defesa dos preços externos, expansão do consumo e aos encargos relativos ao aperfeiçoamento da lavoura ou de sua substituição por outras mais aconselháveis” (idem, p. 139).

Na análise de Padis havia implícita a compreensão de **uma inércia do movimento econômico e geográfico**, uma vez que se tratando de uma lavoura permanente, o capital e o trabalho aplicados na expansão da produção de café nos anos de bons preços só iria se refletir em maior oferta do produto anos depois: leva de 4 a 5 anos para os cafeeiros começarem a produzir e depois eles produzem durante 15 anos sem ser necessário o replantio. No caso do Paraná, essa oferta ampliada chegou em um contexto de queda internacional dos preços, no início dos anos 1960.

O **gráfico 13** a seguir mostra o volume e o valor das exportações brasileiras de café entre 1930 e 1967. Já o **gráfico 14** mostra as quantidades produzidas e exportadas a cada safra, de 1954/55 a 1967/68. Da leitura dos dois gráficos é possível inferir que a evolução da produção brasileira – sobretudo a paranaense – respondeu ao estímulo dos preços altos de 1953, especialmente. Os aumentos nos preços ocorridos até 1953 impulsionaram novos plantios que resultaram nas safras recordes do final dos anos 1950 e início da década seguinte. Não obstante os recordes de produção, as exportações continuaram girando em torno do mesmo patamar, revelando a atuação política do Governo Federal no sentido de limitar a exportação do produto e a estagnação do mercado internacional, sobretudo pela entrada de novos países na oferta de café. Concluía assim que, com o predomínio da lavoura cafeeira na sua economia, o Paraná alienara – por um tempo precioso – boa parte das suas chances de industrialização.

**Havia no pensamento de Padis a concepção cepalina<sup>75</sup> de uma economia dual**, com base na qual **a relação periférica** que o “norte paranaense” estabelecia com São Paulo **deveria ser quebrada** para que o Paraná pudesse **realizar uma industrialização autônoma<sup>76</sup>**. Na prática, o processo que se desenrolava a olhos vistos era diametralmente o oposto: à medida que a dependência do Brasil e de São Paulo em relação ao café diminuía, no “norte Paraná” a importância do produto crescia a passos largos. Completando o quadro da economia paranaense havia uma incipiente agricultura no “sudoeste”, atividades extrativistas e a pecuária extensiva no “Paraná tradicional”, além do centro urbano de Curitiba e o Porto de Paranaguá. Um dos elementos que poderia ajudar a atenuar o vínculo e a drenagem da renda norte-paranaense seria a construção de infraestruturas logísticas que ligassem o “norte do Paraná” à “região” de Curitiba e ao porto de Paranaguá, possibilitando verter os fluxos de mercadorias não mais pelo porto de Santos. **Na base dessa estratégia estava a compreensão de que o território**

---

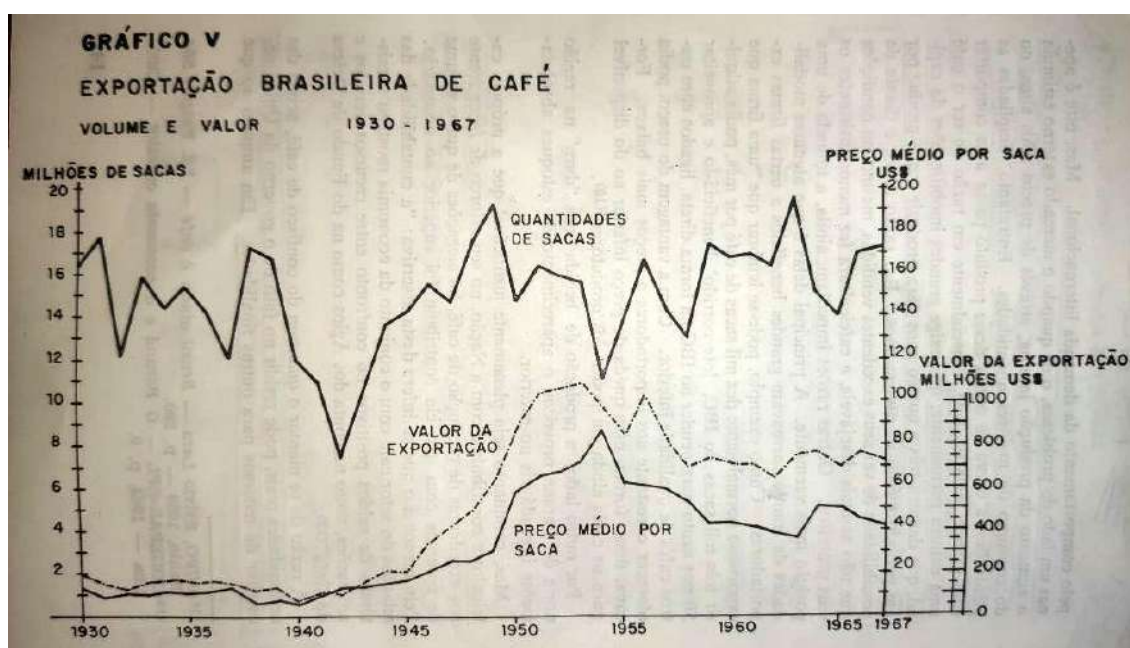
<sup>75</sup> Atuou como professor e pesquisador nas Universidades de Reims, Nanterre e Sorbonne sob orientação de Celso Furtado, onde também dirigiu o Instituto de Estudos de Desenvolvimento Econômico e Social – IEDES. Integrou a equipe da Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas ao Complexo Social (SAGMCS) durante os anos do governo Ney Braga para a elaboração de um plano de desenvolvimento do Estado. Foi nesse contexto que Padis realizou pesquisas de campo em território paranaense.

<sup>76</sup> Padis via potencial em setores como o petroquímico, o de papel e celulose, o da construção civil e o de transformação de minerais.

paranaense estava formado por três ilhas econômicas que não estabeleciam conexões entre si e que correspondiam às áreas tomadas pelas grandes frentes pioneiras e que a integração territorial entre essas regiões poderia auxiliar em um processo de industrialização autônoma. Coube ao ex-governador Ney Braga a inauguração da pavimentação da Rodovia do Café<sup>77</sup> em 1965 após dez anos de paralisação das obras na década de 1950.

Guardados os diferentes contextos históricos, e embora os seus propósitos pudessem ser outros, estava embutida na leitura de Padis uma versão paranista de uma série de ideologias e projetos que fundamentaram o processo histórico de formação territorial brasileiro, pois o autor tratava como tarefa emergencial a manutenção de uma integridade territorial paranaense frente a um território em vias de fragmentação econômica, com suas evidentes deficiências viárias, preocupação que Manoel Fernandes de Sousa Neto (2004) demonstrou ser tão antiga e tarefa tão premente desde os tempos do Império.

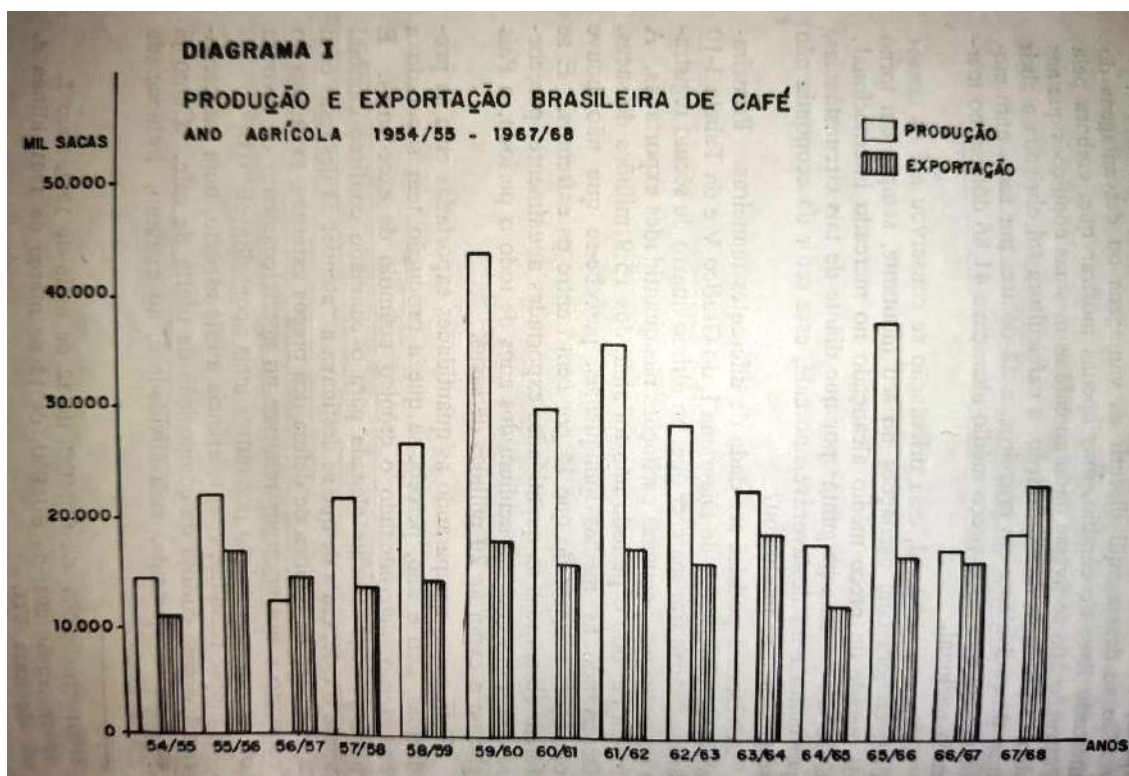
Gráfico 13. Exportação brasileira de café: volume e valor 1930-1967.



Fonte: PADIS (1981, p. 142).

<sup>77</sup> Antes da Rodovia do Café a ligação do “norte paranaense” com a cidade de Curitiba era feita por meio da Estrada do Cerne, construída a partir de 1929. Tortuosa e de difícil tráfego, a estrada fechava a cada chuva forte pelos grandes atoleiros que se formavam.

**Gráfico 14.** Exportação brasileira de café: volume e valor 1930-1967.



Fonte: PADIS (1981, p. 140).

A tese de Padis, defendida em 1970 e só publicada em 1981, não alcançou o momento da territorialização acelerada das modernas lavouras de grãos em solos paranaenses e do desenvolvimento de uma agroindústria com competitividade internacional, embora tenha captado, à época, o interesse do Estado no fenômeno recente da agricultura estadual: “considerando que 18,3 milhões [de um total de 29,3] foram financiados pelo governo do Estado, percebe-se a sua decisão de incrementar esse ramo de atividade” (idem, p. 100-11), referindo-se aos investimentos do governo estadual na indústria de óleos vegetais a partir de 1962.

Um ano após a publicação da tese de Padis, o IPARDES (1982) realizou um diagnóstico da economia paranaense intitulado *Paraná: Economia e Sociedade*. Na primeira seção do documento, intitulada *Paraná: Economia e Sociedade, Um modelo de interpretação*, o IparDES desferiu uma crítica frontal à concepção desenvolvimentista presente em Padis e nos trabalhos do Banco de Desenvolvimento do Paraná<sup>78</sup>, mostrando a inadequação da dicotomia centro-periferia para designar a relação de atraso que o “norte paranaense” estabelecia com São Paulo, uma vez que a economia do café representava o núcleo da economia capitalista do Brasil cuja natureza

<sup>78</sup> Criado em 1962 no Governo Ney Braga sob a denominação de Companhia de Desenvolvimento do Paraná – CODEPAR.



não poderia ser definida pelo fato de ser uma economia primário-exportadora, como tantos outros ciclos de produtos primários na história do Brasil, mas apreendida pelas suas características sociais, o que explicaria o seu dinamismo, a sua tendência à diversificação e o seu caráter modernizador.

Para o instituto, o desenvolvimento do capital comercial nacional – que se acelerou após a independência – permitiu que esse capital se dirigisse progressivamente à produção do café, fazendo avançar a divisão social do trabalho, a mercantilização da economia e a acumulação dos capitais produtivo e comercial ligados ao café, culminando em fins do século XIX com a libertação dos escravos e a introdução do trabalho assalariado a partir de São Paulo. Em seu processo de acumulação, esses capitais se desdobraram, dando origem a novas formas de capital, como o bancário e o industrial. Esses processos permitiram a diversificação das atividades, implantando um moderno sistema de transportes – as estradas de ferro – e impulsionando o crescimento das cidades, agora com um setor de serviços e atividades ligadas à construção civil e à indústria. Ao mesmo tempo, a indústria e a própria expansão do café promoveram a diferenciação da produção agrícola, através da demanda crescente, dando origem a um setor agrícola mercantil diversificado, produtor de matérias primas e alimentos. Por se desdobrar em vários setores e formas de capital, que se estimulam reciprocamente, e mesmo atividades não-capitalistas àquelas se subordinam, qualifica-se esse complexo de núcleo capitalista. A economia do café, portanto, por ser capitalista, é conseqüentemente dinâmica e modernizante. Dinâmica porque visa lucros que são constantemente reinvestidos, imprimindo-lhe uma tendência expansiva. Modernizante porque os capitais reinvestidos podem dirigir-se a novas áreas, diversificando a economia e a sociedade e porque, buscando maximizar lucros, permanentemente incorporará progresso técnico, fazendo avançar as técnicas de produção.

Por todas essas características, a economia do café se mostrou insaciável na incorporação de novas terras (que o Ipardes chama de “virgens e férteis”), ampliando constantemente as “fronteiras agrícolas”. Aos maiores custos de transporte respondeu o avanço das estradas de ferro, resultando em aguda concorrência entre as áreas produtivas “pioneiras” e as regiões de “ocupação” mais antiga, com terras já não tão férteis. A peculiaridade histórica do acelerado desenvolvimento da agricultura do “norte paranaense” se conformaria, além dessas características, pela ausência de estruturas sociais pré-capitalistas que oferecessem significativa resistência – representada pela débil resistência de uma rarefeita população indígena – e por um “caráter democrático” da ocupação dada a estrutura fundiária que se implantou na região por meio dos loteamentos oficiais e particulares, sendo desde o seu início essencialmente mercantil e parte do núcleo dinâmico capitalista da economia brasileira, não fazendo sentido, portanto, caracterizá-la como periférica.

Também por ser mercantil, os produtores se abasteciam de insumos para a produção e de bens de consumo no mercado. Apresentando custos monetários, essa agricultura precisava

auferir as suas rendas também em moeda, pela venda das mercadorias que produzia, realimentando e amplificando todo esse processo à medida os agricultores buscassem aumentar ao máximo as diferenças entre os custos de produção e a renda obtida. A sua natureza mercantil lhe abriria o flanco aos estímulos emitidos pelos preços de mercado e pelas condições de financiamento, tendo respondido rapidamente aos estímulos para a erradicação do café, introduzindo novas culturas em seu lugar. O estímulo dos financiamentos e dos preços de mercado também serviria para explicar a diversificação da agricultura “norte-paranaense”. **Ao afirmar tal diversificação, o estudo do Ipardes faz uma advertência: a de que essa diversificação se observa a nível regional, mas não em relação à unidade produtiva, onde ela tende à especialização, dedicando-se a poucas culturas em busca de maior produtividade, corroborando o relato de Müller (1956).**

Por fim, o estudo constata a velocidade do processo de modernização da agricultura do Paraná nos anos 1970, tomando por modernização o uso crescente de equipamentos agrícolas, adubos, defensivos, etc, uma vez que se visa o lucro essa agricultura buscará sempre reduzir os custos unitários de produção por meio da incorporação do progresso técnico. Além do aspecto técnico da produção, observa o surgimento de formas mais avançadas de organização da produção, como é o caso das cooperativas, “visando a defesa da agricultura em suas relações com o comércio e a indústria” (p. 10). Ainda que esses objetivos iniciais mudem, ainda representarão “um nível mais elevado de racionalização da produção, permitindo mesmo um certo ordenamento da produção nas áreas que influenciam” (idem).

Observando o que a agricultura no Paraná se tornou 40 anos depois do estudo do Ipardes, é possível afirmar que a conclusão é correta: as próprias cooperativas se tornaram agentes da seletividade no campo e promoveram a integração com a indústria e o comércio, e ao mesmo tempo ampliaram o seu poder de “ordenamento da produção nas áreas que influenciam. Ao lado das cooperativas, estão presentes no campo paranaense capitais estrangeiros e capitais oriundos de outras unidades da federação, sobretudo a partir dos anos 1970, sendo que “na produção de do óleo de soja por exemplo, 44,8% das empresas eram estrangeiras, 19,8% originárias de outros estados e apenas 35,8% eram paranaenses” (idem, p. 47).

O estudo conclui a sua parte introdutória dedicada ao setor agrícola afirmando a **tendência à concentração da propriedade na agricultura mercantil de pequenos produtores e a sua aceleração a partir dos anos 1970, potencializada pelo crédito agrícola e pela modernização.** Importante também é a forma como enxerga a transição da atividade agrícola no chamado “Paraná Tradicional”, cuja baixa dinâmica apresentada até então dará espaço, de forma mais ou menos rápida a depender de vários fatores, a transformações que apontam numa direção que se acredita inexorável, perdendo suas características tradicionais e assumindo progressivamente as feições da agricultura mais

**avançada, boa parte desses desenvolvimentos se devendo à ligação dessa região a mercados em expansão que vão induzindo, pela via do comércio ou da indústria, os produtores a se incorporarem à economia mercantil.**

Diferentemente da tese de Padis, elaborada no final dos anos 1960, nos anos 1980 não se tratava mais de pensar as possibilidades de desenvolvimento no estado do Paraná, mas de explicar o “sucesso” e a velocidade das suas transformações, sobretudo da agricultura no norte paranaense, e antever possíveis mudanças. **O estudo do Ipardes deixou uma série de contribuições, que embora não possamos afirmar ineditismo, são úteis tanto para pensar as transformações territoriais no Paraná sob o domínio das formas sociais do capitalismo quanto para pôr em questão narrativas e imagens sobre esse território. Por se tratar de uma abordagem crítica e histórica, o estudo não atribui aos supostos padrões sociais mais elevados dos imigrantes, à pequena propriedade da terra, à disponibilidade de terras, à fertilidade dos solos ou à produção do café, em si, a explicação para a veloz expansão econômica do “norte paranaense”, e sim ao desenvolvimento das formas capitalistas sociabilidade.**

A integração territorial paranaense por meio de obras de infraestrutura logística – celebrada nos anos 1960<sup>79</sup> - ao contrário de fazer o estado “crescer por igual”, tenderia a acelerar o desenvolvimento capitalista desigual no campo paranaense. A nova vertente asfáltica da safra do café não alteraria a relação de propriedade das companhias que operavam o Porto de Santos, também proprietárias dos terminais de Paranaguá, muito menos o fato de que participaram do processo de modernização os proprietários de terras, especialmente aqueles com propriedades acima de 100 hectares, excluídos todos aqueles produtores em situação de insegurança jurídica em relação à terra ou com propriedades de dimensões menores, num processo de expansão e homogeneização das condições e relações produtivas que foi seletivo, conforme descrito por Vanessa Fleischfresser (1988).

---

<sup>79</sup> “Integrado, unido, pulsando num só compasso e crescendo por igual o lugar que sempre lhe esperou no concerto nacional. Estado celeiro, que pode alimentar o Brasil e ainda fornecer-lhe divisas. Paranaguá, o maior porto de café do mundo”. Trecho narrado do vídeo promocional da inauguração da pavimentação asfáltica da Rodovia do Café, em 1965. <https://www.youtube.com/watch?v=DfwhlNlThL0&t=182s>

#### 4.4.2 A MODERNA LAVOURA DE SOJA E A “VALORIZAÇÃO” DAS TERRAS NO PARANÁ.

Conforme demonstrado por Monbeig (1935) e Müller (1956) o projeto de (re)ocupação das terras do “norte do Paraná” foi exemplar da economia capitalista moderna, pensado para uma produção que se estabelecesse para o mercado, havendo sítios cuja produção estava completamente voltada para o mercado. Nas crises do café dos anos 1960, como nota Serra (2001) uma quantidade significativa de produtores rurais já havia optado por desenvolver lavouras de café mais intensivas em capital. A transição para as lavouras modernas de grãos, portanto, se faria sobre um terreno de condições e produtores já diferenciado, contribuindo para ampliar essa distância o favorecimento dos maiores produtores por parte do Estado e as condições ambientais.

A anatomia desse processo foi dissecada por Vanessa Fleischfresser em dissertação de mestrado intitulada *A Modernização Tecnológica da Agricultura Paranaense na Década de 70: Difusão, Contrastes Regionais e Consequências Sócio-Econômicas* (1984)<sup>80</sup>, estudo que segue a linha dos principais argumentos apresentados pelo Ipardes (1982) e **busca captar a transformação operada pela entrada das lavouras mecanizadas no território paranaense na década de 1970, fazendo uma detalhada anatomia das mudanças ocorridas no uso do solo, tendo como recortes: as condições ambientais e de relevo, o tamanho dos estabelecimentos e a condição legal do produtor em relação às terras, o acesso ao crédito e o uso de tecnologias químicas, biológicas e mecânicas.**

A autora descreve o mesmo processo de estabelecimento de uma agricultura mercantil e a transição para as lavouras de escala intensivas em insumos e maquinários. Não só por um desejo de mudar a sua forma de produzir, mas também pelo efeito de indução/propaganda que os proprietários mais modernizados de uma região podem exercer sobre os demais ou mesmo pelo fato do uso de agrotóxicos em algumas propriedades ou a presença de pragas inviabilizarem o cultivo de frutas e alimentos nas propriedades vizinhas, vários agricultores começaram a modificar suas formas de produzir nos anos 1970. As exigências de padronização dos produtos pelos mercados intermediários (cooperativas, *tradings* e redes de supermercados) reforçou a necessidade de adesão a um pacote tecnológico que entregasse o produto dentro das especificações exigidas.

A oferta de crédito a taxas fortemente subsidiadas facilitava a capitalização dos proprietários de terra e a transição técnica reduzindo a distância entre os mais e os menos capitalizados, viabilizando a aquisição do pacote tecnológico. O incremento do uso de

---

<sup>80</sup> A dissertação foi defendida em 1984 na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, mas a partir daqui citaremos a sua publicação em formato de livro, que data de 1988.

tecnologias químicas como o calcário indicava a expansão das lavouras sobre os solos de pior qualidade, viabilizando a sua inserção produtiva. Nesse cenário, a propriedade da terra e as suas dimensões, bem como a declividade do relevo, funcionaram como divisores de águas no processo de modernização da agricultura e diferenciação socioeconômica dos agricultores. Nas terras onde não foi possível a entrada da máquina (tratores, plantadeiras e colhedoras), em função das irregularidades do terreno, a mecanização ficou restrita e outras alternativas à soja se apresentaram. A difusão tecnológica seguiu um “roteiro”. Um grupo seleto de médios e grandes proprietários com terras suficientes e capacidade de endividamento acessou o crédito subsidiado e aderiu ao pacote tecnológico. À medida que a difusão continuava, as regiões passavam a apresentar certa homogeneidade do padrão tecnológico. Mas apenas uma homogeneidade formal das técnicas. O acesso ou não ao pacote tecnológico determinou um distanciamento entre os perfis de agricultores. Direta ou indiretamente a modernização determinou destinos diferentes aos agricultores: para uns, fortalecimento, para outros a perda da terra e a transformação em trabalhadores urbanos ou trabalhadores volantes no campo.

A velocidade das transformações no uso da terra agrícola diferiu no espaço e no tempo. Os recortes temporais e espaciais adotados por Fleischfresser (1988) permitem notar que se nos anos 1960 foi registrado um crescimento no número de estabelecimentos em todas as classes de área, argumento reforçado por Graziano (1996); já nos anos 1970, o número de estabelecimentos rurais com menos de 50 hectares diminuiu ao passo que aumentaram os estabelecimentos com mais de 50ha, seja no caso dos proprietários, seja no caso dos arrendatários e dos parceiros. Pequenos arrendatários, parceiros e ocupantes também perderam espaço: uma vez que o processo de transformação da terra em mercadoria se intensificou e que as lavouras de grãos tiveram a sua rentabilidade sustentada pelo Estado, cresceu a pressão sobre as terras de produtores em condições de insegurança jurídica perante a terra. Cresceu também o trabalho assalariado, que já era maioria na região de Maringá e já tinha participação significativa na região de Londrina. O crescimento do arrendamento nas classes de área maiores se explicou pelo fato de que muitos produtores – já proprietários de terras – optaram por arrendar mais terra para produzir sem ter o ônus de imobilizar capital em novas terras (estratégia utilizada ainda hoje por grandes grupos capitalistas no campo brasileiro como São Martinho e Jalles Machado) ou por interesse em aumentar a dimensão do seu empreendimento. O crescimento do arrendamento e da parceria pode também ser visto como uma estratégia para a obtenção de rendas aumentadas por parte dos proprietários de terra, considerando a defesa inflacionária proporcionada pelos preços sustentados da soja, transparecendo o tratamento da terra com bem financeiro.

Utilizando os dados dos censos agropecuários de 1960, 1970, 1975 e 1980, a autora mostrou que esse processo se acelerou na segunda metade da década de 1970 e manteve a

desigualdade entre as regiões, com o “Norte Novo do Paraná” (Regiões de Maringá e Londrina) e o Extremo Oeste do estado (região de Cascavel) liderando a modernização.

“Através desses aspectos fica demonstrado que esses produtores exploram terras de terceiros com a preocupação de obter lucro sem imobilizar capital na compra de terras (além das que já possuem). Confirmam também que o pagamento em produto ou seu equivalente em dinheiro pode ser uma forma avançada de remuneração pelo uso da terra. Todavia, não se está colocando que o tipo mais tradicional de parceria – na qual o produtor paga com o produto de seu trabalho por não poder fazê-lo em dinheiro – tenha desaparecido. Ela se mantém, em geral, quando tanto o dono da terra quanto o usuário necessitam da produção para sua subsistência.

Outro caso, já mais avançado, ocorre quando, ao dono da terra, interessa o pagamento em um produto que sirva para consumo do gado (milho) ou dos empregados (feijão, arroz e outros). Dessa forma, constitui-se um artifício utilizado pelo proprietário fundiário, que é ao mesmo tempo produtor capitalista, para aumentar seus lucros, na medida em que reduz seus custos de produção quando deixa de despender com rações e com a devida remuneração pela compra da força de trabalho.

Assim, quando se trata da produção agrícola em molde capitalista, não há porque fazer uma distinção entre arrendamento e parceria, pois ambos são formas de pagamento da renda capitalista da terra.

Concomitantemente, essas situações valorizam a terra e trazem como consequência uma elevação do seu preço, fenômeno que explica a segunda questão colocada – redução no número e área dos menores arrendatários e parceiros.”

(Idem, p. 133)

Com o fechamento da “fronteira agrícola” paranaense, nova tendência se apresentou: a de fechamento das “fronteiras internas”, tema apresentado pelo estudo do Ipardes (1982) e que Fleischfresser apresenta em detalhes. Nos anos 1970, a área trabalhada no interior de cada propriedade cresceu, indicando a intensificação do uso do solo operada pelos proprietários. Outro dado que revelava o grau de intensificação de uso do solo era a disponibilidade de máquinas, cujos dados mostraram que os estabelecimentos médios e grandes possuíam máquinas em maior quantidade e potência.

Na competição em busca dos usos mais rentáveis do solo, a lavoura de soja empurrou para terras de piores condições outras lavouras de menor interesse comercial. No caso do “Norte paranaense” ela ajudou a desapossar a outrora pujante lavoura cafeeira, que se retraiu e se restringiu a alguns enclaves de maior produtividade. A política de modernização e sustentação da renda das lavouras de grãos orquestrada pelo estado implicou em aumento estrutural dos preços das terras, em um contexto onde o crescimento acelerado brasileiro implicou em pleoras de capital direcionadas para o mercado de terras. A capitalização dos médios e grande proprietários garantida pelo estado e a descapitalização dos pequenos produtores resultou em concentração de terras e de renda. O “médio proprietário tecnificado” de

que fala Fleischfresser, surgido no Paraná nos anos 1970, é o agricultor que hoje predomina na paisagem do corredor da soja formado entre Jacarezinho e Cascavel e que apresenta os maiores índices de produtividade da soja no Brasil, rivalizando com os índices norte-americanos.

O “médio produtor tecnificado” foi o principal alvo e a principal lança do movimento modernizador. A intensa exposição dos mercados de terras paranaenses ao farto crédito subsidiado acelerou essas transformações, expondo-o, como argumenta Harvey, aos efeitos contraditórios do sistema de crédito e da circulação do capital que rende juros, estruturando assim novas configurações espaciais a partir da sinalização que os preços das terras davam aos agentes do mercado, indicando a localização da acumulação futura. **A homogeneização tecnológica e paisagística aconteceu em boa parte do território, onde foi possível à máquina alcançar**, com agricultores alterando completamente sua forma de produzir. Entretanto, persistiram diferenças significativas no valor bruto da produção entre produtores e regiões, sobretudo nas médias propriedades como notou Graziano (1995), indicando que as regiões e os produtores mais dinâmicos andam sempre à frete.

\*\*\*

No texto que talvez seja atualmente o principal manual de história do Paraná, intitulado *História do Paraná*, Rui Christovam Wachowicz, após reforçar todo o esquema interpretativo difundido a partir de Brasil Pinheiro Machado, afirma:

“De qualquer forma, o Paraná, politicamente falando, jamais terá o comportamento que possuía anteriormente a 15 de novembro de 1982 [data da eleição do primeiro governador genuinamente do norte do estado, José Richa]. Os tempos são outros. Os adventícios estão assumindo o papel que a história lhes proporcionou.

A próxima etapa no desenvolvimento histórico-cultural do estado é concluir a obra de integração das partes que formaram o Paraná num todo mais homogêneo. Somente unido e sem esdrúxulos sentimentos regionais poderá o Paraná reivindicar e conquistar um importante papel na esfera federal. Este processo, entretanto, já está em pleno desenvolvimento e concretização.

O desenrolar da história política do Paraná tem revelado lances de grande sabedoria política: a rotatividade do poder. Após vários governadores oriundos do norte, o povo escolheu para governá-lo dois sulistas: Roberto Requião e Jaime Lerner. A alternância da chefia política do executivo é salutar para a consolidação cultural e política do estado.

O Paraná neste final do século XX já tem seu território ocupado e colonizado. Cabe agora, aos paranaenses de todas as origens e procedências, saber administrá-lo e preservá-lo” (2018, p.333).

Arriscamos afirmar que a integração das “partes que formam o Paraná” num todo mais homogêneo foi obra feita – e em constante refinamento – pelo desenvolvimento das relações capitalistas no campo e nas áreas urbanas paranaenses, com destaque para as lavouras mecanizadas de soja. Na realidade, as evidências que encontramos até aqui nos levam a crer que a história da formação territorial do Paraná mostrou no seu início um todo determinado por processos de espoliação, violência, grilagem de terras, expropriação etc, que agora dá lugar a um novo todo, onde convivem, além dos processos arcaicos, processos modernos de expropriação e uniformização dos usos do solo, pintando as suas paisagens rurais e urbanas nos mesmos tons dramáticos.

Mesmo o estudo do Ipardes - de natureza teórica e histórica crítica – apresentava certo otimismo quanto ao futuro da “produção familiar” no Paraná naquela quadra histórica (1982), prevendo que ela tivesse “grande poder de resistência frente à expansão das grandes propriedades e que possivelmente esta resistência manifeste-se claramente a nível político, passando os representantes deste setor a exigir medidas políticas que projetam os produtores familiares” (Ipardes, 1982, p. 41). O que se tem visto na prática é a intensa transformação da estrutura fundiária que se estabeleceu até os anos 1960 no chamado “norte novo paranaense”, a feroz expulsão da população do campo e a tendência ao esvaziamento das pequenas cidades. Eis o preço cobrado pelo capital para realizar a tão desejada obra de integração do território paranaense.

#### 4.4.3 OUTROS ASPECTOS DA “VALORIZAÇÃO” DAS TERRAS NO PARANÁ.

Tendo apresentado em linhas gerais como a expansão e o declínio das lavouras de café e a expansão das lavouras de soja transformaram o território paranaense e contribuíram para a “valorização” das suas terras cabe agora desdobrar alguns elementos dessa “valorização”. Para tal tarefa, mediremos a discussão com base em material empírico levantado em campo e em fontes secundárias.

Na **Figura 36**, produzida com o auxílio da ferramenta Google Maps, pontuamos as visitas de campo que fizemos, durante a elaboração desta pesquisa, no entorno das cidades de Londrina, Ivaiporã, Campo Mourão, Engenheiro Beltrão (e o Distrito de Ivailândia), Floresta, Maringá e Astorga. É possível ver que a área escolhida representa justamente a porção central do grande corredor da soja, entre Ourinhos-SP/Jacarezinho-PR e Cascavel/Foz do Iguaçu, o

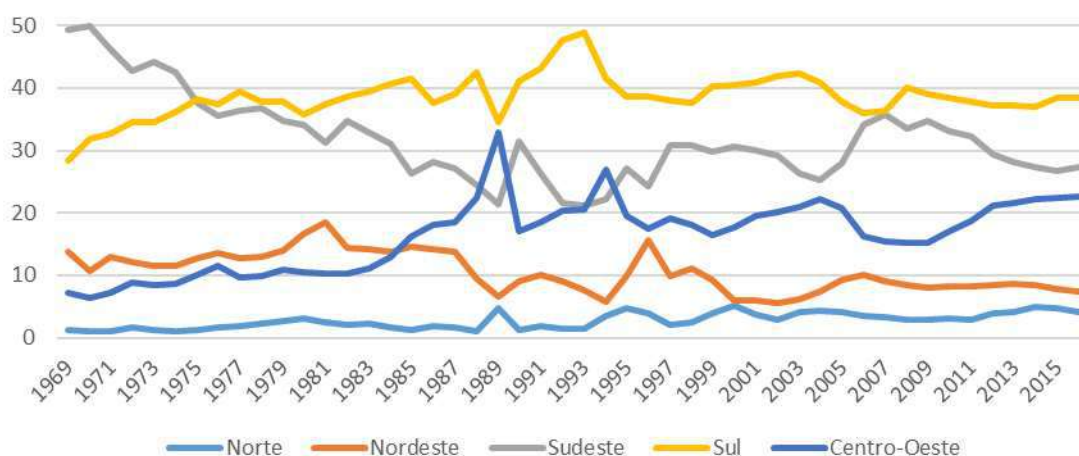


que possibilitou ver em campo as condições nas quais a soja se impôs como cultura hegemônica.

\*\*\*

Desde a criação do SNCR, a região Sul do Brasil apresentou a tendência de ser a principal destinatária do crédito rural e os ciclos de ampliação da oferta de recursos aconteceram em conjunturas internacionais favoráveis à expansão da dívida pública, condição última de viabilidade dessa política econômica.

**Gráfico 15:** Percentual do crédito rural destinado para as diferentes regiões brasileiras (1969 – 2015).



**FONTE:** SOUSA; FERREIRA JUNIOR; MIZIARA; ARRUDA DE MORAIS (2020).

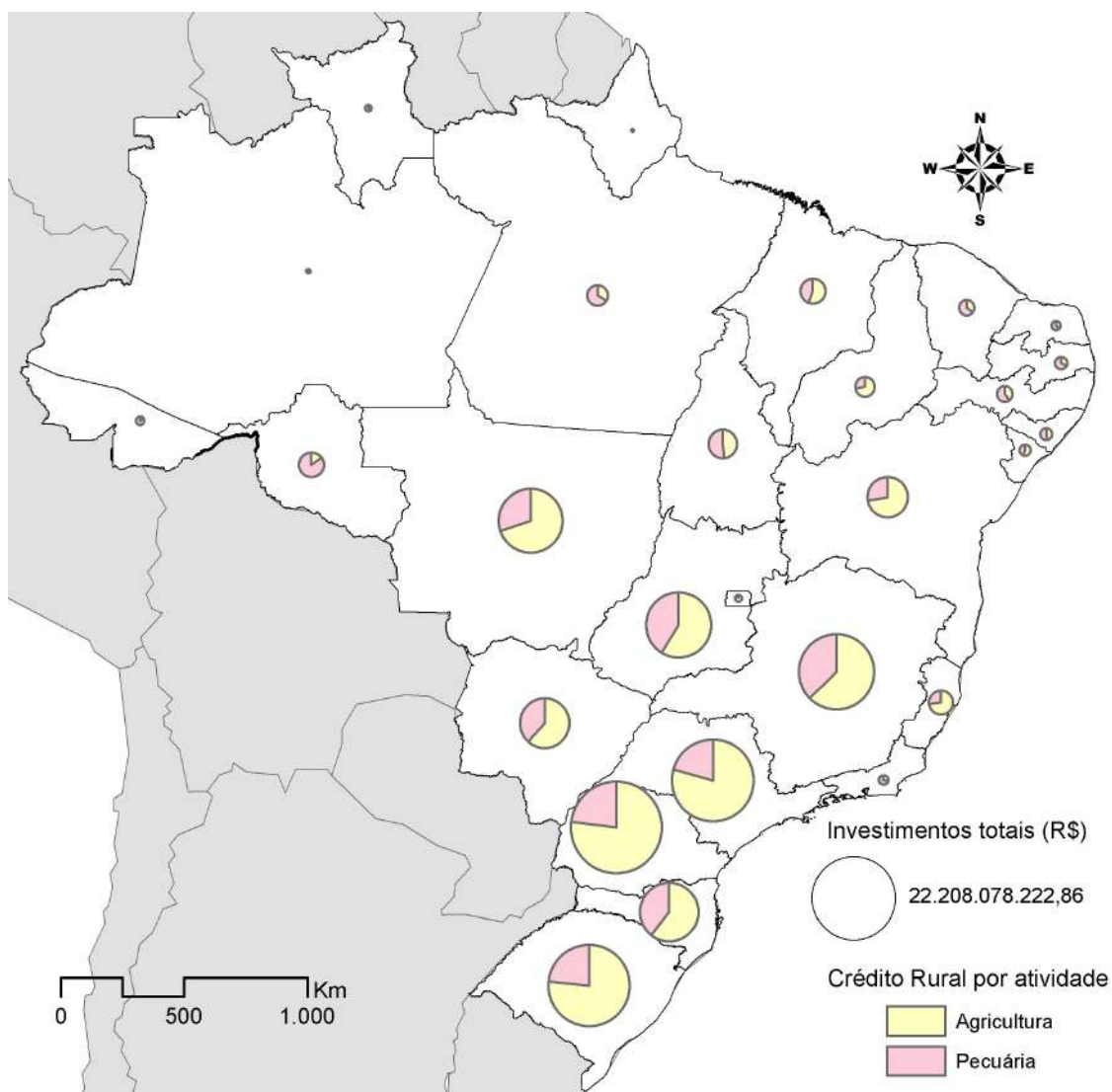
O Paraná se destaca pelo ativismo das suas organizações em prol da ampliação da dotação de recursos por parte do Estado nos planos anuais de safra<sup>81</sup>. Tal ativismo

<sup>81</sup> <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Parana-apresenta-sugestoes-ao-governo-federal-para-ampliar-Plano-Safra-202223>

<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/281898-parana-pede-r-277-bi-em-recursos-no-plano-safra-202122.html#.Ym2oddrMK3A>

também se mostra na efetiva captação de recursos via Sistema Nacional de Crédito Rural, tendo o Paraná se mantido na primeira posição nacional em volume de recursos captados nos últimos anos, a maioria deles destinados à agricultura, conforme se pode visualizar no mapa a seguir:

**Mapa 02:** Participação estadual total e crédito rural por atividade (2016)



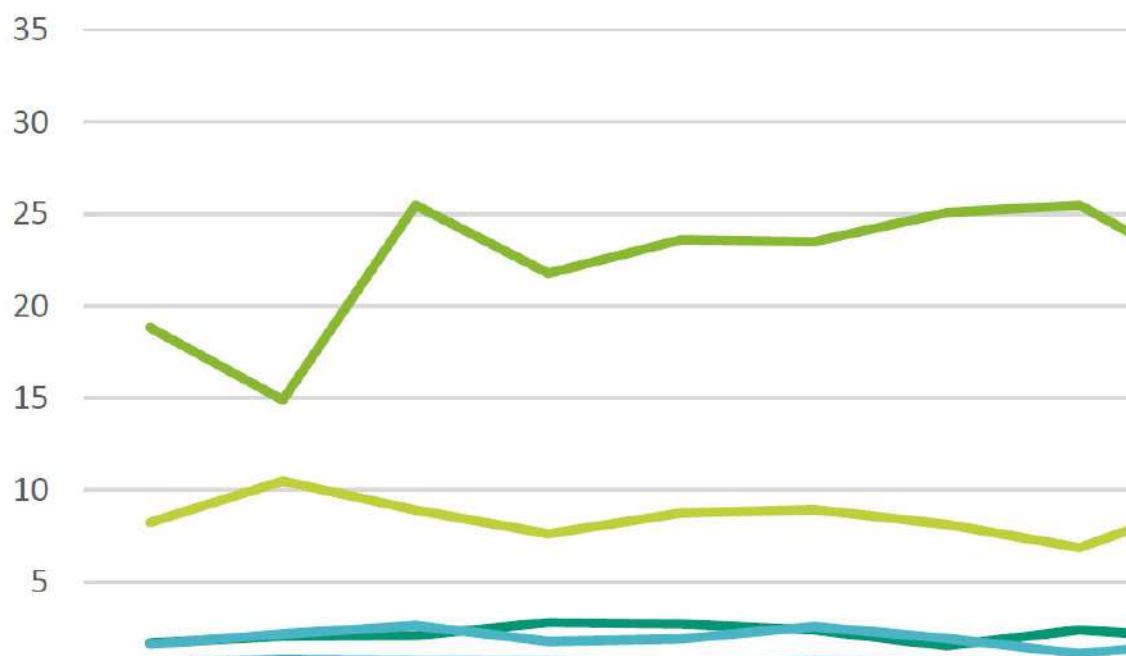
**FONTE:** SOUSA; FERREIRA JUNIOR; MIZIARA; ARRUDA DE MORAIS (2020).

A expansão da oferta de recursos se mostra determinante para impulsionar a expansão de lavouras cada vez mais dependentes de capital, levando a produção da

agricultura capitalista além das suas barreiras imediatas. Embutido no crédito estatal está o subsídio do Estado ao setor agropecuário brasileiro, por meio da manutenção de uma taxa de juros efetiva abaixo do juro corrente no país que tem por referência a Taxa Selic. Por essa razão, no Paraná, briga-se não apenas pelo aumento do volume de recursos, mas pela ampliação dos subsídios via congelamento das taxas de juros praticadas em um contexto nacional e global de elevação das taxas de juros<sup>82</sup>. Segundo SERVO (2019, p.8), o subsídio total ao setor em 2018 foi de R\$ 8,9 bilhões.

Tal condição demonstra a fragilidade da inserção via produção de commodities e sua susceptibilidade às condições macroeconômicas brasileiras. Os momentos de reversão desses ciclos de liquidez historicamente implicaram agudas crises econômicas para o Brasil. Uma das conseqüências dessa política econômica ao longo de décadas, associa às agudas desvalorizações porque passa a moeda brasileira é a vertiginosa, é a elevação do **valor da produção agropecuária brasileira**, que por sua vez impacta o **preço da terra**.

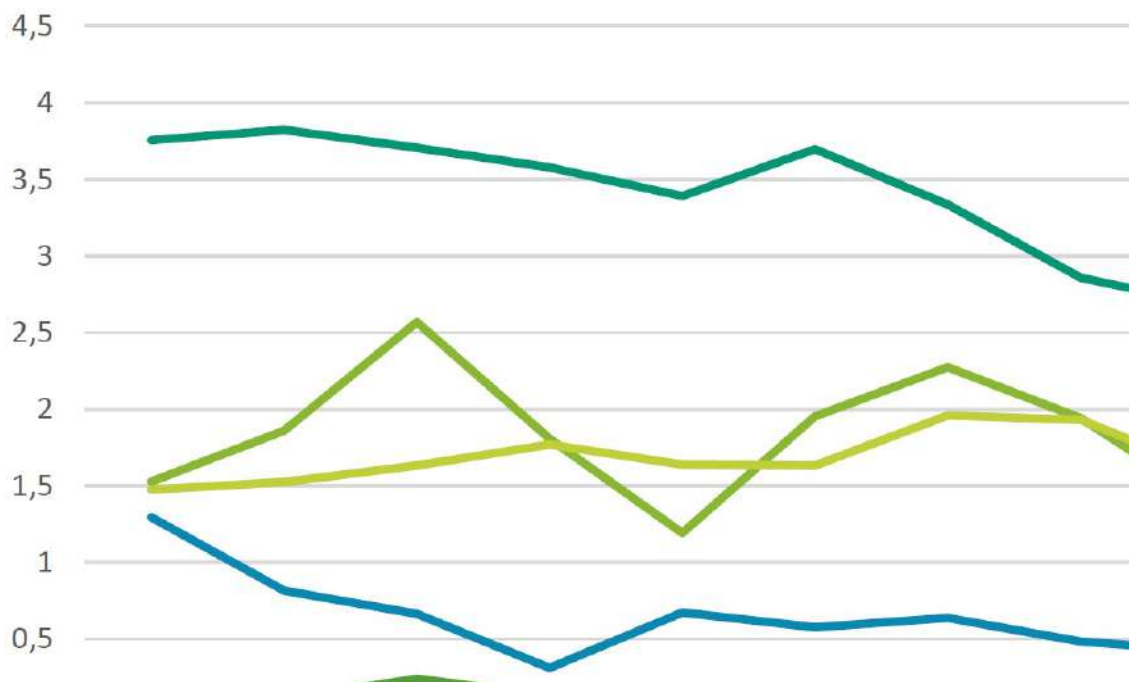
**Gráfico 16:** Valor Bruto da Produção dos Grãos em bilhões de reais: 2011 a 2020.



**Fonte:** SEAB/DERAL (2020).

<sup>82</sup> <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/parana-pede-mais-recursos-e-manutencao-de-taxas-no-plano-safra-2022>  
23#:~:text=No%20total%2C%20o%20Paran%C3%A1%20defende,libera%C3%A7%C3%A3o%20de%20R%24%20277%20bilh%C3%B5es.

**Gráfico 17:** Valor Bruto da Produção das Outras Grandes Culturas em bilhões de reais: 2011 a 2020.



Fonte: SEAB/DERAL (2020).

O indicador valor bruto da produção em reais é uma boa referência para analisar os determinantes do preço da terra, pois reúne variáveis importantes. Sendo a soja uma *commodity* e, portanto, negociada em dólares nos mercados internacionais, considerar o seu preço em reais é importante, pois capta a desvalorização da moeda brasileira, além de revelar um ganho adicional que têm os exportadores, quando têm suas receitas atreladas ao dólar, enquanto efetua parte das suas despesas em reais, a exemplo do salário dos trabalhadores. Além da desvalorização cambial, o VPB em reais **capta o volume de mercadorias negociadas**, que é resultado da **expansão da área colhida e da produtividade**. Assim, no indicador está refletido um dos principais determinantes do preço da terra: o rendimento que se obtém com os produtos produzidos na terra, incluindo a incorporação de novos solos e os ganhos de produtividade. As tabelas 08 e 09 a seguir mostram a evolução da área colhida, da quantidade produzida e da produtividade da soja no Brasil e no Paraná, respectivamente.

**Tabela 08:** Área colhida, quantidade produzida e rendimento médio das lavouras de soja (em grão) no Brasil em anos selecionados.

Variável	Ano						
	1975	1980	1985	1995	2006	2017	2020
Área colhida (ha)	5.824.492	8.774.023	10.153.405	11.675.005	22.047.349	33.959.879	37.188.168
Quantidade produzida (Ton)	9.893.008	15.155.804	18.278.585	25.682.637	52.464.640	114.732.101	121.797.712
Rendimento médio da produção (kg/ha)	1.699	1.727	1.800	2.199	2.379	3.378	3.275

**Fonte:** IBGE - Produção Agrícola Municipal.

**Fonte:** IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal, PAM (2020).

**Tabela 09:** Área colhida, quantidade produzida e rendimento médio das lavouras de soja (em grão) no Paraná em anos selecionados.

Variável	Ano						
	1975	1980	1985	1995	2006	2017	2020
Área colhida (ha)	1.631.897	2.410.800	2.196.370	2.206.249	3.931.721	5.236.903	5.534.843
Quantidade produzida (Ton)	3.624.946	5.400.192	4.413.000	5.694.427	9.362.901	19.181.853	20.875.792
Rendimento médio da produção (kg/ha)	2.221	2.240	2.009	2.581	2.381	3.663	3.772

**Fonte:** IBGE - Produção Agrícola Municipal.

**Fonte:** IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal, PAM (2020).

As tabelas mostram, especialmente nos últimos anos, a relativa estagnação da área produzida com soja no Paraná e a continuidade dos ganhos de produtividade, ao passo que no Brasil a área colhida continua em vertiginosa expansão, embora com produtividade significativamente inferior à produtividade paranaense, o que se explica pela incorporação de solos de menor qualidade e um menor investimento por unidade de área em relação ao Paraná.

\*\*\*

Outro fator que diz respeito ao preço da terra e que compõe em parte o chamado Valor Bruto da Produção Agropecuária é **o trabalho incorporado ao solo** em terras paranaenses, além da disponibilidade de máquinas em efetiva operação, em outras palavras: **o capital fixo e o seu modo peculiar de circulação**. Em ambos os casos, há um duplo efeito sobre a valorização do capital, seja pela transferência dos valores do capital fixo às mercadorias produzidas, seja pelo aumento da produtividade do trabalho, implicando em aumento da mais valia relativa.

Na **Figura 22 (ANEXOS)**, é possível visualizar as principais **rodovias federais e estaduais** que atravessam o Paraná. A BR 369 – já conhecida como rodovia dos cereais – ligando Cascavel a Jacarezinho, na fronteira com São Paulo, numa diagonal de sentido sudoeste-nordeste. De Maringá a Campo Mourão a BR 369 dá espaço à PR 317, num dos trechos de maior representatividade do agronegócio da soja nesse estado. Já entre Paranaíba e Paranaguá se estende a BR-376, conhecida como Rodovia do Café, passando pela cidade de Ponta Grossa. Por fim, a BR 277 liga Cascavel a Curitiba, passando por Guarapuava.

Nas **Figuras 23, 24 e 25 (ANEXOS)**, está ilustrada a evolução da **malha ferroviária** no estado do Paraná entre 1910 e 2007, indicando que até 1910 o interior do estado não possuía linhas férreas que fizessem a ligação com a capital Curitiba e com Paranaguá. Já em 1964 é possível ver a ligação Ourinhos-Maringá-Cianorte, além de dois ramais ligando o Norte a Ponta Grossa e a Curitiba. Na figura de 2007 já é possível ver a ligação ferroviária entre Cascavel e Guarapuava, feita pela Ferroeste no final dos anos 1980 e a ligação desta com os trilhos da Rumo Logística. Na **Figura** seguinte, de número **26 (ANEXOS)**, o projeto de expansão da Ferroeste, ligando Dourados-MS ao porto de Paranaguá. Na **Foto 03 (ANEXOS)**, é possível ver os vagões da Rumo Logística (antiga América Latina Logística – ALL) carregados de milho em Maringá, no ramal que outrora serviu ao escoamento do café.

Outras formas por meio das quais se apresenta o capital fixo que serve à produção de soja são as estruturas de capital fixo das cooperativas (**silos, armazéns, escritórios, indústrias de processamento de grãos**), *tradings* e empresas de pesquisa química e biológica situadas ao longo dessas rodovias, além da capacidade individual de armazenamento de médios e grandes produtores. Atualmente o Paraná é o estado brasileiro com a maior densidade de **armazenagem de silos e armazéns graneleiros** do país. Parte significativa desses silos foi adquirida com recursos do Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), inscrito no Plano Safra. No curto trecho da PR 317 entre Maringá e Engenheiro Beltrão, como se pode ver na **Imagem 01 (ANEXOS)**, é possível encontrar entrepostos da C-Vale, da Cocamar, da Cooperativa Integrada e da Coamo, bem como unidades da Solabia Biotecnológica, Spraytec Fertilizantes e um espaço para eventos técnicos e feiras do agronegócio, o Safratec.

Ao longo da rodovia PR-317 o que se vê na paisagem são lavouras ajardinadas com aspecto cartesiano (**Foto 04, ANEXOS**), produzidas com sementes geneticamente selecionadas (grãos transgênicos) e com agrotóxicos administrados com o uso de máquinas, mecanização também presente nos processos de plantio e de colheita. Contudo, para que essas lavouras fossem hoje viáveis e alcançassem as maiores produtividades do Brasil, outro aspecto importante da **intensificação do uso do solo** teve peso significativo: **as somas de capital fixo que se depositam no solo sob a forma de corretivos e fertilizantes**.

A mancha de terra roxa (latossolo vermelho) não se apresenta de forma homogênea a norte do Paraná. Em alguns trechos, a acidez de uma das suas variantes – o latossolo vermelho distroférico, rico em alumínio – é naturalmente propícia ao surgimento de espécies como o sapé, a saúva e a samambaia. A correção mediante aplicação de calcário e o enriquecimento do solo mediante a aplicação de fertilizantes químicos habilitou esses solos para a lavoura de soja e transformou os seus usos.

As **Fotos 05 e 06** a seguir mostram os campos de teste da **Fazenda Experimental da COAMO**, no município de Campo Mourão. Na primeira das imagens é possível visualizar uma faixa retangular de terra com seis placas brancas enfileiradas, cada uma delas delimitando uma faixa menor dessa área retangular. Ao fundo é possível ver uma lavoura de milho cujas plantas têm portes distintos. Na segunda foto é possível ver com mais clareza a estratificação da lavoura de milho ao fundo e uma placa na qual se lê “Testemunha”. Na primeira foto a placa “Testemunha” ocupa a segunda posição da esquerda para a direita. Ela demarca uma pequena amostra do solo original do município de Campo Mourão, o latossolo vermelho distroférico, que não sofreu correção e foi mantido assim para servir de testemunho e de controle para os experimentos feitos nas faixas de terras vizinhas. Sob as 5 demais placas que aparecem na primeira foto, o solo foi **corrigido e fertilizado** com o agente químico indicado nas placas.

Como se observa, sob as cinco demais placas é possível ver o crescimento de algumas gramíneas. Já sob a placa “Testemunho” (segunda placa da esquerda para a direita) o solo está livre de gramíneas, denotando o baixo nível de fertilidade natural do solo.

Na **Imagem 02 (ANEXOS)**, obtida a partir da ferramenta satélite do Google Maps, vemos um panorama da fazenda experimental da Coamo com seus campos de experimentação. Em cada uma das suas faixas cultivadas há um experimento em andamento, fruto de parcerias da COAMO com empresas privadas e públicas ligadas às pesquisas genéticas e à produção de insumos, como Bayer, Singenta e Embrapa. No escritório gerencial da Fazenda há um mapa emoldurado sobre cujo vidro estão escritos o nome de cada variedade genética que está sendo experimentada, o esquema de rotação de culturas e o nome da empresa parceira. Por uma questão de “*compliance*” a empresa não permite a reprodução dessas informações. Mas o que interessa aqui é anotar como os investimentos no solo vão se tornando com o passar do tempo características “naturais” daquele solo, transformando assim a transitoriedade da **renda diferencial 2**, derivada da aplicação adicional de capital, na permanência da **renda diferencial 1**, que aparecem ao agricultor como dádivas da natureza, como característica natural daquele solo.

O esforço de modernização da agricultura brasileira implicou também **o uso intensivo de máquinas**. FLEISCHFRESSER (1988) mostrou como a implantação do SNCR fez o número de tratores, semeadeiras e colheitadeiras crescer dos anos 1960 para os anos 1970. Embora todas as classes de proprietários tenham conseguido acessar – por meio do crédito oficial subsidiado – o uso de máquinas agrícolas, a variedade e a potência variou de acordo com o nível de capitalização do produtor, uma constatação até então óbvia. Não tão óbvio assim é o fato de que a relação área trabalhada/nº de tratores fossem menor na classe de produtores que possuía entre 50 e 200 hectares de terra no Paraná em 1980, conforme dados apresentados na tabela a seguir:



**Tabela 10:** Média de tratores por estabelecimentos e área média trabalhada por tratores, segundo grupos de área total, no Paraná – 1970-1980.

Grupos de Área Total (ha)	Nº Estabelecimentos/ Nº Tratores		Área Trabalhada/ Nº Tratores	
	1970	1980	1970	1980
0 — 10	172,0	51,3	787,9	220,9
10 — 20	51,8	11,8	521,3	130,1
20 — 50	19,0	3,6	304,2	77,3
50 — 100	8,3	1,7	255,5	78,3
100 — 200	5,0	1,1	278,9	101,8
200 — 500	2,5	0,7	369,8	152,3
500 — 1.000	1,3	0,5	455,1	231,9
1.000 e mais	0,8	0,3	641,6	395,9
<b>Total do Estado</b>	<b>30,0</b>	<b>5,5</b>	<b>409,5</b>	<b>130,9</b>

Fonte: FLEISCHFRESSER, 1988, p.35.

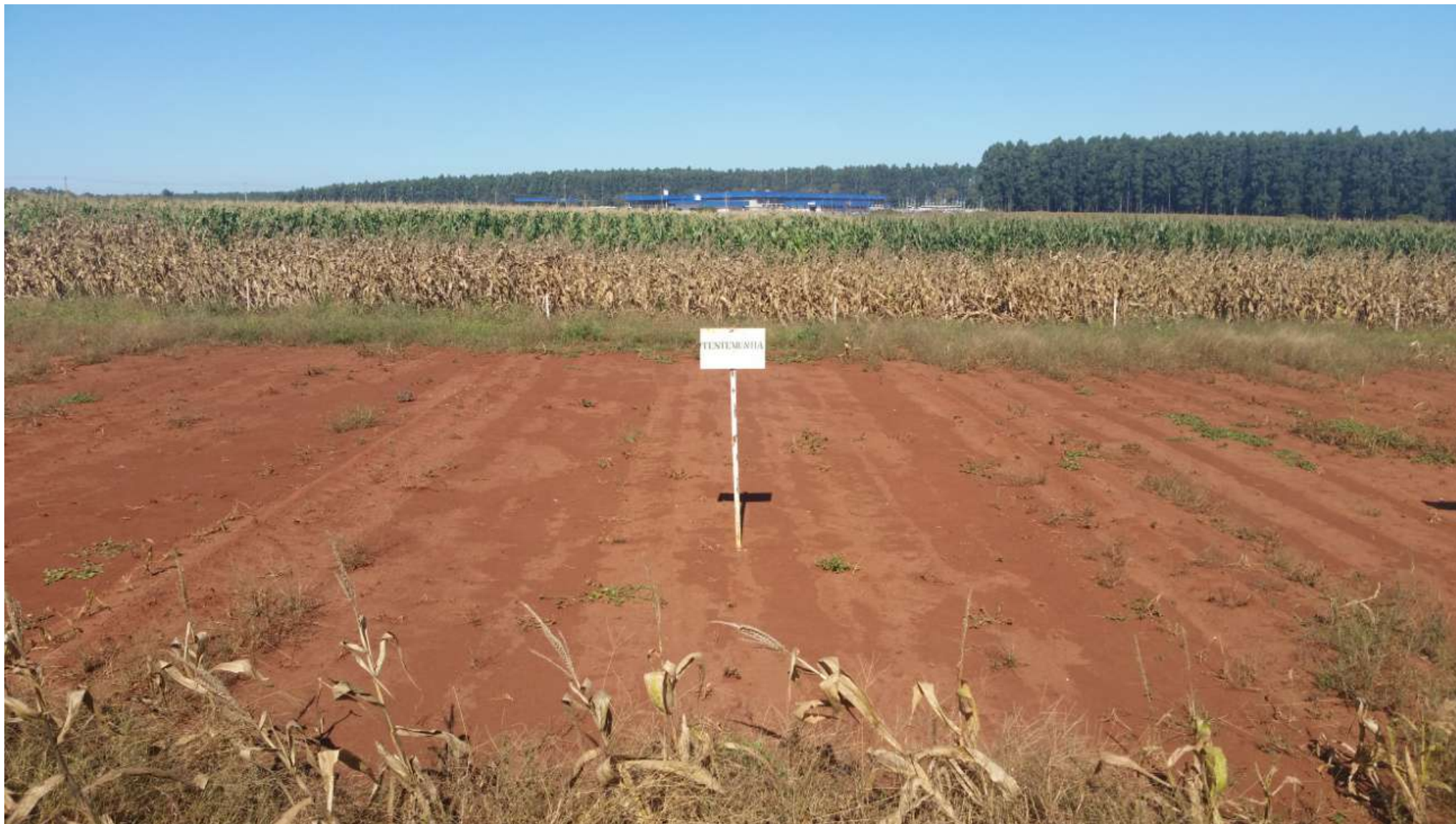
**Foto 05:** Campos de Teste na Fazenda Experimental da COAMO.



**Fonte:** Foto do Autor. Maio de 2019.



**Foto 06:** Campos de Teste na Fazenda Experimental da COAMO.



**Fonte:** Foto do Autor. Maio de 2019.





Os agricultores com menor disponibilidade de trator por área eram aqueles com mais de 1000 hectares de terra ou aqueles que possuíam menos de 10 hectares, embora os relativamente poucos tratores dos grandes proprietários possuam potências maiores podendo cobrir também áreas mais extensas. No caso dos proprietários situados entre essas faixas extremas, não se pode deduzir como regra geral uma subutilização desse maquinário, embora ela aconteça, pois não raro o estoque de equipamentos é deslocado para a prestação de serviços a outros agricultores nas épocas de plantio, tratos culturais e colheita, seja no Paraná, seja em outros estados do Brasil, a exemplo do território do MATOPIBA, dadas as diferentes sazonalidades das lavouras brasileiras.

Nas **Figuras 27 e 28 (ANEXOS)** é possível ver a distribuição do número de tratores e de colheitadeiras, respectivamente, no Paraná no ano de 2017, com base em dados do Censo Agropecuário 2017. Conforme esperado por tudo já dito até aqui, a distribuição das colheitadeiras respeita o grande corredor de produção de soja de norte a oeste do estado. Já os tratores, por serem de uso mais geral, apresentam forte distribuição também em outra área do estado, a região compreendida entre Guarapuava, Ponta Grossa e Curitiba. Embora aí também se produza soja, há a presença de outras atividades econômicas e de outras formas de uso da terra, atestando o fato de que **a hegemonia da soja não eliminou por completo a complexidade da realidade agrária paranaense.**

Nas **Imagens 03 a 10 (ANEXOS)** é possível ver como as condições naturais do território impuseram os termos da disputa operada pelo capital sobre o território do Paraná. Onde pôde, a máquina se impôs. Na **Imagem 03**, vemos que ao sul de Maringá as lavouras mecanizadas se impuseram com força nos municípios visitados de Ivatuba, Floresta, Itambé, Ivailândia, Engenheiro Beltrão, seguindo a PR 317 até Campo Mourão. De Engenheiro Beltrão, seguindo a PR 082, elas também se impuseram ao longo da rodovia, passando por Quinta do Sol, Porteira Preta, São João do Ivaí, para mais adiante chegar em Ivaiporã. Na **Imagem 04**, vemos em detalhe o traçado das lavouras mecanizadas do município de Floresta, às margens do rio Ivaí. Na **Imagem 05**, na saída norte de Maringá, vemos a presença das lavouras mecanizadas nos municípios de Maringá, Iguaçu e Astorga. Na **Imagem 06** é possível ver, a Leste de Maringá, que no terreno acidentado que margeia o rio Pirapó (Santa Fé do Pirapó, Distrito do Município de Marialva), a mecanização não encontrou condições de se impor, sendo essa região um reduto de agricultores familiares descapitalizados. Na **Imagem 07**, vemos a oeste as lavouras mecanizadas no entorno da Fazenda Experimental da COAMO e a norte e nordeste os terrenos acidentados às margens do Rio Mourão. Nas **Imagens 08, 09 e 10**, vemos as lavouras mecanizadas a norte de Londrina, dos municípios de Bela Vista do Paraíso, Sertanópolis, Primeiro de Maio e Sertaneja, sendo possível ver neste último o uso de pivôs de irrigação.

\*\*\*

**Há outro elemento que impacta o preço das terras no Paraná que é a competição pelo seu uso que se dá concomitante à expansão das lavouras de soja, seja entre proprietários e arrendatários que buscam expandir a sua produção, assim como pela ação especulativa das imobiliárias urbanas e rurais.** Como destacaram Reydon (1992) e Marx (2017), respectivamente, os territórios **onde a estrutura fundiária seja menos concentrada e onde predomine a agricultura “camponesa” também tendem a apresentar uma dinâmica de preços mais intensa** dada a viabilidade de aquisição de lotes menores pelos demandantes, e dada a natureza de meio de trabalho que a terra assume para as famílias “camponesas”, dispendo-as a pagar mais caro por essas terras. Sobre a competição pelo uso das terras Harvey (2013) afirma:

“Diferentes atividades competem uma com a outra pelo uso do espaço. Marx se abstrai explicitamente desse processo, embora ele um tanto insensatamente arrisque a opinião (mais ou menos como um aparte) de que a renda de toda a terra não agrícola “é regulada pela própria renda agrícola”. Ele deveria ter encarado as rendas como simultaneamente determinadas por muitas atividades concorrentes. **Por trás dessa concepção está a ideia de que os proprietários de terra são indiferentes em relação a se a renda que recebem é uma dedução do salário dos trabalhadores, do excesso ou mesmo do lucro médio do capital, ou de qualquer outra forma de receita.**” (p. 441)

Ao longo da PR 317, tanto a norte quanto a sul de Maringá, é visível a atuação do capital imobiliário em empreendimentos rurais e urbanos, negociando glebas destinadas a lavouras, loteamentos residenciais e condomínios fechados. As terras destinadas a esses empreendimentos são adquiridas junto a agricultores da região, que indiferentes à origem dos seus ganhos vendem suas terras a preços que ultrapassam o preço dessa mesma terra se capitalizada pela renda agrícola projetada, e reinvestem o capital em terras mais distantes e com menor preço, ampliando a quantidade de terra sob sua propriedade. Os preços são encorajadores, a ponto de alguns agricultores se desfazerem da terra nas margens da rodovia PR-317. Como o próprio Marx já havia notado, nesses casos, o grande negócio é a especulação com terras, ficando em segundo plano o que se produz sobre ela, sejam toneladas de *commodities*, seja um bem de consumo como uma casa.

Nas **Fotos de número 07 a 17 (ANEXOS)** e nas **Imagens de número 11 a 15 (ANEXOS)** é possível ver loteamentos, condomínios e lotes de terra de lavoura disponíveis para o aluguel ou para a venda. Em um dos loteamentos, é possível ver que a quase totalidade

das casas construídas está à venda (**Fotos 14 a 17**), sendo um possível indicativo de que os proprietários dos lotes ergueram as casas com o único intuito de especular com os preços da terra, dada a expansão da malha urbana entre Maringá e Floresta, em uma das poucas áreas do estado que segundo as projeções populacionais do Iparde apresentará crescimento populacional nas próximas duas décadas.

Vale ressaltar que tal fenômeno já era destacado por Graziano (1996) com base em dados do INCRA e do IBGE para os anos 1960 e 1970:

“Outro aspecto interessante a destacar é que o Paraná, à semelhança de São Paulo, tem em média uma percentagem mais elevada de imóveis vazios do que o Brasil como um todo. Tanto o Paraná como São Paulo têm uma proporção mais elevada de imóveis vazios que o Brasil nos extremos da estratificação por área, ou seja, nos imóveis de menos de 10 hectares e de mais de 10.000 hectares. Os primeiros constituem-se, provavelmente, de loteamentos imobiliários ou terras próximas a centros urbanos; os de mais de 10.000 hectares, de latifúndios improdutivos. Em ambos os casos, está patente a utilização da terra como meio não-produtivo para fins de especulação imobiliária. É importante destacar que isso ocorre com maior intensidade justamente nos estados que possuem a maior quota de responsabilidade – em termos de produção agrícola – do País, ou seja, no coração daquele que deseja ser o celeiro do mundo” (p. 192).

**O trecho demonstra a presença histórica da prática da especulação imobiliária e do fenômeno dos imóveis vazios em um dos principais territórios do agronegócio no Brasil, desde a “ocupação pioneira” até os dias atuais, revelando que na progressiva e contraditória generalização das relações capitalistas de produção as formas de acumulação do capital que passam ao largo da exploração da força de trabalho se fazem presentes. Na formação do território paranaense o processo de constituição das formas capitalistas de sociabilidade se nutriu de métodos originários de acumulação do capital, sobretudo a privatização das terras por meios violentos e ilegais e a apropriação dos valores de uso presente nessas terras mediante a exploração do trabalho em relações não capitalistas de produção. Em paralelo, a especulação com terras, onde as propriedades são vendidas acima do preço equivalente à capitalização da renda obtida com a produção e venda das mercadorias produzidas, também atravessou essa formação, constituindo-se atualmente em um dos seus importantes motores.**

A centralização do capital mediada pela propriedade da terra que se intensificou dos anos 1970 em diante interrompeu o breve momento histórico de uma

“democratização do acesso à terra por meio do mercado” nas palavras dos porta-vozes da CMNP. Como nota Graziano (1996), a distribuição dos estabelecimentos seja por estratos de área, seja pela condição do produtor é fortemente afetada por variações conjunturais devido à inclusão de formas precárias de acesso à terra como os parceiros e pequenos arrendatários, permitindo que nos momentos difíceis um maior número de representantes dessas categorias tenham acesso à terra. “Já quando a expropriação atinge os posseiros – outro grupo que detém de forma precária o acesso à terra – o movimento não é mais apenas conjuntural ou transitório: a concentração é agora da propriedade da terra subordinada à tendência de centralização do capital” (p. 186). Tal concentração – da terra e da renda – tem levado a situações nas quais as lavouras de soja parecem iniciar um novo movimento de territorialização, desta vez em direção aos solos sobre o arenito caiuíá, a noroeste do estado. O preço dos arrendamentos em algumas áreas a norte do Paraná tem feito agricultores paranaenses<sup>83</sup> de médio porte optar por fazerem maiores investimentos na adequação de solos de menor qualidade, pois enxergam aí a oportunidade de obterem maiores rendimentos em relação aos que obteriam se produzissem em solo já estabelecido para a soja:

“Para muitos produtores, apostar no arrendamento em uma região nova é como dar um tiro no escuro, mas os Bavelloni estão confiantes. “Tudo o que conquistamos na vida se deve, principalmente, ao arrendamento de terras”, ressaltou Edvaldo, explicando que **eles estão buscando áreas em outras regiões justamente “para fugir da loucura” que se observa ao redor de Maringá, onde, por causa da concorrência, os proprietários estão exigindo 20,6 sacas/hectare em média para arrendar.**

Segundo Edvaldo, **o extremo noroeste ainda é um desafio, como todo lugar novo, mas a região se situa relativamente perto de Maringá e exige menos investimentos para produzir, do que os solos dos cerrados.** Sem falar que **há estradas em boas condições e estruturas de apoio aos produtores mantidas pela Cocamar.** “Nosso objetivo é crescer por aqui”, disse o produtor, **prevendo uma grande mudança na paisagem regional: “Em alguns anos, isso aqui vai ter muita soja.”** Mas alerta: **o areião não é lugar para aventureiros”.**

Pode-se perceber na fala do agricultor Edvaldo Bavelloni, cooperado da COCAMAR Cooperativa Agroindustrial, as tendências que aqui buscamos ilustrar. As decisões do agricultor, que é proprietário de 360 hectares de terra mas produz em uma

---

<sup>83</sup> <https://paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/126924-cocamar-arrendar-e-desafio-que-tem-valido-a-pena>



área total de 1,8 mil hectares, revelam os determinantes da expansão da lavoura de soja e apontam tendências que em poucos anos poderão se configurar em uma nova territorialização das lavouras de soja em um reduto até então pouco penetrado no Paraná, o seu noroeste, enquanto as terras mais propícias ao cultivo da oleaginosa e dotadas de infraestrutura são devoradas pela sanha especulativa do capital fictício. De outro lado, a alta do preço dos arrendamentos põe fora do jogo pequenos produtores, que desistem de produzir, pois a renda cobrada os impede de obter uma margem que permita a sua reprodução<sup>84</sup>. Em ambos os casos o que fica evidente é a assimetria de poder entre os proprietários fundiários e o capital imobiliário – que ampliam a sua capacidade de cobrar renda – e os produtores, sobretudo os pequenos.

**Como nota Harvey (2013, p. 468), “as tensões evidentes envolvidas em tudo isso admitem várias soluções possíveis. Talvez a mais interessante, do ponto de vista da história social do capitalismo, seja a fazenda familiar ocupada pelo proprietário”. Nesse caso o proprietário e o produtor capitalista estariam personificados na mesma pessoa e o conflito em torno da apropriação da renda desapareceria.** Porém, Marx ressalta o quanto é excepcional essa situação. Analisando a história da Inglaterra, (Marx, 2017, p. 690) ele argumenta que se as manifestações dos arrendatários contra os aumentos anuais no preço dos arrendamentos carregam sempre como argumento os altos preços dos salários agrícolas, uma vez que o campo tende a se esvaziar, clara está a prova de que a renda é em grande parte uma dedução dos salários dos trabalhadores. Assim, a mágica das rendas elevadas só se sustenta sobre uma calamidade pública, que inclui os salários de miséria pagos aos trabalhadores rurais. Numa situação de aumento do salário fruto da escassez da força de trabalho disponível, Marx afirma que se o arrendatário não trabalha com as próprias mãos nas suas terras arrendadas, a sua atividade fica inviabilizada.

No Paraná contemporâneo, a maquinaria reduziu significativamente demanda por braços nas lavouras de grãos. Por outro lado, o piso do salário mínimo regional para trabalhadores agropecuários está em R\$ 1.617,00, acima do salário mínimo nacional de R\$ 1.212,00. Mesmo assim, as margens para o médio e grande produtor de soja e o seu poder aquisitivo estão em uma das melhores situações da história. Se em anos atrás para a aquisição de uma estrutura de silo padrão o produtor desembolsava 10 mil sacas de soja, atualmente esse desembolso fica em torno de 8 mil sacas. Tal fenômeno não nos

---

<sup>84</sup><https://www.canalrural.com.br/sites-e-especiais/projeto-soja-brasil/valor-do-arrendamento-sobe-e-sojicultores-ja-desistem-de-ampliar-area/>

diz sobre a situação de todos os outros produtores que produzem soja em condições muito inferiores a esses padrões.

Ao norte e a sudoeste do estado milhares de pequenas propriedades com cerca de 10 a 20 hectares de área produzem soja envolvendo majoritariamente o trabalho dos membros da família e empregando no trabalho maquinário avançado. Em alguns casos, inclusive, prestam serviços de colheita a terceiros, que não o fazem não por falta de condição financeira, mas por desinteresse ou aposentadoria. Há casos de produtores com 7 hectares plantados com soja se organizando em consórcio para aquisição do maquinário necessário a uma lavoura de escala, dadas as vantagens do consórcio, dentre elas o fato de não precisar hipotecar a terra para operações acima de 1 milhão de reais, podendo colocar em garantia o próprio bem adquirido.

Uma série de condições garantiu a reprodução desse fenômeno até os dias atuais, não obstante a significativa redução do número desses estabelecimentos nas últimas décadas, especialmente ao norte. A primeira delas é que normalmente parte das terras provém de herança familiar e a outra parte, quando existe, é trabalhada a partir de contrato de arrendamento ou de parceria. Além de não envolver um desembolso financeiro para a aquisição de parte da terra, em alguns casos graças a relações de vizinhança ou parentesco esses agricultores conseguem trabalhar a terra de outros em contrato de parceria. A segunda é o fato de empregarem o trabalho da família em parte significativa do trabalho, reduzindo a despesa com contratação de mão de obra a momentos específicos da safra. Por fim, mas de importância capital, todos esses produtores são viabilizados via políticas estatais de crédito subsidiado.

Ao visitarmos o campo foi possível notar que essa configuração também se mostra interessante aos olhos da acumulação do capital na agricultura. Por um lado, a procura por lotes menores para arrendamento acirra a concorrência pelas terras disponíveis e eleva a renda cobrada pelos proprietários. Por outro, a falta de gerenciamento dos custos de produção leva algumas famílias a produzirem soja sem obterem rendimento líquido ou uma remuneração dos membros da família que não se equivaleria ao salário mínimo regional para os trabalhadores agropecuários, não sendo raro, inclusive, o assalariamento de membros da família em atividades urbanas ou a prestação de serviços no campo. Embora não se trate aqui de uma relação assalariada, a cobrança de rendas aumentadas pelos proprietários fundiários pode se estabelecer nesse espaço. Do ponto de vista do pequeno agricultor, parte do fruto do seu trabalho ainda é transferido aos bancos em operações de financiamento e às cooperativas e *tradings*,

graças às diversas operações que o agricultor, cooperado ou não, estabelece com elas, seja de crédito, de assistência técnica, de venda de insumos ou de comercialização da produção. As cooperativas agroindustriais se tornaram verdadeiras boutiques de produtos e serviços do agronegócio, de modo que os pequenos produtores vivem uma situação de verdadeiro “abraço” da indústria do “agro”, sendo drenado em seu trabalho por todos os lados, ainda que sejam esses vínculos a condição para que ele se insira no novo mundo como agricultor modernizado. **Ainda que não predomine uma relação assalariada, essas pequenas propriedades realizam a função esperada da terra no modo de produção capitalista, a circulação do capital que rende juros.**

\*\*\*

**Apresentadas algumas considerações sobre os determinantes do preço da terra agrícola no Paraná, é preciso ressaltar agora em que medida elas representam a particularização dos determinantes do próprio desenvolvimento capitalista no Brasil e em escala internacional.** Para Delgado (2012) a opção política do Estado brasileiro de inserção na divisão internacional do trabalho via exportação de commodities agrominerais é impelida historicamente pela pressão para remuneração do capital estrangeiro operante ou em trânsito na economia. É sobre os ganhos de produtividade do setor primário da economia que se baseia a reinserção especializada do Brasil no comércio mundial pós 1999. Para fazer funcionar esse projeto, o arranjo de economia política montou um formato de extração do excedente econômico onde cresce a importância da renda fundiária como componente essencial do excedente econômico, operando em duas frentes: na incorporação de novas áreas e na exploração dos seus recursos naturais e na intensificação do pacote técnico por unidade de área nas áreas de exploração consolidada. Sob tais condições, para viabilizar no plano externo o volume dos saldos comerciais primários para solvência da Conta Corrente do Balanço de Pagamentos, haverá uma pressão endógena pela super exploração dos recursos naturais, resultando também em pressão pela concentração de terras e super exploração do trabalho. Internamente, a repartição do excedente econômico se dará entre o monopólio da terra, a localização e a qualidade dos seus recursos, o acesso a fundos públicos subvencionados e as patentes tecnológicas envolvidas na difusão do pacote técnico.

Analisando o caso da agroindústria canavieira paulista no período do Proálcool (1975-1990) e o fenômeno da expansão agrícola pelas terras do MATOPIBA,

(BOECHAT; PITTA; TOLEDO, 2016, 2019) refletem sobre a condição crítica de reprodução do capital em suas diversas frentes de expansão no campo brasileiro destacando como a política estatal de crédito subsidiado, ao garantir um rendimento mínimo aos produtores, estimulou a acelerada expansão da agroindústria canavieira por solos mais pobres ao mesmo tempo em que acelerou a concentração do capital e dos retornos econômicos nas usinas mais eficientes. **Por sua vez, os capitais internacionais teriam a sua remuneração garantida pela extração do excedente econômico obtido em terras brasileiras com a mediação da dívida pública.** Ao analisarem o caso do MATOPIBA, chamam a atenção de que embora a acelerada territorialização do agronegócio e a rápida “valorização” das suas terras tenham sido, em boa parte, reflexo do ciclo de commodities dos anos 2000, a reversão desse ciclo e a débâcle das commodities em âmbito global em 2008 e em 2016 não trouxeram consigo o preço das terras para baixo, caracterizando **uma autonomização e aparente configuração de uma bolha financeira.** Tal situação revela duas questões de importância capital para o entendimento do fenômeno da alta dos preços das terras: **a condição política que envolve a propriedade da terra no Brasil e a reprodução fictícia do capital nesta quadra histórica.**

No gráfico 18 a seguir o preço das terras agrícolas na região Sul do Brasil (região com os maiores preços do Brasil) mostra comportamento ascendente, em média, ao longo dos anos 2000 e início dos anos 2010, com destaque para as terras agrícolas de média ou alta produtividade para grãos, que passam incólumes à crise de 2008. Na figura seguinte, os dados do preço da terra no município de Londrina (em valores nominais) mostram uma súbita elevação a partir de 2013 até 2016, quando o Brasil atinge o ápice de um processo de crise econômica e crise política. Em 2022, o preço do hectare da terra agrícola mecanizável passível de uso intensivo alcançou surpreendentes R\$ 127.100 no município de Londrina, contra cerca de R\$ 38.000 em 2016. Já em Foz do Iguaçu, o preço da terra ultrapassou os R\$ 200.000 por hectare segundo o relatório da SEAB/DERAL para 2022<sup>85</sup>. Se observarmos os mapas 03, 04, 05 e 06 (ANEXOS) desta pesquisa, veremos que os preços das terras no Paraná tendem a expressar geograficamente o valor bruto da produção gerado nas lavouras mecanizadas de grãos (soja, milho e trigo), embora quando confrontamos a evolução do VBP (gráfico 17, acima) dos grãos com o preço da terra, em determinados momentos a altas dos preços

<sup>85</sup>

[https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2022-05/terras\\_pdf\\_publicacao\\_22.pdf](https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-05/terras_pdf_publicacao_22.pdf)

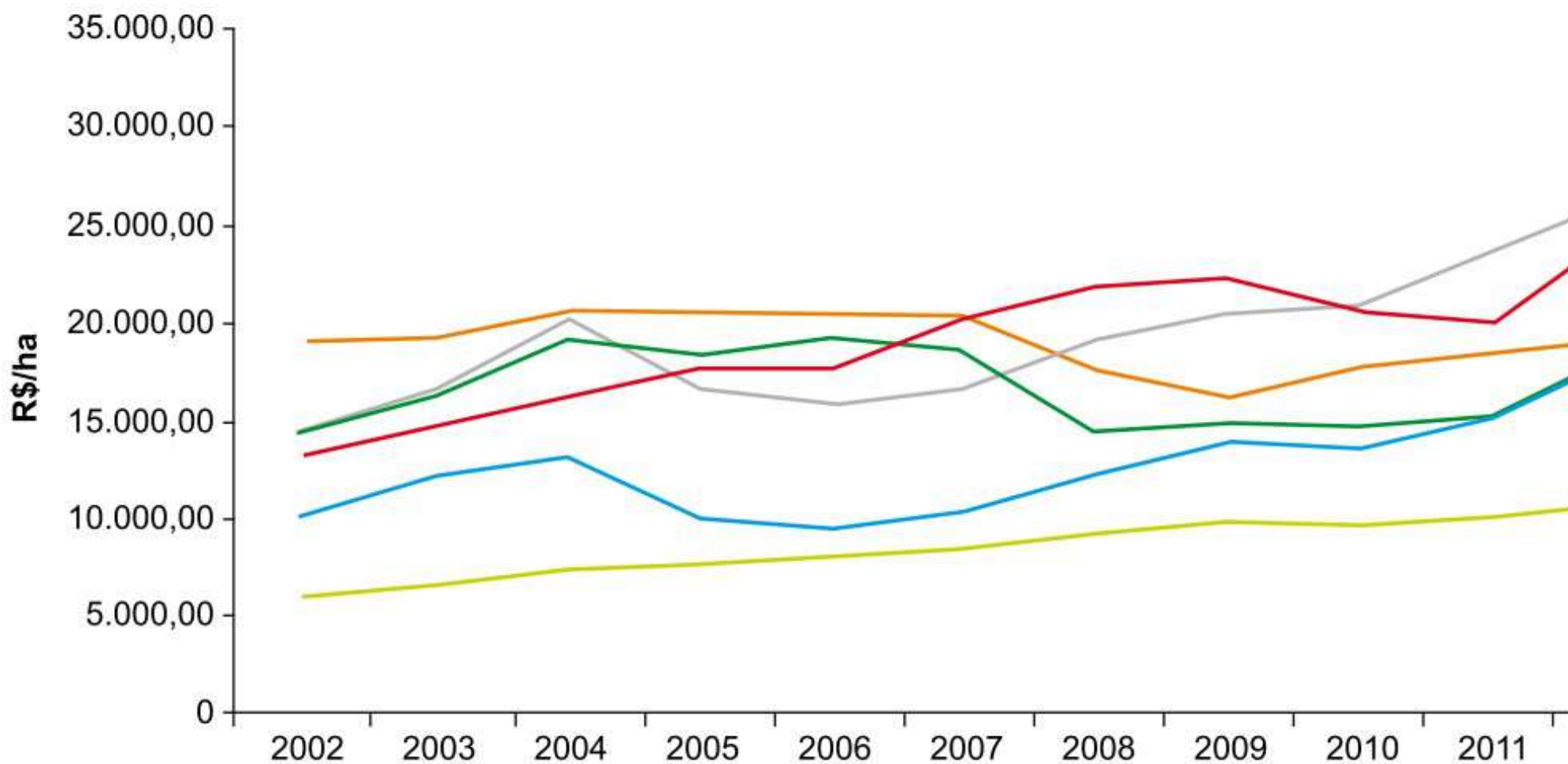
da terra ultrapassam e muito a elevação do VBP, sugerindo que a especulação com terras nas áreas de agricultura mecanizada por meio de imobiliárias rurais e urbanas determina intensamente os preços nos mercados de terras.

A conjuntura que se sucedeu à pandemia da COVID 19 criou uma conjunção de determinações raras de acontecerem simultaneamente. Os preços das commodities e do dólar encontram-se, simultaneamente, nos seus maiores patamares históricos ou próximos deles. A agressiva elevação da Taxa Selic pelo Banco Central do Brasil não foi capaz de arrefecer de imediato o ímpeto do dólar e muito menos o preço das terras agrícolas. Considerando que seu preço pudesse ser dado pela capitalização de rendimentos futuros descontados pela taxa de juros vigente, o comportamento esperado seria de queda do preço, mas outras forças operam na sua determinação. A terra se configurou nos últimos anos um lócus privilegiado da ação do capital em busca das possibilidades, cada vez mais estreitas, de reprodução fictícia. Companhias produtoras de commodities disputam com fundos imobiliários agrícolas (os FIAGROs, a exemplo do Riza Terrax, detentor de terras no centro oeste e no MATOPIBA) a compra ou o arrendamento dessas terras, enquanto outros tantos agentes operam exclusivamente com a compra da terra e formação de fazendas para venda (BOECHAT; PITTA; TOLEDO, 2019). A participação direta ou indireta do Estado brasileiro nesse processo fica clara, pois há “... uma via secreta de apropriação de fundos públicos – a dívida pública e o mercado de terras – que vêm sendo mantido artificialmente valorizados, para salvar a renda fundiária e a renda financeira em uma economia de crescimento zero ou negativa” (DELGADO, 2015)<sup>86</sup>. Seja por ação deliberada por meio do Plano de Safra 2015-2016, “que manteve o volume de crédito e os subsídios oferecidos pelo Sistema Nacional de Crédito Rural”, seja por meio de medidas não regulatórias, onde vemos “a completa inocuidade da política fundiária, no sentido de controlar a excessiva “valorização” e concentração privada da propriedade rural, agora desbordando para uma almejada (pelo agronegócio) internacionalização do mercado de terras brasileiro” (idem), há uma estratégia política que garante a reprodução econômica ampliada de proprietários de terras e de detentores de títulos da dívida pública brasileira. Cumpre destacar que em 2015 e 2016 os subsídios do Plano Safra não foram apenas mantidos, e sim consideravelmente ampliados como mostra o gráfico a seguir.

---

<sup>86</sup> <https://www.correiocidadania.com.br/columnistas/guilherme-delgado/11016-11-08-2015-apropriacao-financeira-na-crise>

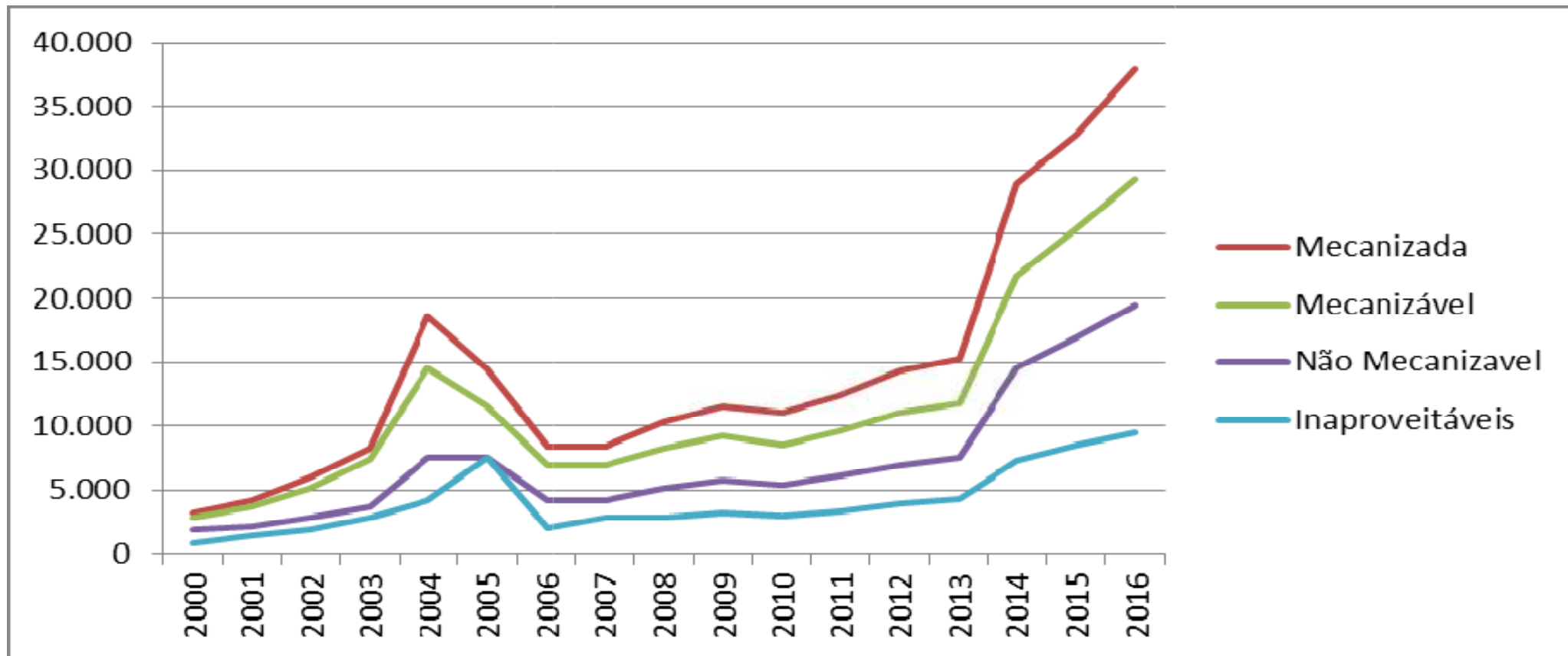
**Gráfico 18:** Evolução dos preços de terras agrícolas no Sul, em 2002-2014, por tipo de exploração – reais de dezembro de 2015.



**Fonte:** CAETANO BACHA, STEGE, HARBS (2017).

(1) Valores referentes ao primeiro semestre de 2014.

**Gráfico 12.** Evolução do preço médio da terra agrícola no município de Londrina (PR).

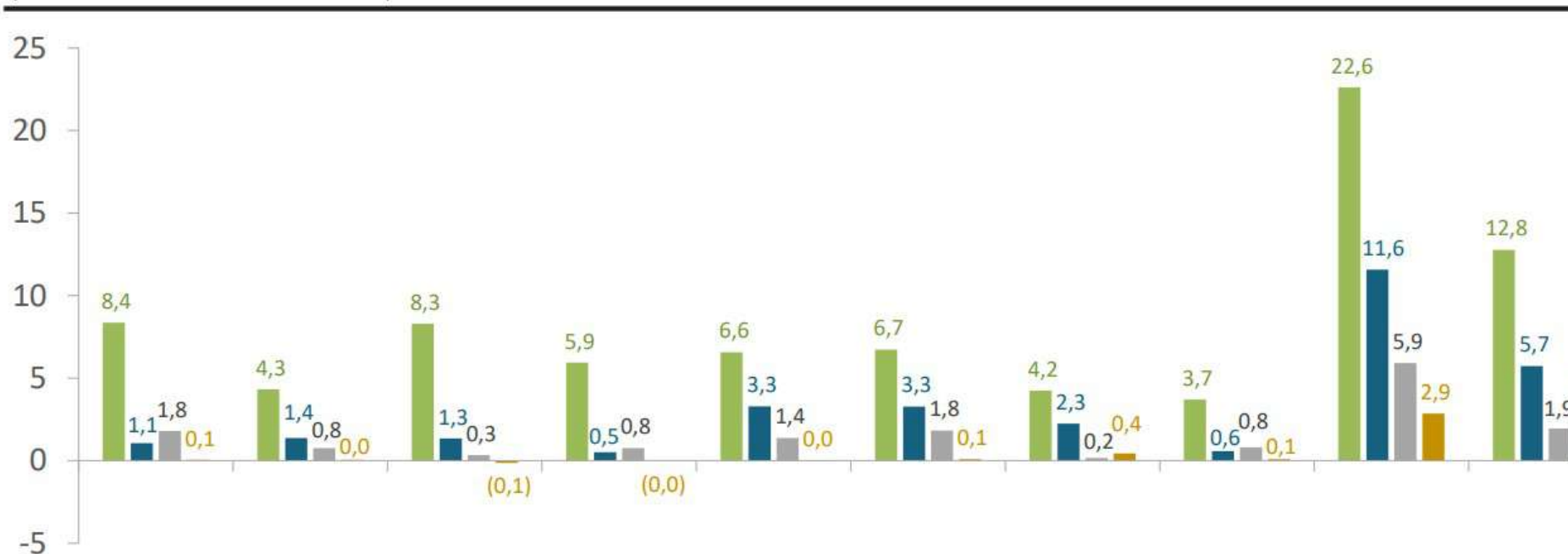


Fonte: SOUZA; PAULINO; 2017, p. 3.

**Gráfico 19:** Subsídios explícitos permanentes da União ao setor agropecuário <sup>(1)</sup>.

(Em R\$ bilhões de 2018) <sup>(2)</sup>

(Em R\$ bilhões de 2018)



**Fonte:** SERVO (2019, p. 7).

(1) Não inclui benefícios implícitos, como os benefícios creditícios e tributários, e temporários,

(2) como os do Programa de Sustentação do Investimento (PSI).

(3) Valores deflacionados pelo IGP-DI.





Uma das características em comum dos anos 2015-2016 e 2020-2022 é que a alta da taxa de juros caminhou de mãos dadas com a alta do preço das terras. No período recente a alta das commodities justificaria tal fenômeno, ao contrário do que aconteceu em 2016, ocasião em que a alta dos subsídios pode ajudar a explicar o fenômeno. No plano internacional, os processos de “financeirização” da riqueza adicionam outras determinantes a esses fenômenos que se desenvolvem no Brasil. A predominância do capital fictício se estende a ponto de construir um mundo à sua imagem. Não é por outra razão que no cotidiano das suas atribuições a maior parte dos capitalistas não enxergue o mundo de outro modo a não ser pelas lentes do capital<sup>87</sup>:

“O pós-venda também chama muita atenção. Compramos máquinas por R\$ 430 mil, usamos por cinco anos e vendemos por um valor acima de R\$ 500 mil. A máquina valoriza. O mercado agrícola está dessa forma, é fácil você trocar. Você não perde dinheiro na compra: essa é a vantagem de estar renovando a frota”

Ao fetiche do dinheiro que reproduz a si mesmo (D-D') soma-se um ainda mais intrigante: o do capital fixo que após anos em operação valoriza a si mesmo, quando o esperado seria a sua desvalorização. O mesmo acontece com as terras, segundo o preconceito comum de é um bem com “valorização” garantida.

Os preços das terras no Paraná nos últimos anos, talvez décadas, apresentaram constante apreciação, passando a aparência de se tratar de um processo contínuo. Vimos as razões para tal sustentação de preços, que passam por decisões políticas e econômicas do Estado brasileiro assim como a penetração novas formas de “valorização” fictícia tendo elegendo a terra agrícola como meio privilegiado. Vimos que conjunturas adversas poderiam reverter esse cenário, o que não tem acontecido nos últimos anos pela incidência cada vez mais expressiva das garantias do estado à “valorização” das terras e pelos volumes crescentes de recursos destinados por diversos agentes à aquisição e especulação com as terras, o que denota uma força crescente das finanças na formação territorial brasileira e paranaense.

---

<sup>87</sup> <https://www.consorcionewholland.com.br/blog/mecanizacao-do-agro-aquece-consorcio-de-maquinas-agricolas>

## CAPÍTULO 5 – CAPITAL FICTÍCIO E O MERCADO DE FUTUROS AGRÍCOLAS.

### 5.1 O SURGIMENTO DO MERCADO DE FUTUOS AGRÍCOLAS E SUAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

Em artigo publicado no site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)<sup>88</sup>, intitulado “A Agricultura e o Mercado Futuro”, José Zeferino Pedrozo<sup>89</sup> defende:

“Operar de forma mais intensiva no mercado futuro pode ser uma saída para os produtores rurais. Um contrato futuro nada mais é do que um contrato de compra e venda entre dois investidores... A intenção é aumentar a presença dos produtores nesse mercado e a quantidade de produtos negociados... Para os produtores, os negócios na bolsa de futuros representam um seguro de preços para a comercialização dos produtos agropecuários... O objetivo do mercado futuro não é receber ou vender os produtos que os contratos negociados representam – milho, por exemplo – mas lucrar com a variação de preços desses produtos... O contratante pode, assim, negociar e transferir sua obrigação para outra pessoa, antes da data de vencimento do contrato... No segundo semestre do ano passado, período de forte valorização do milho, os produtores catarinenses foram estimulados a aumentar a área de plantio, com garantia de ótimo preço pelos tradicionais compradores, entre eles, cooperativas e agroindústrias. Infelizmente, poucos firmaram contratos de venda futura. Atualmente, os preços estão muito aquém da oferta daquela oportunidade. Esse exemplo é emblemático e confirma: é essencial atuar no mercado futuro para evitar perdas.”

A defesa da atuação dos produtores rurais nos mercados de futuros agropecuários é enfática, ressaltando a possibilidade que esses mercados oferecem de garantir melhores preços. Pedrozo não é o único porta-voz da expansão do uso dos contratos futuros como forma de melhoria da gestão das propriedades rurais. Inúmeros agentes públicos e privados atuantes nesse mercado também se alinham a essa raciocínio em discurso e em práticas, é o caso do Banco do Brasil (BB), um dos grandes

---

<sup>88</sup> <https://www.cnabrazil.org.br/artigos/a-agricultura-e-o-mercado-futuro>

<sup>89</sup> O autor é presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural em Santa Catarina (SENAR/SC).

financiadores do agronegócio brasileiro, e da B3<sup>90</sup>. A bolsa de valores brasileira, a B3, é uma empresa privada monopolista com elevadas margens de lucros incidentes sobre as operações realizadas por agentes nos mercados brasileiros à vista e de futuros (de moedas, índices financeiros, opções sobre ações e contratos futuros de commodities agropecuárias – café, soja, boi gordo, milho, etc) e de balcão.

Para entender o que defendem a CNA, o BB, a B3 e inúmeras outras instituições, é necessário tornar palatável ao leitor comum em que consistem os termos técnicos do mercado financeiro e quais as implicações das operações realizadas em bolsa com futuros agropecuários no mundo real. A primeira coisa a explicar é o que são commodities, quais as principais commodities negociadas e o que é um contrato futuro de commodities agrícolas?

A palavra [commodities] origina-se do termo em inglês *commodity*, que significa basicamente mercadoria. São produtos básicos, bens comerciáveis, homogêneos e de grande consumo. Existem categorias diferentes de commodities, como os agropecuários, milho, boi, café, soja, trigo, algodão; os minerais, como petróleo, prata, ouro, platina; os financeiros, ou seja, as moedas mais utilizadas mundialmente, como dólar, euro, iene, e as commodities industriais, como ferro gusa, poliéster, entre outras.

“Nas primeiras negociações que deram origem ao mercado futuro, eram realizados contratos de compra e venda entre as partes, que estabeleciam a quantidade, qualidade e vencimento do produto em negociação. Com o passar do tempo e desenvolvimento do mercado, foi criado o contrato futuro padronizado, segundo o qual são estabelecidos o vencimento, qualidade e quantidade de acordo com as definições estipuladas pela Bolsa. No mercado à vista, por exemplo, Bovespa, são negociados lotes de ações; no mercado futuro, a nomenclatura utilizada é “contrato”. Cada contrato futuro possui suas particularidades e especificações...”. (PAZ, 2012, p. 13)

Para facilitar o entendimento, usemos o exemplo de um contrato futuro de soja negociado na principal Bolsa de Mercadorias e Futuros do Brasil, a BM&F (integrante da B3, como já ressaltado). O que fica acordado entre duas partes que desejem firmar esse contrato ente si?

---

<sup>90</sup> A B3 é o resultado da fusão entre a Bovespa e a BM&F, ocorrida em 2008. Na primeira são negociados Ações e Futuros sobre Ações (os chamados contratos de opções) e na segunda são negociados os derivativos sobre commodities e moedas (contratos futuros e também opções).

**Quadro 01:** Características técnicas do mini contrato “Futuro de Soja com Liquidação Financeira” (SFI)

### Características técnicas

Objeto de negociação	Soja em grão a granel tipo exportação, com os seguintes limites máx: 1% de matérias estranhas e impurezas; 30% de quebrados; 8% de esv avariados, dos quais se permite até 6% de grãos mofados, até 4% de queimados, sendo que esse último não pode ultrapassar 1%; e 18,5%
Código de negociação	SFI
Tamanho do contrato	450 sacas de 60kg líquidos (equivalentes a 27 toneladas métricas).
Cotação	Dólares dos Estados Unidos por saca, com duas casas decimais.
Variação mínima de apregoação	US\$0,01.
Lote padrão	1 contrato.
Último dia de negociação	2º dia útil anterior ao mês de vencimento.
Data de vencimento	2º dia útil anterior ao mês de vencimento.

Fonte: B3.



Como se pode observar nos dados técnicos de um dos contratos de soja negociados na bolsa brasileira, “Objeto de negociação” é a

“Soja em grão a granel tipo exportação, com os seguintes limites máximos: 14% de umidade; 1% de matérias estranhas e impurezas; 30% de quebrados; 8% de esverdeados; 8% de avariados, dos quais se permite até 6% de grãos mofados, até 4% de grãos ardidos e queimados, sendo que esse último não pode ultrapassar 1%; e 18,5% de conteúdo de óleo.” (B3<sup>91</sup>)

O tamanho do contrato acordado entre as partes é de 450 sacas de 60kg líquidos, o que equivale a 27 toneladas do grão. A cotação dos contratos é dada em dólares por saca de 60 kg. O contrato em questão é um contrato com liquidação financeira, o que significa que na data do seu vencimento o comprador ou o vendedor podem simplesmente pagar ou receber o correspondente à variação de preços no período entre a o início e o termino da operação de compra ou venda. **Os contratos com liquidação financeira são posteriores ao surgimento do mercado de futuros agrícolas. Cabe então explicar essa evolução a fim de compreendermos o salto dos mercados com liquidação física para os mercados com liquidação financeira e suas implicações.**

Extensa literatura indica que os primeiros contratos de futuros agrícolas foram criados como forma de proteger os produtores de oscilações bruscas nos preços dos produtos agrícolas, mas esses contratos não estavam centralizados em torno de uma instituição com prestígio e autoridade. A massiva institucionalização dessas formas contratuais se deu no meio oeste dos Estados Unidos da América, dado o contexto historio de rápida expansão pelo qual passava o país:

“A Chicago Board of Trade foi formada em 1848 por um grupo de empresários que queriam trazer mecanismos de proteção para o mercado de grãos do centro-oeste dos Estados Unidos. Os preços agrícolas sofriam ciclos muito fortes de alta e de baixa. No inverno, quando o grão ficava escasso, o preço subia, e, na época da colheita, Chicago ficava inundada com grãos, o que fazia os agricultores terem de aceitar preços extremamente baixos. Como forma de protesto, alguns preferiam queimar sua soja com combustível em vez de entregá-la a preços tão baixos. Alguns produtores, ao descobrirem que não podiam obter preços justos para o milho e o trigo, acabaram por jogá-los no Lago Michigan em vez de pagar pelo transporte e armazenamento.

---

<sup>91</sup> [http://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/negociacao/commodities/ficha-do-produto-8AE490CA6D41D4C7016D45F3CBBA3977.htm](http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/commodities/ficha-do-produto-8AE490CA6D41D4C7016D45F3CBBA3977.htm)

Tendo em vista todos esses protestos, a Câmara de Comércio começou a oferecer aos agricultores uma forma de obter garantia para seus produtos antes do tempo, propondo assim contratos futuros. O produtor, na época do plantio, poderia já negociar o preço que receberia pela colheita, tendo como contraparte grandes compradores de grãos...

Chicago estava se tornando o mercado de grãos predominante no centro-oeste dos Estados Unidos, e, com a criação da primeira ferrovia, começaram as trocas entre as outras regiões do país. Logo, Chicago passou a ser o centro ferroviário que possuía as 10 maiores ferrovias e também uma centena de trens, que entravam e saíam da cidade todos os dias. Utilizava-se um canal que ligava a cidade ao tráfego fluvial e conduzia ao Mississipi. A grande estrutura logística contribuiu para Chicago se transformar em referência, tornando-se centro nacional e até internacional de commodities agrícolas em 1850.

Em 1855, o governo francês, grande comprador de grãos, abandonou sua prática de compra de grãos em Nova York e foi para Chicago, reforçando ainda mais a importância da cidade nesse setor. Em 1856, a CBOT tinha cerca de 150 membros e precisou mudar-se para novo endereço. Em 1859, a legislatura de Illinois concedeu à CBOT a carta que lhe permitiu autoridade de governar a si mesma”. (PAZ, 2012, p. 9-10)

A pujança da Chicago oitocentista e novecentista recebeu a atenção dos geógrafos ao longo do tempo<sup>92</sup>. Chicago centralizava a circulação de mercadorias agrícolas nos EUA e por essa razão teve força para se estabelecer até hoje como centro de referência para definição dos preços mundiais da soja e do milho e de alguns tipos de trigo. Mas o que nos interessa de imediato, é o fato de que a principal motivação para a criação dos contratos futuros de mercadorias agrícolas foi a necessidade de proteger os produtores da grande volatilidade (oscilação) dos preços. Assim, a negociação desses contratos se dava exclusivamente entre produtores da mercadoria física e os seus compradores, fossem eles os intermediários ou mesmo um grande consumidor final. O prestígio da CBOT e a centralização da negociação dos grãos permitiram mais um salto no comércio desses produtos, uma vez que eles passaram a receber padronização. A Bolsa de Chicago era ao mesmo tempo resultado e condição do estabelecimento do mercado mundial de commodities agrícolas:

“A CBOT tornou-se uma instituição muito popular e, no final da década de 1950, estabelecera novo sistema de classificação de grãos, que ajudara o

---

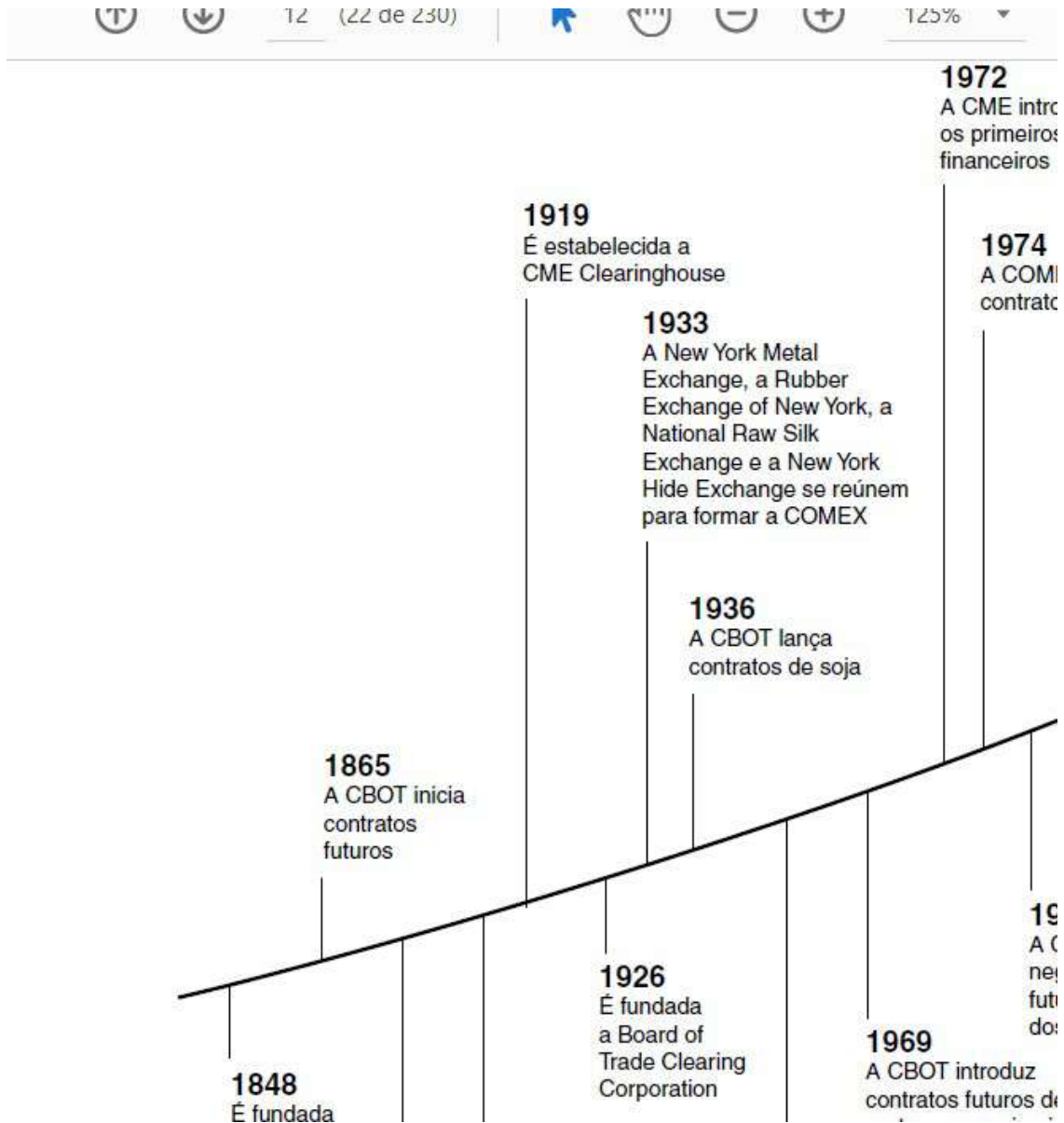
<sup>92</sup> A esse respeito, ver as teses de doutorado do geógrafo norte-americano Richard Hartshorne, “*The Lake Traffic of Chicago*” (1924), e do geógrafo brasileiro Raimundo Jucier Sousa de Assis, “*A iminência da subordinação aos Estados Unidos: a afirmação do Brasil como periferia do capitalismo na exposição universal de Chicago*” (2016).



mercado a funcionar melhor. No sistema antigo, diversos agricultores de grãos tinham de ser inspecionados em muitos pontos durante o processo de venda, para se ter certeza de que os grãos eram da qualidade e da limpeza que diziam ser. Se um agricultor de grãos armazenava seus lotes com outros agricultores, e se fossem grãos de diferentes qualidades, acabavam por se misturar, o que vinha a afetar o preço mais tarde. A Câmara de Comércio criou novo sistema, em que os grãos eram classificados antes do armazenamento e colocados todos nos respectivos silos. Observe que começava a surgir assim a padronização dos grãos – origem do termo commodity. O agricultor recebia um recibo de X quantidade de grãos, de X qualidade. Assim, ele ficava seguro da qualidade do produto para revenda, além de ter a confiança de que essa qualidade não seria afetada pelo armazenamento promíscuo”. (PAZ, 2012, p. 10-11)

O processo de padronização dos grãos abriu a possibilidade de maior circulação dos produtos assim classificados, uma vez que o comprador – onde quer que ele esteja – sabe exatamente o produto que está comprando, podendo dessa forma fechar negócios no mundo inteiro, simultaneamente. Esse processo de abstração se aprofunda com a criação dos contratos futuros, com o estabelecimento da liquidação financeira e com o desenvolvimento tecnológico interligando em tempo real todas as bolsas de valores existentes no mundo. “Inicialmente, a CBOT negociava apenas commodities agrícolas tradicionais, como milho, soja e trigo. **Agora, os contratos de derivativos financeiros e índices as superam em volume de negociação**” (idem, p. 12).

**Figura 29.** Evolução da CBOT, hoje CME GROUP<sup>93</sup>.



Fonte: PAZ, 2012, p. 12.

Como se pode ver na imagem acima, que trata do desenvolvimento da Bolsa de Mercadorias de Chicago, a criação dos contratos futuros se deu apenas em 1865, 17 anos após a criação da CBOT. Já os contratos de soja – foco dessa pesquisa – começaram a ser negociados somente em 1936, uma vez que o início da pujança

<sup>93</sup> Chicago Board of Trade (CBOT) e Chicago Mercantile Exchange Group (CME Group), respectivamente.

ocidental da soja data da primeira metade século XX, conforme já discutimos no primeiro capítulo. **Os contratos futuros diferem da negociação à vista ou mercado spot, pois nos contratos futuros as partes negociantes fecham um acordo de compra e venda de uma mercadoria que muitas vezes ainda nem foi produzida.** Aqui o risco está não só na produção, que pode nem chegar a acontecer, mas também do lado do comprador, que na data futura pode não ter as condições financeiras de honrar com o contrato.

A terceira parte de *O Capital*, com publicação póstuma e edição de Engels, é encerrada com uma seção dedicada à Bolsa de Valores, onde Marx sentencia a tendência da Bolsa de Valores a abarcar a negociação de toda a riqueza social já produzida e toda a riqueza futura. Nessa citação Marx mostra não só essa tendência como o desenvolvimento da firma avançada no capitalismo, a firma pública, listada em bolsa de valores.

**No livro III de O Capital, Marx discute a formação do capital fictício ilustrando uma série de mecanismos criados pelo capital bancário para facilitar as transações comerciais ao redor do mundo, tomando como exemplo o desconto de letras de câmbio entre Bancos no século XIX em um volume muito superior às mercadorias que virtualmente forneciam o lastro para tais instrumentos financeiros. Não importava se do outro lado do oceano Índico uma determinada carga de açúcar já tivesse sido embarcada, ou mesmo que a sua produção tivesse garantida; em Londres importava apenas os nomes que estampavam e endossavam uma determinada letra de câmbio, assim, esta podia circular de mãos em mãos, descontando pagamentos em valores dez vezes superiores à carga de açúcar que havia originado a letra de câmbio em questão. Eis aqui um dos mecanismos privilegiados de criação de capital fictício pelo capital bancário, ao lado da dívida pública e da emissão de ações por sociedades que decidiam “abrir” o seu capital em bolsa.**

Marx afirma também que a construção do Canal de Suez e a invenção do telégrafo, ao reduzir o tempo de viagem das mercadorias que antes precisavam contornar o Cabo da Boa Esperança e ao permitir a informação da situação do mercado da Índia ao comerciante inglês no mesmo dia, respectivamente, puseram fim a esse método de fabricação de capital fictício. Mas veremos que de lá para cá o capitalismo inventou tantos outros métodos, ainda mais notáveis, como é o caso dos contratos de derivativos que existem contemporaneamente. São eles: o contrato a termo, o contrato

futuro, o contrato de opção e os contratos de swaps. A nós interessam os contratos futuros. **Mas isso requer, antes, que pronunciemos algumas palavras sobre o capital fictício.**

## 5.2 SOBRE O CAPITAL FICTÍCIO e SOBRE A FORMA DERIVATIVO

Segundo Beluzzo (2013), a construção que Marx faz do desenvolvimento do regime do capital é lógico-genética. Isso significa dizer que as categorias e conceitos mais simples contêm em potência as características das categorias ou conceitos mais complexos, ao mesmo tempo que os últimos contêm em sua gênese as contradições inscritas nas formas mais elementares. Isso significa dizer que o estudo das formas mais simples nos possibilita vislumbrar as formas mais complexas e suas contradições. (MELLO; ROSSI, 2017).

Para (MOLLO, 2011) já na análise da circulação simples de mercadorias, Marx chama atenção para a possibilidade de crise aberta pelo uso de dinheiro separando compras e vendas. Na circulação M-D-M, o dinheiro, como equivalente universal da riqueza material, está sujeito ao entesouramento e por isso pode retardar o seu próprio curso e o giro social das mercadorias. Entesourar é vender sem comprar (M-D). Uma compra é igual a uma venda, mas no plano individual ninguém é obrigado a comprar após ter vendido. Assim, em uma sociedade mercantil, mesmo sem as determinações capitalistas, as crises já estão contempladas em função das contradições que envolvem o dinheiro: esse cumpre uma função social de circular as mercadorias e, ao mesmo tempo, é objeto de acumulação privada. Portanto, a possibilidade formal da crise já se encontra inscrita no processo de circulação de mercadorias (MELLO; ROSSI, 2017).

No longo processo da abstração real das relações sociais operada pelo capital, a possibilidade de crise econômica cresce à medida que as formas do capital se desenvolvem.

Na circulação D-M-D' a crise econômica possui um significado mais direto e específico: é a crise no processo de acumulação do capital, causado por limites criados pelo próprio capital. Aqui a produção de mercadorias se torna um meio para valorizar o capital, sujeita à contradição que estabelece que a sua produção seja privada, mas sua realização, social... Assim, os capitais em

concorrência decidem o quanto vão produzir, mas não o quanto vão vender, nem a qual preço, o que torna o ato de produzir uma aposta no futuro e as crises, inerentes a esse processo. (Idem)

A introdução do sistema de crédito vai potencializar essa autonomia relativa da circulação em relação à produção, “uma vez que é possível comprar sem ter vendido e realizado o lucro, vender penhorando rendas futuras ainda não garantidas” (MOLLO, 2011, p 485). Com o desenvolvimento do capital fictício fica ampliada essa separação, o que coloca essa forma de capital como elemento potencial de crises.

**Marx definiu o capital fictício como a capitalização de um fluxo de renda esperado em função da posse de um título trazido a valor presente por desconto da taxa de juro vigente.** Segundo Germer (1994, p. 196), “o capital, nesse caso, é apenas o valor que o capitalista está disposto a pagar, dada a taxa de juros, pelo direito a determinado rendimento futuro, conhecido ou estimado”. Para Marx, o capital fictício que via como produto do desenvolvimento do sistema de crédito e do surgimento das sociedades por ações, estava representado nas “letras negociáveis como riqueza” – hoje chamadas de valores mobiliários – como os títulos da dívida pública para financiar despesas de déficits e as ações das sociedades de capital aberto. **Para Marx, “o dinheiro de crédito gerado pelo sistema bancário sem contraparte em ouro era em si a forma mais fundamental de capital fictício,** porque a sua criação ex nihilo gerava poder de compra sem relação com o valor de nenhum tipo de produção, consumo ou ativos físicos subjacentes reais” (GUTTMAN, 2008, p. 21-22).

Para (PALUDETTO e ROSSI, 2015) o fato **da capitalização pressupor uma taxa de juros de referência reflete o fato de que o capital fictício pressupõe o próprio capital portador de juros para existir. “Do ponto de vista ontológico, não há capital fictício sem o capital a juros, assim como ambos não fazem sentido sem o capital em real” (p. 9).**

Se no caso do capital portador de juro o dinheiro é a própria mercadoria, que possui a capacidade de se reproduzir, “na constituição do capital fictício, o elemento que assume a condição de mercadoria (e de capital) são os fluxos de renda futura. Nesse sentido, a constituição de capital fictício é essencialmente a transformação dos fluxos de renda futuros em mercadoria” (Idem).

Diante dessa constatação, pode-se concluir com HUDSON (2010) que toda a engenharia do sistema financeiro na criação de formas de capital fictício, incluindo

derivativos, são maneiras que o sistema encontra de se apropriar da renda futura onde quer que ela exista, formando mercados para transacionar esses direitos. “Essa característica do capital fictício o exime de relação direta com o capital real, seu valor expressa as expectativas que se tem sobre o futuro no presente” (Idem).

Desse modo, para simplificarmos a compreensão do que possa representar capital fictício, (Idem, p. 1): “o capital fictício é um conceito absoluto no sentido de que a variação de seu valor não o torna mais ou menos fictício” e que apresenta três propriedades:

“(1) é um ativo que está associado a uma renda futura, portanto seu valor depende da capitalização de recebimentos futuros trazidos a valor presente por uma taxa de juros; (2) é um ativo transferível, portanto depende da existência de um mercado secundário onde ele pode expressar o seu valor; (3) ele não existe como capital efetivo, ou é duplicado. Esta última propriedade, um tanto fantasmagórica, destaca a natureza financeira do capital, que não existe como capital real.

“Por exemplo, a dívida pública não tem nenhuma relação com o dinheiro inicialmente captado pelo Estado. Ela é uma representação fictícia de um capital que não existe mais, mas que dá direito a uma participação sobre as receitas do Estado. Da mesma forma, a emissão primária de uma ação pode financiar a compra de uma máquina, mas o valor da ação convive com o valor máquina e tende a se diferenciar dele. **Emitir ações ou títulos cria valor fictício no sistema econômico e a compra e venda desses títulos é a negociação dos direitos sobre os fluxos de renda que serão produzidos no futuro.** É, portanto, um mecanismo de distribuição de renda e riqueza, por excelência”.

Aprofundando nos aspectos especulativos nos quais está envolta a negociação dos valores mobiliários, Guttman (2008, p. 22) afirma:

O conceito de "capital fictício" de Marx implica sobretudo que o valor de mercado das letras poderia ser elevado sem nenhum aumento paralelo na avaliação dos ativos tangíveis, por meio do uso de crédito, para o benefício da negociação da lucratividade de tais letras. O que ele descreve aqui equivale à negociação de valores mobiliários e outros títulos financeiros de ganhos de capital derivados da diferença entre o preço de compra (presumivelmente mais baixo) e o preço de venda (mais alto). A possibilidade de preços de valores mobiliários inflacionados artificialmente para ganhos potenciais de capital deriva inclusive de fatores de oferta e

demanda, que em si estão sujeitos à manipulação voltada exatamente para tal finalidade, incluindo o uso do crédito para impulsionar a demanda e ter os intermediários (como underwriters, negociadores e corretores) para controle da oferta.

Na escrita de O Capital, Marx expôs as formas de capital fictício que lhe eram contemporâneas. Atualmente, a diversidade de formas pelas quais é criado capital fictício no sistema financeiro ultrapassa exponencialmente as possibilidades existentes no contexto em que viveu Marx.

“Em comparação com a época de Marx, **temos hoje em dia uma formação infinitamente mais avançada de capital fictício**, com grande parte da virada recente dos empréstimos bancários para os valores mobiliários equivalendo a um salto quântico na sua evolução.

“Em outras palavras, **o capitalismo dirigido pelas finanças tem dado prioridade ao capital fictício, cujos novos condutos, como derivativos** ou valores mobiliários lastreados em ativos, **estão a vários níveis de distância de qualquer atividade econômica real de criação de valor.**

“Nessa esfera, o objetivo principal é negociar ativos em papel de forma lucrativa para obter ganhos de capital, uma atividade mais bem definida como **especulação**. **Muitos desenvolvimentos recentes das finanças, como a securitização, a explosão em volume de negociação de derivativos, a disseminação de fundos de hedge, compras maciças de valores mobiliários por bancos etc., devem ser compreendidos por este ângulo.** (Idem)

Como se pode ver nos trechos destacados de Guttman, a pletora contemporânea de capital fictício supera em muito o volume e as formas existentes no contexto em que Marx viveu e inclui uma nova categoria não tratada pelo filósofo alemão: a dos derivativos. Guttman ainda nos traz pontos importantes para discussões que faremos adiante, como o avançado grau de independência relativa entre os derivativos e a produção de mais valor e a quantidade de produtos desenvolvidos recentemente pelo mercado financeiro para atender à sanha por acumulação: securitização de dívidas, criação de derivativos, disseminação de fundos hedge de alcance global e compras maciças de valores mobiliários por bancos, independentemente do setor econômico em que estejam essas “letras fictícias”.

Para compreendermos a fundo a natureza dos derivativos é necessário recorrer à produção de Guilherme Mello, em sua tese de doutorado “*Os derivativos e a crise do subprime: o capitalismo em sua ‘quarta dimensão’*” (2016). Nela o autor argumenta pela importância central assumida pelo mercado de derivativos na dinâmica do capitalismo contemporâneo, examinando o mercado de derivativos de crédito e sua contribuição para a formação e eclosão da crise financeira de 2007/2008. Para elaborar a sua explicação o autor organizou a pesquisa em três bases, das quais nos interessam duas. A primeira delas foi a indicação dos elementos sistêmicos que serviram como pano de fundo para a crise, argumentando que o capitalismo adentrou uma nova "dimensão" ao longo dos anos 1990 e 2000, marcada pela forma derivativo, que alterou as relações de propriedade, introduziu novos agentes e motivações, aumentou a integração financeira entre os agentes, transformando a lógica de precificação dos principais mercados financeiros. A segunda é argumentação contrária à abordagem da "macroeconomia tradicional" acerca das raízes da crise e dos desequilíbrios globais, pleiteando-se uma explicação "monetária" para tais fenômenos, introduzindo como ponto de importância central o papel dos mercados de derivativos na determinação dos principais preços macroeconômicos.

Esse preâmbulo é importante para que apresentemos o que Guilherme Melo chama de quatro dimensões do capitalismo, um constructo teórico desenvolvido pelo autor, que embora não adotemos achamos oportuno para sublinhar a diferença específica que o capital fictício assume na sua forma derivativo. Essas diferenças são importantes para compreender, mais adiante, o poder dos derivativos sobre a economia real na determinação de preços e tendências. Nas palavras de MELLO (2018, p. 827):

Para melhor compreender a lógica sistêmica do arranjo particular de capitalismo que entrou em crise, utiliza-se aqui a construção teórica das "dimensões do capitalismo". As quatro dimensões são construções analíticas que buscam descrever a formação e o desenvolvimento do modo de produção capitalista, analisando a transfiguração das formas, ou seja, como as formas mais complexas de acumulação do capital surgem do seio das formas mais elementares através de suas contradições, passando a subordiná-las e transformar a dinâmica e o funcionamento do capitalismo. **O objetivo dessa construção é destacar o mercado de derivativos como um desdobramento do capital fictício e como uma esfera particular da acumulação financeira. Há três eixos metodológicos utilizados para caracterizar cada uma das dimensões. O primeiro é a análise marxista das formas de circulação do dinheiro e das relações de subordinação no processo de acumulação capitalista. O segundo eixo parte da análise**



de Bryan e Rafferty (2006) que identificam graus de separação na propriedade do capital no processo de acumulação capitalista. Já o terceiro eixo de análise é a descrição da lógica do sistema e das transformações no capitalismo em cada uma das dimensões.

As quatro esferas apresentadas não estão necessariamente associadas a um contexto histórico específico, coexistindo historicamente. Destaca-se também que a separação analítica das esferas de acumulação não implica em independência entre elas. Tampouco as relações de subordinação entre as finanças e a produção implicam em relações de autonomia absoluta da primeira ante a segunda. Ou seja, não há um processo de valorização auto-referenciado onde as finanças determinam ilimitadamente seu próprio valor. Pelo contrário, a relação de subordinação sugerida não isenta a dependência da esfera financeira com relação à esfera da produção, essas são esferas intercondicionadas. **Nesse sentido, os descolamentos potenciais entre as esferas são limitados temporalmente e serão recorrentemente ajustados por meio de crises.**

**Vasta literatura com fundamentação teórica sobre as contribuições de Marx e Keynes descreve o domínio de finanças no processo econômico e as mudanças no capitalismo contemporâneo. Autores tais como Chesnais (1995; 1996; 2003; 2005), Epstein (2001), Belluzzo (1997), Tavares (1997), Plihon (2004), Aglietta e Rebérioux (2005), Aglietta (2006), Carneiro (2007), Palley (2007) e Guttman (2008) promovem a ideia de dominância financeira, capitalismo dominado pelas finanças, ou simplesmente "financeirização". Essa literatura descreve a lógica principal da terceira dimensão, que é a lógica de valorização de ativos ou valorização fictícia. Em linhas gerais, a dinâmica dos ganhos de capital impõe seus interesses e controla o comportamento do circuito D-M-D', portanto, subordina a esfera da produção a seus interesses.**

**Na maior parte da literatura sobre financeirização, os derivativos aparecem tangencialmente, ilustrando o modo de funcionamento de empresas cuja centralidade está na lógica de valorização de ativos representada pelo mercado de ações. Portanto, o debate não é centrado no mercado de derivativos, mas sim no reino da propriedade, onde o capitalismo se move por meio da centralização da riqueza, de fusões e aquisições, da valorização das ações etc. É baseado neste aspecto que este trabalho propõe uma contribuição e argumenta que os derivativos desempenham um papel mais estrutural no processo de acumulação de capital. (GUILHERME MELO CRITICA A TURMA DA ESCOLA DA REGULAÇÃO!!)**

No longo trecho citado, o autor não só apresenta os eixos metodológicos do seu constructo como desfere uma crítica à literatura que se dedicou ao tema da “financeirização da economia” por tangenciar a natureza e o papel dos derivativos no contexto de proeminência do capital fictício. Poderíamos incluir na lista de trabalhos os da coletânea organizada por GOMES (2015), que focam a sua preocupação em distinguir tipos de capital fictício de acordo com o seu grau de abstração (capital fictício

de Tipo I e de Tipo II), propor os conceitos de capital especulativo parasitário<sup>94</sup> e de lucros fictícios, e discutir a atualidade e a validade das categorias “lucro diferencial” e “lucro de fundador” – extraídas de Hilferding – para a compreensão da dinâmica do capitalismo contemporâneo. No fim, a discussão recai no que MELLO chamou de terceira dimensão do capitalismo, não conseguindo extrapolar os seus limites.

O quadro a seguir resume o argumento analítico desenvolvido por MELLO (2018, p. 835) sobre a consolidação das quatro dimensões e suas principais características.

**Tabela 11.** As quatro dimensões do capitalismo.

	<b>Circulação do dinheiro</b>	<b>Relações de propriedade</b>	<b>Relações de subordinação</b>	<b>Lógica do sistema</b>
1º DIMENSÃO Esfera das mercadorias	M - D - M	Produtor possui os meios de produção	-	Subsistência
2º DIMENSÃO Esfera da produção	D - M - D'	Separação entre trabalho e propriedade dos meios de produção	Subordinação do trabalho ao capital	Lucro por meio da extração de mais valia
3º DIMENSÃO Esfera da propriedade	D - D'	Separação entre a propriedade da companhia e a gerência da produção	Subordinação do capital produtivo ao capital financeiro	Valorização patrimonial
4º DIMENSÃO Esfera dos derivativos	$\Delta D$ *	Separação entre a propriedade dos ativos e a propriedade sobre a performance dos ativos	Subordinação da esfera da produção à esfera dos derivativos	Ganhos de aposta/cassino

**Fonte:** Elaborado pelo autor. Apresentado anteriormente em Carneiro; Rossi; Mello e Chiliatto-Leite (2015).

Segundo Mello (Idem), “os derivativos são usualmente definidos nos manuais de finanças como instrumentos financeiros que estabelecem pagamentos futuros, cujo montante deriva da variação de valor de um ativo ou da possibilidade de ocorrência de um evento determinado” (p. 829). **O equívoco dessa definição é estabelecer um nexo causal que nem sempre se verifica na realidade. Em alguns mercados, os preços**

<sup>94</sup> A construção de CARCANHOLO e SABADINI (2015), *Especulação e Lucros Fictícios*, se aproxima em alguns aspectos da interpretação de DOWBOR (2007) em “A Era do Capital Improdutivo”, outra obra brasileira que embora aponte a pletora de derivativos, não chega a teorizar sobre eles.

**dos ativos e dos derivativos se determinam mutuamente. Em outros, esta relação se inverte totalmente: são os derivativos que determinam os preços dos ativos.**

**A segunda característica que a literatura atribui largamente aos derivativos é a que diz que uma operação de derivativo, considerada isoladamente, representa um "jogo de soma zero",** onde os ganhos são iguais às perdas. No entanto, o mercado de derivativos pode produzir uma soma positiva, ao gerar efeitos dinamizadores sobre a alocação de recursos e sobre o processo de acumulação em uma escala específica, ao menos até um eventual estouro da bolha de ativos formada no processo.

**Os mercados em que se negociam derivativos podem se apresentar com diferentes configurações e seus agentes com motivações diversas.** Os contratos podem ser: com entrega física ou com liquidação em moeda; as negociações podem ser organizados (com *clearing* central) ou de "balcão", onde as operações são bilaterais entre investidores privados. Já do ponto de vista da motivação dos agentes, além do desejo dos produtores de realizarem "*hedge*", os investidores podem realizar operações de arbitragem entre diferentes mercados e ativos e especular na compra ou na venda com ativos através dos mercados de derivativos.

Para Mello (2018), quatro características diferenciam os derivativos dos demais instrumentos financeiros presentes nas outras três dimensões do capitalismo:

**1 – A posse deste não implica em participação na propriedade do bem subjacente.** Fundamentalmente, um derivativo é uma aposta na variação de preço de um ativo, sem haver a necessidade de posse do ativo sobre o qual está se apostando<sup>95</sup>.

**2 – A sua capacidade de conectar o presente ao futuro, o que Bryan e Rafferty (2006) chamam de *binding*.** Os preços presentes e os preços futuros dos ativos se inter-relacionam de maneira mais direta agora. Algumas operações com derivativos buscam reduzir de tal forma a dimensão temporal das apostas, que eliminam, do ponto de vista microeconômico, grande parte dos riscos e incertezas associados à passagem do tempo. Um exemplo disto pode se encontrar nas operações de arbitragem, onde o risco de preço associado à passagem do tempo é virtualmente eliminado (Lipuma; Lee, 2005, p. 411 e 420). Nestas operações, o

---

<sup>95</sup> Bryan e Rafferty (2006) se referem a esta separação como sendo o terceiro grau de separação da propriedade do capital, e assim definem: O terceiro grau de separação da posse de capital envolve o processo pelo qual a propriedade do capital é separada da propriedade da empresa e o capital concorre consigo próprio. Já descrevemos essa separação em sua forma mais óbvia: que a posse de um derivativo de ação (contrato de opção ou futuros) é diferente da posse da ação em si. O derivativo de uma ação (por exemplo, um contrato de futuros sobre o índice de mercado ou uma empresa) dá a seu proprietário uma exposição sobre o desempenho (preço e rentabilidade) da empresa (ou grupo de empresas) de uma forma que é mais flexível do que a participação acionária direta (Bryan; Rafferty, 2006, p. 74, tradução livre).

agente arbitrador assume posições diametralmente opostas nos mercados à vista e de derivativos, eliminando assim o risco de variação de preço no tempo e garantindo um ganho líquido e certo para o arbitrador. Do outro lado da operação de derivativo, podemos encontrar, por exemplo, um agente especulador, que busca seu ganho apostando na variação do preço dos ativos no tempo. Este ponto é importantíssimo para entendermos como os preços futuros podem afetar os preços à vista.

**3 - O fato de eles integrarem os diversos mercados**, possibilitando que os diferentes ativos financeiros sejam mensurados sob uma mesma unidade de medida monetária. Esta característica, a que Bryan e Rafferty (2006) se referem como *blending* (aqui traduzido como "transversalidade"), traz consigo inúmeros aspectos relevantes dos mercados de derivativos. O fato de eles serem capazes de comensurar os diferentes ativos está diretamente relacionado à capacidade dos derivativos de "commoditizar os riscos", ou, como afirmam Lipuma e Lee (2005), "objetificar o risco abstrato".

**4 - A natureza diferenciada do ganho financeiro advindo destas operações.** Conforme a abordagem marxista, o capital tem o poder de lucrar com a produção e apropriação da mais-valia. Por sua vez, o dinheiro é crucial, porque move o processo de produção e gera riqueza adicional. Ou seja, o dinheiro entra no circuito como capital, passa pelo processo de produção e retorna ao capitalista sob a forma de capital monetário no final do processo. O dinheiro é, portanto, o meio e o objetivo do processo. Com o capital portador de juros e fictício, o capitalismo assume uma forma mais exterior e mais fetichista. O dinheiro-capital ganha uma autonomia aparente e relativa para seguir seu caminho para a apreciação por conta própria. Pode ser capital portador de juros, apoiado pelo sistema de crédito, que aparentemente fornece dinheiro com a capacidade de criar riqueza ou agregar valor a si mesmo, independentemente da produção; ou capital fictício, em que ações de riqueza podem aparentemente apreciar de forma autônoma. Assim, a financeirização permite que a forma D-D' subordine a produção e o trabalho.

Agora, a nova forma de acumulação fornecida pelos mercados de derivativos tem uma característica fundamental: **o processo de valorização é independente do investimento inicial**. Nesta fase, o capital assume sua forma mais abstrata. Se anteriormente a fórmula para a valorização do capital poderia ser indicada por  $D-D'$ , onde  $D'=D+\Delta D$ , na esfera dos derivativos, propõe-se que a forma de valorização do capital possa ser simplesmente denotada por  $\Delta D^*$ . A notação  $\Delta D^*$  sugere, por um lado, a falta de capital anterior (D) e, por outro lado, a forma (\*) denota a diferença na natureza do ganho da operação.

**Ao contrário das formas anteriores,  $\Delta D^*$  "dispensa" a necessidade de dinheiro como meio de apreciação**, ou seu adiantamento no início do processo. Isso significa que o dinheiro ainda é um fim do processo de valorização, mas **aparentemente perde sua relevância como veículo de valorização, bem como o sistema de crédito**. A alavancagem, uma característica dos mercados de derivativos, não implica **relações de crédito como tal, mas estas estão implícitas no conceito de alavancagem**. Essas relações, bem como os juros associados à forma dinheiro, são incorporados no preço dos contratos de derivativos. O preço futuro de qualquer ativo é dado não só pelas expectativas

dos agentes quanto à mudança de preço desse ativo, mas pela taxa de juros do mercado de crédito, que consiste em um custo de carregamento desse contrato.

Para ilustrar esses aspectos que distinguem claramente a forma derivativo, podemos usar o exemplo do Índice Bovespa, que é um índice de ações (uma cesta teórica de ações com as ações das companhias mais valiosas com capital aberto no Brasil e com maior liquidez de mercado) que é possível de ser comprado sem o desembolso de dinheiro, apenas colocando em garantia alguma margem financeira. Se o índice se movimentar na direção apostada, o especulador obterá um ganho correspondente à variação % do índice assim que desfizer a operação: se antes havia comprado o índice, agora deve vender para realizar o lucro, e vice versa. Esse tipo de operação que dispensa o aporte de capital também pode ser feito com contratos de opções, outro tipo de derivativo, mas sobre o qual não nos aprofundaremos aqui.

No tocante à relação creditícia implícita na alavancagem<sup>96</sup>, toda vez que se exige apenas um percentual do valor total de um contrato derivativo para que o especulador possa operá-lo (comprá-lo ou vendê-lo) estamos falando de um empréstimo teórico feito a esse especulador. No caso de uma movimentação de preços que cause um impacto financeiro acima do valor da margem financeira que foi depositada em garantia pelo especulador, ele será chamado a aportar mais dinheiro para continuar a operação ou será zerado compulsoriamente pelas corretoras e assumirá prejuízo da operação. Nos casos em que não existe uma compensação centralizada para garantir que uma das contrapartes em qualquer operação venha a faltar com as suas garantias, os riscos de prejuízos sistêmicos cresce exponencialmente.

Já em relação aos juros associados à forma dinheiro, embora em tese o dinheiro seja dispensado para a abertura de operações com derivativos, o preço dos contratos embute em si o valor do tempo. Não é outra a razão de além do Índice Bovespa à vista a bolsa brasileira negociar o Índice Bovespa Futuro, como vencimento em 60 dias a partir de uma data presente qualquer. Em situações normais, o Índice Bovespa Futuro negocia com ágio em relação ao à vista em função dos juros embutidos na passagem do tempo.

---

<sup>96</sup> Em finanças, alavancagem é um termo genérico que designa qualquer técnica utilizada para multiplicar a rentabilidade através de endividamento. Resulta, portanto, da participação de recursos de terceiros na estrutura do capital da empresa.

Esse ágio será tão maior quanto maior for a taxa de juros básica da economia, no caso Brasileiro, a Taxa Selic.

Como já exposto na primeira seção deste capítulo, os derivativos não são exclusivos do que Mello chama de “quarta dimensão do capitalismo” nem são uma invenção das finanças modernas. O que muda na contemporaneidade é “o papel exercido por esse instrumento, a motivação dos agentes e sua função dentro do sistema de valorização do capital” (p. 832). Esses instrumentos emergiram organicamente do processo de produção e podem ser observados em todas as “dimensões” do capitalismo<sup>97</sup>.

Fundamentando a sua exposição na abordagem marxiana que enxerga no desenvolvimento das formas do capital que as contradições e potências das formas menos desenvolvidas são inscritas nas formas mais desenvolvidas, assumindo novos arranjos e mecanismos mais eficientes para valorizar o capital, ao mesmo tempo em que cria novas contradições na própria acumulação de capital, Melo busca as origens lógicas e históricas da forma derivativo.

Para o autor, no plano lógico, a forma derivativo surge das formas anteriores e tradicionais de acumulação de capital (capital produtivo, capital a juros e capital fictício) porque é uma maneira de negociar os resultados futuros do processo de acumulação ( $\Delta M^*$ ). Além disso, é uma forma mais eficiente de servir o capital especulativo, tendo em conta as características institucionais dos derivativos, como a maior capacidade de alavancagem, o fácil acesso aos mercados e que não há necessidade de transportar ou entregar o ativo negociado, em outras palavras: a financeirização dos contratos derivativos (a criação de contratos derivativos com liquidação exclusivamente financeira) permite a qualquer agente do mercado financeiro negociar commodities como a soja, por exemplo, sem se preocupar com os aspectos

---

<sup>97</sup> Na primeira dimensão, para garantir a circulação de *commodities* a um preço determinado, garantindo proteção contra variação de preço na troca de mercadorias. Na segunda dimensão, eles podem aparecer em vários estágios de produção de *commodities*, tais como assegurar o preço de compra de matérias-primas e insumos, comprar seguro contra eventos que interferem no processo de produção ou garantir o preço final do produto, atenuando as incertezas associadas ao processo de produção e aumentando a previsibilidade dos ganhos resultantes desse processo. “Na terceira dimensão, os derivativos são utilizados principalmente para garantir a rentabilidade do capital, porque as relações de crédito, títulos e mercados de ações são permeadas pela incerteza relacionada às mudanças em diversos preços relativos (taxas de juros, câmbio, etc.) e a duração dos contratos de crédito. No entanto, a partir do desenvolvimento do capital fictício e o consequente aumento da importância dos mercados de derivativos, surge o crescimento e a generalização do uso especulativo dos mercados de derivativos. Essa generalização dá origem à quarta dimensão, onde a forma derivativo torna-se dominante em relação às formas anteriores de valorização do capital”(p. xx). O volume financeiro e os lucros auferidos pelos fundos de investimento globais em contratos futuros de câmbio e de juros ajudam a reforçar essa tese.

técnicos da produção, armazenagem ou transporte. **Já no nível histórico, a quarta dimensão se desenvolve simultaneamente com o capital em sua forma monetária e,** progressivamente, constitui uma força autônoma no processo de valorização do capital quando os mercados profundos e líquidos negociam livremente estoques de riqueza. **Portanto é apenas depois da década de 1970 que o papel dos derivativos começa a mudar, juntamente com as transformações do sistema financeiro e monetário internacional** que introduzem progressivamente novas e mais eficientes formas de acumulação de capital, que **aumentam a importância dos mercados de valores mobiliários e o papel dos investidores financeiros na dinâmica da economia.** Desta maneira, **pode-se dizer que a quarta dimensão está ligada ao processo de financeirização, reforçando o papel do capital fictício e amplificando o seu impacto na acumulação** de capital, tornando a acumulação financeira ainda mais autônoma, abstrata e, portanto, fetichizada.

Esse desenvolvimento histórico que leva o capital fictício a ter uma proeminência tão destacada e que transforma o papel para os derivativos na economia global leva o autor a destacar a natureza dos ganhos nessa quarta dimensão do capitalismo e o potencial explosivo que carregam os derivativos. Enquanto na segunda dimensão o capitalista ganha o lucro derivado da mais valia e na terceira os ganhos provêm da valorização dos ativos ou do recebimento dos juros, na quarta esses ganhos podem ser considerados “ganhos de cassino”, decorrente da mera aposta no movimento de preços de um ativo que o apostador não possui.

Embora o autor se valha da expressão “ganhos de cassino”, ele tem plena consciência de que as operações feitas com uso de derivativos são muito mais orquestradas do que as jogadas de uma simples mesa de cassino. Para ele, na dimensão dos derivativos, os ganhos são proporcionados pela especulação, conduzida entre os principais atores do mercado, que se manifesta sob a forma de estratégias consolidadas, visando manipular informações e formar convenções que têm o poder de distorcer os preços. O empoderamento do mercado de derivativos também é a autonomização da especulação sobre os direitos de propriedade, o que permitiria reconhecer os derivativos como uma forma funcional de capital especulativo por excelência.

Se considerados nas suas características distintivas, como a capacidade de integrar diversos mercados e ligar presente e futuro - juntamente com alta alavancagem e aumento no volume de transações - a dinâmica dos mercados de derivativos gera uma constante (re)precificação dos estoques de ativos financeiros e, portanto, da riqueza

fictícia. Os mercados de derivativos, assim, tornam-se um propulsor para valorização da riqueza fictícia quando assumem a prerrogativa da formação de preços.

“Neste ponto, a quarta dimensão se consolida como uma forma hierarquicamente superior de acumulação de capital, já que alguns dos principais mercados à vista tornam-se dependentes dos mercados de derivativos e a variação de preços é transmitida por arbitragem na direção oposta ao habitual (ou seja, do futuro para o à vista). À medida que o reflexo se torna a imagem, pode-se dizer, de forma contraditória, que os preços à vista são "derivados" dos preços futuros” (MELLO, p. 835).

Aqui surge uma contradição básica que consolida o desenvolvimento da quarta dimensão para o autor: ao mesmo tempo em que o derivativo é uma expressão da produção e da acumulação fictícia, a acumulação do capital como um todo passa a sofrer a influência dos derivativos. Assim, a generalização do uso especulativo dos derivativos tem o poder de influenciar os preços à vista e – uma vez que atravessam todo o sistema - aumentar a volatilidade dos preços, a instabilidade macroeconômica, os riscos sistêmicos, criando condições para a ocorrência de profundas crises financeiras.

Em conclusão, a quarta dimensão se consolida quando a lógica do lucro por apostas, em mercados com alta liquidez, alta alavancagem e abstração profunda, é capaz de precificar alguns dos bens e ativos principais do sistema capitalista. Assim, o mercado de derivativos começa a assumir cada vez mais o papel de locus privilegiado de movimento, precificação e valorização do capital fictício, subordinando a lógica de valorização das dimensões anteriores (MELLO, 2018, p. 836).

No entanto, essa abstração não implica a autonomia absoluta dos mercados de derivativos. Esses mercados facilitam os movimentos de preços dos ativos, tanto em tempos de *boom* quanto em tempos de crise, que são transmitidos à esfera real e afetam relações de crédito e relações de propriedade. A acumulação de capital promovida por meio de derivativos encontra seu "limite" em momentos críticos, ou seja, quando as mudanças na percepção de risco dos agentes geram ajuste de preços no mercado, que assumem a forma de inversão de apostas e liquidação de contratos. Neste momento, as relações sociais de propriedade e crédito são novamente essenciais para garantir a liquidez e a solvência dos agentes envolvidos nesses mercados, revelando as reais relações sociais de poder, propriedade e dinheiro que apareceram anteriormente apenas de forma velada. Foi o que se viu na crise do *subprime* em 2007/2008. (Idem, p. 834).



### 5.3 A NEGOCIAÇÃO DE DERIVATIVOS NO AMBIENTE DA BOLSA

As cotações a seguir se referem aos preços vigentes dos contratos futuros de soja, com liquidação financeira, negociados na B3 no momento do fechamento do pregão do dia 20/04/2021 e foram extraídas da Plataforma Profit Chart Pro<sup>98</sup>, que recebe as cotações dos ativos negociados na BM&F em tempo real. Cada uma das linhas da tabela a seguir contém o código do contrato negociado, a sua variação percentual de preço no dia e o seu preço nominal de cotação. Cada uma dessas linhas está representando o preço de um mesmo contrato padrão de soja, porém com vencimentos diferentes.

**Figura 30:** Cotação dos Contratos Futuros de Soja negociados na B3 em 20/04/2021



6,375	ISPFUT
4.125,00	IVVB11
249,80	TRADES E
—	SFIFUT
32,10	SJCFUT
	SJCK21

**Fonte:** elaboração própria.

A nomenclatura dos contratos futuros de soja é definida a partir das regras ilustradas na figura seguir, onde SJC é o código do contrato de soja, a quarta letra representa o mês de vencimento de cada um dos contratos e os dois números que completam o código representam o ano de negociação. Apesar de termos uma letra para cada mês do ano, o contrato de soja em questão só tem vencimentos a cada dois meses. Dessa forma, no intervalo de um ano são negociadas ao todo seis séries ou seis

<sup>98</sup> Criada pela Nelogica, empresa gaúcha.

contratos de soja na bolsa brasileira, com vencimento nos meses de janeiro, março, maio, julho, agosto, setembro e novembro. Assim, se imprimíssemos os dados da tabela acima em um gráfico de linha, chegaríamos à conclusão de que o mercado, no pregão do dia 20/04, apostava em uma depreciação do preço da soja no futuro, uma vez que os contratos com vencimento mais longo estavam com preços mais baixos do que os contratos com vencimento mais curto.

**Figura 31:** Significado dos Códigos dos Contratos Futuros de Soja.



**Fonte:** (PAZ, 2012, p. 30).

O contrato com código SFI era o antigo contrato de soja com liquidação financeira negociado na BM&F e que foi substituído pelo SJC, Contrato Futuro de Soja com Liquidação Financeira pelo Preço do Contrato Futuro Míni de Soja do CME Group, ou simplesmente Futuro de Soja do CME, fruto da parceria entre a B3 e o CME Group. Embora a liquidação dos contratos brasileiros (SJC) se dê pelo preço de ajuste diário de Chicago, o contrato brasileiro é cotado em dólares por saca enquanto o norte-americano é cotado em dólares por bushel<sup>99</sup>. O SJC foi lançado em 2012, sucedendo o SFI, criado em 2011, para ampliar as possibilidades dos negociadores do mercado local,

<sup>99</sup> 1 Bushel de soja equivale a 60 libras ou 27,2125 kg.

uma vez que até 2010 a bolsa brasileira só contava com o contrato de soja com entrega física. A criação do SFI foi noticiada, à época, da seguinte forma pelo portal de notícias da Rede Globo de Telecomunicações<sup>100</sup>:

18/01/2011 18h52

### **BM&F lança na próxima semana novos derivativos de soja**

Reuters

Por Roberto Samora

**SÃO PAULO (Reuters) - A BM&FBovespa lançará na próxima semana um novo contrato futuro de soja, mas este com exclusiva liquidação financeira, e também opções de compra e venda relacionadas ao mesmo derivativo.**

**O atual contrato de soja, que permite a entrega física no porto de Paranaguá (PR), continuará sendo negociado na bolsa.**

Com os novos instrumentos, a bolsa busca ampliar as negociações no mercado futuro local de soja, a exemplo do que já aconteceu com o mudança no contrato de milho, que passou a permitir ao final de 2008 a liquidação financeira.

**Segundo o gerente de Serviços em Commodities da BM&FBovespa, Luiz Cláudio Caffagni, o contrato de soja atual tem boa precificação, 'mas a entrega física é muito técnica', o que dificulta a participação de mais agentes.**

'O (atual) é um contrato razoável, a liquidez não é satisfatória, mas é razoável. Mas a gente acha que o Brasil tem um potencial muito maior, a pujança do complexo soja no Brasil é muito grande, então a gente achou que valeria a gente pensar em alguma coisa', explicou Caffagni em entrevista à Reuters nesta terça-feira.

O Brasil é o segundo produtor e exportador global de soja.

**Com o contrato de liquidação financeira, a entrada de mais agentes financeiros na soja deve ajudar a aumentar a liquidez do mercado e permitir que mais 'hedgers' façam uso do derivativo, como foi observado no milho.**

O milho da BM&FBovespa superou 490 mil negócios em 2010, alta de 73,4 por cento em relação a 2009.

'A gente quer que esse contrato (de soja) seja grande, que dê para os exportadores fazerem arbitragem com a bolsa de Chicago, e essas foram as motivações', destacou o gerente da bolsa. Segundo Caffagni, a BM&F negociou em 2010, entre futuros e opções de soja, 143 mil contratos, uma queda de 18 por cento ante 2009.

'Um volume não desprezível, mas a gente chegou a fazer (o equivalente a) 5 por cento da safra. No caso do café fazemos algo em torno de duas safras... Um contrato para ter uma maturidade interessante, a gente se contentaria em poder negociar (o equivalente a) uma safra brasileira no ano.'

As negociações dos novos futuros de soja serão iniciadas em 27 de janeiro. O primeiro vencimento autorizado será o maio de 2011, sendo negociado pelo código SFI.

---

<sup>100</sup> <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/01/bmf-lanca-na-proxima-semana-novos-derivativos-de-soja-1.html>

A oscilação máxima de preço diária será de 5 por cento para mais ou para menos, em relação ao valor de ajuste do dia anterior.

A liquidação do contrato terá como base o indicador de preço criado pela bolsa em conjunto com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da USP, e será feita no segundo dia útil anterior ao mês de vencimento.

O indicador do Cepea é divulgado todos os dias úteis, após as 18h01, nos sites da BM&FBovespa e do Cepea.

O objeto da negociação será a soja tipo exportação transferida e comercializada no porto de Paranaguá (PR).

O novo contrato será cotado em dólares e equivale a 450 sacas de 60 quilos, ou 27 toneladas.

## OPÇÕES

Os novos contratos de opções de compra e venda sobre futuro de soja, que estarão autorizados para negociação a partir do dia 28 deste mês, expirarão na mesma data do vencimento do papel com liquidação financeira.

As opções são do tipo americano e podem ser exercidas a qualquer momento.

A unidade, o código, os horários de negociação e os vencimentos dos contratos de opções são os mesmos válidos para o contrato futuro.

As opções hoje negociadas na bolsa continuam seguindo as mesmas regras.

Além do contrato financeiro de soja e do tradicional da oleaginosa, a BM&FBovespa tem derivativos de milho, etanol, boi gordo e café, o mais antigo.

Na criação de contratos de derivativos – como é o caso dos contratos futuros de mercadorias físicas ou financeiras – usualmente se utiliza o discurso da liquidez como justificativa primeira. E embora o objetivo final visado seja ampliar a participação do **produtor** local na negociação desses contratos como forma de **proteção de preços (o hedge)**, a maioria esmagadora dos contratos continua sendo negociada exclusivamente por **especuladores**. A “evolução” do contrato SFI para o contrato SJC não mudou muito esse fato: parte significativa dos produtores brasileiros ainda continua distante da negociação com contratos futuros, exceção feita por grandes produtores e multinacionais brasileiras que negociam com commodities físicas ou financeiras em alguma parte do seu ciclo produtivo, a exemplo de Suzano, Brasil Foods, Minerva Foods, JBS, etc. Se considerarmos o perfil familiar de parte razoável da produção de soja no Paraná, logo concluiremos que, individualmente, os produtores não se enquadram no perfil do negociador de contratos futuros, uma vez que o quantum mínimo para tal operação é de 27 toneladas de grãos soja que atendam às especificações do contrato, conforme ilustrado no Quadro 01. Há que se destacar que o contrato de 27

toneladas é chamado de mini contrato (ou *mini sized* nos EUA), uma vez que representa apenas 20% do volume negociado no contrato “cheio”, como costuma ser chamado no jargão do mercado, que tem como volume padrão de negociação 136 toneladas do produto, como se pode ver na **Figura 32** a seguir.

O mais comum é entregarem a sua produção nos entrepostos das cooperativas e estas realizaram a negociação com contratos futuros. O produtor que possua maior volume estocado nos silos da Cooperativa tem maior poder de decisão sobre o momento de vender a sua produção. Os menores normalmente a vendem no momento em que precisam honrar as suas dívidas junto à cooperativa (compras de insumo para a produção, crédito, seguro, etc). Embora o normal seja a cooperativa comprar a soja do cooperado e imediatamente vendê-la no mercado futuro, abre-se aqui o espaço para que a cooperativa possa especular com tais estoques, desde que esse tipo de operação esteja dentro das suas normativas e do seu gerenciamento de risco. Na COAMO, a atividade de negociação nos mercados futuros fica a cargo da Diretoria Comercial, que conta com uma mesa de trading com 8 traders, cada um dedicado exclusivamente à negociação de uma única *commodity*.

**Figura 32:** Especificações técnicas do contrato “cheio” de Soja CME Group (ZS).

## Explore this product in dep

### Review contract highlights

#### CONTRACT UNIT

5,000 bushels (~136 metric tons)

#### PRICE QUOTATION

U.S. cents per bushel

#### PRODUCT CODE

CME Globex: ZS

TAS: SBT

CME ClearPort: S

Clearing: S

#### TRADING HOURS

CME Globex:

**Fonte:** <https://www.cmegroup.com/trading/agricultural/grain-and-oilseed/soybean.html>

A criação dos contratos com liquidação financeira acelera o tempo de circulação do capital. Como argumentou o próprio diretor da bolsa: “a entrega física é muito técnica”, pois envolve o transporte, o armazenamento nos armazéns situados no corredor de exportação do porto de Paranaguá e todo o desembaraço burocrático da mercadoria.

O salto que foi dado em 2012 pela B3, substituindo o contrato SFI pelo SJC, que é liquidado pelo preço de ajuste do contrato de Chicago foi mais outro salto na aceleração dessa circulação, uma vez que conectou diretamente os negociadores brasileiros (produtores que usam o contrato para *hedge* e especuladores) com os preços de Chicago, aceitos internacionalmente. Até 2013, o contrato financeiro da soja (SFI) era liquidado pelo preço da Soja - Paranaguá, indicador criado pela Bolsa em parceria com o CEPEA/USP, como ressaltou o diretor da Bolsa. A metodologia para a formação do preço da Soja – Paranaguá está ilustrada na figura a seguir:

**Quadro 02:** Metodologia da soja ESALQ/BM&FBovespa – Paranaguá.

PREÇOS AGROPECUÁRIOS	CUSTOS E GESTÃO	EXPORTAÇÃO AGRO	IPPA
ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:	Soja brasileira em grão a granel tipo exportação;		
MOEDA/UNIDADE DE MEDIDA:	Dólares americanos por saca de 60 kg;		
ENTREGA:	Produto posto no porto de Paranaguá, estado do Paraná, nas condições Place) no pátio ou FAS (Free Alongside Ship) em armazéns/silos de navios via corredor de exportação no porto de Paranaguá;		
REGIÃO DE REFERÊNCIA:	Produto posto no porto de Paranaguá, estado do Paraná, nas condições FAS em armazéns/silos que efetuem carregamento de navios via Porto de Paranaguá;		
BASE DE PONDERAÇÃO DAS REGIÕES:	Média aritmética dos preços da soja comercializada no porto de		
TAXA DE DESCONTO DOS	CDI (Certificado de Depósito Interbancário);		







concorrência e conseqüente compressão das margens, esse tipo de operação continua a existir. Como nota GIBBON (2014, p. 9):

“**At the heart of the business model was ‘trading on basis’, a high velocity activity with low margins. It involved making forward Sales of a commodity for a given month at a price with a given differential from the futures price for the same month, and then covering this sale by attempting to buy at a price with a lower differential. Note that, when ‘trading on basis’, purchases are normally made only subsequent to sales having been agreed. The exception is when a trader ‘takes a position’ or speculates”.**

Ainda que as margens fossem pequenas, Gibbon afirma que durante o século XX o *trading on basis* esteve no centro do modelo de negócios das grandes tradings. Considerando que elas são as responsáveis pela circulação de grande volume de commodities ao redor do globo, pode-se inferir a magnitude dos lucros obtidos com tais operações. Na conclusão do trecho, Gibbon aponta que a exceção a essas operações de spread ou basis fica por conta dos *traders* que tomam uma posição ou especulam. Para compreendermos esta distinção é preciso considerarmos os tipos de agentes existentes nesse mercado. Conforme o entendimento corrente do mercado financeiro:

“Basicamente, existem dois perfis principais: o hedger e o especulador.

**O HEDGER** é aquele que faz uma proteção financeira para minimizar um investimento de risco durante determinado período. O “hedge” perfeito é aquele que elimina a possibilidade de ganhos ou perdas futuras, definindo-se a margem de lucro antecipadamente. São participantes envolvidos na cadeia produtiva que necessitam do mercado futuro apenas como ferramenta de proteção.

**O ESPECULADOR** é aquele que compra ou vende determinado ativo com o único objetivo de obter lucro, aceitando o risco que o hedger evita. Justamente por isso, ele é o agente que dá liquidez aos mercados e os torna mais eficientes devido à sua atuação nos preços. A atuação dos especuladores é essencial para que o mercado tenha liquidez e se torne eficiente para todos os participantes. Acredita-se que os especuladores começaram a atuar mais significativamente na época da Guerra Civil Americana, em 1860. A padronização dos contratos futuros e a criação dos sistemas eletrônicos fizeram o volume aumentar consideravelmente. Existem diferentes tipos de especuladores.

Conheça alguns deles:

**Trader de posição:** opera com base nos estudos de fundamentos econômicos, de safras e entressafras, e faz análises de médio ou longo prazos. Geralmente, compra e fica posicionado.

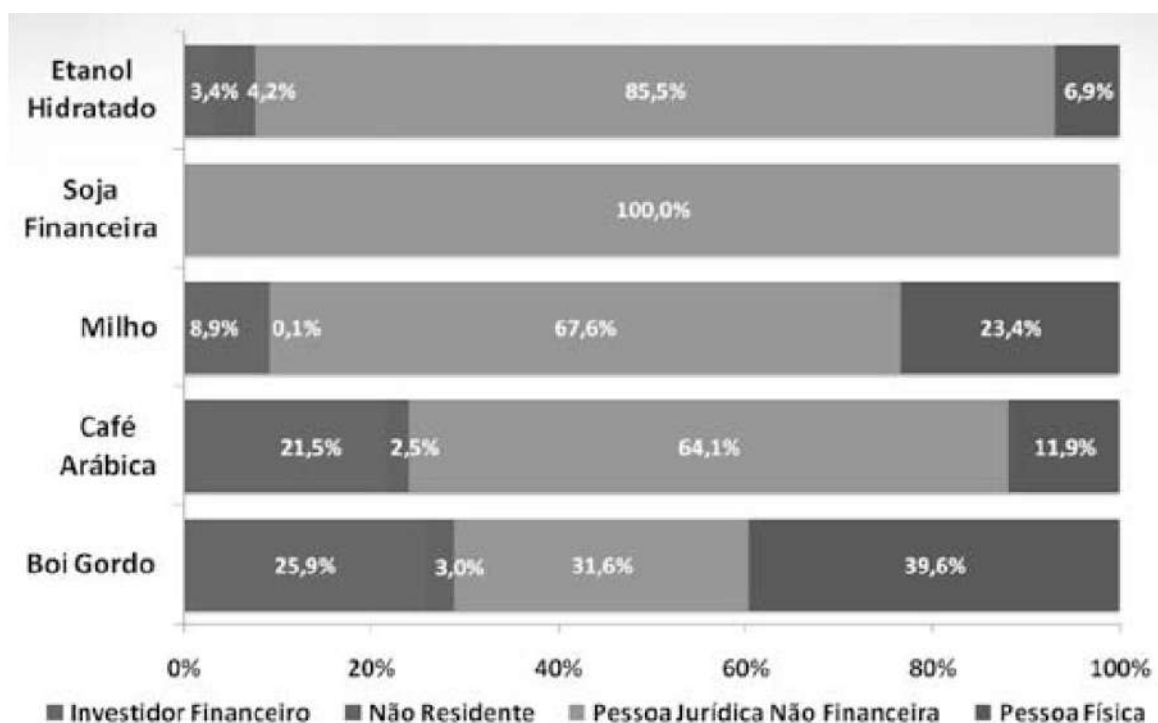
**Daytrader:** opera no curto prazo, abrindo e fechando posições no mesmo dia, ou abrindo posição no after e fechando no dia seguinte, o que diminui o baseadas em análises gráficas.

**Scalper:** curtíssimo prazo, fundamentalista e grafista. Possui baixíssimo custo operacional, pois é membro da Bolsa. Então, a menor variação que seja já lhe rende lucro. Busca ganhar pouco com volumes maiores e efetua grande número de pequenas operações.

**Spreader ou arbitrador:** opera a relação entre preços, bom conhecedor dos fundamentos e da estatística do mercado junto com análise técnica. Opera diferenças entre vencimentos do mesmo contrato, entre commodities e entre Bolsas de diferentes países”. (PAZ, 2012, p. 67-8)

Chama a atenção no trecho a menção à padronização dos contratos futuros e a criação dos sistemas eletrônicos como etapas fundamentais para o incremento da especulação, já que ampliam o processo de abstração e aceleram a circulação global das informações e dos capitais. Porém, fica claro também a crença na eficiência dos mercados e da necessidade da presença do especulador para que essa eficiência seja alcançada. O capitalismo ultrapassa os seus limites ampliando as suas contradições potenciais. A nova saída abre espaço para a crise ulterior.

**Figura 33.** Contratos em aberto por participante e por tipo de commodities, B3, 2012.



Fonte: PAZ, 2012, p. 68.

Na figura acima nota-se que a totalidade dos contratos em aberto de soja financeira em 2012 na B3 era representada por “Pessoa Jurídica Não Financeira”, o que permite concluir com algum nível de precisão que se trata de empresas ligada à cadeia produtiva da soja operando via contratos futuros. Já o dado de 2021, com a vigência do contrato de soja financeira liquidada pelo preço de ajuste de Chicago e num contexto de maior disseminação da negociação eletrônica e de inflação dos preços das commodities, vemos um retrato completamente diferente.

**Quadro 03.** Contratos futuros de Soja CME Group em aberto, por tipo de participante e por posição, abril de 2021.

MERCADO FUTURO DE SOJA CME GROUP			
	Compra		Contratos
	Contratos	%	
Pessoa Jurídica Financeira	372	10,78	
Investidor Institucional	4	0,11	
Invest. Institucional Nacional	4	0,11	
Investidores Não Residentes	427	12,38	
Inv. Não Residente - Res.2687 Agrop	10	0,29	

**Fonte:** B3.

Contratos em aberto são aqueles que ainda não chegaram ao seu vencimento ou ainda não foram encerrados pelos seus detentores, portanto ainda estão válidos. Vemos que em abril de 2021 existem 3.448 contratos futuros de Soja CME em aberto na B3. Aos 3.448 contratos em aberto correspondem igual número de compras e igual número de vendas. Ou seja, para cada agente que comprou um contrato tem alguém o vendeu esse mesmo contrato. As negociações acontecem entre agentes com os mais diversos objetivos e perfis.

1. **Pessoa Jurídica Financeira:** bancos comerciais e de investimento;
2. **Investidor Institucional:** fundos de investimento;
3. **Investidores não residentes:** estrangeiros;

4. **Pessoa Jurídica Não Financeira:** empresas não financeiras. É nesta categoria que estão as empresas que atuam na cadeia produtiva da commodity em questão;
5. **Pessoa Física:** produtores de soja e especuladores do mercado.

Atualmente nota-se uma preponderância de contratos em aberto negociados por pessoas físicas, sendo que a maioria esmagadora dos contratos em aberto nas mãos de pessoas físicas está na posição de compra. O normal segundo a visão do mercado é que os produtores entrem nesse tipo de negociação vendendo contratos no mercado futuro para se proteger de possíveis quedas nos preços, mas a posição vendida de pessoas físicas é de apenas 455 contratos contra 2431 contratos comprados. Não é possível saber se esses 2.431 contratos foram abertos exclusivamente por especuladores completamente apartados da cadeia produtiva da soja. É possível inclusive que alguns produtores de soja, tendo informações constantes do mercado de soja e da expectativa de altas futuras, abram posições compradas no mercado futuro de soja a fim de alavancar a sua posição comprada em soja, ou seja: expandir o seu ganho potencial para além das fronteiras da sua propriedade. Aqui não nos cabe julgar se esse é ou não o tipo mais comum de operação feita por produtores, mas apenas mostrar todas as possibilidades existentes na especulação com contratos futuros.

Por alavancagem, entende-se a assunção de um compromisso financeiro potencial maior do que os recursos que se deposita em margem de garantia para dar início a determinada operação. Vamos criar um exemplo hipotético para ilustrar:

- considerando a cotação de fechamento do mini contrato de soja financeira CME GROUP negociado na B3 com vencimento para maio de 2021, o SJCK21, em 32,49 dólares por saca (conforme a Figura XX);
- considerando que o contrato tem um tamanho de 450 sacas (450 sacas x 60kg = 27 toneladas);
- considerando a cotação de fechamento do dólar comercial futuro em 20 de abril a uma taxa de câmbio de R\$ 5,57;
- chegamos à conclusão de que o desembolso necessário para a compra de 1 mini contrato futuro de soja financeira CME Group deveria ser de R\$ 81.436,18, porém, o negociador que decidir realizar a compra de um contrato poderá fazê-lo depositando apenas 4,32% do valor total do contrato (R\$ 3.518,04) na conta da sua corretora, a título de margem de garantia, percentual que pode ser honrado não só com dinheiro, mas também com títulos, valores mobiliários que o negociador tenha em posse. Assim, seria possível colocar como margem de

garantia algumas ações da Petrobrás ao invés de dinheiro. A exigência de margem pode oscilar, de acordo com o nível de volatilidade dos mercados, e a todo dia a B3 ajusta esses valores. Mas o principal é compreender.

Esse pequeno exemplo ilustra o potencial de alavancagem permitido pelo mercado de derivativos, pois os participantes desses mercados podem abrir posições especulativas que ultrapassem em muitas vezes o impacto financeiro da operação que estão montando. No exemplo acima, com o valor de 81 mil reais equivalente ao valor total de um contrato, seria possível negociar aproximadamente 23 contratos futuros de soja, que, por sua vez, se avaliados pelo seu valor completo (cheio), representariam uma operação de R\$ 1.873.032,14.

O operador que decida fazê-lo, seja na compra ou na venda, alavanca os seus potenciais ganhos, mas também as suas potenciais perdas, uma vez que uma oscilação dos preços da ordem de 10% não lhe trará um retorno de ou prejuízo de 8,1 mil reais, e sim de 187 mil reais. É dessa forma que nascem as fabulosas histórias de construção de fortunas e falências nas bolsas de valores.

O caso mais ilustre do poder de alavancagem e destruição criado pelos foi o caso da crise do norte-americana iniciada em 2007, que começou como uma crise do *subprime* (hipotecas imobiliárias de devedores duvidosos) e se estendeu por todo o sistema financeiro global, colocando o capitalismo diante da sua maior crise desde 1929 e que se estende até hoje. Na ocasião, a securitização das dívidas imobiliárias criou uma cadeia de derivativos de vários graus de profundidade. Enquanto foi possível rolar para frente a pilha de dívidas o sistema se manteve relativamente estável, contando com a conivência das renomadas agências de classificação de risco dos EUA.

#### 5.4 A OPACIDADE DOS MERCADOS DE DERIVATIVOS.

O processo de securitização de dívidas é, de forma simplificada, a conversão de dívidas de um credor em dívidas com investidores por meio da venda de títulos. No caso da crise que se iniciou nos EUA, a população norte-americana ao hipotecar seus imóveis dava ao credor um direito sobre o valor financeiro do bem hipotecado,

normalmente uma casa, além de juros incidentes sobre o montante principal. Enquanto as hipotecas não venciam, o proprietário permanecia na posse do imóvel; em caso de não quitação até o seu vencimento o hipotecário poderia exercer o seu direito, colocando o bem à venda para receber o valor acordado em contrato. No processo de securitização, o credor inicial da hipoteca divide os seus riscos ao transformar aquela hipoteca inicial em um título comercializável, chamado de derivativo, pois o seu valor deriva em grande parte do valor do ativo original: a hipoteca e os fluxos de pagamentos que ela garante em condições normais ao hipotecário. Vendendo esses títulos a terceiros o credor inicial reduz as suas potenciais perdas. Já o comprador destes títulos comprava uma promessa de rendimentos futuros, assumindo parte dos riscos que antes cabia exclusivamente ao hipotecário. O processo se iniciou nos anos 1970 e, à medida que se mostrou lucrativo para os bancos, passou a ser rotina incorporar a esses títulos os empréstimos *subprime* (crédito hipotecário de alto risco porque concedido a tomador em frágil condição financeira, e portanto sujeito a taxas de juros mais elevadas). O maior risco desses títulos também vinha acompanhado de maiores rentabilidades oferecidas. O processo não se limitou a isso e logo foram incorporadas a esses títulos hipotecas não pagas por meios de novos derivativos, os CDOs e os CDOs Sintéticos. Todo o processo contava concessão do grau de investimento a esses títulos por parte das agências norte americanas de classificação de risco: Standard & Poors, Fitch Ratings e Moody's. No excelente resumo de (RUPPELT; MISSAGGIA; SANTOS E SILVEIRA, 2018) o que se vê é a liberdade como os contratos derivativos são criados pelas instituições do mercado financeiro, basta que haja compradores e vendedores em lados opostos:

“As origens da crise imobiliária de 2008 remontam a criação e difusão dos títulos hipotecários (*mortgage backed securities*) na mesa do *Salomon Brothers* nos anos 70, passam pela incorporação de empréstimos de alto risco (*subprime*) ao longo dos últimos 30 anos a fim de rentabilizar os títulos e chegam até o reempacotamento de hipotecas não pagas por meio dos títulos lastreados em dívidas, popularmente conhecidos como CDOs (*Collateralized Debt Obligation*). Ao passo que o mundo noticiava e comentava as perdas envolvendo a crise, que em 2008 já haviam superado o valor de US\$ 1 trilhão, foi possível constatar que um grupo de investidores atento aos indicadores acabou apostando contra o sistema e saiu ganhando. Fundos como a *Scion Capital* e a *FrontPoint Partners* acompanharam, por anos, a derrocada na qualidade do que estava sendo comercializado nos bancos e revendido incontáveis vezes. A queda na qualidade dos empréstimos hipotecários era evidente e um derivativo de crédito, em particular, o *credit default swap*, foi usado como seguro contra calote de instituições e títulos que não faziam parte da carteira de ativos dos investidores. Os

contratos de *swaps* garantiram tempo e proteção aos investidores, que, ao longo da crise, aguardaram seus milhões de retorno, enquanto enxergavam a derrocada de gigantes como *Lehman Brothers* e *Merrill Lynch*, assim como, a derrocada de milhares de pessoas, sem emprego e sem moradia”.

A ironia da crise iniciada com o *subprime* é que a flexibilidade que serviu para os bancos emissores desses títulos lucrarem durante décadas foi a mesma que permitiu a um pequeno grupo de investidores – que notou a deterioração na capacidade de pagamento das hipotecas por parte dos proprietários dos imóveis e supuseram que esse quadro só se agravaria com um iminente aumento das taxas de juros incidente sobre tais hipotecas – propôs a tantos bancos quantos fossem possível a abertura de contratos derivativos que se beneficiassem de um possível colapso do setor imobiliário norte-americano, ou seja: se os imóveis e os títulos hipotecários associados a esses imóveis perdessem significativo valor de mercado esse grupo de investidores lucraria; no cenário contrário, de manutenção do preços dos imóveis e do valor das hipotecas, o preço pago para abertura desses contratos de derivativos (o prêmio dos contratos) seria liquidado em favor dos bancos, que o embolsariam.

No contexto de euforia proporcionada pela inflação do preço dos ativos em escala global no ano de 2007, nenhum dos bancos que aceitaram a “grande aposta” pôde suspeitar o que estava por vir. A quebra do *Lehman Brothers* mostrou a potência das contradições capitalistas abertas num contexto de proeminência do capital fictício e levou a uma corrida por parte dos reguladores para tentar entender o que se havia passado e passar a regular tais movimentos do capital fictício. Tal movimento levou inclusive a se difundir a crença de que o problema da crise tenha sido um déficit de regulação, quando em outros círculos intelectuais boa parte da história econômica do capitalismo foi elogiada como uma “destruição criativa”. Segundo estudo da FEA/USP (2011), a regulação financeira falha teria criado os mecanismos da crise de 2008<sup>101</sup>:

---

<sup>101</sup> <https://www5.usp.br/noticias/sociedade/regulacao-financeira-falha-criou-mecanismos-da-crise-de-2008/>

## Regulação financeira falha criou mecanismos da crise de 2008

Ainda que seja verdade que a possibilidade de esconder tais operações fora dos seus balanços contábeis valendo-se dos mais variados artifícios para isso<sup>102</sup> tenha levado os bancos a assumirem posições alavancadas no mercado imobiliário norte-americano, os velhos e os novos fatos continuam contrariando o ideal de uma regulação completamente eficiente do desenvolvimento das novas formas capitalistas, seja no caso das letras de câmbio na Inglaterra sobre as quais falava Marx, seja no recente caso do Family Office da Archegos, que sacudiu Wall Street no final do mês de março de 2021.

A cobertura do caso da Archegos feita pela Istoé Dinheiro<sup>103</sup> retrata bem como a criatividade do capital fictício acerta contas com uma crise potencial de proporções que fogem à imaginação do cérebro humano mais criativo:

### **Perda bilionária em Wall Street**

Bill Hwang, da Archegos Capital Management, parecia ter um patrimônio de US\$ 10 bilhões. Até que tudo desmoronou.

Cláudio Gradilone  
01/04/21 - 13h30

O roteiro é clássico. Um gestor de fundos usa dinheiro de terceiros, em geral bancos de investimento, para fazer apostas pesadas e arriscadas em algum ativo financeiro. Para emprestar o dinheiro, os bancos exigem garantias. Em geral, o próprio ativo financeiro que é usado na operação.

Quando dá certo, o gestor vende os ativos com lucro, os bancos são remunerados por seu crédito, os executivos embolsam os bônus do fim do ano e todos ficam felizes. Quando algo

---

<sup>102</sup> As principais formas de esconder tais operações alavancadas antes da crise de 2007/2008 foram: o uso dos contratos derivativos OTC ou derivativos de balcão (OTC significa *Over The Counter*, sobre o balcão, em tradução literal), negociados diretamente entre as partes, sem passar pelas exigências do ambiente regulatório das transações abertas a vários participantes no pregão eletrônico da bolsa; e o uso de Sociedades de Propósito Específico (Special Purpose Vehicles, SPVs) para realizar investimentos de risco. Uma SPE é uma subsidiária criada por uma empresa para isolar o risco financeiro da atividade que será desenvolvida pela SPE, tendo, portanto, atividade bastante restrita e podendo ter prazo de existência de terminado. Em ambos os casos, muitas dessas atividades ainda eram colocadas fora do Balanço Contábil dos bancos envolvidos em tais operações.

<sup>103</sup> <https://www.istoedinheiro.com.br/perda-bilionaria-em-wall-street/>



saí errado, os bancos têm dois caminhos. Ou cortam o crédito, ou executar as garantias, um movimento denominado “chamada de margem”. Foi o que ocorreu na sexta-feira.

O que precipitou a tragédia foi uma tentativa da empresa de mídia Viacom de captar recursos por meio de uma emissão de ações, lançada no dia 22 de março. A iniciativa deu errado, os papéis encalharam e as cotações desabaram, recuando todos os dias até amargar uma baixa de 52% na semana. A cada queda, maiores eram as garantias exigidas pelos bancos, uma vez que Hwang possuía centenas de milhões de dólares nas ações da empresa.

Como é praxe nesses casos, a chamada de margem precipitou vendas de ações por parte da Archegos. As vendas de ações provocaram prejuízos. Os prejuízos fizeram os bancos realizar novas chamadas de margem. Estas obrigaram a Archegos a vender ainda mais ações. Quando a ciranda acabou, o prejuízo total contabilizado pelos bancos era estimado pelos mais pessimistas em US\$ 30 bilhões.

Os dois bancos que mais forneceram garantias para a Archegos, o japonês Nomura e o suíço Credit Suisse viram suas ações cair mais de 14% em um só pregão. Menos envolvidos, bancos americanos como Citigroup, Wells Fargo e JP Morgan sofreram perdas menores, mas ainda não acabaram de contabilizar os prejuízos. É bastante provável que mais problemas surjam nos próximos dias. Quem sofreu menos foi o Goldman Sachs. A falta de transparência da Archegos o desestimulou a fazer negócios com Hwang. Porém, as reticências sumiram ao ver os lucros dos concorrentes.

Como se pode notar do caso da Archegos, uma compra alavancada de ações concentrada em um pequeno número de empresas, é garantida pelos próprios papéis detidos pelo apostador. A esse tipo de aposta alavancada no mercado de ações se dá o nome de “termo”. À medida que as ações se valorizam, mais margem é liberada para o apostador fazer novos termos, alavancando ainda mais a sua aposta. O estopim para o estouro da pirâmide de compromissos assumidos foi uma oferta de ações malsucedida, o que é um péssimo sinal da confiança dos investidores na empresa, especialmente em um contexto de ampla liquidez como o atual no qual a maioria das ofertas de ações na bolsa tem sido bem sucedida. Se a oferta inicial de ações de uma empresa (a sua abertura do capital na bolsa, o IPO na sigla em inglês) já é um gesto de criação de capital fictício segundo Marx, ou a realização do lucro de fundador segundo Hilferding, uma segunda oferta de ações da mesma empresa (*follow on*, na sigla em inglês) pode não ser vista com bons olhos a depender da destinação que a empresa pretenda dar aos recursos. E a aposta da Archegos dependia de um *follow on* bem sucedido para dar certo. Deu errado. Se considerarmos que esse foi o caso de uma chamada de margem sobre um ativo e sobre um investidor específico, podemos imaginar o tamanho do estrago quando as chamadas de margem são generalizadas para todo o sistema, como acontece nos momentos de crise e alta volatilidade, como o caso de 2008 e de 2020, na crise da COVID 19.

As chamadas de margem e a marcação a mercado<sup>104</sup> das operações alavancadas feitas com derivativos são um mecanismo difundido no contexto das regulamentações do mercado financeiro que se seguiram à crise de 2008 nos EUA (Lei Dodd Frank de 2010). Embora sejam eficazes, existe um mundo de contratos derivativos em aberto que sequer passa pelo ambiente mais controlado e transparente das bolsas de valores. O caso do Archegos ilustra muito bem isso. E em que pesem os controles estabelecidos, normalmente o tamanho dos contratos firmados em ambientes menos transparentes só vem à tona no momento em que a crise já está instalada, porque é justamente o movimento contrário às posições assumidas que desencadeia a cascata de dívidas impagáveis.

GONÇALVES, VIANNA, MACHADO e NABHOLZ, em artigo da Harvard Business Review (2011)<sup>105</sup>, escrito no contexto pós sanção da Lei Dodd Frank, reforçam a idéia defendida nesse texto de que é inalcançável o ideal de uma regulação completamente eficiente do desenvolvimento das novas formas de capital fictício:

“Como historicamente é comum em situações de pós-crise financeira, observamos uma reação das autoridades regulatórias no mundo todo. Um ponto relevante levantado no período foi a suposta incapacidade dos órgãos de regulação do sistema financeiro de antecipar movimentos como aqueles. Essa falha, infelizmente, é pouco passível de correções, dada a dinâmica e as inovações próprias do mercado financeiro. Em nenhum outro setor ou mercado temos um fluxo de inovações e criação de novos produtos tão peculiar, com transações sendo montadas de maneira a atender aos interesses específicos de cada cliente. Assim, os reguladores acabam, na maior parte das vezes, ficando defasados com relação aos novos instrumentos criados e seus respectivos fatores de risco”.

## 5.5 BUSCANDO UMA MEDIDA APROXIMADA DO MONSTRO.

O levantamento de PALLUDETO (2016) nos permite avaliar o tamanho do mercado de derivativos. Compilando dados do Banco Internacional de Compensações

---

<sup>104</sup> A marcação a mercado é a contabilização do prejuízo ou lucro da operação montada em tempo real a fim de garantir que um prejuízo que ultrapasse as garantias depositadas seja realizado imediatamente com o objetivo de evitar que esse prejuízo cresça e a parte em prejuízo não possa honrar com o compromisso. O risco da parte não honrar com o compromisso é chamado de risco de contraparte.

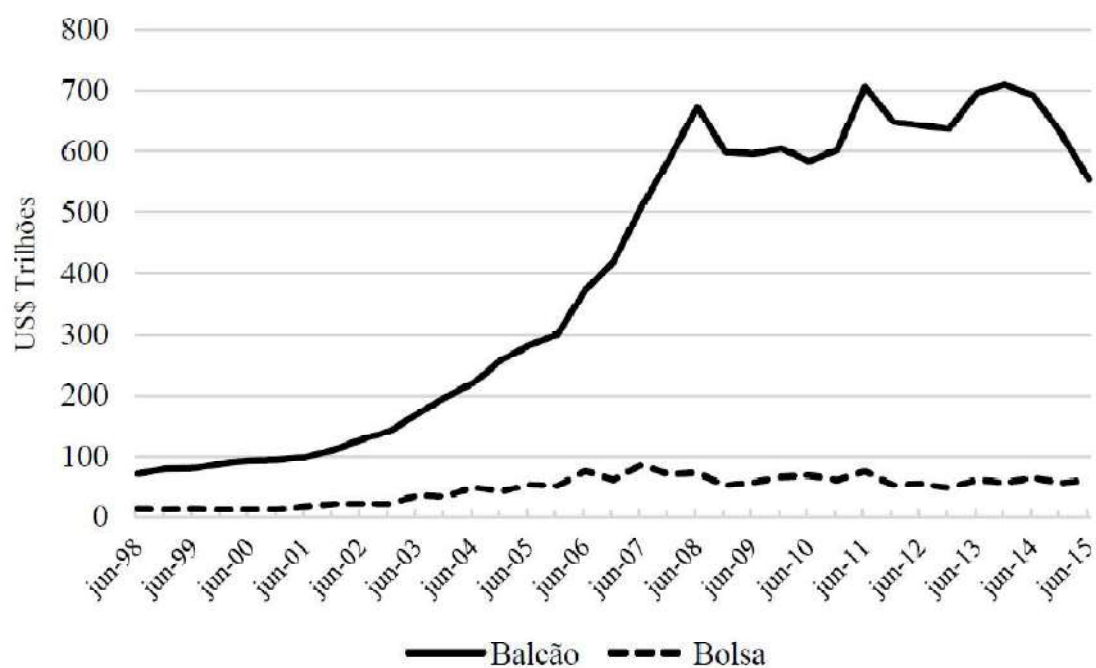
<sup>105</sup> <https://hbrbr.com.br/o-que-toda-empresa-precisa-saber-sobre-derivativos/>

(BIS), o autor mostra que entre 2007 e 2008 **o valor nocional** dos contratos derivativos de balcão em aberto atingiu o montante de 700 trilhões de dólares, enquanto os derivativos negociados em bolsa alcançaram 100 trilhões, ao passo que o PIB mundial ficou em torno de 55 trilhões de dólares. Por valor nocional, entende-se o valor total das mercadorias negociadas nos contratos em aberto. Tornando ao exemplo do contrato de soja, o seu valor nocional era de R\$ 81.436,18, porém o seu detentor só precisaria depositar 4,32% do valor total do contrato ou R\$ 3.518,04 para poder negociá-lo.

No caso dos contratos de opções, outra modalidade de derivativo, a depender do tipo de posição assumida, os negociantes não precisam depositar margem de garantia, apenas pagar um valor que representa um percentual pequeno em relação ao valor do ativo de referência. Para exemplificar, o preço pago para abrir um contrato de opção sobre ações de Petrobrás com duração de um mês, com o preço da ação custando R\$ 21, vai oscilar entre 3 e 10% do valor da ação a depender do nível de volatilidade dos mercados. Assim, **o valor bruto real efetivamente desembolsado** pelos negociadores de derivativos, seja na forma de margem de garantia seja na forma de prêmio pago pelos contratos de opção, ficou em 35 trilhões de dólares em 2008, não se distanciando tanto do valor total de capitalização dos mercados de ações e de títulos de dívida.

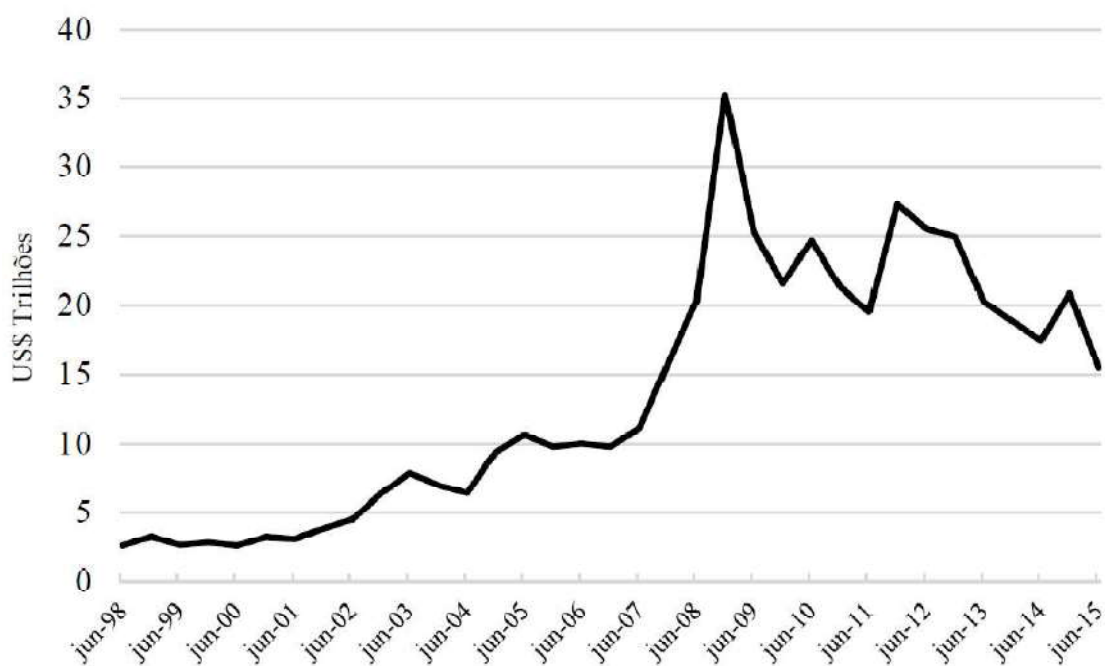
Porém, quando comparamos o valor nocional ao valor bruto, vemos que o nível de alavancagem permitido pelo mercado de derivativos é extremamente elevado, tendo alcançado 45 vezes em 2008. Isso revela o potencial de estrago que o mercado de derivativos pode causar. A evolução histórica desses indicadores também nos mostra que é nos períodos de aceleração do ciclo de acumulação do capital que a criação desses instrumentos se prolifera:

**Gráfico 20.** Tamanho do mercado de derivativos: balcão e bolsa (1998-2015).



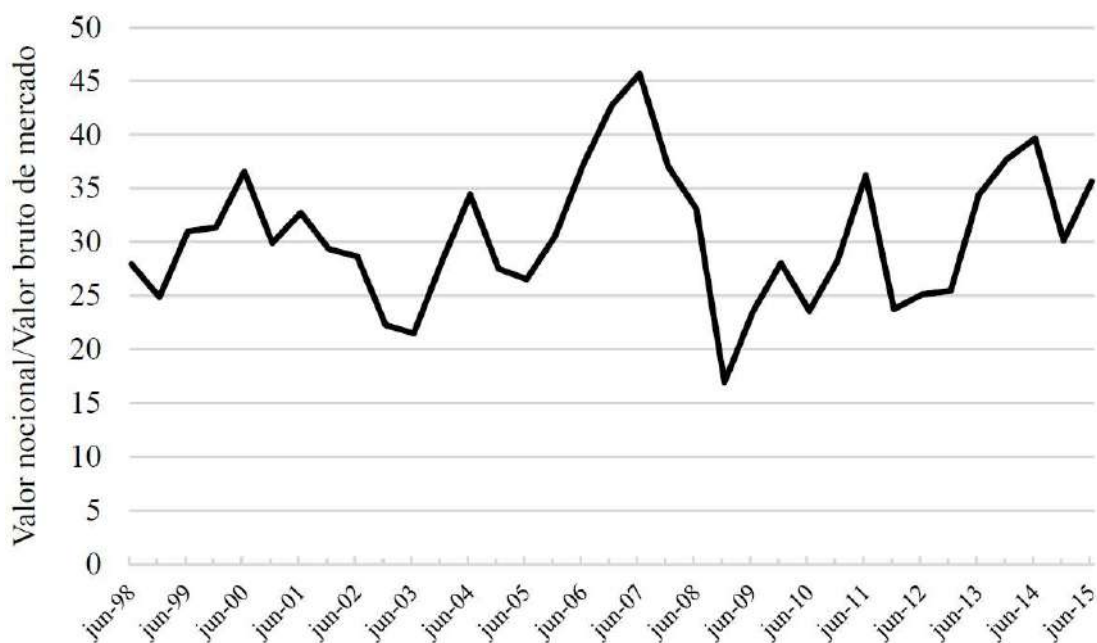
**Fonte:** Paludetto, 2016, p. 59.

**Gráfico 21.** Valor bruto de mercado: derivativos de balcão (1998-2015).



**Fonte:** Paludetto, 2016, p. 61.

**Gráfico 22.** Grau de alavancagem no mercado de derivativos de balcão (1998-2015).



**Fonte:** Paludetto, 2016, p. 62.

Pode-se concluir que o ciclo de crescimento econômico mundial de 2000 a 2008 (marcado pela entrada da China na Organização Mundial do Comércio) foi acompanhado por um vertiginoso crescimento do mercado de derivativos e que mesmo depois da crise de 2008 esse número continuou elevado. Se o valor bruto dos derivativos de mercado decaiu entre 2008 e 2015, por outro lado a maior alavancagem permitida pelos novos contratos manteve o valor nominal do mercado de derivativos em patamares recordes até pelo menos 2014. O dado de 2008 nos mostra que a é justamente nos momentos áureos do ciclo econômico que a fabricação de capital fictício ganha fôlego.

O levantamento do autor também traz dados sobre a participação das commodities nesse mercado, que representa apenas 0,3% desse valor, num mercado que é completamente dominado pelos derivativos financeiros (99% dos contratos), com destaque para o mercado de taxas de juros (78,6%) e de câmbio (13,5%).

Não é porque as commodities representem apenas 0,3% desse valor que o seu mercado seja desalavancado ou sofra menos impactos dos movimentos especulativos, a começar pelo fato de que por se tratarem de contratos futuros sobre mercadorias físicas, os futuros sobre commodities não estão sujeitos à regulamentação da lei Dodd Frank. Para se ter uma idéia, em 2008, quando a bolsa brasileira ainda não tinha a versatilidade de contratos de soja que tem hoje em dia, a bolsa negociava por ano em contratos futuros de soja um valor equivalente a 10% da safra nacional anual, enquanto a bolsa de Chicago negociava no mesmo intervalo de tempo o equivalente a 18 vezes a safra mundial<sup>106</sup>. Novamente, os dados da soja reforçam a tese de que, nos momentos de euforia do ciclo econômico, a fabricação de capital fictício ganha força.

Como se pode ver na figura a seguir, existem três períodos de abertura pronunciada de novos contratos futuros de soja: 1970, 2000 e 2020. Embora no ano de 1973 os eventos específicos relacionados à disparada dos preços da soja tenham contribuído para a ascensão vertiginosa da abertura de contratos, os anos 1970 marcam um grande salto do movimento do capitalismo global na direção da fabricação de capital fictício, especialmente com o fim do padrão dólar, de 1971. Por essa razão, embora os contratos de soja tenham recuado dos picos alcançados em 1973, jamais retornariam aos patamares de anos anteriores. E em que pese o aumento da produção global da oleaginosa, a mudança global de patamar da criação de contratos derivativos sobre

---

<sup>106</sup> <https://www.canalrural.com.br/noticias/mercado-futuro-torna-negocios-mais-seguros-para-produtor-rural-52195/>

quaisquer tipos de mercadorias a partir dos anos 1970 é reflexo da expansão da produção de capital fictício e da volatilidade de preços associada a essa nova realidade.

É justamente nos ciclos altistas, dominados pela euforia, que o mercado exagera, não só do ponto de vista dos especuladores *strictu sensu*, mas dos produtores também. Se os preços aumentam - e se o consenso de curto prazo é de que irão continuar aumentando - tanto os produtores quanto os especuladores se sentem mais dispostos a: de um lado, ampliarem a produção e fazer proteção no mercado financeiro, eventualmente fazendo operações direcionais ou especulativas; do outro, fazer novas apostas especulativas no mercado financeiro

Da famosa mania das Tulipas Holandesas ao enigma do Bitcoin – cuja narrativa transita entre tecnologia promissora e paraíso das fortunas exiladas dos paraísos fiscais pelo Foreign Account Tax Compliance Act (FATCA) de 2010 nos EUA – o que se pode concluir é que o mercado sempre exagera. Como afirma Howard Marks (2020), o mais comum é que os mercados passem mais tempo em pontos extremos do que girando em torno de uma média que se poderia considerar razoável.

**Gráfico 23:** Série Histórica dos Contratos de Soja em Aberto, CBOT, 1960-2021.



**Fonte:** [https://www.quandl.com/data/CHRIS/CME\\_S1-Soybean-Futures-Continuous-Contract-1-S1-Front-Month](https://www.quandl.com/data/CHRIS/CME_S1-Soybean-Futures-Continuous-Contract-1-S1-Front-Month)



## **5.6 A CRIAÇÃO DE UM HUB DE GRÃOS NO PARANÁ E A SUA LIGAÇÃO AO MERCADO FUTURO DE COMMODITIES.**

Os anos 1990 ficaram marcados por um forte impulso da ideologia Neoliberal nos países da América Latina, onde as orientações do Consenso de Washington penetraram com sucesso, ainda que com diferenças entre setores e regiões. O receituário de Washington se organizava em torno de três eixos principais: abertura econômica e comercial, ampliação da economia de mercado e controle fiscal macroeconômico.

No Brasil o receituário se materializou por meio dos planos econômicos destinados a controlar a inflação, a liberalização cambial, a abertura comercial em alguns setores, a lei de responsabilidade fiscal – disciplinando os gastos do Estado e as privatizações de empresas públicas. Acoplado ao discurso de regulação pelo mercado veio a ideologia da gestão, que transferia do Estado para as cidades, famílias, indivíduos, etc a responsabilidade pela sua inserção bem sucedida na economia de mercado. “O afastamento do Estado como regulador da política e da economia faz aparecer o conceito de cidadão e de cidadania como “atores” soberanos, responsáveis pelas suas vontades o que emerge na concepção contraditória de Hegel do Estado” CONCEIÇÃO (2013, p. 87).

No campo brasileiro do final dos anos 1990 a ideologia neoliberal se fez sentir em um novo chamado aos setores exportadores para auxiliarem no ajuste macroeconômico das contas externas brasileiras como notou DELGADO (2012). Segundo o autor, ainda que não tenha havido uma política organizada em torno dessa estratégia, várias iniciativas contribuíram para esse “relançamento” do agronegócio brasileiro. Portanto, no arranjo político dos anos 1990 não houve uma ruptura com o modelo iniciado com os governos militares, apenas a sua intensificação e a sua sofisticação ideológica, conforme resumiu CONCEIÇÃO (2013, P. 86):

“... a atual política do agronegócio assumida desde o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso apresentada em novo arranjo político, está articulada na mesma antinomia “reforma agrária” versus “modernização técnica” do governo militar de 1964, com o objetivo central de favorecimento aos grandes empreendimentos agroindustriais voltados para a geração de saldos comerciais externos. Sem mudança na reforma agrária reforça as estratégias privadas de maximização da renda fundiária e especulação no mercado de terras (DELGADO, 2005). Arranjo adverso à alternativa de

desenvolvimento da via campesina. A forma como a política econômica externa incorporará o setor agrícola na “solução” do endividamento externo reforça a estratégia de concentração e especulação fundiária no mercado de terras. O maior sinal disto é a liberalidade com que propicia a apropriação da renda fundiária pelos grandes proprietários (DELGADO, 2005, p. 12)”.

Nesse contexto de abertura neoliberal, a reforma agrária assumia a condição de política compensatória, enquanto um novo conjunto de conceitos foi mobilizado para apresentar o caminho do novo rural brasileiro em direção à modernidade. O conjunto de políticas montado em torno do conceito de agricultura familiar pretendia cumprir a missão de integrar o seu público à dinâmica virtuosa de crescimento do agronegócio brasileiro, sobretudo na produção de commodities, tendo contado no sul do país com o braço cooperativo fomentado pelo Estado para a sua expansão acelerada desde os anos 1960. Se nos anos de governos militares no Brasil o padrão agrícola químico, moto mecânico e genético, conhecido como revolução verde foi a base do discurso modernizador, agora a ideologia neoliberal agregaria o discurso da autogestão, da identidade e do desenvolvimento territorial como amálgamas do caminho modernizador das “propriedades familiares”.

Na contramão dos objetivos oficiais, essas políticas resultaram em redução das áreas destinadas ao plantio de alimentos, em concentração fundiária, no empobrecimento dos agricultores e no intenso êxodo rural, aspectos revelados pelos Censos Agropecuários do IBGE e já discutidos nos capítulos anteriores. A abordagem territorial do desenvolvimento disseminada no Brasil a partir dos anos 1990 e oficializada como estratégia de política pública para o desenvolvimento rural buscava a conciliação do processo contraditório de expansão da acumulação do capital no campo por meio da superação da leitura das classes sociais no campo impondo o discurso da agricultura familiar como elemento de homogenizador das diversas condições às quais estavam submetidas os sujeitos do campo, da fetichização da lógica espacial do capital, lendo o território não como produto de conflitos, mas como espaço dotado de infraestruturas de capital fixo e saberes coletivos, ativos em torno dos quais a coletividade deveria se organizar para promover o desenvolvimento rural sustentável. Abordagem territorial do desenvolvimento, territórios rurais, PNDR, PNOT, territórios da cidadania, novo rural, novas ruralidades, todos conceitos e categorias que faziam

parte do novo discurso que encobria a aceleração da penetração das relações capitalistas no campo.

Se a produção de commodities em bases modernas implica a inserção dos agricultores por longos períodos no sistema de crédito<sup>107</sup> e no gerenciamento de insumos e produtos, dívidas e receitas, não é de surpreender que as cooperativas do Sul do país que representaram e ainda representam importantes mediações no processo de desenvolvimento da agricultura capitalista no campo, tenham apresentado significativo crescimento de atividades que não sejam aquelas ligadas diretamente ao comércio de grãos in natura, como é o caso do processamento dos grãos, o fornecimento de crédito, insumos, assistência técnica e intermediação na contratação de seguros e na negociação de grãos no mercado de futuros agrícolas. Em paralelo à integração vertical dos negócios, houve a expansão territorial dos entrepostos das cooperativas que conseguiram manter-se competitivas desde os anos de governo militar, como foi o caso da COAMO Agroindustrial<sup>108</sup>:

#### Histórico de Expansão Industrial da COAMO Agroindustrial: 1970-2020<sup>109</sup>.

- 1975 - Início das operações do moinho de trigo, em Campo Mourão;
- 1981 – Início das operações da indústria de esmagamento de soja, em Campo Mourão;
- 1986 – Início das operações da fiação de algodão, em Campo Mourão;
- 1990 – Início das operações do terminal portuário e indústria de esmagamento de soja em Paranaguá;
- 1996 – Início das operações da refinaria de óleo de soja, em Campo Mourão;
- 1999 – Início das operações da hidrogenação, em Campo Mourão;
- 2000 – Início das operações da fábrica de margarinas.
- 2001 – Início da produção da margarina Primê.
- 2007 – Início das operações da indústria de envase de óleo de soja em pet.

---

<sup>107</sup> “... no processo da Revolução Verde, a necessidade do crédito foi colocada como axioma fundamental para a criação, manutenção e alavancagem da taxa média de lucro da produção agrícola. Neste sentido, observamos que o processo de acumulação de capital da COAMO e suas respectivas estratégias de financiamento, foram especialmente através de capital de terceiros, atrelados as estratégias de capital próprio” (AZERÊDO, 2016, p. 108).

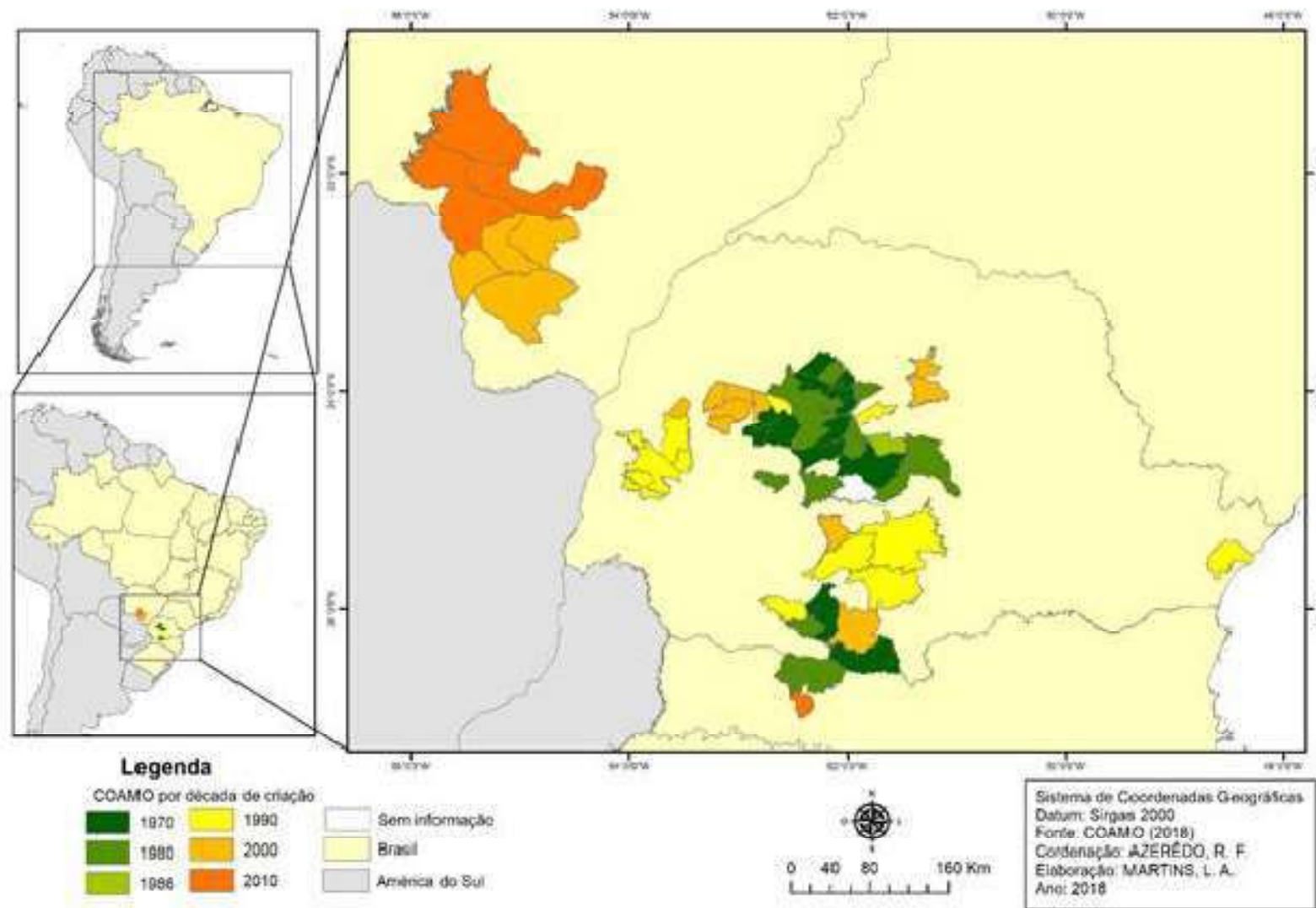
<sup>108</sup> <https://docplayer.com.br/3905170-Unidades-de-recebimento-secagem-e-armazenamento-de-produtos-agricolas-aspectos-estruturais-e-conteudos-armazenados.html>

<sup>109</sup> <http://www.coamo.com.br/site/industrias/>

2009 – Início das operações da Fiação de Algodão, em Goioerê;  
2009 – Início das operações da Torrefação e Moagem de Café, em Campo Mourão;  
2010 - Ampliação da Indústria de Esmagamento de Soja, em Campo Mourão;  
2010 - Ampliação da Refinaria de Óleo de Soja, em Campo Mourão;  
2010 – Ampliação do envase de Óleo de Soja Coamo em embalagens PET, em Campo Mourão;  
2012 – Início das operações de Produção de Fios Open End e Fios Flame, na Fiação de Algodão, em Campo Mourão;  
2013 – Investimentos em tecnologia na Torrefação de Café;  
2013 – Ampliação da Indústria de hidrogenação de gorduras;  
2015 – Início das operações do novo Moinho de Trigo, em Campo Mourão.  
2017 - Início das obras das Indústrias de processamento de soja e refinaria de óleo de soja em Dourados (MS).  
2019 - Inauguração do Complexo Industrial em Dourados (MS), com novas indústrias de óleo e refinaria de óleo de soja.

A expansão territorial da Coamo correu em paralelo à sua verticalização nas diversas linhas de produtos. Como se poder ver no levantamento de AZERÊDO (2016), o ritmo de expansão foi consistente desde a sua criação, em 1970, e envolveu não só uma expansão orgânica como também a aquisição de cooperativas concorrentes em dificuldades econômicas. O corolário dessa expansão acelerada foi a inevitável expansão da sua base de cooperados.

**Mapa 07:** Área de atuação e espacialização geográfica dos entrepostos da Cooperativa Agroindustrial COAMO ao longo das décadas <sup>110</sup>.



Fonte: AZERÊDO; CHRISTOFFOLI, 2018.

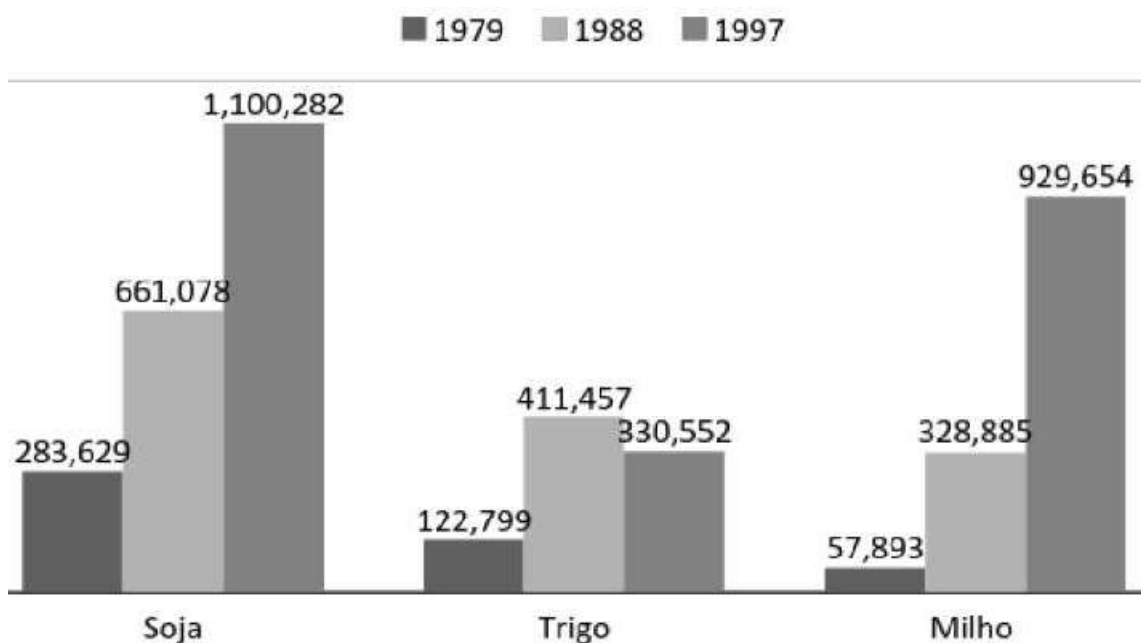
<sup>110</sup> <https://docplayer.com.br/3905170-Unidades-de-recebimento-secagem-e-armazenamento-de-produtos-agricolas-aspectos-estruturais-e-conteudos-armazenados.html>



Essa expansão levou a COAMO a alcançar em 2020 a relevante marca de cerca de 30 mil agricultores cooperados, 20 Bilhões de receita bruta anual (um crescimento de 43% sobre o ano anterior) e 1,5 bilhão de dólares em produtos exportados. Recebeu em suas 111 unidades 3,6% da produção brasileira de grãos, com destaque para a soja, que desde os anos 1970 lidera a lista de grãos em volume de recebimento e arrastou consigo os números do milho à medida que as duas culturas passaram a ser associadas (Figura 34). Com o desenvolvimento das atividades industriais e da venda do pacote de insumos necessário ao desenvolvimento da agricultura mecanizada a participação dos diferentes negócios na receita da cooperativa se estabilizou em torno de 40% para o comércio de produtos in natura, 30% para a venda de insumos e 30% para a venda de produtos industrializados (Gráfico 24).

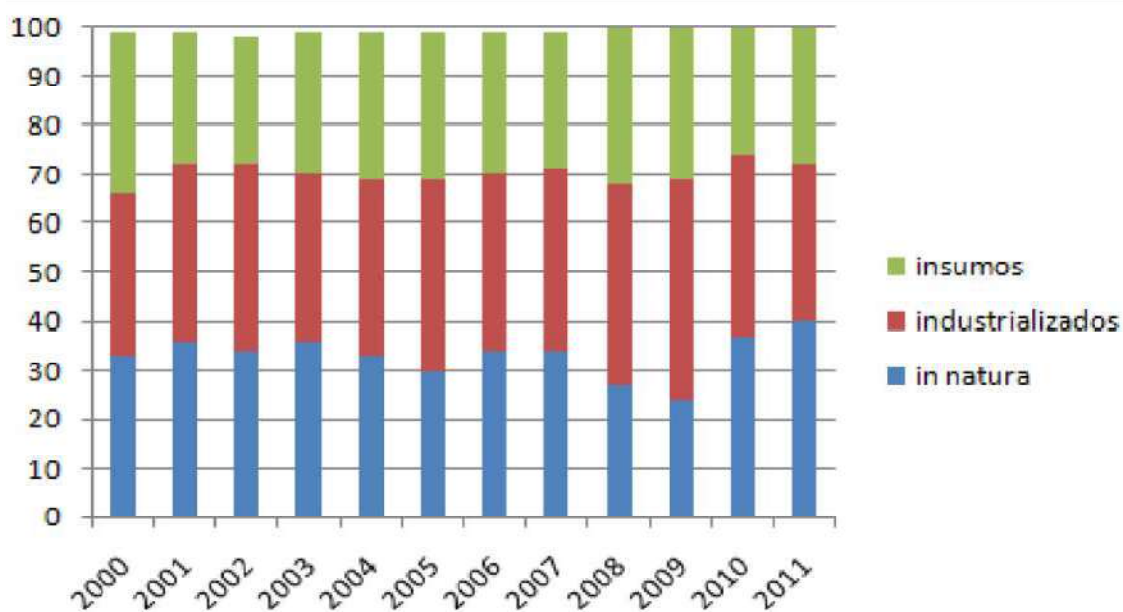
Com participação menor, mas com desempenho consistente e crescente está o braço de crédito da COAMO, a Credicoamo, fundada em 1989, que fechou o exercício de 2020 com resultado líquido de 120 milhões, ante um resultado de 98 milhões no ano anterior. Para se ter uma idéia da proporção dos números da Credicoamo, as sobras líquidas da COAMO totalizaram 1,1 bilhão no mesmo período. A COAMO ainda controla a Coamo International A.V.V., sediada em Aruba, e a Via Sollus Corretora de Seguros Ltda, fundada em 2008. Em 2018 a Via Sollus foi responsável por 5,2 mil apólices de seguro agrícola, cobrindo uma área de 407 mil hectares.

**Figura 34.** Evolução do recebimento de soja, trigo e milho nos anos de 1979, 1988 e 1997, em toneladas.



Fonte: AZERÊDO, 2016, p. 80.

**Gráfico 24:** Receitas da COAMO em percentual por tipo de negócio (2000-2011)



Fonte: AZERÊDO, 2016, p. 106.



A consistência e a magnitude dos números da COAMO não refletem as turbulências pelas quais passou a agricultura brasileira nos anos 1980 e 1990. A companhia atribui esses resultados aos méritos da sua gestão. Na contramão dessa leitura estão PRESA (2019) e AZERÊDO (2016), cujos trabalhos figuram entre os mais recentes que fazem uma leitura da evolução da COAMO e das suas estratégias de crescimento.

Fundada em 1970 por um grupo de produtores de trigo oriundo do Rio Grande do Sul, a COAMO se valeu ao longo da sua história de empréstimos governamentais via BNDES, BRDE e empréstimos internacionais para pôr em prática um projeto de expansão que desde o início se assemelhou ao dos principais grupos capitalistas atuantes no mercado de commodities. “O cooperativismo que, emergiu como uma forma organizativa de resistência ao capitalismo vai ao longo da história se moldando e se adaptando como forma de sobrevivência ao mercado” (PRESA, 2019).

AZERÊDO (2016) revela que nos anos 1970 e 1980 a cooperativa abriu as portas para os agricultores da região de Campo Mourão independentemente das dimensões da sua propriedade fundiária. Nesse período, os agricultores com propriedades entre 11 e 50 hectares, embora fossem maioria, eram seguidos de perto, em termos de participação, pelos agricultores com até 10 hectares de terra. Os grupos acima de 50 e de 100 hectares, somados, eram inferiores aos grupos com menos de 50 hectares de terra. É verdade que nesse período, como mostramos com os dados do Censo Agropecuário no capítulo 1, o processo de concentração fundiária ainda não havia se intensificado, e portanto em algum grau o perfil fundiário dos cooperados da COAMO refletia a situação geral do norte e do oeste do Paraná.

No levantamento de AZERÊDO (2016, p. 78-9), com dados da OCEPAR, entre 1988 e 1997 houve significativa mudança no perfil dos cooperados da Coamo:

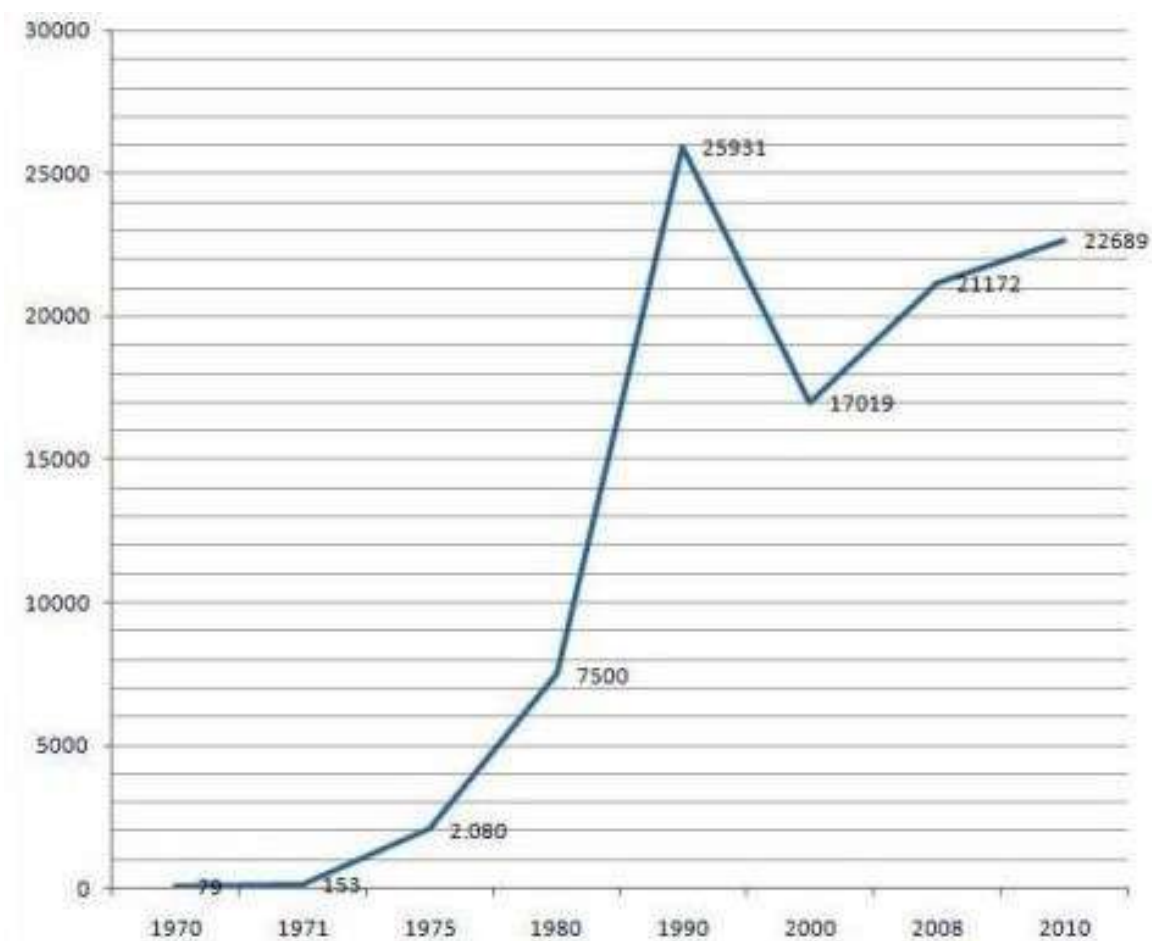
- Houve uma desvinculação de 11.752 cooperados que possuíam faixas de terra entre 0 a 10 hectares. (diminuição de 79%);
- Houve uma desvinculação de 6.048, que possuíam faixas de terra entre 11 a 50 hectares. (diminuição de 39%);
- Houve uma vinculação (acrécimo) de 1.706 cooperados que possuíam faixas de terra entre 50 a 100 hectares.
- Houve uma vinculação (acrécimo) de 2.707 de cooperados na COAMO, que possuíam faixas de terra de mais de 100 hectares.

Em levantamento semelhante, mas com diferente recorte temporal, ROCHA (1999, p. 124) constatou que:

“No módulo de até 10 ha, o número de associados foi reduzido em 88%. Para o módulo de 11 ha a 50 ha, o número de associados foi elevado em 199%. Também no módulo de 51 ha a 100 ha, houve acréscimo de 82%. Nas propriedades de área maior, onde os grandes produtores se inserem (módulo de área acima de 101 ha), houve uma elevação de 34% no número de associados”.

Dos dois levantamentos podemos constatar uma redução do número de minifúndios e um aumento do número de propriedades maiores, mostrando uma tendência à incorporação de um seletivo perfil de agricultor à base de cooperados da COAMO “visando melhorar sua viabilidade econômica em detrimento de sua função social” (AZERÊDO, 2016, p. 78-9). Essa foi uma das razões para mesmo perdendo um número significativo de cooperados a Coamo continuar aumentando os seus volumes de soja recebida nos seus entrepostos (conforme a Figura 34, acima), seja pela incorporação de produtores de maior porte que aumentavam o tamanho médio das suas propriedades, seja pelos ganhos de produtividade. Segundo o autor, a recuperação do número de cooperados a partir dos anos 2002, após o numeroso desligamento de cotonicultores, já se fez com foco nos maiores produtores ou foram incorporações resultantes de aquisições de outras cooperativas, como no caso da COAGEL, que adicionou cerca de 2.000 novos cooperados à base da COAMO.

**Gráfico 25.** Evolução do número de associados da COAMO.



**Fonte:** ÁVILA (2002), adaptado por: LIMA, Jonas H. M. de (2012)<sup>111</sup>.

Embora parte significativa dos pequenos agricultores que deixaram a Coamo em 1990 represente aqueles que haviam se associado à cooperativa na década anterior quando a cultura do algodão ganhou força na região, outros fatores mostram a seletividade da Coamo na escolha dos seus cooperados. O processo de desligamento não se dava somente de forma espontânea, um processo “natural” de expulsão dos pequenos agricultores das lavouras privilegiadas pela Cooperativa<sup>112</sup>, mas houve um direcionamento ativo da cooperativa no sentido de privilegiar os grandes produtores, não sem desconfortos internos. Como mostra ROCHA (1999, p. 124-5) em relato de entrevista:

<sup>111</sup> <https://jonashenriquelima.wordpress.com/2011/10/29/a-coamo-e-o-desenvolvimento-geo-economico-da-regiao-de-campo-mourao/>

<sup>112</sup> O cenário dos anos 1980 com crise da dívida e redução do crédito subsidiado tornou ainda mais seletivos os cultivos mecanizados em função das suas exigências de escala e produtividade.

"Nós temos que fazer um grande trabalho para trabalhar com o grande produtor porque nós trabalhamos aqui com 72% de mini e pequenos. Os mini e pequenos são ótimos, são mais cooperativos, são tranquilos mas, eles têm um custo muito elevado para a cooperativa e assim, nós temos que ter também o grande para ficar um custo médio. Nós temos um entreposto na região de Iretama, região onde se concentram produtores associados de menor porte, onde os custos envolvendo a venda de insumos são mais altos que em Mamborê, por exemplo, onde os associados são grandes produtores. Em Iretama, por exemplo, colhemos 200 sacos de milho e fizemos 62 fechamentos de preço, ele vinha na segunda-feira vendia 2 saças, 3 sacas, cada fechamento papel, funcionário para atender... e pode ser que viesse um cooperado vender 10.000 mil sacos de uma vez só na mesma nota fiscal, no mesmo custo. Então, o pequeno, ele custa caro, então, nós, no decorrer dos anos, vamos precisar ter alguma coisa a mais no estatuto. Para o cooperado que tem secador em casa e entrega o produto sequinho e limpo nós já temos autorização de dar um preço um pouco melhor para ele para reembolsar esse custo que ele deixou de ter aqui, ou, ele compra um volume muito grande de inseticidas e produtos e adubos e tudo o mais e tem armazém, está deixando de pagar seguro aqui, uma série de coisas, nós podemos fazer um preço especial para ele. **Na verdade, nós temos que achar no futuro uma forma de ter preços diferenciados pelos volumes e isso dentro do cooperativismo não é aceito nunca, nunca vai ser aceito e nós vamos perder os grandes. Um homem, um voto ... Os grandes vão sair ... eles não vão fazer cooperativas do tipo "nova geração" porque eles são muito individualistas, então, seria melhor arrumar uma forma de mantê-lo aqui dentro. Inicialmente terá que diferenciar em alguma coisa, mas é para o benefício do pequeno, é polêmico mas é para o benefício do pequeno- dilui os custos.**"

Os achados das entrevistas feitas por AZERÊDO vão na mesma direção:

“Para nós, a COAMO diferentemente das décadas de 1970 e 1980, quando, segundo o entrevistado XZY05 (2015) “a COAMO pegava sócios até com 3 alqueires, ou seja, tudo que aparecia”, utilizou na década de 1990 uma estratégia clara de territorialização seletiva, priorizando agricultores com áreas maiores de 50 ha, onde a ampliação e/ou concentração de terras é uma das exigências<sup>110</sup> para a produção dos novos cultivos agrícolas e da tecnologia incrementada ao processo produtivo do novo modelo de produção, ou seja, uma opção “classe média rural” e pela burguesia agrária<sup>111</sup>. Entretanto, além de seletiva, era uma estratégia claramente excludente...

“Eles [diretoria da COAMO] te falavam: A COAMO te convidava a se retirar do quadro de associado da cooperativa, porque hoje a COAMO não tem interesse no seu perfil de associado! [...] Assim a cooperativa começou a cortar os pequenos produtores [...] não tinham mais necessidade, não davam futuro a COAMO [...] produtores de 2 alqueires a 5 alqueires já não tinha mais valor. Esse corte foi em toda região que a COAMO abrangesse. (XZY05, 2015)”. (Azerêdo, 2016, p. 79)

Nas suas duas primeiras décadas de existência, a COAMO contou com o farto crédito subsidiado, a política de garantia de preços do governo e os atrativos preços

internacionais da soja para pôr em prática uma agressiva estratégia de expansão territorial, agregando às suas bases a maioria dos agricultores com propriedades na sua área de abrangência no âmbito do Projeto de cooperativismo Norte do Paraná (NORCOOP). Na sua caminhada, a Coamo privilegiou claramente a soja<sup>113</sup> como o seu carro chefe, permitindo-a atravessar períodos de reveses em outras culturas, como o caso do algodão nos anos 1990 e da própria soja nos anos 1980<sup>114</sup>. Incorporou cooperativas em situação econômica fragilizada, encontrando vantagens em todos os territórios em que chegava: ao sul a produção de sementes, valendo-se do clima mais frio, a oeste do Paraná e depois rumo ao Mato Grosso do Sul, agregando à sua base produtores com perfil fundiário mais adequado à sua necessidade de escala para “diluição dos custos”. O crescimento também se refletiu na dimensão das infraestruturas instaladas nas novas unidades industriais e nos novos entrepostos, nos terminais portuários, e na intensa movimentação na conta corrente dos cooperados, seja na forma de saídas, como venda de insumos e sementes, seja na forma de entradas, estimulando os cooperados a privilegiarem nas suas terras o cultivo do feijão verde, aceito como moeda internacional.

Assim como AZERÊDO (2016), PRESA (2019) também destaca a tendência dos arranjos cooperativos a se assemelharem aos seus pares capitalistas por meio da concorrência que se estabelece na disputa pelo acesso aos produtos das lavouras modernas e pelos seus mercados, tendendo à centralização e à concentração dos capitais e expropriando e inviabilizando cada vez mais a reprodução dos agricultores desenquadrados.

---

<sup>113</sup> “A diversificação não é bem quista pela COAMO. Não é interessante! Ela não incentiva! Também destaca-se a forte política de fidelizar o cooperado (nas operações de compra e venda) com a cooperativa. (entrevistado ZXY08). ZXY05, relata um caso emblemático de um atual cooperado da COAMO, que em sua área produtiva, iniciou uma diversificação da produção, produzindo mandioca. E de vez ou outra, o agrônomo da COAMO fazia o seguinte questionamento – O senhor tem X tamanho de área, poderia está aumentando a produtividade (leia-se soja), deveria está comprando X quantidade de insumos, deveria está entregando X quantidade de soja” (AZERÊDO, 2016, p.94).

<sup>114</sup> “Nos anos 1980 o setor enfrenta grave crise com redução de preços motivada pelo excesso de produção no mercado internacional. Os EUA retomam as exportações e a Europa busca reagir aos preços elevados e à sua extrema dependência externa estabelecendo um amplo programa de subsídios que levará ao aumento exponencial de sua produção interna de soja. (op.cit. p.29). Com o barateamento da soja, a indústria lança novos produtos derivados (óleo de soja, margarinas, proteína texturizada de soja (PTS), lecitina de soja...) que levam a mudanças nos hábitos alimentares da população, favorecido pela crescente urbanização. Há também um aumento na produção animal (carnes de aves e suínos, leite e derivados) puxando a demanda interna por proteína de soja para as fábricas de rações. (CHRISTOFFOLI, 2009, p. 29)”. (AZERÊDO, 2016, p.70).

“As transformações mediadas pela COAMO representaram as mais significativas alterações em termos de estrutura fundiária, econômica, demográfica, social, distribuição de renda, advento de tecnologia e utilização do solo agrícola, entre outros fatores que transformaram o espaço de Campo Mourão em um espaço regido pelo capital e sua movimentação” (ONOFRE, 2011; apud AZEREDO, 2016, p. 80).

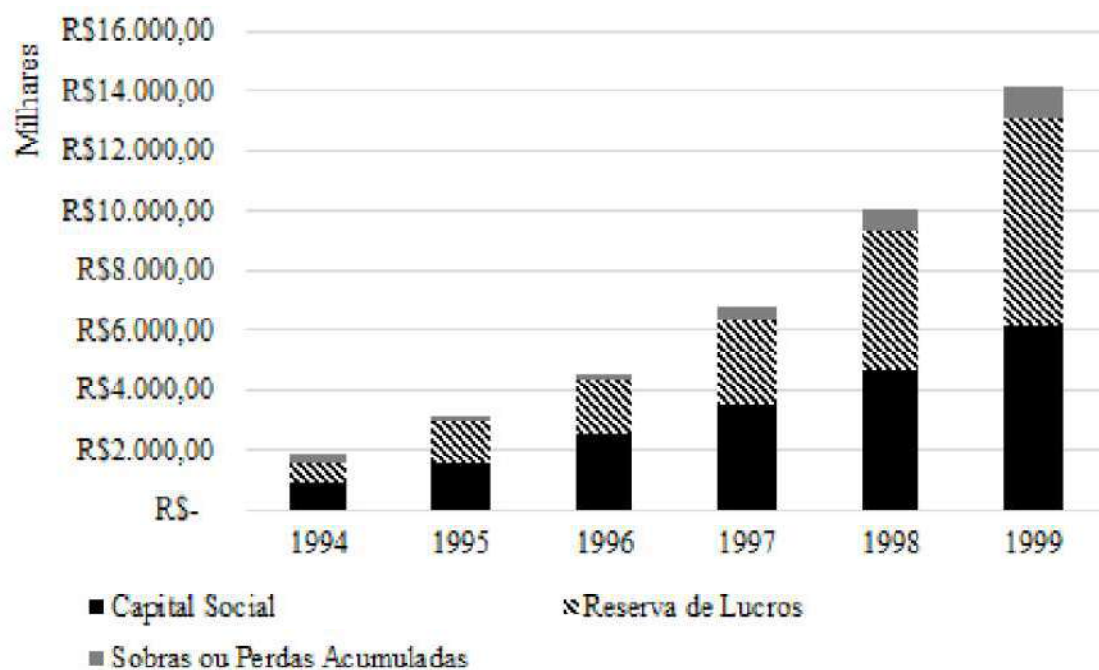
A pesquisa de PRESA (2019) buscou avaliar se as estratégias e as práticas do agrupamento cooperativo que se formou em torno da COAMO se assemelham mais ao princípio da intercooperação ou a uma conglomeração do tipo de capital financeiro. Para isso, avaliou a constituição e o desenvolvimento da Credicoamo, a partir de 1989, da Coamo International A.V.V., a partir de 1994 e da Via Sollus Corretora de Seguros, a partir de 2008. Segundo a autora, a Credicoamo:

... emerge enquanto parte integrante de um projeto de ressurgimento do cooperativismo financeiro, que integra a cooperativa de crédito à cooperativa agropecuária. Neste modelo interligado, as ações são convergentes e se somam ao fomento do agronegócio brasileiro, através do repasse de recursos públicos agrícola e pecuário subsidiados pelo Estado. Dentre as estratégias de sobrevivência estão a adoção de medidas administrativas que visam a eficiência técnica e econômica. Nesse entrelace de ações emergem outras empresas, que somadas as cooperativas, constituem um agrupamento cooperativo, que, frente a necessidade de sobrevivência, adotam uma postura mais aproximada à gestão empresarial de expansão com vistas à lucratividade, se afastando dos princípios do cooperativismo (p. 119).

Para a autora, as três subsidiárias da COAMO servem para exercer a sua capacidade de dominação territorial e econômica, reforçando a sua resiliência. Desde que foi criada, a Credicoamo tem servido, por meio de mecanismos formais e informais, para a captação de crédito público subsidiado e a sua destinação aos cooperados que atendam ao perfil de produtor desejado pela cooperativa. A primeira barreira está no processo de seleção, no qual os cooperados indicados por outros membros são examinados no seu histórico fora da companhia e no seu relacionamento com esta, em termos de consistência das movimentações financeiras e do cumprimento dos compromissos assumidos, não à toa o número de cooperados da Credicoamo é significativamente menor do que o número de cooperados da Coamo. A evolução do patrimônio líquido da Credicoamo não deixa dúvidas sobre a resiliência econômica exigida dos novos cooperados. Em 25 anos de demonstrações financeiras, desde a

criação do Plano Real até 2018, os resultados anuais superaram os anos anteriores com folga.

**Gráficos 26, 27 e 28:** Composição do Patrimônio Líquido da Credicoamo e sua evolução nos período 1994 a 2018.





Fonte: PRESA, 2019.

Já a Via Sollus, corretora de seguros do conglomerado Coamo, embora cubra uma vasta gama de apólices de seguro<sup>115</sup>, tem no seguro agrícola o seu carro chefe. E “na intenção de expansão na atuação, visando ‘toda a área de ação da Coamo, a Via Sollus utiliza-se das estruturas físicas e humanas da Coamo e da Credicoamo’ para atingir um maior número de segurados” (SETTI, 2010, p. 137, Apud PRESA, 2019, p. 51). Nesse contexto de trânsito livre entre as duas instituições, a autora ainda afirma – por meio do resultado das suas entrevistas com funcionários da COAMO – que os cooperados acabam sendo estimulados a contratarem o seguro da corretora ao invés do seguro público:

“Já o Funcionário 2 (2019) afirma que, o seguro agrícola é estimulado pela Coamo como medida de segurança tanto para o associado como para a cooperativa, não como fonte de ganhos. Relata que o presidente incentiva fazer o seguro como um insumo necessário. Nas contratações de custeio agrícola mencionadas anteriormente, relatou que, todos são contratados com seguro, que pode ser Proagro ou seguro agrícola. Durante a entrevista, foi observado um direcionamento ressaltado para o seguro agrícola ao invés do seguro governamental do Proagro” (Idem)

<sup>115</sup> Atua também com a locação de veículos, comercialização de consórcio de imóveis e de carros e previdência privada (VIA SOLLUS, 2021).



Das três subsidiárias do conglomerado COAMO, a Coamo Internacional A.V.V. é certamente a menos popular e sobre a qual menos se tem informações, embora desenvolva uma função vital para a COAMO, o *trading* das commodities agrícolas. Segundo o estatuto da COAMO, dentre outras funções, a cooperativa realiza “operações no mercado de derivativos com o objetivo de proteger<sup>116</sup> as atividades operacionais, na medida em que for possível e que o interesse social o aconselhar. (art. 2º § 1º - Estatuto Social)” (COAMO, 2020<sup>117</sup>). PRESA (2019, p.49) apresenta um breve histórico da *trading* da COAMO:

“Constituída em 1994, a Coamo Internacional A.V.V.<sup>18</sup> foi concebida pela cooperativa Coamo “para adequar-se às características do mercado internacional”, visando sua consolidação “no mercado internacional de grãos, óleo bruto e farelo”. Essa ação foi derivada da necessidade de “agilidade na venda CIF<sup>19</sup>, com contratação de navios pela própria cooperativa, com operações na bolsa de Chicago, Londres e Nova York e com corretor na Europa” (SETTI, 2010, p. 140).

18 A Coamo Internacional A.V.V. “tem a missão de operacionalizar as negociações de exportação, com respeito a: *hedge* de preços, como, por exemplo, na bolsa de futuros de Chicago; contratação de fretes marítimos; contratação de terminais portuários em outros países e contratação de serviços pagos em moeda estrangeira”. As notas explicativas de 2010, trazem a participação da *Trading* da Coamo em seus negócios, informando que, “das exportações da Coamo 96,26% foram através da A.V.V. correspondente a 977,47 mil toneladas de farelo de soja, 108,47 mil toneladas de óleo de soja bruto e 751,59 mil toneladas de soja *in natura*” (COAMO, 2019).

19 CIF- *cost, insurance and freight* – “custo, seguro e frete”. “A venda CIF permite realizar negócios por demanda, programando a entrega dos produtos de acordo com sua disponibilidade” (SETTI, 2010, p.145). No CIF o frete é pago pelo fornecedor.

Caracterizada por Setti (2010), enquanto “braço externo” dos associados Coamo, a constituição da *Trading* passou pela aprovação dos associados e cumprimento das regras legais do Banco Central do Brasil. Com sede em Aruba<sup>20</sup>, no mar do Caribe, a empresa controlada 100% pela Coamo, tem importante papel na realização dos negócios internacionais, permitindo a agilidade exigida neste setor de mercado.

20 Este país, parte do Reino da Holanda, está naturalmente ligado à Europa, mesmo que geograficamente se localize na América Latina.

---

<sup>116</sup> Pelo que se afirma no estatuto da Coamo, pode-se entender que as suas operações no mercado de derivativos deve se restringir às operações de *hedge*, proteção de preços das commodities entregues e vendidas pelos seus cooperados.

<sup>117</sup> Demonstrações Contábeis 2020.

Segundo AZERÊDO (2016, p. 76) a década de 1990 marcou para a cooperativa a estratégia “olho além-mar”, que significava fortalecer a exportação/internacionalização, que se concretizou com “a aquisição de uma indústria de óleo de soja que pertencia à Cooperativa Central Agropecuária do Paraná Ltda. – COCAP, no Porto de Paranaguá (COAMO, 2015; DENKER, 2009; SETTI, 2010; ZANDONADI, 2011)”. Além da indústria de óleo, em 1990 também tiveram início as operações do terminal portuário da COAMO, também em Paranaguá. Com a criação da Coamo Internacional A.V.V., os anos 1990 marcariam a completa verticalização e a completa territorialização dos negócios da COAMO, abrangendo todas as etapas do mercado de *commodities*, projetando-a como uma das grandes empresas do mercado exportador de soja e derivados do Brasil e do mundo.

\*\*\*

Um indicador da projeção que a lavoura de soja brasileira e a COAMO haviam alcançado nos anos 2000 foi a criação de um contrato financeiro de soja sul americana pela Bolsa de Chicago em 2005, para atender às peculiaridades de preço e sazonalidade do mercado sul-americano<sup>118</sup>:

Sexta-feira, 20 de maio.  
Um dia histórico para a América do Sul.

Ao meio-dia, no horário de Brasília – dez da manhã em Chicago, nos Estados Unidos, o diretor-presidente da Coamo, José Aroldo Gallassini, bateu o tradicional sino e lançou oficialmente na Bolsa de Chicago (CBOT) a negociação dos contratos futuros da soja sul-americana. Trata-se do primeiro contrato agrícola da Bolsa de Chicago fora dos Estados Unidos. Um mecanismo que vai facilitar a comercialização da soja produzida pela América Latina ao possibilitar o fechamento de negócios no exterior, em qualquer época do ano, com cobertura da CBOT.

“Significa que agora o Brasil terá o seu próprio preço na Bolsa de Chicago,

---

<sup>118118</sup> Jornal Coamo, Edição Especial, maio de 2005.  
<http://www.coamo.com.br/jornalcoamo/mai05/especial.html>

com base no Porto de Paranaguá”, explica o presidente da Coamo, Dr. Aroldo Gallassini. Até então, segundo ele, a CBOT só operava com base nos preços do Golfo do México. “É um reconhecimento do mercado internacional à importância da safra na sul-americana (Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia), e que irá beneficiar toda a América Latina”, comemora.

**CONVITE** – O presidente da Coamo foi especialmente convidado para a solenidade pelo presidente da Bolsa de Chicago, Charles Carey, quando de sua visita a Coamo, em fevereiro de 2004. “Bater o sino da Bolsa de Chicago foi uma grande emoção. Fui escolhido para este momento histórico pela própria expressão da Coamo no mercado internacional, uma vez que a cooperativa negocia 18 mil contratos por ano com a CBOT”, revela Gallassini.

A bolsa de Chicago comanda os preços do complexo soja e trigo no mercado internacional. Ela movimenta 25 vezes o volume da produção americana de soja, que é de 85 milhões de toneladas. Com a nova modalidade de comercialização, a entidade pretende estimular empresas e produtores dos países sul-americanos a utilizar o contrato, com o argumento de que ele reproduz com mais fidelidade a realidade local de preços. A CBOT também estuda lançar, para o início do ano que vem, contratos de óleo e farelo sul-americano.

Para especialistas esses ativos vão oferecer maior proteção contra as variações de preço. Os períodos de colheita na safra americana e a brasileira são diferentes. No Brasil a safra termina em abril e maio e a dos produtores americanos começam a cultivar para colher entre novembro e outubro. A previsão do departamento de Agricultura Americana é que o Brasil tome o lugar dos Estados Unidos até 2010 como maior produtor mundial.

**Foto 18.** Cerimônia de início das negociações do contrato de soja sul americana na CBOT, Chicago, 2005<sup>119</sup>.



**RUDOLF FRANCO, PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PARANAGUÁ MELLO, ASSESSOR DE COMERCIALIZAÇÃO DA COAMO; CHARLES CAREY, PR**  
**CBOT; NIKOLAUS ROCK DA GOLDENBERG HENMEYER CORRETORA; DR. ARO**

<sup>119</sup> <http://www.coamo.com.br/jornalcoamo/mai05/especial.html>

**Imagem 16.** Campanha publicitária da CBOT com o presidente da COAMO, Sr. José Aroldo Galassini, 2005<sup>120</sup>.



**“I harvest opportunity from risk.”**

**JOSÉ AROLDO GALLASSINI**  
President,  
Coamo Agroindustrial Cooperative

For José Aroldo Gallassini, turning risk into opportunity is second nature. As president of Brazil's largest agricultural cooperative, he comes to CME Group to mitigate price volatility and protect his organization's position in the global soybean market. With complete price transparency, liquidity and central counterparty clearing, CME Group guarantees the soundness of every trade and serves the needs of market users worldwide.

By improving the way markets work, CME Group is a vital force in the global economy, offering futures and options products on interest rates, equity indexes, foreign exchange, commodities and alternative investments. Learn how CME Group can change your world by visiting [www.cmegroup.com/info](http://www.cmegroup.com/info).

 **CME Group**  
A CME/Chicago Board of Trade Company

**IDEAS THAT  
CHANGE  
THE WORLD®**

The Globe logo, CME®, Chicago Mercantile Exchange®, and CME Group® are trademarks of Chicago Mercantile Exchange Inc. CBOT® and Chicago Board of Trade® are trademarks of the Board of Trade of the City of Chicago. Copyright © 2008 CME Group. All rights reserved.

<sup>120</sup> <https://ilivaldoduarte.blogspot.com/2010/11/entrevista-de-domingo-jose-aroldo.html>

No cartaz da campanha se lê:

“Para José Aroldo Galassini, transformar risco em oportunidade é uma segunda natureza. Como presidente da maior cooperativa agrícola do Brasil, ele faz uso da Bolsa de Mercadorias de Chicago para mitigar a volatilidade de preços e proteger a posição da sua organização no mercado global de soja. Com uma completa transparência de preços, liquidez e compensação central de contraparte, o Grupo CME garante a solidez de todas as trocas e atende às necessidades dos usuários do mercado ao redor do mundo.

Pela melhoria do funcionamento dos mercados, o Grupo CME é uma força vital na economia global, oferecendo produtos de futuros e opções sobre taxas de juros, índices de ações, comércio internacional, commodities e investimentos alternativos. Conheça como o Grupo CME pode mudar seu mundo visitando [www.cmegroup.com/info](http://www.cmegroup.com/info)”.

Como se pode no slogan da campanha institucional da CME, o presidente da COAMO afirma colher oportunidade a partir do risco. A criação dos contratos futuros de soja no geral, e o sul americano em particular, são uma das formas de garantia de proteção de preços para os possuidores dos estoques globais de soja, mitigando o seu risco. Referimo-nos aqui aos possuidores dos estoques globais porque nem sempre são os produtores os usuários diretos da negociação dos contratos futuros. No caso da Coamo o seu volume anual de movimentação de contratos futuros de soja na CBOT – que rendeu ao grupo o prestígio de soar o sino no pregão em Chicago – é fruto de toda a produção de soja recebida dos cooperados ao longo do ano, que, na sua maioria ignoram por completo a dinâmica dos mercados de futuros agropecuários. Seja por completo desconhecimento do funcionamento dos mercados financeiros, seja por apresentarem uma produção anual abaixo do volume equivalente aos mini-contratos de soja, pelo pouco uso do seguro rural<sup>121</sup> ou ainda por viverem no limite do giro financeiro, impedindo um planejamento das vendas nos melhores períodos do ano, a maioria esmagadora dos produtores de soja não faz o uso direto dos mercados futuros, eles entregam a sua mercadoria na porta da Cooperativa ou da Tradign e estas se encarregam de colocá-la em circulação para o mundo a partir da Bolsa de Chicago. As entregas são só o deslocamento físico de uma mercadoria que já circulou nos milésimos de segundo das negociações do pregão eletrônico. No caso da COAMO, esse trabalho fica a cargo

---

<sup>121</sup> Na ausência do seguro da lavoura, em caso de quebra de safra o produtor não conseguirá honrar o contrato e precisará contrair dívida para cobrir a totalidade do valor financeiro dos contratos negociados.



da Coamo International A.V.V., com sede em Aruba, mas operada pelas mesas de trading da Diretoria Comercial, em Campo Mourão.

Pela capacidade de reter e armazenar estoques, acesso a capital de giro e por disporem de acesso à informação de qualidade, fica claro que os grandes beneficiados desse mercado são: os grandes produtores, as tradings, as grandes cooperativas e a própria bolsa. Detentora de todos os elos da cadeia de produção e comércio da soja, a Coamo tem a possibilidade de se valer inclusive de diferenciais de preços e distorções nos mercados futuros e realizar o *trading on basis*, ampliando ainda mais a sua margem de lucro no comércio de *commodities*, caso assim o seu estatuto permita e caso assim o deseje. Não obstante o fato de o mercado financeiro ser espaço para especuladores e grandes produtores, as bolsas têm insistido no esforço de levar mais produtores ao ambiente de negociação das bolsas<sup>122</sup>:

#### **Mercado futuro torna negócios mais seguros para o produtor rural**

13 de outubro de 2008 às 19h31

BM&F Bovespa quer estimular o uso dos derivativos agropecuários.

**Raimundo Magliano Neto é economista de formação e pecuarista. Possui cerca de mil cabeças de gado em uma fazenda nas proximidades de São Félix do Araguaia, norte de Mato Grosso, onde faz cria, recria e engorda. Para se proteger de oscilações de preços na comercialização da produção e na reposição de estoques, utiliza os derivativos agropecuários, mecanismos de compra e venda no mercado futuro que têm como principal plataforma de negociações no Brasil a BM&F Bovespa.**

“Quando tenho de repor o meu gado, vou ao mercado futuro e compro. Quando realmente eu compro o gado, eu vou lá e zero a posição. Quando o boi está pra ficar gordo, e eu acho que o preço é interessante para eu vender, vendo a futuro minha produção”, explica.

O mercado futuro é associado ao conceito de proteção de preço, o chamado hedge. Quem vende a futuro garante que pode receber pelo seu produto um determinado valor em uma data de vencimento já combinada. Previne-se contra uma eventual desvalorização. Quem compra a futuro, garante que pode pagar, prevenindo-se, assim, contra disparadas de preços. A idéia é neutralizar, se não todo, grande parte do risco do negócio.

“O mais importante é a segurança. É o que você quer quando compra um seguro. **Para quem se planeja, faz previsão de venda, o mercado futuro é muito útil**”, diz Raimundo Magliano Neto.

**Mercado exige garantia**

---

<sup>122</sup> <https://www.canalrural.com.br/noticias/mercado-futuro-torna-negocios-mais-seguros-para-produtor-rural-52195/>

Além do boi gordo, a BM&F Bovespa possui contratos futuros de bezerro, soja, milho, café, algodão, açúcar e álcool. Há também os chamados mini-contratos para boi gordo, cujas bases correspondem a 10% dos contratos principais. Cada produto tem sua praça de referência de preço, data de vencimento, parâmetro de qualidade, quantidade e valor mínimo, local de entrega física do produto, além da possibilidade de liquidação financeira.

**Mas ainda é pequeno o uso dessas ferramentas pelos produtores rurais. Em culturas como a de grãos, por exemplo, boa parte das operações é feita por empresas ou pelas chamadas tradings, que negociam, por um lado, no mercado físico com os agricultores, trocando remessas de produtos por dinheiro ou insumos para produção, e operam a futuro na outra ponta.**

**De acordo com especialistas, entre os fatores que inibem os produtores, estão deficiências na política agrícola brasileira, como a pouca utilização de seguro rural; diferenças tributárias entre os Estados, que dificultam a comercialização de produtos agrícolas; incertezas geradas por períodos de alta volatilidade no mercado; e, principalmente, o desconhecimento das ferramentas de derivativos, cuja operacionalização é mais complexa do que parece.**

Os negócios só podem ser feitos por meio de corretoras habilitadas a operar na Bolsa. O mercado quer garantias de que se cumpra o contrato. Por isso, exige margens e depósitos em dinheiro ou outros tipos de ativos para cobrir os riscos da operação e que, **além de não saber lidar, o produtor, muitas vezes, não tem capital de giro nem possibilidade de contrair crédito para bancar.**

**“A coisa toda reside em bancar o ajuste diário por causa da falta de capital de giro que eles têm”** afirma Maria de Lourdes Yamaguti, especialista no mercado de algodão.

Um dos reflexos desta pouca participação é uma menor liquidez do mercado futuro agrícola brasileiro, que fica visível quando é feita uma comparação com outros países. Para se ter uma idéia, a BM&F Bovespa negocia algo em torno de 10% da safra nacional de soja, o principal produto das exportações agrícolas do país, enquanto a Chicago Board of Trade (CBOT), nos Estados Unidos, chega a negociar o correspondente a 18 vezes o volume mundial.

Tamanha liquidez torna a bolsa americana mais atrativa para agroindústrias, multinacionais e tradings, que optam por fazer o seu hedge em Chicago. Apesar da influência da grande produção agrícola do país sobre o mercado das principais commodities, a bolsa do Brasil não é referência internacional de preços para nenhuma delas.

#### **Em busca do produtor**

Os agentes do mercado estão cientes de que é preciso aumentar o volume de negócios em bolsa para consolidar o mercado futuro agrícola no país. Enquanto esperam por Reforma Tributária ou pelo aprimoramento da política nacional para o setor agropecuário, agem onde lhes cabe: ampliam plataformas de negócios e vão atrás do produtor rural, visando conscientizá-lo da importância de novas práticas gerenciais e do uso desse tipo de negociação.

Uma das mais recentes iniciativas da BM&F Bovespa foi a criação de novos contratos futuros de milho, colocados no mercado em setembro. A intenção é reduzir o impacto das diferenças entre os diversos locais de comercialização, tornando mais eficiente a proteção de preços e ampliando a viabilidade da entrega física.

O contrato financeiro mantém Campinas (SP) como referência para a formação de preço, e os regionais de base abrangem Triângulo Mineiro (MG), Rio Verde (GO), Cascavel (PR) e Paranaguá (PR), este último voltado para o mercado externo, já que

os armazéns credenciados pela Bolsa para entrega física estão localizados no corredor de exportação do porto.

Outra iniciativa foi o roteamento de ordens com a Bolsa de Chicago, iniciado no último dia 30. A integração entre a BM&F Bovespa e a CME Globex abre espaço para agentes de mercado de mais de 80 países negociarem contratos de derivativos como os de café, boi gordo, soja e milho diretamente na bolsa brasileira, e vice-versa. Para o diretor de commodities da BM&F Bovespa, Ivan Wedekin, a globalização pode agregar liquidez e facilitar o comércio agrícola.

“Cada vez mais estaremos empenhados em desenvolver novos produtos, contratos e soluções de mercado para facilitar que os agentes conduzam seus negócios com menor risco” garante.

Paralelamente, a bolsa brasileira trabalha para popularizar o mercado futuro com iniciativas como o programa “BM&F Bovespa vai ao campo”, em que especialistas percorrem as principais agrocapitais do Brasil, promovendo palestras e orientando produtores e demais interessados sobre a atuação na bolsa. São mantidos também postos de informação e distribuição de material promocional, e a iniciativa é transmitida para cerca de 18 milhões de pontos de recepção por antenas parabólicas e TV a cabo através do Canal Rural, no projeto Bolsa no Campo.

O primeiro encontro foi em Campo Mourão (PR). Depois foi a vez das também paranaenses Maringá e Cascavel. São José do Rio Preto (SP) foi o destino seguinte, no último dia 10. A BM&F Bovespa irá ao campo ainda em Presidente Prudente (SP), Uberlândia (MG), Campo Grande (MS), Goiânia (GO), Rio Verde (GO) e Sorriso (MS).

Ivan Wedekin acredita que o engajamento do setor produtivo é cada vez maior. Para ele, a fase seguinte dessa popularização será os bancos convencerem e estimularem os produtores a usar os derivativos. A lógica, diz ele, é a de que, correndo menos risco, o produtor que depende de crédito rural trará mais segurança também para o sistema financeiro.

O Banco do Brasil (BB) demonstra concordar com a idéia do diretor da BM&F Bovespa. Desde 2000 a instituição atua no mercado futuro como intermediário de operações, fazendo a ligação entre o negociador e o corretor. No ano passado, ampliou a atuação, passando a ser também lançador de opções para boi gordo, milho, soja e café. E planeja aumentar ainda mais a atuação no mercado futuro, à medida que crescer o volume de negócios na Bolsa.

Outra iniciativa do BB é a capacitação de funcionários, em parceria com a BM&F Bovespa. Até o fim deste ano, cerca de 900 profissionais serão, nas palavras de Márcio Augusto Montella, “imersos” no mercado futuro, através de contato com analistas e corretores e conhecendo o pregão da bolsa. O compromisso dos participantes após o treinamento é o de multiplicar conhecimento com colegas de banco e produtores.

#### Uma nova mentalidade

Para Maria de Lourdes Yamaguti, da corretora Cottonlux, o aumento no uso dos derivativos por parte dos produtores será um movimento natural. No caso do algodão, mercado no qual atua, as vendas antecipadas de produção já atingem pelo menos as próximas três safras. Com a alta dos custos, muitos não conseguirão cumprir contratos ou cumprirão com prejuízo. Segundo ela, se os negócios fossem garantidos na Bolsa, reduziriam o risco de quem compra e quem vende.

“A partir do que houve em relação à planilha de custos, a melhor forma do produtor se proteger é no mercado futuro mesmo. Ele não só tem que aprender, como, se ele realmente quer fazer uma operação com trava (de preços), vai ter de entrar no mercado futuro agora” previne Maria de Lourdes, para quem a partir de 2010 a



atuação do cotonicultor no mercado deverá ser bem maior, principalmente para quem quiser negociar com o mercado externo.

Norberto Freund, da Vision Grain, avalia que o conhecimento dos derivativos agropecuários é importante até para quem não atuar diretamente no mercado futuro, como pequenos produtores que, na avaliação dele, não teriam escala de produção suficiente para garantir as operações. Sabendo como são utilizados os mecanismos, o agricultor estaria mais bem referenciado para estabelecer o preço de seu produto e se posicionar melhor no mercado.

“Ele só não vai usar o instrumento, mas sabe que existe e funciona a favor dele, porque uma das vantagens desse instrumento é que ele dá transparência para o mercado, o que é importante para ele”.

Importância reconhecida pelo estudante de agronomia Teonas Dolci, de 19 anos, que se prepara para assumir os negócios da família em Espumoso (RS), onde diz colher anualmente uma média de **19 mil sacas de soja e 6 mil de trigo**. Ele participou do projeto Campo Futuro, promovido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) em 10 Estados para instruir os produtores sobre administração de custos de produção e uso do mercado futuro para um melhor gerenciamento de riscos.

Exemplo dessa nova mentalidade que o mercado busca no setor produtivo, Dolci diz que, antes, ouvia falar do mercado futuro agrícola, mas não tinha noção do que era. Depois do curso, termos como commodity, hedge e contrato futuro já não são mais tão estranhos.

“Eu queria ter mais conhecimento sobre esse mercado. Fazer mais alguns cursos, estar mais focado ou juntar uma equipe de produtores. Sou novo ainda, mas, ao me formar e tomar conta dos negócios, eu pretendo entrar, sim. Hoje em dia é primordial”.

Como se pode perceber no texto veiculado pelo Canal Rural, o pequeno produtor não faz o perfil do negociador habituado com os mercados futuros. Não obstante, a bolsa tem iniciativas para tentar inseri-lo nesse mercado, levando workshops às “agrocapias” brasileiras, destacando-se três delas no Paraná: Campo Mourão (sede da Coamo), Maringá e Cascavel. O apelo pelo incremento da gestão nas propriedades rurais fica claro no discurso dos representantes da bolsa e consultores. **A gestão (uso de dados na administração da lavoura e da propriedade a adoção da agricultura de precisão) e os mercados de futuros representam atualmente o que a máquina, o defensivo e a genética representaram nos anos 1970: a nova fronteira a ser superada pelos agricultores que desejarem permanecer na produção de commodities.**

Destaca-se também a atuação do Banco do Brasil como principal agente do crédito público ao setor agrícola. Segundo a matéria, o BB mergulhou de cabeça nesse mercado, não só buscando o produtor, como também sendo formador de mercado para alguns contratos (lançador de opções para boi gordo, milho, soja e café), qualificando os seus funcionários e planejando novas investidas à medida que o mercado cresça. As falas dos consultores Maria de Lourdes Yamaguti, da corretora Cottonlux, e Norberto

Freund, da Vision Grain, são instrutivas. A primeira nos mostra que quanto menor é o produtor e sua limitação perante o mercado de derivativos, o seu prejuízo potencial é muito maior em um cenário de queda acentuada dos preços, por não conseguir garantir os seus preços de venda. Em ambas as falas, percebemos a indicação da necessidade de conhecimento dos mercados futuros, ainda que o agricultor – por limitações do seu tamanho – não faça o seu uso direto. Nesse contexto, a planilha de custos e as análises do mercado futuro passam a ser os principais aliados do produtor.

Em campo, dentre os produtores que entrevistamos, não encontramos nenhum que fizesse o uso direto dos contratos futuros de soja na negociação da sua produção. Em nenhum momento o assunto foi mencionado espontaneamente por eles. Todos faziam a entrega nos entrepostos da Cooperativa, fosse ela a Coamo ou a Cocamar. Alguns pesquisadores da ESALQ também apontam as mesmas razões para essa ausência dos pequenos produtores nas negociações :

**“De uma forma geral, operações de garantia de preços futuros são plenamente utilizadas por tradings, empresas de insumos, máquinas e equipamentos, mas muito pouco por produtores rurais.** A seguir, são relacionadas algumas razões desse comportamento. Descapitalização do produtor, que se vê obrigado a vender antecipadamente a safra para fazer caixa para o plantio. Com isso, fixa antecipadamente o preço com o comprador, desaparecendo a necessidade de operar em futuros. O produtor em geral acha muito difícil acompanhar mercados, faltando-lhe o conhecimento necessário, confiança nos mercados financeiros e estrutura financeira para operar. Instituições financeiras e corretores não estão preparados para lidar com o produtor rural, desconhecendo sua linguagem e suas necessidades. Alguns agentes de mercado não têm interesse na divulgação dessas novas ferramentas, por receio de perder negócios”.

(MARQUES e MARTINES-FILHO, 2005, p.149)

O artigo assinado por Pedro Valentim Marques e João Gomes Martines-Filho, professores do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da USP ESALQ, vai além e mostra razões da ordem dos conflitos de interesse: para alguns agentes do mercado de commodities não é interessante que o produtor aprenda a realizar as suas operações no mercado de futuros por conta própria. Os pesquisadores não explicitam para quem isso seria prejudicial, mas acreditamos que todos aqueles que ganham com a intermediação desse serviço: corretores e eventualmente cooperativas. Para a bolsa, quanto maior o número de operadores, mais corretagens e emolumentos

esta receberá. Para as cooperativas, a negociação é feita em grandes lotes, uma vez que ela centraliza a “poupança de grãos” de vários produtores. Assim, diferentemente das movimentações de venda de insumos e recebimento da produção – que se pulverizada entre vários pequenos produtores pode não ser algo interessante para a cooperativa, por implicar em mais tempo gasto pelos seus funcionários e mais papel, “... cada fechamento significa papel, funcionário para atender...” – a negociação de imensos lotes de commodities no mercado de futuros pode ser interessante para as cooperativas. A negociação direta por parte dos seus cooperados pode não ser tão boa assim.

Quanto à capacitação das instituições financeiras e corretores, a reportagem do Canal Rural, de 2008, revelou o esforço do Banco do Brasil em capacitar os seus funcionários no mercado de futuros para melhor assessorar os seus clientes. Apesar do otimismo visto naquela época, em 2008, PAZ (2012, p. 11) nos mostra que a realidade não é tão otimista assim:

“Houve até a tentativa dos bancos de difundir a ferramenta, mas a falta de aptidão dos funcionários para atender a esse público fez muitos produtores terem prejuízos que não esperavam e, desse modo, criarem postura defensiva a tais práticas. Produtores geralmente vivem em cidades pequenas, onde a grande maioria das pessoas se conhece e possui bom entrosamento. Assim, quando algo ruim acontece, um bom número de pessoas é logo comunicado. A tentativa frustrada e o despreparo de alguns bancos para inserir essa ferramenta nas atividades dos produtores acabaram criando o mito que os impede de conhecê-la e compreender que, desde sua origem, ela fora criada com o principal intuito de auxiliá-los”.

Como é de costume no mercado financeiro, algumas ferramentas se popularizam ou em momentos de extrema euforia, ou nas suas ressacas onde os negócios vão muito mal e os agentes de mercado normalmente se perguntam por quais razões exageraram na dose. Não custa ressaltar que 2008 foi o ápice e o fundo de um ciclo de preços de ativos – incluindo os preços da soja – no Brasil e no mundo. No caso da Coamo, embora os produtores sejam informados a todo momento das cotações das commodities negociadas em Chicago, não conseguimos levantar informações sobre a existência de algum treinamento sobre mercados futuros para os seus cooperados.

O mantra básico que orienta a ação dos cooperados Coamo é aquele que diz que o cooperado precisa “girar”, em outras palavras: comprar e vender com intensidade. A fidelidade do cooperado inclusive é premiada pelo programa Fideliza Coamo. Além desse princípio básico de gestão que o capitalismo incita, a Cooperativa fornece

capacitação e meios para o cooperado conduzir seus negócios de forma o mais rentável possível, como os programas Gestor Rural e Agricultura de Precisão e com as plataformas que disponibiliza. Com essas iniciativas a Coamo entra para brigar palmo a palmo com as multinacionais produtoras de insumos no domínio e gestão de imensas bases de dados relativas à agricultura no processo de incorporação tecnológica que tem sido batizado de agricultura 4.0. Softwares, gestão de dados, imagens de satélite georreferenciadas, informações sobre fertilidade e umidade do solo, tratamento do solo com taxas variáveis, etc. Segundo o engenheiro agrônomo Julio Cezar Franchinni dos Santos, da área de pesquisa e desenvolvimento da Embrapa/Soja<sup>123</sup>:

“... de forma resumida, a agricultura digital nada mais é do que implantar no dia a dia das propriedades todas as informações que os maquinários transmitem e recebem quando estão em uso. ‘São informações relacionadas à aplicação dos defensivos agrícolas, quantidade de semente depositada no solo, velocidade, consumo de combustível e qual a produção. Aliado a isso, temos as imagens por satélites com mais precisão e uso de drones para complementar o diagnóstico’”.

## **5.7 POLÍTICA ECONÔMIA E A EXUBERÂNCIA DO CAPITAL FICTÍCIO**

A proeminência das bolsas de valores revela o grau de autonomização das formas do capital. Não obstante o Brasil seja o maior produtor de soja do mundo atualmente, a maior parte da sua produção é vendida por intermédio da bolsa de Chicago. A centralidade das negociações em Chicago, ao invés de inibir a expansão das lavouras fora dos Estados Unidos, na verdade a estimula a expansão da produção em todo o mundo, por concentrar e fornecer um profundo e líquido mercado de derivativos que de maneira pulverizada seria inviável e, como veremos, a existência de contratos futuros com liquidez sendo negociados diariamente é fundamental para que cooperativas e produtores se sintam impelidos manterem e/ou ampliem as suas lavouras em momentos de expectativa de alta de preços. A outra ponta fundamental para a existência de uma liquidez centralizada é a posse dos grãos estar concentrada nas

---

<sup>123</sup> <http://www.coamo.com.br/site/noticia/2308/um-olhar-na-agricultura-40>

mãos de meia dúzia de comerciantes globais: as grandes *tradings* globais e as grandes cooperativas agroindustriais no caso do Paraná.

O fato de negociar várias vezes o volume anual da safra mundial de soja significa que os contratos futuros de soja de Chicago são negociados muito mais por especuladores do que por *hedgers*. Se só estes negociassem o volume exato da sua produção, não haveria uma negociação que pudesse exceder a safra mundial anual. Contudo, no capitalismo contemporâneo, o *hedger* e o especulador não podem ser vistos de forma desvinculada do outro. Ao serem financeirizados, os contratos futuros de commodities permitiram a uma gama de agentes do mercado financeiro (incluindo os grandes fundos globais) comprá-los como forma de especulação de curto prazo ou como forma de proteção inflacionária, dado que as commodities sempre são postas como hedge contra a inflação nos portfólios de investimentos dos gestores grandes fundos de alcance global. Essa foi uma realidade nos anos 2000, continuou sendo no pós-crise de 2008 e tem o sido na crise global iniciada deflagrada com a COVID 19<sup>124</sup>.

Evidentemente, nem só de especulação se sustentam os preços nos mercados de futuros agrícolas. Bruscas alterações na oferta e na demanda das mercadorias físicas continuam a ancorar os preços<sup>125126</sup>. Contudo, o que se argumenta aqui é que os derivativos agrícolas se transformaram numa corrente de transmissão dos choques de expectativas impactando os preços à vista e a produção. Além dessas possibilidades abertas pelos derivativos, a recorrência das conjunturas de preços de commodities elevados muito além da média histórica, e alcançando patamares dos quais dificilmente retorna, exige uma busca das razões estruturais desse tipo de comportamento.

Como se pode ver no Gráfico 29 a seguir, nos últimos 50 anos os preços da soja têm mudado de patamar em fortes movimentos especulativos. A sua transformação em ativo financeiro e a interconexão entre o seu mercado e os mercados de outros ativos financeiros – possibilitada pela forma derivativo – levaram os preços da soja a responderem a uma aguda lógica especulativa. Os grandes choques inflacionários ainda fizeram os seus preços mostrarem mudanças significativas de patamar. O que se vê no

---

<sup>124</sup> <https://www2.safras.com.br/2021/01/26/compras-de-fundos-fazem-soja-para-marco-subir-mais-2-em-chicago/>

<sup>125</sup> <https://www.canalrural.com.br/projeto-soja-brasil/soja-chicago-reage-a-safra-recorde-no-brasil-e-recua-mais-de-2/>

<sup>126</sup> <https://www.moneytimes.com.br/soja-se-aproxima-de-maxima-de-7-anos-em-meio-a-temor-com-safra-da-america-do-sul/>

gráfico é que após a disparada de preços da soja em 1973 causada pelo embargo norte-americano, estes jamais retornaram aos patamares anteriores, não obstante o crescimento acelerado da oferta. Os anos 2000 mostram outro salto de preços no contexto do grande “ciclo de commodities”. Nos anos que se seguiram à crise de 2008, apesar da grande volatilidade de preços, eles se mantiveram acima dos patamares históricos para então, em 2020, iniciarem nova escalada.

A razão estrutural mais significativa para os saltos de patamar de preços de todos os ativos ao redor do mundo são as manipulações operadas pelos governos – sobretudo dos países centrais – na tentativa de salvar o capitalismo contemporâneo das suas próprias contradições.

O comportamento do principal índice de ações mundial (Gráfico 30), o Standard & Poors 500 (SP500), que reúne as cotações dos 500 maiores ativos negociados nas bolsas americanas (NYSE e NASDAQ<sup>127</sup>) por tamanho de mercado, liquidez e sua representação de grupo industrial, mostra uma ascensão que se inicia após a segunda guerra mundial, no período que ficou conhecido historicamente como os 30 anos dourados do capitalismo, mas que se acelera de forma exponencial dos anos 1980 em diante, descolando-se do crescimento do PIB, e indicando um crescimento da riqueza fictícia, movimento que “coincide com o argumento central do livro de (Thomas) Piketty, que aponta uma aceleração da concentração de renda e riqueza nos países centrais a partir da década de 1980” (ROSSI, 2014).

---

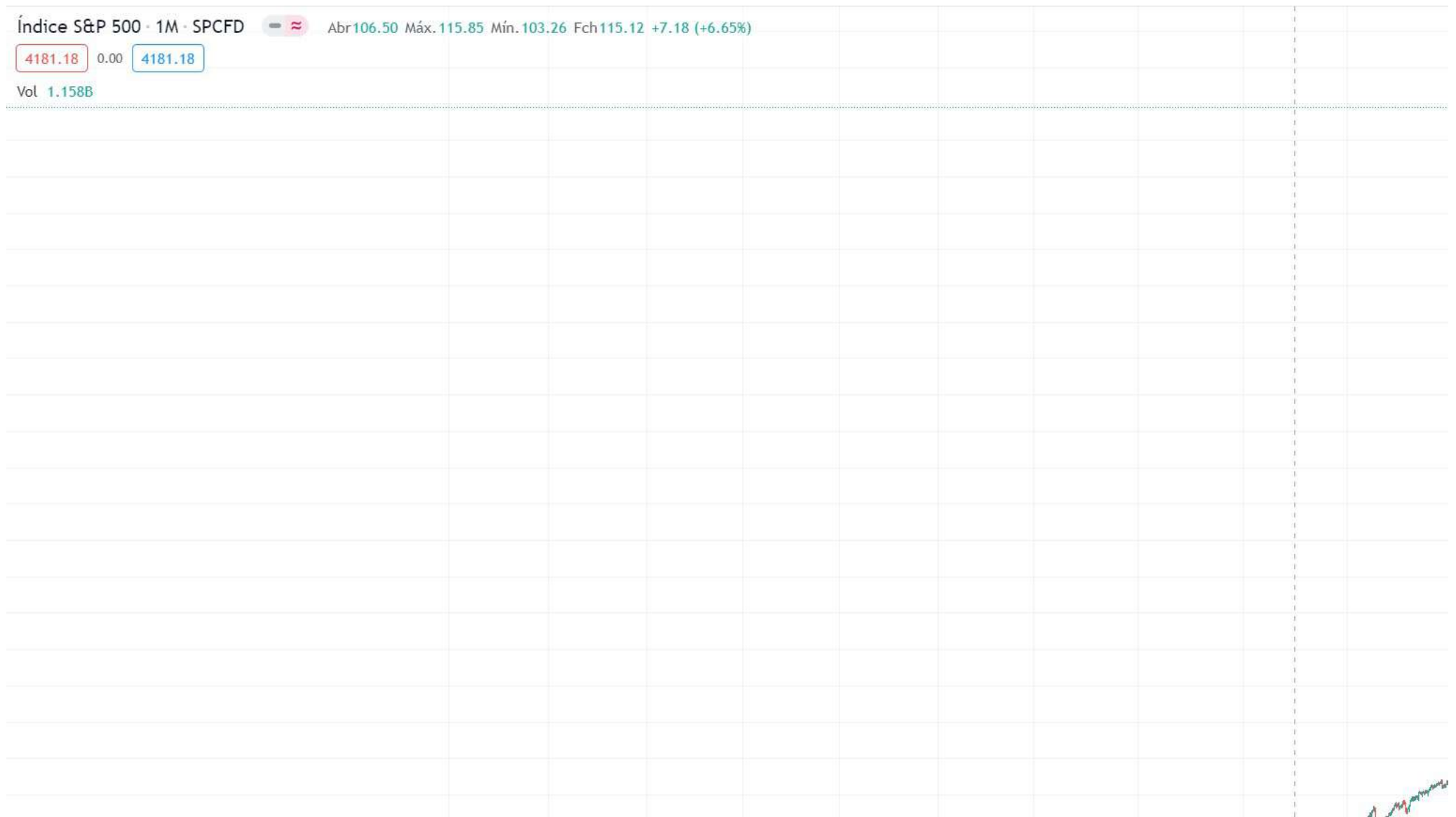
<sup>127</sup> Respectivamente: Bolsa de Valores de Nova Iorque e Associação Nacional de Corretores de Títulos de Cotações Automáticas.

**Gráfico 29:** Cotação dos preços futuros da soja em Chicago, 1970-2021.



**Fonte:** TradingView. Elaboração do autor.

**Gráfico 30.** Cotação do S&P 500, 1872-2021.



**Fonte:** TradingView. Elaboração do autor.



A conclusão a que se chega é que o comportamento do SP500 e do conjunto dos ativos globais, incluindo a soja, está correlacionado e responde a fatores de ordem macroeconômica como a redução das taxas de juros nos EUA (Gráfico 31) e com a expansão da sua base monetária (Gráfico 32) em função da preponderância da forma fictícia do capital representado em títulos sobre a renda futura (ações, dívidas e commodities).

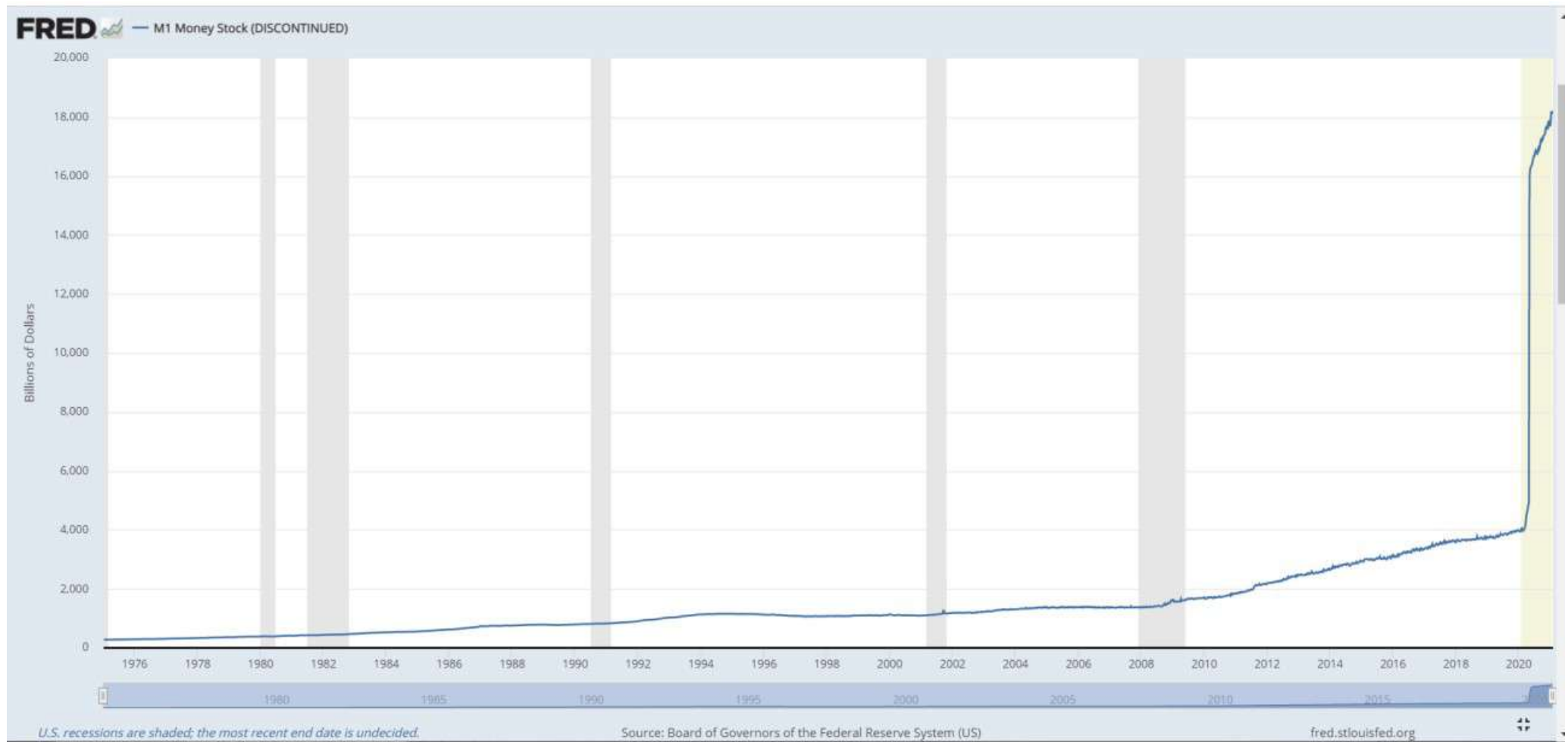
Os títulos da dívida pública, referenciada nas taxas de juros estabelecidas pelos governos, bem como as ações das sociedades de capital aberto negociadas em bolsas de valores, representam formas de capital fictício conforme discutido no volume III de *O Capital*. Se pensados como bens meramente financeiros, os títulos de propriedade da terra também se comportam como capital fictício (HARVEY, 2013) por garantirem ao seu portador uma renda futura. **As baixas taxas de juros** reduzem a taxa de desconto que incide sobre os títulos de dívida e sobre as ações das empresas – uma vez que o juro livre de risco é a referência de remuneração do dinheiro – levando a situação em que quanto menor a taxa de juros, maior o valor nominal presente desses títulos, implicando na sua apreciação. E essa apreciação será tão maior quanto maior for a expectativa do mercado em relação aos rendimentos futuros decorrentes da posse daquele título. A ampliação da base monetária em circulação completa a inflação dos ativos “garantidores” de renda aos seus portadores. Se considerarmos que nas últimas crises do capitalismo a solução encontrada pelos governos para controlá-las foi sempre a mesma – a redução das taxas de juros e a emissão de moeda para garantir a liquidez do sistema – não é de surpreender o comportamento do preço da soja e do S&P500.

**Gráfico 31.** Taxas de juros de 3 meses do Federal Reserve, em percentual, no Mercado Secundário, 1935-2021.



Fonte: <https://fred.stlouisfed.org/series/TB3MS>

Gráfico 32. Base Monetária norte-americana, em Bilhões de Dólares, 1975-2021.



Fonte: <https://fred.stlouisfed.org/series/M1>

No gráfico 32, vemos que a emissão de moeda do contexto da crise da Covid 19 faz toda a expansão monetária que se seguiu à crise de 2008 parecer insignificante. Mergulha-se numa espiral onde os governos ao redor do mundo se esforçam para evitar a massiva desvalorização desses ativos, argumentando que tal situação causaria paralisia grave ao sistema capitalista. Além disso, ativos inflados gerariam um “efeito riqueza” que teria impacto positivo no consumo. As dívidas exorbitantes emitidas pelos governos potencializam o ciclo vicioso de produção de capital fictício uma vez que levam os governos a adiarem a alta dos juros, já que qualquer elevação do patamar dos juros atuais aumentaria vertiginosamente as dívidas públicas ao redor do mundo.

Após os anos 1970, em cada quadra histórica onde **a base monetária ampliada e as baixas taxas de juros** se encontraram o desenvolvimento do capital fictício ganhou impulso:

“O desenvolvimento do capital fictício na economia mundial contou, em particular, conforme resume bem Guttman (2008), na segunda metade dos anos 1980, com os chamados junk bonds, ajudados pela onda de ofertas hostis de compras que opõem os interesses dos acionistas (buscando valorizar suas ações) e diretores. Oposição que levou à imposição da lógica da maximizar o valor de mercado das ações. No final dos anos 1990, a combinação de busca de ganhos com elevados riscos e lançamentos primários de ações, IPO (Initial Public Offering), assim como a revitalização da NASDAQ (National Association of Securities Dealers Automated Quotations) criaram mistura potente para consolidação industrial centrada na internet. Finalmente, em meados de 2000, foi a vez das hipotecas imobiliárias e canais não tradicionais de securitização que inflaram o valor dos ativos financeiros” (MOLLO, p. 453-54).

MELLO e ROSSI (2017) mostram a importância da taxa de juros no constructo de Marx e na regulação da acumulação em nível global. Com a inclusão do capital a juros na construção teórica de Marx, a produção capitalista passa a depender da avaliação do capitalista sobre como irá alocar a sua riqueza. Enquanto o lucro depende das regularidades e descontinuidades de cada processo produtivo, o juro, como taxa da cessão do dinheiro, se refere a uma mercadoria específica e homogênea. Essa é uma forma geral, definida instantaneamente por relações jurídicas que remuneram o capital. Sendo assim, é ela quem estabelece o parâmetro geral para o funcionamento do sistema. Nesse sentido, o capital a juros é muito mais do que forma de distribuição da mais-valia

produzida pela sociedade entre os capitais, tornando-se o fator que condiciona todo o processo de acumulação e a alocação do trabalho social.

## **5.8 MERCADOS FUTUROS e CAPITAL FICTÍCIO**

No início do segundo semestre de 2020 começou a se ventilar um consenso entre os gestores de fundos de investimento de que as commodities entrariam em novo bull market estrutural. O que se tinha em mãos naquela época de um lado a China retomando a sua atividade econômica de forma acelerada em função de um relativo sucesso no controle da Covid 19 e o pacote trilionário de estímulos já sancionado pelo ex-presidente Donald Trump. Seja pelo lado da desvalorização do dólar seja pela retomada da demanda chinesa, as commodities deveriam galgar novos patamares, do minério de ferro ao petróleo, do cobre à soja.

Aos fundamentos se somavam as compras dos próprios gestores por meio de contratos futuros e o resultado foi a rápida apreciação das commodities no mercado internacional. A vitória de Joe Biden no pleito de 3 de novembro de 2020 renovou a confiança em novos pacotes de estímulos, incluindo a destinação de recursos para obras de infra-estrutura, o que demandaria mais matérias primas de países emergentes, como o Brasil. O que se seguiu ao 3 de novembro de 2020 foi a intensificação do fluxo de recursos para países emergentes e para as commodities. Investidores dobraram então a aposta nas commodities e nos papéis (ações) das empresas exportadoras de tais commodities. No Brasil, empresas ligadas a petróleo e derivados, soja, carne bovina, açúcar, etc viram as suas cotações dispararem de novembro a janeiro e de janeiro a abril.

Com a financeirização dos contratos de commodities, o trabalho dos grandes fundos e bancos para se posicionarem para um mercado em tendência – tanto de alta quanto de baixa – nas commodities ficou facilitado, bastando para isso abrir posição por meio de uma bolsa de valores com liquidez suficiente para o tamanho das suas operações. Na outra ponta, os produtores dessas commodities aproveitam a forte demanda desses compradores institucionais por contratos futuros para realizarem as suas vendas antecipadas da produção, ou o hedge, garantindo no presente um preço de

entrega futura. Foi por esse mecanismo, por exemplo, que em agosto de 2020 já se notava uma antecipação significativa da venda da safra futura de soja no Mato Grosso, maior produtor nacional.

À medida que os fatores fundamentais sustentem a visão dos gestores globais sobre a tendência de alta das commodities, novas posições direcionais serão abertas por meio de contratos futuros, apostando em uma alta das commodities. O produtor, que em 2020 conseguiu vender a sua produção a excelentes preços, sente-se estimulado a manter ou aumentar a sua aposta no bom desempenho dos mercados já que as notícias continuam sendo boas:

---

## Exportações de minério do Br

---

### Petróleo fecha em alta, impulsionado por dólar desvalorizado

ESTADÃO contábil | Commodities | 1 hora atrás (03.05.2021 19:40)

### Exportação de soja do Brasil atinge recorde de 17,38 mi t em abril, diz Secex

REUTERS | Economia | 1 hora atrás (03.05.2021 16:16)

---

## Ouro fecha em alta, com

### Soja bate novo recorde na exportação e vendas de milho crescem mais de 1800%

Em abril, o Brasil exportou o maior volume de soja da história, com 17,3 milhões de toneladas; durante o ano, volumes também são recordes

Por Paulo Santos, de São Paulo (SP)  
03/05/2021 às 17h32  
Atualizado em 3 de maio de 2021 às 17h32

NUMERO INÉDITO

---

### Balança comercial do país bate recorde para o mês em abril

Dados do Ministério da Economia mostram que país exportou R\$ 10,3 bilhões a mais do que importou

### Carnes: preços devem continuar firmes até o fim do semestre, diz Ipea

O custo de produção elevado é um dos fatores a valorizar as três proteínas (bovina, suína e de frango); exportações também favorecem

03 de maio de 2021 às 07h02  
Atualizado em 3 de maio de 2021 às 20h46  
Por Estadão Contábil

COMPARTILHE NO WHATSAPP

---

## Morgan Stanley revisa cenário de commodities; preço-alvo da Vale sobe

20/01/11

---

## Morgan Stanley mantém 'overweight' para ações de commodities na América Latina



REUTERS  
31/05/2021 14h38

PUBLICIDADE

Enquanto produtores aproveitam o momento para expandir a sua produção e anteciparem as suas vendas para os especuladores que buscam proteção inflacionária ou que simplesmente querem lucrar com a alta dos preços, outra categoria de *especuladores*, os chamados *arbitradores*, entra em cena para arbitrar as diferenças de preço entre os diferentes vencimentos dos contratos futuros de uma mesma *commodity*. Se a soja para junho estiver cotada a 15,5 dólares o bushel e a soja à vista a 14 dólares, ele simplesmente irá montar uma operação na qual ele vende o contrato com vencimento para junho e compra a soja à vista (o vencimento do contrato mais próximo) para lucrar com a diferença de preços entre os dois contratos na hipótese dos preços convergirem à medida que se aproxime o vencimento do contrato mais longo.

Pode ser que em dois meses o cenário mude e as notícias deixem de ser tão boas, mas é por meio desse mecanismo de arbitragem que os preços futuros acabam comandando os preços do presente e os preços do presente, por sua vez, impactam diretamente a produção: com produtores correndo para entregar novos recordes de produção a fim de aproveitarem o tempo das vacas gordas. E normalmente as crises acontecem em momentos nos quais parece que o ciclo de inflação dos preços não terá mais fim. Empresas ampliam a sua capacidade produtiva, fazem empréstimos, contratam mais funcionários, tendo em mente um mundo que representa a perpetuação do estado de coisas presente.

Contudo, em uma economia amalgamada pelo capital fictício, a velocidade e a potência dos choques costumam se amplificar de forma significativa.

“Contudo, diferentemente do crédito, cujo valor é pré-fixado por contratos bilaterais, o capital fictício constitui uma massa de riqueza cujo valor está sendo constantemente avaliado e reavaliado pelos mercados financeiros. Sua precificação obedece a critérios financeiros de avaliação e depende do arbítrio, das expectativas, das convenções e das taxas de juros. A forma como essa massa de direitos financeiros é avaliada afeta não apenas a distribuição da renda e da riqueza financeira, mas também a economia real que se

submete aos períodos de expansão e de crise impulsionados pelo movimento do capital fictício.

“Não se trata de um descolamento entre a riqueza financeira e a riqueza real, mas de mudanças na avaliação da capacidade futura de geração de renda que provocam bruscas ampliações e interrupções da produção de riqueza no presente. Isso é uma parte importante do que alguns chamam de financeirização, capitalismo com dominância financeira ou “finance-led capitalism” (ROSSI, 2014).

Assim como a forma capital a juros, a inclusão do capital fictício na construção de Marx redefine as categorias que lhe precedem, reordenando a própria dinâmica capitalista e, por extensão, o processo de alocação do trabalho social. Ao capitalizar a renda futura de empreendimentos e redistribuir essa renda entre os agentes, o capital fictício reforça o caráter associativo do capital no processo de apropriação de valor, substituindo os capitais dispersos fragmentados pelo capital centralizado. Esse processo aumenta a escala do capital e amplia as possibilidades da acumulação, mas também a intensidade e a frequência das crises econômicas. Ou seja, a existência de massas de riqueza que representam direitos negociáveis sobre a renda futura contamina a organização capitalista. É nesse momento que se vislumbram crises que têm origem não na superprodução de capital real, mas na supervalorização fictícia dos títulos financeiros que, em determinado momento, não encontra sua validação social no mercado (MELLO e ROSSI (2017).

Os mercados de derivativos servem como uma corrente de transmissão para esses movimentos periódicos de avaliação e reavaliação das massas de capital fictício existentes, acelerando e tornando exponenciais os seus choques de preços tanto para cima, quanto para baixo.

“A acumulação de capital promovida por meio de derivativos encontra seu "limite" em momentos críticos, ou seja, quando as mudanças na percepção de risco dos agentes geram ajuste de preços no mercado, que assumem a forma de inversão de apostas e liquidação de contratos. Neste momento, as relações sociais de propriedade e crédito são novamente essenciais para garantir a liquidez e a solvência dos agentes envolvidos nesses mercados, revelando as reais relações sociais de poder, propriedade e dinheiro que apareceram anteriormente apenas de forma velada” (MELLO, 2018, p. 834).



No que diz respeito a esta pesquisa – que tem o foco nas lavouras de soja – a inflação do preço dos ativos em geral, a liquidez dos contratos futuros e a centralização da sua negociação nas bolsas de valores com destaque para Chicago criam o amparo que os grandes atores do mercado precisam para estimularem a produção nos períodos de alta dos preços, sabendo que poderão fechar contratos de venda com vencimentos futuros e assim garantir – pelo menos – a cobertura dos seus custos de produção. E como já é de praxe, as vendas acontecem antes mesmo de a produção acontecer<sup>128</sup>.

Porém, pode parecer que a realidade que descrevemos para as commodities e os ativos fictícios em geral estão muito distantes da realidade produtiva dos pequenos agricultores do “norte” do Paraná. É verdade que, por uma série de questões históricas já explicadas, é relativamente destacada a presença de pequenas propriedades produzindo soja, mas essa não é a realidade encontrada – por exemplo – nas regiões brasileiras de produção mais recente como o cerrado e a região do MATOPIBA. Mesmo no Paraná, uma cooperativa do porte da COAMO desempenha o mesmo papel que grandes atores globais que concentram os estoques de grãos originados em pequenas propriedades pulverizadas, como Bunge, Cargill, ADM e Louis Dreyfus, que também operam em outras regiões do Paraná. No contexto pesquisado por nós, é a COAMO que desempenha o papel associativo do capital no processo de apropriação de valor, substituindo os capitais dispersos fragmentados pelo capital centralizado, aumentando a escala do capital e ampliando as possibilidades da acumulação.

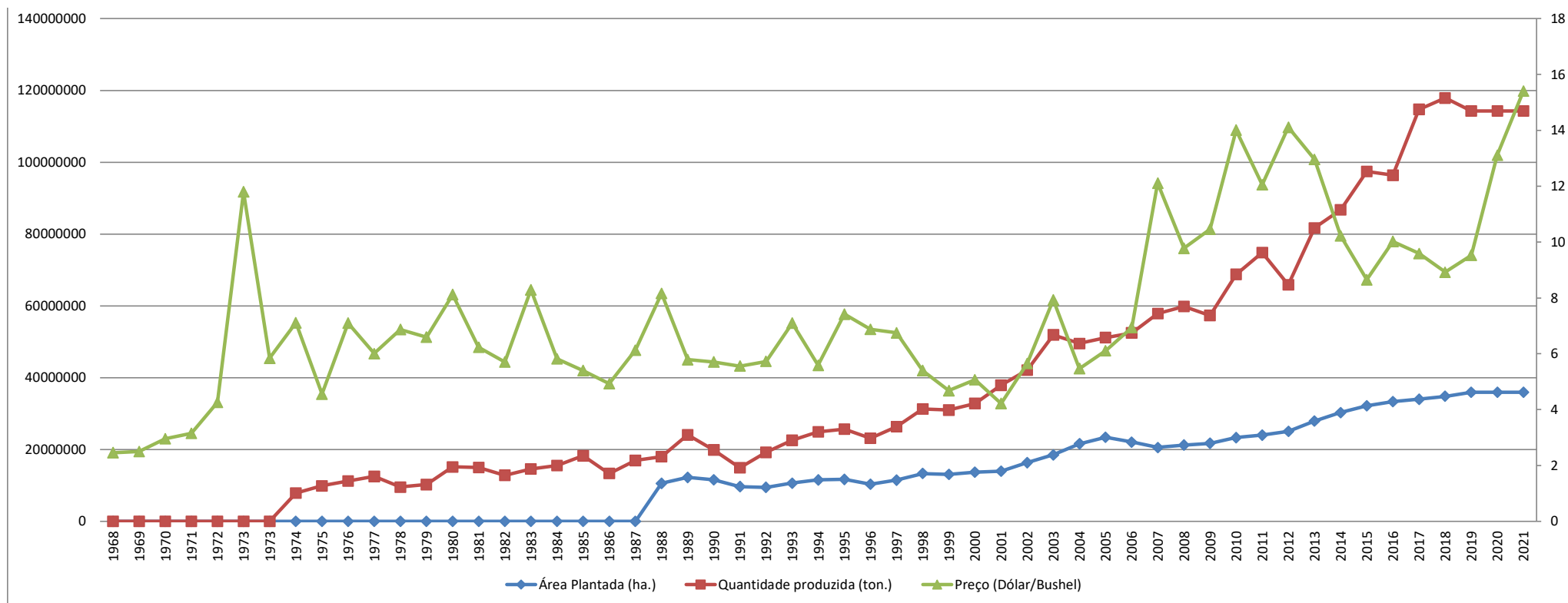
Não obstante essa diferença que se manifesta à primeira vista na produção paranaense, os imperativos das lavouras mecanizadas também são sentidos aqui. Os preços elevados estampados nas telas de cotação dos entrepostos da Coamo andam lado a lado com o estímulo da Cooperativa à destinação da totalidade das terras dos cooperados para a produção de commodities. Crédito, maquinário, insumos e assistência especializada são o corolário natural. Nesse jogo, a necessidade de ganhos de escala e produtividade para viabilizar a operação de uma lavoura mecanizada que seja rentável tem levado à concentração de terras em velocidade expressiva, como discutido no capítulo 1. Assim, mais terras e mais trabalho futuro são continuamente aprisionados a

---

<sup>128</sup> <https://www.canalrural.com.br/projeto-soja-brasil/noticia/soja-venda-da-safra-2020-2021-esta-quase-3-vezes-mais-adiantada-que-o-normal/>

formas restritas de organização e exploração, como se pode ver concluir da análise dos dados do gráfico33 a seguir.

**Gráfico 33:** Quantidade produzida e área plantada com soja no Brasil, 1974-2019; Preço da soja na Bolsa de Chicago, 1968-2021.



**Fontes:**

Área plantada e quantidade produzida de soja: Pesquisa Agrícola Municipal, IBGE, 2019.

Preços da Soja Chicago. Macrotrends.net. <https://www.macrotrends.net/futures/soybean-meal>. Acesso em 30/04/2021.

Elaboração do autor.

O que se viu no campo brasileiro nesse período foi uma completa tomada do restante do cerrado pela cultura da soja. E esse processo não se restringiu ao Brasil e aos produtores diretos de soja. Como notou GIBBON (2013, p. 22), referindo-se ao comportamento das *tradings* globais de commodities:

(ii) sua participação no mercado físico também aumentou substancialmente, seja com base na concentração "natural" do mercado, já que alguns de seus rivais faliram, e / ou através da compra de empresas de produção física. À medida que os preços das commodities subiram durante os anos 2000, tornou-se comum as casas de comércio em uma ampla variedade de setores de commodities integrarem-se retroativamente à produção das safras ou minerais que comercializavam. Mais recentemente, surgiu o fenômeno de casas de comércio comprando para a produção em setores diferentes de seus principais setores comerciais. Em 2013, o comerciante de petróleo Glencore adquiriu a Xstrata, uma das maiores mineradoras de metal do mundo; também a tradicional comerciante de grãos e algodão Cargill foi identificada como uma provável compradora de qualquer óleo, carvão, gás natural e instalações de produção e armazenamento de energia que os bancos possam ter que abrir mão (Financial Times, 9 de agosto de 2013).

Como se pode inferir do trecho de GIBBON, os preços elevados não estimulam a produção de forma linear, mas o fazem radicalizando, transformando a sua organização, num processo onde concorrentes devoram uns aos outros na busca pela melhor combinação de fatores. Em cenários como esse, alguns artifícios para contornar a estagnação ou declínio das taxas de lucro – como as fusões e as aquisições – encontram no capital fictício um veículo de importância primordial como veremos adiante.

Outro efeito da tendência de preços elevados que merece ser mencionado é a pressão que as exportações exercem sobre os preços domésticos, uma vez que uma quantidade maior de produtos é destinada para o comércio internacional. No caso brasileiro, a intensificação das exportações de soja reprecificou os seus derivados no mercado interno e a situação se agravou levando o Presidente da República<sup>129</sup> a apelar por um gesto patriótico do capital, que até hoje parece não ter acenado de volta, dada a sua natureza radicalmente cosmopolita e egoística.

---

<sup>129</sup> <https://www.istoedinheiro.com.br/bolsonaro-sobre-exportacao-de-soja-tem-que-ficar-um-pouquinho-no-brasil-2/>

## 5.9 A ASCENSÃO DO DINHEIRO ALÉM DOS CÉUS

A produção de capital fictício e a apreciação das massas já existentes de março de 2020 até hoje – somado à maior crise sanitária da história moderna – tem inflado o patrimônio dos detentores dos títulos de riqueza e lançado milhões de pessoas no mundo na rota de uma velha conhecida: a fome. A inflação de preços decorrente dos estímulos monetários, da interrupção temporária de algumas cadeias de produção, do câmbio brasileiro depreciado, das taxas de juros reduzidas e do favorecimento da produção de commodities para exportação tem empurrado milhões de famílias no Brasil para situações de miserabilidade visível em qualquer cidade do país.

Na outra ponta, a exuberância do capital fictício criou novos bilionários no Brasil<sup>130</sup> e ampliou a já trilionária fortuna dos magnatas globais<sup>131</sup>, fenômenos que encontram explicação no comportamento do mercado acionário em um contexto de liquidez exacerbada.

A liquidez global em escala sem precedentes e a piora das condições econômicas em praticamente todos os países do mundo tem formado um ambiente propício para alguns movimentos do capital que revelam as condições da sua reprodução. Em 2020, a bolsa de valores brasileira registrou 28 ofertas públicas iniciais (IPOs) de empresas que decidiram abrir o seu capital. Os 117 bilhões de reais arrecadados superaram com folga os 55 bilhões levantados em 2007 com as 64 ofertas públicas daquele ano. Em número de ofertas, 2020 foi o ano com maior número de IPOs desde 2007, ano que antecedeu a grande crise financeira de 2008. Para alguns, esses seriam sinais suficientes para apontar uma potencial crise que se avizinha. Contudo, bancos centrais ao redor do mundo indicam e reiteram que não é hora de reduzir o nível dos estímulos, mantendo-os elevados por pelo menos mais dois anos. Na fila de IPOs da Comissão de Valores Mobiliários brasileira, mais 43 pedidos de IPOs foram submetidos.

Uma das novatas na bolsa brasileira, a empresa goiana Boa Safra Sementes (Gráfico 34) abriu o capital em na bolsa em 29 de abril e no primeiro dia de negociação, as suas ações, que haviam sido compradas pelos agentes institucionais ancoradores da oferta por R\$ 9,90, iniciaram o pregão do dia 29 sendo cotadas a R\$ 13,51, chegando a

---

<sup>130</sup> <https://gq.globo.com/Lifestyle/Poder/noticia/2021/04/brasil-20-novos-bilionarios-panemia.html>

<sup>131</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/04/06/mesmo-com-a-pandemia-da-covid-19-bilionarios-ficaram-us-5-trilhoes-mais-ricos>

ser negociadas no dia seguinte por R\$ 17,88 na máxima do dia. Sinal dos tempos, a Boa Safra é listada no pregão com o código (ticker) SOJA3.

Outras empresas brasileiras listadas na B3 e ligadas à produção de commodities agrícolas também tem mostrado um desempenho pujante, como é o caso do trio formado por Brasil Agro (Gráfico 35), SLC Agrícola (Gráfico 36) e Terra Santa Agro (Gráfico 37), três empresas que haviam aberto o capital na bolsa no ciclo anterior de escalada dos mercados financeiros globais e dos preços das commodities, em 2007.

O cenário de crise, liquidez e concorrência exacerbada tem levado a consolidação em vários setores, com fusões e aquisições se acelerando em 2021.

Como se pode observar nos gráficos, a crise da COVID representou, a partir de março de 2020, o início da mudança de patamar do valor de mercado dessas companhias.

Mais ilustrativa ainda da conjuntura atual foi a combinação de negócios entre SLC Agrícola e Terra Santa Agro, onde a primeira companhia, reconhecida por resultados financeiros consistentes, assumiu as dívidas da segunda, uma companhia mato grossense que, apesar de estar inserida na rentável cadeia produtiva da soja e de possuir grande escala de produção com 130 mil hectares de terras, encontrava-se em uma situação financeira delicada envolvendo empréstimos bancários e arrendamentos de terra, uma prova contundente das armadilhas da acumulação do capital por meio das lavouras mecanizadas. Ao incorporar as terras da rival, a SLC Agrícola ampliou em 30% a sua área de plantio, para 581 mil hectares, tornando-se a maior produtora de soja do mundo. A concentração e a centralização dos capitais nesse setor têm que ser vistas não como sucesso do projeto da revolução verde, mas como um dos aspectos da sua reprodução crítica. No processo de concentração e centralização de capitais nas lavouras mecanizadas sucumbem não só “agricultores familiares”, mas também grandes empresas.

Nos gráficos a seguir, onde constam as cotações das ações das duas empresas entre maio de 2019 a abril de 2021, vemos um movimento ascendente. A apreciação das cotações já era ensaiada desde julho de 2019, quando o Banco Central do Brasil deu início a um ciclo de cortes da Taxa Selic, impactando positivamente o preço dos ativos acionários. A tendência de preços foi interrompida entre janeiro e março de 2020 pelos desenvolvimentos que tomou a pandemia da Covid 19. Ainda em março de 2020, a disparada do dólar e do preço da soja deu fôlego às cotações até novembro do mesmo ano, quando o anúncio da combinação de negócios colocou o valor de mercado das duas

empresas em outro patamar. No negócio estabelecido, a Terra Santa Agro continuará sendo proprietária das suas terras, recebendo o pagamento de arrendamento por parte da SLC Agrícola de modo que, tanto os acionistas da SLC como da Terra Santa, serão remunerados em dividendos, além do ganho com a apreciação do valor de mercado das ações na medida em que a pujança da soja no cenário do agronegócio o permita.

**Gráfico 34:** Cotação das ações da Boa Safra Sementes, B3, abril de 2021.



**Fonte:** Profit Chart Pro.

**Gráfico 35:** Cotação das ações da Brasil Agro, B3, maio de 2019 a abril de 2021.



**Fonte:** Profit Chart Pro.

**Gráfico 36:** Cotação das ações da SLC Agrícola, B3, maio de 2019 a abril de 2021.



**Fonte:** Profit Chart Pro.



**Gráfico 37:** Cotação das ações da Terra Santa Agro, B3, maio de 2019 a abril de 2021.



**Fonte:** Profit Chart Pro.

Na bolsa brasileira não tem faltado exemplos da criação de capita fictício em volumes impressionantes e nos mais diversos setores: é o caso da valorização expressiva das ações do Magazine Luiza e do Banco Inter; das ofertas secundárias de ações de Lojas Americanas, Via Varejo (Casas Bahia), Lojas Renner e Petro Rio, da fusão entre Lojas Americanas e B2W Digital, entre inúmeros outros exemplos.

Em boa parte dos casos, o que mais chama a atenção é o fato de boa parte de essas empresas terem ganhado valor de mercado (o número de ações emitidas multiplicado pela cotação em bolsa) a partir de uma narrativa de crescimento exponencial, exemplo clássico do Magazine Luiza, em menor proporção no caso de Via Varejo e de Lojas Americanas. Porém, o mesmo aumento exponencial de valor de mercado é visto na argentina Mercado Livre, na norte americana Amazon e nas chinesas Ali Baba, SEA e JD.com. Todas disputam entre si o aparentemente ilimitado mercado de varejo virtual brasileiro e global. Em realidade, a pletera de aquisições de fintechs, blogs, empresas de meios de pagamentos, etc por parte das gigantes brasileiras e mundiais do varejo já sinaliza que o mercado atingiu limites a partir dos quais essas empresas devem buscar ou o monopólio ou a formação de um pool de serviços em torno do seu negócio principal como forma de fidelizar os clientes e prestar-lhes outros serviços como a oferta de crédito e seguros – para ficar apenas em dois exemplos – a

fim de manter os seus resultados anuais em linha com as expectativas do mercado financeiro.

No caso das lojas Renner, por exemplo, ou na fusão entre o Grupo Soma de Moda e a Hering, a produção de capital fictício é massiva e mostra um certo desespero dos grupos empresariais em meio à concorrência desenfreada em um contexto de receitas declinantes por causa da pandemia. Ainda não está muito claro o para o mercado qual o destino que a Renner dará aos mais de 4 bilhões de reais levantados em uma nova rodada de emissão de ações, se ampliará a produção própria e se haverá mercado suficiente para absorver essa nova produção ou se irá usar os recursos para adquirir alguma concorrente e intensificar o processo de centralização de capitais no setor. Já no caso entre Grupo Soma e Hering, a oferta feita para aquisição do segundo grupo elevou o valor de mercado da Hering em mais de 30% no dia seguinte à divulgação do acordo, ao passo que o Grupo Soma perdia cerca de 10% do seu valor de mercado no mesmo dia. Esses exemplos mostram não só a velocidade com que a riqueza é produzida e precificada no mundo do capital fictício, mas como as avaliações baseadas nas narrativas que o próprio mercado constrói podem estar muito fora de realidade<sup>132</sup>. Mas em um contexto do “capitalismo dominado pelas finanças”, o importante é mostrar para os sócios acionistas que a companhia está se movimentando e “gerando valor”.

\*\*\*

A pandemia da Covid 2019 trouxe de volta à sala os esqueletos que se tentava ocultar desde a crise de 2008.

Existem abordagens que buscam explicar as crises do capitalismo, seja no descompasso entre produção e circulação, seja na tendência à queda da taxa de lucro. Parece correto afirmar que em ambas o capital fictício tem um lugar importante como indicativo. Dessa forma, embora esta pesquisa não tenha como objetivo discutir as teorias da crise, e embora não seja possível prever qual o formato específico da próxima

---

<sup>132</sup> Um ano após a escrita original deste texto a Magazine Luiza perdeu 90% do seu valor de mercado na bolsa brasileira. Movimento semelhante aconteceu em vários setores nas bolsas de todo o mundo.

crise, é coerente pensar que o capital fictício desempenhará papel importante, se não na sua eclosão, mas no seu desenvolvimento.

Embora até poucos meses atrás a plethora de capital fictício em circulação pelo mundo nublasse momentaneamente as dificuldades que o capital tem encontrado pra se reproduzir no mundo real, os preços de mercado dos ativos globais exibiam uma exuberância difícil de sustentar, como tem se mostrado recentemente. Em 2008, a na impossibilidade de conhecer de imediato a profundidade da cadeia de débitos assumida pelos bancos via uso de derivativos, os agentes econômicos privados restringiram oferta de crédito, a realização de investimentos, a antecipação de compras etc, gerando uma profunda retração da liquidez global. Os compradores e credores que apareciam estavam dispostos a pagar muito menos do que no período que antecedeu a crise. Massas inteiras de capital fictício - ações, títulos de dívidas – foram depreciadas e contratos futuros foram liquidados compulsoriamente. Por mais sinalizações que existam do “esforço” dos órgãos reguladores para conter os “excessos” do capital, a pergunta insistente da Rainha Elisabeth permanece incólume: por que nenhum especialista conseguiu prever a crise?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de buscar as explicações para as transformações ocorridas no território paranaense a partir dos anos 1970, deparamo-nos com um processo histórico de formação que foi caracterizado pela violenta conquista territorial dos “sertões” e pela intensa exploração dos recursos naturais, ornadas com os louros da edificante ação modernizadora pioneira. No discurso hegemônico, tais aspectos da referida ação representavam as dores colaterais a chegada da modernidade por estas terras. Tal narrativa distinguiu ainda no território paranaense – já com suas fronteiras políticas estabelecidas – a formação de três grandes regiões “histórico-culturais” forjadas no encontro entre a origem das correntes migratórias pioneiras e as características assumidas pela organização da atividade econômica nessas áreas. A construção da imagem da região-ilha por Brasil Pinheiro Machado e seus seguidores serviu ao mesmo tempo a fins intelectuais e a fins políticos. A Universidade Federal do Paraná – principal locus de onde emanava o discurso intelectual em terras paranaenses na época – inaugurou assim uma tradição historiográfica seguida por outros intelectuais dos anos 1960 em diante e que também serviu de pano de fundo ideológico das ações do Estado. De São Paulo também emergiram leituras que destacaram particularidades do território paranaense, como as de Monbeig (1945) e Müller (1956), delineando a formação de uma região ao norte, como capítulo da vida paulista em território paranaense, formada pelo extravasamento da cultura cafeeira paulista já em bases capitalistas. Embora não se possa equivaler esses dois grupos de abordagens – sendo a segunda mais elaborada em termos conceituais e restrita a falar sobre onde de fato existiu uma “diferenciação” regional – a apropriação que se fez de ambas desaguou na discussão do caráter regional, da identidade, de supostos interesses conflitantes entre as forças políticas regionais (uma capital que vira as costas para o interior durante décadas, um interior ao norte que se liga mais a São Paulo do que a Curitiba e outro a sudoeste que apresenta interesses separatistas) e no tom laudatório à ação pioneira e a nomes específicos da história paranaense, personificações de grandes marcos e momentos históricos do desenvolvimento das relações capitalistas de produção no estado do Paraná. Os vários amálgamas feitos ao longo do tempo, dos quais a obra de Wachowicz (2016) pode ser exemplo ilustrativo, forjaram uma leitura largamente disseminada que não contribui para a análise das formas sociais sob o capitalismo

e das suas transformações. Em outras palavras, as abordagens correntes na historiografia paranaense mais escondem do que revelam sobre a história deste estado e a inserção do seu território na dinâmica capitalista.

Os anos 1970 representaram um marco de mudanças nas formas sociais do capitalismo, bem como para as particularidades do território paranaense. As transformações tecnológicas da chamada **Terceira Revolução Industrial** e as suas implicações – especialmente no aumento da composição orgânica do capital e no apartamento aprofundado do trabalho vivo do processo produtivo – foram contemporâneas de **dois choques inflacionários do petróleo e do reconhecimento oficial pelos Estados Unidos do fim da equivalência entre a moeda fiduciária global, o dólar, e o seu lastro em uma mercadoria física, o ouro**. Essa tríade pôs em posição de preponderância e deu capilaridade às formas do capital fictício, ampliando o seu poder de direcionar os caminhos da acumulação do capital. **No Brasil, o processo de modernização alcançava seu maior dinamismo, implicando para a agricultura a profunda substituição do trabalho vivo no processo produtivo pelo uso intensivo de bens de capital em lavouras de escala focadas na produção de *commodities*, principalmente a soja**. O foco do Estado no financiamento dos maiores e mais produtivos agricultores tinha como lógica econômica a necessidade de privilegiar o retorno sobre o capital investido, uma vez que tais **investimentos produtivos** eram financiados majoritariamente com **endividamento estatal internacional, consubstanciado na dívida pública**. A expansão dos recursos ofertados por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural e a concorrência entre os capitais tiveram como conseqüências, como notou Fleischfresser (1988), **a redução dos grandes diferenciais iniciais de produtividade entre os produtores individuais e a intensificação da produtividade nas áreas tecnologicamente mais avançadas, intensificando a expansão da área, do volume produzido e o aumento da produtividade por área**. O efêmero casamento entre os capitais internacionais ociosos em busca de valorização e a “economia brasileira” sofreu um brusco desenlace quando a elevação da taxa de juro americana num contexto de elevada inflação pôs à luz do dia a condição da inserção brasileira, que já demonstrava sinais de fragilidade no início de 1973, antes mesmo do primeiro choque petrolífero que ocorreu no mesmo ano, e a incapacidade da sua débil inserção nas trocas internacionais para honrar os compromissos financeiros assumidos.

**A desestruturação da política econômica montada para sustentar a modernização da agricultura brasileira** nas décadas seguintes teve o efeito de

intensificar a seletividade entre os produtores de soja paranaenses, reduzindo ainda mais o número daqueles que conseguiriam se posicionar competitivamente na transição das lavouras de café e de alimentos para as novas lavouras mecanizadas. Contratos de parceria de café foram desfeitos, indicando mudanças nas relações de produção, sobretudo a aceleração da forma assalariada de trabalho materializada na figura do trabalhador volante, mas em quantitativo infimamente menor do que aquele absorvido pela lavoura cafeeira. Os resultados empiricamente mais visíveis foram a concentração de terras, a mobilização do trabalho para as cidades e para outras “fronteiras agrícolas”, transformando o Paraná em um estado de expulsão da força de trabalho, condição diametralmente oposta à que havia assumido nas décadas anteriores. A história da soja passava a revelar, por diferentes meios, o que as narrativas consagradas na historiografia paranaense queriam ocultar: a expropriação em massa dos agricultores no campo paranaense. Mais do que isso, a expansão da soja no Paraná determinou a expansão das relações capitalistas no campo em extensão e em intensidade aproximando em todos os seus cantos as condições de reprodução do capital na agricultura e forjando uma paisagem pasteurizada. Se nos tempos das chamadas “frentes pioneiras” – não obstante a narrativa das ilhas econômicas incomunicáveis entre si – já podíamos ler o Paraná por meio dos seus processos constitutivos sistemáticos, como as concessões de terras a empresas privadas de capital internacional, a grilagem e a violência, acompanhados de interesses políticos mediados nos lugares por forças coronelistas, a soja agora deixaria às claras uma nova unidade, superior, porque totalmente integrada à lógica capitalista numa escala e numa velocidade antes não vistas e agora submetida à ingerência de formas avançadas do capital.

**A conjuntura desenvolvimentista teve as suas particularidades a nível estadual**, materializada, sobretudo, nos estímulos dados pelo governo estadual para as **indústrias de óleos vegetais e na construção de infra-estrutura para a integração nacional**; na particularidade paranaense, a ligação rodoviária das ilhas econômicas que até os anos 1960 conformariam o território político foi um dos principais exemplos. A rodovia do Café – o grande gesto político e econômico dos anos 1960 para a superação de tais barreiras – aceleraria o avanço das culturas de grãos. **O concurso do governo federal nos anos 1960 e 1970 para a criação de cooperativas de agricultores no campo paranaense também representaria um forte braço de penetração das relações capitalistas no campo**. A mão cooperativa que se estendeu para alguns agricultores no intuito de mantê-los no campo foi a mesma que a outros tantos afastou

das condições de produção. **Nos anos seguintes a elas se juntariam as grandes tradings globais, mostrando já nos anos 1970 a elevada presença de capitais estrangeiros realizando investimentos diretos na agroindústria da soja nesse estado.** Assim nasceu uma paisagem a ostentar a opulenta e sedutora coleção de mercadorias: lavouras ajardinadas e cilindros de metal atestam o aparente sucesso do agronegócio no Paraná e a soja figura, assim, nas palavras de Geraldo Hasse, como “rainha do agronegócio brasileiro”. Juntas, essas formas avançadas de organização social da produção envolveram os produtores paranaenses nos circuitos globais do capital, do planejamento da safra à negociação dos preços das mercadorias nas Bolsas de Valores por meio de contratos futuros de commodities agrícolas, representando mais um passo do capital na superação das barreiras que a si mesmo impõe.

**É mais apropriado, hoje, falar em um grande território sojicultor brasileiro açambarcando vários estados da federação, do Oiapoque ao Chuí, mas com determinadas particularidades, como no caso do Paraná que se diferencia pelo fato de ter um grupo significativo, embora em tendência de redução, de médios e pequenos proprietários que alcançam as maiores produtividades nacionais na lavoura da soja, a despeito e por conta da ceifa que se processou sobre a “geografia dos camponeses do norte do Paraná” (Paulino, 2003).** Aqui, a diferenciação social que se processou entre os agricultores que conseguiram permanecer na terra trilhou dois caminhos básicos, o daqueles que ampliaram as dimensões das suas propriedades e o daqueles que permaneceram estagnados, com lotes de até 2,5 alqueires de extensão, mas produzindo soja com produtividades em níveis internacionais. Embora ambos tenham se mantido com um pé na lavoura, o grupo mais abastado se divide entre a terra e os negócios urbanos e o outro se altera entre a terra o assalariamento rural/urbano, fenômeno que suscita intensos debates na geografia sobre a reprodução ou a extinção de uma classe camponesa, debate que não coube nos limites desta pesquisa. **Embora se distingam nesse aspecto, a existência de ambos hoje pressupõe o recorrente subsídio do crédito estatal,** que por sua vez depende da ocorrência de condições macroeconômicas favoráveis, que são por excelência instáveis para o Brasil, resultando nos momentos de crise em nova rodada de expropriação e no deslocamento pra frente de contradições cada vez mais agudas e da sociabilidade do capital em âmbito global. **Esses desenvolvimentos nos levam pensar as possibilidades de continuidade da reprodução ampliada por meio dos ajustes espaciais e da ampliação da dívida pública.**

**Escolhemos os anos 1970 como recorte temporal para início da análise das transformações territoriais recentes no estado do Paraná por julgarmos que foi a partir dessa década que as formas do capital alcançaram um profundo grau de autonomização em território paranaense**, aprofundando lógicas que já vinham em desenvolvimento e impondo novas. Se nos EUA a modernização da agricultura acontecia desde os anos 1920 e no Brasil havia iniciado por volta dos anos 1950, no Paraná o principal impulso nesse sentido ocorreu em um período inferior a 5 anos, a partir de 1975. Em um curto período de tempo, no chamado “Norte do Paraná” milhares de contratos de parceria foram desfeitos, milhões de pés de café foram destruídos de acordo com a política do GERCA ou pelas geadas e milhares de propriedades deixaram de existir, sendo incorporadas a propriedades maiores, em um contexto onde a fronteira agrícola já havia encontrado os limites das fronteiras políticas. A produção das condições produtivas das novas lavouras requereu a formação de capital fixo em larga escala – suportada por meio do crédito subsidiado e da dívida pública – e representada na correção dos solos onde ela fosse necessária, na aquisição de máquinas, na construção de infraestruturas de produção, armazenamento, processamento, transporte e exportação. Em poucos anos as estruturas que contavam a história da reprodução capitalista baseada na lavoura cafeeira associada a uma policultura foi ceifada, deixando rastros esparsos na paisagem. Tal é o retrato das terras mecanizadas do “norte do Paraná” nos dias atuais, fruto de um processo consistente de aprofundamento da separação dos agricultores das terras e do agigantamento das condições materiais de produção que saltam aos olhos, e cujo fetiche maior é o preço que alcançam as terras agrícolas e o seu arrendamento nessa antiga região cafeeira.

**A concentração das condições produtivas em determinadas porções do espaço suscita o debate sobre a sua “valorização” e os mecanismos segundo os quais esse processo acontece.** A relativa “inércia” do movimento de concentração das infraestruturas, da propriedade da terra e das condições de transporte reflete a lógica do capital na superação das barreias produtivas que a si mesmo impõe. O fenômeno das médias e pequenas propriedades rurais mais produtivas do Brasil e das terras mais caras do país oculta à primeira vista qualidades novas do atual momento da reprodução do capital no campo. Se a concentração de condições produtivas e a conseqüente produtividade recorde das terras paranaenses justificariam ser o preço da terra mais elevado neste estado, o descolamento entre os preços das terras e dos seus arrendamentos e o preço das mercadorias produzidas nessas mesmas terras ilumina o



fato de que os proprietários ampliaram a porção de renda que conseguem obter nos arrendamentos ou na venda da terra. Se assim o fazem, é porque existe uma demanda que foi exacerbada, seja por produtores em busca de ampliar a sua escala e viabilizar o retorno econômico da sua produção e dos seus investimentos, que retornam em margens, seja pela ação de um seletivo e relativamente novo grupo de companhias (as imobiliárias agrícolas) dedicadas à aquisição e arrendamento de terras como forma de obter rendimentos para a valorização de somas imensas de capital fictício, ou ainda pela ação de imobiliárias urbanas que adquirem as terras para a construção e venda de lotes em condomínios fechados. De uma forma ou de outra, são capitais ociosos em busca de valorização fictícia e que acabam por gerar uma elevação também fictícia do preço das terras, tornando a sua valorização uma profecia quase auto-realizável.

**Dada a forma com que o capital fixo circula e toda a conjuntura política e econômica montada em volta do agronegócio brasileiro, além da conjuntura atual global para as commodities, é de se considerar que o movimento “inercial” e sua feição geográfica persistam no campo paranaense, mobilizando cada vez mais trabalho para o entorno das cidades de Maringá, Londrina, Curitiba, deixando um rastro de pequenas cidades fantasmas no interior do Paraná e tornando o preço da terra agrícola cada vez mais proibitivo aos trabalhadores.** Aos proprietários, as rendas aumentadas por todo o trabalho social incorporado ao solo ao longo de décadas continuarão a cair às suas mãos como dádivas da terra. Da febre da ocupação do “norte novo” do Paraná por volta dos anos 1930 até onde se pode enxergar a partir das projeções populacionais do IPARDES, ficará configurado um século de expropriação no Paraná. Embora enxerguemos **a continuidade desses processos de expropriação e ajuste pelo território, entendemos também que a sua condição de realização é cada vez mais dramática,** embora as saídas possam parecer infinitas e as crises percebidas apenas como recorrentes.

**Virtualmente o agronegócio brasileiro ainda dispõe de solos mais pobres na Amazônia a serem incorporados à produção de soja, sendo essa cultura muito mais flexível em relação às lavouras cafeeiras, por se tratar de uma cultura temporária.** No Paraná a soja tem se expandido sobre os solos menos propícios do arenito caiué na mesma velocidade com que sobem os preços dos arrendamentos no entorno de Maringá e Londrina. Em tese, a expansão ou a redução da sua oferta poderia ser feita de maneira menos traumática do que na lavoura cafeeira, contudo não existe a mesma plasticidade em relação às somas de dívidas contraídas para fazer funcionar tal produção. Além

desse aspecto, a demanda global por soja consegue se manter em relativa estabilidade dadas a demanda chinesa atual e os diversos usos da oleaginosa na alimentação humana e animal, embora não se possa ignorar em um horizonte mais dilatado os estímulos chineses ao plantio da soja e à pesquisa e o desenvolvimento de outras variedades de oleaginosas. Os problemas começam quando se olha para a viabilidade econômica da produção, atravessada por crédito e por subsídios estatais. A própria dinâmica econômica e geográfica da expansão das lavouras pode alterar a viabilidade da produção no Paraná em função do aumento da competitividade na região norte ou nordeste do Brasil, que tem se intensificado de maneira razoável nos últimos anos. Em escala global, a competitividade brasileira aumentou nos últimos anos em face do segundo maior exportador global, os Estados Unidos, em função formação de capital fixo na forma de infraestruturas logísticas no arco norte e em função da desvalorização cambial. **Mas resta se perguntar sobre as condições fiscais brasileiras para sustentar os subsídios a esse setor perante o cenário global que se desenha para os próximos anos.**

**A pandemia da COVID 19 encontrou o investimento na formação de capital fixo na produção de commodities em níveis históricos mínimos se considerados os últimos 20 anos.** Parte das razões para tal comportamento está no último ciclo de declínio de preços que se encerrou em 2016, numa longa correção após os excessos de 2008 e 2011-12, quando suas conseqüências se somaram a uma crise política no Brasil, impactando brutalmente a atividade econômica brasileira. A outra parte está na decisão de alguns países em reduzir e retirar os incentivos à produção de combustíveis fósseis vertendo recursos para o desenvolvimento de fontes de energias renováveis, processo que se acentuou logo após o surto pandêmico da COVID 19, quando a demanda energética global foi drasticamente reduzida. O retorno da atividade econômica puxado por uma brutal emissão de moeda pelos principais bancos centrais do mundo e por taxas de juros reais negativas no mundo desenvolvido gerou um efeito inflacionário de proporções só vistas nos anos 1970. No linguajar da economia um choque de oferta e um choque de demanda incidiram simultaneamente e se nos anos 1990 o dinheiro já havia subido aos céus, nas palavras de Robert Kurz, entre 2020 e 2022 ele certamente ultrapassou esses limites, indo a patamares inimagináveis logo após a crise de 2008, como atestam as dívidas públicas atuais ao redor do mundo. **Crescem as dívidas públicas ao redor do mundo e inflam-se também os preços das commodities nos mercados físicos. Nos mercados futuros, os efeitos são potencializados pela ação**

**dos grandes fundos globais buscando a proteção dos capitais sob gestão do efeito inflacionário por meio da compra de commodities.** Em dos seus últimos textos, Robert Kurz delineou as possíveis conseqüências do “fim do boom das matérias primas”, que de fato ocorreu nos anos que se seguiram ao texto. **Qual poderá ser o desfecho do novo ciclo recente de altas?**

**Do lado dos produtores, os investimentos têm se mantido baixos – apesar da recente capitalização – dada a memória da década passada. Do lado dos bancos centrais, especialmente o norte-americano, a expectativa é de fazer a economia global pós COVID 19 arrefecer em um “pouso suave”.** Embora o grande passivo econômico do combate à pandemia da Covid 19 tenha ficado na mão dos Estados nacionais, aumentos drásticos nas taxas de juros para conter o processo inflacionário reduziriam significativamente o estoque de riqueza fictícia global e aumentar as dívidas atreladas às taxas de juros, especialmente das famílias de maior poder aquisitivo nos EUA e das suas empresas menos rentáveis, colocando-as em aguda situação de insolvência, tornando-se incapazes de fazer frente aos seus compromissos financeiros. **Repetindo o gesto de 2008, o nexu Estado-finanças do qual fala David Harvey – a reunião de interesses do mercado no coração do Estado nas figuras do Federal Reserve e da Secretaria do Tesouro norte-americano – tem tomado a direção de um aperto suave na política econômica deixando na mão das classes trabalhadoras ao redor do mundo a conta a ser paga via imposto inflacionário que poderá se encarregar de corroer as dívidas públicas ao longo do tempo,** lançando milhões de famílias ao redor do mundo a condições mínimas de subsistência. O conflito no leste europeu e a aproximação entre a Rússia e China na formação de uma possível zona monetária asiática, assim como a realocação de plantas industriais da China para outros países, além da insistência de países como a Alemanha e a China no processo de descarbonização, **aumentam as dúvidas sobre um arrefecimento de preços em um horizonte curto e nas condições para a retomada do crescimento das economias nacionais.** A recessão seria um remédio possível que se deseja evitar.

**Nas terras sob o trópico sul, reavivam-se timidamente as perspectivas de crescimento econômico por ser o Brasil um país primário exportador por excelência. O comportamento da dívida pública e do PIB tem minado o pessimismo de curto prazo dos analistas econômicos, dada a alta do preço das commodities, o que em tese daria sobrevida às políticas para o agronegócio financiadas via dívida pública.** Na produção de soja, os grandes produtores estão mais

capitalizados do que nunca, com a sua moeda de troca supervalorizada, e redobram sua vigília em torno do aumento da fatia do orçamento destinada ao plano de safra. Os preços da terra e dos arrendamentos acompanharam tal dinâmica e seria um esforço de otimismo enxergar uma reversão da tendência à concentração das terras e dos meios de produção em geral na agricultura, e à destruição dos recursos naturais. **A monopolização das terras e da capacidade logística por um punhado de companhias – cujos exemplos abundam no Brasil – poderia até aliviar as irracionalidades causadas pela competição, mas geraria tantos outros problemas. A feição da superfície da terra pode ser refeita, mas não sem que contradições maiores se ergam à frente.**

A partir dos anos 1970, no Paraná, estruturas produtivas antigas que haviam dado suporte à reprodução do capital foram destruídas e substituídas por outras, num processo de “valorização” do espaço que revela a sua natureza de não ser meramente aditivo, e sim contraditório, podendo inclusive desaguar em uma desvalorização inerente à lógica capitalista. No caso paranaense, casas, terreiros, tulhas, pomares, galinheiros, currais desapareceram e deram lugar a estruturas exponencialmente maiores e mais produtivas, que, no entanto, põem novos limites à reprodução ampliada do capital, seja por condicionarem o uso futuro da terra a formas muito específicas ou por implicarem no aumento da taxa de composição orgânica do capital. **Os processos automatizados da agricultura de precisão, que incrementam a produtividade e a extração de mais valia relativa, também podem ser lidos no mesmo sentido.** Dessa forma, sob o jugo do tempo médio socialmente necessário, o “espaço” pode ser posto como **carcaça, sucata do tempo do capital** e não como o seu corpo. No território paranaense da soja, por uma série de processos apresentados ao longo deste texto, os preços dão a aparência de uma “valorização” contínua do espaço. **Nas condições conjunturais atuais que se põem ao Brasil, aparentemente, o grande território sojicultor que foi produzido no último meio século afastou de si a aparência de que a economia brasileira se sustenta sobre “pés de barro”, para usar uma expressão de Robert Kurz.**

**A história, porém, mostra como territórios inteiros se apagaram e outros tantos se acenderam aos desígnios do capital. A falência de Detroit** revela o que a magnitude da corporeidade física do capital insiste em esconder sob o véu do fetiche: as crescentes contradições da reprodução do capital em escala global comandada pelas

formas do capital a juros e do capital fictício, produzindo a cada quadra histórica novos impasses.

**A concorrência de outras regiões produtoras de soja em nível global pode levar décadas para assombrar as pujanças paranaense e brasileira. Já as condições econômicas do Estado brasileiro para a sustentação desse circuito de valorização amparado nos ciclos de *commodities*, na expansão territorial e na dívida pública parecem ter vida mais curta se olharmos a história, mas não cabe aqui e nem poderia ser o objetivo desta pesquisa fechar um prognóstico em relação a isso.** Essas foram questões suscitadas ao longo do processo de pesquisa. A recorrência das crises capitalistas não nos autoriza a falar em crises cíclicas, pois sempre abertas, ampliadas e com formas de manifestação distinta. A dívida pública alcança profundidades inimagináveis há apenas dez anos atrás, quando aqueles montantes já eram lidos por alguns teóricos da crise como insustentáveis. Ajustes de todas as naturezas são cada vez mais dolorosos e para onde se olhe é possível enxergar soluções localizadas e provisórias, como no caso da própria Detroit, mas com uma dose de barbárie maior do que as vistas até então. **As condições ambientais se põem como ingrediente novo no período atual, ainda que a criação de derivativos climáticos ao redor do mundo possa tentar emular a sensação de controle e estabilidade das condições de reprodução do capital em face dos profundos desequilíbrios ambientais.**

**Recuamos aos anos de 1970 para buscar explicações para as transformações territoriais recentes que víamos ao chegarmos em 2016 no estado do Paraná e decifrar o enigma inscrito na sua paisagem ajardinada, que a nós se apresentou, no alvorecer desta caminhada de pesquisa, como uma imensa coleção de mercadorias a atestar a pujança e a estabilidade do seu agronegócio e das suas lavouras de soja.** Buscamos o quanto possível ir além, no tempo e no subterrâneo da sua geografia, tentando ler seus “documentos palimpsestos”, como lhe costumam chamar o professor Manoel Fernandes, para enxergar além dessas fantasmagorias. Encontramos um território desenhado a pincel pelo capital, comandado na quadra histórica atual pelas formas desenvolvidas do capital a juros e do capital fictício.



## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Aparecida Eliete Pinto. **O café no Norte Pioneiro do Paraná**. Produção Didático-Pedagógica, PDE. Jacarezinho: SEED, 2013.

ALMEIDA, Letícia Leal de. **Regionalismo paranaense: do Esboço de uma sinopse de história regional do paraná à História do Paraná (1951-1969)**. 2016. 125 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Direito e Cidadania) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, Ponta Grossa, 2016.

AZERÊDO, Raoni F. **Agronegócio Cooperativo da Coamo: territorialização, poder e controle**. São Paulo: UNESP, 2016.

AZERÊDO, Raoni F. CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa. **Rev. NERA**. Presidente Prudente v. 21, n. 45, pp. 72-93 Dossiê - 2018 ISSN: 1806-6755.

BALHANA, Altiva Pilatti. Política imigratória do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, BADEP, (12), 65-80, mai/jun, 1969.

BALHANA, Altiva P.; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília M. **Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno**. Boletim da UFPR, Curitiba: Departamento de História, no. 7, 1968.

BARTHELMESS, Artur. Ocupação e organização do Paraná Velho. **Boletim Geográfico**. Curitiba, AGB, (7), 42-63, maio, 1962.

BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, IBGE, nº 4, pp 427-56, mai/jun, 1953.

BERNARDES, Lyzia Maria Cavalcanti. O problema das frentes pioneiras no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, IBGE, nº 5, pp 334-84, jul/set, 1953.

BERTRAND, Jean-Pierre; LAURENT, Catherine; LECLERCQ, Vincent. **O mundo da soja**. São Paulo: HUCITEC/Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BOING, L. **Vale do Ivaí: conflitos e ocupação das terras regionais**. Produção Didático-Pedagógica, PDE, 2007. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/582-4.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Atlas: Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: Laboratório de Geografia Agrária/FFLCH-USP, 2017. (Revisado em 2019).

BONATO, E. R.; BONATO, A. L. V. **A soja no Brasil: história e estatística**. Londrina: EMBRAPA-CNPSO, 1987.

CAETANO BACHA, C., STEGE, A., HARBS, R.. Ciclos de preços de terras agrícolas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, 25, Abr. 2017. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1201>>. Acesso em: 22 Out. 2019.

CAMPOS, Margarida Cassia Campos. Modernização da agricultura, expansão da soja no Brasil e as transformações socioespaciais no Paraná. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 6, n. 1, 161-191, jun/2011.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafecultura paranaense – 1900/1970**. Curitiba: CRAFIPAR, 1981.

CARVALHO, M. S. **A produção de café no Paraná**. 1991. Tese (Doutorado em Geografia)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

CELLA, Thiana Nunes. O romance histórico paranaense: perspectivas e pluralidades, primeiras impressões. **Revista ENTRELETRAS** (Araguaína), v. 11, n. 1, jan./abr. 2020 (ISSN 2179-3948 – *online*)

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. São Paulo: Edanee, 1975.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Estado, Capital e a farsa da expansão do agronegócio. **MERIDIANO – Revista de Geografia**, número 2, 2013 – versão digital. Buenos Aires.

DA SILVA, José Graziano. A estrutura agrária do estado do Paraná. **Revista paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, nº 87, jan/abr., 1996, p. 175-195.

DELGADO, Guilherme. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone; UNICAMP, 1985.

\_\_\_\_\_. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio. Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/PGDR, 2012.

DENEZ, Cleiton C. A dinâmica populacional na região de Ivaiporã/PR (1970-2010). **Revista Geografar**, Curitiba/PR, v. 6, n. 2, p.130-50, dez, 2011.

DENEZ, Cleiton C.; QUIEZI, Simone Aparecida. Território do Ubá: conflitos e territorialidades entre os rios Ivaí e Corumbataí/PR. **InterEspaço**, Grajaú/MA, v. 4, n. 14 p. 218-39, maio/ago, 2018.



DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo: Por que oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

EMBRAPA. **Mapa de Solos do Brasil.** 2011.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização Tecnológica da Agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70.** Curitiba: Livraria do Chain, 1988.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do cerrado. Expansão dos Fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos.** Tese de doutoramento pelo Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

FUNDAÇÃO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **O trabalho rural volante no Estado do Paraná.** Curitiba: IPARDES, 1978, p.46.

GARBOZZA, Gustavo Davi. **Colonização do Paraná.** Produção Didático-Pedagógica, PDE. Curitiba, 2008.

GASQUES, J. G.; BASTOS, E. T.; VALDES, C. Preços da terra no Brasil. In: CONGRESSO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. **Amazônia, mudanças globais e agronegócios: o desenvolvimento em questão.** Rio Branco, AC: Sober, 2008. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/106106/2/587.pdf>>.

GAZETA DO POVO. **“Mapa mostra preço das terras agrícolas no Paraná”.** 2017. <https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/mapa-mostra-preco-das-terras-agricolas-no-parana-49i2ndoj7vlug8w6wgz6hyxyq/>. Acesso em: 10/11/2019.

GERMER, Claus. **O sistema de crédito e o capital fictício em Marx.** Ensaios FEE, Porto Alegre. 179-201,1994.

GIBBON, Peter. **Commodity Derivatives: Financialization and Regulatory Reform.** Danish Institute for International Studies, 2013, [www.jstor.org/stable/resrep13319](http://www.jstor.org/stable/resrep13319). Accessed 5 May 2021.

GOLDFARB, Yamila. **Financeirização, poder corporativo e expansão da soja no estabelecimento do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o caso da Cargill.** (Tese de Doutorado). Departamento de Geografia/FFLCH/USP. 2013.

GOMES, Helder (Org.) **Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea.** 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

GONÇALVES, José Sidnei. Crise agrária no desenvolvimento capitalista: fugindo da aparência na busca da essência. **Informações Econômicas**, SP, v.33, n. 11, nov. 2003.

GUTTMANN, Robert. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 82, p. 11-33, Nov. 2008. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-)

33002008000300001&lng=en&nrm=iso>. access on 04 May 2021. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002008000300001>.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

HASSE, Geraldo. **A rainha do agronegócio: a história da soja no Brasil**. Ribeirão Preto: Editora Coruja, 2011.

HUDSON, M. From Marx to Goldman Sachs: the fictions of fictitious capital, and the financialization of industry. *Critique*, v. 38, n. 3, p. 419-444, 2010.

IBGE. **Censo Agropecuário: 2017: Resultados Preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. **Pesquisa Agrícola Municipal (PAM)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Estado do Paraná : Regiões Geográficas**. 2008.

MAACK, Reinhard. **Mapa Fitogeográfico do estado do Paraná**. Curitiba: IBPT, 1950.

**Marcos Ruppelt, André Brum Missaggia, Bruno Miranda dos Santos e Franco da Silveira**, «Análise da crise do Subprime e os derivativos de crédito nos Estados Unidos da América», *Espaço e Economia* [Online], 13 | 2018, posto online no dia 03 dezembro 2018, consultado o 24 abril 2021. URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/4342>; DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.4342>

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda: inflação e desemprego**. Trad. Mario R. da Cruz. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Os Economistas).

KIRT, Benno Bernardo. **Anuário brasileiro da soja 2003**. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2003.

LECLERCQ, V.; LAURENT, C.; BERTRAND, J. P. **O mundo da soja**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1987.

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, 1980.

\_\_\_\_\_. **As migrações internas no contexto do capitalismo no Brasil: a microrregião “Norte Novo de Maringá” – 1950/1980**. Tese (Doutorado em História). São Paulo 1988.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Esboço de uma sinopse da historia regional do Paraná. In. **Separata do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná**. Curitiba, jul. 1951, p. 8.

MALASSISE, Regina L. S. **O comportamento do preço da terra agrícola: uma análise espacial para o estado do Paraná**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas. 2014.

MALASSISE, Regina L. S.; PARRÉ, José L.; FRAGA, G. J.. O Comportamento do Preço da Terra Agrícola: um modelo de painel de dados espaciais, **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, Vol. 53, Nº 04, p. 645-666, Out/Dez 2015.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. **A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção da historiografia regional do Paraná no território acadêmico: 1928-1953: do poema ao modelo historiográfico**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História. 2013.

MARQUES, Pedro V; MARTINES-FILHO, João G.. “Mercado futuro possibilita administrar riscos de preços”. ESALQ/USP. Piracicaba, **VISÃO AGRÍCOLA** Nº5 JAN | JUN 2006, p. 146-149.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro III. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

MEDEIROS, Marlon Clovis. **A geografia econômica do setor agroalimentar brasileiro: investimentos, recursos ociosos e dinâmica cíclica (1990 - 2007)**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/T.8.2009.tde-02122009-113643. Acesso em: 2019-10-22.

MELLO, Guilherme Santos. Análise crítica do papel das inovações financeiras na crise do subprime. **Econ. soc.**, Campinas , v. 27, n. 3, p. 825-851, Dec. 2018 . Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-06182018000300825&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182018000300825&lng=en&nrm=iso). access on 04 May 2021. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2018v27n3art5>.

MELLO, Guilherme Santos; ROSSI, Pedro. Do dinheiro ao capital fictício. **Revista Cult**, Ed 228, 05 de outubro de 2017. <https://revistacult.uol.com.br/home/do-dinheiro-ao-capital-ficticio/>

MERCER, Toca. **Um livro só para nós**. Do autor, 1978.

MINEROPAR. **Mapa geológico e geomorfológico do Paraná**. <http://www.mineropar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=12>. Acesso em 15/05/2017.

MOLLO, M. L. R. (2011) "Capital fictício, autonomia produção-circulação e crises: precedentes teóricos para o entendimento da crise atual", **Economia (Brasília)**, v. 12, pp. 475-496.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Crédito, capital fictício, fragilidade financeira e crises: discussões teóricas, origens e formas de enfrentamento da crise atual. **Econ. soc.**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 449-474, Dec. 2011. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-06182011000300001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182011000300001&lng=en&nrm=iso)>. access on 04 May 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182011000300001>.

MONBEIG, Pierre. A Zona Pioneira do Norte do Paraná. **Geografia**, AGB, São Paulo, nº 3, ano 1, 1935.

\_\_\_\_\_. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/ Polis, 1984.

MORAES, A. C. R. O sertão: um “outro” geográfico. **Terra Brasilis**, [Online], 4 - 5 | 2003.

\_\_\_\_\_. **Geografia Histórica do Brasil: Capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Ed. Annablume, 2011.

MORO, Dalton Áureo. **Substituição de Culturas, modernização Agrícola e Organização do Espaço Rural, no Norte do Paraná**. Tese de Doutorado, UNESP, Rio Claro, 1991.

MOTA, Lúcio Tadeu. **A Construção do "Vazio Demográfico" e a Retirada da Presença Indígena da História Social do Paraná**. 1992. <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/70520>. Acesso em: 15/08/2019.

MÜLLER, Nice Lecocq. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. **Revista Geografia**. Londrina, v. 10, n. 1, 2001.

MUNICÍPIO DE LOANDA. Plano Diretor Municipal. **Avaliação temática integrada**. Loanda: 2006.

OLIVEIRA, Gesner; TUROLLA, Frederico. Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 195-217, Nov. 2003. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702003000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200008&lng=en&nrm=iso)>. access on 23 Oct. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702003000200008>.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PALLUDETO, Alex Wilhans Antonio. **OS DERIVATIVOS COMO CAPITAL FICTÍCIO: Uma interpretação marxista**. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2016.

PALLUDETO, Alex W. A; ROSSI, Pedro. O capital fictício: revisitando uma categoria controversa. **Texto para Discussão**. Unicamp. IE, Campinas, n. 347, ago. 2018.

PALLUDETO, Alex W. A; ROSSI, Pedro. O capital fictício: reinterpretação de uma categoria controversa. **Anais do 43º ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA**. 2015. Florianópolis (SC). [https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files\\_Ii2-d573cec0e0e89005ffd2b1171a4a50d6.pdf](https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_Ii2-d573cec0e0e89005ffd2b1171a4a50d6.pdf)

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e vida: a geografia dos camponeses no Norte do Paraná**. Tese de Doutorado. Unesp, Rio Claro, 2003.

PAULINO, Eliane Tomiasi; KRÜGER, Cristiane do Roccio. Agricultura empresarial e produção camponesa no contexto das disputas territoriais recentes: o caso paranaense. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**. Maringá, v. 32, n. 1 p. 97-107, 2010.

PAZ, Leandro. **Mercados Futuros: como vencer operando futuros**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PINHEIRO MACHADO, Brasil. **Sinopse de história regional do Paraná**. Curitiba: Instituto de História e Geografia do Paraná, 1951.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

PRESA, Rosecleia Burei. **Intercooperação cooperativa ou relação de subordinação? Estudo das relações Coamo e Credicoamo**. LARANJEIRAS DO SUL (PR): UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, 2019.

PRIORI, Angelo. Legislação e política fundiária no estado do Paraná (1889-1945). **Sæculum, Dossiê História e Questão Agrária**. João Pessoa, n° 26 - jan./jun. 2012, p. 133-47.

REYDON, Bastiaan. **Mercados de terras agrícolas e determinantes de seus preços no Brasil: um estudo de casos**. 1992. 322f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285705>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

ROCHA, Eliza Emilia R. B. **O Cooperativismo agrícola em transição: dilemas e perspectivas**. Tese de Doutorado em Ciências Econômicas. Campinas, UNICAMP, 1999.

ROSSI, Pedro. **O Capital Fictício No Século XXI**. 29 de maio de 2014. Blog: <https://pedrorossi.org/o-capital-ficticio-no-seculo-xxi/>

SEAB/DERAL. **Valor bruto da Produção**. Paraná. 2020.

SERRA, Elpídio. Conflitos rurais no Paraná: como foi que tudo começou. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 28, n. 1, p. 75-89, 2010.

\_\_\_\_\_. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná.** Tese (Doutorado em Geografia). Rio Claro: UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná. **Boletim de Geografia – UEM – Ano 10 – número 01.** Ano 1992.

SERRA, Elpidio. Reflexões sobre a origem da crise agrária no norte do Paraná. **Boletim de Geografia.** 19(1), 45-58 (2001).

SERVO, Fábio Ribeiro. Evolução do crédito rural nos últimos anos-safra. **Nota Técnica.** Carta de Conjuntura. 43. IPEA. 2º trimestre de 2019.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. A ciência geográfica e a construção do Brasil. **Terra Livre,** São Paulo, n.15, p.9-20, 2000.

\_\_\_\_\_. **Planos para o Império:** os Planos de Viação do Segundo Reinado (1869-1889). São Paulo: USP, 2004. Tese de Doutorado.

SOUSA, **Silvio Braz de; FERREIRA JUNIOR , Laerte Guimarães; MIZIARA, Fausto; MORAIS, Hugo Arruda de.** « Crédito Rural no Brasil: evolução e distribuição espacial (1969 – 2016) », *Confins* [En ligne], 45 | 2020, mis en ligne le 30 mai 2020, consulté le 06 juin 2022. URL : <http://journals.openedition.org/confins/29836> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.29836>.

SOUZA, Rebecca Borrozzino; PAULINO; Eliane Tomiasi. **Dinâmica do preço da terra agrícola no município de Londrina-PR.** 26º Encontro Anual de Iniciação Científica, Universidade Estadual de Londrina, 2017.

## **REFERÊNCIAS**

TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (re) ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional.** Maringá: Eduem, 1999. p.51-85.

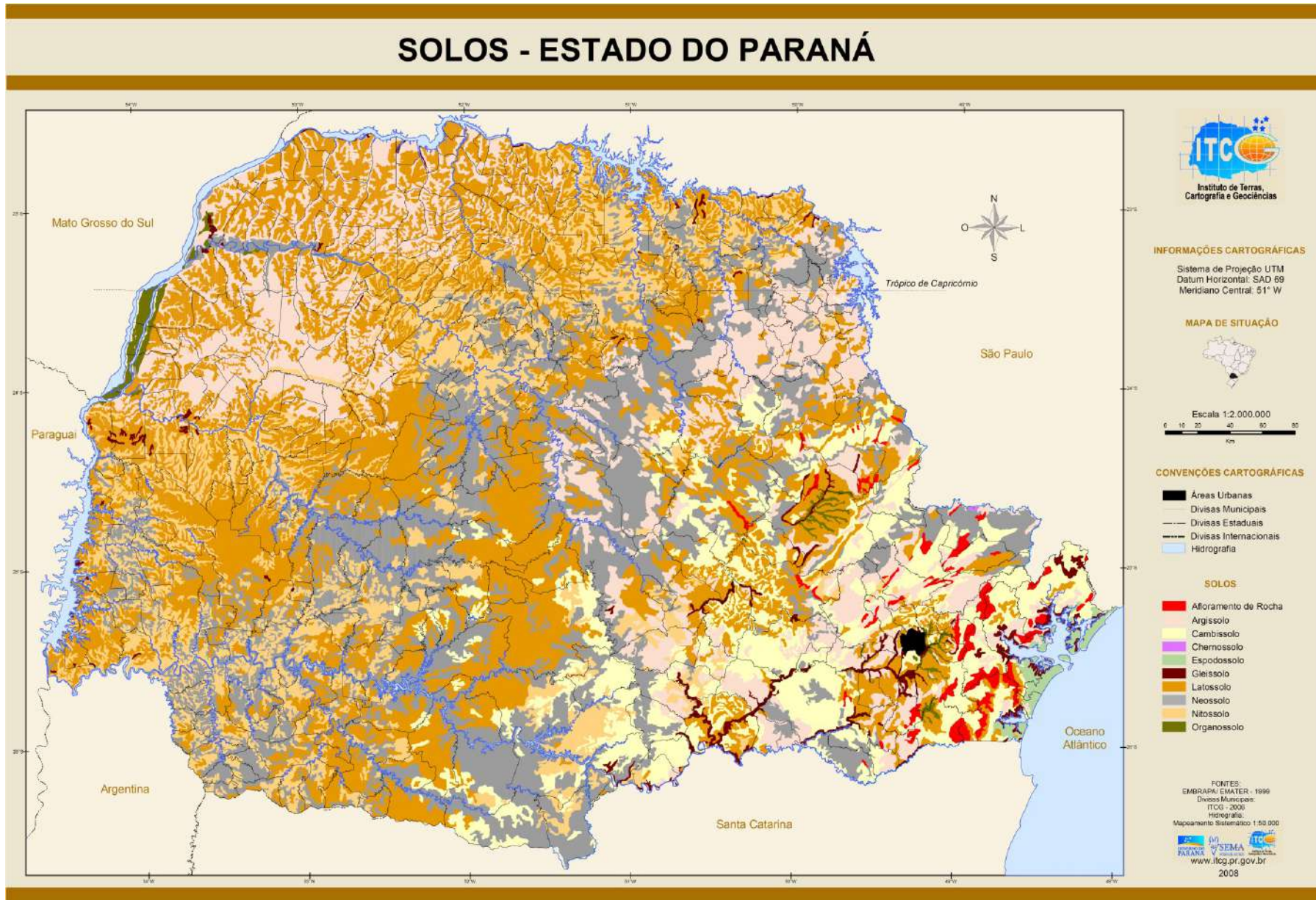
TOMAZI, Nelson Dacio. **“Norte do Paraná”: história e fantasmagorias.** Curitiba: UFPR, 1997. UFPR. Tese de Doutorado.

WESTPHALEN, Cecília. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. **Boletim do departamento de história da Universidade Federal do Paraná.** Curitiba, n. 7, p. 1-62, 1968.

## **ANEXOS**

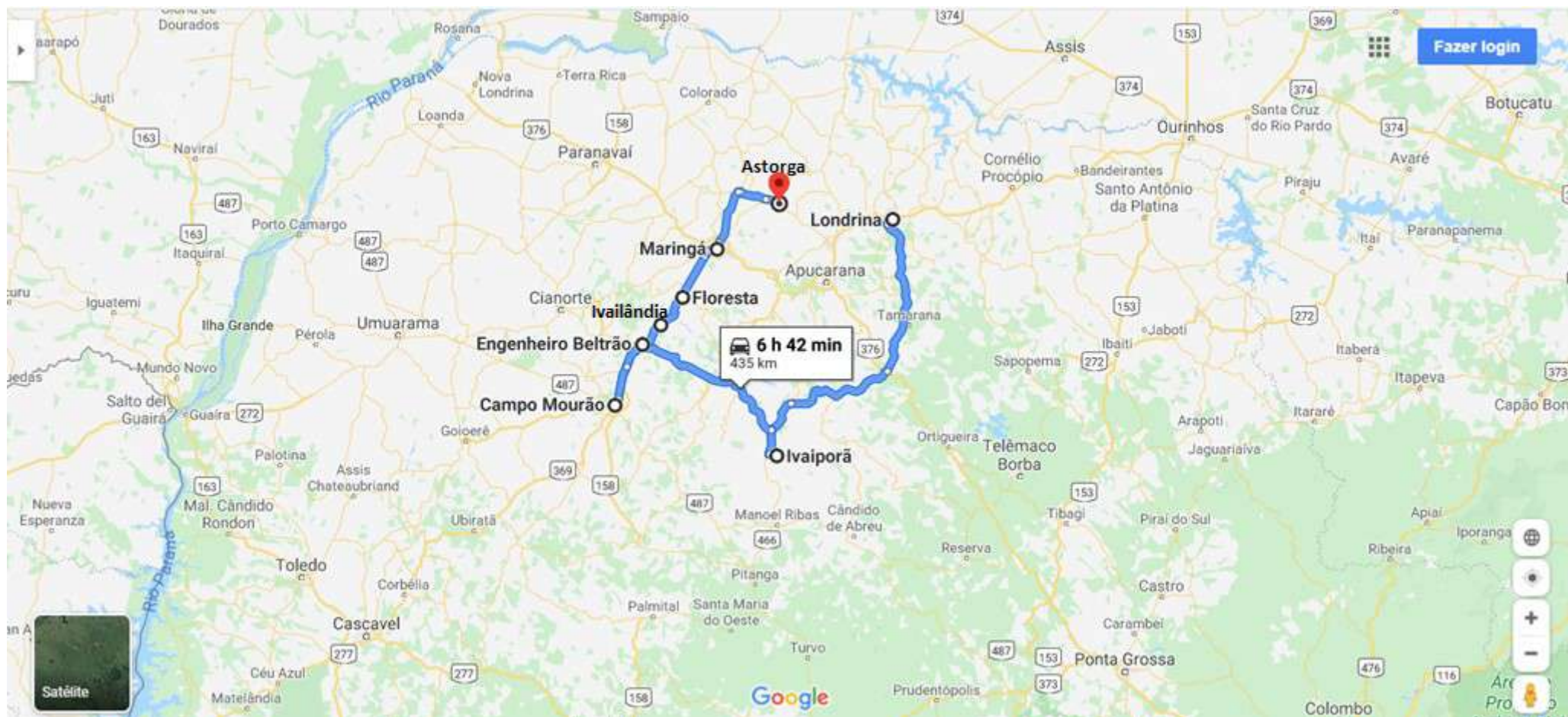


Mapa 08: Solos do Estado do Paraná.



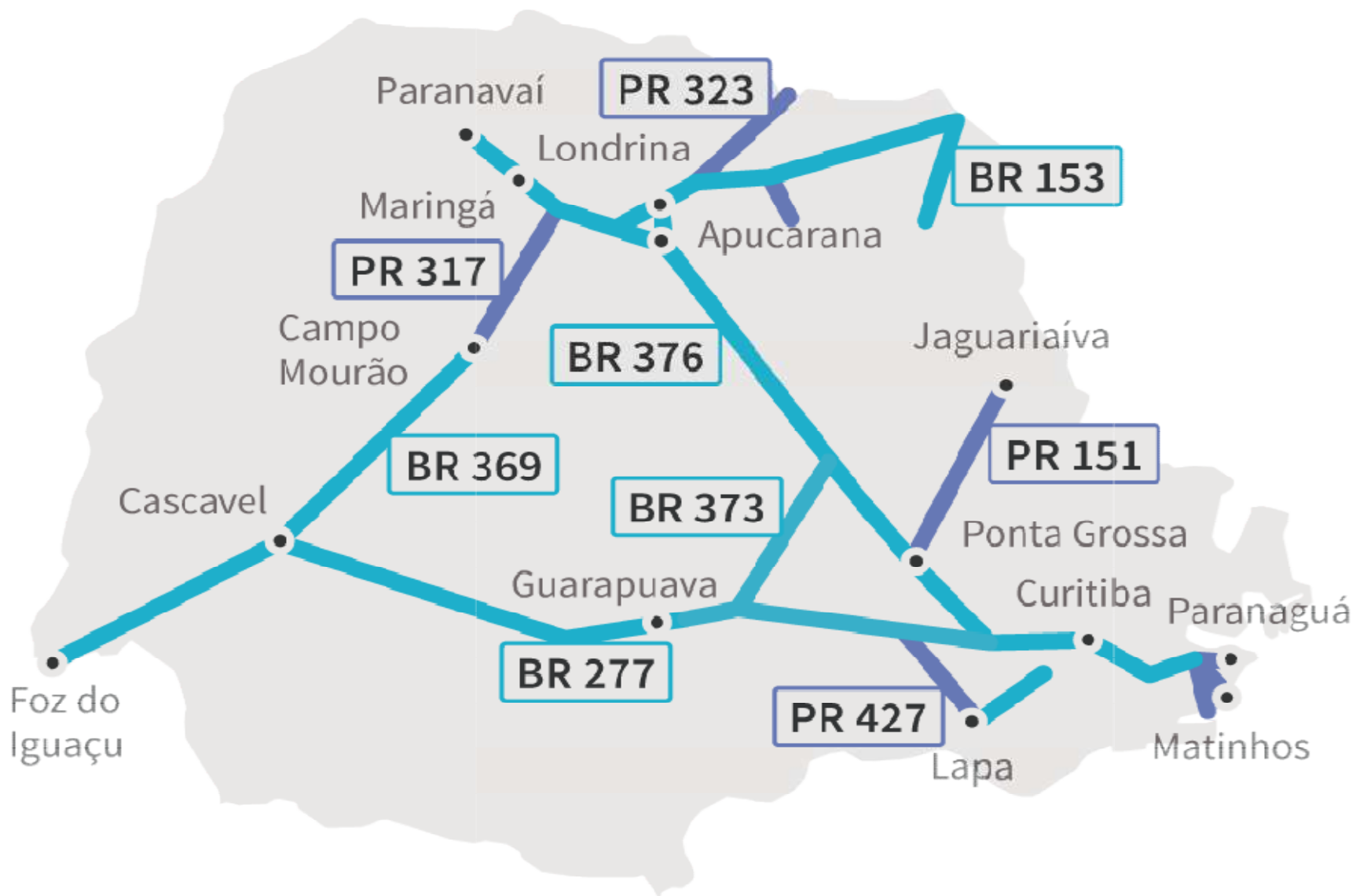


**Figura 35:** Municípios visitados durante a pesquisa de campo.



**Fonte:** Elaborado com auxílio do Google Maps, 2020.

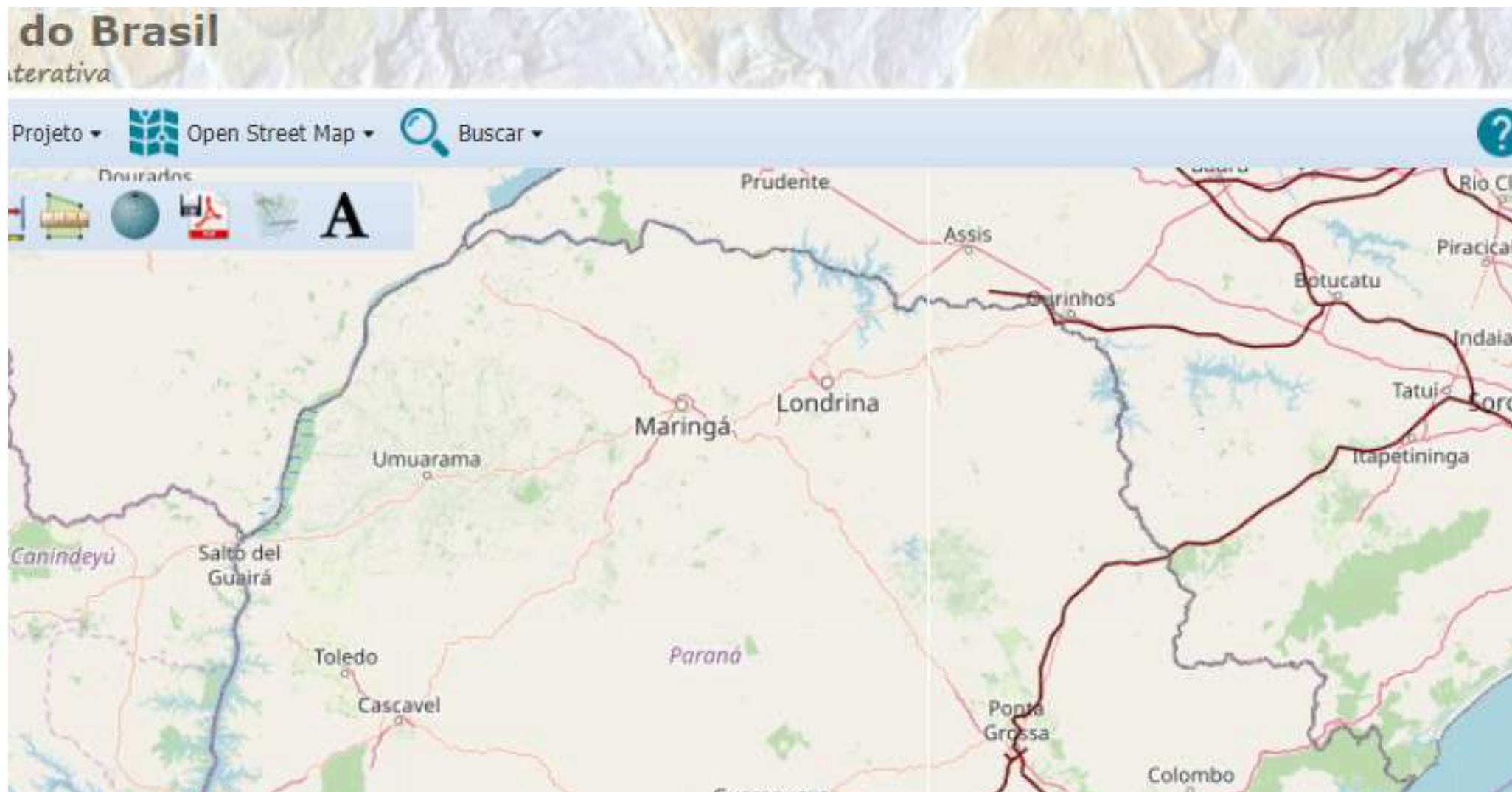
**Figura 22:** Rodovias federais e estaduais com pedágios no Paraná, 2020.



Fonte:

<https://infograficos.gazetadopovo.com.br/transporte/pedagios-parana-mapa-e-tarifas/>.

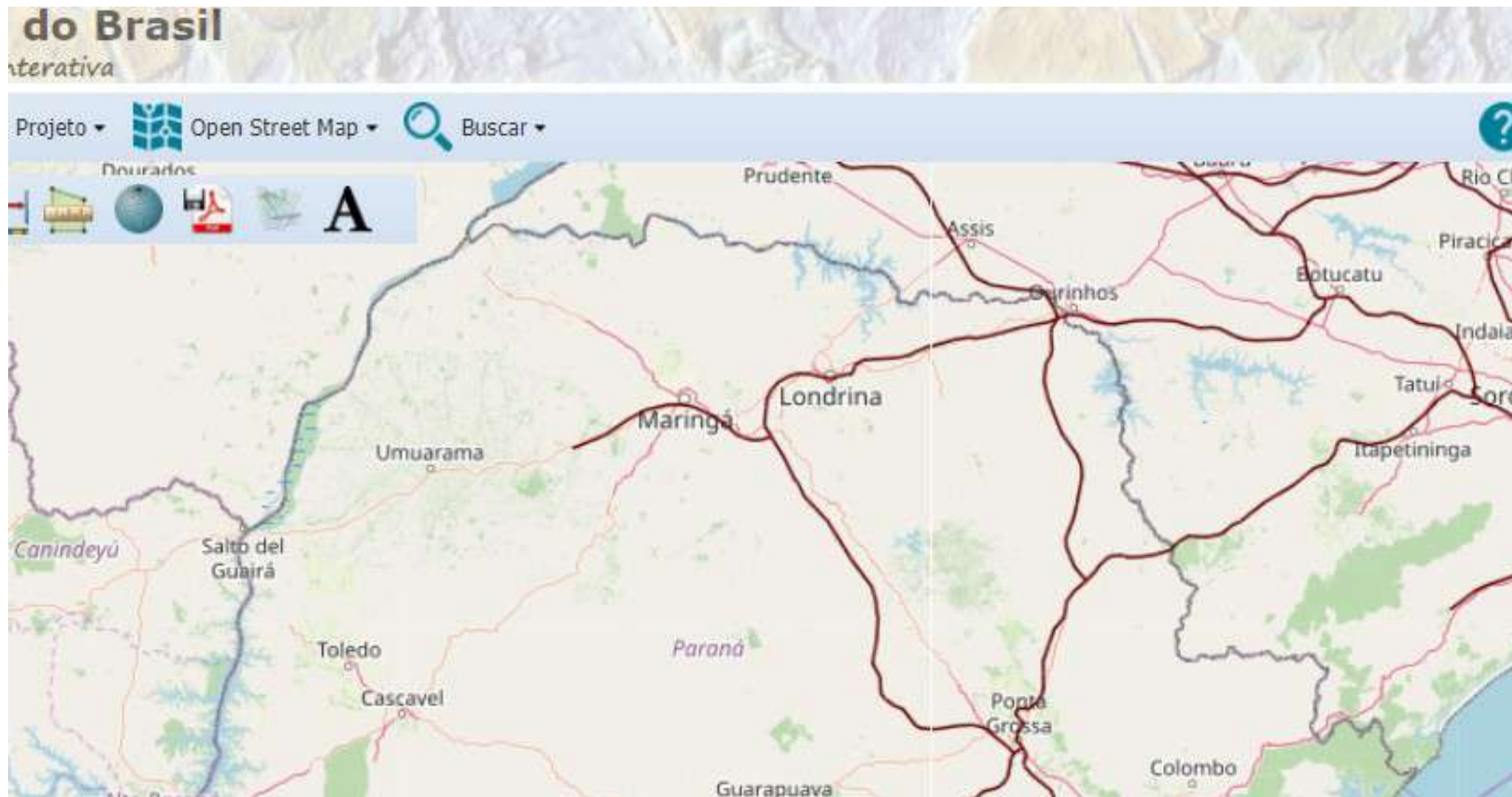
**Figura 23:** Ferrovias no Paraná em 1910.



**Fonte:** Atlas Nacional Digital do Brasil. IBGE: 2010. Elaboração do autor.

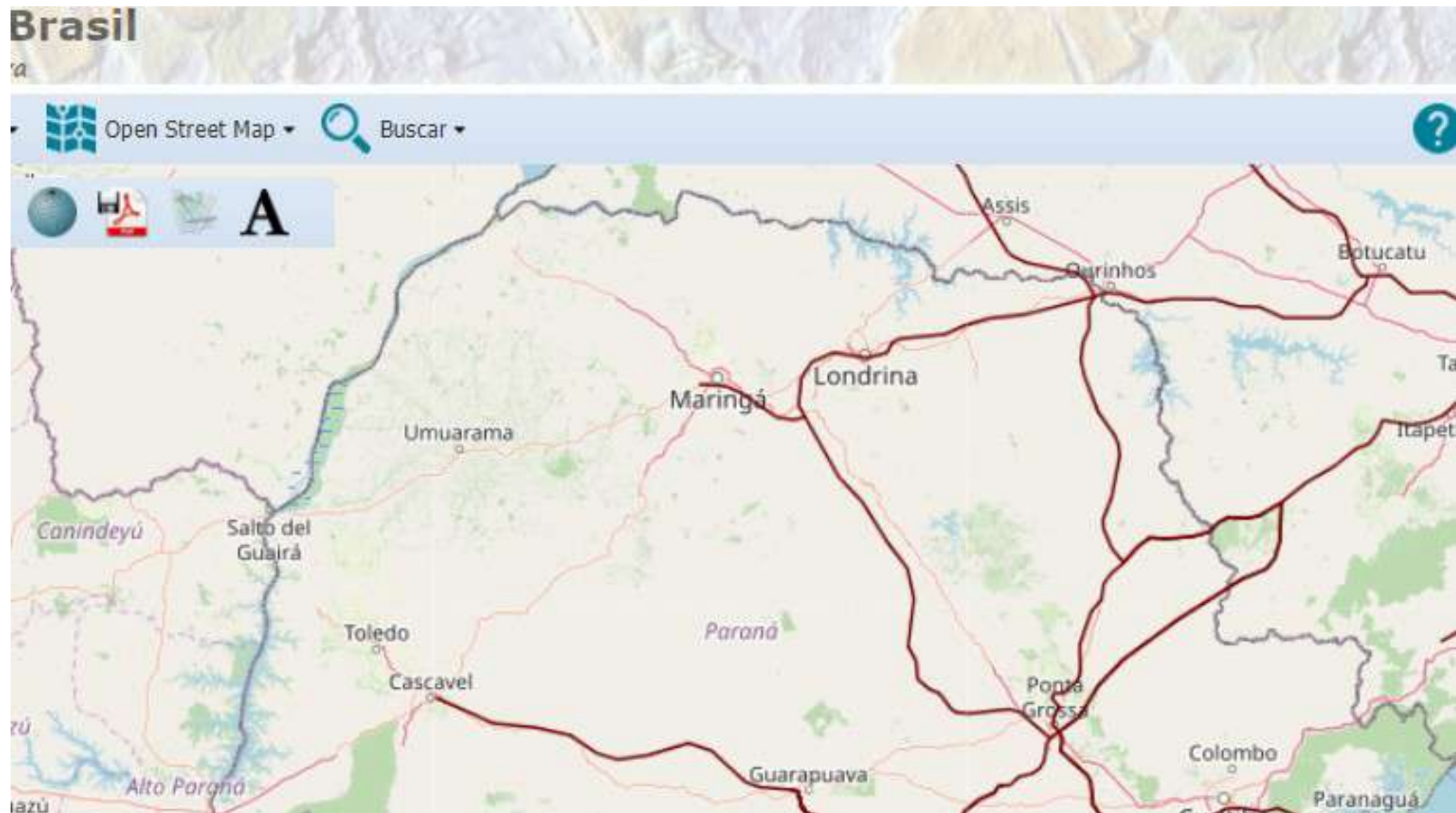


**Figura 24:** Ferrovias no Paraná em 1964.



**Fonte:** Atlas Digital Nacional. IBGE: 2010. Elaboração do autor.

Figura 25: Ferrovias no Paraná em 2007.



Fonte: Atlas Digital Nacional. IBGE: 2010. Elaboração do autor.

Figura 26: Projeto de Expansão da Ferroeste.



Fonte: <http://www.ferroeste.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=132>, acesso em 10/01/2020.



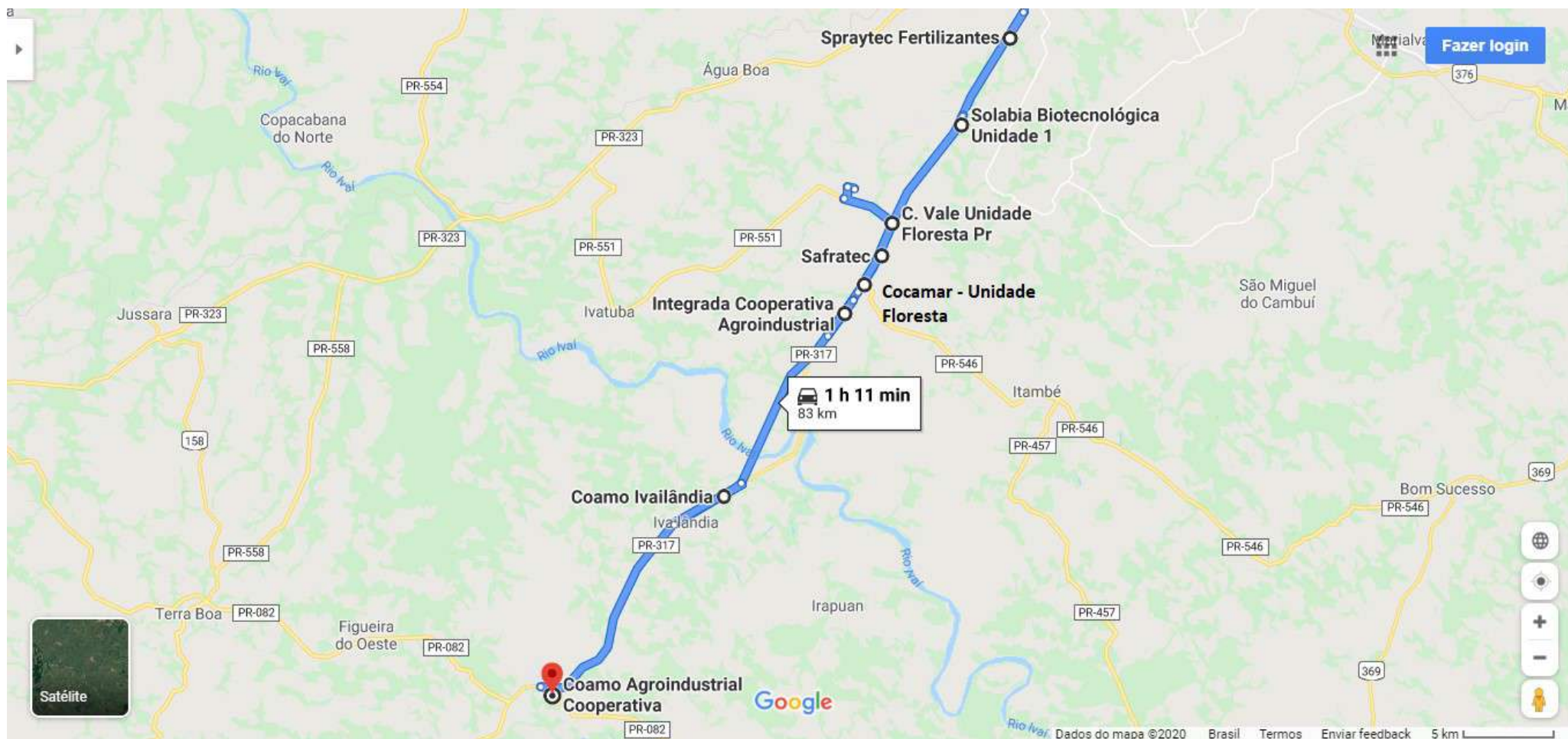
**Foto 03:** Vagões da Rumo Logística fazendo o transporte de grãos de milho na cidade de Maringá – PR, 2019.



**Fonte:** Foto do autor. Julho de 2019.



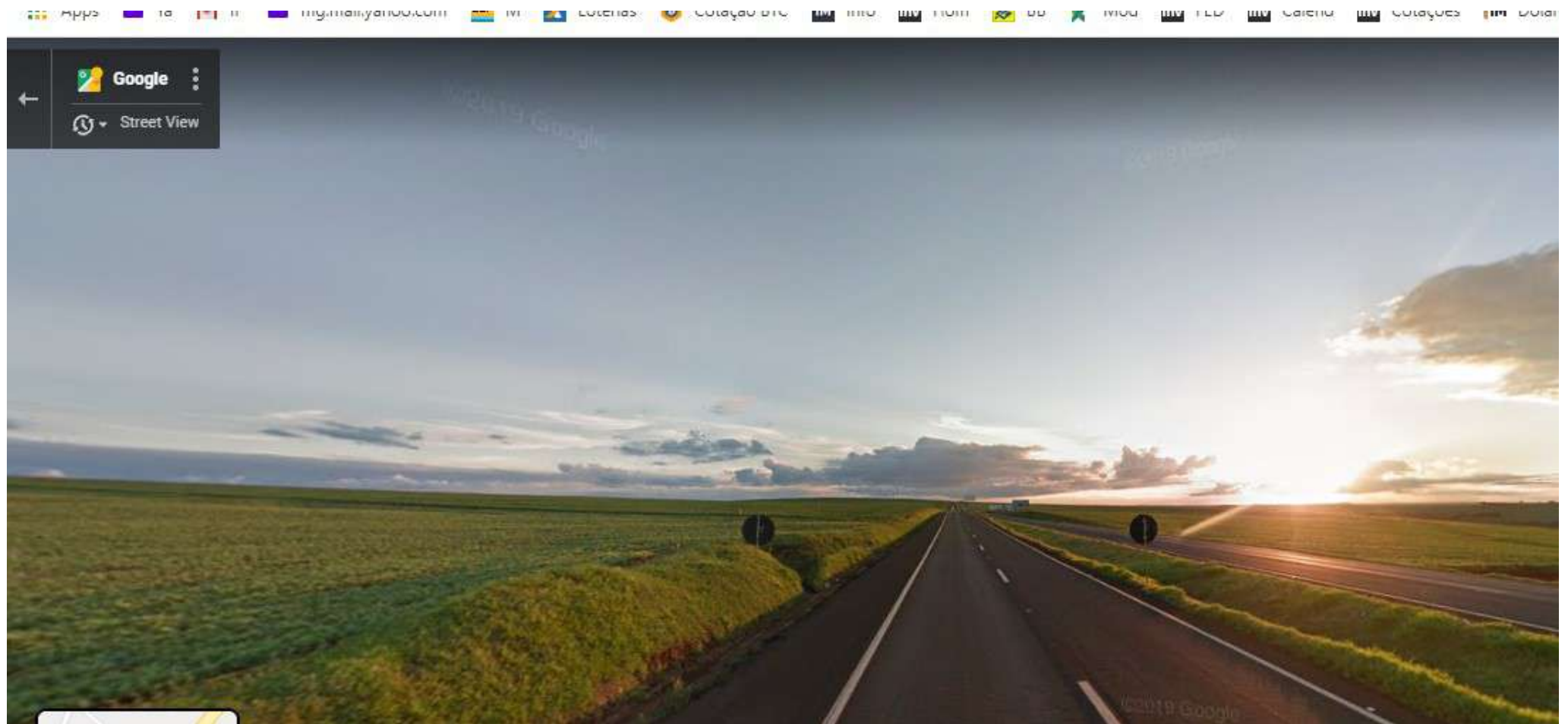
**Imagem 01:** Empresas de Pesquisa Biotecnológica e Química e Cooperativas Agroindustriais situadas na PR-317 entre os municípios de Maringá e Engenheiro Beltrão.



**Fonte:** Google Maps, 2020. Elaboração do Autor.

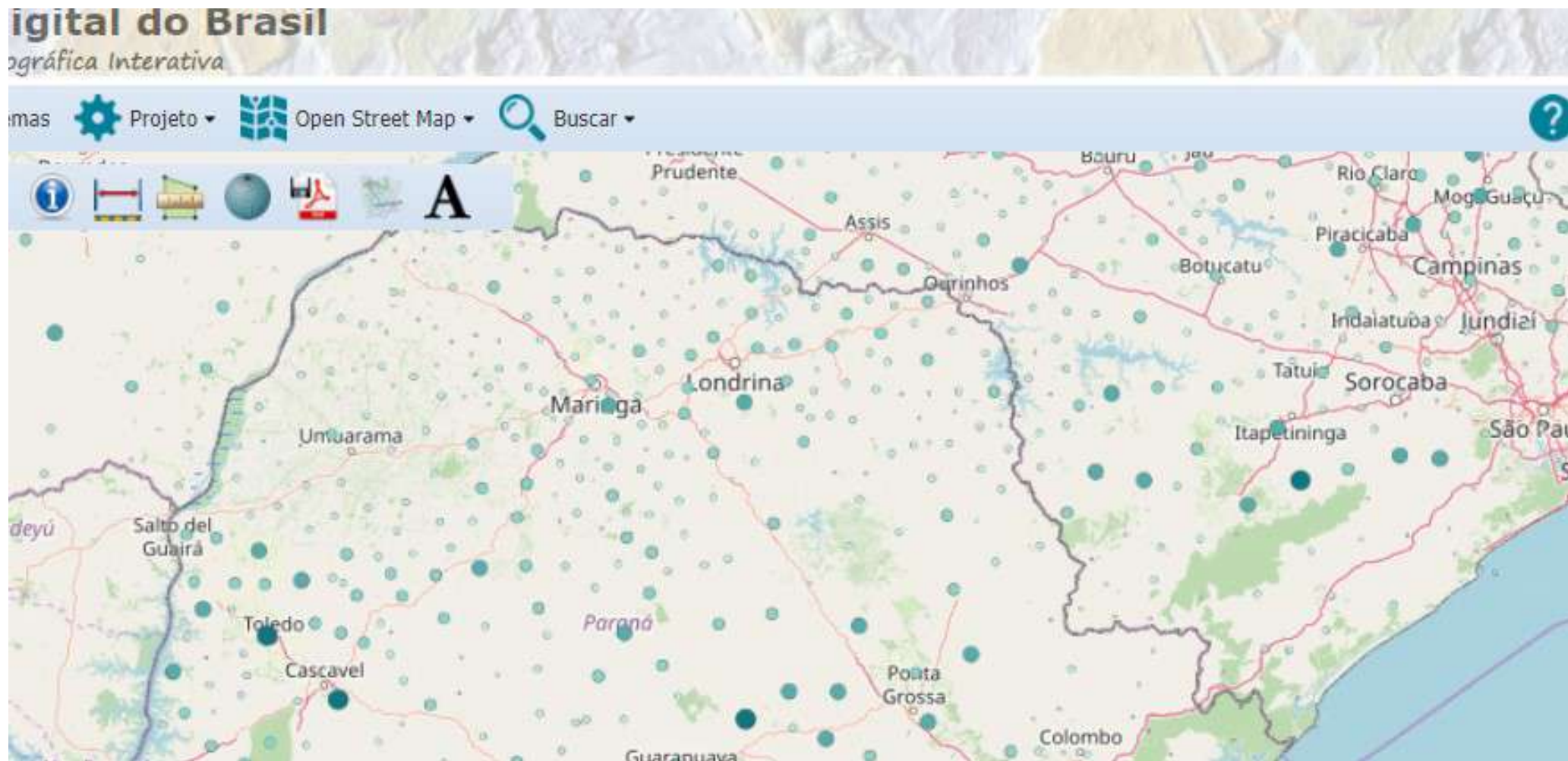


**Foto 04:** Rodovia PR-317, trecho entre os municípios de Floresta e Ivailândia.



**Fonte:** Google Maps, 2019.

**Figura 27:** Número de tratores por município no Paraná em 2017.



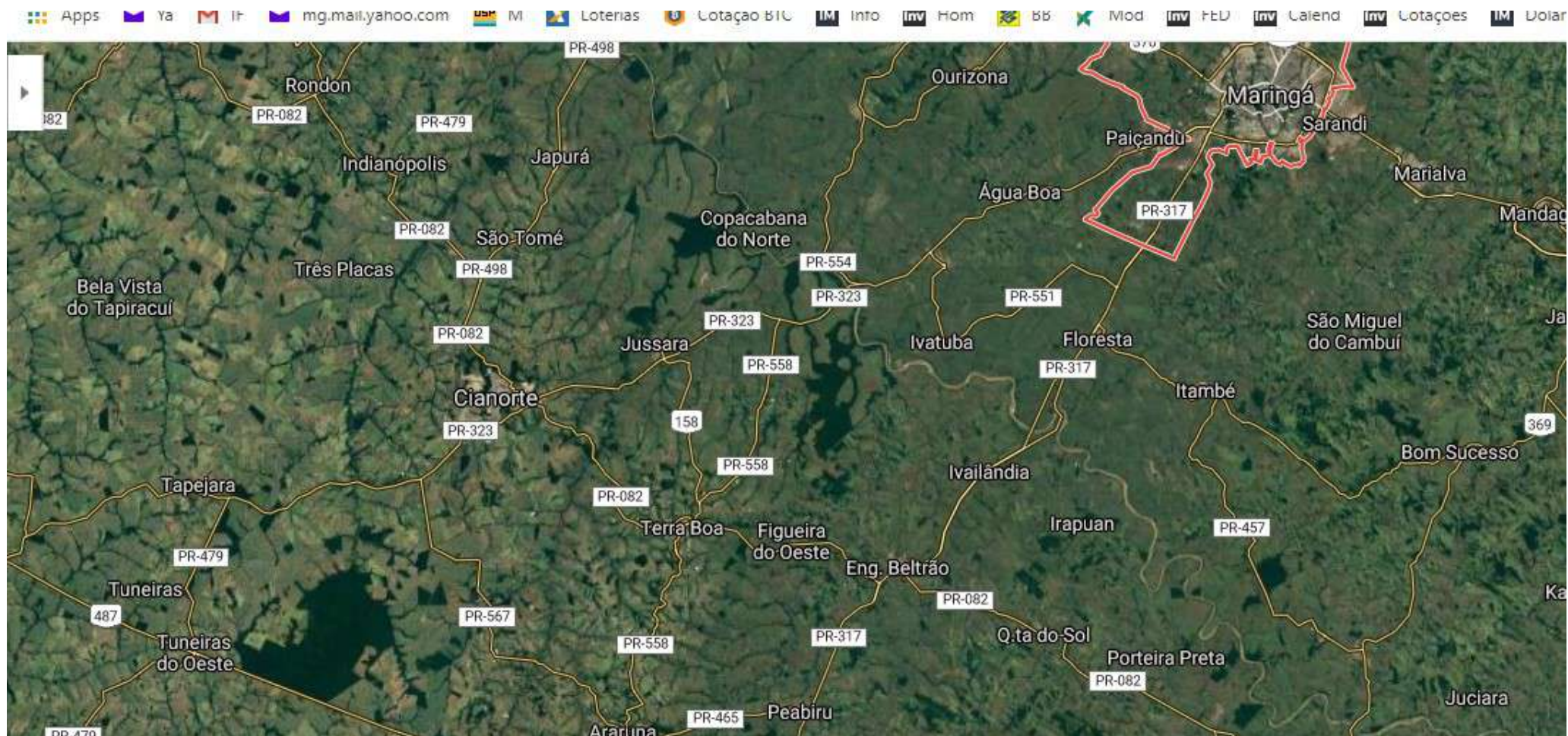
**Fonte:** Atlas Nacional Digital do Brasil. Caderno Temático 2018 – Geografias da Agropecuária. Elaboração do autor.







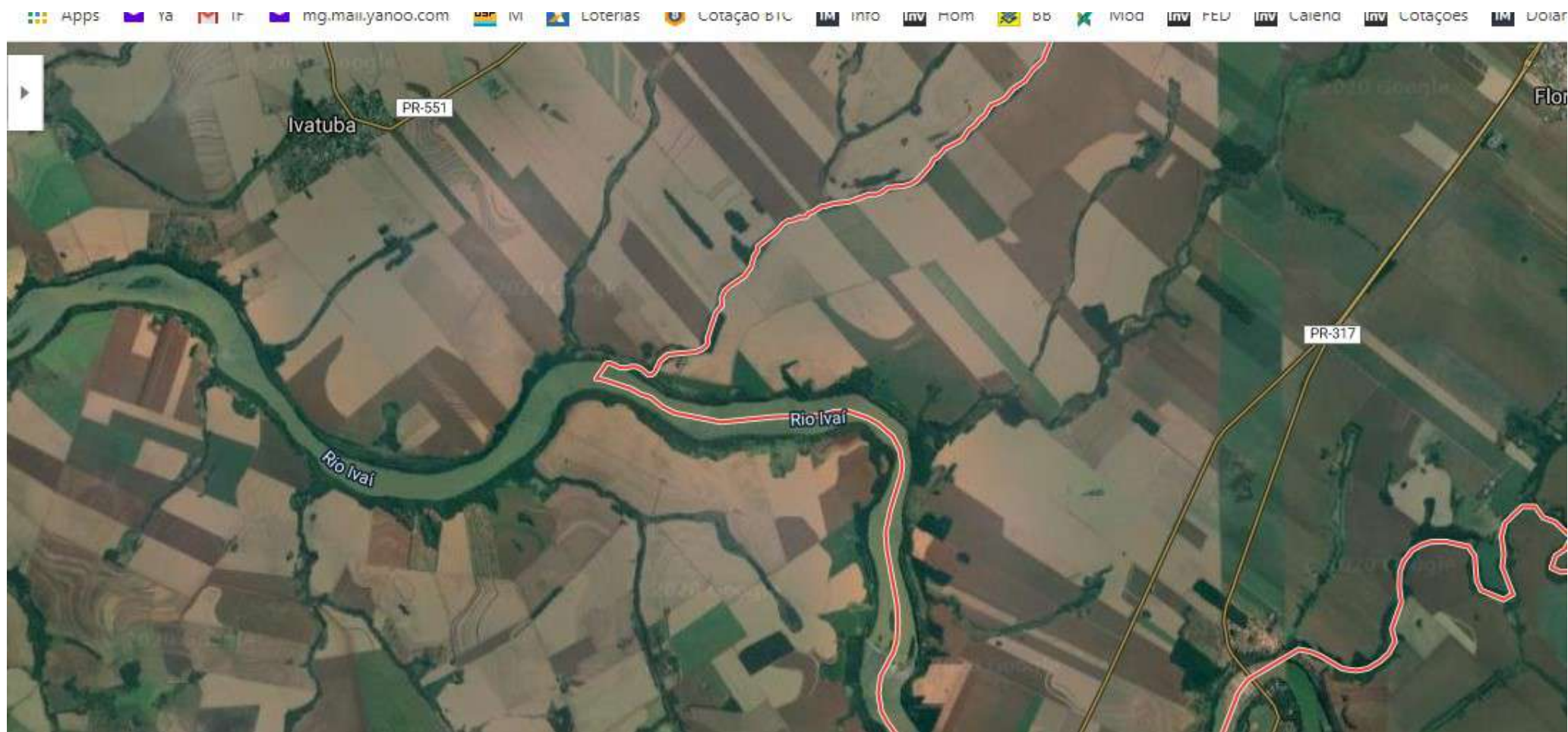
**Imagem 03:** Aspectos do parcelamento da terra e do relevo na saída sul do Município de Maringá, ao longo da rodovia PR-317.



**Fonte:** Google Maps, 2020.



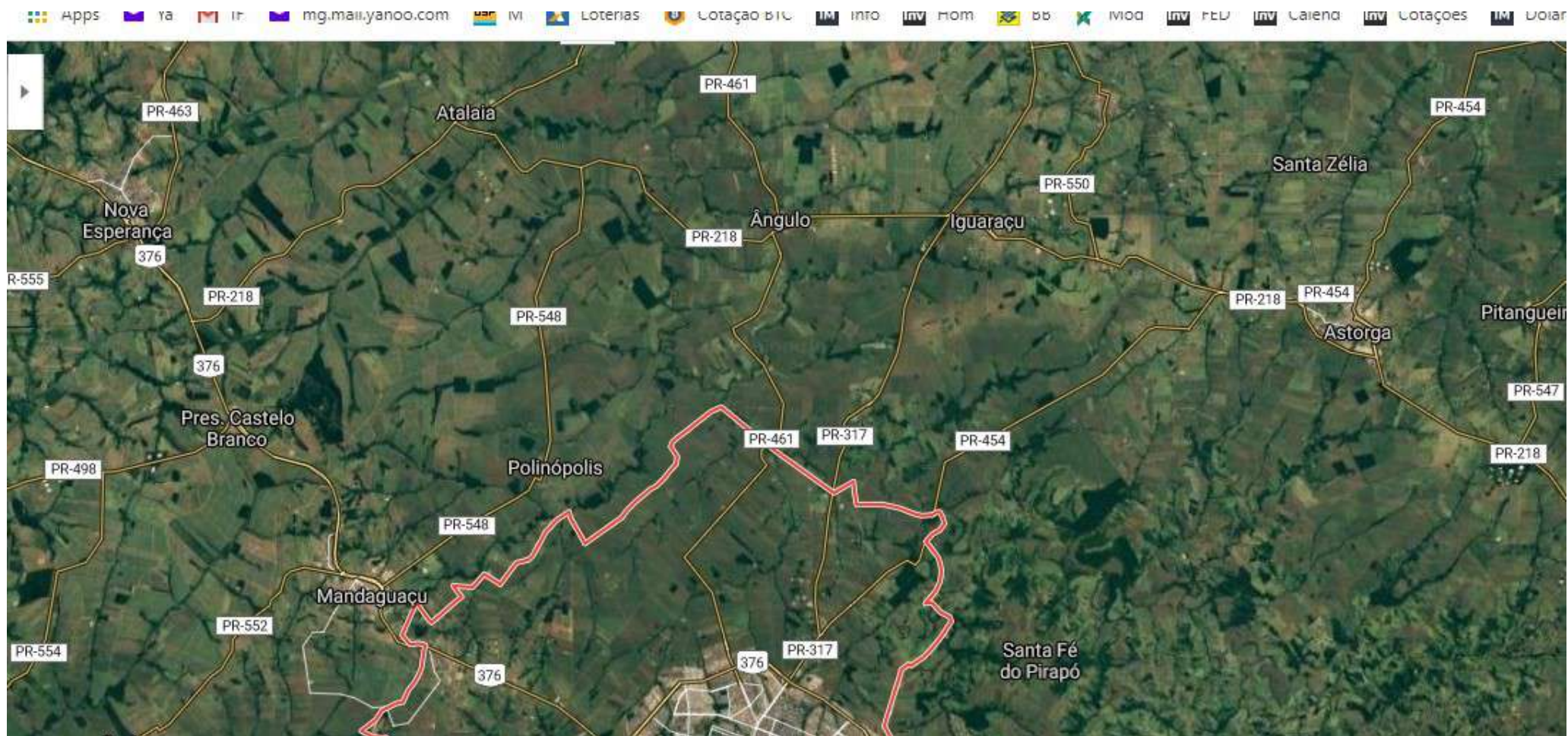
**Imagem 04:** Aspectos do parcelamento da terra e do relevo na saída sul do Município de Floresta, ao longo da rodovia PR-317 e às margens do rio Ivai.



Fonte: Google Maps, 2020.



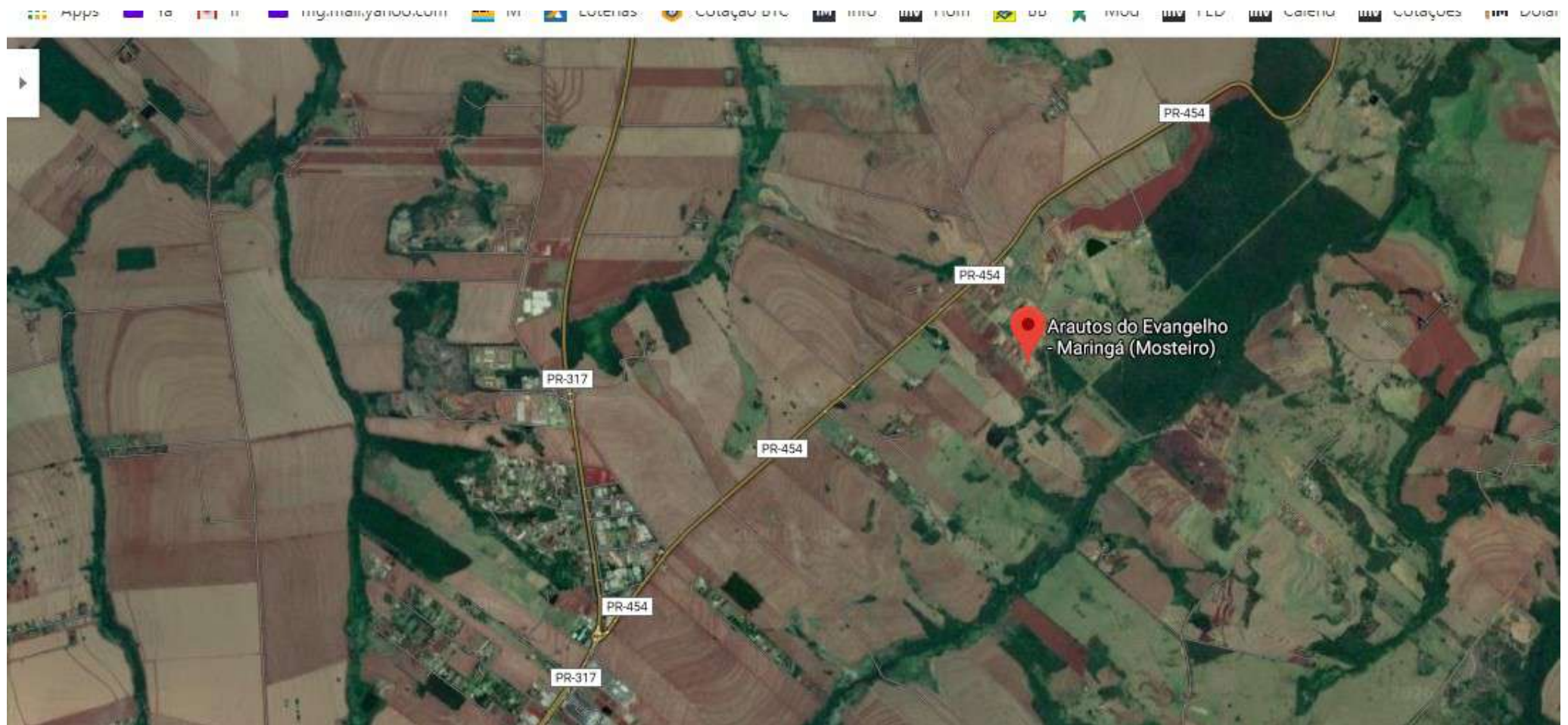
**Imagem 05:** Aspectos do parcelamento da terra e do relevo na saída norte do Município de Maringá, ao longo das rodovias PR-317 e PR-454, em direção a Astorga e Iguaraçu.



Fonte: Google Maps, 2020.

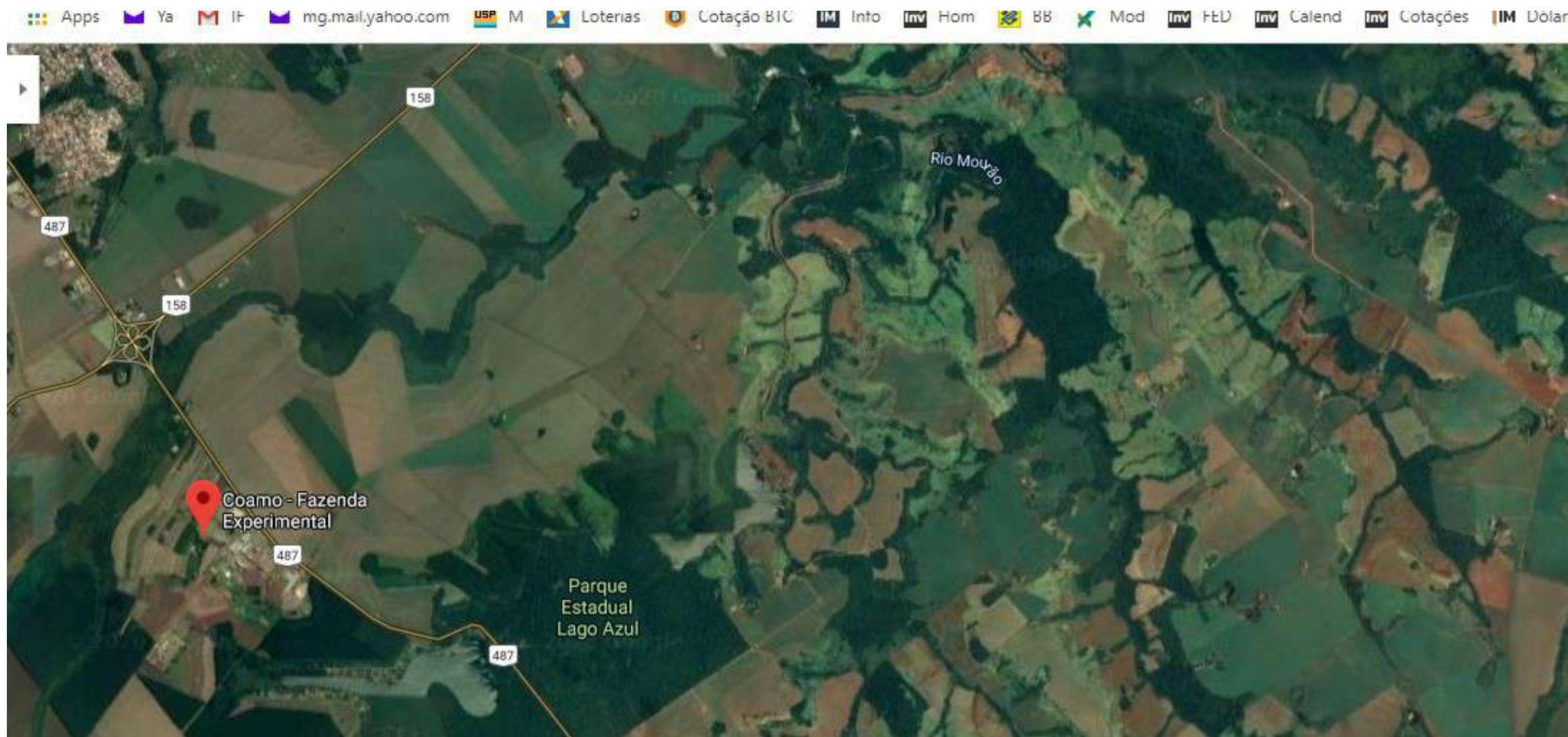


**Imagem 06:** Aspectos do parcelamento da terra e do relevo na saída norte do Município de Maringá, ao longo das rodovias PR-317 e PR-454, em direção a Astorga e Iguaraçu.



Fonte: Google Maps, 2020.

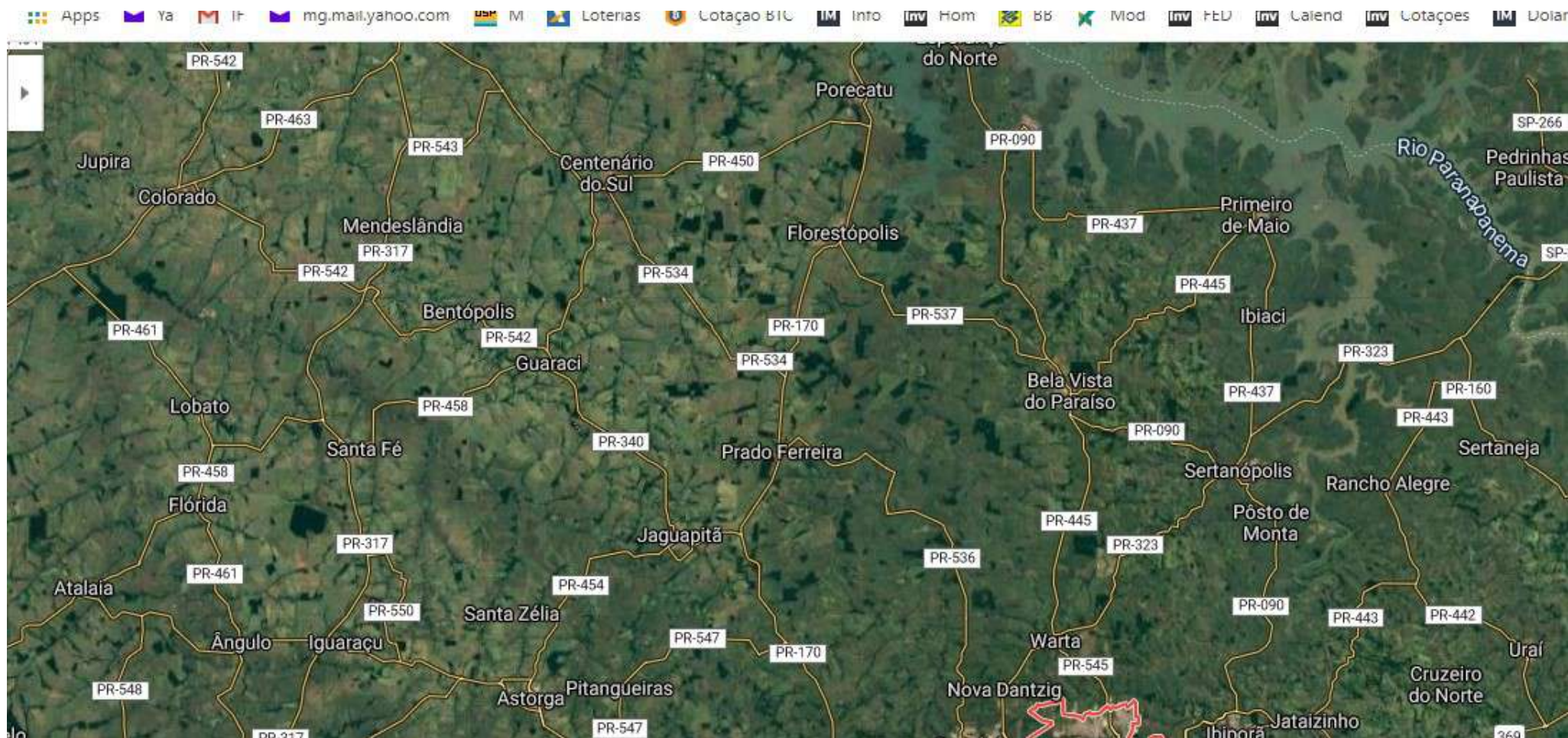
**Imagem 07:** Aspectos do parcelamento da terra e do relevo no município de Campo Mourão, ao longo do rio Mourão.



Fonte: Google Maps, 2020.



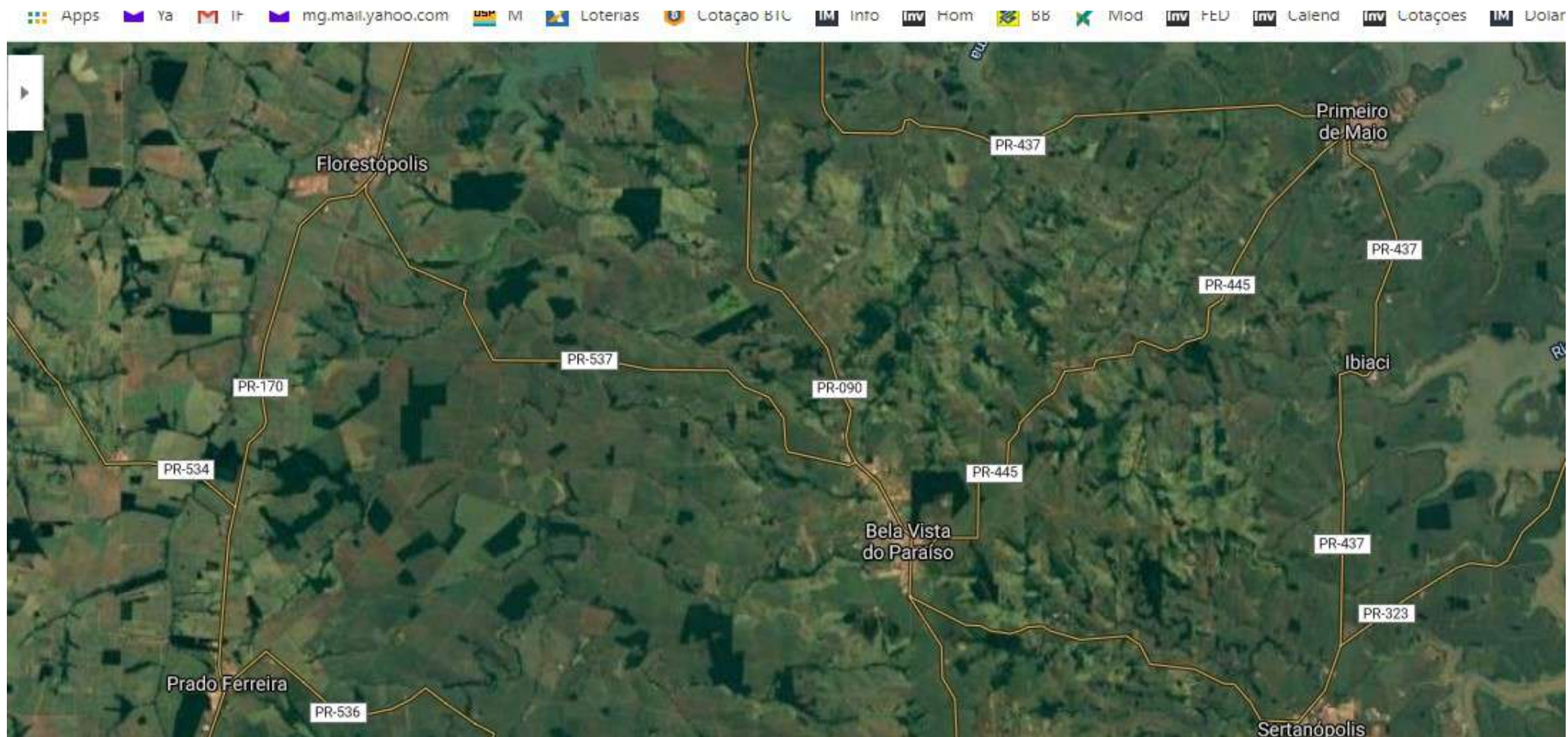
**Imagem 08:** Aspectos do parcelamento da terra e do relevo na saída norte do município de Londrina, em direção a Bela Vista do Paraíso, Sertanópolis e Primeiro de Maio no Paraná.



Fonte: Google Maps, 2020.

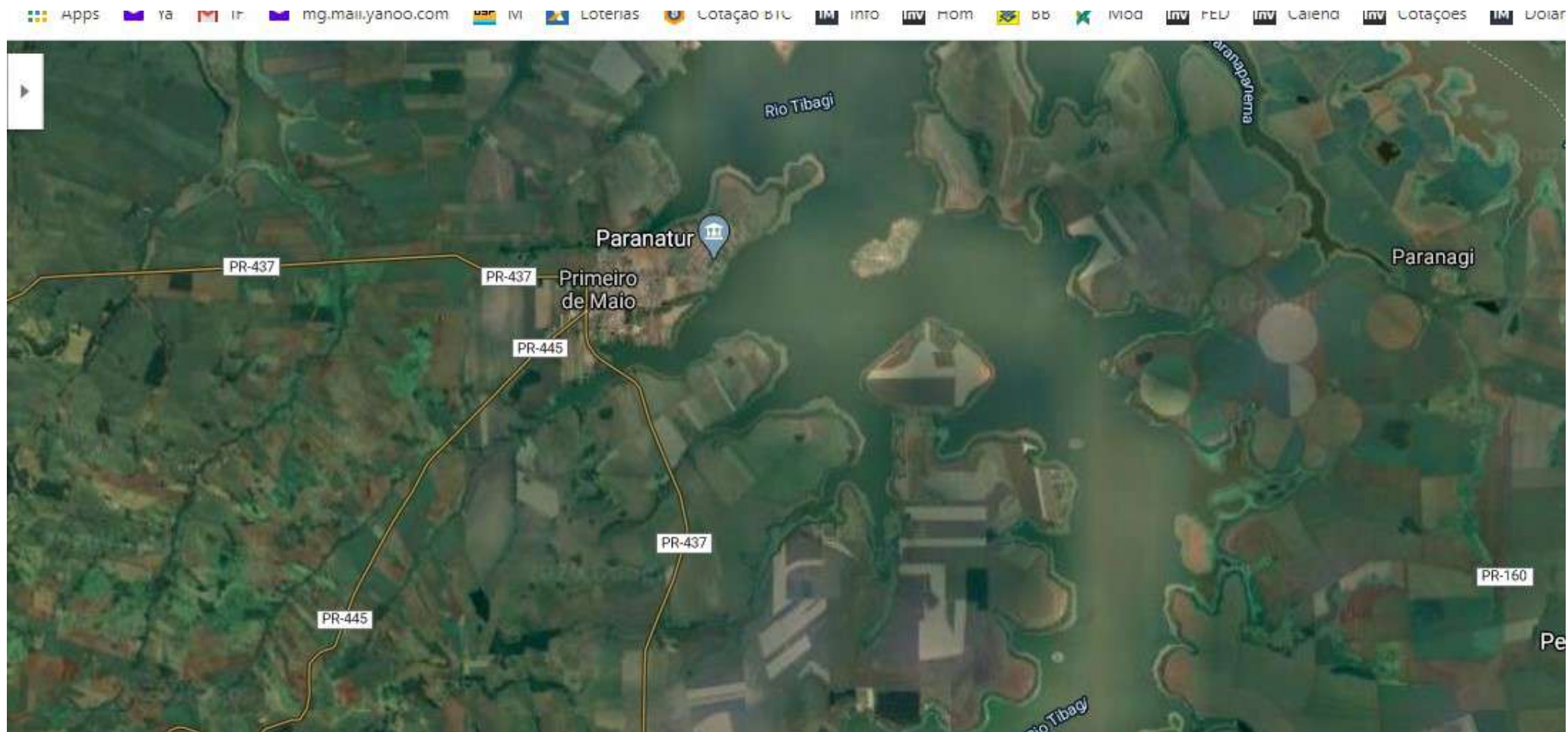


**Imagem 09:** Aspectos do parcelamento da terra e do relevo nos municípios de Bela Vista do Paraíso, Sertanópolis e Primeiro de Maio no Paraná.



Fonte: Google Maps, 2020.

**Imagem 10:** Aspectos do parcelamento da terra e do relevo nos municípios de Primeiro de Maio e Sertaneja no Paraná.



Fonte: Google Maps, 2020.

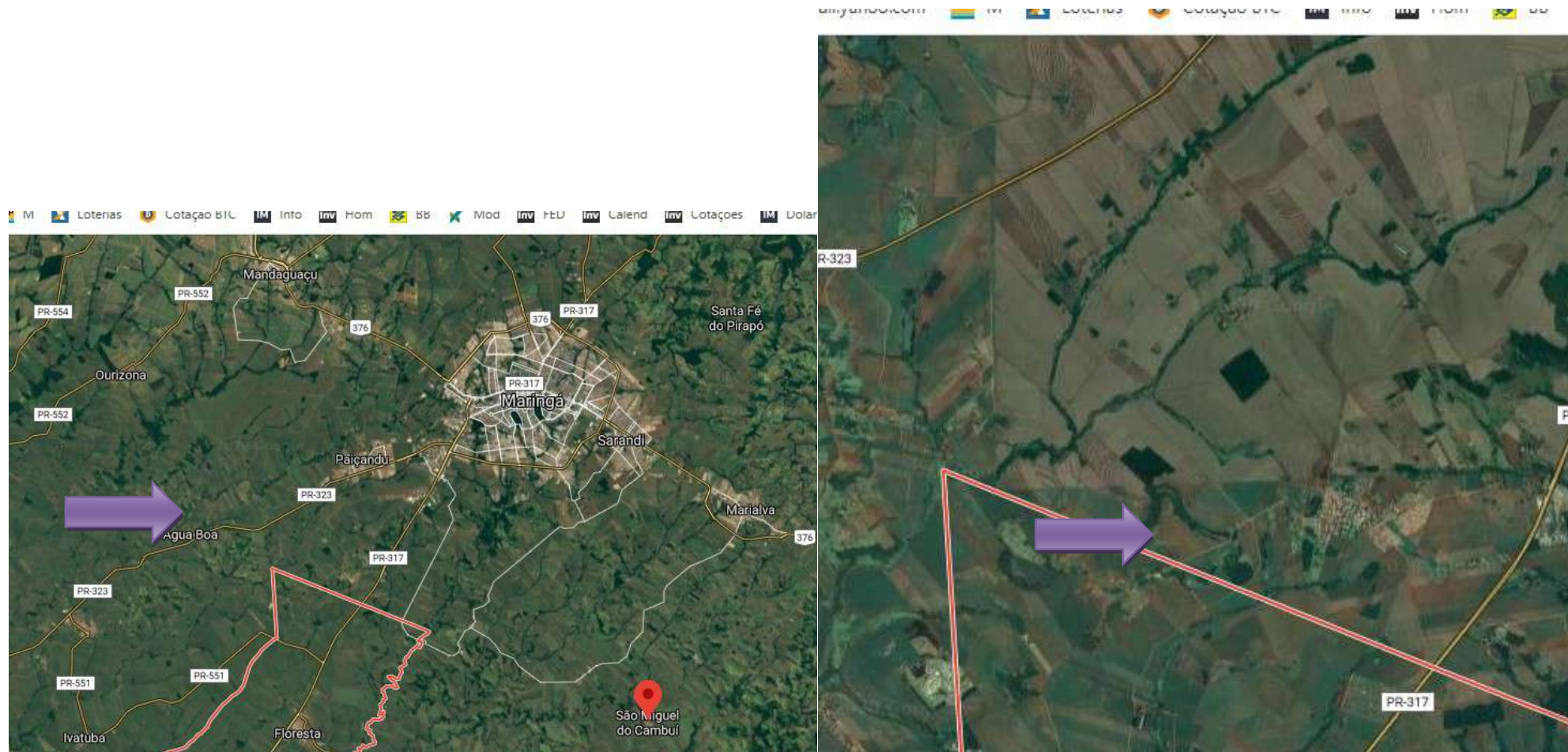


Fotos 07, 08 e 09: Anúncios de aluguel e venda de terrenos nas saídas norte e sul de Maringá.



Fonte: Fotos do autor. Julho de 2019.

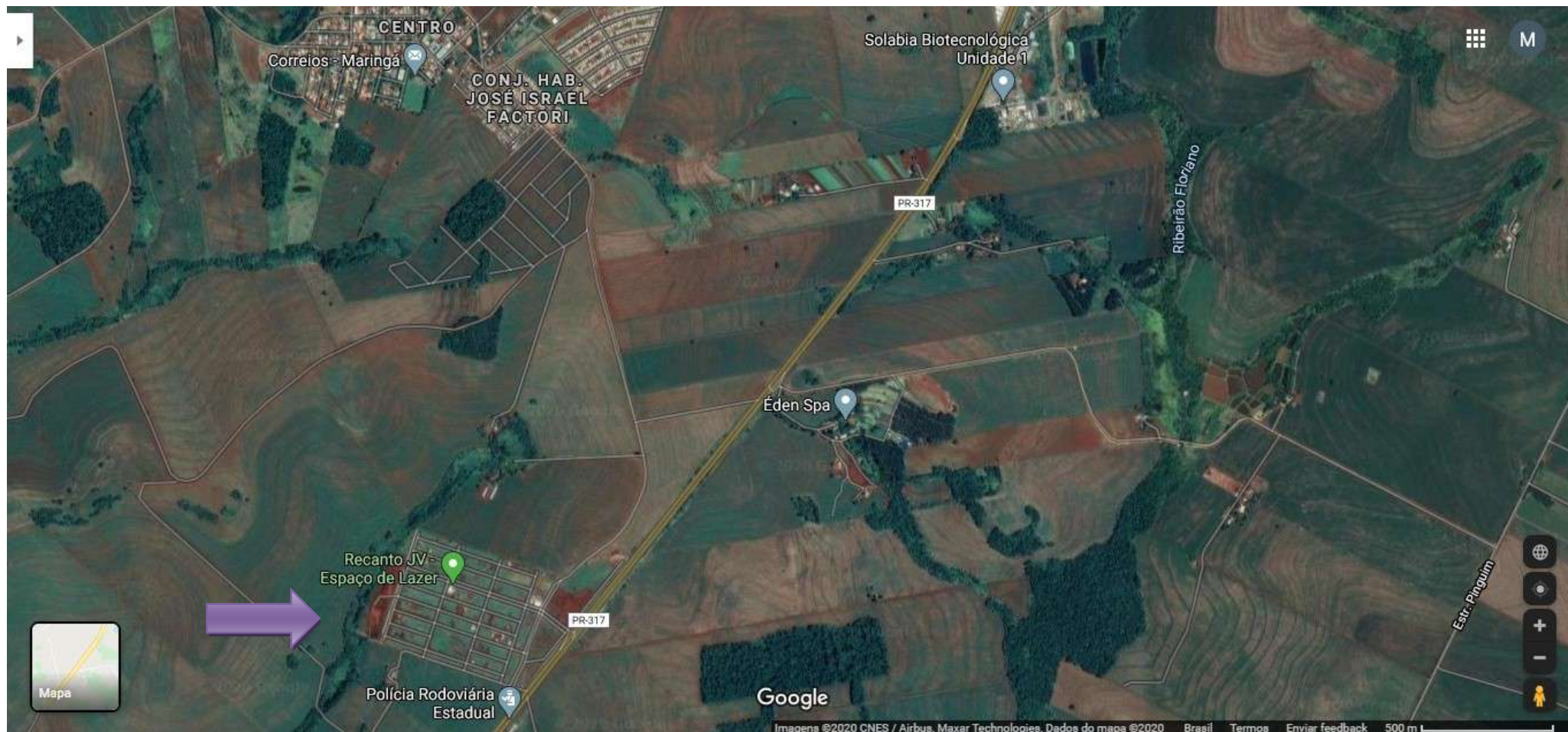
**Imagens 11e 12:** Imagem aérea do Loteamento Nova Floresta no Município de Floresta, PR.



Fonte: Google Maps, 2020.



**Imagem 13:** Imagem aérea do Loteamento Nova Floresta no Município de Floresta, PR.



Fonte: Google Maps, 2020.

**Foto 10:** Central de Vendas do Loteamento Nova Floresta, Floresta-PR.



**Fonte:** Foto do autor, julho de 2019.



**Foto 11:** vista da entrada do Loteamento Nova Floresta no Município de Floresta, PR.



**Fonte:** Google Maps, 2020.



**Fotos 12 e 13:** Anúncios de venda de lotes no Condomínio Golden Forest Residence, PR-317, Floresta-PR.



**Fonte:** Fotos do autor. Julho de 2019.

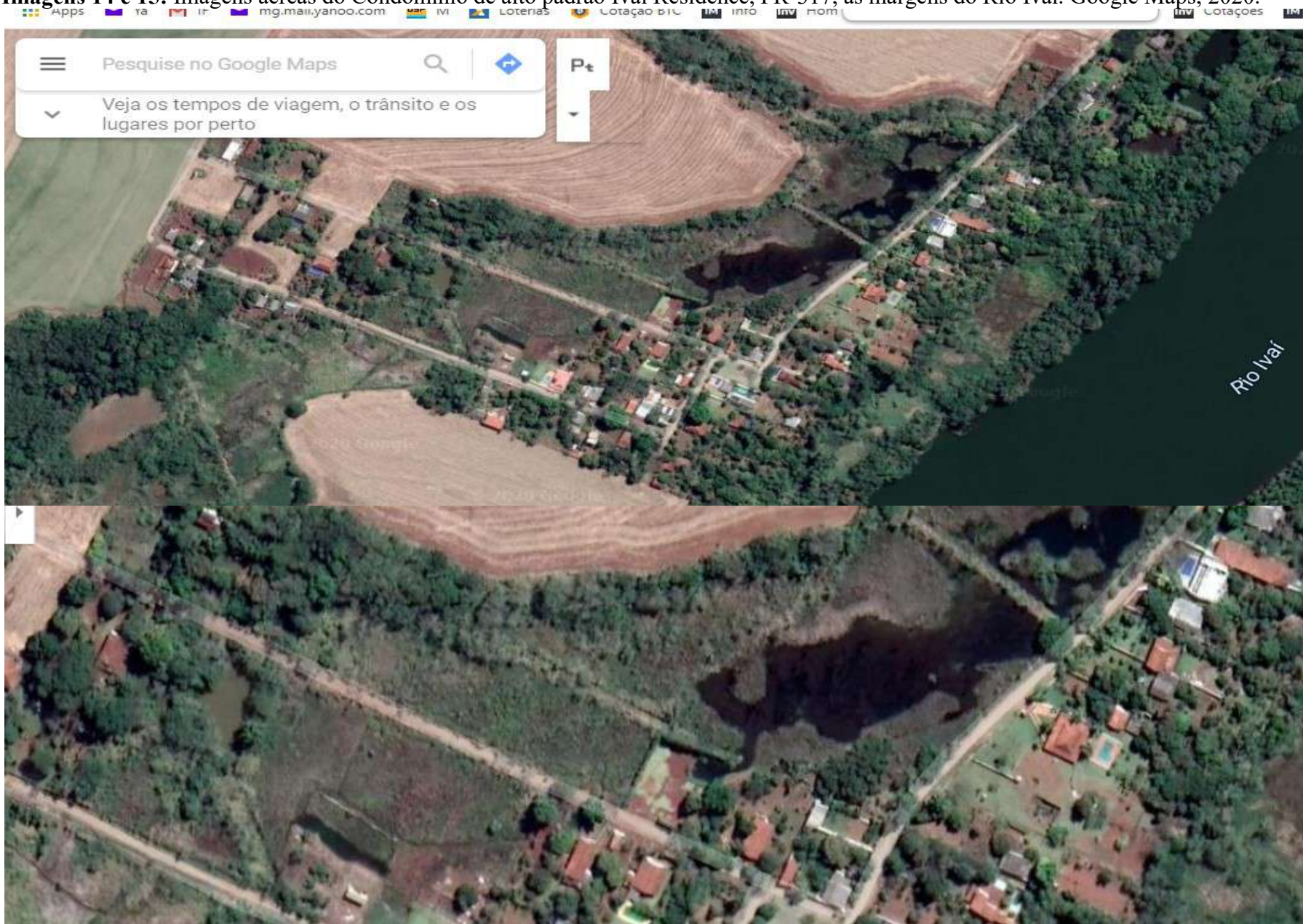
**Fotos 14, 15, 16 e 17:** Anúncios de venda de casas em loteamento não identificado, em frente à Rio Ivaí Empreendimentos Imobiliários (Desenvolvedora de Imóveis), PR-317, Floresta-PR.



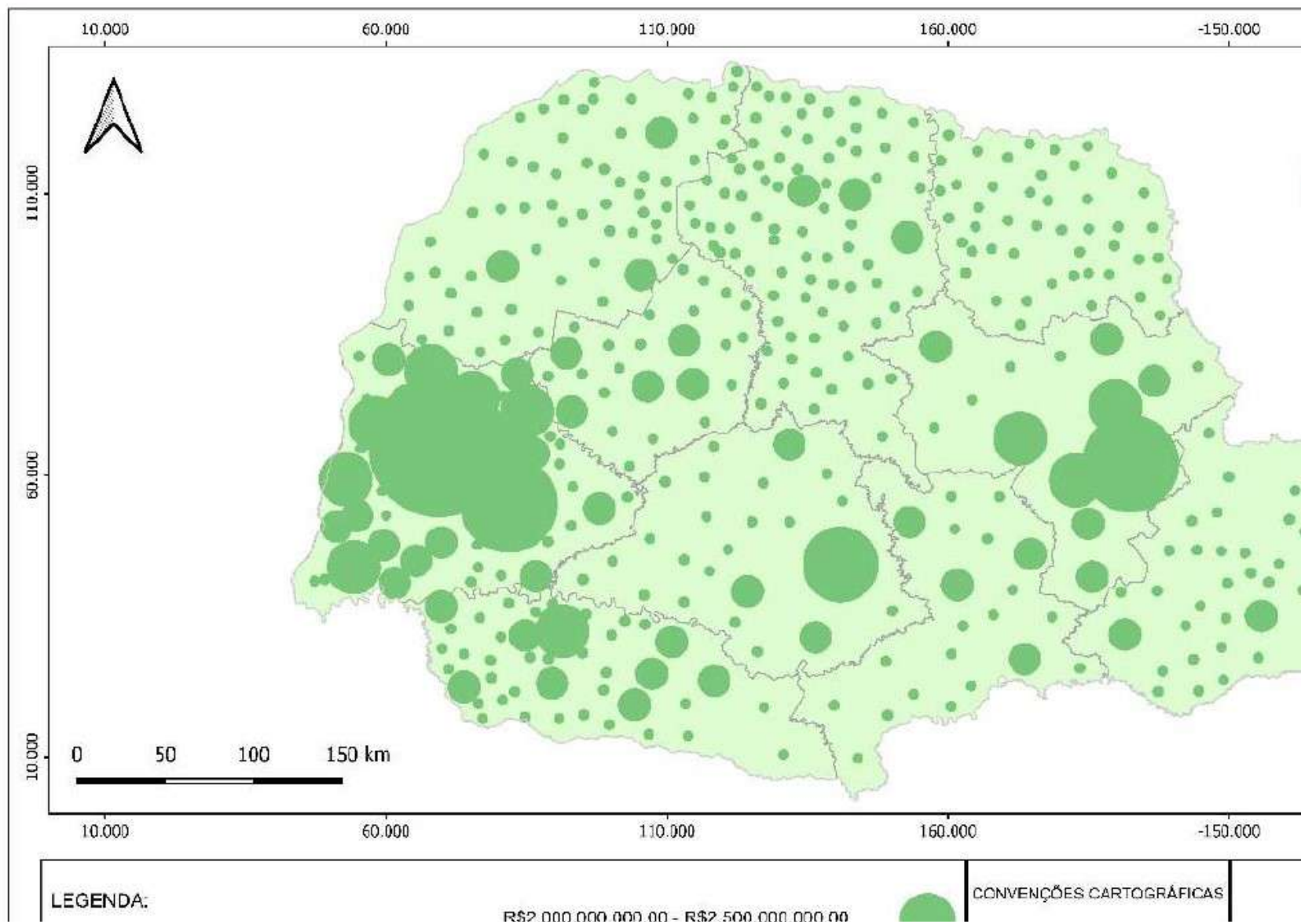
**Fonte:** Fotos do autor. Julho de 2019.



Imagens 14 e 15: Imagens aéreas do Condomínio de alto padrão Ivaí Residence, PR-317, às margens do Rio Ivaí. Google Maps, 2020.



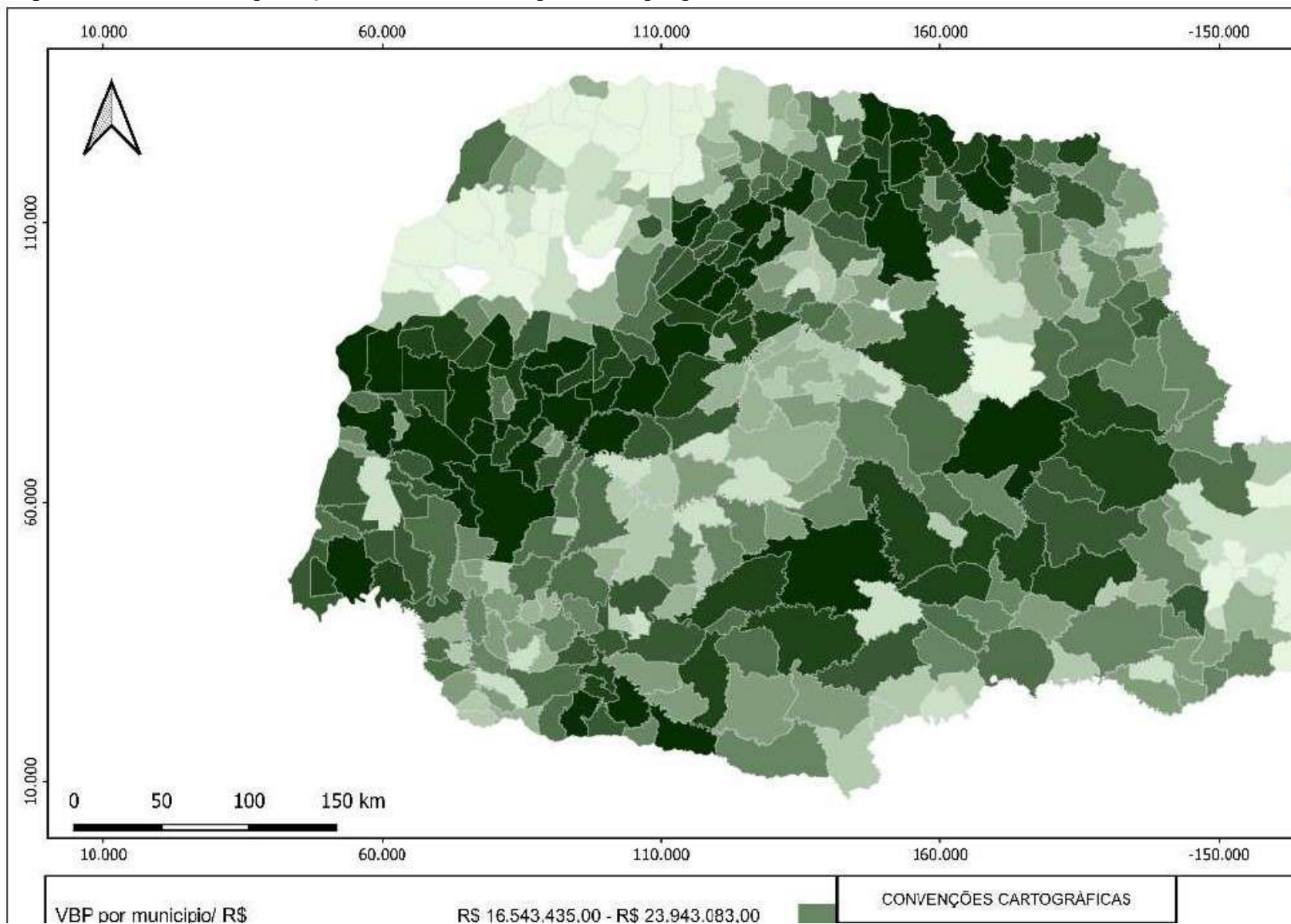
**Mapa 03:** Valor bruto da produção agropecuária em 2020 por município paranaense.



Fonte: SEAB/DERAL (2020).

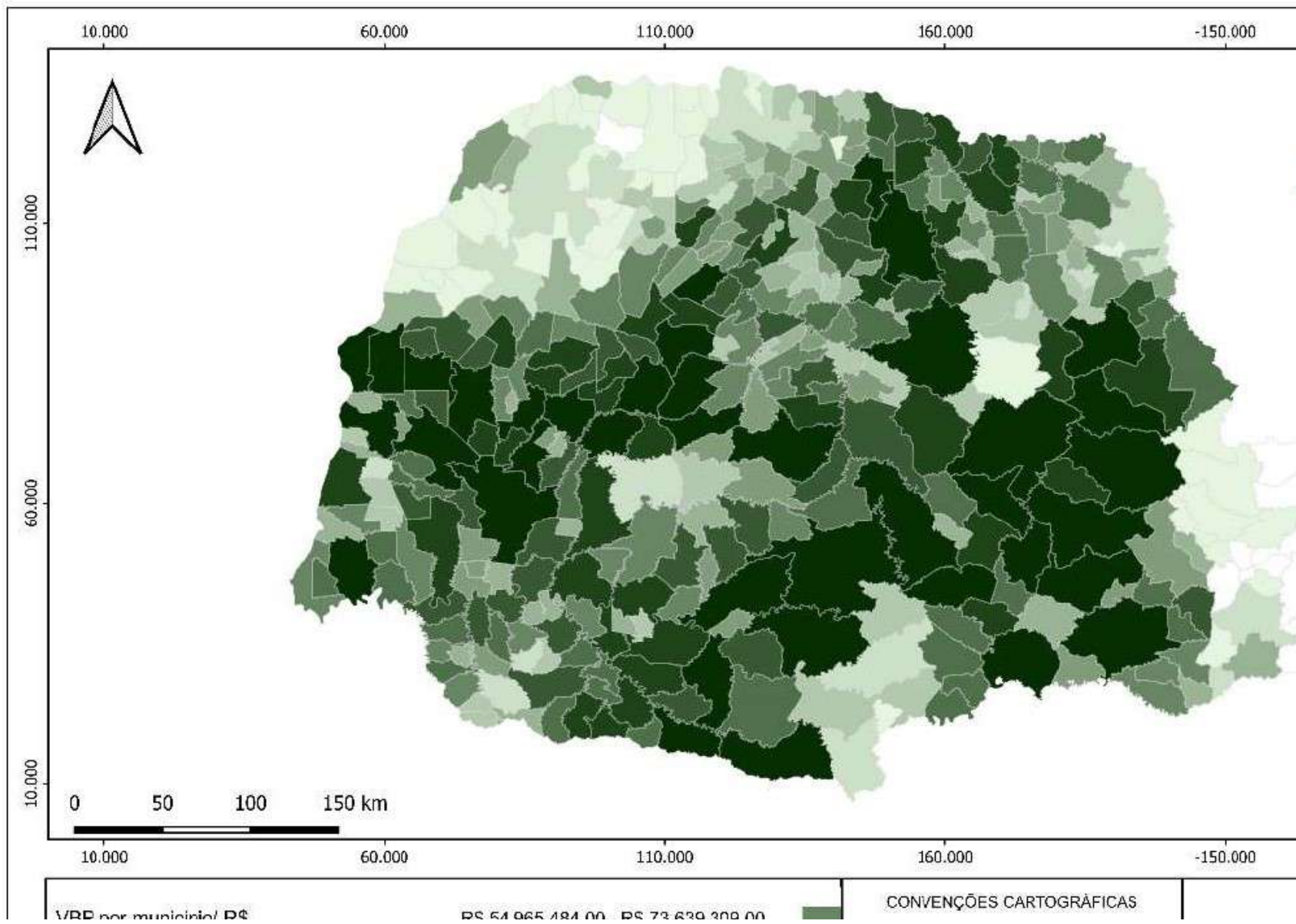


**Mapa 04:** Valor bruto da produção de milho em 2020 por município paranaense.



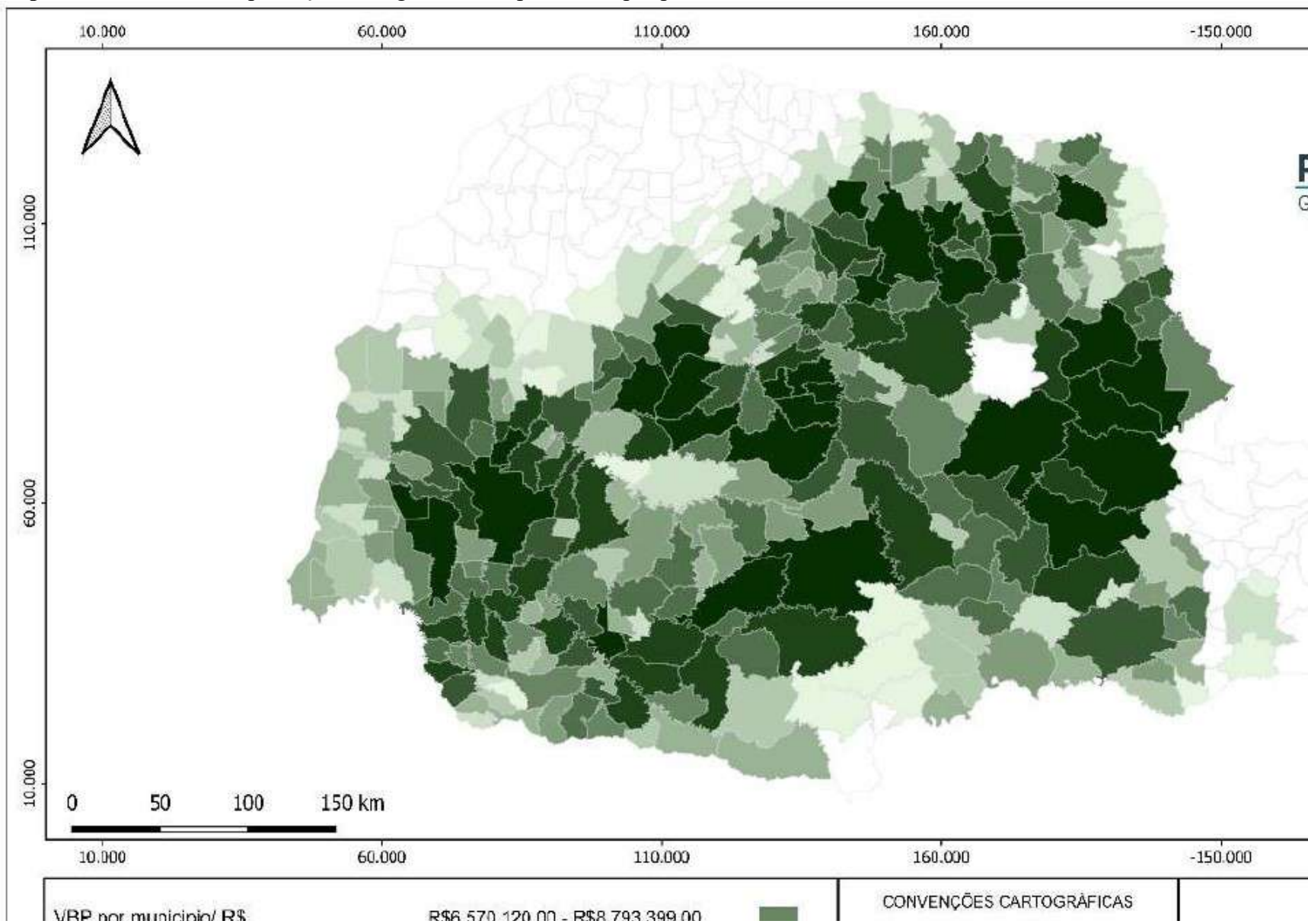
**Fonte:** SEAB/DERAL (2020).

**Mapa 05:** Valor bruto da produção de soja em 2020 por município paranaense.



Fonte: SEAB/DERAL (2020).

**Mapa 06:** Valor bruto da produção de trigo em 2020 por município paranaense.



Fonte: SEAB/DERAL (2020).